REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 153 - SEXTA-FEIRA, 16 DE SETEMBRO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1ª VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Wilson Santiago - (PMDB-PB)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)[2]

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)[1]
2º - João Durval - (PDT-BA)
3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:
1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 28	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14
Líder **Humberto Costa - PT** ..... **Líder do PT - 13** **Humberto Costa** Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann (11) Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias **Líder do PDT - 5** **Acir Gurgacz** Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque **Líder do PSB - 3** **Antonio Carlos Valadares** Vice-Líder do PSB Lídice da Mata **Líder do PC DO B - 2** **Inácio Arruda** **Líder do PRB - 1** **Marcelo Crivella**	**Líder** **Renan Calheiros - PMDB** ..... **Líder do PMDB - 20** **Renan Calheiros** Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges (10) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner **Líder do PP - 5** **Francisco Dornelles** Vice-Líder do PP Ana Amélia **Líder do PSC - 1** **Eduardo Amorim** **Líder do PMN - 1** **Sérgio Petecão** **Líder do PV - 1** **Paulo Davim**	**Líder** **Mário Couto - PSDB** (8) Vice-Líderes Jayme Campos (5) Maria do Carmo Alves Cyro Miranda ..... **Líder do PSDB - 9** **Alvaro Dias** Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (9) Paulo Bauer (7) Flexa Ribeiro (6) **Líder do DEM - 5** **Demóstenes Torres** (3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (5) **PTB - 6** **Líder** **Gim Argello - PTB** Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
PSOL - 2 **Líder** **Marinor Brito - PSOL**	**Governo** **Líder** **Romero Jucá - PMDB** Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo	**PR - 7** **Líder** **Magno Malta - PR** (12) Vice-Líder Clésio Andrade

Notas:
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
11. Senadora Gleisi Hoffmann comunicou, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
12. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Patrícia Freitas Portella Nunes Martins
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS

1.1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nºs 287 a 290, de 2011. 37486

2 – ATA DA 160ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 15 DE SETEMBRO DE 2011

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 267, de 2011. Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, do Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2011, a fim de ser declarado prejudicado. 37489

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 535, de 2009; 94 e 268, de 2010. 37489

Encaminhamento à Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno do Senado Federal do Projeto de Resolução nº 8, de 2011. 37489

2.2.2 – Ofício do Ministério Público do Estado de Rondônia

Nº 196, de 2011, na origem, em atenção ao Ofício SF nº 262/2011, informando recebimento e respectivo registro do Relatório Final nº 3, de 2010, da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, bem como o seu encaminhamento ao Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude e da Defesa dos Usuários dos Serviços de Educação daquele estado. 37489

2.2.3 – Leitura de propostas de emenda à Constituição

Nº 91, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Vital do Rêgo, que *altera o art. 37 da Constituição Federal para estabelecer a gratuidade de inscrição em concurso público*. 37489

Nº 92, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Vicentinho Alves, que *altera a redação do inciso II do § 7º do art. 201 da Constituição Federal, para reduzir, em cinco anos, a idade exigida para aposentadoria dos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras e dá outras providências*. 37493

Nº 93, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Randolfe Rodrigues, que *insere alínea "e" ao inciso II do art. 54 da Constituição Federal para proibir os Deputados e Senadores quando da posse nos respectivos cargos eletivos de participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, prestar consultoria ou assessoria privada e exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário*. 37495

2.2.4 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 574, de 2011, de autoria do Senador Francisco Dornelles e outros Senadores, que *altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre os* **royalties** *e a receita da comercialização relativos ao regime de partilha de produção*. 37497

Projeto de Lei do Senado nº 575, de 2011, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que *altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que "institui o Código de Trânsito Brasileiro", para determinar que o percentual do valor dos prêmios arrecadados com o DPVAT destinado a programas de prevenção de acidentes será retirado da parcela destinada às companhias seguradoras que operam com o DPVAT*. 37500

Projeto de Lei do Senado nº 576, de 2011, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, incluindo o § 4º para estipular a atualização monetária dos valores de indenização*. 37501

Projeto de Lei do Senado nº 577, de 2011-Complementar, de autoria do Senador Vicentinho Alves, que *dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao segurado do regime geral de previdência social que exerça as atividades de coleta de lixo, de qualquer natureza, de selecionador de lixo para fins de reciclagem, e de varrição de vias públicas e logradouros*. 37502

Projeto de Lei do Senado nº 578, de 2011, de autoria do Senador Cícero Lucena, que *altera a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, para determinar*

que obras com área construída acima de vinte mil metros quadrados atendam a critérios de sustentabilidade ambiental e justiça social. 37504

Projeto de Lei do Senado nº 579, de 2011, de autoria do Senador Eunício Oliveira, que *altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que "institui o Código de Trânsito Brasileiro", para restringir a aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança de multas de trânsito ao financiamento de campanhas educativas sobre direção defensiva, cultura da paz e combate à violência no trânsito, e de desestímulo ao consumo de álcool e drogas por parte dos motoristas*. 37543

Projeto de Lei do Senado nº 580, de 2011, de autoria da Senadora Marta Suplicy, que *altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para estabelecer critério de distribuição do resultado do exercício financeiro para as contas vinculadas dos trabalhadores*. 37544

2.2.5 – Mensagem da Presidente da República

Nº 376, de 2011, na origem, comunicando sua ausência do País, no período de 17 a 24 do corrente. 37547

2.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR *GEOVANI BORGES* – Encaminhamento de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Olinto Ponciano Lima..... 37547

2.2.7 – Leitura de requerimento

Nº 1.141, de 2011, de autoria do Senador Geovani Borges, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Olinto Ponciano Lima. 37548

2.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADORA *VANESSA GRAZZIOTIN*, como Líder – Registro da realização, ontem, de reunião da Bancada do Amazonas no Congresso Nacional, a fim de tratar de assuntos relativos aos interesses daquele Estado. 37548

SENADOR *RODRIGO ROLLEMBERG* – Necessidade de mobilização efetiva do Congresso Nacional e da população no combate à corrupção; e outro assunto..... 37549

2.2.9 – Comunicação da Presidência

Referente à reunião da Mesa do Senado Federal, realizada nesta data, a respeito do uso da palavra na hora do Expediente..... 37551

2.2.10 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *GEOVANI BORGES* – Alerta quanto à necessidade do estabelecimento de políticas sociais que proporcionem maior qualidade de vida aos idosos. 37551

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Justificação da apresentação de projeto que altera a Lei nº 9.504, de 1997, para instituir a prestação de contas em tempo real pelos candidatos, partidos políticos e coligações durante a campanha eleitoral; e outro assunto. 37553

SENADOR *CYRO MIRANDA* – Críticas ao Governo Federal pela apresentação de medidas tímidas no enfrentamento de uma possível crise econômica mundial..... 37554

SENADOR *VITAL DO RÊGO*, como Líder – Homenagem pelo transcurso do 40º aniversário do **Jornal da Paraíba**; e outros assuntos. *37556*

SENADORA *ANA AMÉLIA* – Registro da indicação de S. Exª para o cargo de 2ª Vice-Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. 37558

SENADOR *GARIBALDI ALVES* – Reafirmação do compromisso de S. Exª com o desenvolvimento da região Nordeste e, particularmente, do Estado do Rio Grande do Norte, destacando a viabilização financeira para a produção de algodão naquele estado. 37560

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI*, como Líder – Registro da participação, hoje, de S. Exª e outros Senadores em dois eventos contra a corrupção. 37560

SENADOR *ALVARO DIAS* – Histórico do financiamento da saúde pública desde a edição da Emenda Constitucional nº 29 até a votação de sua regulamentação, nos próximos dias, na Câmara dos Deputados; e outro assunto..... 37564

SENADOR *HUMBERTO COSTA*, como Líder – Considerações sobre a pirataria de produtos que estão submetidos à Vigilância Sanitária. 37567

SENADORA *MARTA SUPLICY* – Registro da assinatura, ontem, em Brasília, de convênio entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o SEBRAE. 37568

SENADOR *ANTONIO CARLOS VALADARES*, como Líder – Considerações sobre a preparação para Copa do Mundo a ser sediada no Brasil. 37570

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Esclarecimentos acerca da segurança, para o consumo humano, do feijão resistente à mosca branca. 37572

SENADOR *CASILDO MALDANER* – Registro da realização de audiência pública, amanhã, em Chapecó/SC, para debater o projeto do novo Código Florestal Brasileiro..... 37576

2.2.11 – Leitura de requerimentos

Nº 1.142, de 2011, de autoria do Senador Walter Pinheiro, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2007 e 182, de 2009. 37578

Nº 1.143, de 2011, de autoria do Senador Vital do Rêgo, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda. 37578

Nº 1.144, de 2011, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Casildo Maldaner, solicitando voto de congratulações pelos 90 anos do cardeal Dom Paulo Evaristo Arns. 37579

Nº 1.145, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplauso pelos 30 anos do programa Viva Maria, da Rádio Nacional. 37580

Nº 1.146, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando informações ao Ministro de Estado das Comunicações. 37580

Nº 1.147, de 2011, de autoria do Senador Vital do Rêgo solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda. 37581

Nº 1.148, de 2011, de autoria do Senador Eunício Oliveira, solicitando voto de pesar pelo falecimento do professor doutor Expedito Parente. . 37582

Nº 1.149, de 2011, de autoria do Senador Eunício Oliveira, solicitando voto de aplauso à Fundação Edson Queiroz. 37582

Nº 1.150, de 2011, de autoria do Senador Casildo Maldaner, solicitando licença para ausentar-se dos trabalhos da casa nos dia 21 e 22 do corrente. 37582

2.3 – ORDEM DO DIA

2.3.1 Item 1

Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2011, que *altera o art. 28 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para incluir no Programa de Inclusão Digital Tablet PC produzido no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo; altera as Leis nºs 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.482, de 31 de maio de 2007, 11.508, de 20 de julho de 2007, 8.212, de 24 de julho de 1991; revoga dispositivo da Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de 2011* (proveniente da Medida Provisória nº 534, de 2011). **Apreciação adiada** para a próxima sessão deliberativa ordinária. 37583

2.3.2 Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

2.4.1 – Comunicação da Presidência

Informação de que foi protocolado na Secretaria-Geral da Mesa recurso no sentido da apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2011. O referido recurso deixa de ser lido por não conter o número de subscritores mínimo, previsto no § 4º do art. 91 do Regimento Interno. 37586

2.4.2 – Recurso

Nº 15, de 2011, interposto no prazo regimental, no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2010. 37586

2.4.3 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2010. 37587

2.4.4 – Mensagem da Presidente da República

Nº 377, de 2011, na origem, encaminhando informações complementares ao Projeto de Lei nº 28, de 2011-CN, que *estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012*. **(vide item 3.1)** 37587

2.4.5 – Discursos

SENADOR *JAYME CAMPOS*, como Líder – Congratulações à Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural – Empaer, pelo transcurso, hoje, de seu 47º aniversário de fundação. 37587

2.4.6 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 1.140, de 2011, de autoria Senador Sérgio Petecão. **Aprovado. .....** 37589

2.4.7 – Mensagem da Presidente da República

Nº 90, de 2011-CN (nº 378/2011, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Avaliação do Plano Plurianual para o período 2008/2011, ano base 2010. *Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria*. **(vide item 3.2)** 37589

2.4.8 – Discursos (continuação)

SENADOR *ALOYSIO NUNES FERREIRA* – Considerações sobre o discurso da Presidente Dilma Rousseff a respeito da reforma política; e outro assunto. 37589

SENADOR *DEMÓSTENES TORRES*, como Líder – Críticas ao pronunciamento oficial feito pela Presidente Dilma Rousseff na véspera do dia 7 de setembro. 37594

SENADOR *WALTER PINHEIRO* – Registro da aprovação, hoje, na Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado, do Plano Nacional de Mobilidade; e outros assuntos. 37597

SENADORA *LÚCIA VÂNIA* – Considerações sobre projeto de lei complementar que atualiza e modifica o Simples Nacional..... 37599

2.4.9 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 1.150, de 2011, de autoria do Senador Casildo Maldaner. **Aprovado**..... 37600

2.4.10 – Discursos (continuação)

SENADOR *PAULO PAIM* – Críticas ao projeto de lei complementar 289, de 2011, em tramitação no Congresso Nacional; e outros assuntos. 37600

SENADOR *JORGE VIANA*, como Líder – Análise do projeto do novo Código Florestal Brasileiro, em tramitação no Senado Federal..... 37613

SENADOR *WELLINGTON DIAS* – Relato do atual estágio das negociações a respeito da distribuição dos **royalties** do pré-sal. 37615

2.4.11 – Mensagem da Presidente da República

Nº 127, de 2011 (nº 373/2011, na origem), solicitando que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre a Caixa Econômica Federal e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao Programa de Financiamento para a Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Mecanismos de Desenvolvimento Limpo. 37618

2.4.12 – Discursos (continuação)

SENADOR *RANDOLFE RODRIGUES* – Registro da audiência de S. Exª com o Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal. 37618

2.4.13 – Discursos encaminhados à publicação

SENADORA *ANGELA PORTELA* – Registro da realização de reunião, ontem, da bancada feminina de deputadas e senadoras com as Ministras Gleisi Hoffmann e Ideli Salvatti, para tratar de temas importantes da agenda feminina nas duas Casas do Congresso Nacional. 37620

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Registro das matérias intituladas "Valério cobra investigação sobre Lula", e "O Brasil do PT", publicadas no jornal **O Estado de S. Paulo**, edições de 9 e 11 de setembro, respectivamente. 37621

2.5 – ENCERRAMENTO

3 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO

3.1 – MENSAGEM Nº 377, DE 2011

Encaminhando informações complementares ao Projeto de Lei nº 28, de 2011-CN, que *estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012*. **(Publicado em suplemento "A" à presente edição)**

3.2 – MENSAGEM Nº 90, DE 2011-CN

Encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Avaliação do Plano Plurianual para o período 2008/2011, ano base 2010. **(Publicado em suplemento "B" à presente edição)**

4 – ATAS

4.1 – COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO ECAD

Ata da 7ª Reunião, realizada em 24 de agosto de 2011..... 37624

Ata da 8ª Reunião, realizada em 2 de setembro de 2011..... 37657

4.2 – COMISSÃO TEMPORÁRIA DE DEFESA CIVIL

Ata da 4ª Reunião, realizada em 28 de junho de 2011..... 37683

Ata da 5ª Reunião, realizada em 30 de junho de 2011..... 37709

4.3 – COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO TRÁFICO DE PESSOAS

Ata da 9ª Reunião, realizada em 7 de julho de 2011..... 37727

Ata da 10ª Reunião, realizada em 8 de agosto de 2011..... 37732

Ata da 11ª Reunião, realizada em 22 de agosto de 2011..... 37751

5 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA

6 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 15-9-2011

7 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO

7.1 – DESPACHO

Do Corregedor Parlamentar do Senado Federal referente às denúncias apresentadas pela Associação Eduardo Banks e pelo Deputado Federal Jair Bolsonaro, em desfavor da Senadora Marinor Brito. 37774

SENADO FEDERAL

8 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

10 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

11 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 287, DE 2011(*)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Botsuana, celebrado em Gaborone, em 11 de junho de 2009.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Botsuana, celebrado em Gaborone, em 11 de junho de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de setembro de 2011. – Senador **José Sarney,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 288, DE 2011(*)

Aprova o texto da Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na cidade da Praia, em 23 de novembro de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na cidade da Praia, em 23 de novembro de 2005.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto Legislativo nº 175, de 14 de maio de 2009.

Senado Federal, em 15 de setembro de 2011. – Senador **José Sarney,** Presidente do Senado Federal.

(*) O texto da Convenção acima citado está publicado no **DSF** de 27-11-2010.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 289, DE 2011(*)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Maláui, celebrado em Brasília, em 16 de setembro de 2009.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Maláui, celebrado em Brasília, em 16 de setembro de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como

quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de setembro de 2011. – Senador **José Sarney,** Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 7-6-2011.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 290, DE 2011(*)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique no Domínio da Defesa, assinado em Maputo, em 26 de março de 2009.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique no Domínio da Defesa, assinado em Maputo, em 26 de março de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer acordos, entendimentos ou ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de setembro de 2011. – Senador **José Sarney,** Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 2-7-2011.

Ata da 160ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 15 de setembro de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência das Srªs Marta Suplicy e Ana Amélia e dos Srs. Paulo Paim, Anibal Diniz, Randolfe Rodrigues e Wellington Dias

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 19 horas e 13 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Período : 15/9/2011 07:26:23 até 15/9/2011 20:35:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X	
Bloco-PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X	
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	
PT	ES	ANA RITA	X	
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X	
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X	
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PR	MS	ANTONIO RUSSO NETTO	X	
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X	
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X	
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X	
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X	
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X	
PT	MS	DELCÍDIO DO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X	
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	X	
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X	
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
PT	AC	JORGE VIANA	X	
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X	
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X	
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X	
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PT	SP	MARTA SUPLICY	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PSDB	SC	PAULO BAUER	X	
PV	RN	PAULO DAVIM	X	
PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	
PP	RO	REDITÁRIO CASSOL	X	
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X	
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X	
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PMN	AC	SÉRGIO PETECÃO	X	
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X	
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X	
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X	
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X	
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X	
PMDB	PB	WILSON SANTIAGO	X	
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X	

Compareceram: 74 Senadores

Operador: NILSON SILVA DE ALMEIDA **Emissão: 15/9/2011 20:31:07**

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Esgotou-se, ontem, o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 267, de 2011**, dos Senadores José Sarney e Francisco Dornelles, que *acrescenta os arts. 13-A e 48-A à Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para instituir cláusula de desempenho para fins de funcionamento parlamentar e de acesso gratuito ao rádio e à televisão* (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2011).

Tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Projeto de Lei do Senado nº 267, de 2011, vai à Câmara dos Deputados.

O Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2011, será incluído em Ordem do Dia, oportunamente, a fim de ser declarado prejudicado, nos termos do § 1º do art. 334 do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei do Senado nº 535, de 2009**, do Senador Paulo Paim, que *altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências, para dispor sobre a unificação da arrecadação das contribuições sociais de empregado e empregador doméstico e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2010**, do Senador Marcelo Crivella, que *modifica a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir o pagamento do auxílio-acidente aos beneficiários que sofram redução da capacidade para o trabalho, independentemente da reversibilidade das lesões incapacitantes*;e

– **Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2010**, do Senador José Bezerra, que *altera o art. 732 da Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a pena aplicada ao reclamante pelo não comparecimento à audiência*.

Tendo sido apreciados terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais, os **Projetos de Lei do Senado nºs 535, de 2009; e 268, de 2010**, aprovados, vão à Câmara dos Deputados; e o Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2010, rejeitado, vai ao Arquivo.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez que já se encontra instruído pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o **Projeto de Resolução nº 8, de 2011**, será encaminhado à Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 196, de 2011**, na origem, do Ministério Público do Estado de Rondônia, autuado administrativamente sob o número de processo 011366/11-7, em atenção ao Ofício SF nº 262/2011, informando recebimento e respectivo registro do Relatório Final nº 3, de 2010, da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, bem como o seu encaminhamento ao Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude e da Defesa dos Usuários dos Serviços de Educação daquele Estado.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 196/2011/GAB-PGJ

Porto Velho, 21 de março de 2011

Senhor Senador,

Em atenção ao Ofício SF nº 262/2011, de 3 de março do corrente ano, informo que o expediente foi registrado sob o nº 2011001010002345 e encaminhado ao Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude e da Defesa dos Usuários dos Serviços de Educação (CAO-INF), para diligências, conforme despacho anexo.

Atenciosamente, – **Ivanildo de Oliveira**, Procurador-Geral da Justiça.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O **Ofício nº 196, de 2011**, na origem, será anexado ao processado do Requerimento nº 200, de 2008.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, propostas de emenda à Constituição que serão lidas.

São lidas as seguintes:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 91, DE 2011

Altera o art. 37 da Constituição Federal para estabelecer a gratuidade de inscrição em concurso público.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O **caput** do art. 37 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXIII:

"Art. 37. .....

.....

XXIII – É gratuita a inscrição em concurso público ao candidato que comprovar:

a) condição de doador de sangue, com coletas pelo menos semestrais;

b) renda pessoal mensal de até dois salários mínimos;

c) deficiência física ou necessidades especiais, sensoriais ou ambulatórias.

..... "(NR)

Art. 2º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A crônica insuficiência de doadores de sangue em todo o País é uma realidade que está estabelecida há muito, com consequências contundentes sobre as expectativas de sobrevivência de pacientes em todo o território nacional.

Sem adentrar ao exame das causas, culturais ou não, da resistência dos brasileiros em colaborar com os bancos de sangue, cremos que é tarefa do legislador nacional procurar soluções para tentar enfrentar a demanda, sempre urgente, dos estoques por todo o País.

A providência que esta proposição veicula é simples: o doador de sangue, que não o seja em caráter eventual, terá direito à gratuidade no procedimento de inscrição em concursos públicos.

Além dessa hipótese, estamos agregando outras duas situações que tem preocupado o legislador federal: a viabilização da inscrição em concurso das pessoas de baixa renda — que encontram, já no valor arbitrado, um obstáculo sério aos seus sonhos de uma vida melhor –, e a estímulo à inscrição de deficientes físicos, cujas dificuldades e demandas geradas pelas deficiências de que portadores já constituem agravo, inclusive financeiro, para pretensões à conquista de uma carreira pública.

Com essa preocupação, estamos consolidando, com estatura constitucional, a gratuidade de inscrição nos certames seletivos para cargos públicos desses três grupos, abrindo-lhes (no caso dos brasileiros de baixa renda) ou estimulando-lhes (nos demais) a possibilidade de conquista de uma melhor situação financeira através da ocupação de cargo público.

A decisão pelo uso de proposta de emenda à Constituição tem por objetivo impor a gratuidade a todos os níveis da Federação brasileira, alcançando concursos federais, estaduais, distritais e municipais.

Portanto, pelos méritos qualificam a presente proposta razão pela qual espero que mereça a melhor atenção do Parlamento Nacional.

Sala das Sessões,

1. Senador **VITAL DO RÊGO**
3.
4.
5.
6.
7.
8.
9.
10.
11.
12.
13.
14.
15.
16.
17.
18.
19.
20.
21.
22.
23.
24.
25.
26.
27.
28.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO III
Da Organização do Estado

CAPÍTULO VII
Da Administração Pública

Seção I
Disposições Gerais

.....

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

III – o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV – durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V – as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

VI – é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII – o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;

VIII – a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX – a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

X – a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

XI – a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;

XII – os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII – é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;

XIV – os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;

XV – o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico;

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

XVII – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações,

empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;

XVIII – a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

XX – depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

XXII – as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º A não-observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

I – as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;

II – o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;

III – a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública.

§ 4º Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

§ 7º A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.

§ 8º A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:

I – o prazo de duração do contrato;

II – os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes;

III – a remuneração do pessoal.

§ 9º O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.

§ 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

§ 11. Não serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do **caput** deste artigo, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei.

§ 12. Para os fins do disposto no inciso XI do **caput** deste artigo, fica facultado aos Estados e ao

Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 92, DE 2011

Altera a redação do inciso II do § 7º do art. 201 da Constituição Federal, para reduzir, em cinco anos, a idade exigida para aposentadoria dos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso II do § 7º do art. 201 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 201. .....

.....

§ 7º .....

.....

II — sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos, em benefício de ambos os sexos, o limite para os trabalhadores rurais e para remanescentes das comunidades dos quilombos, que estejam ocupando suas terras, e para os que exerçam suas atividades em regime de economia– familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.

....."(NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Os quilombos, focos de resistência dos afrodescendentes contra o escravismo, são parte relevante da história, da cultura e da formação do Estado brasileiro. Mais recentemente eles se tornaram centros de luta política pela direito à permanência e ao reconhecimento legal de posse das terras ocupadas, defendendo a subsistência e a manutenção de sua cultura, com práticas, crenças e valores específicos. Nesse espaço, então, lutam os quilombolas pelo direito de serem proprietários mas, também, pelo direito de manutenção de suas tradições, reserva de memória histórica e ambiente ao qual estão habituados.

Com o reconhecimento da propriedade das terras, pela Constituição Federal de 1988, no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, aos "remanescentes das comunidades dos quilombos", o processo de luta avançou. Mas, não se trata apenas de reconhecer o direito a um título fundiário e cartorial, como compensação que a nação brasileira faz ao período de escravidão. Trata-se do início de uma política de ação afirmativa visando corrigir os efeitos da exclusão social que acompanha a história dos afrodescendentes. Trata-se, também, da elevação dos indicadores de cidadania desse segmento social pouco assistido rumo a uma igualdade plena.

É claro que o conceito de quilombo e a ideia de "remanescência" e de comunidade, presentes no texto constitucional, ainda suscitam inúmeros debates. Em última instância, todas as questões sociais, relativas aos afrodescendentes estão interrelacionadas.

Nossa proposta, entretanto, não tem a pretensão de fixar conceitos e interpretações. Pretendemos, simplesmente, o reconhecimento de que os quilombolas, assim como os trabalhadores rurais, trabalham em condições diferenciadas em relação aos trabalhadores urbanos. Merecem, portanto, um tratamento previdenciário diferente, com redução na idade de aposentadoria, em cinco anos.

Historicamente, a sustentação econômica dos quilombos está fundamentada em trabalho agrícola, extrativista, minerador e pastoril. Os remanescentes trabalham também com pequenos comércios e prestação de serviços. São atividades que demandam esforço físico e, via de regra, envolvem uma submissão maior aos fatores naturais. A redução proposta da idade mínima exigida para aposentadoria, então, é justificável por razões sociais, culturais e histórias, e, principalmente, pela natureza do trabalho desenvolvido pelos quilombolas.

Diante do grande alcance social da proposta, estamos convencidos de que nossa iniciativa merecerá o apoio dos membros do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, – Senador **Vicentinho Alves.**

ASSINATURA	SENADOR
1	
2	KATIA ABREU
3	MARIA DO CARMO ALVES
4	JOSÉ PIMENTEL
5	
6	
7	
8	ANA AMÉLIA - (PP/RS)
9	PEDRO SIMON
10	
11	
12	JOÃO DURVAL
13	EDUARDO BRAGA
14	
15	LÚDIO COELHO
16	ANTONIO CARLOS VALADARES
17	MOZARILDO
18	TIÃO VIANA
19	VANESSA
20	HUMBERTO COSTA

21 / João Alberto Souza

22 /

23 / Eduardo Braga

24 /

25 / Angela Portela

26 / Wellington Dias

27 / Rodrigo Rollemberg

28 / Randolfe

29 / Inácio Arruda

30 /

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

.....

Seção III

Da Previdência Social

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:

.....

.....

§ 7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:

.....

.....

II – sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 93, DE 2011

Insere alínea e **ao Inciso II do art. 54 da Constituição Federal para proibir os Deputados e Senadores quando da posse nos respectivos cargos eletivos de participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, prestar consultaria ou assessoria privada e exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Insira-se a alínea **e** ao inciso II do art. 54 da Constituição Federal:

> **"e)** participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, prestar consultoria ou assessoria privada e exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário."

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A proibição ora proposta se coaduna com o disposto no Regime Jurídico único dos servidores da União, em seu art. 117, inciso X, o qual proíbe os servidores civis da União de participarem de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, prestarem consultoria ou assessoria privada e de exercerem o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

Além da observância ao princípio da igualdade no tratamento dos agentes públicos da União (servidores e agentes políticos), a finalidade da proposta em justificação é a de garantir a observância ao princípio constitucional da eficiência, garantindo que a atenção do parlamentar esteja voltada exclusivamente ao seu mandato.

É com vistas a promover uma maior eficiência no trabalho dos parlamentares que se apresenta essa Proposta de Emenda à Constituição, constituindo as razões pelas quais pedimos o apoio dos ilustres Pares.

Sala das Sessões,

Senador RANDOLFE RODRIGUES
PSOL/AP

Senadora MARINOR BRITO
PSOL/PA

PDT - MT

PDT - DF

PSB/DF

NOME DO SENADOR	ASSINATURA
FLEXA RIBEIRO	
ALVARO DIAS	
	JOSÉ AGRIPINO
SERGIO PETECÃO	
ZEZÉ PERRELLA	
ROBERTO REQUIÃO	
CARLOS HOLDERNER	
MOZARILDO	
ALOYSIO NUNES FERRAZ	

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – As Propostas de Emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 574, DE 2011

Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre os royalties e a receita da comercialização relativos ao regime de partilha de produção.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Incluam-se os seguintes arts. 42-A e 42-B na Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010:

"Art. 42-A. Os **royalties** devidos pelo contratado sob o regime de partilha de produção serão pagos mensalmente, em moeda nacional, a partir da data de início da produção comercial de cada campo, em montante correspondente a 20% (vinte por cento) da produção de petróleo ou gás natural."

§ 1º Os critérios para o cálculo do valor dos **royalties** serão estabelecidos por decreto do Presidente da República, em função dos preços de mercado do petróleo, gás natural ou condensado, das especificações do produto e da localização do campo.

§ 2º A queima de gás em **flares**, em prejuízo de sua comercialização, e a perda de produto ocorrida sob a responsabilidade do concessionário serão incluídas no volume total da produção a ser computada para cálculo dos **royalties** devidos."

"Art. 42-B. Os **royalties** oriundos da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos extraídos de campos contratados após a vigência desta Lei sob o regime de partilha de produção, serão distribuídos da seguinte forma:

I – quando a lavra ocorrer em terra, lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres:

a) oito pontos percentuais e dois décimos (8,2 pontos percentuais) aos estados produtores;

b) dois pontos percentuais e três décimos (2,3 pontos percentual) aos municípios produtores;

c) um ponto percentual e dois décimos (1,2 ponto percentual) aos municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, na forma e critério estabelecidos pela ANP;

d) oito pontos percentuais e três décimos (8,3 pontos percentuais) para a União dos quais:

1) três pontos percentuais e três décimos (3,3 pontos percentuais) para constituição de Fundo Especial a ser distribuído entre os Estados e o Distrito Federal, de acordo com os critérios de repartição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, previsto no art. 159, I, **a**, da Constituição Federal;

2) três pontos percentuais e três décimos (3,3 pontos percentuais) para constituição de Fundo Especial a ser distribuído entre os Municípios, de acordo com os critérios de repartição do Fundo de Participação dos Municípios, previsto no art. 159, I, "b", da Constituição Federal;

3) um ponto percentual e sete décimos (1,7 ponto percentual) para o Ministério de Ciência e Tecnologia, para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo, do gás natural, dos biocombustíveis e à indústria petroquímica;

II – quando a lavra ocorrer na plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva:

a) cinco pontos percentuais e cinco décimos (5,5 pontos percentuais) aos estados produtores ou confrontantes;

b) três pontos percentuais e três décimos (3,3 pontos percentuais) aos municípios produtores ou confrontantes;

c) um ponto percentual (1,0 ponto percentual) aos municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, na forma e critério estabelecidos pela ANP;

d) dez pontos percentuais e dois décimos (10,2 pontos percentuais) para a União, dos quais:

1) quatro pontos percentuais e quatro décimos (4,4 pontos percentuais) para constituição de Fundo Especial a ser distribuído entre os Estados e o Distrito Federal, de acordo com

os critérios de repartição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, previsto no art. 159, I, **a**, da Constituição Federal;

2) quatro pontos percentuais e quatro décimos (4,4 pontos percentuais) para constituição de Fundo Especial a ser distribuído entre os Municípios, de acordo com os critérios de repartição do Fundo de Participação dos Municípios, previsto no art. 159, I, "b", da Constituição Federal;

3) sete décimos de ponto percentual (0,7 ponto percentual) para o Comando da Marinha, para financiar programas de monitoramento e fiscalização das áreas de exploração em mar.

4) sete décimos de ponto percentual (0,7 ponto percentual) para o Ministério de Ciência e Tecnologia, para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo, do gás natural, dos bicombustíveis e à indústria petroquímica.

Art. 2º. O art. 46 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 46. A receita da União advinda da comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluídos, obtida nos contratos de partilha de produção, será destinada da seguinte forma:

I – cinqüenta por cento (50%) para constituição do Fundo Social a que se refere o art. 47;

II – doze e meio por cento (12,5%) para constituição de fundo especial, distribuído a todos Estados e Distrito Federal, obedecidos os mesmos critério de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, de que trata o art. 159, I, "a", da Constituição Federal;

III – doze e meio por cento (12,5%) para constituição de fundo especial, distribuído a todos os Municípios, obedecidos os mesmos critérios de rateio do Fundo de Participação dos Municípios, de que trata o art. 159, I, "b", da Constituição Federal.

IV – vinte por cento (20,0%) para os Estados produtores ou confrontantes;

V – cinco por cento (5,0%) para os Municípios produtores ou confrontantes;

VI – um por cento (1,0%) para os municípios afetados por operações de embarque e desembarque de petróleo e derivados.

Parágrafo único. Os repasses dos fundos previstos nos incisos II e III serão realizados em intervalos de dez dias, decorridos até dez dias da arrecadação da receita, e caberá ao Tribunal de Contas da União apurar e divulgar os coeficientes de participação e acompanhar as liberações." (NR)

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Este projeto de lei define os **royalties** exigidos no novo regime de partilha de produção de petróleo e também altera normas sobre demais receitas do mesmo regime, que recentemente foram objeto da Lei nº 12.351, de 22/12/2010, que criou o chamado marco regulatório do pré-sal.

Propusemos, em primeiro lugar, a elevação da alíquota dos **royalties** do petróleo, dos atuais 10% para 20%. Entendemos que a alíquota atual é muito baixa, principalmente se aplicada aos campos de alta produtividade do pré-sal e de futuras áreas estratégicas.

Além do aumento da alíquota, a proposta visa, antes de tudo, garantir a vigência de contratos de concessão em áreas já licitadas e propor uma distribuição de **royalties** mais justa para contratos firmados no futuro, assegurando a estados e municípios produtores aquilo que a legislação atual lhes garante.

Não custa mencionar que a hipótese de alteração das regras vigentes e previstas em contrato, poderia ferir os princípios constitucionais de preservação do ato jurídico perfeito e do direito adquirido, previstos no inciso XXVI do art. 5º de nossa Lei Maior. Além da questão jurídica, é preciso considerar a questão econômica. Estados e municípios produtores foram obrigados a realizar despesas com transporte, saneamento, educação, saúde, segurança e justiça contando com a arrecadação decorrente de contratos de concessão já assinados.

A Constituição de 1988 dispõe no art. 20, parágrafo 1º, que "**é assegurada**, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal [...] **participação no resultado da exploração do petróleo ou gás natural**, [...] **no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva**, ou **compensação financeira** por essa exploração".

É óbvio que o Constituinte, ao estabelecer esse dispositivo, pretendia compensar os estados e municípios produtores. Isso porque são os estados e municípios produtores que sofrem com os danos ambientais decorrentes da atividade de extração, que são obrigados a prover infraestrutura para a indústria petroleira, e que têm de dar conta de expandir a oferta de serviços públicos para acomodar a população atraída para o local.

A Constituição Federal também prevê, em seu art. 155, §§ 2º e 4º, que o ICMS do petróleo, ao contrário do que ocorre com outros produtos, deve ser pago no estado de consumo, e não no estado onde é produzido. Por isso os estados produtores deixam de arrecadar mais de R$10 bilhões por ano. Assim, os **royalties** também podem ser interpretados como uma forma de compensar os estados produtores pela perda de arrecadação com o ICMS.

Para destinar **royalties** do petróleo aos estados e municípios não produtores e não afetados deve-se estabelecer metodologia que respeite os preceitos constitucionais. Como somente a União, estados e municípios produtores têm direito à compensação pela exploração do petróleo, propomos destinar à União 8,3 pontos percentuais dos 20 por cento devidos a título de **royalties** da exploração em terra, e 10,2 pontos percentuais dos 20 por cento devidos à exploração na plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva. Por sua vez, a União destinará, da parte que lhe couber, 6,6 pontos percentuais no caso de exploração em terra, lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres, ou 8,8 pontos percentuais no caso de exploração na plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, para todos os estados e municípios, com base nos critérios do FPM e FPE, implicando significativo aumento em relação à participação atual.

Os recursos da participação especial passarão, na realidade, a ficar com a União, na forma da parcela de óleo excedente que lhe será destinada. Esta proposta, portanto, amplia significativamente a participação dos estados e municípios não produtores nos resultados da exploração do petróleo.

Ainda deve ser observado que a parcela da União, de 1,7 ponto percentual, será destinada ao Ministério de Ciência e Tecnologia, se a lavra ocorrer em terra, lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres. Para exploração em mar, a parcela da União, de 1,4 ponto percentual, será destinada ao Comando da Marinha e ao Ministério de Ciência e Tecnologia.

O projeto de lei substitui o art. 46 da Lei nº 12.451 de 2010 para dar nova disposição à distribuição do resultado líquido que terá a União com o novo regime de partilha. No regime de concessão, os estados recebem, diretamente, as participações especiais e, indiretamente, parcelas dos lucros que as empresas têm no regime de concessão, cujo imposto de renda devido acaba sendo parcialmente repartido via fundos de participação. Por isso, é ora proposto que toda receita de comercialização da União seja compartilhada, aplicando-se 50% na constituição do Fundo Social, e 25% nos fundos a serem repassados aos estados e municípios, sendo 12,5 pontos percentuais para cada fundo, obedecendo a lógica constitucional dos fundos de participação FPE e FPM quanto aos critérios de rateio. A participação restante será distribuída para Estados produtores ou confrontantes, na proporção de vinte pontos percentuais (20%), para Municípios produtores ou confrontantes, na proporção de quatro pontos percentuais (4%) e para municípios afetados por operações de embarque e desembarque, na proporção de um ponto percentual (1%).

Por fim, esta proposta visa ao respeito à segurança jurídica e à preservação do equilíbrio federativo, função maior do Senado federal. – Senador **Francisco Dornelles,** PP-RJ – Senador **Delcídio Amaral,** PT -MS – Senador **Lindbergh Farias,** PT -RJ – Senador **Ricardo Ferraço,** PMDB – ES.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 12.351, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social – FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências.

.....

CAPÍTULO V

Das Receitas Governamentais no Regime de Partilha de Produção

Art. 42. O regime de partilha de produção terá as seguintes receitas governamentais:

I – **royalties**; e

II – bônus de assinatura.

§ 1º Os **royalties** correspondem à compensação financeira pela exploração de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o § 1º do art. 20 da Constituição Federal, vedada sua inclusão no cálculo do custo em óleo.

§ 2º O bônus de assinatura não integra o custo em óleo, corresponde a valor fixo devido à União pelo contratado e será estabelecido pelo contrato de partilha de produção, devendo ser pago no ato de sua assinatura.

Art. 43. O contrato de partilha de produção, quando o bloco se localizar em terra, conterá cláusula determinando o pagamento, em moeda nacional, de participação equivalente a até 1% (um por cento) do valor da produção de petróleo ou gás natural aos proprietários da terra onde se localiza o bloco.

§ 1º A participação a que se refere o **caput** será distribuída na proporção da produção realizada nas propriedades regularmente demarcadas na superfície do bloco, vedada a sua inclusão no cálculo do custo em óleo.

§ 2º O cálculo da participação de terceiro de que trata o **caput** será efetivado pela ANP.

Art. 44. Não se aplicará o disposto no art. 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, aos contratos de partilha de produção.

CAPÍTULO VI

Da Comercialização do Petróleo, do Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos Fluidos da União

Art. 45. O petróleo, o gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos destinados à União serão comercializados de acordo com as normas do direito privado, dispensada a licitação, segundo a política de comercialização referida nos incisos VI e VII do art. 9º.

Parágrafo único. A empresa pública de que trata o § 1º do art. 8º, representando a União, poderá contratar diretamente a Petrobras, dispensada a licitação, como agente comercializador do petróleo, do gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos referidos no **caput**.

Art. 46. A receita advinda da comercialização referida no art. 45 será destinada ao Fundo Social, conforme dispõem os arts. 47 a 60.

.....

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; e de Serviços de Infraestrutura, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 575, DE 2011

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que "institui o Código de Trânsito Brasileiro", para determinar que o percentual do valor dos prêmios arrecadados com o DPVAT destinado a programas de prevenção de acidentes será retirado da parcela destinada às companhias seguradoras que operam com o DPVAT.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 78 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 78. .....

Parágrafo único. As companhias seguradoras que operam o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT, de que trata a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, deverão repassar mensalmente ao Coordenador do Sistema Nacional de Trânsito o percentual de cinco por cento do valor total do prêmio arrecadado, para aplicação exclusiva nos programas de que trata este artigo. (NR)"

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

Justificação

Atualmente, 45% do valor total arrecadado com prêmios em razão da contratação do Seguro Obrigatório DPVAT é destinado ao Fundo Nacional de Saúde (FNS). Esses recursos são repassados diretamente pela rede bancária àquele fundo e se destinam ao custeio do atendimento médico-hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito.

Em vista da necessidade de se encontrar fontes adicionais de recursos para financiar as ações e serviços públicos de saúde, apresento à consideração dos nobres pares a proposta de ampliar a parcela daqueles prêmios que é atualmente destinada ao Fundo Nacional de Saúde.

Nesse sentido, este projeto objetiva aumentar a referida parcela de 45% para 50%, mediante a exclusão do percentual destinado ao custeio de programas de prevenção de acidentes, o qual, conforme disposto no art. 78 do Código de Trânsito Brasileiro em vigor, vem sendo retirado da parcela destinada à Seguridade Social.

Em contrapartida, o projeto prevê que a parcela de 5% para os programas de prevenção de acidentes passe a ser retirada do montante –hoje correspondente a 50% do total de prêmios arrecadado – atualmente destinado às seguradoras que operam o DPVAT.

Esse montante, administrado pelas seguradoras, destina-se ao ressarcimento dos acidentados das suas despesas pessoais com sinistros (assistência médica prestada fora do Sistema Único de Saúde) e ao pagamento de indenizações por morte e invalidez; à cobertura das despesas operacionais e administrativas das seguradoras, e à remuneração do capital dessas empresas.

Dessa forma – e como as despesas operacionais são incompressíveis – a proposição reduz o valor dos recursos a disposição para o pagamento das indenizações e a margem de lucro das empresas que operam o seguro e amplia em igual proporção a parcela destinada ao Fundo Nacional de Saúde.

Sala das Sessões, – Senador **Vital do Rego.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....

Art. 78. Os Ministérios da Saúde, da Educação e do Desporto, do Trabalho, dos Transportes e da Justiça, por intermédio do CONTRAN, desenvolverão e implementarão programas destinados à prevenção de acidentes.

Parágrafo único. O percentual de dez por cento do total dos valores arrecadados destinados à Previdência Social, do Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, de que trata a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, serão repassados mensalmente ao Coordenador do Sistema Nacional de Trânsito para aplicação exclusiva em programas de que trata este artigo.

.....

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 576, DE 2011

Altera o art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, incluindo o § 4º para estipular a atualização monetária dos valores de indenização.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescenta-se o § 4º ao art. 3º, da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro 1974, que passa a viger com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

I – .....

II – .....

III – .....

§ 4º Os valores citados nos incisos I, II e III, deverão ser atualizados monetariamente pelo IPCA, ou outro índice que venha substituí-lo, desde 31 de maio de 2007, até o efetivo pagamento."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A criação do seguro obrigatório DPVAT, através da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, pela sua relevante função social e alimentar, decorre dos riscos criados pela circulação de veículos automotores, garantindo uma indenização às vítimas deste tipo de acidente, independentemente de culpa.

Diferentemente do seguro de responsabilidade civil, estipulado no art. 757 e seguintes do Código Civil, o seguro obrigatório é custeado pelos proprietários de veículos automotores de via terrestre, e é destinado exclusivamente a danos pessoais, não prevendo cobertura de danos materiais por colisão, roubo ou furto de veículos.

No caso da ocorrência do sinistro, as indenizações, que atualmente estão estipuladas em valores fixos desde 2007, são pagas em caso de morte, invalidez permanente, e através de reembolso, despesas comprovadas com atendimento médico-hospitalar.

Quando da criação da Lei nº 6.194/74, os valores das indenizações eram definidos pelo salário mínimo, mas fora alterado pela Medida Provisória nº 340, de 29 de dezembro de 2006, posteriormente convertido em Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, fixando desde então em valores fixos das indenizações, sem qualquer índice de correção monetária ou ajuste pela inflação.

Como os valores foram definidos pela Medida Provisória nº 340, de 2006, tendo como consequência a conversão pela Lei nº 11.482, de 2007, desde então os referidos valores não se alteraram, tornando clara a defasagem ao passar do tempo, o que não coaduna com as necessidades das vítimas e seus beneficiários deste importante seguro social, ainda mais quando presente a crise financeira mundial e o aumento da inflação.

Desta forma, torna-se necessário a correção dos valores expressos nos incisos I, II e III, do art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, pelo IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a publicação da Lei nº 11.482 no **Diário Oficial da União**, que ocorreu em 31 de maio de 2007, sob pena de se tornarem inócuos as necessidades das vítimas, seus familiares ou beneficiários.

Em face do exposto, solicito aos ilustres Parlamentares o indispensável apoio à aprovação desta proposta de alteração de lei ordinária, certamente se constituirá um passo importante rumo à justiça social do pagamento do seguro obrigatório DPVAT.

Sala das Sessões, – Senador **Demóstenes Torres.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.194, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1974

Dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009).

a) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

b) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

c) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

I – R$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007).

II – até R$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

III – até R$2.700,00 (dois mil e setecentos reais) – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** dente artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).

I – quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo à indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).

II – quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).

§ 2º Assegura-se à vítima o reembolso, no valor de até R$2.700,00 (dois mil e setecentos reais), previsto no inciso III do **caput** deste artigo, de despesas médico-hospitalares, desde que devidamente comprovadas, efetuadas pela rede credenciada junto ao Sistema Único de Saúde, quando em caráter privado, vedada a cessão de direitos. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).

§ 3º As despesas de que trata o § 2º deste artigo em nenhuma hipótese poderão ser reembolsadas quando o atendimento for realizado pelo SUS, sob pena de descredenciamento do estabelecimento de saúde do SUS, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).

Brasília, 19 de dezembro de 1974; 153º da Independência e 86º da República. – **ERNESTO GEISEL – Severo Fagundes Gomes.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 20-12-1974 e retificada no **DOU** de 31-12-1974

(À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 577, DE 2011 (COMPLEMENTAR)

Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao segurado do regime geral de previdência social que exerça as atividades de coleta de lixo, de qualquer natureza, de selecionador de lixo para fins de reciclagem, e de varrição de vias públicas e logradouros.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É devida a aposentadoria especial, uma vez cumprido o período de carência, ao segurado que exerça as atividades de coleta de lixo, de qualquer natureza, de selecionador de lixo para fins de reciclagem, e de varrição de vias públicas e logradouros, durante 25 anos, desde que sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

§ 1º A aposentadoria especial, observado o disposto no art. 33 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, consistirá numa renda mensal equivalente a cem por cento do salário-de--benefício.

§ 2º A data de início do benefício será fixada da mesma forma que a da aposentadoria por idade, conforme o disposto no art. 49 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 2º A concessão da aposentadoria especial dependerá de comprovação pelo segurado, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social–INSS, do tempo de trabalho permanente, não ocasional nem intermitente, em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

§ 1º O segurado deverá comprovar, além do tempo de trabalho, exposição aos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, pelo período equivalente ao exigido para a concessão do benefício.

§ 2º O tempo de trabalho exercido sob condições especiais que sejam ou venham a ser consideradas prejudiciais à saúde ou à integridade física será somado, após a respectiva conversão ao tempo de trabalho exercido em atividade comum, segundo critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, para efeito de concessão de qualquer benefício.

Art. 3º O benefício previsto nesta lei será financiado com os recursos provenientes da contribuição de que trata o inciso II do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, cuja alíquota será acrescida de seis pontos percentuais.

§ 1º O acréscimo de que trata o **caput** incide exclusivamente sobre a remuneração do segurado sujeito às condições especiais referidas no artigo 1º desta lei.

§ 2º Aplica-se o disposto no art. 46 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, ao segurado aposentado nos termos deste artigo que continuar no exercício de atividade ou operação que o sujeite aos agentes nocivos químicos, físicos e biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física considerados para fins de concessão da aposentadoria especial a serem definidos pelo Poder Executivo.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A limpeza urbana não é apenas uma forma de tornar a cidade mais bonita. A varrição e coleta do lixo são imprescindíveis para evitar a proliferação de focos de doença e preservar o meio ambiente. Na execução dessas atividades, o trabalhador fica exposto a condições extremas de insalubridade, que os sujeita ao risco de contaminação, além da exposição a agentes físicos agressivos (mecânicos, acústicos e térmicos), tão prejudiciais à sua saúde e integridade física.

Apesar de essas atividades serem reconhecidas como nocivas à saúde, o direito à aposentadoria especial de quem as exerce não é reconhecido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), sob a alegação de que as atividades de coleta de lixo, de qualquer natureza, de selecionador de lixo para fins de reciclagem, e de varrição de vias públicas e logradouros não são insalubres, restando ao trabalhador procurar pela satisfação de seu direito na Justiça, onde ele só a consegue após longa espera pelo desfecho de ações judiciais.

Nos tribunais, a jurisprudência tem sido preponderante no sentido de que essas atividades, se exercidas por mais de 25 anos, ensejam a obtenção de aposentadoria especial, embora elas não constem da lista de atividades nocivas à saúde. É também forte a jurisprudência no sentido de que essa lista não é taxativa, mas meramente exemplificativa, podendo se concluir pela existência de insalubridade, periculosidade ou penosidade, no trabalho desenvolvido, por meio de outros elementos probatórios.

Nesse contexto, estamos apresentando este projeto de lei que, além de fazer justiça a uma valorosa categoria de trabalhadores que tanto contribui para que nossas cidades sejam mais belas e livres de focos causadores de doenças, trará maior segurança jurídica na hora da concessão da aposentadoria especial.

Por essas razões, e diante do indiscutível alcance social desta iniciativa, esperamos contar com o apoio irrestrito dos membros do Congresso Nacional para a aprovação do presente projeto de lei. – Senador **Vicentinho Alves.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

.....

CAPÍTULO IV
Da Contribuição da Empresa

Art. 22. A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, além do disposto no art. 23, é de:

.....

II – para o financiamento do benefício previsto nos arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e daqueles concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, no decorrer do mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos:

.....

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

.....

Subseção II
Da Renda Mensal do Benefício

Art. 33. A renda mensal do benefício de prestação continuada que substituir o salário-de-contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado não terá valor inferior ao do salário-mínimo, nem superior ao do limite máximo do salário-de-contribuição, ressalvado o disposto no art. 45 desta Lei.

.....

Seção V
Dos Benefícios

Subseção I
Da Aposentadoria por Invalidez

Art. 46. O aposentado por invalidez que retornar voluntariamente à atividade terá sua aposentadoria automaticamente cancelada, a partir da data do retorno.

.....

Subseção II
Da Aposentadoria por Idade

Art. 49. A aposentadoria por idade será devida:

I – ao segurado empregado, inclusive o doméstico, a partir:

a) da data do desligamento do emprego, quando requerida até essa data ou até 90 (noventa) dias depois dela; ou

b) da data do requerimento, quando não houver desligamento do emprego ou quando for requerida após o prazo previsto na alínea **a**;

II – para os demais segurados, da data da entrada do requerimento.

.....

(À Comissão de Assuntos Sociais.)

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 578, DE 2011

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para determinar que obras com área construída acima de vinte mil metros quadrados atendam a critérios de sustentabilidade ambiental e justiça social.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 12 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. .....

.....

Parágrafo único. As obras com área construída superior a vinte mil metros quadrados deverão atender a critérios de sustentabilidade ambiental e justiça social, estabelecidos no edital, em função das peculiaridades do local onde será executada." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação.

Justificação

Desde a segunda metade do século XX, é bem conhecida a necessidade de aliar o desempenho das diversas atividades econômicas com a proteção do meio ambiente e a promoção da justiça social. Essa noção está claramente consubstanciada no conceito de desenvolvimento sustentável, moldado na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), a Rio'92. Mais recentemente, vem ganhando força a concepção de economia verde, que procura dar maior efetividade à promoção do desenvolvimento sustentável.

Por outro lado, é também amplamente reconhecido o papel das compras públicas na indução de comportamentos desejáveis nos agentes econômicos privados. O poder de compra do Estado, se bem direcionado, pode gerar ganhos de escala em setores nascentes da economia, que ofereçam produtos e adotem práticas cuja maciça adoção seja vista, segundo critérios de médio e longo prazos, como benéfica para a sociedade. Com o tempo, essa estratégia pode con-

tribuir decisivamente para a modificação de padrões insustentáveis de produção e consumo.

No Brasil, o ordenamento jurídico – tanto em nível constitucional, como legal – já permite que sejam estabelecidos requisitos ambientais para as contratações públicas. A interpretação sistemática da Constituição Federal, de normas ambientais já existentes (em especial a Política Nacional sobre Mudança do Clima e a Política Nacional de Resíduos Sólidos) e da Lei de Licitações possibilita a realização de licitações sustentáveis. Com efeito, critérios de sustentabilidade ambiental e de justiça social devem, gradualmente, passar a integrar o conceito de proposta mais vantajosa para a administração pública. Nesse contexto, a exigência de tais requisitos consiste, basicamente, na correta especificação dos bens, das obras e dos serviços a serem contratados.

Contudo, ainda não há critérios objetivos que determinem que tipo de obra deverá, necessariamente, atender a critérios ambientais e sociais. Este é o objetivo da presente proposição legislativa: transformar em obrigação jurídica a permissão legal de realização de contratação sustentável, no caso de obras com área construída acima de vinte mil metros quadrados. É preciso reconhecer, entretanto, que os diversos tipos de obras possíveis e a variedade das regiões brasileiras inviabilizam a definição, *a priori*, desses critérios, que deverão ser, com base nessa constatação, estabelecidos pelo edital correspondente.

Contamos com a contribuição de nossos Pares, no sentido de aprimorar e aprovar o presente projeto de lei, o qual, sob o nosso ponto de vista, constitui uma importante iniciativa do Senado Federal no sentido de contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável no Brasil. – Senador **Cícero Lucena.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I
Das Disposições Gerais

Seção I
Dos Princípios

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 2º As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.

~~Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.~~

~~Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.~~ ~~(Redação dada pela Medida Provisória nº 495, de 2010)~~

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

~~I – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprome-~~

~~tam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;~~

~~I – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991. (Redação dada pela Medida Provisória nº 495, de 2010)~~

I – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

II – estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

§ 2º Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

~~I – produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional;~~ (Revogado pela Lei nº 12.349, de 2010)

II – produzidos no País;

III – produzidos ou prestados por empresas brasileiras.

I – produzidos no País; (Redação dada pela Medida Provisória nº 495, de 2010)

~~II – produzidos ou prestados por empresas brasileiras; e (Redação dada pela Medida Provisória nº 495, de 2010)~~

~~III – produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País. (Redação dada pela Medida Provisória nº 495, de 2010)~~

IV – produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)

§ 3º A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.

§ 4º (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

~~§ 5º Nos processos de licitação previstos no caput, poderá ser estabelecida margem de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras. (Incluído pela Medida Provisória nº 495, de 2010)~~

~~§ 6º A margem de preferência por produto, serviço, grupo de produtos ou grupo de serviços, a que refere o § 5º, será definida pelo Poder Executivo Federal, limitada a até vinte e cinco por cento acima do preço dos produtos manufaturados e serviços estrangeiros. (Incluído pela Medida Provisória nº 495, de 2010)~~

~~§ 7º A margem de preferência de que trata o § 6º será estabelecida com base em estudos que levem em consideração: (Incluído pela Medida Provisória nº 495, de 2010)~~

~~I – geração de emprego e renda; (Incluído pela Medida Provisória nº 495, de 2010)~~

~~II – efeito na arrecadação de tributos federais, estaduais e municipais; e (Incluído pela Medida Provisória nº 495, de 2010)~~

~~III – desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País. (Incluído pela Medida Provisória nº 495, de 2010)~~

~~§ 8º Respeitado o limite estabelecido no § 6º, poderá ser estabelecida margem de preferência adicional para os produtos manufaturados e para os serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País. (Incluído pela Medida Provisória nº 495, de 2010)~~

~~§ 9º As disposições contidas nos §§ 5º, 6º e 8º deste artigo não se aplicam quando não houver produção suficiente de bens manufaturados ou capacidade de prestação dos serviços no País. (Incluído pela Medida Provisória nº 495, de 2010)~~

~~§ 10. A margem de preferência a que se refere o § 6º será estendida aos bens e serviços originários dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, após a ratificação do Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul, celebrado em 20 de julho de 2006, e poderá ser estendida, total ou parcialmente, aos bens e serviços originários de outros países, com os quais o Brasil venha assinar acordos sobre compras governamentais. (Incluído pela Medida Provisória nº 495, de 2010)~~

~~§ 11. Os editais de licitação para a contratação de bens, serviços e obras poderão exigir que o contratado promova, em favor da administração pública ou daqueles por ela indicados, medidas de compensação comercial, industrial, tecnológica ou acesso a condições vantajosas de financiamento, cumulativamente ou não, na forma estabelecida pelo Poder Executivo Federal. (Incluído pela Medida Provisória nº 495, de 2010)~~

~~§ 12. Nas contratações destinadas à implantação, manutenção e ao aperfeiçoamento dos sistemas de tecnologia de informação e comunicação, considerados estratégicos em ato do Poder Executivo Federal, a licitação poderá ser restrita a bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o processo produtivo básico de que trata a Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001. (Incluído pela Medida Provisória nº 495, de 2010)~~

§ 5º Nos processos de licitação previstos no **caput**, poderá ser estabelecido margem de preferência para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras. (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)

§ 6º A margem de preferência de que trata o § 5º será estabelecida com base em estudos revistos periodicamente, em prazo não superior a 5 (cinco) anos, que levem em consideração: (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)

I – geração de emprego e renda; (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)

II – efeito na arrecadação de tributos federais, estaduais e municipais; (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)

III – desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País; (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)

IV – custo adicional dos produtos e serviços; e (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)

V – em suas revisões, análise retrospectiva de resultados. (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)

§ 7º Para os produtos manufaturados e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País, poderá ser estabelecido margem de preferência adicional àquela prevista no § 5º. (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)

§ 8º As margens de preferência por produto, serviço, grupo de produtos ou grupo de serviços, a que se referem os §§ 5º e 7º, serão definidas pelo Poder Executivo federal, não podendo a soma delas ultrapassar o montante de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o preço dos produtos manufaturados e serviços estrangeiros. (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)

§ 9º As disposições contidas nos §§ 5º e 7º deste artigo não se aplicam aos bens e aos serviços cuja capacidade de produção ou prestação no País seja inferior: (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)

I – à quantidade a ser adquirida ou contratada; ou (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)

II – ao quantitativo fixado com fundamento no § 7º do art. 23 desta Lei, quando for o caso. (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)

§ 10. A margem de preferência a que se refere o § 5º poderá ser estendida, total ou parcialmente, aos bens e serviços originários dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul. (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)

§ 11. Os editais de licitação para a contratação de bens, serviços e obras poderão, mediante prévia justificativa da autoridade competente, exigir que o contratado promova, em favor de órgão ou entidade integrante da administração pública ou daqueles por ela indicados a partir de processo isonômico, medidas de compensação comercial, industrial, tecnológica ou acesso a condições vantajosas de financiamento, cumulativamente ou não, na forma estabelecida pelo Poder Executivo federal. (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)

§ 12. Nas contratações destinadas à implantação, manutenção e ao aperfeiçoamento dos sistemas de tecnologia de informação e comunicação, considerados estratégicos em ato do Poder Executivo federal, a licitação poderá ser restrita a bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o processo produtivo básico de que trata a Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001. (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)

§ 13. Será divulgada na internet, a cada exercício financeiro, a relação de empresas favorecidas em decorrência do disposto nos §§ 5º, 7º, 10, 11 e 12 deste artigo, com indicação do volume de recursos destinados a cada uma delas. (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)

Art. 4º Todos quantos participem de licitação promovida pelos órgãos ou entidades a que se refere o art. 1º têm direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido nesta lei, podendo qualquer cidadão acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

Parágrafo único. O procedimento licitatório previsto nesta lei caracteriza ato administrativo formal, seja ele praticado em qualquer esfera da Administração Pública.

Art. 5º Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 42 desta Lei, devendo cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação

de serviços, obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada.

§ 1º Os créditos a que se refere este artigo terão seus valores corrigidos por critérios previstos no ato convocatório e que lhes preservem o valor.

~~§ 2º A correção de que trata o parágrafo anterior correrá à conta das mesmas dotações orçamentárias que atenderam aos créditos a que se refere.~~

§ 2º A correção de que trata o parágrafo anterior cujo pagamento será feito junto com o principal, correrá à conta das mesmas dotações orçamentárias que atenderam aos créditos a que se referem. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º Observados o disposto no **caput**, os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24, sem prejuízo do que dispõe seu parágrafo único, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

Seção II
Das Definições

.....

Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:

I – Obra – toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta;

II – Serviço – toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais;

III – Compra – toda aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente;

IV – Alienação – toda transferência de domínio de bens a terceiros;

V – Obras, serviços e compras de grande vulto – aquelas cujo valor estimado seja superior a 25 (vinte e cinco) vezes o limite estabelecido na alínea "c" do inciso I do art. 23 desta Lei;

VI – Seguro-Garantia – o seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas por empresas em licitações e contratos;

VII – Execução direta – a que é feita pelos órgãos e entidades da Administração, pelos próprios meios;

~~VIII – Execução indireta – a que o órgão ou entidade contrata com terceiros, sob qualquer das seguintes modalidades:~~

VIII – Execução indireta – a que o órgão ou entidade contrata com terceiros sob qualquer dos seguintes regimes: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

a) empreitada por preço global – quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total;

b) empreitada por preço unitário – quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;

~~**c)** (VETADO)~~

c) (Vetado). (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

d) tarefa – quando se ajusta mão-de-obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais;

e) empreitada integral – quando se contrata um empreendimento em sua integralidade, compreendendo todas as etapas das obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para que foi contratada;

IX – Projeto Básico – conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

a) desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;

b) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras e montagem;

c) identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;

d) informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;

e) subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendendo a sua programação,

a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;

f) orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados;

X – Projeto Executivo – o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;

XI – Administração Pública – a administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas;

XII – Administração – órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente;

~~XIII – Imprensa Oficial – veículo oficial de divulgação da Administração Pública;~~

XIII – Imprensa Oficial – veículo oficial de divulgação da Administração Pública, sendo para a União o **Diário Oficial da União**, e, para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o que for definido nas respectivas leis; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

XIV – Contratante – é o órgão ou entidade signatária do instrumento contratual;

XV – Contratado – a pessoa física ou jurídica signatária de contrato com a Administração Pública;

XVI – Comissão – comissão, permanente ou especial, criada pela Administração com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes.

~~XVII – produtos manufaturados nacionais – produtos manufaturados, produzidos no território nacional de acordo com o processo produtivo básico ou regras de origem estabelecidas pelo Poder Executivo Federal; (Incluído pela Medida Provisória nº 495, de 2010)~~

~~XVIII – serviços nacionais – serviços prestados no País, nas condições estabelecidas pelo Poder Executivo Federal; (Incluído pela Medida Provisória nº 495, de 2010)~~

~~XIX – sistemas de tecnologia de informação e comunicação estratégicos – bens e serviços de tecnologia da informação e comunicação cuja descontinuidade provoque dano significativo à administração pública e que envolvam pelo menos um dos seguintes requisitos relacionados às informações críticas: disponibilidade, confiabilidade, segurança e confidencialidade. (Incluído pela Medida Provisória nº 495, de 2010)~~

XVII – produtos manufaturados nacionais – produtos manufaturados, produzidos no território nacional de acordo com o processo produtivo básico ou com as regras de origem estabelecidas pelo Poder Executivo federal; (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)

XVIII – serviços nacionais – serviços prestados no País, nas condições estabelecidas pelo Poder Executivo federal; (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)

XIX – sistemas de tecnologia de informação e comunicação estratégicos – bens e serviços de tecnologia da informação e comunicação cuja descontinuidade provoque dano significativo à administração pública e que envolvam pelo menos um dos seguintes requisitos relacionados às informações críticas: disponibilidade, confiabilidade, segurança e confidencialidade. (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)

Seção III

Das Obras e Serviços

Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte seqüência:

I – projeto básico;

II – projeto executivo;

III – execução das obras e serviços.

§ 1º A execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores, à exceção do projeto executivo, o qual poderá ser desenvolvido concomitantemente com a execução das obras e serviços, desde que também autorizado pela Administração.

§ 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

I – houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório;

II – existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;

III – houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;

IV – o produto dela esperado estiver contemplado nas metas estabelecidas no Plano Plurianual de que trata o art. 165 da Constituição Federal, quando for o caso.

§ 3º É vedado incluir no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem, exceto nos casos de empreendimentos executados e explorados sob o regime de concessão, nos termos da legislação específica.

§ 4º É vedada, ainda, a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo.

§ 5º É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.

§ 6º A infringência do disposto neste artigo implica a nulidade dos atos ou contratos realizados e a responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

§ 7º Não será ainda computado como valor da obra ou serviço, para fins de julgamento das propostas de preços, a atualização monetária das obrigações de pagamento, desde a data final de cada período de aferição até a do respectivo pagamento, que será calculada pelos mesmos critérios estabelecidos obrigatoriamente no ato convocatório.

§ 8º Qualquer cidadão poderá requerer à Administração Pública os quantitativos das obras e preços unitários de determinada obra executada.

§ 9º O disposto neste artigo aplica-se também, no que couber, aos casos de dispensa e de inexigibilidade de licitação.

Art. 8º A execução das obras e dos serviços deve programar-se, sempre, em sua totalidade, previstos seus custos atual e final e considerados os prazos de sua execução.

§ 1º As obras, serviços e fornecimentos serão divid~~idos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, a critério e por conveniência da Administração, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala.~~

~~§ 2º É proibido o retardamento imotivado da execução de parcela de obra ou serviço, se existente previsão orçamentária para sua execução total, salvo insuficiência financeira de recursos ou comprovado motivo de ordem técnica, justificados em despacho circunstanciado das autoridades a que se refere o art. 26 desta lei.~~

~~§ 3º Na execução parcelada, inclusive nos casos admitidos neste artigo, a cada etapa ou conjunto de etapas da obra, serviço ou fornecimento, há de corresponder licitação distinta, preservada a modalidade pertinente para a execução total do objeto da licitação.~~

~~§ 4º Em qualquer caso, a autorização da despesa será feita para o custo final da obra ou serviço projetados.~~

Parágrafo único. É proibido o retardamento imotivado da execução de obra ou serviço, ou de suas parcelas, se existente previsão orçamentária para sua execução total, salvo insuficiência financeira ou comprovado motivo de ordem técnica, justificados em despacho circunstanciado da autoridade a que se refere o art. 26 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Art. 9º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

I – o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

II – empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

III – servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

§ 1º É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o inciso II deste artigo, na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

§ 2º O disposto neste artigo não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua a elaboração de projeto executivo como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração.

§ 3º Considera-se participação indireta, para fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

§ 4º O disposto no parágrafo anterior aplica-se aos membros da comissão de licitação.

~~Art. 10. As obras e serviços poderão ser executados nos seguintes regimes:~~

Art. 10. As obras e serviços poderão ser executados nas seguintes formas: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I – execução direta;

II – execução indireta, nas seguintes modalidades:

II – execução indireta, nos seguintes regimes: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

a) empreitada por preço global;

b) empreitada por preço unitário;

~~**c)** (VETADO)~~

c) (Vetado). (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

d) tarefa;

e) empreitada integral.

~~Parágrafo único. (VETADO)~~

Parágrafo único. (Vetado). (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Art. 11. As obras e serviços destinados aos mesmos fins terão projetos padronizados por tipos, categorias ou classes, exceto quando o projeto-padrão não atender às condições peculiares do local ou às exigências específicas do empreendimento.

~~Art. 12. Nos projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços serão considerados principalmente os seguintes requisitos:~~

Art. 12. Nos projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços serão considerados principalmente os seguintes requisitos: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I – segurança;

II – funcionalidade e adequação ao interesse público;

III – economia na execução, conservação e operação;

IV – possibilidade de emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, conservação e operação;

V – facilidade na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade da obra ou do serviço;

~~VI – adoção das normas técnicas adequadas;~~

VI – adoção das normas técnicas, de saúde e de segurança do trabalho adequadas; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

VII – impacto ambiental.

Seção IV

Dos Serviços Técnicos Profissionais Especializados

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

I – estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;

II – pareceres, perícias e avaliações em geral;

~~III – assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras;~~

III – assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

IV – fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;

V – patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;

VI – treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

VII – restauração de obras de arte e bens de valor histórico.

VIII – (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 1º Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, os contratos para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados deverão, preferencialmente, ser celebrados mediante a realização de concurso, com estipulação prévia de prêmio ou remuneração.

§ 2º Aos serviços técnicos previstos neste artigo aplica-se, no que couber, o disposto no art. 111 desta Lei.

§ 3º A empresa de prestação de serviços técnicos especializados que apresente relação de integrantes de seu corpo técnico em procedimento licitatório ou como elemento de justificação de dispensa ou inexigibilidade de licitação, ficará obrigada a garantir que os referidos integrantes realizem pessoal e diretamente os serviços objeto do contrato.

Seção V

Das Compras

Art. 14. Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão: (Regulamento)

I – atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas;

II – ser processadas através de sistema de registro de preços;

III – submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;

IV – ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade;

V – balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

§ 1º O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º Os preços registrados serão publicados trimestralmente para orientação da Administração, na imprensa oficial.

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições:

I – seleção feita mediante concorrência;

II – estipulação prévia do sistema de controle e atualização dos preços registrados;

III – validade do registro não superior a um ano.

§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

§ 5º O sistema de controle originado no quadro geral de preços, quando possível, deverá ser informatizado.

§ 6º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço constante do quadro geral em razão de incompatibilidade desse com o preço vigente no mercado.

§ 7º Nas compras deverão ser observadas, ainda:

I – a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca;

II – a definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação;

III – as condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material.

§ 8º O recebimento de material de valor superior ao limite estabelecido no art. 23 desta Lei, para a modalidade de convite, deverá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros.

~~Art. 16. Fechado o negócio, será publicada a relação de todas as compras feitas pela Administração Direta ou Indireta, de maneira a clarificar a identificação do bem comprado, seu preço unitário, a quantidade adquirida, o nome do vendedor e o valor total da operação.~~

Art. 16. Será dada publicidade, mensalmente, em órgão de divulgação oficial ou em quadro de avisos de amplo acesso público, à relação de todas as compras feitas pela Administração Direta ou Indireta, de maneira a clarificar a identificação do bem comprado, seu preço unitário, a quantidade adquirida, o nome do vendedor e o valor total da operação, podendo ser aglutinadas por itens as compras feitas com dispensa e inexigibilidade de licitação. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos casos de dispensa de licitação previstos no inciso IX do art. 24. (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

Seção VI

Das Alienações

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I – quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

a) dação em pagamento;

~~**b)** doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo; (Vide Medida Provisória nº 335, de 2006)~~

~~**b)** doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas **f** e **h**; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007)~~

~~**b)** doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas "**f**", "**h**" e "**i**"; (Redação dada pela Medida Provisória nº 458, de 2009)~~

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas **f, h** e **i**; (Redação dada pela Lei nº 11.952, de 2009)

c) permuta, por outro imóvel que atenda aos requisitos constantes do inciso X do art. 24 desta Lei;

d) investidura;

e) venda a outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo; (Incluída pela Lei nº 8.883, de 1994)

~~**f)** alienação, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis construídos e destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais de interesse social, por órgãos ou entidades da administração pública especificamente criados para esse fim; (Incluída pela Lei nº 8.883, de 1994) (Vide Medida Provisória nº 292, de 2006) (Vide Medida Provisória nº 335, de 2006)~~

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007)

g) ~~procedimentos de legitimação de posse de que trata o art. 29 da Lei nº 6.383, de 7 de dezembro de 1976, mediante iniciativa e deliberação dos órgãos da Administração Pública em cuja competência legal inclua-se tal atribuição; (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)~~

g) ~~procedimentos de regularização fundiária de que trata o art. 29 da Lei nº 6.383, de 7 de dezembro de 1976; (Redação dada pela Medida Provisória nº 458, de 2009)~~

g) procedimentos de legitimação de posse de que trata o art. 29 da Lei nº 6.383, de 7 de dezembro de 1976, mediante iniciativa e deliberação dos órgãos da Administração Pública em cuja competência legal inclua-se tal atribuição; (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)

h) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis de uso comercial de âmbito local com área de até 250 m² (duzentos e cinqüenta metros quadrados) e inseridos no âmbito de programas de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Incluído pela Lei nº 11.481, de 2007)

i) ~~alienação e concessão de direito real de uso, gratuita ou onerosa, de terras públicas rurais da União na Amazônia Legal onde incidam ocupações até o limite de quinze módulos fiscais ou mil e quinhentos hectares, para fins de regularização fundiária, atendidos os requisitos legais; (Incluído pela Medida Provisória nº 458, de 2009)~~

i) alienação e concessão de direito real de uso, gratuita ou onerosa, de terras públicas rurais da União na Amazônia Legal onde incidam ocupações até o limite de 15 (quinze) módulos fiscais ou 1.500ha (mil e quinhentos hectares), para fins de regularização fundiária, atendidos os requisitos legais; (Incluído pela Lei nº 11.952, de 2009)

II – quando móveis, dependerá de avaliação prévia e de licitação, dispensada esta nos seguintes casos:

a) doação, permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência sócio-econômica, relativamente à escolha de outra forma de alienação;

b) permuta, permitida exclusivamente entre órgãos ou entidades da Administração Pública;

c) venda de ações, que poderão ser negociadas em bolsa, observada a legislação específica;

d) venda de títulos, na forma da legislação pertinente;

e) venda de bens produzidos ou comercializados por órgãos ou entidades da Administração Pública, em virtude de suas finalidades;

f) venda de materiais e equipamentos para outros órgãos ou entidades da Administração Pública, sem utilização previsível por quem deles dispõe.

§ 1º Os imóveis doados com base na alínea "b" do inciso I deste artigo, cessadas as razões que justificaram a sua doação, reverterão ao patrimônio da pessoa jurídica doadora, vedada a sua alienação pelo beneficiário.

~~§ 2º A Administração poderá conceder direito real de uso de bens imóveis, dispensada licitação, quando o uso se destina a outro órgão ou entidade da Administração Pública.~~

§ 2º A Administração também poderá conceder título de propriedade ou de direito real de uso de imóveis, dispensada licitação, quando o uso destinar-se: (Redação dada pela Lei nº 11.196, de 2005)

I – a outro órgão ou entidade da Administração Pública, qualquer que seja a localização do imóvel; (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)

~~II – a pessoa física que, nos termos de lei, regulamento ou ato normativo do órgão competente, haja implementado os requisitos mínimos de cultura e moradia sobre área rural situada na região da Amazônia Legal, definida no art. 2º da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, superior à legalmente passível de legitimação de posse referida na alínea g do inciso I do caput deste artigo, atendidos os limites de área definidos por ato normativo do Poder Executivo. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005) (Regulamento)~~

~~II – a pessoa física que, nos termos da lei, regulamento ou ato normativo do órgão competente, haja implementado os requisitos mínimos de cultura, ocupação mansa e pacífica e exploração direta sobre área rural situada na região da Amazônia Legal, definida no art. 1º, § 2º, inciso VI, da Lei nº 4.771, de 22 de setembro de 1965, superior a um módulo fiscal e limitada a áreas de até quinze módulos fiscais, desde que não exceda mil e quinhentos hectares; (Redação dada pela Medida Provisória nº 458, de 2009)~~

II – a pessoa natural que, nos termos da lei, regulamento ou ato normativo do órgão competente, haja implementado os requisitos mínimos de cultura, ocupação mansa e pacífica e exploração direta sobre área rural situada na Amazônia Legal, superior a 1 (um) módulo fiscal e limitada a 15 (quinze) módulos fiscais, desde que não exceda 1.500ha (mil e quinhentos hectares); (Redação dada pela Lei nº 11.952, de 2009)

~~§ 2º-A. As hipóteses da alínea g do inciso I do **caput** e do inciso II do § 2º deste artigo ficam dispensadas de autorização legislativa, porém submetem-se aos seguintes condicionamentos: (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)~~

~~§ 2º-A. As hipóteses do inciso II do § 2º ficam dispensadas de autorização legislativa, porém submetem-se aos seguintes condicionamentos: (Redação dada pela Medida Provisória nº 458, de 2009)~~

§ 2º-A. As hipóteses do inciso II do § 2º ficam dispensadas de autorização legislativa, porém submetem-se aos seguintes condicionamentos: (Redação dada pela Lei nº 11.952, de 2009)

I – aplicação exclusivamente às áreas em que a detenção por particular seja comprovadamente anterior a 1º de dezembro de 2004; (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)

II – submissão aos demais requisitos e impedimentos do regime legal e administrativo da destinação e da regularização fundiária de terras públicas; (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)

III – vedação de concessões para hipóteses de exploração não-contempladas na lei agrária, nas leis de destinação de terras públicas, ou nas normas legais ou administrativas de zoneamento ecológico-econômico; e (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)

IV – previsão de rescisão automática da concessão, dispensada notificação, em caso de declaração de utilidade, ou necessidade pública ou interesse social. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)

§ 2º-B. A hipótese do inciso II do § 2º deste artigo: (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)

I – só se aplica a imóvel situado em zona rural, não sujeito a vedação, impedimento ou inconveniente a sua exploração mediante atividades agropecuárias; (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)

~~II – fica limitada a áreas de até 500 (quinhentos) hectares, vedada a dispensa de licitação para áreas superiores a esse limite; e (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)~~

~~II – fica limitada a áreas de até quinze módulos fiscais, vedada a dispensa de licitação para áreas superiores a esse limite; e (Redação dada pela Medida Provisória nº 422, de 2008).~~

II – fica limitada a áreas de até quinze módulos fiscais, desde que não exceda mil e quinhentos hectares, vedada a dispensa de licitação para áreas superiores a esse limite; (Redação dada pela Lei nº 11.763, de 2008)

III – pode ser cumulada com o quantitativo de área decorrente da figura prevista na alínea g do inciso I do **caput** deste artigo, até o limite previsto no inciso II deste parágrafo. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)

IV – (VETADO) (Incluído pela Lei nº 11.763, de 2008)

~~§ 3º Entende-se por investidura, para os fins desta lei, a alienação aos proprietários de imóveis lindeiros de área remanescente ou resultante de obra pública, área esta que se tornar inaproveitável isoladamente, por preço nunca inferior ao da avaliação e desde que esse não ultrapasse a 50% (cinqüenta por cento) do valor constante da alínea a do inciso II do art. 23 desta lei.~~

§ 3º Entende-se por investidura, para os fins desta lei: (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

I – a alienação aos proprietários de imóveis lindeiros de área remanescente ou resultante de obra pública, área esta que se tornar inaproveitável isoladamente, por preço nunca inferior ao da avaliação e desde que esse não ultrapasse a 50% (cinqüenta por cento) do valor constante da alínea “a” do inciso II do art. 23 desta lei; (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

II – a alienação, aos legítimos possuidores diretos ou, na falta destes, ao Poder Público, de imóveis para fins residenciais construídos em núcleos urbanos anexos a usinas hidrelétricas, desde que considerados dispensáveis na fase de operação dessas unidades e não integrem a categoria de bens reversíveis ao final da concessão. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

~~§ 4º A doação com encargo poderá ser licitada, e de seu instrumento constarão, obrigatoriamente, os encargos, o prazo de seu cumprimento e cláusula de reversão, sob pena de nulidade do ato.~~

§ 4º A doação com encargo será licitada e de seu instrumento constarão, obrigatoriamente os encargos, o prazo de seu cumprimento e cláusula de reversão, sob pena de nulidade do ato, sendo dispensada a licitação no caso de interesse público devidamente justificado; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 5º Na hipótese do parágrafo anterior, caso o donatário necessite oferecer o imóvel em garantia de financiamento, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca em segundo grau em favor do doador. (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 6º Para a venda de bens móveis avaliados, isolada ou globalmente, em quantia não superior ao limite previsto no art. 23, inciso II, alínea “b” desta Lei, a Administração poderá permitir o leilão. (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 7º (VETADO). (Incluído pela Lei nº 11.481, de 2007)

Art. 18. Na concorrência para a venda de bens imóveis, a fase de habilitação limitar-se-á à comprovação do recolhimento de quantia correspondente a 5% (cinco por cento) da avaliação.

~~Parágrafo único. Para a venda de bens móveis avaliados, isolada ou globalmente, em quantia não superior ao limite previsto no art. 23, inciso II, alínea b desta lei, a Administração poderá permitir o leilão.~~ (Revogado pela Lei nº 8.883, de 1994)

Art. 19. Os bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos

judiciais ou de dação em pagamento, poderão ser alienados por ato da autoridade competente, observadas as seguintes regras:

I – avaliação dos bens alienáveis;

II – comprovação da necessidade ou utilidade da alienação;

~~III – adoção do procedimento licitatório.~~

III – adoção do procedimento licitatório, sob a modalidade de concorrência ou leilão. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

CAPÍTULO II
Da Licitação

Seção I
Das Modalidades, Limites e Dispensa

Art. 20. As licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, salvo por motivo de interesse público, devidamente justificado.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não impedirá a habilitação de interessados residentes ou sediados em outros locais.

~~Art. 21. Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências e tomadas de preços, embora realizadas no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, durante 3 (três) dias consecutivos, obrigatória e contemporaneamente:~~

~~I – no **Diário Oficial da União**, quando se tratar de licitação feita por órgão da Administração Pública Federal ou do Distrito Federal e, ainda, quando se tratar de obras, compras e serviços financiados parcial ou totalmente com recursos federais ou garantidos por instituições federais;~~

~~II – no **Diário Oficial** do Estado onde será realizada a obra ou serviço, quando se tratar de licitação de órgãos da Administração Estadual ou Municipal;~~

~~III – em pelo menos um jornal diário de grande circulação no Estado ou, se houver, no Município onde será realizada a obra ou serviço, podendo ainda a Administração, para ambos os casos, conforme o vulto da concorrência, utilizar-se de outros meios de divulgação para ampliar a área de competição.~~

Art. 21. Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I – no **Diário Oficial da União**, quando se tratar de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Federal e, ainda, quando se tratar de obras financiadas parcial ou totalmente com recursos federais ou garantidas por instituições federais; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

II – no **Diário Oficial** do Estado, ou do Distrito Federal quando se tratar, respectivamente, de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Estadual ou Municipal, ou do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

III – em jornal diário de grande circulação no Estado e também, se houver, em jornal de circulação no Município ou na região onde será realizada a obra, prestado o serviço, fornecido, alienado ou alugado o bem, podendo ainda a Administração, conforme o vulto da licitação, utilizar-se de outros meios de divulgação para ampliar a área de competição. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 1º O aviso publicado conterá a indicação do local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital e todas as informações sobre a licitação.

§ 2º O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será:

~~I – 30 (trinta) dias para a concorrência;~~

~~II – 45 (quarenta e cinco) dias para o concurso;~~

~~III – 15 (quinze) dias para a tomada de preços ou leilão;~~

~~IV – 45 (quarenta e cinco) dias para a licitação do tipo melhor técnica ou técnica e preço, ou quando o contrato a ser celebrado contemplar a modalidade de empreitada integral;~~

~~V – 5 (cinco) dias úteis para o convite.~~

I – quarenta e cinco dias para: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

a) concurso; (Incluída pela Lei nº 8.883, de 1994)

b) concorrência, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral ou quando a licitação for do tipo “melhor técnica” ou “técnica e preço”; (Incluída pela Lei nº 8.883, de 1994)

II – trinta dias para: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

a) concorrência, nos casos não especificados na alínea **b** do inciso anterior; (Incluída pela Lei nº 8.883, de 1994)

b) tomada de preços, quando a licitação for do tipo “melhor técnica” ou “técnica e preço”; (Incluída pela Lei nº 8.883, de 1994)

III – quinze dias para a tomada de preços, nos casos não especificados na alínea “b” do inciso anterior, ou leilão; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

IV – cinco dias úteis para convite. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

~~§ 3º Os prazos estabelecidos no parágrafo anterior serão contados a partir da primeira publicação do edital resumido ou da expedição do convite, ou ainda~~

~~da efetiva disponibilidade do edital ou do convite e respectivos anexos, prevalecendo a data que ocorrer mais tarde.~~

§ 3º Os prazos estabelecidos no parágrafo anterior serão contados a partir da última publicação do edital resumido ou da expedição do convite, ou ainda da efetiva disponibilidade do edital ou do convite e respectivos anexos, prevalecendo a data que ocorrer mais tarde. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 4º Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inqüestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

Art. 22. São modalidades de licitação:

I – concorrência;

II – tomada de preços;

III – convite;

IV – concurso;

V – leilão.

§ 1º Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

§ 2º Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

§ 3º Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

§ 4º Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

~~§ 5º Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a Administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao da avaliação.~~

~~§ 6º Na hipótese do § 3º deste artigo, existindo na praça mais de 3 (três) possíveis interessados, é vedado repetir o convite aos mesmos escolhidos na licitação imediatamente anterior realizada para objeto idêntico ou assemelhado.~~

§ 5º Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 6º Na hipótese do § 3º deste artigo, existindo na praça mais de 3 (três) possíveis interessados, a cada novo convite, realizado para objeto idêntico ou assemelhado, é obrigatório o convite a, no mínimo, mais um interessado, enquanto existirem cadastrados não convidados nas últimas licitações. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 7º Quando, por limitações do mercado ou manifesto desinteresse dos convidados, for impossível a obtenção do número mínimo de licitantes exigidos no § 3º deste artigo, essas circunstâncias deverão ser devidamente justificadas no processo, sob pena de repetição do convite.

§ 8º É vedada a criação de outras modalidades de licitação ou a combinação das referidas neste artigo.

§ 9º Na hipótese do parágrafo 2º deste artigo, a administração somente poderá exigir do licitante não cadastrado os documentos previstos nos arts. 27 a 31, que comprovem habilitação compatível com o objeto da licitação, nos termos do edital. (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

~~I – para obras e serviços de engenharia:~~

~~**a)** convite – até Cr$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros);~~

~~**b)** tomada de preços – até Cr$ 1.000.000.000,00 (hum bilhão de cruzeiros);~~

~~**c)** concorrência – acima de Cr$ 1.000.000.000,00 (hum bilhão de cruzeiros);~~

~~II – para compras e serviços não referidos no inciso anterior:~~

~~**a)** convite – até Cr$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros);~~

~~**b)** tomada de preços – até Cr$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzeiros);~~

~~**c)** concorrência – acima de Cr$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzeiros).~~

I – para obras e serviços de engenharia: (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

a) convite – até R$150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais); (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

b) tomada de preços – até R$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais); (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

c) concorrência: acima de R$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais); (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

II – para compras e serviços não referidos no inciso anterior:(Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

a) convite – até R$80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

b) tomada de preços – até R$650.000,00 (seiscentos e cinqüenta mil reais); (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

c) concorrência – acima de R$650.000,00 (seiscentos e cinqüenta mil reais). (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

~~§ 1º Para os Municípios, bem como para os órgãos e entidades a eles subordinados, aplicam-se os seguintes limites em relação aos valores indicados no caput deste artigo e nos incisos I e II do art. 24 desta lei:~~

~~I – 25% (vinte e cinco por cento) dos valores indicados, quando a população do município não exceder a 20.000 (vinte mil) habitantes;~~

~~II – 50% (cinqüenta por cento) dos valores indicados, quando a população do município se situar entre 20.001 (vinte mil e um) e 100.000 (cem mil) habitantes;~~

~~III – 75% (setenta e cinco por cento) dos valores indicados, quando a população do município se situar entre 100.001 (cem mil e um) e 500.000 (quinhentos mil) habitantes;~~

~~IV – 100% (cem por cento) dos valores indicados, quando a população do município exceder a 500.000 (quinhentos mil) habitantes.~~

~~§ 2º Para os fins do parágrafo anterior, adotar-se-á como parâmetro o número de habitantes em cada município segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).~~

~~§ 3º A concorrência é a modalidade de licitação cabível, qualquer que seja o valor de seu objeto, na compra ou alienação de bens imóveis, nas concessões de direito real de uso, bem como nas licitações internacionais, admitida, neste último caso, a tomada de preços, desde que o órgão ou entidade disponha de cadastro internacional de fornecedores e sejam observados os limites deste artigo.~~

§ 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 2º Na execução de obras e serviços e nas compras de bens, parceladas nos termos do parágrafo anterior, a cada etapa ou conjunto de etapas da obra, serviço ou compra, há de corresponder licitação distinta, preservada a modalidade pertinente para a execução do objeto em licitação. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º A concorrência é a modalidade de licitação cabível, qualquer que seja o valor de seu objeto, tanto na compra ou alienação de bens imóveis, ressalvado o disposto no art. 19, como nas concessões de direito real de uso e nas licitações internacionais, admitindo-se neste último caso, observados os limites deste artigo, a tomada de preços, quando o órgão ou entidade dispuser de cadastro internacional de fornecedores ou o convite, quando não houver fornecedor do bem ou serviço no País. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 4º Nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.

~~§ 5º É vedada a utilização da modalidade convite ou tomada de preços, conforme o caso, para parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras ou serviços da mesma natureza que possam ser realizados simultânea ou sucessivamente, sempre que o somatório de seus valores caracterizar o caso de tomada de preços ou concorrência, respectivamente, nos termos deste artigo, exceto para as parcelas de natureza específica que possam ser executadas por pessoas ou empresas de especialidade diversa daquela do executor da obra ou serviço.~~

§ 5º É vedada a utilização da modalidade “convite” ou “tomada de preços”, conforme o caso, para parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente, sempre que o somatório de seus valores caracterizar o caso de “tomada de preços” ou “concorrência”, respectivamente, nos termos deste artigo, exceto para as parcelas de natureza específica que possam ser executadas por pessoas ou empresas de especialidade diversa daquela do executor da obra ou serviço. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 6º As organizações industriais da Administração Federal direta, em face de suas peculiaridades, obedecerão aos limites estabelecidos no inciso I deste artigo também para suas compras e serviços em geral, desde que para a aquisição de materiais aplicados exclusivamente na manutenção, reparo ou fabricação

de meios operacionais bélicos pertencentes à União. (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 7º Na compra de bens de natureza divisível e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo, é permitida a cotação de quantidade inferior à demandada na licitação, com vistas a ampliação da competitividade, podendo o edital fixar quantitativo mínimo para preservar a economia de escala. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

§ 8º No caso de consórcios públicos, aplicar-se-á o dobro dos valores mencionados no **caput** deste artigo quando formado por até 3 (três) entes da Federação, e o triplo, quando formado por maior número. (Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005)

Art. 24. É dispensável a licitação:

~~I – para obras e serviços de engenharia de valor até 5% (cinco por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda de obras e serviços da mesma natureza que possam ser realizados simultânea ou sucessivamente;~~

~~I – para obras e serviços de engenharia de valor até cinco por cento do limite previsto na alínea a do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;~~ (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I – para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

~~II – para outros serviços e compras de valor até 5% (cinco por cento) do limite previsto na alínea a, do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;~~

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

III – nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem;

IV – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

V – quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

VI – quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento;

VII – quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional, ou forem incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes, casos em que, observado o parágrafo único do art. 48 desta Lei e, persistindo a situação, será admitida a adjudicação direta dos bens ou serviços, por valor não superior ao constante do registro de preços, ou dos serviços; (Vide § 3º do art. 48)

~~VIII – quando a operação envolver exclusivamente pessoas jurídicas de direito público interno, exceto se houver empresas privadas ou de economia mista que possam prestar ou fornecer os mesmos bens ou serviços, hipótese em que ficarão sujeitas à licitação;~~

VIII – para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

IX – quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional; (Regulamento)

~~X – para a compra ou locação de imóvel destinado ao serviço público, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;~~

X – para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

XI – na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em conseqüência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;

~~XII – nas compras eventuais de gêneros alimentícios perecíveis, em centro de abastecimento ou similar, realizadas diretamente com base no preço do dia;~~

~~XIII – na contratação de instituição nacional sem fins lucrativos, incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, científico ou tecnológico, desde que a pretensa contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional;~~

~~XIV – para a aquisição de bens ou serviços por intermédio de organização internacional, desde que o Brasil seja membro e nos termos de acordo específico, quando as condições ofertadas forem manifestadamente vantajosas para o Poder Público;~~

XII – nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

XIII – na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos;(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

XIV – para a aquisição de bens ou serviços nos termos de acordo internacional específico aprovado pelo Congresso Nacional, quando as condições ofertadas forem manifestamente vantajosas para o Poder Público; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

XV – para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.

XVI – para a impressão dos diários oficiais, de formulários padronizados de uso da administração, e de edições técnicas oficiais, bem como para prestação de serviços de informática a pessoa jurídica de direito público interno, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, criados para esse fim específico;(Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

XVII – para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

XVIII – nas compras ou contratações de serviços para o abastecimento de navios, embarcações, unidades aéreas ou tropas e seus meios de deslocamento quando em estada eventual de curta duração em portos, aeroportos ou localidades diferentes de suas sedes, por motivo de movimentação operacional ou de adestramento, quando a exiguidade dos prazos legais puder comprometer a normalidade e os propósitos das operações e desde que seu valor não exceda ao limite previsto na alínea “a” do incico II do art. 23 desta Lei: (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

XIX – para as compras de material de uso pelas Forças Armadas, com exceção de materiais de uso pessoal e administrativo, quando houver necessidade de manter a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais, aéreos e terrestres, mediante parecer de comissão instituída por decreto; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

XX – na contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgãos ou entidades da Admininistração Pública, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão-de-obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado. (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

~~XXI – Para a aquisição de bens destinados exclusivamente a pesquisa científica e tecnológica com recursos concedidos pela CAPES, FINEP, CNPq ou outras instituições de fomento a pesquisa credenciadas pelo CNPq para esse fim específico. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)~~

XXI – para a aquisição de bens e insumos destinados exclusivamente à pesquisa científica e tecnológica com recursos concedidos pela Capes, pela Finep, pelo CNPq ou por outras instituições de fomento a pesquisa credenciadas pelo CNPq para esse fim específico; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

~~XXII – na contratação do fornecimento ou suprimento de energia elétrica com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica;(Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)~~

XXII – na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica; (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

XXIII – na contratação realizada por empresa pública ou sociedade de economia mista com suas subsidiárias e controladas, para a aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde

que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

XXIV – para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

XXV – na contratação realizada por Instituição Científica e Tecnológica – ICT ou por agência de fomento para a transferência de tecnologia e para o licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida. (Incluído pela Lei nº 10.973, de 2004)

XXVI – na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação. (Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005)

~~XXVII – para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)~~

XXVII – na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública. (Redação dada pela Lei nº 11.445, de 2007).

~~XXVIII – (Vide Medida Provisória nº 352, de 2007)~~

XXVIII – para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão. (Incluído pela Lei nº 11.484, de 2007).

XXIX – na aquisição de bens e contratação de serviços para atender aos contingentes militares das Forças Singulares brasileiras empregadas em operações de paz no exterior, necessariamente justificadas quanto ao preço e à escolha do fornecedor ou executante e ratificadas pelo Comandante da Força. (Incluído pela Lei nº 11.783, de 2008).

XXX – na contratação de instituição ou organização, pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural no âmbito do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, instituído por lei federal. (Incluído pela Lei nº 12.188, de 2.010) Vigência

~~XXXI – nas contratações visando ao cumprimento do disposto nos arts. 3º, 4º, 5º e 20 da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, observados os princípios gerais de contratação dela constantes. (Incluído pela Medida Provisória nº 495, de 2010)~~

XXXI – nas contratações visando ao cumprimento do disposto nos arts. 3º, 4º, 5º e 20 da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, observados os princípios gerais de contratação dela constantes. (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)

Parágrafo único. Os percentuais referidos nos incisos I e II deste artigo, serão 20% (vinte por cento) para compras, obras e serviços contratados por sociedade de economia mista e empresa pública, bem assim por autarquia e fundação qualificadas, na forma da lei, como Agências Executivas. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

Parágrafo único. Os percentuais referidos nos incisos I e II do **caput** deste artigo serão 20% (vinte por cento) para compras, obras e serviços contratados por consórcios públicos, sociedade de economia mista, empresa pública e por autarquia ou fundação qualificadas, na forma da lei, como Agências Executivas. (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005)

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I – para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II – para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

III – para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que

o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 2º Na hipótese deste artigo e em qualquer dos casos de dispensa, se comprovado superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

~~Art. 26. As dispensas previstas nos incisos III a XV do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do § 2º do art. 8º desta lei deverão ser comunicados dentro de 3 (três) dias à autoridade superior para ratificação e publicação na imprensa oficial no prazo de 5 (cinco) dias, como condição de eficácia dos atos.~~

~~Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e nos incisos III a XX do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta lei deverão ser comunicados dentro de três dias à autoridade superior para ratificação e publicação na imprensa oficial no prazo de cinco dias, como condição para eficácia dos atos. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)~~

~~Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e nos incisos III a XXIV do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º, deverão ser comunicados dentro de três dias a autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de cinco dias, como condição para eficácia dos atos. (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)~~

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005)

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I – caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II – razão da escolha do fornecedor ou executante;

III – justificativa do preço.

IV – documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

Seção II

Da Habilitação

Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

I – habilitação jurídica;

II – qualificação técnica;

III – qualificação econômico-financeira;

IV – regularidade fiscal. (Vide Lei nº 12.440, de 2011) (Vigência)

V – cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. (Incluído pela Lei nº 9.854, de 1999)

Art. 28. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

I – cédula de identidade;

II – registro comercial, no caso de empresa individual;

III – ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

IV – inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

V – decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal, conforme o caso, consistirá em: (Vide Lei nº 12.440, de 2011) (Vigência)

I – prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);

II – prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III – prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

~~IV – prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.~~

IV – prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

(FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I – registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II – comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III – comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV – prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

~~§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II deste artigo, no caso de licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pela entidade profissional competente, limitadas as exigências a:~~

~~**a)** quanto à capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data da licitação, profissional de nível superior detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;~~

~~**b)** (VETADO)~~

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "**caput**" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I – capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

II – (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

a) (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

b) (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

~~§ 2º As parcelas de maior relevância técnica ou de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão prévia e objetivamente definidas no instrumento convocatório.~~

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

§ 4º Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

§ 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.

§ 7º (VETADO)

§ 7º (Vetado). (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I – (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

II – (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 8º No caso de obras, serviços e compras de grande vulto, de alta complexidade técnica, poderá a Administração exigir dos licitantes a metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não, antecederá sempre à análise dos preços e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos.

§ 9º Entende-se por licitação de alta complexidade técnica aquela que envolva alta especialização, como fator de extrema relevância para garantir a execução do objeto a ser contratado, ou que possa comprometer a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais.

§ 10. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional de que trata o inciso I do § 1º deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração. (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 11. (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 12. (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I – balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

II – certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

III – garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no "**caput**" e § 1º do art. 56 desta Lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.

~~§ 1º A exigência de indicadores limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato.~~

§ 1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

§ 3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

§ 4º Poderá ser exigida, ainda, a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação.

~~§ 5º A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo que tenha dado início ao processo licitatório.~~

§ 5º A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

~~§ 6º (VETADO)~~

§ 6º (Vetado). (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

~~Art. 32. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por funcionário da unidade que realiza a licitação, ou publicação em órgão de imprensa oficial.~~

Art. 32. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 1º A documentação de que tratam os arts. 28 a 31 desta Lei poderá ser dispensada, no todo ou em parte, nos casos de convite, concurso, fornecimento de bens para pronta entrega e leilão.

~~§ 2º O certificado de registro cadastral a que se refere o § 1º do art. 36 substitui os documentos enumerados nos arts. 28 e 29, exclusive aqueles de que tratam os incisos III e IV do art. 29, obrigada a parte a declarar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, e a apresentar o restante da documentação prevista nos arts. 30 e 31 desta lei.~~

§ 2º O certificado de registro cadastral a que se refere o § 1º do art. 36 substitui os documentos enumerados nos arts. 28 a 31, quanto às informações disponibilizadas em sistema informatizado de con-

sulta direta indicado no edital, obrigando-se a parte a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação. (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

§ 3º A documentação referida neste artigo poderá ser substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei.

§ 4º As empresas estrangeiras que não funcionem no País, tanto quanto possível, atenderão, nas licitações internacionais, às exigências dos parágrafos anteriores mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado, devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

§ 5º Não se exigirá, para a habilitação de que trata este artigo, prévio recolhimento de taxas ou emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital, quando solicitado, com os seus elementos constitutivos, limitados ao valor do custo efetivo de reprodução gráfica da documentação fornecida.

§ 6º O disposto no § 4º deste artigo, no § 1º do art. 33 e no § 2º do art. 55, não se aplica às licitações internacionais para a aquisição de bens e serviços cujo pagamento seja feito com o produto de financiamento concedido por organismo financeiro internacional de que o Brasil faça parte, ou por agência estrangeira de cooperação, nem nos casos de contratação com empresa estrangeira, para a compra de equipamentos fabricados e entregues no exterior, desde que para este caso tenha havido prévia autorização do Chefe do Poder Executivo, nem nos casos de aquisição de bens e serviços realizada por unidades administrativas com sede no exterior.

Art. 33. Quando permitida na licitação a participação de empresas em consórcio, observar-se-ão as seguintes normas:

I – comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II – indicação da empresa responsável pelo consórcio que deverá atender às condições de liderança, obrigatoriamente fixadas no edital;

III – apresentação dos documentos exigidos nos arts. 28 a 31 desta Lei por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, podendo a Administração estabelecer, para o consórcio, um acréscimo de até 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para licitante individual, inexigível este acréscimo para os consórcios compostos, em sua totalidade, por micro e pequenas empresas assim definidas em lei;

IV – impedimento de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente;

V – responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

§ 1º No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, observado o disposto no inciso II deste artigo.

§ 2º O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I deste artigo.

Seção III

Dos Registros Cadastrais

Art. 34. Para os fins desta Lei, os órgãos e entidades da Administração Pública que realizem freqüentemente licitações manterão registros cadastrais para efeito de habilitação, na forma regulamentar, válidos por, no máximo, um ano. (Regulamento)

§ 1º O registro cadastral deverá ser amplamente divulgado e deverá estar permanentemente aberto aos interessados, obrigando-se a unidade por ele responsável a proceder, no mínimo anualmente, através da imprensa oficial e de jornal diário, a chamamento público para a atualização dos registros existentes e para o ingresso de novos interessados.

§ 2º É facultado às unidades administrativas utilizarem-se de registros cadastrais de outros órgãos ou entidades da Administração Pública.

Art. 35. Ao requerer inscrição no cadastro, ou atualização deste, a qualquer tempo, o interessado fornecerá os elementos necessários à satisfação das exigências do art. 27 desta Lei.

Art. 36. Os inscritos serão classificados por categorias, tendo-se em vista sua especialização, subdivididas em grupos, segundo a qualificação técnica e econômica avaliada pelos elementos constantes da documentação relacionada nos arts. 30 e 31 desta Lei.

§ 1º Aos inscritos será fornecido certificado, renovável sempre que atualizarem o registro.

§ 2º A atuação do licitante no cumprimento de obrigações assumidas será anotada no respectivo registro cadastral.

Art. 37. A qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado o registro do inscrito que dei-

xar de satisfazer as exigências do art. 27 desta Lei, ou as estabelecidas para classificação cadastral.

Seção IV

Do Procedimento e Julgamento

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

I – edital ou convite e respectivos anexos, quando for o caso;

II – comprovante das publicações do edital resumido, na forma do art. 21 desta Lei, ou da entrega do convite;

III – ato de designação da comissão de licitação, do leiloeiro administrativo ou oficial, ou do responsável pelo convite;

IV – original das propostas e dos documentos que as instruírem;

V – atas, relatórios e deliberações da Comissão Julgadora;

VI – pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;

VII – atos de adjudicação do objeto da licitação e da sua homologação;

VIII – recursos eventualmente apresentados pelos licitantes e respectivas manifestações e decisões;

IX – despacho de anulação ou de revogação da licitação, quando for o caso, fundamentado circunstanciadamente;

X – termo de contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;

XI – outros comprovantes de publicações;

XII – demais documentos relativos à licitação.

~~Parágrafo único. As minutas dos editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas pelo órgão de assessoria jurídica da unidade responsável pela licitação.~~

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Art. 39. Sempre que o valor estimado para uma licitação ou para um conjunto de licitações simultâneas ou sucessivas for superior a 100 (cem) vezes o limite previsto no art. 23, inciso I, alínea “c” desta Lei, o processo licitatório será iniciado, obrigatoriamente, com uma audiência pública concedida pela autoridade responsável com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data prevista para a publicação do edital, e divulgada, com a antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis de sua realização, pelos mesmos meios previstos para a publicidade da licitação, à qual terão acesso e direito a todas as informações pertinentes e a se manifestar todos os interessados.

~~Parágrafo único. Para os fins deste artigo, bem como para os do § 5º do art. 23 e do inciso I do art. 24 desta lei, consideram-se licitações simultâneas ou sucessivas aquelas com objeto semelhante, sendo licitações simultâneas aquelas com realização prevista para intervalos não superiores a 30 (trinta) dias e licitações sucessivas aquelas em que o edital subseqüente tenha uma data anterior a 120 (cento e vinte) dias após o término das obrigações previstas na licitação antecedente.~~

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, consideram-se licitações simultâneas aquelas com objetos similares e com realização prevista para intervalos não superiores a trinta dias e licitações sucessivas aquelas em que, também com objetos similares, o edital subseqüente tenha uma data anterior a cento e vinte dias após o término do contrato resultante da licitação antecedente. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

I – objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;

II – prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, como previsto no art. 64 desta Lei, para execução do contrato e para entrega do objeto da licitação;

III – sanções para o caso de inadimplemento;

IV – local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico;

V – se há projeto executivo disponível na data da publicação do edital de licitação e o local onde possa ser examinado e adquirido;

VI – condições para participação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 desta Lei, e forma de apresentação das propostas;

VII – critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;

VIII – locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos re-

lativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto;

IX – condições equivalentes de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais;

~~X – o critério de aceitabilidade dos preços unitários e global, conforme o caso;~~

~~X – critério de aceitabilidade dos preços unitários e global, conforme o caso, vedada a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)~~

X – o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o dispossto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

~~XI – critério de reajuste, que deverá retratar a variação do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data da proposta ou do orçamento a que esta se referir até a data do adimplemento de cada parcela;~~

XI – critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

~~XII – (VETADO)~~

XII – (Vetado). (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

XIII – limites para pagamento de instalação e mobilização para execução de obras ou serviços que serão obrigatoriamente previstos em separado das demais parcelas, etapas ou tarefas;

XIV – condições de pagamento, prevendo:

~~**a)** prazo de pagamento em relação à data final a cada período de aferição não superior a 30 (trinta) dias;~~

a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

b) cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;

~~**c)** critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data a ser definida nos termos da alínea a deste inciso até a data do efetivo pagamento;~~

c) critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

d) compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos;

e) exigência de seguros, quando for o caso;

XV – instruções e normas para os recursos previstos nesta Lei;

XVI – condições de recebimento do objeto da licitação;

XVII – outras indicações específicas ou peculiares da licitação.

§ 1º O original do edital deverá ser datado, rubricado em todas as folhas e assinado pela autoridade que o expedir, permanecendo no processo de licitação, e dele extraindo-se cópias integrais ou resumidas, para sua divulgação e fornecimento aos interessados.

§ 2º Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:

I – o projeto básico e/ou executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos;

~~II – demonstrativo do orçamento estimado em planilhas de quantitativos e custos unitários;~~

II – orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

III – a minuta do contrato a ser firmado entre a Administração e o licitante vencedor;

IV – as especificações complementares e as normas de execução pertinentes à licitação.

§ 3º Para efeito do disposto nesta Lei, considera-se como adimplemento da obrigação contratual a prestação do serviço, a realização da obra, a entrega do bem ou de parcela destes, bem como qualquer outro evento contratual a cuja ocorrência esteja vinculada a emissão de documento de cobrança.

§ 4º Nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de entrega até trinta dias da data prevista para apresentação da proposta, poderão ser dispensadas: (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

I – o disposto no inciso XI deste artigo; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

II – a atualização financeira a que se refere a alínea **c** do inciso XIV deste artigo, correspondente ao período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento, desde que não superior a quinze dias. (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

~~§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o licitante que, tendo-os aceito sem objeção, venha a apontar, depois da abertura dos envelopes de habilitação, falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.~~

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

§ 4º A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subseqüentes.

Art. 42. Nas concorrências de âmbito internacional, o edital deverá ajustar-se às diretrizes da política monetária e do comércio exterior e atender às exigências dos órgãos competentes.

§ 1º Quando for permitido ao licitante estrangeiro cotar preço em moeda estrangeira, igualmente o poderá fazer o licitante brasileiro.

~~§ 2º O pagamento feito ao licitante brasileiro eventualmente contratado em virtude da licitação de que trata o parágrafo anterior será efetuado em moeda brasileira à taxa de câmbio vigente na data do efetivo pagamento.~~

§ 2º O pagamento feito ao licitante brasileiro eventualmente contratado em virtude da licitação de que trata o parágrafo anterior será efetuado em moeda brasileira, à taxa de câmbio vigente no dia útil imediatamente anterior à data do efetivo pagamento. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º As garantias de pagamento ao licitante brasileiro serão equivalentes àquelas oferecidas ao licitante estrangeiro.

§ 4º Para fins de julgamento da licitação, as propostas apresentadas por licitantes estrangeiros serão acrescidas dos gravames conseqüentes dos mesmos tributos que oneram exclusivamente os licitantes brasileiros quanto à operação final de venda.

~~§ 5º Para a realização de obras, prestação de serviços ou aquisição de bens com recursos provenientes de financiamento ou doação oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira ou organismo financeiro multilateral de que o Brasil seja parte, poderão ser admitidas na respectiva licitação, mantidos os princípios basilares desta lei, as normas e procedimentos daquelas entidades e as condições decorrentes de acordos, protocolos, convenções ou tratados internacionais aprovados pelo Congresso Nacional.~~

§ 5º Para a realização de obras, prestação de serviços ou aquisição de bens com recursos provenientes de financiamento ou doação oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira ou organismo financeiro multilateral de que o Brasil seja parte, poderão ser admitidas, na respectiva licitação, as condições decorrentes de acordos, protocolos, convenções ou tratados internacionais aprovados pelo Congresso Nacional, bem como as normas e procedimentos daquelas entidades, inclusive quanto ao critério de seleção da proposta mais vantajosa para a administração, o qual poderá contemplar, além do preço, outros fatores de avaliação, desde que por elas exigidos para a obtenção do financiamento ou da doação, e que também não conflitem com o princípio do julgamento objetivo e sejam objeto de despacho motivado do órgão executor do contrato, despacho esse ratificado pela autoridade imediatamente superior. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 6º As cotações de todos os licitantes serão para entrega no mesmo local de destino.

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

I – abertura dos envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos concorrentes, e sua apreciação;

II – devolução dos envelopes fechados aos concorrentes inabilitados, contendo as respectivas propostas, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação;

III – abertura dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos;

IV – verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;

V – julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital;

VI – deliberação da autoridade competente quanto à homologação e adjudicação do objeto da licitação.

§ 1º A abertura dos envelopes contendo a documentação para habilitação e as propostas será realizada sempre em ato público previamente designado, do qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes e pela Comissão.

§ 2º Todos os documentos e propostas serão rubricados pelos licitantes presentes e pela Comissão.

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

~~§ 4º O disposto neste artigo aplica-se à concorrência e, no que couber, ao concurso, ao leilão, à tomada de preços e ao convite, facultada, quanto a este último, a publicação na imprensa oficial.~~

§ 4º O disposto neste artigo aplica-se à concorrência e, no que couber, ao concurso, ao leilão, à tomada de preços e ao convite. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 5º Ultrapassada a fase de habilitação dos concorrentes (incisos I e II) e abertas as propostas (inciso III), não cabe desclassificá-los por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

§ 6º Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

§ 1º É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.

§ 2º Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no edital ou no convite, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.

~~§ 3º Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos.~~

~~§ 4º O disposto no parágrafo anterior se aplica também a propostas que incluam mão-de-obra estrangeira ou importação de insumos de qualquer natureza, adotando-se, como referência, os mercados nos países de origem.~~

§ 3º Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 4º O disposto no parágrafo anterior aplica-se também às propostas que incluam mão-de-obra estrangeira ou importações de qualquer natureza.(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.

~~§ 1º Para efeitos deste artigo, constituem tipos de licitação para obras, serviços e compras, exceto nas modalidades de concurso e leilão:~~

§ 1º Para os efeitos deste artigo, constituem tipos de licitação, exceto na modalidade concurso: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I – a de menor preço – quando o critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração determinar que será vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do edital ou convite e ofertar o menor preço;

II – a de melhor técnica;

III – a de técnica e preço.

IV – a de maior lance ou oferta – nos casos de alienção de bens ou concessão de direito real de uso. (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 2º No caso de empate entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no § 2º do art. 3º desta Lei, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

~~§ 3º No caso da licitação do tipo menor preço, entre os licitantes considerados qualificados a classificação se fará pela ordem crescente dos preços propostos e aceitáveis, prevalecendo, no caso de empate, exclusivamente o critério previsto no parágrafo anterior.~~

~~§ 4º Para contratação de bens e serviços de informática, a Administração Pública observará o disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, levando em conta, com a adoção da licitação de técnica e preço, os fatores especificados em seu § 2º.~~

§ 3º No caso da licitação do tipo "menor preço", entre os licitantes considerados qualificados a classificação se dará pela ordem crescente dos preços propostos, prevalecendo, no caso de empate, exclusivamente o critério previsto no parágrafo anterior. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 4º Para contratação de bens e serviços de informática, a administração observará o disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, levando em conta os fatores especificados em seu parágrafo 2º e adotando obrigatoriamento o tipo de licitação "técnica e preço", permitido o emprego de outro tipo de licitação nos casos indicados em decreto do Poder Executivo. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 5º É vedada a utilização de outros tipos de licitação não previstos neste artigo.

§ 6º Na hipótese prevista no art. 23, § 7º, serão selecionadas tantas propostas quantas necessárias até que se atinja a quantidade demandada na licitação. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

~~Art. 46. Os tipos de licitação melhor técnica ou técnica e preço serão utilizados exclusivamente para serviços de natureza predominantemente intelectual, em especial na elaboração de projetos, cálculos, fiscalização, supervisão e gerenciamento e de engenharia consultiva em geral, e, em particular, para a elaboração de estudos técnicos preliminares e projetos básicos e executivos.~~

Art. 46. Os tipos de licitação "melhor técnica" ou "técnica e preço" serão utilizados exclusivamente para serviços de natureza predominantemente intelectual, em especial na elaboração de projetos, cálculos, fiscalização, supervisão e gerenciamento e de engenharia consultiva em geral e, em particular, para a elaboração de estudos técnicos preliminares e projetos básicos e executivos, ressalvado o disposto no § 4º do artigo anterior. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 1º Nas licitações do tipo "melhor técnica" será adotado o seguinte procedimento claramente explicitado no instrumento convocatório, o qual fixará o preço máximo que a Administração se propõe a pagar:

I – serão abertos os envelopes contendo as propostas técnicas exclusivamente dos licitantes previamente qualificados e feita então a avaliação e classificação destas propostas de acordo com os critérios pertinentes e adequados ao objeto licitado, definidos com clareza e objetividade no instrumento convocatório e que considerem a capacitação e a experiência do proponente, a qualidade técnica da proposta, compreendendo metodologia, organização, tecnologias e recursos materiais a serem utilizados nos trabalhos, e a qualificação das equipes técnicas a serem mobilizadas para a sua execução;

II – uma vez classificadas as propostas técnicas, proceder-se-á à abertura das propostas de preço dos licitantes que tenham atingido a valorização mínima estabelecida no instrumento convocatório e à negociação das condições propostas, com a proponente melhor classificada, com base nos orçamentos detalhados apresentados e respectivos preços unitários e tendo como referência o limite representado pela proposta de menor preço entre os licitantes que obtiveram a valorização mínima;

III – no caso de impasse na negociação anterior, procedimento idêntico será adotado, sucessivamente, com os demais proponentes, pela ordem de classificação, até a consecução de acordo para a contratação;

IV – as propostas de preços serão devolvidas intactas aos licitantes que não forem preliminarmente habilitados ou que não obtiverem a valorização mínima estabelecida para a proposta técnica.

§ 2º Nas licitações do tipo "técnica e preço" será adotado, adicionalmente ao inciso I do parágrafo anterior, o seguinte procedimento claramente explicitado no instrumento convocatório:

I – será feita a avaliação e a valorização das propostas de preços, de acordo com critérios objetivos preestabelecidos no instrumento convocatório;

II – a classificação dos proponentes far-se-á de acordo com a média ponderada das valorizações das propostas técnicas e de preço, de acordo com os pesos preestabelecidos no instrumento convocatório.

§ 3º Excepcionalmente, os tipos de licitação previstos neste artigo poderão ser adotados, por autorização expressa e mediante justificativa circunstanciada da maior autoridade da Administração promotora constante do ato convocatório, para fornecimento de bens e execução de obras ou prestação de serviços de grande vulto majoritariamente dependentes de tecnologia nitidamente sofisticada e de domínio restrito, atestado por autoridades técnicas de reconhecida qualificação, nos casos em que o objeto pretendido admitir soluções alternativas e variações de execução, com repercussões significativas sobre sua qualidade, produtividade, rendimento e durabilidade concretamente mensuráveis, e estas puderem ser adotadas à livre escolha dos licitantes, na conformidade dos critérios objetivamente fixados no ato convocatório.

§ 4º (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

Art. 47. Nas licitações para a execução de obras e serviços, quando for adotada a modalidade de exe-

cução de empreitada por preço global, a Administração deverá fornecer obrigatoriamente, junto com o edital, todos os elementos e informações necessários para que os licitantes possam elaborar suas propostas de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação.

Art. 48. Serão desclassificadas:

I – as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;

~~II – as propostas com preços excessivos ou manifestamente inexeqüíveis.~~

~~Parágrafo único. Quando todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo.~~

II – propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexeqüiveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

~~Parágrafo único. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)~~

§ 1º Para os efeitos do disposto no inciso II deste artigo consideram-se manifestamente inexeqüíveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinqüenta por cento) do valor orçado pela administração, ou (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

b) valor orçado pela administração. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

§ 2º Dos licitantes classificados na forma do parágrafo anterior cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas "**a**" e "**b**", será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no § 1º do art. 56, igual a diferença entre o valor resultante do parágrafo anterior e o valor da correspondente proposta. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

§ 3º Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 2º A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 3º No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º O disposto neste artigo e seus parágrafos aplica-se aos atos do procedimento de dispensa e de inexigibilidade de licitação.

Art. 50. A Administração não poderá celebrar o contrato com preterição da ordem de classificação das propostas ou com terceiros estranhos ao procedimento licitatório, sob pena de nulidade.

Art. 51. A habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, e as propostas serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial de, no mínimo, 3 (três) membros, sendo pelo menos 2 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação.

§ 1º No caso de convite, a Comissão de licitação, excepcionalmente, nas pequenas unidades administrativas e em face da exigüidade de pessoal disponível, poderá ser substituída por servidor formalmente designado pela autoridade competente.

§ 2º A Comissão para julgamento dos pedidos de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento, será integrada por profissionais legalmente habilitados no caso de obras, serviços ou aquisição de equipamentos.

§ 3º Os membros das Comissões de licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados

pela Comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

§ 4º A investidura dos membros das Comissões permanentes não excederá a 1 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subseqüente.

§ 5º No caso de concurso, o julgamento será feito por uma comissão especial integrada por pessoas de reputação ilibada e reconhecido conhecimento da matéria em exame, servidores públicos ou não.

Art. 52. O concurso a que se refere o § 4º do art. 22 desta Lei deve ser precedido de regulamento próprio, a ser obtido pelos interessados no local indicado no edital.

§ 1º O regulamento deverá indicar:

I – a qualificação exigida dos participantes;

II – as diretrizes e a forma de apresentação do trabalho;

III – as condições de realização do concurso e os prêmios a serem concedidos.

§ 2º Em se tratando de projeto, o vencedor deverá autorizar a Administração a executá-lo quando julgar conveniente.

Art. 53. O leilão pode ser cometido a leiloeiro oficial ou a servidor designado pela Administração, procedendo-se na forma da legislação pertinente.

§ 1º Todo bem a ser leiloado será previamente avaliado pela Administração para fixação do preço mínimo de arrematação.

§ 2º Os bens arrematados serão pagos à vista ou no percentual estabelecido no edital, não inferior a 5% (cinco por cento) e, após a assinatura da respectiva ata lavrada no local do leilão, imediatamente entregues ao arrematante, o qual se obrigará ao pagamento do restante no prazo estipulado no edital de convocação, sob pena de perder em favor da Administração o valor já recolhido.

~~§ 3º O edital de leilão deve ser amplamente divulgado, principalmente no município em que se vai realizar.~~

§ 3º Nos leilões internacionais, o pagamento da parcela à vista poderá ser feito em até vinte e quatro horas. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 4º O edital de leilão deve ser amplamente divulgado, principalmente no município em que se realizará. (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

CAPÍTULO III
Dos Contratos

Seção I
Disposições Preliminares

Art. 54. Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

§ 1º Os contratos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam.

§ 2º Os contratos decorrentes de dispensa ou de inexigibilidade de licitação devem atender aos termos do ato que os autorizou e da respectiva proposta.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I – o objeto e seus elementos característicos;

II – o regime de execução ou a forma de fornecimento;

III – o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

IV – os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;

V – o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

VI – as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;

VII – os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;

VIII – os casos de rescisão;

IX – o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;

X – as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XI – a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

XII – a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;

XIII – a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

~~§ 1º (VETADO)~~

§ 1º (Vetado). (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 2º Nos contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aquelas domiciliadas no estrangeiro, deverá constar necessariamente cláusula que declare competente o

foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, salvo o disposto no § 6º do art. 32 desta Lei.

§ 3º No ato da liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estado ou Município, as características e os valores pagos, segundo o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 56. A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.

~~§ 1º São modalidades de garantia:~~

~~I – caução em dinheiro, em títulos de dívida pública ou fidejussória;~~

~~II – (VETADO).~~

~~III – fiança bancária.~~

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

~~I – caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;~~ (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (Redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004)

II – seguro-garantia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

III – fiança bancária. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94)

~~§ 2º As garantias a que se referem os incisos I e III do parágrafo anterior, quando exigidas, não excederão a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.~~

§ 2º A garantia a que se refere o **caput** deste artigo não excederá a cinco por cento do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições daquele, ressalvado o previsto no parágrafo 3º deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

~~§ 3º(VETADO)~~

§ 3º Para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, demonstrados através de parecer tecnicamente aprovado pela autoridade competente, o limite de garantia previsto no parágrafo anterior poderá ser elevado para até dez por cento do valor do contrato. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 4º A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

§ 5º Nos casos de contratos que importem na entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, ao valor da garantia deverá ser acrescido o valor desses bens.

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

~~II – à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, os quais poderão ter a sua duração estendida por igual período;~~

~~II – à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que deverão ter a sua duração dimensionada com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a duração a sessenta meses.~~ (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

II – à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

~~III – (VETADO)~~

III – (Vetado). (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

IV – ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato.

~~V – às hipóteses previstas nos incisos IX, XIX, XXVIII e XXXI do art. 24, cujos contratos poderão ter vigência por até cento e vinte meses, caso haja interesse da administração.~~ (Incluído pela Medida Provisória nº 495, de 2010)

V – às hipóteses previstas nos incisos IX, XIX, XXVIII e XXXI do art. 24, cujos contratos poderão ter vigência por até 120 (cento e vinte) meses, caso haja interesse da administração. (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I – alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II – superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III – interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV – aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V – impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI – omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

§ 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

§ 3º É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado.

§ 4º Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do **caput** deste artigo poderá ser prorrogado por até doze meses. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

I – modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

II – rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei;

III – fiscalizar-lhes a execução;

IV – aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

V – nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.

§ 1º As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

§ 2º Na hipótese do inciso I deste artigo, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

Art. 59. A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

Parágrafo único. A nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

Seção II

Da Formalização dos Contratos

Art. 60. Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia no processo que lhe deu origem.

Parágrafo único. É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea "a" desta Lei, feitas em regime de adiantamento.

Art. 61. Todo contrato deve mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais.

~~§ 1º A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração na mesma data de sua assinatura para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus.~~

~~§ 2º (VETADO).~~

~~§ 3º (VETADO)~~

Parágrafo único. A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros ins-

trumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

§ 1º A minuta do futuro contrato integrará sempre o edital ou ato convocatório da licitação.

~~§ 2º Em carta contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outros instrumentos hábeis aplica-se, no que couber, o disposto no art. 56 desta lei.~~

§ 2º Em "carta contrato", "nota de empenho de despesa", "autorização de compra", "ordem de execução de serviço" ou outros instrumentos hábeis aplica-se, no que couber, o disposto no art. 55 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º Aplica-se o disposto nos arts. 55 e 58 a 61 desta Lei e demais normas gerais, no que couber:

I – aos contratos de seguro, de financiamento, de locação em que o Poder Público seja locatário, e aos demais cujo conteúdo seja regido, predominantemente, por norma de direito privado;

II – aos contratos em que a Administração for parte como usuária de serviço público.

§ 4º É dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

Art. 63. É permitido a qualquer licitante o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório e, a qualquer interessado, a obtenção de cópia autenticada, mediante o pagamento dos emolumentos devidos.

Art. 64. A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 desta Lei.

§ 1º O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

§ 2º É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 desta Lei.

§ 3º Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

Seção III

Da Alteração dos Contratos

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I – unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II – por acordo das partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

~~**d)** (VETADO)~~.

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinqüenta por cento) para os seus acréscimos.

~~§ 2º Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no parágrafo anterior.~~

§ 2º Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no parágrafo anterior, salvo: (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

I – (VETADO) (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

II – as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

§ 3º Se no contrato não houverem sido contemplados preços unitários para obras ou serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no § 1º deste artigo.

§ 4º No caso de supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

§ 5º Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

§ 6º Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

§ 7º (VETADO)

§ 8º A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

Seção IV

Da Execução dos Contratos

Art. 66. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

§ 1º O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 2º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 68. O contratado deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato.

Art. 69. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

Art. 70. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

Art. 71. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

~~§ 1º A inadimplência do contratado, com referência aos encargos estabelecidos neste artigo, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.~~

~~§ 2º A Administração poderá exigir, também, seguro para garantia de pessoas e bens, devendo essa exigência constar do edital da licitação ou do convite.~~

§ 1º A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)

§ 2º A Administração Pública responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)

§ 3º (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

Art. 72. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou

fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.

Art. 73. Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

I – em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 desta Lei;

II – em se tratando de compras ou de locação de equipamentos:

a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação.

§ 1º Nos casos de aquisição de equipamentos de grande vulto, o recebimento far-se-á mediante termo circunstanciado e, nos demais, mediante recibo.

§ 2º O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

§ 3º O prazo a que se refere a alínea "b" do inciso I deste artigo não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no edital.

§ 4º Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este artigo não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.

Art. 74. Poderá ser dispensado o recebimento provisório nos seguintes casos:

I – gêneros perecíveis e alimentação preparada;

II – serviços profissionais;

III – obras e serviços de valor até o previsto no art. 23, inciso II, alínea "a", desta Lei, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

Parágrafo único. Nos casos deste artigo, o recebimento será feito mediante recibo.

Art. 75. Salvo disposições em contrário constantes do edital, do convite ou de ato normativo, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado.

Art. 76. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

Seção V

Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos

Art. 77. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I – o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II – o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III – a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

IV – o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

V – a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI – a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

VII – o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VIII – o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei;

IX – a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

X – a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

XI – a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

XII – razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

XIII – a supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação

do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 desta Lei;

XIV – a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

XV – o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

XVI – a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

XVII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

Parágrafo único. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

XVIII – descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis. (Incluído pela Lei nº 9.854, de 1999)

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

I – determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;

II – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III – judicial, nos termos da legislação;

IV – (VETADO)

IV – (Vetado). (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 1º A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

§ 2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo anterior, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

I – devolução de garantia;

II – pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

III – pagamento do custo da desmobilização.

~~§ 3º (VETADO)~~

~~§ 4º (VETADO)~~

§ 3º (Vetado).(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 4º (Vetado).(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 5º Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.

Art. 80. A rescisão de que trata o inciso I do artigo anterior acarreta as seguintes conseqüências, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei:

I – assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II – ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 desta Lei;

III – execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

IV – retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

§ 1º A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II deste artigo fica a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

§ 2º É permitido à Administração, no caso de concordata do contratado, manter o contrato, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais.

§ 3º Na hipótese do inciso II deste artigo, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do Ministro de Estado competente, ou Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso.

§ 4º A rescisão de que trata o inciso IV do artigo anterior permite à Administração, a seu critério, aplicar a medida prevista no inciso I deste artigo.

CAPÍTULO IV
Das Sanções Administrativas E Da Tutela Judicial

Seção I
Disposições Gerais

Art. 81. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento

equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos licitantes convocados nos termos do art. 64, § 2º desta Lei, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço.

Art. 82. Os agentes administrativos que praticarem atos em desacordo com os preceitos desta Lei ou visando a frustrar os objetivos da licitação sujeitam-se às sanções previstas nesta Lei e nos regulamentos próprios, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

Art. 83. Os crimes definidos nesta Lei, ainda que simplesmente tentados, sujeitam os seus autores, quando servidores públicos, além das sanções penais, à perda do cargo, emprego, função ou mandato eletivo.

Art. 84. Considera-se servidor público, para os fins desta Lei, aquele que exerce, mesmo que transitoriamente ou sem remuneração, cargo, função ou emprego público.

§ 1º Equipara-se a servidor público, para os fins desta Lei, quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, assim consideradas, além das fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, as demais entidades sob controle, direto ou indireto, do Poder Público.

§ 2º A pena imposta será acrescida da terça parte, quando os autores dos crimes previstos nesta Lei forem ocupantes de cargo em comissão ou de função de confiança em órgão da Administração direta, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, fundação pública, ou outra entidade controlada direta ou indiretamente pelo Poder Público.

Art. 85. As infrações penais previstas nesta Lei pertinem às licitações e aos contratos celebrados pela União, Estados, Distrito Federal, Municípios, e respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas, e quaisquer outras entidades sob seu controle direto ou indireto.

Seção II

Das Sanções Administrativas

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

§ 1º A multa a que alude este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

§ 2º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.

§ 3º Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação. (Vide art 109 inciso III)

Art. 88. As sanções previstas nos incisos III e IV do artigo anterior poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

I – tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II – tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III – demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Seção III

Dos Crimes e das Penas

Art. 89. Dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade:

Pena – detenção, de 3 (três) a 5 (cinco) anos, e multa.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre aquele que, tendo comprovadamente concorrido para a consumação da ilegalidade, beneficiou-se da dispensa ou inexigibilidade ilegal, para celebrar contrato com o Poder Público.

Art. 90. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação:

Pena – detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Art. 91. Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato, cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

~~Art. 92. Admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, em favor do adjudicatório, durante a execução dos contratos celebrados com o Poder Público, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais, ou, ainda, pagar fatura com preterição da ordem cronológica de sua apresentação:~~

~~Pena – detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.~~

Art. 92. Admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, em favor do adjudicatário, durante a execução dos contratos celebrados com o Poder Público, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais, ou, ainda, pagar fatura com preterição da ordem cronológica de sua exigibilidade, observado o disposto no art. 121 desta Lei: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Pena – detenção, de dois a quatro anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Parágrafo único. Incide na mesma pena o contratado que, tendo comprovadamente concorrido para a consumação da ilegalidade, obtém vantagem indevida ou se beneficia, injustamente, das modificações ou prorrogações contratuais.

Art. 93. Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Art. 94. Devassar o sigilo de proposta apresentada em procedimento licitatório, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo:

Pena – detenção, de 2 (dois) a 3 (três) anos, e multa.

Art. 95. Afastar ou procura afastar licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo:

Pena – detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem se abstém ou desiste de licitar, em razão da vantagem oferecida.

Art. 96. Fraudar, em prejuízo da Fazenda Pública, licitação instaurada para aquisição ou venda de bens ou mercadorias, ou contrato dela decorrente:

I – elevando arbitrariamente os preços;

II – vendendo, como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada;

III – entregando uma mercadoria por outra;

IV – alterando substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

V – tornando, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a proposta ou a execução do contrato:

Pena – detenção, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

Art. 97. Admitir à licitação ou celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Parágrafo único. Incide na mesma pena aquele que, declarado inidôneo, venha a licitar ou a contratar com a Administração.

Art. 98. Obstar, impedir ou dificultar, injustamente, a inscrição de qualquer interessado nos registros cadastrais ou promover indevidamente a alteração, suspensão ou cancelamento de registro do inscrito:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Art. 99. A pena de multa cominada nos arts. 89 a 98 desta Lei consiste no pagamento de quantia fixada na sentença e calculada em índices percentuais, cuja base corresponderá ao valor da vantagem efetivamente obtida ou potencialmente auferível pelo agente.

§ 1º Os índices a que se refere este artigo não poderão ser inferiores a 2% (dois por cento), nem su-

periores a 5% (cinco por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com dispensa ou inexigibilidade de licitação.

§ 2º O produto da arrecadação da multa reverterá, conforme o caso, à Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal.

Seção IV

Do Processo e do Procedimento Judicial

Art. 100. Os crimes definidos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada, cabendo ao Ministério Público promovê-la.

Art. 101. Qualquer pessoa poderá provocar, para os efeitos desta Lei, a iniciativa do Ministério Público, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e sua autoria, bem como as circunstâncias em que se deu a ocorrência.

Parágrafo único. Quando a comunicação for verbal, mandará a autoridade reduzi-la a termo, assinado pelo apresentante e por duas testemunhas.

Art. 102. Quando em autos ou documentos de que conhecerem, os magistrados, os membros dos Tribunais ou Conselhos de Contas ou os titulares dos órgãos integrantes do sistema de controle interno de qualquer dos Poderes verificarem a existência dos crimes definidos nesta Lei, remeterão ao Ministério Público as cópias e os documentos necessários ao oferecimento da denúncia.

Art. 103. Será admitida ação penal privada subsidiária da pública, se esta não for ajuizada no prazo legal, aplicando-se, no que couber, o disposto nos arts. 29 e 30 do Código de Processo Penal.

Art. 104. Recebida a denúncia e citado o réu, terá este o prazo de 10 (dez) dias para apresentação de defesa escrita, contado da data do seu interrogatório, podendo juntar documentos, arrolar as testemunhas que tiver, em número não superior a 5 (cinco), e indicar as demais provas que pretenda produzir.

Art. 105. Ouvidas as testemunhas da acusação e da defesa e praticadas as diligências instrutórias deferidas ou ordenadas pelo juiz, abrir-se-á, sucessivamente, o prazo de 5 (cinco) dias a cada parte para alegações finais.

Art. 106. Decorrido esse prazo, e conclusos os autos dentro de 24 (vinte e quatro) horas, terá o juiz 10 (dez) dias para proferir a sentença.

Art. 107. Da sentença cabe apelação, interponível no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 108. No processamento e julgamento das infrações penais definidas nesta Lei, assim como nos recursos e nas execuções que lhes digam respeito, aplicar-se-ão, subsidiariamente, o Código de Processo Penal e a Lei de Execução Penal.

CAPÍTULO V

Dos Recursos Administrativos

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I – recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante;

b) julgamento das propostas;

c) anulação ou revogação da licitação;

d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

~~**e)** rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 78 desta lei;~~

e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

II – representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

III – pedido de reconsideração, de decisão de Ministro de Estado, ou Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, na hipótese do § 4º do art. 87 desta Lei, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

§ 1º A intimação dos atos referidos no inciso I, alíneas "**a**", "**b**", "**c**" e "**e**", deste artigo, excluídos os relativos a advertência e multa de mora, e no inciso III, será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo para os casos previstos nas alíneas "**a**" e "**b**", se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

§ 2º O recurso previsto nas alíneas "**a**" e "**b**" do inciso I deste artigo terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

§ 3º Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

§ 5º Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que

os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

§ 6º Em se tratando de licitações efetuadas na modalidade de "carta convite" os prazos estabelecidos nos incisos I e II e no parágrafo 3º deste artigo serão de dois dias úteis. (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

CAPÍTULO VI

Disposições Finais e Transitórias

Art. 110. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

Parágrafo único. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

Art. 111. A Administração só poderá contratar, pagar, premiar ou receber projeto ou serviço técnico especializado desde que o autor ceda os direitos patrimoniais a ele relativos e a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto no regulamento de concurso ou no ajuste para sua elaboração.

Parágrafo único. Quando o projeto referir-se a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos incluirá o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

Art. 112. Quando o objeto do contrato interessar a mais de uma entidade pública, caberá ao órgão contratante, perante a entidade interessada, responder pela sua boa execução, fiscalização e pagamento.

~~Parágrafo único. Fica facultado à entidade interessada o acompanhamento da execução do contrato.~~

§ 1º Os consórcios públicos poderão realizar licitação da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados. (Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005)

§ 2º É facultado à entidade interessada o acompanhamento da licitação e da execução do contrato. (Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005)

Art. 113. O controle das despesas decorrentes dos contratos e demais instrumentos regidos por esta Lei será feito pelo Tribunal de Contas competente, na forma da legislação pertinente, ficando os órgãos interessados da Administração responsáveis pela demonstração da legalidade e regularidade da despesa e execução, nos termos da Constituição e sem prejuízo do sistema de controle interno nela previsto.

§ 1º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar ao Tribunal de Contas ou aos órgãos integrantes do sistema de controle interno contra irregularidades na aplicação desta Lei, para os fins do disposto neste artigo.

~~§ 2º Os Tribunais de Contas e os órgãos integrantes do sistema de controle interno poderão solicitar para exame, antes da abertura das propostas, cópia de edital de licitação já publicado, obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração interessada à adoção das medidas corretivas que, em função desse exame, lhes forem determinadas.~~

§ 2º Os Tribunais de Contas e os órgãos integrantes do sistema de controle interno poderão solicitar para exame, até o dia útil imediatamente anterior à data de recebimento das propostas, cópia de edital de licitação já publicado, obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração interessada à adoção de medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Art. 114. O sistema instituído nesta Lei não impede a pré-qualificação de licitantes nas concorrências, a ser procedida sempre que o objeto da licitação recomende análise mais detida da qualificação técnica dos interessados.

§ 1º A adoção do procedimento de pré-qualificação será feita mediante proposta da autoridade competente, aprovada pela imediatamente superior.

§ 2º Na pré-qualificação serão observadas as exigências desta Lei relativas à concorrência, à convocação dos interessados, ao procedimento e à analise da documentação.

Art. 115. Os órgãos da Administração poderão expedir normas relativas aos procedimentos operacionais a serem observados na execução das licitações, no âmbito de sua competência, observadas as disposições desta Lei.

Parágrafo único. As normas a que se refere este artigo, após aprovação da autoridade competente, deverão ser publicadas na imprensa oficial.

Art. 116. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração.

§ 1º A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelos órgãos ou entidades da Administração Pública depende de prévia aprovação de competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I – identificação do objeto a ser executado;

II – metas a serem atingidas;

III – etapas ou fases de execução;

IV – plano de aplicação dos recursos financeiros;

V – cronograma de desembolso;

VI – previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;

VII – se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador.

§ 2º Assinado o convênio, a entidade ou órgão repassador dará ciência do mesmo à Assembleia Legislativa ou à Câmara Municipal respectiva.

§ 3º As parcelas do convênio serão liberadas em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, exceto nos casos a seguir, em que as mesmas ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ocorrentes:

I – quando não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela entidade ou órgão descentralizador dos recursos ou pelo órgão competente do sistema de controle interno da Administração Pública;

II – quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou o inadimplemento do executor com relação a outras cláusulas conveniais básicas;

III – quando o executor deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo partícipe repassador dos recursos ou por integrantes do respectivo sistema de controle interno.

§ 4º Os saldos de convênio, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês.

§ 5º As receitas financeiras auferidas na forma do parágrafo anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

§ 6º Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, acordo ou ajuste, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos.

Art. 117. As obras, serviços, compras e alienações realizados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Tribunal de Contas regem-se pelas normas desta Lei, no que couber, nas três esferas administrativas.

Art. 118. Os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as entidades da administração indireta deverão adaptar suas normas sobre licitações e contratos ao disposto nesta Lei.

Art. 119. As sociedades de economia mista, empresas e fundações públicas e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União e pelas entidades referidas no artigo anterior editarão regulamentos próprios devidamente publicados, ficando sujeitas às disposições desta Lei.

Parágrafo único. Os regulamentos a que se refere este artigo, no âmbito da Administração Pública, após aprovados pela autoridade de nível superior a que estiverem vinculados os respectivos órgãos, sociedades e entidades, deverão ser publicados na imprensa oficial.

~~Art. 120. Os valores fixados por esta lei serão automaticamente corrigidos na mesma periodicidade e proporção da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), com base no índice do mês de dezembro de 1991.~~

~~Art. 120. Os valores fixados por esta lei serão automaticamente corrigidos na mesma periodicidade e proporção da variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), com base no índice do mês de dezembro de 1991. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)~~

~~Parágrafo único. O Poder Executivo Federal fará publicar no **Diário Oficial da União** os novos valores oficialmente vigentes por ocasião de cada evento citado no **caput** deste artigo, desprezando-se as frações inferiores a Cr$ 1.000,00 (um mil cruzeiros).~~

~~Parágrafo único. O Poder Executivo Federal fará publicar no **Diário Oficial da União** os novos valores oficialmente vigentes por ocasião de cada evento citado no "**caput**" deste artigo, desprezando-se as frações inferiores a Cr$ 1,00 (hum cruzeiro real). (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)~~

Art. 120. Os valores fixados por esta Lei poderão ser anualmente revistos pelo Poder Executivo Federal, que os fará publicar no **Diário Oficial da União**, observando como limite superior a variação geral dos

preços do mercado, no período. (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

~~Art. 121. O disposto nesta lei não se aplica às licitações instauradas e aos contratos assinados anteriormente à sua vigência.~~

Art. 121. O disposto nesta Lei não se aplica às licitações instauradas e aos contratos assinados anteriormente à sua vigência, ressalvado o disposto no art. 57, nos parágrafos 1º, 2º e 8º do art. 65, no inciso XV do art. 78, bem assim o disposto no "**caput**" do art. 5º, com relação ao pagamento das obrigações na ordem cronológica, podendo esta ser observada, no prazo de noventa dias contados da vigência desta Lei, separadamente para as obrigações relativas aos contratos regidos por legislação anterior à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Parágrafo único. Os contratos relativos a imóveis do patrimônio da União continuam a reger-se pelas disposições do Decreto-lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, com suas alterações, e os relativos a operações de crédito interno ou externo celebrados pela União ou a concessão de garantia do Tesouro Nacional continuam regidos pela legislação pertinente, aplicando-se esta Lei, no que couber.

Art. 122. Nas concessões de linhas aéreas, observar-se-á procedimento licitatório específico, a ser estabelecido no Código Brasileiro de Aeronáutica.

Art. 123. Em suas licitações e contratações administrativas, as repartições sediadas no exterior observarão as peculiaridades locais e os princípios básicos desta Lei, na forma de regulamentação específica.

~~Art. 124. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.~~

Art. 124. Aplicam-se às licitações e aos contratos para permissão ou concessão de serviços públicos os dispositivos desta Lei que não conflitem com a legislação específica sobre o assunto. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Parágrafo único. As exigências contidas nos incisos II a IV do § 2º do art. 7º serão dispensadas nas licitações para concessão de serviços com execução prévia de obras em que não foram previstos desembolso por parte da Administração Pública concedente. (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

Art. 125. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (Renumerado por força do disposto no art. 3º da Lei nº 8.883, de 1994)

Art. 126. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente os Decretos-leis nºs 2.300, de 21 de novembro de 1986, 2.348, de 24 de julho de 1987, 2.360, de 16 de setembro de 1987, a Lei nº 8.220, de 4 de setembro de 1991, e o art. 83 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.(Renumerado por força do disposto no art. 3º da Lei nº 8.883, de 1994)

Brasília, 21 de junho de 1993, 172º da Independência e 105º da República. **– ITAMAR FRANCO – Rubens Ricupero – Romildo Canhim.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 22-6-1993 e republicado em 6-7-1994 e retificado em de 6-7-.1994

(Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 579, DE 2011

Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para restringir a aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança de multas de trânsito ao financiamento de campanhas educativas sobre direção defensiva, cultura da paz e combate à violência no trânsito, e de desestímulo ao consumo de álcool e drogas por parte dos motoristas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 320. A receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito será aplicada, exclusivamente, em campanhas educativas sobre direção defensiva, cultura da paz e combate à violência no trânsito, e de desestímulo ao consumo de álcool e drogas por parte dos motoristas.

..... " (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Os recursos arrecadados com a cobrança de multas por infrações de trânsito deveriam ser aplicados prioritariamente em medidas voltadas para o combate às práticas que lhes dão origem, de modo a promover um trânsito mais civilizado e seguro a todos os cidadãos.

Embora seja esse o princípio que rege o texto atual do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), o que vemos, Brasil afora, é que a receita decorrente das multas acaba custeando despesas como o pagamento de pessoal dos órgãos envolvidos com a gestão e a fiscalização de trânsito, aí incluídos os Detrans e setores

das polícias militares estaduais. Na prática, houve uma substituição dos recursos que antes pagavam esses profissionais pela receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito. Em última análise, trata-se de uma distorção no uso dos recursos provenientes das multas, já que, a rigor, eles não estão servindo para tornar nosso trânsito mais seguro.

Além disso, como a receita decorrente das multas serve para reforçar o caixa dos governos, verifica-se que as administrações se sentem estimuladas a implantar o que ficou conhecido como "indústria das multas" – esquemas de fiscalização mais voltados para gerar multas (e, consequentemente, receitas) do que para melhorar a segurança do trânsito. A "indústria das multas" recorre até mesmo a ardis tais como a realização de sucessivas alterações, em curtos espaços, nos limites de velocidade das vias com objetivo de surpreender motoristas desavisados.

A proposta que ora encaminhamos busca garantir que os recursos das multas sejam utilizados exclusivamente, sem desvio para outras finalidades, em prol da educação para o trânsito, mediante a realização das campanhas educativas que menciona. Além de reforçar o orçamento das campanhas, possibilitando a sua intensificação, a medida certamente irá contribuir para desestimular a "indústria das multas".

Ante a importância da medida ora proposta, esperamos contar com o apoio dos nobres colegas do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, – Senador **Eunício Oliveira.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

.....

Art. 320. A receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito será aplicada, exclusivamente, em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito.

Parágrafo único. O percentual de cinco por cento do valor das multas de trânsito arrecadadas será depositado, mensalmente, na conta de fundo de âmbito nacional destinado à segurança e educação de trânsito.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 580, DE 2011

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para estabelecer critério de distribuição do resultado do exercício financeiro para as contas vinculadas dos trabalhadores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 5º .....

.....

XIV – decidir sobre a distribuição dos resultados positivos do FGTS, em cada exercício, para as contas vinculadas dos trabalhadores, observado o critério definido no art. 29-E. (NR)"

.....

.....

"Art. 29-E. Será distribuído às contas vinculadas dos trabalhadores percentual do resultado positivo do exercício que exceder a um por cento do Patrimônio Líquido do FGTS do exercício anterior ao da apuração do resultado.

§ 1º O percentual de que trata o caput não poderá ser inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor apurado para distribuição.

§ 2º A distribuição entre as contas vinculadas do trabalhador será proporcional ao saldo de cada conta apurado ao final do exercício a que se referir o resultado. (NR)"

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) é um fundo financeiro formado pela contribuição mensal de empregadores aos seus empregados mediante depósito em conta vinculada individual de cada trabalhador. É um fundo de natureza privada, sob gestão pública. Os recursos do fundo tem um importante papel na execução de políticas públicas, como a habitacional e de saneamento, mas fundamentalmente é um fundo que pertence ao trabalhador.

Nos últimos anos, muitos projetos têm sido propostos no Congresso Nacional com o objetivo de aumentar o retorno que o trabalhador recebe em sua conta vinculada junto ao FGTS. No entanto, esses projetos não conseguem contornar o risco de afetar negativamente o equilíbrio financeiro do Fundo ou de evitar que o mutuário final seja prejudicado pela revisão das condições de seu financiamento.

É a fim de oferecer uma alternativa viável para aumentar o retorno do FGTS para o trabalhador que apresento esta proposição. Ela é centrada em compartilhar com o trabalhador os resultados financeiros

positivos auferidos pelo fundo. É elevar o trabalhador à real condição de cotista do fundo.

A análise do Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado dos exercícios de 2007, 2008 e 2009, mostram que o FGTS tem obtido ótimo desempenho. O Patrimônio Líquido do fundo experimentou um aumento significativo. O quadro abaixo indica essa evolução:

Em milhares de reais

Ano	Resultado do Exercício	Patrimônio Líquido (PL)
2007	1.833.680	22.912.678
2008	4.987.679	27.900.357
2009	2.593.936	30.494.293

Fonte: Relatórios de Administração do FGTS no sitio www.fgts.gov.br

Como se pode observar, o Patrimônio Líquido cresceu 21,8% em 2008, em relação a 2007, e 9,3% em 2009, em relação a 2008, e nem um centavo desse resultado foi distribuído às contas vinculadas que lhe deram origem.

Esses bons resultados incitam a reflexão do porquê parte desses resultados não serem efetivamente distribuídos aos trabalhadores, uma vez que os recursos que geram esses resultados têm origem nas suas contas vinculadas. A resposta é que atualmente não há qualquer previsão legal que autorize ao Conselho Curador do FGTS a de distribuir o resultado do exercício para as contas vinculadas dos trabalhadores.

Assim, estamos propondo que parte do resultado positivo do exercício retorne às contas vinculadas na proporção do saldo da conta apurado ao final do exercício a que se refere.

Se essa regra estivesse vigente, em 2010, por exemplo, teríamos os seguintes números: 1% do Patrimônio Líquido (PL) do exercício anterior (2008) resultaria em R$ 279 milhões. O montante apurado para efeito de distribuição seria então dado pela diferença entre o Resultado do Exercício de 2009 (R$ 2,6 bilhões) e o 1% do PL em 2008 (R$ 279 milhões). Dessa forma, o valor a ser considerado para efeito de distribuição seria da ordem de R$ 2,3 bilhões.

A fim de evitar que o percentual de crescimento do PL fique estagnado a apenas 1%, incluímos na proposta dispositivo que confere ao Conselho Curador do fundo a competência para definir em cada exercício o percentual desse valor apurado (no nosso exemplo, R$ 2,3 bilhões) a ser efetivamente distribuído entre as contas vinculadas dos trabalhadores.

Incluímos, também, dispositivo definindo um limite mínimo para a deliberação do Conselho Curador do fundo. O percentual não pode ser inferior a 50%. No nosso exemplo, se o Conselho Curador optasse por definir o percentual mínimo de 50%, o valor efetivo que teria sido distribuído seria da ordem de R$ 1,1 bilhão. A diferença, da ordem de R$ 1,1 bilhão, seria também incorporada ao patrimônio do fundo, o que resultaria um aumento do patrimônio líquido do fundo em 2009 em relação a 2008 de 5%.

Ainda assim, o Conselho Curador poderia deliberar pela distribuição do de R$ 2,3 bilhões. Considerando um saldo total das contas vinculadas apurado no Balanço Patrimonial de 2009 da ordem de R$ 168 bilhões, a distribuição desse resultado às contas vinculadas implicaria numa rentabilidade adicional dessas contas de 1,4% ao ano, reduzindo o problema da baixa rentabilidade dessas contas e, claramente, beneficiando o trabalhador.

Nesse sentido, a presente proposta atende a uma antiga reivindicação dos trabalhadores, de ter suas contas vinculadas melhor remuneradas, sem comprometer a função social do FGTS. E mais: insisto que ela corrige a injustiça do trabalhador não ser efetivamente sócio-cotista, ou seja são se beneficiar dos bons resultados financeiros obtidos pelo fundo.

Vale dizer que a sistemática aqui proposta não compromete a disponibilidade de recursos do FGTS para crédito habitacional e investimento em saneamento e infra-estrutura. As receitas financeiras líquidas do fundo são positivas e crescentes decorrentes do avanço do emprego formal e da remuneração decorrente da aplicação das disponibilidades financeiras do fundo. Conforme, já destacado o atual Patrimônio Líquido é elevado e constitui reserva para novas inversões. Por fim, caberá ao Conselho Curador determinar o quanto efetivamente será distribuído.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres pares no sentido da aprovação dessa proposta.

Sala das Sessões, – Senadora **Marta Suplicy**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990.

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

O Presidente da República , faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....

Art. 5º Ao Conselho Curador do FGTS compete:

I – estabelecer as diretrizes e os programas de alocação de todos os recursos do FGTS, de acordo com os critérios definidos nesta lei, em consonância

com a política nacional de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana estabelecidas pelo Governo Federal;

II – acompanhar e avaliar a gestão econômica e financeira dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas aprovados;

III – apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do FGTS;

IV – pronunciar-se sobre as contas do FGTS, antes do seu encaminhamento aos órgãos de controle interno para os fins legais;

V – adotar as providências cabíveis para a correção de atos e fatos do Ministério da Ação Social e da Caixa Econômica Federal, que prejudiquem o desempenho e o cumprimento das finalidades no que concerne aos recursos do FGTS;

VI – dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, relativas ao FGTS, nas matérias de sua competência;

VII – aprovar seu regimento interno;

VIII – fixar as normas e valores de remuneração do agente operador e dos agentes financeiros;

IX – fixar critérios para parcelamento de recolhimentos em atraso;

X – fixar critério e valor de remuneração para o exercício da fiscalização;

XI – divulgar, no Diário Oficial da União, todas as decisões proferidas pelo Conselho, bem como as contas do FGTS e os respectivos pareceres emitidos.

XII – fixar critérios e condições para compensação entre créditos do empregador, decorrentes de depósitos relativos a trabalhadores não optantes, com contratos extintos, e débitos resultantes de competências em atraso, inclusive aqueles que forem objeto de composição de dívida com o FGTS. (Incluído pela Lei nº 9.711, de 1998)

XIII – em relação ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS: (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

a) aprovar a política de investimento do FI-FGTS por proposta do Comitê de Investimento; (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

b) decidir sobre o reinvestimento ou distribuição dos resultados positivos aos cotistas do FI-FGTS, em cada exercício; (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

c) definir a forma de deliberação, de funcionamento e a composição do Comitê de Investimento; (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

d) estabelecer o valor da remuneração da Caixa Econômica Federal pela administração e gestão do FI-FGTS, inclusive a taxa de risco; (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

e) definir a exposição máxima de risco dos investimentos do FI-FGTS; (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

f) estabelecer o limite máximo de participação dos recursos do FI-FGTS por setor, por empreendimento e por classe de ativo, observados os requisitos técnicos aplicáveis; (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

g) estabelecer o prazo mínimo de resgate das cotas e de retorno dos recursos à conta vinculada, observado o disposto no § 19 do art. 20 desta Lei; (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

h) aprovar o regulamento do FI-FGTS, elaborado pela Caixa Econômica Federal; e (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

i) autorizar a integralização de cotas do FI-FGTS pelos trabalhadores, estabelecendo previamente os limites globais e individuais, parâmetros e condições de aplicação e resgate. (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

.....

Art. 29-D. A penhora em dinheiro, na execução fundada em título judicial em que se determine crédito complementar de saldo de conta vinculada do FGTS, será feita mediante depósito de recursos do Fundo em conta vinculada em nome do exeqüente, à disposição do juízo. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

Parágrafo único. O valor do depósito só poderá ser movimentado, após liberação judicial, nas hipóteses previstas no art. 20 ou para reversão ao Fundo. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

.....

Art. 30. Fica reduzida para 1 1/2 (um e meio) por cento a contribuição devida pelas empresas ao Serviço Social do Comércio e ao Serviço Social da Indústria e dispensadas estas entidades da subscrição compulsória a que alude o art. 21 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

Art. 31. O Poder Executivo expedirá o Regulamento desta lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua promulgação.

Art. 32. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei nº 7.839, de 12 de outubro de 1989, e as demais disposições em contrário.

Brasília, 11 de maio de 1990; 169º da Independência e 102º da República. – **FERNANDO COLLOR – Zélia M. Cardoso de Mello – Antonio Magri – Margarida Procópio.**

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 376, de 2011**, na origem, da Senhora Presidente da República, que comunica sua ausência do País, no período de 17 a 24 de setembro, de 2011, para realizar viagem oficial aos Estados Unidos da América.

A referida matéria foi anexada ao processado da Mensagem nº 37, de 2011.

É a seguinte a Mensagem:

MENSAGEM Nº 376, DE 2011

Senhores Membros do Senado Federal,

Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do País no período de 17 a 24 de setembro de 2011, em viagem oficial aos Estados Unidos da América.

Brasília, 14 de setembro de 2011. – **Dilma Rousseff.**

Aviso nº 571 – C. Civil

Em 14 de setembro de 2011

Assunto: Viagem presidencial.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República comunica que se ausentará do País no período de 17 a 24 de setembro de 2011, em viagem oficial aos Estados Unidos da América.

Atenciosamente, – **Gleisi Hoffmann**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senadora Vanessa.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente, eu gostaria de solicitar minha inscrição para falar no tempo da Liderança de meu Partido, por delegação do Senador Inácio Arruda.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – E comunico, se V. Exª me permite, que já acertamos com o Senador Rodrigo Rollemberg, porque ele é o primeiro orador inscrito, para fazermos a inversão.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sim. O Senador Rollemberg aceitando essa inversão, tudo bem. Primeiro, a Senadora fala pela liderança, e o senhor é o primeiro como orador inscrito.

Pois não, Senador Vital.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Srª Presidente, pela Liderança. Eu falo pela Liderança do PMDB.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pela Liderança do PMDB. O documento já está presente.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Já está presente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O senhor é o segundo inscrito.

Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Também quero me inscrever pela Liderança do PTB. Já está na Mesa a indicação.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O seu documento já está aqui na Mesa, e o senhor é o terceiro inscrito, Senador Mozarildo.

O Senador Geovani.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Para uma comunicação inadiável, como primeiro inscrito.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O senhor é o primeiro inscrito, Senador Geovani.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Para uma comunicação inadiável, Srª Presidenta, como segundo inscrito.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O Senador Suplicy é o segundo inscrito.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Srª Presidente, só para registrar que eu não posso negar um pedido da Senadora Vanessa.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito bem. Está registrado.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu não sei se é o momento, mas queria solicitar à Mesa, nos termos do Regimento Interno da Casa, um voto de pesar pela morte do...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador, o senhor pode fazer isso no seu momento.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Só depois?

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – É. No momento da sua inscrição, por favor.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Mas as inscrições não terminaram?

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O senhor está inscrito, não está? Pela comunicação inadiável.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – É, mas antes da comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu não posso negar ao senhor.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, eu pedi.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sim.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Um voto de pesar para o empresário Olinto Ponciano Lima, que faleceu na terça-feira passada, aos 78 anos de idade. Foi empresário de sucesso por mais de 30 anos no meu querido Estado do Amapá.

Duas vezes condecorado como Empresário do Ano, ele deixou sua esposa Estelita Pereira Duarte Ponciano Lima e seus cinco filhos, para os quais ficam aqui os nossos sentimentos e a nossa solidariedade nesse momento difícil para a família Ponciano.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigada, Senador Geovani Borges.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.141, DE 2011

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e do acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento, ocorrido no dia 13 de setembro de 2011, do Sr. Olinto Ponssiano Lima, empresário de sucesso por mais de 30 anos no Estado do Amapá, duas vezes condecorado como Empresário do Ano.

a) inserção em ata de um voto de profundo pesar; e

b) apresentação de condolências a sua esposa, a Srª Estelita Pereira Duarte Ponssiano Lima, e aos seus cinco filhos, no endereço: Travessa São Francisco nº 233, bairro da Campina, Belém, Pará, CEP 66.023-530.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2011. – Senador **Geovani Borges.**

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin, por cinco minutos, pela Liderança.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PC do B – AM. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Srª Presidenta Marta Suplicy.

Srs. Senadores, eu quero agradecer o Senador Rodrigo Rollemberg pela compreensão de ter permutado o tempo comigo.

Venho à tribuna hoje, Srª Presidente, para relatar o fato de que, no dia de ontem, a Bancada do Estado do Amazonas – oito Deputados Federais e três Senadores – esteve reunida para tratar assuntos relativos aos interesses do Estado do Amazonas, que são convergentes com os interesses nacionais, Srª Presidente.

Aqui nós temos o Senador Eduardo Braga que é o coordenador de nossa bancada. E uma das questões debatidas não só na reunião da bancada, mas numa reunião posterior que tivemos no dia de ontem, foi a necessidade de nos organizarmos, não só como Bancada do Amazonas, Senador Mozarildo, mas como Bancada da Região Norte, para podermos, aí sim, com mais força política, com um número maior de parlamentares, levar as reivindicações que não são nossas, mas as reivindicações que são efetivamente de nossa região, para a Presidente Dilma, para os mais diversos Ministérios.

E ontem... Senador Eduardo Braga, infelizmente eu não vou conceder aparte a V. Exª, porque falo pela liderança. Mas V. Exª falará na sequência e, como coordenador, relatará aqui todo o esforço. E eu quero dar o testemunho do esforço que V. Exª vem fazendo aqui no Congresso Nacional para conferir uma unidade maior à nossa Bancada do Norte. Assim foi quando V. Exª foi governador, quando foi criado efetivamente o Fórum de Governadores da Amazônia, e, a partir daí, muitos avanços nós conseguimos a partir dessa união dos nove governadores que compõem a região amazônica.

O Senador Mozarildo deu o testemunho ontem, quando fez um aparte ao meu pronunciamento, relatando o fato de que alguns anos atrás, quando eu coordenava a Comissão da Amazônia na Câmara dos Deputados, e o Senador Mozarildo aqui coordenava já a Subcomissão da Amazônia, nós nos juntamos, fizemos um grande movimento e conseguimos que o Governo Federal, pela primeira vez, descontingenciasse, liberasse R$200 milhões de recursos da Suframa, recursos da Superintendência da Zona Franca de Manaus, mas que são aplicados na infraestrutura e no desenvolvimento de Acre, Rondônia, Roraima, além do Amapá e do Amazonas obviamente.

Então, tratamos isso também na reunião da Bancada do Amazonas. E tratamos de assuntos específicos relativos à infraestrutura, à necessidade do desenvolvimento. Deliberamos lá que o primeiro passo será uma reunião da Bancada do Amazonas com a Ministra das Relações Institucionais, Ministra Ideli Salvatti, porque vamos mostrar a ela que é importante que ela dialogue, sim, com os partidos políticos, mas que promova encontros permanentes, frequentes também com as bancadas estaduais e as bancadas regionais, para ouvir dessas bancadas quais problemas precisam ser resolvidos.

E, nesse aspecto, nós também – repito aqui – sob a coordenação do Senador Eduardo Braga, elaboramos um documento, onde colocamos os principais problemas que têm de ser tratados conjuntamente por toda a bancada. Precisamos debater a questão de energia, a presença do Estado brasileiro na Amazônia, de bancos no interior, agências do Banco do Brasil e da Caixa Econômica no interior do Estado do Amazonas. O INSS também precisa estar mais presente na vida da nossa gente.

Outro aspecto importante: o Amazonas é o Estado que arrecada 60% de todos os tributos da Região Norte, mas a Superintendência da Secretaria da Receita Federal fica no Pará, e no Amazonas nós temos apenas e tão somente uma delegacia. Enfim, vários assuntos. A definição imediata que precisa ser dada, por exemplo, ao Centro de Biotecnologia da Amazônia, uma de nossas reivindicações, com uma perfeita estruturação de um polo naval.

Então, eu quero dizer aqui e saudar esse novo momento, aproveitando a oportunidade e a presença do Senador Eduardo Braga, para dizer ao Senador que nós todos do Amazonas vivemos um momento interessante e positivo, de unidade da bancada. Não importa. Lá são vários partidos, inclusive alguns de oposição. Mas, entre nós, estamos unidos para lutar sempre em prol do nosso Estado, da nossa região, pela melhoria da qualidade de vida de toda a nossa gente.

Muito obrigada, Senadora Marta.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senadora Vanessa Grazziotin.

Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg, como orador inscrito.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, no último dia 7 de setembro eu fiz questão de acompanhar e de participar da marcha contra a corrupção que aconteceu no Distrito Federal, e que foi a maior de todas as ocorridas em todo o Brasil.

Hoje, fiz questão de ir a uma manifestação, um ato público com a presença de diversos senadores: Senador Pedro Simon, Senador Cristovam, Senador Randolfe, Senador Pedro Taques, Senador Eduardo Suplicy, diversos outros senadores e senadoras, para também manifestar o meu apoio à mobilização dos estudantes da UnB contra a corrupção. E tive a honra de, no final da manhã, receber uma homenagem da Federação do Comércio do Distrito Federal pela atuação de combate à corrupção, que recebo muito mais como um estímulo para desenvolver atividades, efetivamente, porque tenho dito que, ao longo da minha trajetória, tenho procurado me comportar de forma correta – o que é uma obrigação –, mas creio que ainda temos que fazer muito no que se refere ao combate à corrupção no nosso País.

Quero saudar este momento de mobilização de estudantes e de algumas instituições em defesa do combate à corrupção, porque este é o mal maior, pois desviam recursos que deveriam estar sendo utilizados na educação, na saúde, na segurança, na melhoria do transporte coletivo. E não foi à toa, Senador Mozarildo, que o Distrito Federal teve a maior manifestação contra a corrupção no Brasil, porque o nosso povo, a nossa população sofreu muito, vem sofrendo muito até hoje, com os efeitos da corrupção, daquilo que foi denominado como o maior escândalo de corrupção da história do País. Não sei se foi o maior, mas, certamente, o mais bem registrado escândalo de corrupção do País, que trouxe, e ainda traz, inúmeros prejuízos a nossa cidade: prejuízos à imagem de Brasília no restante do Brasil, prejuízos a nossa autoestima, a autoestima do brasiliense, que foi ao fundo do poço, prejuízo nos serviços públicos da nossa cidade, sentidos até hoje em virtude da desorganização absoluta dos serviços públicos, da precariedade dos serviços públicos, pelo abandono dos serviços públicos, inclusive pela consequência posterior de mudança de vários governadores, pela paralisação de obras.

Hoje, inclusive, ao longo da manifestação na UnB, estudantes da UnB se manifestavam protestando porque, até hoje, o **campus** da Universidade de Brasília na Ceilândia ainda não está pronto e isso também é consequência da crise trazida pela corrupção no Distrito Federal.

Quero lembrar que, naquela ocasião, o meu partido, o Partido Socialista Brasileiro, tomou uma decisão difícil, muito debatida entre nós: fomos o único Partido que defendeu publicamente a intervenção federal no Distrito Federal, porque entendíamos que precisávamos fazer uma ação efetiva, uma ação radical naquele momento para combater a corrupção.

Houve o entendimento do Supremo. Entendo que o Supremo, com os elementos que tinha, decidiu corretamente. Buscamos construir uma solução política para a cidade. A cidade soube construir essa solução política, elegeu um novo governador. Mas o fato é que tivemos um escândalo que, de tão grave, mereceu uma ação da Procuradoria Geral da República, no sentido de pedir intervenção federal no Distrito Federal.

No entanto, passados quase dois anos, até agora ninguém foi denunciado, nenhuma pessoa foi denunciada. Volta e meia, Senador Marcelo Crivella, os jornais da cidade noticiam que alguns daqueles principais atores do escândalo estariam se reorganizando politicamente com a intenção de voltar à política, e não teriam impedimento legal – alguns porque não foram denunciados, não foram condenados, não foram julgados. Isso nos entristece muito e me faz colocar aqui que, efetivamente, se queremos fazer para valer um combate à corrupção neste País, devemos iniciar pelo combate à impunidade. Não tem nada que alimente mais a corrupção em nosso País do que a impunidade.

Temos que reconhecer que avançamos no sentido de que este Congresso aprovou a lei de transparência, de autoria do Senador Capiberibe, que obriga os Estados, a União e os Municípios a colocarem, em tempo real, os contratos, os convênios, os pagamentos, para o controle social da população. Evoluímos na liberdade que a Polícia Federal hoje tem de desenvolver as suas ações, instituição extremamente respeitável.

Mas temos que evoluir no combate à impunidade e no combate à demora dos processos judiciais, o que acaba também contribuindo para essa sensação geral de impunidade que temos em nosso País.

Creio que o Congresso, Senador Eduardo Suplicy, está diante de um grande desafio. Precisamos nos mobilizar efetivamente para construir uma agenda suprapartidária, uma agenda de combate à corrupção que precisamos fazer na lei penal, que precisamos fazer na lei eleitoral e, certamente, a implementação do voto aberto é importante nessa questão da lei eleitoral, na tramitação dos processos. Temos que nos unir para construir essa agenda positiva.

Mas não me iludo, tenho convicção e tive oportunidade de dizer isso hoje na UnB e na Federação do Comércio que só acredito em mudanças substantivas em relação ao combate à corrupção – que deve ser permanente, não pode ser episódico, espasmódico, tem que ser um combate permanente –, se houver, efetivamente, uma grande mobilização da população.

Ouço com muita alegria o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Rodrigo Rollemberg, V. Exª e nós tivemos a oportunidade, junto com os Senadores Pedro Simon, Cristovam Buarque, Marcelo Crivella, Mozarildo Cavalcanti, Pedro Taques e Casildo Maldaner, de sermos bem recebidos pelo Reitor da UnB, Prof. José Barbosa, e também pelos estudantes que ali chegaram. Assumimos o compromisso de agir, inclusive em cooperação com a Presidenta Dilma, para prevenir e evitar todos os maus-tratos com a coisa pública, com a corrupção. Mas, sobretudo, para assegurar, conforme salienta V. Exª, a transparência nos atos da administração pública. Gostaria de informar-lhe e aos Senadores que estavam lá, conforme nosso compromisso, procurei telefonar para o Governador Agnelo Queiroz para transmitir o apelo dos estudantes no sentido de que ele próprio, ou então designando o Secretário de Educação ou quem ele avaliar mais adequado, faça uma visita ali aos estudantes que, num protesto pacífico, estão reivindicando que possam, depois de ter passado no vestibular, ter as instalações adequadas e formas de poderem se educar de maneira a mais adequada. Meus cumprimentos a V. Exª.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP. *Fora do microfone.*) – O Governador, segundo sua secretária, ainda vai ligar de volta.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP. *Fazendo soar a campainha.*) – Para concluir, Senador Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Vou concluir, Senadora Marta Suplicy.

Agradeço as palavras do Senador Suplicy. Estou disposto e quero aqui manifestar minha posição de contribuir, com todo esforço, para valer, no sentido de aperfeiçoar a legislação, os marcos legais de cobrar ações efetivas de combate à corrupção.

E peço vênia a V. Exª, Presidenta Marta Suplicy, para fazer um triste registro. Faleceu, ontem à noite, um músico muito querido e muito respeitado em todo Distrito Federal, o nosso Alencar Sete Cordas, que tocava constantemente no Clube do Choro. E a sala nº 1 da escola do Clube do Choro Raphael Rabello receberá o nome de Alencar Sete Cordas como forma de eternizar seu nome, uma pessoa tão querida e tão importante no meio musical da nossa cidade, com uma contribuição tão importante para consolidar Brasília como a capital do choro.

Portanto, faço aqui este registro, com muito pesar, me solidarizando com sua família, com seus amigos nesse momento de dor profunda de todos nós.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Rollemberg. Nossa solidariedade também a esse grande músico de Brasília.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Senadora, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É apenas para me solidarizar com o pronunciamento do Senador Rollemberg. Estivemos juntos, hoje, tanto na Universidade de Brasília como na Fecomércio e sentimos esse espírito que há nele e no povo de Brasília. As pessoas querem realmente, por viverem aqui, que haja uma movimentação nossa, Senadora Marta, a favor da Presidenta Dilma para que ela possa implementar as medidas que achar que devem ser tomadas em nosso País. Estivemos juntos e esse é o sentimento que espero também seja o sentimento da Pátria. Na UnB, mais de 200 alunos que se manifestaram efusivamente! E na Fecomércio, o empresariado.

Muito obrigado, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Esse sentimento é um sentimento – acredito – de toda Nação.

Eu vou dar um informe, que é importante. Vou pedir para ficarem bem atentos, Senadores e Senadoras, nos gabinetes também.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência informa que, para melhor ordenar o uso da palavra, previsto no *caput* do art. 17 do Regimento Interno, que determina: "Haverá sobre a mesa no plenário livro especial no qual se inscreverão os Senadores que quiserem usar da palavra nas diversas fases da sessão, devendo ser rigorosamente observada a ordem de inscrição."

A Mesa estabeleceu, em reunião realizada hoje de manhã, que cessões e permutas do uso da palavra como orador inscrito durante as sessões deverão ser informadas pelo próprio Senador que estiver cedendo a sua inscrição ou, em caso de permuta, pelos Senadores que estiverem permutando.

Com a palavra o Senador Geovani Borges, para uma comunicação inadiável.

Acabo de ler o requerimento e acabo de saber que a Senadora Angela permutou com V. Exª, o quê? Não estou entendendo. Permutou o quê, Cláudia? Como houve reclamações por parte de Senadores dizendo que essas permutas estão ocorrendo sem o consentimento do Senador, a Mesa, hoje de manhã, resolveu baixar essa deliberação. V. Exª disse que a Senadora Angela está pedindo para trocar. Mas trocar o quê? O senhor está mais na frente, está saindo de uma comunicação inadiável em permuta com a Senadora Ângela?

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – A Senadora Angela está numa audiência e ela permutou comigo como orador inscrito.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sim, mas, então, o senhor troca o seu lugar de inscrito com a Senadora Angela, que seria agora. É isso?

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não. Então, eu tenho de pôr uma comunicação inadiável antes de V. Exª, que é o Senador Eduardo Suplicy, que saiu um minutinho, porque não estava na hora.

Então, a próxima seria a Senadora Angela e, agora, será o senhor. Temos de fazer isso com muita clareza, porque depois vêm as reclamações todas. Então, na estando presente agora o Senador Suplicy, para uma comunicação inadiável – porque não podia adivinhar que ia acontecer isso – falará agora o Senador Geovani, no lugar da Senadora Angela Portela, por 10 minutos, como orador inscrito.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Exª pelo cuidado com que conduz, com muita competência, os trabalhos da Casa. Procuramos sempre colaborar para primar pela transparência absoluta.

Mas, Srª Presidenta, Senadora Marta Suplicy, Srªs e Srs. Senadores, compareço a esta tribuna para fazer breve relato acerca de uma realidade comum a todos os povos na atualidade: o aumento da expectativa de vida e, por consequência, o envelhecimento das populações.

Não é diferente no Brasil, onde, nos últimos anos, a parcela de idosos saltou de 7,3% da população brasileira para 10,8%. As projeções indicam que, em 2030, o percentual vai passar de 18%. Muitos de nós ainda estaremos vivos, se Deus quiser – e tenho certeza de que Ele quer –, para testemunhar.

Ontem, tomei conhecimento de uma experiência aplicada a um grupo de treze jovens que trabalham no setor de supermercados no Estado de São Paulo. O resultado dessa experiência foi exibido pela TV Globo.

Explico: treze jovens se submeteram a um treinamento novo no Brasil. Calçaram luvas para perder o tato, óculos para poder enxergar menos, usaram faixas para sentir o que é uma artrite, e até botaram milho no sapato para saber como é difícil caminhar com os pés doloridos e cheios de calosidade. O objetivo do treinamento é claro: fazer com que os jovens sentissem

algumas das dificuldades por que passam as pessoas mais idosas na lida diária.

Esse tipo de treinamento surgiu nos Estados Unidos, quando grandes hospitais geriátricos perceberam que seus funcionários e principalmente os enfermeiros precisavam se colocar na pele dos idosos para melhorar o atendimento. Isso foi nos anos 80, quando acontecia por lá um fenômeno que agora acontece no Brasil.

Vejam, portanto, que, antes de tudo, os fatos foram mudando à nossa volta, e nós não fomos capazes de, lá atrás, identificar aquela realidade que também nos alcançaria. O resultado é que, inclusive nos supermercados, foram adotadas práticas e instalações que tornam o dia a dia das pessoas idosas ou com algumas limitações nos movimentos uma verdadeira penúria, Senador Mozarildo Cavalcanti.

E quando digo "inclusive", quero, na verdade, expressar que não é só nos supermercados. As inadequações estão nas ruas sem rampas, nas portas por onde não passa uma cadeira de rodas, nas calçadas quebradas que impedem o caminhar seguro, nos transportes públicos tão sucateados e que mais parecem latas de sardinhas, e por aí vai. É como se projetássemos um mundo para pessoas eternamente jovens, céleres e de saúde perfeita.

Srª Presidenta, experiências simples como essa, exibida na tevê, nos conduzem a uma série de reflexões acerca de como deve ser estruturada a política social de um país. E, antes de tudo, é preciso entender que a resposta a essa pergunta independe do grau de desenvolvimento da nação, da percentagem de pobres existentes, do nível das desigualdades e da distribuição de renda, e, sobretudo, da estrutura etária da população. Política social é para ser posta em ação, inclusive ou talvez principalmente de forma preventiva.

Qual o papel dos gastos sociais do Estado na redução das desigualdades? O que deve ser priorizado para que verdadeiramente se alcance uma vida melhor, o bem-estar para todos? As respostas não são únicas e estão na raiz do debate sobre a forma como devem ser estruturados os programas sociais no Brasil e, de resto, em outros países.

Em todo o mundo, o contingente de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos tem crescido rapidamente. O Brasil é um país que envelhece a passos largos. No início do século XX, um brasileiro vivia, em média, 33 anos, ao passo que hoje sua expectativa de vida, ao nascer, constitui 68 anos. No Brasil, o número de idosos passou dos dois milhões, em 1950, para seis milhões, em 1975, e para quinze milhões, em 2002, significando um aumento de 700%. Estima-se, ainda, que, para 2020, essa população alcance os 32 milhões. Cabe destacar que, em todo o mundo, a população está envelhecendo, intensificando a heterogeneidade dentro do próprio grupo etário.

Então, se a realidade já nos bate à porta, o que se tem, no momento, é que correr contra o tempo. E se os aspectos práticos do dia a dia, com a acessibilidade, são trazidos ao debate, muito mais ainda temos de pensar em questões ligadas à Previdência Social e à saúde.São verdadeiros desafios para o Estado, para os setores produtivos e para as famílias.

Nossa realidade mostra que estamos engatinhando nesses aspectos. Vemos aqui, com muita frequência, colegas, como o Senador Paulo Paim e o Senador Mozarildo Cavalcanti, defenderem com ardor os interesses dos aposentados. E, ao mesmo tempo, vemos que a aposentadoria, apesar de ter como proposição a garantia de direitos e de inclusão social do idoso na sociedade democrática brasileira, seus valores, do ponto de vista econômico, não permitem o atendimento satisfatório dessas necessidades de sobrevivência.

É uma discrepância. Estamos vivendo mais, mas não estamos vivendo com mais qualidade. Ainda não temos assimilado o conceito de que os cuidados com a qualidade de vida dos idosos começam, na verdade, na infância. Nossa população idosa está a requerer um olhar mais humano, mais político sobre suas demandas. E isso exige, por extensão, um enorme aparato, tanto do sistema de apoio formal, que são o Estado e sociedade civil, como do informal, que é a família.

A experiência aplicada aos jovens em São Paulo provavelmente não será esquecida e bem que poderia ser reaplicada em outras praças. A projeção da velhice é algo que ainda não se discute.

Fica, portanto, aqui, o alerta e o comentário breve deste cidadão que também já cumpre o que posso chamar de segunda etapa, ou o segundo tempo do jogo, e que sonha para si e para todos um envelhecer com dignidade, com acessibilidade, com respeito às limitações próprias daquela fase da vida. É a semente que estamos plantando e cujos frutos, um dia, todos desejamos colher.

Srª Presidenta, antes de concluir meu pronunciamento, eu queria registrar a presença, aqui, através do Serginho, de um grupo de universitários da Faculdade Seama, que estão nos brindando com suas presenças.

Poderiam ficar em pé, por gentileza? (*Pausa*.)

Eu ainda tenho alguns minutos e agradeço a presença de todos.

Atenção, nosso pessoal: como dizem, o nosso famoso leite é o açaí, no dia a dia de cada um de nós.

Então, Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, nesta tarde, concluo o meu pronunciamento.

Procurei, mais uma vez, Srª Presidenta, Senadora Marta Suplicy, do nosso querido Estado de São Paulo, colaborar com o tempo que prevê o Regimento Interno.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Agradeço o Senador Geovani Borges.

Nós tivemos a Senadora Vanessa, que foi pela Liderança; depois, o Senador Rollemberg, como orador inscrito. Ficou o Senador Suplicy, a quem vou dar a palavra agora, para uma comunicação inadiável. Depois, será o Senador Cyro Miranda, e voltamos à Liderança com o Senador Vital do Rêgo.

Está bom, Vital? Eu estou tentando fazer o melhor possível.

Com a palavra o Senador Suplicy, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Senadora Marta Suplicy, tendo em vista o propósito que hoje é generalizado e o apelo do povo brasileiro para que tenhamos maior transparência em nossos atos, inclusive nos procedimentos de campanhas eleitorais, aqui dou entrada hoje a um projeto cuja redação aperfeiçoei em relação à anterior. É um projeto de lei para alterar a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para instituir a prestação de contas em tempo real pelos candidatos, partidos políticos e coligações durante a campanha eleitoral.

Diz o projeto:

> "O Congresso Nacional decreta:
>
> Art. 1º O art. 28 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a viger com a seguinte redação:
>
> Art. 28.....
>
> .....
>
> § 4º Os partidos políticos, as coligações e os candidatos são obrigados, durante a campanha eleitoral, a divulgar, pela Internet, diariamente, relatórios discriminando recursos em dinheiro ou estimáveis em dinheiro que tenham recebido para financiamento da campanha eleitoral, oriundos de pessoas físicas ou jurídicas, do poder público, do fundo partidário ou provenientes de qualquer outra natureza, a indicação dos nomes dos doadores, os respectivos valores doados e os gastos que realizarem, em sítio criado pela Justiça Eleitoral para esse fim.
>
> § 5º No último dia útil anterior às eleições, deverão estar discriminadas todas as contribuições recebidas pelos partidos políticos, pelas coligações e pelos candidatos, respectivamente, compiladas em relatório, divulgado em sítio criado pela Justiça Eleitoral para esse fim na Internet, que apresente os somatórios por origem.
>
> Art. 2º O art. 25 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a viger acrescido do §2º com a seguinte redação:
>
> Art. 25. .....
>
> § 2º O candidato que não cumprir o disposto nos §§4º e 5º do art. 28 desta lei terá seu registro cassado.
>
> Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, observado o disposto no art. 16 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 4, de 1993."

O presente projeto de lei tem por objetivo inserir dispositivos na Lei Eleitoral, com a finalidade de propiciar, em tempo real, a transparência das receitas e despesas dos candidatos a cargos eletivos, de seus partidos políticos ou de suas coligações, durante as campanhas políticas. Trata-se de aperfeiçoamento que faço em matéria por mim apresentada anteriormente, o PLS nº 283, de 2005, discutida também como emenda que ofereci à Minirreforma Política de 2009.

Como sabemos, a Internet constitui hoje instrumento tecnológico que produz grande revolução na comunicação de massa e que também propicia ao cidadão exercer vigilância sobre os atos dos administradores públicos.

Falta, no entanto, estender ao processo eleitoral a divulgação dos fatos relativos às campanhas eleitorais, dentre os quais a prestação de contas dos candidatos, que denota grande motivo de preocupação para a legitimidade da representação política.

Em 2002, o Deputado Chico Alencar, então no PT, numa reunião do Diretório Nacional, sugeriu que o partido colocasse na Internet, em tempo real, as receitas e despesas feitas por todos os candidatos. Na época a direção do PT não concordou, pois entendeu que o procedimento só seria eficaz, se valesse para todos os partidos políticos.

Assim, pretendo, mais uma vez, por meio desse projeto, promover a alteração da Lei Eleitoral, para prever o uso da Internet na divulgação, em tempo real, da prestação de contas dos partidos políticos, das coligações partidárias e dos candidatos durante a campanha eleitoral.

Caso este projeto seja aprovado, o eleitor poderá acompanhar, diariamente, por intermédio da Internet, a prestação de contas seja do dispêndio realizado, seja da captação de recursos financeiros, bem como de outras formas de contribuição material.

Trata-se de algo que vai fortalecer a cidadania mediante o aperfeiçoamento do nosso processo eleitoral, especialmente quanto à ampla publicidade da origem e à aplicação dos recursos financeiros pelos candidatos durante as campanhas eleitorais.

Sou favorável...

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Para concluir, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sou favorável ao financiamento público de campanha, mas uma vez havendo o financiamento de pessoas físicas e jurídicas, considero que este projeto trará uma contribuição muito significativa.

Gostaria também de registrar e encaminhar à Mesa requerimento de inserção em Ata de voto de congratulações pelo aniversário de 90 anos do cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo emérito de São Paulo, que completou, em 14 de setembro, 90 anos, com missa celebrada por todos seus amigos, Dom Odilo Pedro Scherer, Cláudio Hummes e tantas pessoas ali em...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/ PT – SP) – Para concluir, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...na Casa das Irmãs Franciscanas, em Taboão da Serra.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Suplicy.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Srª Presidente. Havendo vaga, gostaria que V. Exª me inscrevesse para uma comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª está inscrita em último lugar.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda, como orador inscrito.

Antes, porém, preciso fazer uma ressalva, pois me enganei. Como o Senador Geovani Borges já falou como orador inscrito, ainda temos uma vaga para comunicação inadiável, modalidade na qual a próxima a falar será a Senadora Ana Amélia. Se mais algum Senador quiser se inscrever, ainda há vaga.

Desculpe-me, Senador Cyro Miranda, vou descontar este minuto. V. Exª tem a palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmª Senadora Marta Suplicy, Presidente desta sessão, Srªs e Srs. Senadores, TV Senado, Rádio Senado, em diversas ocasiões, ao longo do primeiro semestre, viemos a esta tribuna alertar o Governo sobre o quadro da economia mundial e a necessidade de o Brasil tomar providências para enfrentar as intempéries do mercado. Fomos tachados de pessimistas e ouvimos a ladainha de sempre – torcíamos sempre para o bandido. O Brasil está bem, a inflação está sob controle e as condições macroeconômicas do país nos deixam confortáveis diante de uma possível crise.

E agora? Será que dá para nos colocarmos como uma fortaleza indevassável, imunes a marolinhas e **tsunamis**? Será que dá para sustentar o discurso de manutenção da meta da inflação?

E como se isso não bastasse, continuam os escândalos de corrupção no Governo, um atrás do outro, como dissemos também neste plenário. Lá se vai o quinto, o quinto Ministro! Mas os R$60 bilhões perdidos com a corrupção não voltam, e a saúde, e a educação estão à míngua.

Srª Presidente, recentemente, o Ministro Guido Mantega fez o anúncio de que o Governo pretende aumentar o superávit primário em mais de R$10 bilhões. Essa medida se junta à redução da taxa de juros pelo Copom e às medidas de incentivos à indústria, para tentar mostrar que o Governo está fazendo a sua parte. Mas essas medidas são tímidas, fracas diante da tarefa maior que se coloca para o Brasil.

Senadora Ana Amélia, nós precisamos, enquanto governo e sociedade, decidir se queremos estabelecer aqui um capitalismo de Estado, com uma União concentradora de impostos e voraz na arrecadação, se queremos aqui um Estado com o desejo inconfesso de controlar a mídia e seguir os mandamentos do Chavismo, ou se buscamos estabelecer no Brasil uma economia de mercado, com um ambiente favorável ao empreendedorismo e à competitividade de nossas indústrias, empresas e produtos; se buscamos fortalecer de fato o mercado interno e ocupar posição estratégica no contexto da América Latina. O caminho para o Brasil desenvolvido requer ousadia para traçar uma nova equação econômica, à altura do que fizemos ao lançar o Plano Real.

Quando o Ministro Mantega anunciou o aumento do superávit primário, por exemplo, não contou metade da missa. Não mostrou que esses R$10 bilhões de reais representam apenas um montante que o Governo recebeu a mais como impostos e decidiu não gastar.

Só a Vale do Rio Doce, de acordo com matéria da jornalista Miriam Leitão, sob o título “Boa Promessa”, pagou antecipadamente o valor de R$6 bilhões em impostos, que ainda estavam sob contestação judicial. Como essa receita entrará nos cofres públicos apenas uma vez, o mais razoável é guardá-la. Mas, em hipótese alguma, os R$10 bilhões significam um verdadeiro ajuste nas contas públicas.

Com o processo de formalização das empresas ao longo dos últimos anos e o crescimento do PIB em 2010, é natural que a arrecadação deste ano projete um aumento considerável. São presumíveis, portanto, os sucessivos recordes de arrecadação – de janeiro a julho de 2011, foi de 13,8%, comparado com o mesmo período de 2010.

Esta semana, na terça-feira, a arrecadação bateu a casa de R$1 trilhão 35 dias antes da data registrada pelo impostômetro em 2010. É o resultado de um sistema oneroso, com 63 impostos, 70% concentrados na União, apenas 25% nos estados e 5% nos municípios. Por isso, não é de hoje que o Governo tem falado do superávit primário. É extremamente confortável adotar essa linha, mas ninguém quer tratar do déficit nominal da dívida pública.

Aí, se examinarmos a dívida, sem as manobras contábeis deste Governo e do anterior, veremos que o quadro não é tão favorável assim. A retórica do superávit primário nem de longe demonstra o tamanho do desafio que o Governo tem pela frente: garantir o equilíbrio das contas públicas, no longo prazo. E nesse particular, começa a haver contradição na equipe econômica do Governo.

A inflação mostra-se com tendência ao crescimento.

O Orçamento que acaba de chegar ao Congresso prevê crescimento de 5% do PIB para 2011, mas hoje, numa perspectiva mais otimista, a taxa será de, no máximo, 4%. Por isso é que o Governo quer criar a CPMF a qualquer custo e ameaçou engavetar a Emenda nº 29. As contas não fecham para o ano que vem! Mas, se as contas não fecham, o caminho é melhorar a qualidade dos gastos públicos.

O fato inequívoco, Srª Presidente, é que o quadro de recessão projetado para a Europa e os Estados Unidos pode ser parecido com o que tem acometido o Japão desde a década de 90. Quando a China e os emergentes sinalizam com a possibilidade de socorrer a Grécia e a Itália é porque a coisa é feia!

Senador Paim, conforme assinala o jornalista Sílvio Ribas, em matéria publicada no **Correio Braziliense**, sob o título "Japanização à Vista", o medo dos investidores e analistas financeiros é de uma recessão prolongada nos dois pólos mais desenvolvidos do planeta, os Estados Unidos e a Europa, exatamente corno tem ocorrido desde a década de noventa no Japão.

E esse quadro não é resultado de especulação e pessimismo não. Esse quadro é real, pé no chão. De acordo com Fabiano Pegurier, do Instituto Brasileiro de Mercados de Capitais – Ibmec-RJ, é resultante de um diagnóstico preocupante, composto por seis sintomas: grave desvalorização nas bolsas e dos imóveis; sistema financeiro debilitado; taxa de juros perto de zero; impasse político; panorama demográfico restritivo; desequilíbrios fiscais recordes.

O quadro da economia mundial aponta para uma situação nada razoável com recuo do PIB da ordem de 8% e um impacto severo sobre o consumo em todo o mundo. A própria Presidente já admite que não teremos uma marolinha pela frente, como dizia seu antecessor.

Mas o aumento do superávit primário em R$10 bilhões é muito pouco quando se consideram as prioridades do País e as pressões previstas sobre o orçamento, confrontadas com o quadro da economia mundial. Há desafios inadiáveis, como o de dotar o Brasil de mais qualidade de ensino, sobretudo quando se considera que investimos apenas 5% do PIB no setor, metade do que investiu a Coreia para superar o subdesenvolvimento em uma década. A saúde, por sua vez, clama por mais recursos.

Faria mais sentido, diante da nova conjuntura mundial, revisar a política econômica do Governo para desonerar as famílias e fortalecer o mercado interno com menos impostos. Faria mais sentido, em um contexto de luta por mercados na crise que se avizinha, melhorar a malha ferroviária e rodoviária para o escoamento da produção do que construir um trem-bala. O trem-bala é um projeto faraônico inviável financeiramente: são mais de R$60 bilhões. E a saúde? E a educação? O trem-bala não traz vantagem para a competitividade dos nossos produtos no cenário mundial. Se o Estado entrar com todas as facilidades que pretende, oferecer-se para realizar a obra, a conta vai ser paga com o dinheiro público.

E não é só. Se as obras da Copa do Mundo de Futebol forem feitas sem o devido controle do Tribunal de Contas, do Ministério Público e da própria Controladoria-Geral da União, vão sair pelo olho da cara. Terão um custo absurdo para o cidadão que paga os impostos, os devidos sobrepreços vão sangrar os cofres públicos.

Srªs e Srs. Senadores, este Governo precisa ver o Brasil de uma perspectiva a longo prazo, marcada pela importância que temos em termos geopolíticos. É hora de fazermos o dever de casa, de cuidarmos do déficit nominal da dívida pública, de sanear o Estado, de oferecer serviços públicos de qualidade, de dotar o Brasil de infraestrutura adequada, estabelecer marcos regulatórios mais claros, de fechar as portas da corrupção. É o momento de nos prepararmos para dias difíceis, em que os mercados serão disputados palmo a palmo, corpo a corpo.

Portanto, Srª Presidente, o Governo da Presidenta Dilma já passou da hora de apresentar um plano com uma avaliação do cenário mundial para os próximos

dez anos. O Governo da Presidenta Dilma já passou da hora de acordar para identificar as necessidades reais do Brasil e de canalizar os investimentos do Estado para tornar os nossos produtos mais competitivos. Precisamos aumentar o consumo interno, desonerar a pequena e a média empresa, bem como a classe média. É um absurdo, por exemplo, a diferença entre o que as famílias pagam pela educação de seus filhos em escolas particulares e o que podem, devidamente, deduzir do Imposto de Renda. Falta ousadia neste Governo! Falta estratégia para antever os cenários e garantir a efetiva participação do Brasil no contexto mundial. É tudo muito insosso e sem tempero.

Se o Brasil não fizer o dever de casa, em poucos anos poderemos ter de enfrentar um quadro bastante adverso representado pela falta de competitividade de nossos produtos diante da retração da economia mundial. Se o governo continuar nesses percursos de querer aumentar os impostos, no lugar de melhorar os gastos públicos e coibir a corrupção, vamos perder as vantagens macroeconômicas construídas a duras penas desde o Plano real.

Muito obrigado, Srª Presidente, pela tolerância.

Durante o discurso do Sr. Cyro Miranda, a Srª Marta Suplicy, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Ana Amélia.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Cyro Miranda.

O Governo deveria usar a crítica que a oposição faz de forma construtiva, porque esta é a melhor e a mais democrática forma da governabilidade: aceitar o que é produtivo e aplicá-lo em proveito do interesse nacional, que é mais importante.

Obrigada a V. Exª.

Convido para fazer uso da palavra o Senador Vital do Rêgo, pela Liderança do PMDB, pelo tempo regimental de cinco minutos.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, querida Senadora Ana Amélia, Srªs e Srs. Senadores, hoje, eu gostaria de registrar a passagem do quadragésimo aniversário do **Jornal da Paraíba**, importante diário do meu Estado que, embora não seja o mais antigo em circulação, tornou-se, sem dúvida, o mais arrojado e inovador.

O **Jornal da Paraíba** não é sediado em João Pessoa, Srª Presidente, mas em Campina Grande, minha cidade, onde foi fundado, em setembro de 1941, por dez empresários inconformados com o fato de a cidade – segundo Município da Paraíba e décimo segundo Município interiorano do Brasil – não contar com um jornal diário de porte. Esses dez empresários visionários à época são: Humberto Almeida, Júlio Costa, Ademar Borges da Costa, Raimundo Lira, João Batista Dantas, João Rique Ferreira, Artur Monteiro, Maurício Almeida, Josusmá Coelho Viana e José Carlos da Silva Júnior, seu Diretor-Presidente, que já foi Senador nesta Casa, Vice-Governador do Estado da Paraíba e Presidente por dois mandatos da Associação Brasileira das Indústrias de Café e que, hoje, comanda o jornal, ao lado de seus filhos, Eduardo e Ricardo Carlos.

O único diário publicado à época, em Campina Grande, era impresso na capital, com todos os inconvenientes logísticos e jornalísticos que essa distância impunha a seus leitores. O advento do **Jornal da Paraíba** veio suprir essa inaceitável lacuna. Impresso localmente, os campinenses passaram a contar com um jornal capaz de acompanhar de perto os assuntos da cidade com apuro técnico.

A partir de um começo modesto, em formato tablóide, o **Jornal da Paraíba** cresceu em vários sentidos. Cresceu em circulação e, hoje, é um dos jornais mais lidos na Paraíba e no Nordeste. Cresceu em tamanho, abandonou o formato tablóide e adotou o formato **standard**, comum aos grandes jornais brasileiros. Cresceu principalmente em escopo, pois, há tempos, o **Jornal da Paraíba** assumiu a missão de ser um jornal efetivamente estadual. Cobre, é claro, a região metropolitana de Campina Grande, a maior do interior do Nordeste, mas a sua expansão já ultrapassou as fronteiras de sua cidade sede. Com uma segunda equipe de redação na capital e com correspondentes residindo em várias cidades do interior paraibano, o **Jornal da Paraíba** é o primeiro jornal a ser distribuído em todas as regiões do Estado.

Há de se destacar a evolução editorial daquele jornal. Foi uma evolução contínua, ao longo de quatro décadas. A equipe do jornal se preparou para o quadragésimo aniversário, superando todas as expectativas dos seus leitores. A versão impressa ganhou novos cadernos e novas colunas. A logomarca foi modernizada, e até as fontes foram modificadas, combinando com o novo **layout** mais arrojado, com textos mais diretos e objetivos.

A versão **on-line**, por sua vez, que já tinha na inovação tecnológica a sua principal característica, foi reformulada. Batizada de **JP On-Line**, a versão para a Internet do **Jornal da Paraíba** tornou-se um portal de notícias em tempo real.

O **Jornal da Paraíba** é integrante de um dos maiores grupos de Comunicação do Nordeste, do qual faz parte também a TV Paraíba, inaugurada em 1º de janeiro de 1987, afiliada da Rede Globo de Televisão; a TV Cabo Branco, afiliada da Rede Globo, em João

Pessoa; a Rádio Cabo Branco FM; a Rádio Paraíba FM; e o caçula do grupo, o portal de notícias Paraíba 1, hoje transformado em G1 Paraíba.

Para encerrar, Sr. Presidente, cumprimento todos os profissionais que trabalham nesse jornal, que têm uma história muito bonita, a partir da década de 40, na minha cidade de Campina Grande.

Também quero fazer, Sr. Presidente, rapidamente, uma homenagem póstuma, Senador Paulo Paim, a uma figura que marcou muito a minha infância, a minha vida de jovem acadêmico de Medicina, pelo conceito que tinha no meu Estado, e que agora dorme mais perto de Deus.

Morreu, na manhã de ontem, aos 95 anos de idade, um dos maiores cientistas da academia médica do Brasil, Severino Bezerra Carvalho, um grande amigo, um professor, um médico.

Após a conclusão do curso de Medicina em Recife, o Dr. Bezerra mudou-se para Campina Grande, onde fixou seu consultório, dedicando uma vida à família, à Medicina e ao povo da Paraíba.

O Dr. Bezerra costumava dizer que "não era comerciante, era médico e, por isso, não sabia cobrar consulta" e que, algumas vezes, pagava os exames dos seus pacientes.

Como professor da Universidade Federal da Paraíba, onde ministrou aulas de Clínica Médica, viajava corriqueiramente para a capital do Estado, para fazer do seu prazer de ensinar mais uma das suas atividades profissionais.

O médico, professor e amigo Bezerra de Carvalho será sempre lembrado pela sua história e por sua dedicação e amor à Medicina.

Meu querido Presidente Paulo Paim, quero tratar de um último assunto, já usando ou abusando do tempo de V. Exª.

Ao longo desses últimos meses, estamos tratando, nesta Casa, de uma discussão política para nos concentrarmos e convergirmos num acordo, a fim de que esta Casa se pronuncie, Senador Benedito de Lira, o mais rapidamente possível, a respeito do projeto de lei do Senado que distribui os **royalties** do petróleo e a participação especial.

Tenho visto e acompanho o esforço que tem feito o Senador Wellington Dias e o Senador e Líder José Pimentel, bem como o Líder Humberto Costa e tantos quantos Senadores que querem antecipar-se à discussão, à votação e à deliberação do Congresso Nacional referente ao veto do Presidente Lula à emenda batizada de Ibsen Pinheiro.

Tenho a honra de ser Relator do PL nº 16 e comunico à Casa que já tenho todas as condições de oferecer meu relatório, redimensionando a parcela relativa aos **royalties** e à participação especial. Noto que há um desejo do Governo, especialmente da Fazenda, de criar um clima no Senado capaz de fazer com que, na próxima semana, possamos iniciar um regime de urgência em relação a essa matéria. Já coletamos mais de 65 assinaturas nesse requerimento. E aí o Presidente Sarney poderá, ainda na próxima semana, havendo condições, ou seja, havendo quórum para uma deliberação consciente, colocar em votação o PL nº 16, que trata de um novo arcabouço legal para a distribuição dos **royalties** e da participação especial.

Os entendimentos já foram feitos tanto com os Estados ditos produtores e confrontantes quanto com a grande maioria dos Estados e do povo brasileiro, aqueles não produtores ou não confrontantes. E há um sentimento único no Brasil, Senador Benedito de Lira. Certamente, nas alterosas Alagoas ou na tórrida Paraíba, na quente Paraíba, sentimos que todos nós pertencemos ao mesmo País, que todos nós pertencemos ao mesmo continente brasileiro e que as nossas riquezas devem ser distribuídas com mais igualdade e com mais justiça.

Ouço V. Exª, Senador Benedito de Lira, com a permissão do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Poder não pode, mas, se V. Exª falar por um minuto, não vou negar a V. Exª o direito de fazer o aparte.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – O Senador Paim é democrático e é por isso que está aqui. Consegue fazer de um deslize regimental algo muito positivo, que é a oportunidade de ouvir V. Exª, Senador Benedito de Lira.

O Sr. Benedito de Lira (Bloco/PP – AL) – O tema que V. Exª traz, no final do seu pronunciamento, a esta Casa faz com que S. Exª nosso Presidente Paim se sensibilize e permita que eu faça o aparte, o que agradeço antecipadamente. Mas, nobre Senador Vital, esse tema, realmente, é palpitante e vem sendo tratado, ao longo desses últimos meses, em reuniões fechadas, em reuniões de debates, em encontros, em audiências públicas, para que a gente possa encontrar um caminho verdadeiramente responsável. E não nos interessa o confronto. Isso já está definitivamente feito entre todos os Senadores e a Casa, sob a responsabilidade da Presidência do Senador José Sarney. O que nós precisamos realmente é definir esse processo. Para quê? Para que os que, hoje, são tidos como produtores e ricos não criem qualquer tipo de dificuldade e para que os que não têm absolutamente nada possam ser atendidos. Já que todos nós somos de um mesmo território, precisamos realmente encontrar o caminho. Hoje, eu conversava com o Wellington Dias, que me dava esta informação: estamos no final

dos entendimentos. Eu queria cumprimentar V. Exª e agradecer-lhe por esta oportunidade.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – É verdade.

Sem querer mais transgredir a ordem dos nossos trabalhos, mas agradecendo por esse espírito altaneiro, democrático, solidário, parceiro e participativo ao Senador Presidente Paulo Paim, como não poderia deixar de ser, essa figura humana maravilhosa, eu me despeço, pedindo vênia e agradecendo por este momento em que pude ter a alegria de ouvir o Senador Benedito de Lira.

Durante o discurso do Sr. Vital do Rêgo, a Srª Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns, Senador Vital do Rêgo!

Passamos a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão, Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, nossos telespectadores da TV Senado, nossos ouvintes da Rádio Senado, na última terça-feira, numa reunião da representação brasileira do Parlamento do Mercosul, tive a honra de ser indicada, pelos membros dessa comissão, Deputados e Senadores, segunda Vice-Presidente dessa representação, cujo Presidente escolhido, pelo voto também de Deputados e Senadores, é o competente e combativo Senador Roberto Requião, do PMDB do Paraná, e o primeiro Vice-Presidente, o Deputado Mendes Thame, do PSDB de São Paulo.

O Deputado Doutor Rosinha, que é no conceito de todos o maior especialista no funcionamento do Parlamento do Mercosul será escolhido na próxima reunião, entre os membros do Mercosul, como representante brasileiro dentro desse bloco, numa escolha já acertada por consenso.

Por isso, eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer aos Senadores e Deputados que me deram dez votos nessa disputa, Senador Paulo Paim. E isso é muito bom para o meu Estado do Rio Grande do Sul. Agradeço ao Deputado Paulo Pimenta, nosso coordenador da bancada do Rio Grande do Sul, que fez a indicação do meu nome para esse importante e desafiador cargo, já que o Rio Grande do Sul é o Estado, possivelmente, mais impactado pelas relações comerciais desse bloco, particularmente no que se refere às relações bilaterais com a Argentina.

No dia 26 de março passado, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) completou 20 anos. O Tratado de Assunção, assinado no dia 26 de março de 1991, pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, oficializou a criação de um bloco aduaneiro formado por esses países.

O Parlamento do Mercosul (Parlasul) é o braço legislativo e até político do Mercado Comum, criado legalmente no dia 9 de dezembro de 2005 e instalado em 7 de maio de 2007, com a realização da sua primeira sessão. Nessa oportunidade, eu, como jornalista, cobria esses eventos históricos que hoje já carecem de aperfeiçoamentos.

Desde a sua instalação, até o ano de 2010, o Parlasul contou com uma representação numérica igualitária entre os países componentes.

Neste ano, por iniciativa do próprio Parlasul, a representação brasileira foi ampliada, pois a dimensão territorial e populacional passou a ser considerada para cálculo do tamanho das representações dos países. Nós, brasileiros, teremos 37 representantes titulares, entre os quais me incluo, bem como o Senador Paim, o Senador Pedro Simon, e 37 suplentes, sendo 27 Deputados e 10 Senadores, em cada caso.

O presidente da nova representação brasileira, como disse, é o Senador Roberto Requião. A escolha de um Senador para o exercício da presidência da representação é resultado do cumprimento de um critério de revezamento entre a Câmara e o Senado, conforme determina a Resolução nº 1, de 2011, do Congresso Nacional.

O Parlasul aguardava pela instalação e representação brasileira para definir a data da primeira reunião de 2011 na cidade-sede, Montevidéu. O Parlasul aguarda, também, que o governo brasileiro cumpra seus compromissos financeiros para o seu funcionamento. De acordo com informações da secretaria da Representação Brasileira, o Brasil ainda não pagou a sua parte na composição da estrutura do Parlasul, o que não é nada positivo para as relações do nosso País com **nuestros hermanos** dos demais países que o integram, como a Argentina, o Uruguai e o Paraguai.

A presença no Parlasul é vista hoje como indispensável para o aprofundamento da democracia em toda a América do Sul. Sua atuação positiva é igualmente acompanhada com interesse em todo o continente latino-americano. No contexto Mercosul, abriu-se um espaço comum onde é mostrada a diversidade regional, a representatividade, a transparência e a legitimidade do processo de integração e também da consolidação democrática regional.

Com o desenvolvimento das relações econômicas, políticas e sociais no âmbito da América do Sul, o Parlasul assume, cada vez mais, um papel decisivo no aperfeiçoamento dessa integração e também, Senador Paim, no fortalecimento desse mercado comum. Muito em breve, a sua representação parlamentar será

totalmente respaldada pelo sufrágio universal, ou seja, o voto direto. Isso já fazem os outros países membros do Mercosul, falta o Brasil.

A exemplo do Parlamento Europeu, a adoção do processo eleitoral para escolha de seus representantes só servirá para expandir ainda mais os canais de integração nessa parte do continente e fortalecer as estruturas da democracia política regional.

Por outro lado, com essa regulamentação, o Parlasul deverá reunir melhores condições para atuar. Certamente, seu trabalho será mais eficaz na solução de eventuais discordâncias infraestruturais, como incentivador de projetos comuns do desenvolvimento dos países membros, como porta-voz efetivo dos cidadãos sul-americanos e de suas demandas legítimas, locais e regionais.

Aproveito esta oportunidade para saudar os ilustres colegas de bancada neste importante parlamento e prometer que não medirei esforços para desempenhar bem minha função, em benefício da grandeza do Brasil, do Mercosul e do Parlasul.

Queria, também, salientar e reafirmar aqui que existem questões muito importantes na relação não apenas bilateral, mas também multilateral dentro deste bloco, Senador Paulo Paim.

Nessa semana, aqui, vimos a Câmara dos Deputados avançar com a aprovação de um projeto de autoria do Deputado Marco Maia, que autoriza a criação de **freeshops** do lado da fronteira com o Uruguai, já que esse país tem do lado do seu território o funcionamento de **freeshops**.

Estiveram aqui em Brasília, no Congresso Nacional, os prefeitos ou representantes dos Municípios de Chuí, de Jaguarão, de Quaraí, da Barra do Quaraí, e também de Santana do Livramento. Todos esses Municípios têm como fronteira: Chuí com Chuy no Uruguai; Jaguarão com Rio Branco no Uruguai; Santana do Livramento, com Rivera; Quaraí com Artigas; e Barra do Quaraí que tem a divisa e o funcionamento de *free shops* naquela região.

Desta forma, estamos apoiando o projeto do Deputado Marco Maia, que tem relatoria do Deputado Jerônimo Goergen, no sentido de que seja dado igual tratamento do lado brasileiro para que também sejam autorizadas lojas de **freeshops**. É preciso que a Receita Federal e o Ministério da Fazenda atendam a esse reclamo legítimo de direito do lado brasileiro para que essa concorrência seja cada vez mais justa e também solidária, já que hoje apenas o Uruguai se beneficia. Lembrando que, no ano passado, US$ 1 bilhão foram comercializados nessa região dos *freeshops*, sendo US$600 milhões apenas na cidade de Rivera, que faz fronteira com Santana do Livramento.

Temos compromisso com essa questão. Tenho convicção de que V. Exª, o Senador Paim e o Senador Pedro Simon também endossam esta causa que é de interesse não apenas do Rio Grande, mas também de todo o Brasil.

Por igual importância também estou associada, como V. Exª, que promoveu uma importante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, no âmbito da questão do emprego, dos riscos que corre a economia do nosso Estado e também de Santa Catarina em relação à decisão das autoridades da área de energia de não incluir o carvão mineral no A-5, o leilão para compra de energia.

Entendemos nós que temos uma centenária e histórica vinculação com esta matéria-prima fundamental na diversificação da matriz energética, a importância de o Governo Federal dar suporte e apoio para evitar que o desativamento de usinas termoelétricas provoque não só riscos no abastecimento de energia, mas também problemas sociais de monta, como a ocorrência do desemprego nessa região. Então, são temas que estão ocupando a nossa agenda e, como V. Exª, Senador Pedro Simon, tenho empenho no tratamento dessa matéria.

Eu queria agradecer e, por fim, Senador Paim, se V. Exª me permitir, dizer que hoje a Universidade de Brasília promoveu – e lamentei profundamente não ter podido atender ao convite do Reitor, fui representada pelo Senador Pedro Simon, pelo Senador Mozarildo, pelo Senador Eduardo Suplicy – um evento muito importante no âmbito da academia para discutir questões relacionadas ao combate à corrupção.

De igual forma, quero agradecer ao ex-Senador e Presidente da Fecomércio do Distrito Federal, Adelmir Santana, pela concessão de uma comenda, de um mérito para os Senadores que estão envolvidos nesse combate à corrupção. Isso tudo é muito compensador, embora nosso trabalho aqui seja o compromisso com a sociedade de ter pautado uma ação com ética, com responsabilidade e, claro, combatendo sempre os riscos de corrupção.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns, Senadora Ana Amélia, que fala sobre a importância do Mercosul, sobre a defesa do carvão na região Sul e sobre essa linha firme de combate à corrupção!

Agora, há um orador inscrito, que é o Senador Garibaldi Alves.

Em seguida, V. Exª fará uma comunicação inadiável, Senador Mozarildo Cavalcanti.

V. Exª está autorizado a falar sentado. Para a satisfação de todos nós, poderemos ouvi-lo com tranquilidade.

O SR. GARIBALDI ALVES (Bloco/PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, faço uso novamente da palavra neste plenário para relembrar meu compromisso na luta em prol do desenvolvimento social e econômico da região Nordeste e, particularmente, do meu Estado, o Rio Grande do Norte.

Reafirmo que os pequenos agricultores da região do semi-árido nordestino são homens e mulheres que enfrentam, em todos os dias de suas vidas, uma luta muito difícil para obter o mínimo necessário para a sobrevivência.

Nessa linha, é que, desde o primeiro pronunciamento que fiz nesta Casa há alguns meses, venho trabalhando internamente e externamente, buscando caminhos para atingir uma das maiores prioridades do meu mandato, que é viabilizar economicamente e financeiramente a produção agrícola, em especial do algodão, cultura que valorizou em muito a região do nosso Estado.

Esclareço que tal preocupação não é simplesmente pelo lado financeiro, mas, principalmente, pelo aspecto social e humano, com a intenção de recuperar ainda mais a dignidade do cidadão potiguar pelo suor do seu trabalho.

Nesse sentido, como parte integrante desse projeto de otimismo do desenvolvimento da cultura algodoeira no Rio Grande do Norte, temos mantido contato com diversos órgãos do Governo. Destaco, principalmente, a Embrapa, que tem mantido ativas as pesquisas de novas tecnologias mais eficientes no combate às pragas, para permitirem um plantio do algodão de forma mais eficaz.

Sr. Presidente, somarei o meu esforço pessoal com as iniciativas dos demais órgãos governamentais, para, a médio e longo prazo, tornar a lavoura do algodão mais produtiva, para, assim, podermos concorrer de forma mais significativa no mercado nacional e internacional.

Amanhã, sexta-feira, estarei reunido com os técnicos da Embrapa, mais precisamente do Centro Nacional de Pesquisa de Algodão – Embrapa Algodão, para discutir e planejar ações concretas, o que será mais um passo na minha luta de devolver ao Rio Grande do Norte a retomada econômica da agricultura algodoeira.

Finalizo este pronunciamento com a esperança de que Deus me dê a oportunidade de ver isso acontecer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Garibaldi Alves, pela emoção ao defender seu Estado. Eu quase bati palmas aqui de cima, pela emoção que o senhor demonstrou. E, com certeza, o senhor terá muitos anos de saúde ainda. Deus e a energia do universo vão conspirar a nosso favor para ficarem sempre do seu lado. Parabéns.

O SR. GARIBALDI ALVES (Bloco/PMDB – RN) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mozarildo Cavalcanti, para uma comunicação inadiável, com a devida tolerância, nesta quinta-feira, que estou dando aos nossos convidados.

O senhor fala como Líder do PTB; em seguida, será o Senador Alvaro Dias.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, estivemos hoje eu e vários Senadores, entre os quais quero destacar aqui o Senador Pedro Simon, o Senador Eduardo Suplicy, o Senador Rollemberg, o Senador Marcelo Crivella, em dois eventos que eu considero de suma importância para a luta que começamos aqui no Senado. Demos o **start**, vamos dizer assim, de combate à corrupção e à impunidade.

Primeiro, foi na Universidade de Brasília, a convite do reitor José Geraldo de Souza Júnior, quando tivemos um ato público com debate, entre os alunos e o representante da OAB, sobre a movimentação da sociedade brasileira para, de fato, fazermos um trabalho persistente, permanente, de combate à corrupção e também de combate à impunidade, porque uma alimenta a outra. Muitos corruptos só são corruptos porque têm a certeza da impunidade, e, se existe a impunidade, há o estímulo à corrupção para aqueles que já têm, digamos, o caráter moldado para esse sentido.

Fiquei muito feliz porque também estava coincidindo com um movimento estudantil de protesto contra a não conclusão dos prédios, do *campus* de Ceilândia, da UnB, que já vem se arrastando durante muito tempo. E todos nos comprometemos, além da Bancada de Brasília, a fazer gestões no sentido de encontrar uma solução. Eles estão, inclusive, ocupando a reitoria da Universidade de Brasília para pressionar pela obtenção da conclusão dos prédios do *campus* de Ceilândia.

No segundo evento, que foi na Federação do Comércio do Distrito Federal, também os mesmos Senadores fomos homenageados pela Federação do Comércio e recebemos uma medalha. Eu disse, inclusive, que a recebia não como um prêmio, mas como um estímulo e até uma cobrança para que continuemos nessa luta de combate à corrupção.

Aliás, é bom que se diga que a Presidenta Dilma tem como **slogan** do seu Governo que "País rico é um

país sem miséria". Ela tem um programa chamado Brasil Sem Miséria, mas a miséria é alimentada pela corrupção. Senador Paim, fiquei pasmo de ler no jornal **O Globo** de anteontem que um terço do dinheiro que é desviado, que é roubado neste País, é da área de saúde! Então, essa corrupção é que faz com que as pessoas não tenham emprego, não tenham educação e não tenham saúde. Aí a miséria, realmente, está em campo fértil.

Quero pedir permissão a V. Exª para ler uma parte do manifesto da Fecomércio, que considero muito importante. Vou pedir depois a transcrição na íntegra de todo o manifesto.

Diz o manifesto:

> "Lutar contra a corrupção é hoje imperativo para todos os brasileiros e todas as brasileiras que amam nosso País e desejam o desenvolvimento econômico, social e político. Combater o roubo de recursos públicos é essencial para que o Brasil cresça com justiça social, elevação da renda e da qualidade de vida, redução das desigualdades, extinção da miséria e verdadeira democracia.
>
> A corrupção não é um fenômeno exclusivamente brasileiro, pois ocorre em praticamente todos os países. Mas é vergonhoso que o Brasil esteja em 75º lugar, entre 180 nações, no **ranking** de percepção da corrupção da Transparência Internacional. É vergonhoso, para todos nós, que a nota do Brasil seja 3,7, em escala de zero a 10, sendo 4,03 a média mundial. Isso prejudica nossa imagem exterior e nossa inserção internacional, além de reduzir nossa competitividade nos mercados globais.
>
> A verdade é que a corrupção em nosso país é sistêmica e epidêmica. Existe em todos os poderes da República, em todos os níveis da Federação. A cada dia somos informados de que foi descoberto um novo foco, em algum pequeno município ou em uma grande cidade, em um ministério ou em um tribunal, em uma câmara legislativa ou em uma empresa pública.
>
> Entidades empresariais estimam que o Brasil perde, anualmente, entre 50 bilhões e 80 bilhões de reais por causa dos roubos aos cofres públicos municipais, estaduais e federais. Independentemente do valor, isso significa prejuízos reais à população, que se vê privada de recursos que deveriam ser destinados à saúde pública, à educação de qualidade, à habitação, à segurança do cidadão e do patrimônio, ao transporte eficiente, à proteção social e a outros direitos.
>
> A corrupção mina a sociedade, destrói valores éticos e morais, dissemina a violência e as práticas ilícitas. Corruptos e corruptores são inimigos públicos, e assim devem ser tratados. A impunidade reforça a corrupção e passa aos cidadãos o sentimento de impotência.
>
> Os empresários e sindicatos brasilienses reunidos no Sistema Fecomércio do Distrito Federal entendem que é hora de a sociedade se mobilizar contra a corrupção. Silenciar ou se omitir, neste grave momento pelo qual passamos, é ser conivente."

Por isso, Sr. Presidente, é que eu quero dizer, como temos dito repetidas vezes: espero que cada brasileiro e cada brasileira, estejam onde estiverem e sejam o que forem, possam participar desse combate, denunciando, anonimamente até, ao Ministério Público, aos órgãos de fiscalização em vários Estados. Inclusive, no meu agora, foi instalado o Fórum de Combate à Corrupção, composto pelos Ministérios Públicos estadual e federal, pelos Tribunais de Contas da União e do Estado, pela Controladoria-Geral da União.

Então, é importante que todos esses órgãos estejam permanentemente municiados de informações. E, hoje, é fácil para o cidadão, até pelo celular, filmar um ato ilícito ou gravar uma proposta indecorosa, seja ela feita onde for feita. O importante é que, se todos nós nos mobilizarmos e combatermos dia e noite, nós faremos com que a corrupção no País realmente despenque, já que acabar é uma ilusão porque ela existe desde os tempos de Jesus, quando já havia, entre os discípulos dele, um corrupto, que se vendeu por 30 dinheiros.

Como sempre se fala na Medicina: seria um sonho não haver doenças, não existirem doenças! É impossível, mas nós podemos combatê-las permanentemente, podemos usar vacinas e adotar hábitos que possam permitir que não haja doenças. E a mesma coisa se aplica em relação à corrupção, que é o câncer deste País.

Eu, portanto, quero, ao agradecer o convite da UnB e a felicidade de participar do evento público lá, também agradecer à Federação do Comércio e, sobretudo, pedir a essas instituições que ativem mais ainda o combate à corrupção. Ouvi, inclusive, do presidente da Fecomércio que os empresários de Brasília pretendem fazer panfletos e guias de orientação. Cada pessoa que entrar em um estabelecimento comercial receberá aquele panfleto de orientação sobre como proceder para denunciar essas corrupções.

Eu tenho certeza, Senadora Marta – que agora preside a sessão –, de que, se esse movimento for realmente feito por toda a sociedade, seja da forma

que for – através das redes sociais da Internet, dos telefones, de todas as formas –, se nos mobilizarmos, nós acabaremos...

Estamos vendo o exemplo, no oriente, do Egito, da Líbia, enfim, de todos esses países em que ditaduras que tinham décadas de existência caíram pela mobilização do povo. E eu espero que todo homem e mulher do povo – sejam os mais simples ou os mais graduados – se engajem nessa luta de combate à corrupção e à impunidade.

Pelo a transcrição, Senadora Marta, do Manifesto da Fecomércio de Brasília.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

Manifesto

EMPRESÁRIOS DO COMÉRCIO CONTRA A CORRUPÇÃO

SISTEMA FECOMÉRCIO-DF
Federação do Comércio

Lutar contra a corrupção é hoje imperativo para todos os brasileiros e todas as brasileiras que amam nosso País e desejam o desenvolvimento econômico, social e político. Combater o roubo de recursos públicos é essencial para que o Brasil cresça com justiça social, elevação da renda e da qualidade de vida, redução das desigualdades, extinção da miséria e verdadeira democracia.

A corrupção não é um fenômeno exclusivamente brasileiro, pois ocorre em praticamente todos os países. Mas é vergonhoso que o Brasil esteja em 75º lugar, entre 180 nações, no ranking de percepção da corrupção da Transparência Internacional. É vergonhoso, para todos nós, que a nota do Brasil seja 3,7, em escala de zero a 10, sendo 4,03 a média mundial. Isso prejudica nossa imagem exterior e nossa inserção internacional, além de reduzir nossa competitividade nos mercados globais.

A verdade é que a corrupção em nosso país é sistêmica e epidêmica. Existe em todos os poderes da República, em todos os níveis da Federação. A cada dia somos informados de que foi descoberto um novo foco, em algum pequeno município ou em uma grande cidade, em um ministério ou em um tribunal, em uma câmara legislativa ou em uma empresa pública.

Manifesto

Entidades empresariais estimam que o Brasil perde, anualmente, entre 50 bilhões e 80 bilhões de reais por causa dos roubos aos cofres públicos municipais, estaduais e federais. Independentemente do valor, isso significa prejuízos reais à população, que se vê privada de recursos que deveriam ser destinados à saúde pública, à educação de qualidade, à habitação, à segurança do cidadão e do patrimônio, ao transporte eficiente, à proteção social e a outros direitos.

A corrupção mina a sociedade, destrói valores éticos e morais, dissemina a violência e as práticas ilícitas. Corruptos e corruptores são inimigos públicos, e assim devem ser tratados. A impunidade reforça a corrupção e passa aos cidadãos o sentimento de impotência.

Os empresários e sindicatos brasilienses reunidos no Sistema Fecomércio do Distrito Federal entendem que é hora de a sociedade se mobilizar contra a corrupção. Silenciar ou se omitir, neste grave momento pelo qual passamos, é ser conivente.

Estamos nos mobilizando e manifestamos nossa intenção de nos associarmos a outras entidades e representações da sociedade civil para lutarmos contra a corrupção. Entendemos que esse combate não pode ser exclusivamente pontual, mas deve atingir, com profundidade, problemas estruturais que, na verdade, exigem uma verdadeira Reforma do Estado.

Nessa perspectiva, estabelecemos os seguintes eixos para essa luta e pretendemos debatê-los com todos os que buscam o mesmo objetivo:

1. Maior transparência dos órgãos públicos, em todos os níveis, em relação a contratos e despesas de qualquer tipo.
2. Fortalecimento dos órgãos e instrumentos de prevenção, fiscalização e controle.
3. Revisão da legislação cível e penal, para que os crimes ligados à corrupção sejam todos tipificados e as penas agravadas.
4. Apoio ao Projeto de Lei (PLS 204/11) que transforma em crimes hediondos os delitos de concussão, corrupção passiva e corrupção ativa.
5. Revisão do funcionamento do Judiciário, para que os processos sejam julgados com eficiência e rapidez.
6. Desburocratização dos serviços públicos, para reduzir os trâmites que favorecem as práticas corruptas.
7. Realização da Reforma Tributária, com simplificação dos procedimentos e redução da carga de impostos.
8. Realização da Reforma Política, para reduzir o peso do poder econômico nas eleições e assegurar a efetiva representatividade dos eleitos.
9. Profissionalização e qualificação do serviço público, reduzindo-se substancialmente o número de servidores de livre nomeação e fortalecendo as carreiras de Estado.
10. Mudanças na elaboração, discussão e execução dos Orçamentos dos municípios, dos estados, do Distrito Federal e da União.

Manifestamos nossa firme disposição de trabalhar para acabar com a corrupção, punir os corruptos e corruptores e impedir que essa chaga continue a dificultar e inibir o pleno desenvolvimento do país.

Para isso, estamos constituindo o Grupo Executivo do Sistema Fecomércio do Distrito Federal de Combate à Corrupção e buscaremos outras entidades e personalidades para unirmos forças no mesmo objetivo.

Brasília, 15 de setembro de 2011

Adelmir Santana
Presidente do Sistema
Fecomércio-DF

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra Marta Suplicy, 1º Vice-Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª será atendido conforme o Regimento, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias, como orador inscrito.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes da abordagem que pretendo fazer hoje, uma retrospectiva desde a Emenda Constitucional nº 29 até a votação, nos próximos dias, na Câmara dos Deputados, da sua regulamentação, devo fazer uma breve apreciação sobre a substituição do Ministro Pedro Novais no Ministério do Turismo.

Tenho insistentemente denunciado que o modelo praticado atualmente no País, de loteamento da estrutura administrativa federal ante os partidos aliados, é a causa principal da corrupção denunciada reiteradamente. Esse modelo é uma usina de escândalos e é, além disso, responsável por puxar para baixo a qualidade da gestão pública no Brasil. Certamente, nosso País desperdiça oportunidades preciosas porque não escolhe os melhores quadros administrativos para conduzir os nossos destinos. Isso é crucial.

Eu creio que, diante dos últimos acontecimentos, nós deveríamos despertar para a enorme responsabilidade que temos, os políticos brasileiros, e celebrarmos um pacto de relegarmos a um plano secundário os nossos interesses pessoais, os interesses partidários, e colocarmos em primeiro plano o interesse do País, acabando com esse modelo perverso.

Hoje, eu senti que cresceu o espaço para essa denúncia na imprensa brasileira. Articulistas, comentaristas no rádio, na TV, na imprensa escrita, combatendo o loteamento de cargos, o modelo adotado para a composição do Governo. Porque a indicação do novo Ministro – que eu não conheço, que o Brasil não conhece, e eu não sei se a Presidente Dilma conhece, talvez conheça, pode ser uma figura excepcional, mas não me consta ser um especialista em turismo –, num momento em que o Brasil tem pela frente dois megaeventos, Copa do Mundo e Olimpíadas, e em que o Ministério do Turismo passa a ser estratégico na busca do sucesso desses empreendimentos que custarão muito caro ao povo brasileiro, e não se sabe qual será o seu legado em razão da incompetência de gestão que se verifica no Brasil, com tudo atrasado em relação à Copa 2014.

A nomeação do novo Ministro é a preservação do modelo. A Presidente aguardou, o PMDB indicou e ela aceitou. O loteamento se mantém. Como combater corrupção, Senador Mozarildo Cavalcanti, com esse modelo? Esse modelo é a fábrica dos escândalos de corrupção, que estabelece a relação de promiscuidade, onde há, sim, o toma lá, dá cá. É o retrato do toma lá, dá cá: "Eu apóio, mas tenho um lote no Governo e uso o lote que é meu no Governo da forma que eu bem entendo". Essa é a palavra que se ouve, certamente, entre os caciques dos partidos políticos que apóiam o atual Governo.

Desperdício de oportunidades. O Brasil vai perdendo oportunidades preciosas de desenvolvimento. Os quadros administrativos são claudicantes. Não há o preparo que se exige. O Brasil merece muito mais do que a ele tem sido oferecido pelos governantes em matéria de qualidade de gestão. Paga o povo brasileiro imposto demais para receber muito pouco comparativamente ao que paga.

Enfim, está aí o modelo preservado. Não há faxina nenhuma. Isso é uma história que surgiu como forma de blindar a Presidente da República diante dos escândalos de corrupção que atormentam o seu Governo e que vai promovendo a fuga de ministros. Eles não são demitidos. Eles sucumbem diante da pressão da imprensa, da pressão popular, e vão para casa. Não há demissão, não há faxina, não há mudança de modelo. Há a manutenção de uma prática que é espúria, que estabelece uma relação de promiscuidade.

Aproveito o restante do pronunciamento para fazer um retrospecto sobre a Emenda Constitucional nº 29, que, no dia 13 de setembro, completou onze anos. Vale ressaltar que essa emenda foi importante. De lá para cá, os recursos reais da saúde aumentaram em termos absolutos, e como fatia do Produto Interno Bruto, deve-se mais a Estados e municípios do que ao Governo Federal. Quer dizer, o aumento dos recursos se deve aos Estados e municípios muito mais do que ao Governo Federal, porque a participação do Ministério da Saúde nos gastos do setor caiu, nos últimos anos, de 53% para 47%, aumentando os encargos dos governos estaduais e municipais.

É importante relembrar que essa Emenda nº 29 previa que se votasse, até 2004, uma lei complementar que a regulamentasse. Portanto, estamos atrasados. De 2004. Estamos em 2011, e não houve a regulamentação dessa emenda.

O governo Lula foi empurrando, exatamente para não aumentar a fatia de despesa do Governo Federal. A procrastinação foi apoiada também por alguns governadores – é bom fazer justiça, também governadores apoiaram –, inclusive da oposição. E, neste momento,

o Congresso está para votar, na Câmara dos Deputados, a regulamentação. A Constituição de 88 ampliou e reforçou as vinculações orçamentárias diretas e indiretas, via isonomias salariais, por exemplo. A saúde ficou de fora e, num contexto orçamentário rígido, foi transformada em anteparos de crises e apertos fiscais.

No governo do Presidente Collor, a situação foi agravada no momento em que o STF derrubou o Finsocial, que abastecia a saúde de recursos, só atenuada por socorro do FAT. No governo Itamar Franco, a fatia da saúde nas receitas da Previdência foi extinta, junto com o Inamps, de quem o Ministério da Saúde recebeu as unidades hospitalares e ambulatoriais.

Na época em que José Serra ocupava a pasta do Planejamento, o então Ministro da Saúde, Adib Jatene, tomou a iniciativa da criação da CPMF, vinculada ao setor. Na verdade, a transformação do IPMF em CPMF. Quando aprovada em outubro de 1996, José Serra advertia, já de fora do Ministério, que, sendo a receita prevista com a CPMF menor do que as despesas federais com saúde, o aumento dos recursos da área não era garantido, pois, entre outras receitas que financiavam o Ministério, poderiam ser redirecionadas para outros gastos sociais. E isso efetivamente aconteceu.

No início de 1998, quando Serra aceitou o convide de Fernando Henrique para assumir a Pasta da Saúde, foi pactuada a criação de mecanismos para defender o setor. Nesse contexto, foi feito um substitutivo a um projeto do Deputado Carlos Mosconi, economizando, assim, prazos de tramitação. Com o intuito de evitar as incertezas de eventuais reformas tributárias, optou-se por vincular recursos ao índice do PIB nominal – a cada ano, o Orçamento Federal para a saúde deveria ser reajustado, no mínimo, pela variação desse índice do ano anterior. Para os Estados e municípios, a vinculação fez-se às receitas líquidas: 12% e 15%, respectivamente, a serem atingidos em cinco anos.

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Vou concluir, Presidente. Apenas peço a V. Exª que considere lido o restante do pronunciamento, porque traz informações que devem abastecer os debates dos próximos dias.

Mas se V. Exª me permitir, eu concederia à Senadora Ana Amélia um aparte, antes de concluir meu pronunciamento.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Gostaria apenas de registrar, para economizar o tempo e agradecendo a generosidade da Presidente Marta Suplicy, que V. Exª faz muito bem em trazer à agenda este debate da Emenda nº 29, que precisa ser regulamentada urgentemente. Só para reafirmar que no meu Estado, Rio Grande do Sul, 100% dos municípios aplicam em saúde pública exatamente um percentual superior ao que a lei determina. Portanto, é urgente porque esse recurso faz muita falta às administrações municipais. E o Estado aplica apenas 4,6% em saúde, quando deveria aplicar muito mais. V. Exª tem toda razão em trazer esse tema à tribuna. Muito obrigada.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Agradeço o aparte de V. Exª. Antes de concluir, quero apenas dizer que há uma informação que não tem procedência de que o Senado poderia encontrar fonte de recursos para a aprovação dessa regulamentação, já que há na Câmara um destaque para rejeitar uma proposta de 0,1% de ICSS, que resultaria em R$14 bilhões para suportar despesas com saúde pública. Se isso ocorresse na Câmara, se houvesse essa rejeição, que o Senado encontraria fonte de recursos. Não cabe, não é constitucional, é inconstitucional. Nós não podemos vender essa falsa ilusão de que aqui no Congresso vamos encontrar uma fonte de recursos.

O Líder do PT, Humberto Costa, pede um aparte antes de eu concluir o pronunciamento. Ele, que foi Ministro da Saúde, certamente...

O SR. Humberto Costa (Bloco/PT – PE) – Meu objetivo, Senador Alvaro Dias, a quem agradeço o aparte, já que V. Exª adiantou que vai, ao longo dos próximos dias, tratar desse tema, é apenas contestar e, de certa forma, trazer à luz uma informação que V. Exª não expressou na sua fala. A Emenda nº 29, ao longo do governo Lula, foi cumprida em todos os anos, e continua a ser cumprida. Realidade que não aconteceu – não estou querendo fazer julgamento, não estou criticando o governo anterior –, mas não aconteceu no governo anterior. Nós tínhamos uma definição na Emenda Constitucional de que a base para esse cálculo do crescimento nominal do PIB em relação...

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Desculpe-me, eu estava tão interessada que passou.

O SR. Humberto Costa (Bloco/PT – PE) – Em relação ao ano anterior, deveria tomar por base o ano de 1999. No entanto, ao longo do governo Fernando Henrique, sempre se tomou a base do ano 2000. Portanto, o que acontecia é que a cada ano se fazia uma correção sobre uma base menor. No governo Lula, nós solucionamos esse problema, embora não tenhamos feito o reparo daquilo que foi perdido ao longo dos oito anos do período Fernando Henrique Cardoso. No entanto, o Governo Federal passou a cumprir literalmente a Emenda nº 29. O que há hoje é que a Emenda nº 29, no que diz respeito aos recursos federais, realmente

é insuficiente para financiar a saúde. Aí, nós temos que discutir como esses recursos virão. Outra informação, só para que não fique parecendo que é um problema do Rio Grande do Sul apenas. É verdade, o Rio Grande do Sul não cumpre a Emenda nº 29. Mas não começou agora, com o Governador Tarso Genro, vem muito lá de trás. Aliás, o Governador Tarso Genro tenta fazer cumprir, tenta aumentar progressivamente, chegar aos 12%. Não vai ser fácil, mas ele está fazendo. E não é só o Rio Grande do Sul. São Paulo não cumpre, Minas Gerais não cumpre, vários Estados no Brasil não cumprem. Então, eu quero me associar ao pronunciamento de V. Exª no sentido de que temos de discutir esse tema, mas é preciso dar corretamente o nome a todos os bois.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Bem, para concluir, então, Presidente, respondendo ao Senador Humberto Costa. Quem acompanhou com atenção o pronunciamento que faço verificou que não distingui governo e muito menos partido. Inclusive citei, quando fiz referência a governador, citei governadores também da oposição. Então, nosso objetivo não é enaltecer este e, obviamente, menosprezar aquele.

O que disse é que a Emenda nº 29 foi uma criação do governo Fernando Henrique Cardoso. Isso é verdadeiro. Não disse se cumpriu ou não cumpriu. Disse que, em 2004, deveria ocorrer a regulamentação. Até 2004. Não ocorreu. Portanto, não ocorreu antes do governo Lula e nem durante o governo Lula. Estou tentando ser absolutamente correto. E disse que, nos últimos anos, houve uma redução na aplicação....

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Houve uma redução, nos últimos anos, do percentual, de 53% para 47%, dos recursos da União para o setor de saúde pública.

Mas este é um debate que ainda ocupará muito o nosso tempo aqui, certamente, e nós voltares a ele.

Eu peço apenas que registre nos Anais as outras informações que não pude anunciar aqui.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ALVARO DIAS

O SR. ÁLVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no dia 13 de setembro, a Emenda Constitucional 29(EC 29) que criou vinculações orçamentárias para a Saúde completou 11 anos.

Vale ressaltar que a emenda deu certo: de lá para cá, os recursos reais da Saúde aumentaram em termos absolutos e como fatia do PIS, em pese isso se deva mais a Estados e Municípios do que ao governo Federal.

A participação do Ministério da Saúde nos gastos do setor caiu de 53% para 47% no período, aumentando os encargos dos governos estaduais e municipais .

É importante relembrar que a EC 29 previa que se votasse, até 2004, uma lei complementar que a regulamentasse. Todavia, o governo Lula driblou o assunto, precisamente para não aumentar sua fatia nas despesas do setor. A procrastinação foi apoiada por alguns governadores. Nesse momento, o Congresso se compromete a votá-la até o fim deste mês .

Contexto de criação da EC 29: a Constituição de 88 ampliou e reforçou as vinculações orçamentárias diretas e indiretas, via isonomias salariais, por exemplo. A Saúde ficou de fora 8, num contexto orçamentário rígido, foi transformada em anteparo de crises e apertos fiscais.

No governo do presidente Collor, a situação foi agravada no momento em que o STF derrubou o Finsocial, que abastecia a Saúde de recursos, só atenuada por socorro do FAT, No governo Itamar Franco, a fatia da Saúde nas receitas da previdência foi extinta junto com o INAMPS, de quem o Ministério da Saúde recebeu as unidades hospitalares e ambulatoriais.

À época que José Serra ocupava a Pasta do Planejamento, o então ministro da Saúde Adib Jatene tomou a iniciativa de criação da CPMF vinculada ao setor. Quando aprovada em outubro de 1996, José Serra advertia já de fora do ministério que, sendo a receita prevista com a CPMF menor do que as despesas federais com Saúde, o aumento dos recursos da área não era garantido, pois entre outras receitas que financiavam o ministério poderiam ser redirecionadas para outros gastos sociais. E isso efetivamente aconteceu .

No início de 1998, quando Serra aceitou o convite de FHC para assumir a Pasta da Saúde, foi pactuado a criação de mecanismo para defender o setor. Nesse contexto, foi feito um substitutivo a um projeto do deputado Carlos Mosconi, economizando, assim, prazos de tramitação. Com o intuito de evitar as incertezas de eventuais reformas tributárias, optou-se por vincular recursos ao índice do PIS nominal - a cada ano, o orçamento federal para a saúde deveria ser reajustado, no mínimo, pela variação desse índice do ano anterior. Para os Estados e Municípios, a vinculação fez-se às receitas líquidas: 12% e 15%, respectivamente, a serem atingidos em cinco anos.

A partir da EC 29, a CPMF e a Saúde divorciaram-se. A obrigação do governo federal passou a ser a de cobrir o financiamento mínimo do setor, independente das origens do recursos. Por isso, o desaparecimento da CMPF em 2008 não retirou recurso da Saúde .

Todos se recordam que o presidente Lula tentando reverter a derrota da renovação do tributo, na última hora, acenou com a promessa de destinar a receita da CPMF à Saúde .

Se a intenção do então presidente Lula de reforçar o setor tivesse sido verdadeira, em vez de renovar a CPMF, o seu governo poderia ter aprovado com celeridade o mencionado projeto de lei complementar, contendo um tributo só da Saúde. Ou poderia ter destinado à Saúde parte do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), cujas alíquotas foram aumentas, a fim de compensar a perda da CPMF.

A receita do IOF subiu quatro vezes de 2007 até 2011, quando será de R$ 30 bilhões. Um terço desse montante teria elevado bastante os recursos federais para a Saúde. Todavia. essa não foi a prioridade do presidente Lula nem do Partido dos Trabalhadores, nem antes nem depois. Desde 2002, as despesas federias na área cresceram abaixo das receitas correntes.

É importante salientar; o projeto de lei que está prestes a ser votado na Câmara dos Deputados possui vários aspectos positivos, entre eles, o que impede os governos de contabilizarem no item Saúde gastos de segurança, alimentação, lixo, asfalto, etc. Ancorado nesse expediente fraudulento, metade dos Estados, hoje, não cumpre a Emenda Constitucional 29.

Chamamos atenção: dois dispositivos financeiros merecem reparos: o projeto retira da base de cálculo da despesa mínima estadual para a Saúde os recursos do FUNDEB, da Educação. Isso representaria um corte demais de R$ 7 bilhões nos gastos obrigatórios dos Estados. O FUNDEB estadual equivaleu a cerca de R$ 58 bilhões no ano passado.

Paralelamente, cria-se a Contribuição Social para a Saúde, urna CPMF de 0,1% que renderia 14 bilhões de reais por ano. Atentar que desse total. 20% seriam descontados por conta da DRU. Nesse contexto, aproximadamente dois terços da CSS serviria aos tesouros nacional e estaduais, a pretexto da Saúde.

Desde 2002, a carga tributária no Brasil aumentou em torno de três pontos percentuais do PIS. O gasto federal aumentou em 80% reais.

Ao longo de 2011, a receita tributária federal cresceu três vezes mais que o PIB.

Aumentar tributos nesse caso é o antídoto para as distorções de prioridades, a falta de compromisso com a eficiência e a lisura...

Sem mistificação: a Saúde necessita de mais recursos federais, e esses recursos tinham de ter saído e devem sair das receitas existentes. No âmbito do próprio setor há uma infinidade de possibilidades de redefinição de custos e prioridades. Infelizmente, essa agenda foi abandonada desde 2003.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Teve início um bom debate aqui, Senador Alvaro Dias, com o aparte do Senador Humberto.

V. Exª será atendido, na forma do Regimento, na transcrição.

Quero anunciar os alunos do curso de Direito da Faculdade Metropolitana de Recife, Pernambuco. São muito bem-vindos aqui na nossa Casa.

Com a palavra o Senador Humberto Costa, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores, por cinco minutos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, no dia de ontem, a Comissão de Assuntos Sociais realizou a sabatina para a recondução ao cargo do Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Dirceu Barbano, que deverá permanecer no cargo por mais dois anos. Na ocasião, vários questionamentos foram feitos, e eu tive a oportunidade de trazer o debate sobre um tema que reputo muito importante: o tema da pirataria de produtos que estão submetidos à Vigilância Sanitária.

Eu tive a oportunidade de apresentar aqui um projeto, o PLS nº 162, que busca instituir uma política nacional de combate e enfrentamento à pirataria de produtos que estão submetidos à Vigilância Sanitária. A intenção é que esse trabalho seja executado de forma articulada por instituições federais, estaduais e municipais, tanto da administração direta quando da administração indireta.

Os produtos que estão incluídos nessa condição são: medicamentos, próteses, saneantes, cosméticos, fitoterápicos, entre outros. Todos são produtos que, se sofrerem algum tipo de adulteração, não só poderão tornar-se inócuos – não cumprirão seu papel e, assim, haverá uma lesão ao direito das pessoas e, mais do que isso, a sua saúde –, mas poderão também provocar problemas gravíssimos, de agravamento das condições de saúde da população. Portanto, entendemos que é necessário que se faça de forma permanente o combate a esse tipo de pirataria.

É bom lembrar, inclusive, o fato que deu origem à ideia de criação de uma Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Foi um fato que terminou levando a uma mudança na lei, que passou a considerar crime hediondo a falsificação de medicamentos. Todos se lembram de um produto, um anticoncepcional que, descobriu-se posteriormente, era feito de farinha, eram cápsulas de farinha. Além de substâncias como essas, que deixam de cumprir sua função, muitas vezes a Polícia Federal e a Anvisa conseguem identificar pseudomedicamentos, que contêm substâncias gravemente nocivas à população. Hoje em dia os principais medicamentos que têm

sido objeto de fraudes, de falsificação, são os medicamentos para disfunção erétil – e todos nós sabemos do crescimento do consumo desses medicamentos –, os anabolizantes e os indicados para a obesidade, além dos medicamentos controlados.

A pirataria, portanto, é um crime que exige um combate em defesa da saúde pública e em defesa, também, das empresas que estão regularmente atuando no mercado. Essas empresas investem em pesquisa para produzir os seus medicamentos, os seus produtos, elas são submetidas a uma legislação extremamente rígida, pagam impostos, geram empregos e, no entanto, elas sofrem uma concorrência desleal de produtos que causam males importantes à saúde da população.

Por isso nós defendemos essa política que vai integrar as atividades de inteligência de todos os setores e órgãos envolvidos: para procurar aprimorar as ações que hoje acontecem em decorrência da atuação desses órgãos de inteligência de uma maneira conjunta.

Muito já foi feito, várias operações foram realizadas, porém, nós esbarramos numa questão importante que também está sendo objeto de um projeto de lei que apresentei, que é o Projeto de Lei do Senado nº 164, que define o seguinte. Sempre que há uma operação da Anvisa, uma operação policial, e são identificados – em um depósito de medicamentos, em uma distribuidora, em uma farmácia de varejo – medicamentos falsificados, contrabandeados ou equipamentos que não cumpriram a exigência de terem o seu registro garantido de forma legal pela Anvisa, há o lacre daquela instituição, daquela farmácia, daquela distribuidora. Porém, poucos dias depois, aquela empresa, que na verdade perpetrou um crime contra a população e a saúde pública, volta a funcionar normalmente, sem qualquer tipo de punição.

Esse projeto que eu apresentei tem por objetivo, exatamente, determinar que as empresas que forem flagradas praticando qualquer tipo de pirataria no que diz respeito aos produtos submetidos à vigilância sanitária tenham, automaticamente, os seus registros de funcionamento definitivamente cassados, para que elas não possam repetir essa prática e para que elas possam ter uma punição a altura do crime que estão cometendo – obviamente, sem qualquer prejuízo de responder criminalmente e civilmente pelos danos que possam ter gerado e possam ter causado.

Já pedi o apoio dos Senadores a esses dois projetos, inclusive da Comissão de Assuntos Sociais. Pedi ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça que designasse relatores. Quero dizer que pedi, inclusive, que ele designasse V. Exª, Srª Presidenta, como relatora de um desses projetos. Peço aos demais Senadores e às demais Senadoras a oportunidade de discutirmos esse tema não somente da maior relevância, mas também da maior urgência, para a saúde pública no Brasil.

Muito obrigado a V. Exª.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Humberto Costa. V. Exª tem toda a razão, e ficarei muito honrada se a Comissão de Constituição e Justiça encaminhar a relatoria para mim.

Passo a Presidência ao Senador Paulo Paim para que eu possa fazer o meu pronunciamento. Já chamo para falar em seguida o Senador Antonio Carlos Valadares, pela Liderança de seu partido. Depois falará o Senador Casildo Maldaner.

A Sra. Marta Suplicy, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com a palavra a Senadora Marta Suplicy para fazer o seu pronunciamento.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caros Senadores, caras Senadoras, ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado, foi assinado, ontem, aqui em Brasília, um convênio entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Sebrae, com o objetivo de promover a inclusão produtiva dos brasileiros abaixo da linha da extrema pobreza. São 16 milhões de brasileiros que recebem menos que R$70,00 por mês para sobreviver.

Essa iniciativa coloca bem qual é a marca do Brasil Sem Miséria. É uma marca que eu acho bastante interessante. É nova, porque é a tal da busca ativa, ou seja, vai buscar o cidadão com tão pouca participação, que nem percebe nem os seus próprios direitos.

A busca ativa não é apenas incluir no cadastro do Bolsa Família as pessoas que poderiam estar recebendo esse benefício e não o estão recebendo. A melhor definição de busca ativa é a de que se aplica ao Estado que, em vez de ficar esperando, vai buscar quem está necessitado.

É uma verdadeira ação do resgate de cidadania. É resgatar aqueles cujo grau de fragilidade social os impede de perceber os direitos que têm.

Bem, aprendemos, com os anos, que não basta o governo prover os bens e serviços públicos. É preciso que todos os cidadãos – digo todos mesmo – passem a exigir a quantidade e a qualidade necessárias para o seu bem-estar e o de suas famílias.

A grande amplitude e o caráter multisetorial do Brasil sem Miséria é comprovado pelo conjunto de medidas públicas que integram esse projeto. Então, vai desde a documentação – aqueles que não têm

nem certidão de nascimento, então não podem exigir, pedir, nem trabalhar – até a promoção de educação e combate ao trabalho infantil. É defender a segurança alimentar das famílias e garantire o acesso à energia elétrica e ao saneamento básico. É cuidar da saúde da família em todas as dimensões, na oferta de medicamentos, cobertura dentária; e há um carinho especial pelas mães, que é a Rede Cegonha. Tudo dentro desse conceito de buscar o cidadão que não está tendo isso.

Algum nível de condicionalidade foi pensado, mas, nesse segmento da população, eu acredito que foi de muita sensibilidade perceber que, se você exige muito, você condena esse cidadão à exclusão, porque ele não tem condição de cumprir parte do que é exigido, por exemplo, num Bolsa Família.

Na minha cidade de São Paulo, por exemplo, existem mais de 292 mil famílias que são beneficiárias potenciais da iniciativa da busca ativa. Então, você imagina: 292 mil famílias é muita gente que poderia estar se beneficiando se a Prefeitura de São Paulo os cadastrasse, fosse atrás, porque o busca ativa é isto: é ir atrás de quem precisa. Então, elas já estariam beneficiadas por esse programa.

No Estado de São Paulo, esses números crescem mais ainda. São 995 mil famílias no Estado mais rico do Brasil. Considerando que essas famílias têm no mínimo quatro pessoas, são mais de 4 milhões de brasileiros que podem ser resgatados na sua cidadania.

É incrível, porque a gente não consegue imaginar que possa, no Estado de São Paulo, existirem 4 milhões de pessoas em miséria absoluta, vivendo com menos de R$70,00 por mês. Existe. E, agora, é obrigação do Estado e da prefeitura buscar, resgatar essas pessoas. Essa é a diferença desse programa com relação ao Bolsa Família, que é a busca ativa.

Como entra o que eu falei no começo, que é o Ministério do Desenvolvimento Social com o Sebrae? É desenvolver o potencial empreendedor. É muito interessante esse ângulo, porque desenvolve o potencial empreendedor das famílias em condição de extrema pobreza.

Por que está sendo feito desse jeito? Porque perceberam que a capacitação para o empreendedorismo, para a autoestima da pessoa, é o grande instrumento de empoderamento dessas famílias. Ou seja, ajudar essas famílias a acreditar e a desenvolver o seu potencial como empreendedores, o que vai permitir a sua ascensão econômica e social e depois criará a porta de saída de um programa como o Bolsa Família.

E o que é mais interessante – a pesquisa em relação a essas famílias está mostrando – é que a inclusão produtiva é uma iniciativa ainda mais importante que desenvolver a empregabilidade dessas pessoas. Quer dizer, se você dá uma condição de trabalho para essa pessoa, ela vai conseguir ficar autônoma muito antes do que se você quiser que ela tenha uma carteira assinada.

E os dados da evolução do mercado de trabalho mostram que a criação do emprego formal, esse de que eu estava falando, o da carteira assinada, avançou muito mais do que outros tipos de ocupação nos últimos anos. Mas também mostra que a população mais pobre, pobre, pobre, essa de que a gente estava falando, a do busca ativa, foi a que menos se beneficiou com a carteira assinada, porque não tem condição desse benefício. A sua situação social, como eu disse, é tão frágil, é tão difícil que toda tentativa de aumentar a sua empregabilidade não está tendo efeito.

Então, tem mais resultado, na experiência, desenvolver a sua capacidade empreendedora.

Faz sentido, porque a gente sabe que o povo brasileiro é um povo empreendedor, um povo criativo, inovador; é o maior do Planeta, eu acredito. Só que ele muitas vezes não consegue desenvolver as suas potencialidades, esse apropriado que ele fabrica.

Então, aqui está bem encaminhado. Nós vamos ter o cruzamento cadastral com o programa – o cadastral do busca ativa – com o programa Microempreendedor Individual. Hoje, mais de 100 mil beneficiários do Bolsa Família encontraram nesse programa de microempreendedorismo a porta de saída do programa Bolsa Família. Por exemplo, uma senhora que sabe costurar bem está na informalidade; ela costura para fora, mas, com o programa de Microempreendedor Individual, ela pode conseguir, com essa ajuda, ter mais recursos desse seu trabalho do que com a carteira assinada. Isso é o que está ficando demonstrado.

Isso eu vi muito também em São Paulo quando a prefeitura ajudava, por exemplo, uma mulher a abrir um salão de beleza. Salão de beleza é uma cadeira para lavar os cabelos e um secador na casa dela, ou duas cadeiras. Ela conseguia sustentar a família com isso, e não era com uma carteira assinada. Era um pequeno empreendedorismo, que depois pode até dar um salto. A gente vê...

Outro dia mesmo eu li no jornal que uma pessoa – agora eu não estou lembrada de que comércio tinha, na comunidade de Paraisópolis, que é a maior favela da cidade de São Paulo – começou a ir tão bem, tão bem... Ah! É cabeleireiro também! Agora lembrei. É um rapaz. Ele começou a ir tão bem que expandiu, já tem três andares dentro da favela. Agora já foi para outro bairro fora da favela e é um empreendedor. Esse parece que não estava em nenhum programa empreendedor mesmo. Mas a gente pode ajudar, e muito, os que não têm condição de comprar a primeira má-

quina de costura, a segunda, ou o *freezer* para fazer comida congelada.

E esse negócio familiar envolve não só os pais, os tios, os avós, porque, quando começa a dar certo, todo mundo da família entra. Com isso, a gente consegue, naquelas regiões mais pobres, os territórios produtivos que, junto com outras iniciativas do Estado, tendem a transformar zonas urbanas ou zonas rurais inteiras. Isso já está sendo experiência do Bolsa Família e do Brasil Sem Miséria.

Então, esse é o conceito que está atrás dessa inclusão produtiva do Sebrae. Eu tenho certeza de que essa ação conjunta do programa Brasil Crescer, de microcrédito produtivo, é um complemento importante do Brasil Sem Miséria e do Bolsa Família. Aliás, é interessante porque você começa de um jeito e depois vai percebendo onde são os gargalos, onde não dá certo, e vai aprimorando o programa. E eu acredito que a busca ativa é muito importante pela fragilidade dessas famílias.

E essa parceria com o SEBRAE, que já tem uma história de ajuda no empreendedorismo, principalmente com pessoas muito carentes – não só a classe média, mas pessoas muito carentes também –, pode dar um resultado muito, muito importante. Todos nós queremos o Bolsa Família, mas também queremos achar uma saída, Senador Paim, para que essas pessoas possam ter a sua autonomia. E isso vai ser uma porta realmente. Essa percepção de que essas pessoas mais carentes não conseguem ir para a carteira assinada direto, ou de que talvez nunca irão, se conseguirem um empreendedorismo com a ajuda do Sebrae, pode ser uma solução muito interessante que foi detectada e que agora está sendo ampliada dessa outra forma.

Então, o estudo do Ipea divulgado hoje – eu vou aproveitar para falar isso –, no período de 2004 a 2009, mostra que a desigualdade de renda entre os brasileiros caiu 5,6%, enquanto a renda média subiu 28%. É bastante isso. É algo que nunca tínhamos conseguido.

Então, estamos no caminho certo. E essa parceria do Sebrae com o Ministério do Desenvolvimento Social é um grande avanço.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Exª permite, Senadora?

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Queria aproveitar esse pronunciamento de V. Exª, sobre um dos aspectos do Brasil Sem Miséria, para informar a todos que nos ouvem que, na próxima terça-feira, às 10 horas, na Comissão de Assuntos Econômicos, em sessão conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais, estarão aqui para justamente falar sobre o Plano de Erradicação da Pobreza Extrema a Ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, e a Secretária Extraordinária do programa Brasil sem Miséria, Ana Fonseca. Então, será uma oportunidade para todos nós, Senadores, conhecermos mais aprofundadamente esses programas, inclusive o convênio com o Sebrae que V. Exª mencionou.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigada. É um aparte muito oportuno.

Está encerrado o meu pronunciamento, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra, neste momento, ao Líder do PSB, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever para falar pela Liderança do Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª está inscrito.

O Senador Valadares se encontra aqui? (*Pausa.*)

O Senador Antonio Carlos Valadares está na tribuna e tem a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Copa do Mundo, grande evento internacional de futebol que terá como sede o nosso País, sem dúvida alguma, vai colaborar, vai contribuir, de forma decisiva, para o incremento do turismo, para a geração de emprego, para a melhoria dos nossos estádios de futebol e para a construção de outros novos, como também para o aperfeiçoamento do transporte coletivo, da mobilidade urbana, que será incrementada ao longo desse processo de preparação da Copa do Mundo.

Sabemos que o futebol atrai as atenções de milhares de pessoas durante a realização dessa competição internacional. O Brasil vai realizar, pela segunda vez, a Copa do Mundo em nosso território. É um acontecimento ímpar, que merece não apenas ser comemorado, como também assinalado perante a nossa história como um dos grandes eventos que o Brasil conseguiu atrair com sua economia pujante, com sua organização na área desportiva, com a solidariedade do seu povo.

Eu gostaria de fazer um pequeno relatório, Sr. Presidente, de algumas providências efetivas que o Governo Federal está tomando para realização da Copa do Mundo.

Nove estádios estarão concluídos até o final de 2012. A partir de amanhã, já poderemos fazer a contagem regressiva dos mil dias que faltam para a Copa do Mundo. Os projetos desses nove estádios, que serão entregues em 2012, estarão concluídos, mas o restante será entregue em 2013.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) contribui com R$400 milhões para cada estádio, perfazendo um total de R$2,3 bilhões de investimentos com a participação desse Banco.

Para atender não só aos torcedores, que poderão se hospedar até em navios, mas também à demanda crescente de cruzeiros no litoral brasileiro, sete novos terminais turísticos estarão em funcionamento no ano de 2013, com investimentos da ordem de R$898 milhões.

O conforto e a segurança dos passageiros é preocupação do Governo, que, na construção e melhoria de seus aeroportos, investirá R$6,5 bilhões. Treze aeroportos estão sob a atenção do Governo. Desses treze aeroportos, oito já estão em obras, e um deles, o Viracopos, já está pronto para a Copa do Mundo.

Das doze cidades onde serão realizados os jogos, cinco já iniciaram a reformulação do transporte coletivo necessário. Todos os 49 projetos estão dentro do cronograma, que demanda um investimento de R$12 bilhões.

Sr. Presidente, sete aeroportos, onde o investimento, como falei, é de R$898 bilhões – os de Fortaleza, de Manaus, de Natal, de Recife, do Rio de Janeiro, de Salvador e de Santos –, estão nas preocupações do Governo. Os aeroportos atraem investimentos privados, como é o caso do aeroporto de São Gonçalo do Amarante, em Natal, o que prova e denota o interesse da iniciativa privada em participar dos investimentos da Copa do Mundo.

É impressionante o montante de investimentos que o Governo está fazendo, neste momento, para a Copa do Mundo!

O emprego é muito importante para um país em desenvolvimento, sequioso de ocupação. A juventude, a cada dia, bate à porta do nosso mercado de trabalho. A Copa deve gerar 700 mil empregos e movimentar nada menos do que R$183 bilhões, e a estimativa é de que o impacto sobre o PIB seja de 0,4% até o ano de 2019.

De acordo com o Ministro dos Esportes, Orlando Silva, será lançado, em setembro, edital para a produção da campanha de promoção do Brasil no exterior. Isso vai repercutir, sem dúvida alguma, sobre a vinda de turistas para a Copa, os quais conhecerão de perto as belezas naturais do Brasil, a solidariedade do seu povo, a sua culinária, os seus restaurantes, os seus hotéis, as suas praias. O campeonato mundial é um evento que se autopromove, mas devemos aproveitar a oportunidade para promovê-lo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, já estou encerrando. V. Exª poderia me conceder mais dois minutos?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª será atendido.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Exª.

A meta é a de que, no Brasil, haja nada menos do que 7,2 milhões de visitantes em 2014. Que beleza! O Brasil, um País continental, de praias belíssimas, de um povo generoso, recebendo 7,2 milhões de visitantes no ano da Copa!

O Brasil vai aproveitar a Copa para subir no patamar de participação do País no mercado de turismo internacional. A meta é a de que tenhamos US$10 bilhões em divisas com essa visitação maciça de estrangeiros em nosso País durante a realização da competição da Copa do Mundo.

Portanto, Sr. Presidente, é motivo de orgulho para nós, brasileiros, sermos a sede da Copa do Mundo, ainda mais porque o Governo Federal, a Presidenta Dilma, demonstra seu espírito de engajamento com o orgulho nacional, com a força do espírito da juventude, que adora o futebol. Não só a juventude, mas pessoas de todas as idades e de todos os segmentos sociais têm o futebol como a matéria-prima de seu lazer, de suas alegrias, de seus entusiasmos e de suas comemorações.

Esperamos que, na Copa do Mundo, possa surgir um novo Pelé, possa surgir uma nova "Seleção canarinho", como a de 1970, com os "92 milhões em ação". Aquela música emocionou todos nós, com a vitória do Brasil no México.

É um momento, Sr. Presidente, de orgulho, não de desfazimento desse orgulho. A Copa do Mundo é um evento que atrai multidões não só para a televisão, mas também para os estádios. Mas o mais importante é que nossa economia vai ganhar muito com isso. São US$10 bilhões, no mínimo, que serão injetados em nossa economia no ano da realização da Copa do Mundo.

Receberemos muita gente de todas as partes deste Planeta e mostraremos, acima de tudo, nossa cortesia e nossa solidariedade. Nosso espírito é o de receber nossos visitantes com alegria e com entusiasmo em nossas faces.

Portanto, Sr. Presidente, o Brasil já comemora, por antecipação, esse grande evento que vai colocar o nosso País entre os primeiros na era do turismo internacional, entre os primeiros no futebol e entre os primeiros como campeão da simpatia, da correção e do trabalho.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Valadares, pelo seu pronunciamento. Noto que alguns criticam a Copa do Mundo e as Olimpíadas, o que não entendo, porque a maioria dos países do mundo disputa o direito de sediar uma Copa do Mundo e mesmo as Olimpíadas. O Brasil ganha e alguns criticam. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Outra coisa importante, Sr. Presidente, é que as obras que serão realizadas, de mobilidade urbana no setor de transportes, por exemplo, vão ficar como patrimônio para a sociedade, vão ser feitas para a Copa do Mundo, mas serão uma herança bendita para as atuais gerações e as futuras gerações, que tomarão conhecimento de que o Brasil soube cuidar do nosso futuro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Inclusive no meu Estado, o Rio Grande do Sul.

Por permuta com este Senador, passo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Se me permite o Senador Casildo Maldaner, gostaria de dar as boas-vindas aos estudantes de Arquitetura da UNESP, que hoje à tarde visitam o Senado Federal.

Quero informar a V. Exª que liguei agora para a residência do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns para verificar a possibilidade que V. Exª aqui sugeriu, de fazermos uma sessão de homenagem a ele, claro que verificando se ele poderá estar aqui conosco. Mas ele está fazendo exames médicos agora e pediram-me que eu ligasse daqui a uma hora e meia, quando irei retornar.

Mas gostaria, Sr. Presidente Paulo Paim, Senador Casildo Maldaner, de fazer um registro aqui, um esclarecimento muito importante, de que solicitei ao Diretor Presidente da Embrapa, Pedro Antônio Arraes Pereira, uma vez que a Srª Marina Pasetto Nóbrega me pediu a informação sobre a liberação comercial do feijão GM, da Embrapa.

V. Exª sabe o quanto nós, brasileiros, gostamos de feijão – do Rio Grande do Sul ao Amapá, o Norte do Brasil –, todavia uma das doenças mais importantes da cultura do feijoeiro é o mosaico dourado, causada por um vírus que é transmitido pelo inseto-praga chamado mosca branca, que coloniza também muitas espécies de plantas cultivadas e selvagens.

Somente no Brasil as perdas devido a essa praga são estimadas entre 90 e 280 mil toneladas de grãos anualmente, quantidade suficiente para alimentar de seis a vinte milhões brasileiros adultos. Além disso, pelos menos 200 mil hectares são atualmente inviabilizados para o cultivo do feijoeiro.

Então, a Embrapa desenvolveu, com a utilização da engenharia genética, um feijão resistente a essa doença. Devido ao fato de não haver no Brasil sistemas de cultivo aos feijoeiros convencionais que possam prover níveis adequados de resistência ao mosaico dourado, a Embrapa buscou uma alternativa biotecnológica para desenvolver feijoeiros resistentes. E foi utilizada uma técnica revolucionária, que ganhou o Prêmio Nobel de Medicina de 2006: o RNA interferente. O mecanismo de resistência não é baseado em proteínas. É muito bem conhecido e funcionou com altíssima eficiência para o controle do mosaico dourado.

Portanto, esse feijão foi desenvolvido por um período de dez anos e estudado por quase uma centena de pesquisadores em dez instituições públicas no Brasil. Os estudos foram conduzidos em condições de solo e clima representativos das áreas em que se cultivam 90% do feijoeiro comum no Brasil. Feita uma comparação nutricional com cinco tipos de feijão, cultivados por cinco anos nas mais diversas regiões, os resultados obtidos mostram que o feijoeiro é tão seguro para o meio ambiente ou para o consumo por humanos quanto os feijões que são cultivados no Brasil. Essa tecnologia deverá reduzir sobremaneira a necessidade de aplicação de inseticidas.

E complementa, dizendo que, de acordo com a missão institucional, a Embrapa continua a conduzir pesquisas, visando ao aperfeiçoamento das boas práticas agronômicas para o cultivo orgânico do feijoeiro.

Solicito, Sr. Presidente, que seja publicado na íntegra esse esclarecimento tão importante da Embrapa.

Agradeço pela licença concedida, Senador Casildo Maldaner.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Ofício nº 711/2011

Brasília, 11 de agosto de 2011

Ao Ilustríssimo Senhor
Pedro Antonio Arraes Pereira
Diretor-Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA
Parque Estação Biológica – PqEB s/nº – Edifício Sede
70770-901 – Brasília – DF

Senhor Diretor-Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente informo-lhe que me foi dirigida pela Srª Marian Pasetto Nóbrega men-

sagem eletrônica que faz referência à existência de uma petição para "Liberação comercial do feijão GM da Embrapa, resistente ao vírus do mosaico dourado".

Para que eu possa me manifestar sobre o assunto, solicito os seus bons préstimos no sentido de me enviar maiores informações sobre o feijão GM desenvolvidos pela Embrapa.

Desde já agradeço pela atenção dispensada, oportunidade em que renovo votos de elevada consideração. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy.**

Embrapa

C.PR.Nº 240/2011 Brasília, 05 de setembro de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Eduardo Matarazzo Suplicy
Senado Federal
Brasília - DF

Senhor Senador,

Em atenção à demanda contida no Ofício Nº 00711/2011, encaminhamos o documento anexo, com vistas a fornecer subsídios que permitam a Vossa Excelência manifestar-se sobre a questão apresentada pela Senhora Marian Pasetto Nóbrega relativa à "Liberação comercial do feijão GM da Embrapa, resistente ao vírus do mosaico dourado".

Aproveitamos a oportunidade para reafirmar nossa disposição de sempre contribuir, no que estiver ao alcance da missão da Embrapa, com Vossa Excelência e com o Senado da República.

Respeitosamente,

PEDRO ANTONIO ARRAES PEREIRA
Diretor-Presidente

c.c.: Chefe da ASP

Agosto, 2011

Uma das doenças mais importantes da cultura do feijoeiro, no Brasil, é o mosaico dourado. Essa doença é causada por um vírus que é transmitido por um inseto-praga chamado mosca branca, a qual coloniza também muitas espécies de plantas cultivadas e selvagens. Somente no Brasil as perdas devido a essa praga é estimada entre 90 e 280 mil toneladas de grãos anualmente, quantidade que seria suficiente para alimentar entre 6 e 20 milhões de brasileiros adultos. Além disso, pelo menos 200.000 hectares estão atualmente inviabilizados para o cultivo do feijoeiro.

A Embrapa desenvolveu, com a utilização da engenharia genética, um feijão resistente a essa doença. Devido ao fato de não haver no Brasil sistemas de cultivo ou feijoeiros convencionais que possam prover níveis adequados de resistência ao mosaico dourado, a Embrapa buscou uma alternativa biotecnológica para desenvolver feijoeiros resistentes.

Para isso foi utilizada uma técnica revolucionária, ganhadora do Prêmio Nobel de Medicina de 2006, chamada de RNA interferente. Portanto, o mecanismo de resistência não é baseado em proteínas, é muito bem conhecido e funcionou com altíssima eficiência para o controle do mosaico dourado.

Esse feijão foi desenvolvido em um período de 10 anos e estudado por quase uma centena de pesquisadores brasileiros em dez instituições públicas. Os estudos foram conduzidos em condições de solo e clima representativo das áreas em que se cultiva 90% do feijoeiro comum no Brasil. Foi feita uma comparação nutricional com 5 tipos de feijão cultivados por 5 anos nas regiões Centro Oeste, Nordeste, Sul e Sudeste. Os resultados obtidos mostram que esse feijoeiro é tão seguro para o meio ambiente ou para o consumo por humanos quanto os feijões que já são cultivados no Brasil. Essa tecnologia deverá reduzir sobremaneira a necessidade de aplicação de inseticidas no controle do inseto transmissor da doença (mosca branca), com ganhos econômicos e ambientais importantes.

Entendendo que os estudos de biossegurança realizados com o feijão resistente ao mosaico dourado são suficientes para demonstrar sua segurança para o meio ambiente brasileiro e para a saúde humana, a Embrapa requereu à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) a sua aprovação para cultivo comercial. Um dos valores que pautam a conduta da Embrapa é a responsabilidade socioambiental, que garante que as tecnologias por ela geradas visem sempre o benefício da agricultura , com o necessário cuidado à sustentabilidade do meio ambiente, e o benefício da sociedade brasileira. O feijoeiro transgênico da Embrapa não é uma exceção a esta regra. A Embrapa espera que a CTNBio aprove a sua liberação comercial por acreditar firmemente que esta nova variedade de feijão trará grandes benefícios para produtores e consumidores deste alimento, que não pode faltar na mesa dos brasileiros.

Concomitantemente, de acordo com a missão institucional, a Embrapa continua a conduzir pesquisas visando o aperfeiçoamento das boas práticas agronômicas para o cultivo orgânico do feijoeiro, que utiliza as variedades produzidas por melhoramento convencional. Oferecendo aos agricultores mais opções, a Embrapa concorre para que os mesmos possam atender às demandas dos diferentes consumidores.

Anexo I

Embrapa

FOLHA DE FREQUÊNCIA MENSAL

Mês/Ano: SET/2011	Unidade: DE-GPR	Setor: SRD	Jornada de trabalho: 6h diárias
Nome do Estagiário:		Matrícula:	Cargo:

Dia	1º Expediente		2º Expediente		Horas negativas não compensadas	Assinatura Estagiário(a)
	Entrada	Saída	Entrada	Saída		
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						
14						
15						
16						
17						
18						
19						
20						
21						
22						
23						
24						
25						
26						
27						
28						
29						
30						
31						

Quantidade de horas negativas a serem descontadas em folha	
LOCAL, de de	De acordo: Carimbo e assinatura do superior imediato

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª será atendido na forma regimental, Senador Eduardo Suplicy.

Senador Casildo Maldaner com a palavra, por permuta com este Senador.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente em exercício, Senador Paulo Paim, caros colegas, o Senador Eduardo Suplicy, como sempre extraordinário, vem com novas fórmulas lançadas pela Embrapa, onde esteve, para proteger o nosso feijão brasileiro.

Senador Eduardo Suplicy, o feijão brasileiro é como V. Exª diz: de norte a sul, do Chuí ao Oiapoque, de leste a oeste do Brasil, nós o prezamos muito. Conhecemos lá o nosso carioquinha, que é muito famoso no Brasil, o feijão-cavalo, o chumbinho, o preto, que é extraordinário, e há novas fórmulas até de sementes que pretendem aumentar sua resistência. Eu quero cumprimentá-lo porque V. Exª entende até disso. Entende de tudo!

Há poucos dias, saiu uma pesquisa para Prefeito em São Paulo e V. Exª disse: "Eu ainda não me inscrevi para Prefeito." Eu disse a V. Exª e repito: acho que o senhor não deve inscrever-se como candidato a Prefeito de São Paulo porque o Brasil não pode abrir mão de V. Exª e deixar que fique restrito a São Paulo. O Brasil precisa dos seus préstimos, dos seus conhecimentos, Senador Eduardo Suplicy.

Também me associo à manifestação de V. Exª em relação aos estudantes de São Paulo que vieram ao plenário para prestigiar, para conhecer a Casa.

Também me associo a V. Exª em relação a Dom Paulo Evaristo Arns – ainda ontem nós fizemos uma homenagem. V. Exª está contatando a família para ver se é possível fazermos uma homenagem conjunta, vez que ele é catarinense de nascimento, mas tem vivência em São Paulo. Se ele puder e tiver condições de vir a esta Casa... É uma ideia que V.Exª está levantando para prestar-lhe homenagem. O Brasil quer prestar homenagem a Dom Paulo Evaristo Arns. V. Exª já apresentou um requerimento à Mesa para que o Senado faça uma homenagem a ele e pediu que Santa Catarina também o subscrevesse. Agradeço muito.

Sr. Presidente, nobres colegas, amanhã Santa Catarina vai ter um dia especial na cidade de Chapecó, que fica no oeste catarinense. O oeste catarinense é uma região que fica no campo geográfico entre duas metrópoles, Buenos Aires e São Paulo. Fica mais ou menos equidistante, no campo do Mercosul, no campo geográfico, dessas duas grandes metrópoles que são Buenos Aires e São Paulo.

Amanhã, uma comitiva de Senadores – naturalmente liderada pelo Senador Luiz Henrique da Silveira, relator do Código Florestal na CCJ e na Comissão de Agricultura, que é catarinense – vai se deslocar para Chapecó, onde terá lugar, às 14 horas, o início de um grande debate sobre o Código Florestal Brasileiro, do qual participarão inúmeras cooperativas de agronegócio e outras cooperativas, produtores, demais autoridades, prefeitos, pessoas interessadas. Enfim, vamos ter milhares de pessoas e segmentos da sociedade participando dessa audiência pública. Estará presente a Comissão de Agricultura, liderada pelo Senador Acir, que é o Presidente, diversos membros da Comissão de Agricultura e da Comissão de Meio Ambiente. Vai estar lá também o Senador Jorge Viana, que é relator na Comissão de Meio Ambiente, e outros tantos colegas de diversas comissões vão participar dessa comitiva para sentir de perto o que pensam os catarinenses e diversos segmentos da sociedade organizada. Será grande a participação no encontro que teremos amanhã para discutir o Código Ambiental Brasileiro.

A audiência será presidida, como eu disse, pelo nosso colega catarinense Luiz Henrique da Silveira, contará com representantes de diversas comissões da Casa, como a de Constituição e Justiça; a de Fiscalização e Controle; a de Ciência e Tecnologia e a de Meio Ambiente. Diversos colegas estarão presentes, representantes de todos os setores, inclusive da agricultura familiar, e assim por diante.

Não podemos ignorar a importância disso tudo. Esses fatores corroboram a ideia que temos de que, no texto do Código, é preciso tratar de forma singular os diferentes biomas e configurações econômicas de cada região. É essencial, inclusive, pensarmos em numa certa autonomia em determinados aspectos, para que se estabeleçam regras em consonância com as peculiaridades geográficas e socioeconômicas – de acordo com os biomas da região brasileira, que são muito diferenciados. Temos de pensar em certa autonomia para podermos atingir, equilibradamente, as diversas regiões do Brasil.

Não podemos ignorar a importância da agricultura para a economia nacional e também no cenário internacional. Hoje, o setor já responde por 38%, Senador Paim, de nossa pauta de exportações – mais de US$76 bilhões, do total de aproximadamente US$200 bilhões. A tendência é que, se aproveitarmos as oportunidades que se apresentam, aumentemos consideravelmente essa participação.

O mundo precisa ampliar a oferta agrícola em 20% nos próximos dez anos e espera que o Brasil eleve a produção em 40%, segundo – não sou eu que digo –

a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que é ligada à FAO.

De acordo com Eduardo Condorelli, que é representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e participou dos debates desta manhã aqui no Senado – hoje houve o encontro de diversas comissões, do qual diversas personalidades participaram –, a atual legislação ambiental fez com que o avanço da fronteira agrícola só fosse possível com o uso de áreas protegidas. Ele ressaltou que, se a lei fosse rigorosamente cumprida, seria preciso diminuir a área plantada, dos atuais 232 milhões de hectares para 175 milhões.

Esses números, no entanto, não expressam o desejo de legitimar qualquer tipo de agressão às áreas de reserva ou à legislação ambiental. É preciso que isto fique muito claro: temos plena consciência da necessidade absoluta da preservação de nossos ecossistemas.

Buscamos uma convivência harmoniosa entre conservação ambiental e crescimento econômico, ou seja, desenvolvimento sustentável. Esse pensamento maniqueísta, que faz com que se oponham ambientalistas e produtores rurais, deve ser superado e transmutado em esforço conjunto, pela construção de um texto com princípios preservacionistas, sem prejuízo ao desenvolvimento da atividade agropecuária do Brasil.

É preciso lembrar, ainda, que os impactos de um crescimento desordenado vão muito além do espectro da produção rural. Ressalto, como relator da Comissão Especial de Defesa Civil desta Casa, o efeito danoso do desmatamento, do assoreamento de rios e córregos, da extinção da mata ciliar, potencializando as danosas consequências nas épocas de chuvas. Nesse sentido também atua a Comissão Temporária de Defesa Civil, patrocinada pelo Senador Jorge Viana nesta Casa.

Buscamos trilhar o caminho do entendimento e do equilíbrio para o bem de toda a Nação. Amanhã, os catarinenses terão oportunidade de oferecer sua relevante contribuição para que, no menor espaço de tempo possível, possamos votar o projeto de lei e dotar o País deste tão importante marco legal.

Trago isso à consideração nesta tarde, Sr. Presidente e nobres Colegas, em função da importância de um evento que será realizado amanhã no oeste catarinense, precisamente na cidade de Chapecó, com a presença de diversos Senadores, liderados pelo Senador Luiz Henrique da Silveira; dos Relatores, como Jorge Viana; e de outros colegas das diversas Comissões, que vão conhecer e ouvir os diversos setores organizados, Senador Jayme Campos, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Esse é o tema que, amanhã, debateremos com os setores organizados, com os agroprodutores, com as cooperativas, com as associações de diversos setores, para dali, Senador Aloysio Nunes, elaborarmos um novo marco legal para o Brasil. Essa é a ideia desse encontro de amanhã, do qual, inclusive, paranaenses e gaúchos irão participar, Senador Paulo Paim, que preside esta sessão.

Este é um momento muito importante para nós. Neste ano, vamos buscar o entendimento, para haver um direcionamento, uma diretriz clara, com segurança jurídica, para o setor produtivo, para o meio ambiente, para todos os setores.

Ouço, com a permissão da Presidência, embora o meu tempo esteja se esgotando, o Senador Jayme Campos, que quer fornecer uma colaboração nesse sentido.

O Sr. Jayme Campos (Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado, Senador Casildo. A minha intervenção será rápida. Penso que o Código Florestal é um dos mais importantes projetos que estamos discutindo no Senado Federal, no Congresso, diante da necessidade de haver um marco legal e, sobretudo, segurança jurídica em nosso País para o homem do campo. Particularmente, tenho a sensação e o entendimento de que a política florestal brasileira, a política ambiental é uma das mais firmes e consolidadas em nosso País. Penso que o Código Florestal Brasileiro é exemplo para o mundo. Eu, como brasileiro, sobretudo como homem do interior do País, como produtor rural, entendo que não poderemos, em hipótese alguma, permitir intervenções de quem quer que seja, sobretudo no que diz respeito à política externa. Muitas vezes, dá-se a entender que temos de ser quintal de quem quer que seja. O Brasil avançou nos últimos anos. Ninguém pode desconhecer que a agricultura e a pecuária brasileira estão sofrendo um avanço, estão sendo, a cada dia que passa, tecnificadas e modernizadas, haja vista que somos competitivos no mercado internacional, em que pesem as nossas deficiências, desde a aquisição de fertilizantes até a nossa exportação. Diante disso, a nossa logística é precária. No Brasil – e o comparo, sobretudo, com os Estados Unidos –, quase 70% do transporte da nossa produção, Senador Aloysio, são feitos por via rodoviária; pouco mais de 14% são feitos por via ferroviária; e 16%, pela via hidroviária. Contudo, o Brasil continua produzindo e avançando. Indiscutivelmente, a agricultura, a pecuária, as **commodities** do campo têm contribuído com a nossa balança comercial. Nesse caso, particularmente, o que defendo? Que venhamos a aprovar isso rapidamente. A maturação da discussão, a reflexão, a discussão ampla com a sociedade foi praticamente feita, e penso que está na

hora de colocarmos isso em votação. Evidentemente, aqui, haverá algumas emendas, que deverão ser votadas novamente, ou seja, elas voltarão à Câmara, para serem votadas. Espero que essa audiência pública, amanhã, capitaneada e presidida pelo Senador Luiz Henrique, Relator da matéria na CCJ, seja proveitosa. Aqui, não podemos desconhecer que o Governador naquela oportunidade, Luiz Henrique, foi realmente um homem determinado, buscando efetivamente o cumprimento da Constituição Federal, que, em seu art. 24, diz que não só a Federação, os Estados e os Municípios podem legislar concorrentemente em algumas situações, como é o caso da política ambiental, do Código Tributário etc. Portanto, meu caro Senador Casildo Maldaner, por quem tenho muito admiração, tenho a certeza de que essa audiência pública no seu Estado, Santa Catarina, na cidade de Chapecó, vai ser proveitosa. Acima de tudo, teremos a primazia de discutir um Código Florestal com a participação da sociedade brasileira e dos que querem ver, de fato, o Brasil produzindo em abundância e vendendo alimentos baratos não só para os brasileiros, mas para outros países que compõem o Planeta. Parabéns a V. Exª!

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Encerro, mas quero acolher o aparte de V. Exª, Senador Jayme Campos. Na verdade, mesmo que a matéria volte à Câmara, se pactuarmos em torno disso e se concluirmos este ano dando um novo norte para essa questão, para tranquilizarmos quem produz, quem precisa do meio ambiente e todos nós, esse será um grande avanço. Todos nós estamos imbuídos nessa caminhada, para podermos produzir com segurança. E há a tese também de que quem preserva além dos limites legais pode ter uma compensação.

As nossas florestas, Senador Paim, podem produzir algum resultado no campo econômico e social, e há condições para isso. Na região serrana de Santa Catarina, muitos preservaram os pinheiros. Alguns derrubaram as matas, os pinhais, a araucária, mas outros...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza, está sendo produzido muito pinhão em toda a região Sul. Que bom!

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É verdade.

Muitos preservaram para transformar a floresta em madeira. Hoje, isso dá resultado, como o pinhão. Das grimpas, é possível fazer, inclusive, os triquetes, para se fazer o aquecimento de lareiras em países que são muito frios. Isso tudo é possível.

Mas os que preservaram têm o direito de ter sua compensação. Isso é importante. Qualquer mata ajuda o pulmão não só do brasileiro, mas de todos. Por isso, é preciso haver a compensação no campo econômico. Tudo isso o Código deve contemplar. Temos de urbanizar o Código Florestal, até para ajudar o Tietê, no Estado do Senador Aloysio Nunes, até para ajudar em tudo isso. Acho que tudo é ajuda. Ele deve ser urbanizado porque pensa o conjunto da sociedade brasileira. É disso que precisamos. Então, vamos caminhar nessa direção.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – Amanhã, estaremos em Chapecó.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – V. Exª também vai lá?

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – É claro.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É mais uma alegria! Até São Paulo vai se fazer representar em Chapecó, incorporado nessa caravana.

Vejo que o Senador Moka, pelo jeito, deve ir lá também, porque é conhecido em todos os lugares. O Senador Moka é muito ligado a isso.

O Senador Jayme será padrinho amanhã, à noite, em Cuiabá, mas, em pensamento, estará presente lá.

A Senadora Ana Amélia, há pouco, disse que vai estar lá; se não for possível estar presente fisicamente, ela estará lá em pensamento. Vai tentar fazer com que isso seja possível.

Assim, a gente vê que esse encontro vai ser extraordinário!

Muito obrigado, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.142, DE 2011

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requeiro a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 280, de 2007, que dispõe sobre a produção, programação e provimento de conteúdo brasileiro para distribuição por meio eletrônico e dá outras providências, com o PLS nº 182, de 2009, que dispõe sobre o serviço de televisão por assinatura, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Comissões, – Senador **Walter Pinheiro.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.143, DE 2011

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas

ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega, informações a respeito da revisão pelo Banco Central dos procedimentos contábeis dos bancos comerciais para fins de demonstração, aferição e fiscalização por parte dos municípios acerca dos eventos tributáveis pelo Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), especialmente após a edição da Lei Complementar n° 116/2003.

Justificação

Com a edição da Lei Complementar n° 116/2003, foi ampliado o rol de eventos tributáveis pelo Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) em relação aos serviços prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Entretanto, uma série de dificuldades de natureza técnica tem obstado as administrações municipais na fiscalização dos estabelecimentos bancários, especialmente na identificação dos eventos tributáveis e o montante arrecadado aos clientes para posterior recolhimento.

Isso decorre, em parte, da incipiência dos municípios nos atos fiscalizatórios dessa natureza e da carência de profissionais habilitados para tanto, mas também em virtude de rotinas contábeis não harmônicas com as previsões legais. A contabilidade bancária é feita de forma centralizada, sem participação efetiva das agências, e, regra geral, não há transferência para as agências dos balancetes e do produto das receitas que lhe competem. Ademais, a receitas são contabilizadas de forma genérica, por exemplo, no agrupamento de conta 7.1.7.00.00-9 – Receita de Prestação de Serviços, não discriminando os que são tributáveis pelo ISS.

Há casos de correlação biunívoca entre a intitulação das subcontas do Plano Contábil das Instituições Financeiras (COSIF) e os eventos tributáveis pelo ISS na Lista de Serviços, item 15, subitens 15.01 a 15.18, apensa à Lei Complementar n° 116/2003. Este é o caso, por exemplo, da subconta 7.1.7.95.07-6, aberta para registrar o fornecimento de talões de cheques aos correntistas, evento tributável pelo ISS.

Contudo, infelizmente o exemplo apenas confirma a regra, mas nos dá o alento de constatar que é possível a adequação na escrituração contábil dos bancos, sem maiores prejuizos, de sorte a amparar os entes subnacionais no exercício do poder de polícia para bem cumprir suas competências tributárias.

Destacamos, por fim, que a preocupação dos entes interessados é consoante com os princípios de responsabilidade fiscal dispostos na Lei Complementar n° 101/2000, especialmente dispostos no art. 48-A, II, daquele certificado normativo.

A clareza e a publicidade das informações sobre o lançamento e o recebimento das receitas públicas nos revigora e mobiliza nosso apoio à iniciativa.

Sala das Sessões, – Senador **Vital do Rêgo.**

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 1.144, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de congratulações pelo aniversário de 90 anos do cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo emérito de São Paulo.

Justificação

O cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, completou ontem, 14 de setembro, 90 anos com uma missa celebrada na capela da casa das Irmãs Franciscanas da Ação Pastoral, onde mora, em Taboão da Serra, São Paulo.

O cardeal Dom Odilo Pedro Scherer, atual arcebispo da arquidiocese, presidiu a missa, ao lado do cardeal Dom Cláudio Hummes, que substituiu Dom Paulo em 1998 e depois foi transferido para Roma como prefeito da Congregação do Clero, cargo que ocupou até outubro de 2010. Oito bispos e 15 padres também participaram da cerimônia, assistida ainda por familiares e amigos próximos de Dom Paulo.

Nasceu em Forquilhinha, no interior de Santa Catarina, sendo nomeado arcebispo de São Paulo em 1970. Foi proclamado cardeal em 1973, pelo papa Paulo VI. Entre sua ordenação em 30 de novembro de 1945, como Franciscano, em Petrópolis, RJ, e sua aposentadoria, em função de normas eclesiásticas, como Arcebispo de São Paulo, em 16 de maio de 1998, recebeu uma centena de títulos, todos eles envolvendo altos graus acadêmicos e grandes homenagens públicas, além de ter publicado cerca de 50 livros.

A principal marca de sua vida foi a dedicação aos mais pobres e necessitados. Sua atuação pastoral foi voltada aos habitantes da periferia aos trabalhadores, à formação de Comunidades Eclesiais de Base (CEB) nos bairros, principalmente, os mais pobres e à defesa e promoção dos direitos da pessoa humana. Uma de suas obras que se notabilizou foi a criação da Pastoral da Criança, na cidade de São Paulo, em 1985, com a ajuda de sua irmã, a pediatra Zilda Arns Neumann que hoje se espraiou para mais de uma dezena de países.

Durante a ditadura militar na década de 1970, ficou conhecido no Brasil e no exterior – junto com D. Hélder Câmara, o rabino Henry Sobel e outros líderes religiosos – na luta pelo fim das torturas e restabelecimento da democracia no país. Nessa empreitada, teve a colaboração de outros brasileiros reunidos na Comissão de Justiça e Paz da arquidiocese de São Paulo, como Dalmo Dallari, José Carlos Dias, Fábio Comparato, José Gregori, Waldemar Rossi – operária da Frente Nacional do Trabalho –, Luiz Eduardo Greenhalgh, Plínio de Arruda Sampaio, Cândido Mendes Almeida, Margarida Genèvois, Marina Bandeira, Pe. Virgílio Leite Uchoa, Tibor Sulik, Wagner Rocha D'Angellis, entre outros.

Entre 1979 e 1985, D. Paulo, juntamente com o Pastor presbiteriano Jaime Wdght coordenou o Projeto Brasil: Nunca Mais, realizado clandestinamente, gerou uma importante documentação que auxiliou a compreensão de um período – ainda que muito triste – da nossa história.

Parabéns Dom Paulo Evaristo Arns!

O Senado Federal e a sociedade brasileira felicitam-no pelos seus noventa anos de amor e dedicação para a construção de uma Nação mais justa, fraterna e alegre.

Sala das Sessões,

Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**

CASILDO MALDANER – SC

REQUERIMENTO Nº 1.145, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos, pelos 30 anos do Programa Viva Maria, da Rádio Nacional, comemorado no dia 14 de setembro, bem como seja encaminhado o referido voto a Senhora Mara Régia Di Perna, no seguinte endereço: SCS Quadra 8 Bloco B-60, 1º Piso Inferior – Ed. Venâncio 2000 – Brasília/DF - CEP: 70.305-000.

Justificação

No dia 14 de setembro de 1981, a radialista Mara Régia estreava, pelas ondas da Rádio Nacional, um programa dedicado à luta pelos direitos das mulheres. A Rádio Nacional foi o primeiro veículo de comunicação do País a dar identidade e voz às histórias de tantas e tantas Marias, numa iniciativa pioneira que contribuiu para tornar o programa Viva Maria referência para o rádio brasileiro.

O programa contribuiu nas muitas conquistas que as mulheres alcançaram. Dentre elas a criação da primeira Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher (DEAM) e do Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal, resultados de vigorosas campanhas públicas impulsionadas pelo programa Viva Maria.

Em 1990, o programa deixou de ser exibido em virtude de a jornalista Mara Régia ter sido afastada da Rádio Nacional. Há época realizava-se em San Bernardo, na Argentina, o V Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe, que congregava, entre as participantes, um grande número de jornalistas e comunicadoras de diferentes países da região. Num gesto de reconhecimento da luta realizada pelo programa, o dia 14 de setembro, data da inauguração do Viva Maria, foi definido como o "Dia Latino-Americano da Imagem da Mulher nos Meios de Comunicação". Hoje consta do calendário oficial da ONU Mulheres e é comemorado em todos os países da América Latina.

De volta à programação da Rádio Nacional desde 2004, o Viva Maria vai ao ar de segunda a sexta-feira, em diferentes horários, pela Rádio Nacional da Amazônia, Rádio Nacional de Brasília, Rádio Nacional do Rio de Janeiro e Rádio Nacional do Alto Solimões e também está disponível para download gratuito na página da Radioagência Nacional.

Parabéns a todos e todas que contribuíram para a criação desse importante Programa!

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2011. – Senadora **Vanessa Grazziotin.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.146, DE 2011

Nos termos do que prescreve o art. 50 da Constituição Federal e nos arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal e tendo em vista a importância da ampliação da rede banda larga em todas as regiões do país, principalmente, no norte do país, onde o acesso à internet rápida e de qualidade é muito restrita e onerosa ao consumidor, solicito ao **Ministro das Comunicações**, que sejam prestadas as seguintes informações:

1. Quais são as metas anuais previstas para os investimentos a serem realizados pelas empresas privadas no setor de internet de banda larga, a partir do plano de desoneração de PIS/COFINS proposto por este Ministério;

2. Quais os motivos que levam a crer que a desoneração de PIS/COFINS destes segmentos serão suficientes para o aumento dos investimentos no setor de internet, principalmente, para a região norte que não conta com uma rede ampla de banda larga;
3. Qual o montante estimado por este Ministério a ser investido até 2014. Especificar por estado;
4. Com a desoneração do setor a partir de 2012 será possível aumentar significativamente a banda larga na região norte do país antes da Copa do Mundo de 2014?

Justificação

O acesso à internet rápida, de qualidade e barata ainda é muito restrita no Brasil como um todo, uma vez que os investimentos, segundo os esclarecimentos das empresas privadas, são muito onerosos e não contam com o apoio governamental, sem que haja incentivos para a ampliação da rede banda larga.

Essa situação torna-se ainda mais crítica quando analisado o acesso à banda larga na região norte do país, onde as empresas pouco se interessam em investir valores mais vultosos, uma vez que o mercado consumidor brasileiro está mais concentrado em outras regiões do país, como sul e sudeste.

Nesse sentido, para que haja maior investimento no setor nas localidades mais longínquas do país, onde os valores a serem aplicados são necessariamente mais custosos para as empresas desse setor, faz-se necessário criar mecanismos de incentivos às empresas do setor de tecnologia.

Com isso, foi recentemente publicado que este Ministério realizou um estudo acerca do tema ora debatido e enviou uma proposta de desoneração de PIS/COFINS para os equipamentos de rede, fibra ótica e construção civil, tendo como intuito o aumento da rede de internet em todo o país, tendo como contrapartida o investimento em áreas com densidade habitacional menor para usufruir de uma redução de 10% dos custos.

Tal fato revela a importância do aumento da rede de fibra ótica do país, uma vez que o crescimento nacional perpassa por uma rede de comunicação de alta velocidade rápida e eficiente, sendo inclusive uma forma de atração, também, para os investimentos externos nas mais diversas áreas.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2011. – Senadora **Vanessa Grazziotin.**

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 1.147, DE 2011

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega, informações a respeito das operações de renegociação de dívida envolvendo os Bancos do Brasil e do Nordeste e os produtores rurais da região Nordeste:

1. Informações a respeito das operações de financiamento e refinanciamento rurais celebrados pelos Bancos do Brasil e do Nordeste com os produtores da região Nordeste, destacando os casos particulares da Paraíba;
2. O número de operações renegociadas e de mutuários envolvidos com base em cada instrumento legal, o enquadramento por faixa de valores na origem e por fonte de recursos, se for o caso; o volume total negociado;
3. O saldo devedor atual dos refinanciamentos e os contratos renegociados ou não que estejam em atraso e em processo de execução;
4. O valor total e o número de operações da carteira de crédito de cada instituição, por fonte de recursos, estratificação de valores por faixa e encargos praticados.

Justificação

Os produtores rurais do Nordeste têm convivido com situação de quase insolvência devido a eventos climáticos e biológicos, comprimindo sobremaneira a já reduzida margem da atividade primária.

Aliado a isso, há de se destacar a peculiaridade da organização das cadeias produtivas locais, desarticulada como efetiva cadeia de suprimentos e alijando os produtores de melhor projeção nos mercados de insumos e de fatores. O mesmo ocorre junto aos mercados consumidores: a baixa especialização da cadeia exporta para outras regiões ou países a agregação de valor e, com ela, os empregos qualificados e significativas porções de lucro.

Com base no exposto, sucessivos instrumentos legais têm garantido condições mais benéficas para que os devedores honrem com os seus compromissos. De outra forma, a positivação bancária os afasta dos meios necessários à produção, agroindustrialização, estocagem e pré-comercialização, quer seja por fontes onerosas de recursos, quer por fontes operacionais. Os problemas cadastrais os colocam em situação de desvantagem nas negociações e agravam o quadro socioeconômico desfavorável.

Ocorre que, se o quadro não é tão mais benéfico quanto se projetou com a adoção das condições privilegiadas, é porque provavelmente as medidas terão sido insuficientes para garantir a sustentabilidade de uma das políticas públicas mais sensíveis e relevantes, de fomento ao agronegócio.

Nesse diapasão, e no momento em que o Ministério da Fazenda promove ampla revisão no Manual de Crédito Rural, reconhecemos a oportunidade de apoiar as iniciativas, provendo os atores interessados com os dados e informações para mais bem se posicionarem no debate.

Assim, nos unimos ao pleito da Federação da Agricultura e Pecuária da Paraiba (FAEPA) para que seja exposto o alcance das medidas tomadas até então, de sorte a que as novas regras tenham o condão de afastar as situações de insolvência dos produtores rurais e os débitos duvidosos dos bancos com as linhas de crédito rural. Ainda que, para tanto, seja necessário novo aperfeiçoamento legal. – Senador **Vital do Rêgo.**

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.148, DE 2011

Requeiro, nos termos regimentais, seja aprovado voto de pesar pela morte do Professor Doutor Expedito Parente, aos 70 anos, na madrugada da última terça-feira, 13 de setembro de 2011.

Justificação

O Ceará está de luto pela morte do seu filho ilustre Expedito Parente, engenheiro químico, professor da Universidade Federal (UFC) e mundialmente conhecido como o pai do biodiesel. Em 1980, ele registrou a primeira patente mundial desse combustível, extraído do óleo de algodão, pelo que mereceu e recebeu o reconhecimento público das Nações Unidas, de agências do governo norte-americano, como a NASA, e de grandes empresas como a Boeing.

Conto com o apoio dos ilustres pares a esta homenagem póstuma, de vez que o grande e devotado cientista cearense foi precursor da revolução tecnológica, econômica e social que hoje se traduz na difusão mundial da agroenergia e dos combustíveis alternativos graças ao pioneirismo, à excelência e à garra de brasileiros como ele.

Sala das Sessões, de setembro de 2011. – **Eunício Oliveira**, Senador da República, PMDB/CE.

REQUERIMENTO N° 1.149, DE 2011

Requeiro, nos termos regimentais, seja aprovado voto de aplauso deste Senado da República à Fundação Edson Queiroz, presidida pelo Sr. Airton Queiroz, na oportunidade do nono aniversário da Campanha "Doe de Coração", que ajudou a fazer de Fortaleza (CE) o terceiro maior centro de transplantes de órgãos do País, permitindo que numerosas vidas sejam salvas diariamente.

Justificação

Há nove anos, a Fundação Edson Queiroz iniciou uma campanha intitulada "Doe de Coração", com a finalidade de ajudar a combater a ignorância e o preconceito que cercavam – e, infelizmente, ainda cercam – a decisão das famílias de doarem órgãos e tecidos a partir da morte encefálica de entes queridos.

Hoje, o sucesso dessa iniciativa se reflete nos números que a campanha, associada à multiplicação de comitês intra-hospitalares, a crescente capacitação de profissionais de saúde e o reforço dos investimentos públicos e privados em equipamentos, ajudou a produzir. Na capital cearense, hoje o terceiro centro nacional de transplantes, nos oito primeiros meses deste ano, já foram realizados 685 procedimentos ante os 585 realizados no mesmo período de 2010.

Desde que a campanha foi lançada, pesquisas mostram que o índice de rejeição das famílias aos transplantes caiu de 35% para 20%.

No Ceará e em todo o Brasil, as filas de espera ainda são longas. Por exemplo, até o dia 22 de agosto último, apenas em Fortaleza, 1.038 pacientes esperavam transplantes de córnea, rim, coração, fígado, pâncreas, pulmão e medula óssea.

A presente proposição, ao mesmo tempo, que procura enaltecer o excepcional trabalho realizado pela Fundação Edson Queiroz, pretende contribuir para a sua divulgação, ajudando, assim, a chamar cada vez mais a atenção das autoridades da saúde e da sociedade brasileira para essa importante questão humanitária.

Por isso, espero contar com o apoio dos nobres pares à aprovação deste Requerimento.

Sala das Sessões, de setembro de 2011. – **Eunício Oliveira,** Senador da República, (PMDB/CE).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.150, DE 2011

Nos termos do art. 13, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, como Relator da Comissão Temporária de Defesa Civil, requeiro licença para ausentar-me dos trabalhos da Casa nos

dias 21 e 22 de setembro de 2011, quando estarei com ônus para a Casa, participando do VIII Fórum Nacional de Defesa Civil, a realizar-se no Centro Cultural e de Exposição Ruth Cardoso, no Município de Maceió/AL.

Brasília, 14 de setembro de 2011. – **Casildo Maldaner**, Senador

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Meus cumprimentos, Senador Casildo Maldaner.

Quero dizer que li, ontem, da tribuna, um documento da Fetag, Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Sul, e da Contag, a pedido deles, que está exatamente na linha do seu pronunciamento: buscar o bom-senso, no campo da razoabilidade, fazendo com que se preserve o meio ambiente, mas também a nossa produção na área rural.

Parabéns a V. Exª!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) –

ORDEM DO DIA

Transcorre hoje a terceira sessão em que se encontra na pauta o **Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2011**, proveniente da Medida Provisória nº 534, de 2011. No entanto, ainda não está disponibilizado o relatório da referida matéria.

Dessa forma, conforme acordo de Lideranças, a matéria deixa de ser apreciada, permanecendo sobrestadas as deliberações legislativas.

É o seguinte o item:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 23, DE 2011

(Proveniente da Medida Provisória nº 534, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2011, que *altera o art. 28 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para incluir no Programa de Inclusão Digital Tablet PC produzido no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo; altera as Leis nºs 10.833, de 29 de dezembro de 2003; 11.482, de 31 de maio de 2007; 11.508, de 20 de julho de 2007; 8.212, de 24 de julho de 1991; revoga dispositivo da Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de 2011*.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as demais matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 467, DE 2008-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 451, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008-Complementar, da Senadora Ideli Salvatti, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional.

Parecer sob nº 1.575, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE, que apresenta.

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2010-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 475,de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2010-Complementar (nº 12/2003-Complementar, na Casa de origem, do Deputado Sarney Filho), que fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2010

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 476, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010 (nº 219/2003, na Casa de origem, do Deputado Reginaldo Lopes), que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei

nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 janeiro de 1991, e dá outras providências.

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2007

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007 (nº 3.933/2004, na Casa de origem), que inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências.

Parecer sob nº 534, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com a Emenda nº 1-CRA de redação, que apresenta, com voto vencido, da Senadora Marisa Serrano.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, DE 2011

(Reforma Política)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que altera os arts. 46 e 56 da Constituição Federal, para reduzir de dois para um o número de suplentes de Senador; vedar a eleição de suplente que seja cônjuge, parente consangüíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção do titular e dá outras providências.

Parecer sob nº 382, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Henrique, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2011

(Reforma Política)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que altera os arts. 28, 29 e 82 da Constituição Federal, para estabelecer mandato de cinco anos para Presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeitos e mudar a data das respectivas posses.

Parecer sob nº 633, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Renan Calheiros, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Pedro Taques, Inácio Arruda, Pedro Simon, Alvaro Dias e Waldemir Moka.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2011

(Reforma Política)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que acrescenta o § 3º ao art. 45 da Constituição Federal para exigir que lei ou Emenda Constitucional que altere o sistema eleitoral seja aprovada em referendo para entrar em vigor.

Parecer favorável, sob nº 661, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá, com votos contrários do Senadores Demóstenes Torres e Humberto Costa.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 2011

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.

Parecer, sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

Relator *ad hoc*: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2007 (no 3.129/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Valverde), que altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos.

Pareceres favoráveis, sob nos 364 e 365, de 2011, das Comissões de Ciência, Tecno-

logia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Cristovam Buarque; e de Assuntos Sociais, Relator: Senador Casildo Maldaner.

11
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 37 da Lei n° 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, do Senador Demóstenes Torres, que regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.

Pareceres sob nº 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, nos termos do Substitutivo, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas ao Substitutivo, em turno suplementar, perante à Comissão): favorável, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 136, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 136, de 2011 (nº 2.845/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Privilégios e Imunidades do Tribunal Penal Internacional, celebrado durante a Primeira Assembléia de Estados Partes no Estatuto de Roma, realizada em Nova Iorque, entre os dias 3 e 10 de setembro de 2002.

Parecer favorável, sob nº 887, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 141, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 2011 (nº 2.864/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, assinado em Bruxelas, no dia 4 de outubro de 2009.

Parecer favorável, sob nº 888, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 179, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2011 (nº 1.655/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa sobre a Cooperação Descentralizada, celebrado em São Jorge do Oiapoque, em 12 de fevereiro de 2008.

Parecer favorável, sob nº 889, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Randolfe Rodrigues.

16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 181, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 2011 (nº 15/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Isenção Parcial de Vistos, assinado em Kiev, em 2 de dezembro de 2009.

Parecer favorável, sob nº 890, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Anibal Diniz.

17
REQUERIMENTO Nº 1108, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2007, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do Distrito

Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de cento e vinte dias, promover amplo debate e propor medidas concretas para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno.

18

REQUERIMENTO Nº 932, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 932, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Excelentíssimo Senhor Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri, em virtude de matéria veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, na edição de 31 de julho deste ano.

19

REQUERIMENTO Nº 1055, DE 2011

(Reforma Política)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.055, de 2011, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando que a Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2011, seja desapensada da Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2011, a fim de que tenham tramitação autônoma (sistema eleitoral proporcional de listas pré-ordenadas).

20

REQUERIMENTO Nº 1068, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.068, de 2011, da Senadora Ana Amélia, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2008, com o Projeto de Lei do Senado nº 408, de 2009 (que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2009) com os Projetos de Lei do Senado nº 431, de 2003; 406, de 2005; 181, 196 e 495, de 2007; 150 de 2009; e 106, de 2011, por regularem matérias correlatas (normas sobre alimentos).

21

REQUERIMENTO Nº 1100, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.100, de 2011, da Senadora Marta Suplicy, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (altera nome do Programa Bolsa Escola).

22

REQUERIMENTO Nº 1123, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.123, de 2011, do Senador Armando Monteiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (contratação de estagiários na Administração Pública).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica ao Plenário que foi protocolado na Secretaria-Geral da Mesa recurso no sentido da apreciação pelo Plenário do **Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2011**, que altera dispositivos da Lei nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009.

No entanto, o referido recurso deixa de ser lido por não conter o número de subscritores mínimo, previsto no § 4º do art. 91 do Regimento Interno.

Tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais, o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2011, vai à sanção, projeto que foi relatado pelo Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Recurso nº 15, de 2011**, interposto no prazo regimental, no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2010, que dispõe sobre a jornada de trabalho do fonoaudiólogo e altera a Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981.

É o seguinte o Recurso:

RECURSO Nº 15, DE 2011

Nos termos do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, interpomos recurso com o objetivo de que o Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2010 – aprovado em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Sociais – seja submetido à apreciação do Plenário desta Casa.

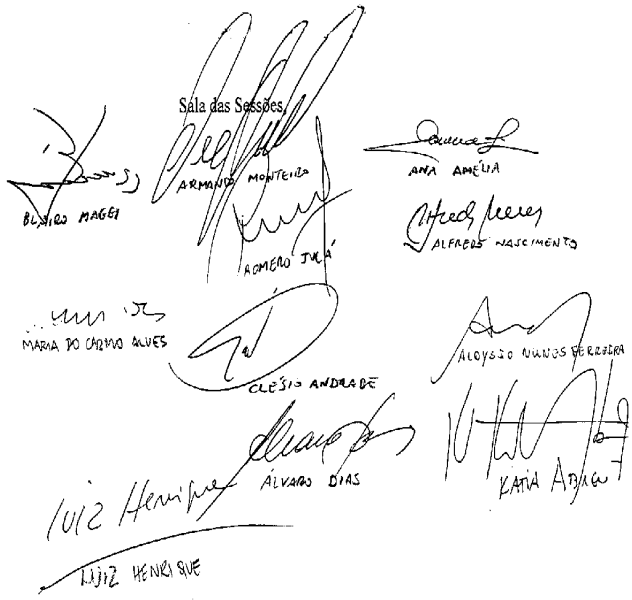
Justificação

O Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2010, estabelece que a jornada de trabalho dos fonoaudiólogos empregados deve ser, no máximo, de 30 horas semanais sendo vedada a redução de salários para a categoria.

Entendemos, entretanto, que a proposta pode resultar em situação diversa daquela que se pretende alcançar, gerando restrições, pelo mercado, à contra-

tação de fonoaudiólogos. Assim, se faz necessária uma reflexão mais aprofundada por parte de todos os senhores Senadores sobre o projeto. Essas são as razões pelas quais apresentamos o presente recurso à Presidência desta Casa.

Sala das Sessões,



RECURSO Nº 15, DE 2011

Nos termos do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, interpomos recurso com o objetivo de que o Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2010 – aprovado em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Sociais – seja submetido à apreciação do Plenário desta Casa.

Justificação

O Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2010, estabelece que a jornada de trabalho dos fonoaudiólogos empregados deve ser, no máximo, de 30 horas semanais sendo vedada a redução de salários para a categoria.

Entendemos, entretanto, que a proposta pode resultar em situação diversa daquela que se pretende alcançar, gerando restrições, pelo mercado, à contratação de fonoaudiólogos. Assim, se faz necessária uma reflexão mais aprofundada por parte de todos os senhores Senadores sobre o projeto. Essas são as razões pelas quais apresentamos o presente recurso à Presidência desta Casa.

Sala das Sessões, – Senador **Armando Monteiro.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, **c**, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidenta da República a **Mensagem nº 377, de 2011**, na origem, encaminhando Informações Complementares ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2011, *que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012*, nos termos do art. 10 da Lei nº 12. 465, de 12 de agosto de 2011.

O expediente, autuado como Volume VIII e juntado ao processado do **Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2011**, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

A matéria será publicada em Suplemento ao **Diário do Senado Federal** de 16 de setembro do corrente.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Voltamos aos nossos oradores.

Nesse momento, falará, após a Ordem do Dia, o Senador Jayme Campos, como Líder do DEM. Em seguida, falará o Senador Pedro Simon.

Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei muito rápido.

Vim aqui a esta tribuna para fazer uma pequena homenagem à Empaer, do nosso Estado de Mato Grosso.

Com gratificante orgulho e regozijo, ocupo hoje esta tribuna para expressar minhas congratulações à Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER), pelo transcurso, no dia de hoje, de seu 47º aniversário de fundação.

Instituída a partir da fusão da Empresa de Pesquisa Agropecuária e da Companhia de Desenvolvimento Agrícola, das quais é sucessora, a Empaer é uma sociedade de economia mista, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio e autonomia administrativa e financeira, sendo mantida com recursos públicos oriundos de Estados e Municípios, do Governo Federal e de arrecadação própria e outras receitas.

Em Mato Grosso, o Serviço de Extensão Rural foi constituído oficialmente no dia 15 de setembro de 1964, com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural de Mato Grosso, um marco histórico para a agricultura e a pecuária. Com sua extinção, em 1976, tal responsabilidade transferiu-se às referidas antecessoras, que assim se mantiveram até 1992.

Ao longo dos seus 47 anos, a Empaer tem estado ao lado dos agricultores, incentivando o desenvolvimento rural e difundindo novas tecnologias para os

pequenos e médios produtores, a fim de gerar a garantia do desenvolvimento econômico das famílias rurais.

Com atuação em 94% dos Municípios do Estado, atende, por ano, aproximadamente, 35 mil produtores rurais e está presente em 458 assentamentos e em 864 comunidades rurais. A empresa disponibiliza os serviços de assistência, extensão, pesquisa e fomento aos agricultores familiares por meio da operacionalização de 135 escritórios locais e nove regionais, dois centros de pesquisa, seis campos experimentais, quatro viveiros de produção e um núcleo de laboratório. Toda essa estrutura conta com a força de trabalho dos seus 574 funcionários.

A enorme importância da agricultura e da pecuária de Mato Grosso, como base da geração de emprego e renda e da movimentação da economia dos Municípios, evidencia-se pelo levantamento dos técnicos da empresa, segundo o qual meu Estado possui mais de 188 mil agricultores, sendo 140 mil familiares e 48 mil de médio e grande porte. Tal estudo revela que 30% dos agricultores exercem a pecuária de leite como atividade econômica, com uma média de produção de 70 litros de leite no período das chuvas, e 40 litros na seca, com um plantel de um milhão de vacas de leite, seguindo para a fruticultura, olericultura, mandioca, seringueira e outras.

Ante a pujança de nossa economia, impulsionada pelo agronegócio, temos que parabenizar a Empaer pelos inestimáveis préstimos que vem oferecendo nessas quase cinco décadas de uma existência de êxito.

Eu não poderia, todavia, encerrar meu pronunciamento sem render aqui merecidas homenagens aos homens que fazem a história da Empaer. Entre eles, Senador Aloysio, ressalto o nome do nosso sempre saudoso amigo Jonas Pinheiro, extensionista rural, Deputado Federal, Senador da República, a quem, certamente, a agricultura e a pecuária do meu Estado devem muito. Foi um dos homens que acreditou nos cerrados deste Brasil central.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP. *Fora do Microfone*.) – No cooperativismo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM - MT) – No cooperativismo, sem dúvida alguma. Lembro muito bem, na década de 70, o Polocentro, lançado nessa vasta região do Brasil, e Jonas Pinheiro foi um dos grandes precursores na região do Médio e do Baixo Araguaia. E aqui eu não poderia deixar de render as minhas homenagens a este grande homem público que, sem sombra de dúvida, deixou marcas indeléveis na história na administração pública deste País.

Quero prestar também minhas homenagens ao ilustre Deputado Federal Bento Machado Lobo. Além de Deputado Federal, foi Prefeito de Cuiabá e também extensionista rural, lá no nosso Estado; Edésio Cardoso, extensionista rural, professor universitário e diretor de vários órgãos vinculados ao meio rural; Eucário Antunes Queiroz, igualmente extensionista rural, professor universitário e diretor de vários órgãos vinculados ao meio rural; assim como o também extensionista rural Gabriel dos Anjos, em meio a outros tantos valorosos pioneiros cujos nomes não me vêm à memória neste momento.

Com essas palavras, estatísticas e sucintas considerações, fica aqui registrado o meu preito de reconhecimento e, com ele, as mais efusivas felicitações à Empaer, pessoalmente extensivas aos seus dirigentes e dedicados colaboradores, ao tempo em que destaco minha inabalável confiança na continuidade do seu sucesso e a plena certeza de sua consolidação como uma empresa moderna, atualizada, contemporânea e de conhecida eficiência no cumprimento de sua elevada missão, para orgulho dos mato-grossenses e de todo o povo brasileiro.

Sr. Presidente, essas são as minhas palavras no dia de hoje, para homenagear os trabalhadores da Empaer, grande empresa que, sem sombra de dúvida, contribuiu, ao longo dos seus 47 anos de sua história, com relevantes serviços para o nosso Estado. Diante do que, indiscutivelmente, hoje, Mato Grosso é um dos maiores produtores de soja, de algodão e tem o maior rebanho bovino.

Certamente, o que nós aguardamos hoje é que seja aprovado o Código Florestal brasileiro.

O que não podemos é vivenciar ou conviver com essa insegurança jurídica que, lamentavelmente, tem trazido intranquilidade ao campo brasileiro. Particularmente, acho também que o Governo Federal tem uma nobre missão, meu caro Senador Aloysio, diante da situação que, infelizmente, hoje, é precária na questão da regulação fundiária em algumas regiões do Brasil. Nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, nós convivemos, infelizmente, Senador Paulo Paim, com essa intranquilidade. Vou dar um exemplo para o senhor: Mato Grosso tem quase 500 assentamentos, 90% deles de trabalhadores assentados pelo próprio Governo Federal, que não têm até hoje acesso ao documento da terra. Seria o maior avanço, no que diz respeito ao campo neste Brasil, se o Incra, o MDA, de fato, cumprissem com a sua obrigação, com a sua missão para com aqueles cidadãos que estão ali à margem, muitas vezes, de políticas públicas, como está a grande maioria. Falta de crédito, falta de uma política de preço mínimo, não tem estrada, não tem saúde, não tem educação, etc. etc. E do Governo, lamentavelmente, Senador Aloysio Nunes, até agora não vi nenhuma ação.

Já aprovamos aqui, V. Exª é testemunha, estava aqui, uma medida provisória permitindo que fosse feita a regulação fundiária em 67 milhões de hectares na vasta região do Brasil, aqui, essa região amazônica, e até agora quase ou pouco ou nada foi feito. Uma medida provisória dando condições e autonomia para o MDA buscar essa regulação fundiária; ou seja, até 1,5 mil hectares, estava autorizado a proporcionar, naturalmente, essa regulação. Entretanto, as informações que tenho são de que, até agora, não aconteceu nada. Essa mesma medida provisória autorizava o Governo Federal, o Poder Executivo a repassar para o MDA R$ 170 milhões para contratação de empresas para fazer o georreferenciamento nessas áreas e a titulação, mas, infelizmente, nada. Toca profundamente meu coração como cidadão, como cristão e, sobretudo, como político, porque tenho cinco mandatos outorgados pelo povo do meu Estado. Fui Governador, sou Senador, fui três vezes Prefeito. Meu irmão foi Governador, Senador, três vezes Deputado Federal, Prefeito. Nós temos compromisso com aquele povo, que sempre nos acreditou, sempre nos depositou seu voto de confiança e nos outorgou essa procuração. Todavia, nós nos sentimos impotentes para fazermos com que essa população menos afortunada, aquele cidadão que depende efetivamente do Governo seja, com certeza, atendido naquilo que é mais do que justo, que é dar a ele a garantia da titularidade daquela terra em que ele está ali plantando, produzindo, e, lamentavelmente, o Governo não tem dado essa assistência necessária.

Assim, rendo minhas homenagens aos 574 trabalhadores da Empaer, na certeza de que serão sempre aquelas pessoas preocupadas em levar não só assistência técnica e pesquisa. Acima de tudo, o extensionista rural é verdadeiramente um conciliador mesmo daqueles pequenos produtores rurais; ele passa a ser padre, juiz, etc. ali na assistência que faz aos milhares de produtores rurais daquele Estado.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Jayme Campos, ex-governador de Mato Grosso, defendendo um Código Florestal equilibrado. Ao mesmo tempo em que respeita e defende os grandes produtores, defende também os pequenos, coisa que nós todos fizemos. Temos que saber fazer essa mediação para que ambos cresçam. Parabéns a V. Exª!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo a palavra neste momento, como orador inscrito, ao Senador Aloysio Nunes, Senador por São Paulo.

Antes, me permita que eu leia: em votação o **Requerimento nº 1.140, de 2011**, do Senador Sergio Petecão, que solicita licença para se ausentar dos trabalhos da Casa no período de 6 a 16 de outubro do corrente ano, a fim de participar, na qualidade de observador parlamentar, dos trabalhos da 66ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Nova York, Estados Unidos da América.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ainda me permita, Senador – vou lhe dar o tempo adequado –, porque eu deveria ter lido estes expedientes há alguns minutos e não o fiz.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República, nos termos do artigo 19 da Lei 11.653, de 7 de abril de 2008, a **Mensagem nº 90, de 2011 – CN,** que encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Avaliação do Plano Plurianual para o período 2008/2011, ano base 2010.

Nos termos do art. 120 da Resolução nº 1, de 2006 – CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação da matéria:

– até 20-9 – prazo para publicação e distribuição dos avulsos da matéria;
– até 5-10 – prazo para apresentação de relatório;
– até 13-10 – prazo para apresentação de emendas ao relatório; e
– até 20-10 – prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

A matéria será publicada em suplemento do **Diário do Senado Federal** de 16 de setembro do corrente.

A mensagem vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com a palavra, o nobre Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores visitantes. No início desta legislatura, a Presidente Dilma Rousseff, num gesto pouco usual, compareceu ao Congresso para, de viva voz, transmitir aos representantes da nação a sua mensagem, a mensagem de abertura do ano legislativo.

Lembro-me do discurso de Sua Excelência, e um dos pontos mais aplaudidos daquele discurso repleto de bons propósitos me chamou a atenção. Foi quando Sua Excelência se referiu ao tema da reforma política como uma tarefa que precisaríamos empreender juntos para dar outra qualidade à democracia brasileira. Ela foi aplaudida por todos os representantes do povo brasileiro ali reunido, Senadores e Deputados.

De lá para cá o Congresso Nacional, o Senado e a Câmara dos Deputados, paralelamente, têm trabalhado na elaboração de propostas visando a reformar, a modificar uma série de instituições que configuram o nosso sistema político-eleitoral.

Estamos chegando ao final da tarefa aqui, pelo menos no que diz respeito à Comissão de Constituição e Justiça, e confesso que me fica certa frustração ao fazer um balanço, ainda que provisório, dos nossos trabalhos. Uma série de temas foram abordados, passamos horas reunidas, discutindo. É claro que uma série de temas importantes tiveram suas soluções encaminhadas com o aplauso de todos, como, por exemplo, a mudança das regras da suplência de Senador, que tanto desconforto causam e que acabam por erodir a legitimidade do Senado perante os eleitores.

Discute-se a proibição da coligação nas eleições proporcionais. Essa proibição da coligação é, na verdade, contradição com a própria noção, a própria idéia, a própria essência da eleição proporcional, que visa ver qual é a proporção que cada partido obtém da opinião pública, dos eleitores, em cada eleição.

Eu creio que o que mais chamou a atenção dos Deputados e Senadores foi indubitavelmente o nosso sistema eleitoral.

Ao longo desses meses, foi-se decantando uma posição, que tem o apoio do Partido dos Trabalhadores e de vários partidos aliados ao PT, que consistiu, inicialmente, na proposta de substituição do atual sistema, de eleição para as assembleias, para as câmaras legislativas e a Câmara Federal, de substituição do sistema atual, de lista proporcional de lista aberta, por um sistema proporcional de lista fechada. Isso quer dizer o seguinte: ao invés de o eleitor votar nesse ou naquele candidato, ele votará nesse ou naquele partido, e serão eleitos aqueles que estiverem em melhor colocação na lista, uma lista previamente elaborada pelas convenções partidárias. Ou seja, o eleitor não votará mais no candidato, mas no partido, e serão eleitos os candidatos na ordem de colocação na lista preparada anteriormente pelas direções partidárias.

Essa proposta vem ganhando corpo, associada à ideia de financiamento público das campanhas eleitorais, melhor dizendo, de incremento do financiamento público das campanhas eleitorais, uma vez que não desconhecemos, ninguém desconhece, que já temos uma parte substancial dos gastos de campanha cobertos pelo orçamento público. Eu me refiro especialmente ao programa de rádio e televisão...

Pois não, Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Principalmente nós, deputados e senadores candidatos à reeleição, temos um baita de um financiamento público.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB –SP) – É verdade.

Mas já há recursos orçamentários diretamente engajados nas eleições – eu me refiro aos recursos que vêm sob a forma de dedução fiscal beneficiando as emissoras de rádio e tevê que veiculam os programas eleitorais –, sem falar do Fundo Partidário, que drena recursos consideráveis para as atividades dos partidos.

Pois bem. A proposta que ganhou corpo no PT e de uma constelação de partidos a ele aliados é esta: estabelecer o sistema de lista fechada com financiamento público.

Diante das dificuldades que esse sistema encontrou não apenas no mundo político, mas também na opinião pública, uma vez que ele dissolve, de maneira irreversível, os laços que existem, -que devem existir e que devemos cultuar- entre os representantes e os eleitos, uma vez que o eleitor não vota mais no candidato – ele vota numa lista elaborada não se sabe como por partidos com estruturas cada vez mais oligarquizadas –, diante disso, o relator desta matéria na Câmara, o Líder Henrique Fontana, resolveu associar a essa proposta a ideia do voto majoritário, inicialmente encampada pelo PMDB, que é o chamado “distritão”. Por esse sistema, os eleitores não votarão na lista partidária, não há voto de legenda e se elegerão os candidatos mais votados na grande circunscrição, que é o Estado. Assim, em São Paulo, por exemplo, uma circunscrição eleitoral que compreende mais de 30 milhões de eleitores, os partidos lançam seus candidatos e são eleitos os mais votados.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Quer dizer, cada candidato a deputado concorre nos 30 milhões?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Com 30 milhões.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Tem que ter verba mais ou menos igual a candidato a governador?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Exatamente. É uma campanha quase impossível de se fazer. No caso de São Paulo, são 645 Municípios, com 30 milhões de eleitores, custo de campanha elevadíssimo e a dissolução absoluta dos vínculos partidários, porque é cada um por si. Se hoje

já é cada um por si, nesse sistema é cada um contra todos. Ora, nesta proposta, no momento das eleições, não existe partido, mas, no funcionamento dos parlamentos, a unidade fundamental para eleição de mesa, para escolha de relatores, para direção das comissões temáticas é o partido. Então, esse sistema, o chamado "distritão", encontrou grandes objeções.

O que faz o Deputado Henrique Fontana? Ele junta as duas coisas. Ele diz o seguinte: "metade dos candidatos, dos representantes, melhor dizendo, serão eleitos na lista fechada, esta preordenada pelas convenções – o eleitor vota apenas na lista –, e a outra metade é eleita segundo o sistema do "distritão", o voto majoritário, cada um por si. Ou seja, ele juntou o que havia de pior nos dois sistemas.

E o que me espanta, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que temos notícia de que o Presidente Lula, com o seu prestígio, anunciou desejo e disposição de se engajar na defesa desse verdadeiro monstrengo que não tem como orientá-lo em nenhuma espécie de doutrina, de visão de conjunto, mas apenas o desejo, à vontade e o propósito de angariar votos parlamentares para viabilizar a sua proposta, vamos pegar uma parte daquilo que o PMDB propõe e vamos pegar outra parte daquilo que o PT propõe. Juntamos as duas coisas e criamos o pior sistema eleitoral do mundo. É essa a proposta que começa a ganhar corpo.

O que me preocupa, é que, do outro lado, não existe unidade de pensamento, porque a alternativa a isso é a manutenção do sistema atual: proporcional de lista aberta. Esse sistema que existe desde os anos 30 prestou bons serviços ao País. Com esse sistema, a nossa democracia cresceu, desenvolveu-se. Partidos que eram pequenos se tornaram grandes, chegaram ao governo. Criaram-se condições de ingresso na vida política de pessoas que, mediante militância em partidos menores, conseguem chegar a cargos eletivos e, depois, galgar posições na elite política do País. Permitiu que diferentes correntes de opinião e ideológicas pudessem se organizar. Lembro-me de que, antes do golpe de 64, tínhamos um grande partido progressista democrático mais à esquerda, que era o PTB; partidos mais conservadores, como a UDN e o PSD; alguns partidos ideológicos, como o PDC, existiam; um partido parlamentarista, o PR. Enfim, esse sistema permitiu o florescimento dessas correntes de opinião. Infelizmente, a nossa vida pública foi truncada pelo golpe de 64, que interrompeu e que perverteu esse processo.

Acontece que, em minha opinião e penso que na opinião de muitos, esse sistema atual está esgotado, e seu esgotamento se manifesta de várias formas. A primeira delas é o custo absurdo das campanhas eleitorais, que são financiadas a peso de ouro; e é muito ouro! Para fazer uma campanha de Deputado Estadual para o Estado de São Paulo há declarações de R$2 milhões, R$3 milhões. Esse é um custo absurdo da campanha em que o candidato é obrigado a buscar recolher votos em toda a circunscrição onde a eleição se disputa que é o Estado que pretende representar.

A segunda consequência nefasta desse sistema é o enfraquecimento dos vínculos partidários, porque, no sistema atual, o meu principal concorrente é o companheiro de chapa, que tem que necessariamente ter mais voto do que o concorrente para poder ser eleito. Tem que sobrepujá-lo de qualquer forma.

Daí a busca, inclusive, de alianças heterodoxas, de dobradinhas heterodoxas entre partidos os mais díspares, das mais diferentes orientações políticas e ideológicas. Um, indicando o Deputado Estadual; outro, indicando o Deputado Federal, com vistas a maximizar a potencialidade de cada um, para sobrepujar o seu concorrente de legenda.

Então, vínculos partidários são dissolvidos.

O terceiro problema, que me parece o mais grave, é a opacidade do sistema. É a falta de inteligibilidade do sistema. Passa pela cabeça de alguém – permita-me, Sr. Presidente, dar um exemplo das últimas eleições – que o eleitor votando, talvez até de uma forma desabusada, no candidato Tiririca, elege um Deputado do PT?

É isto que aconteceu em São Paulo e em vários Estados: figuras mediáticas, figuras famosas do futebol, da televisão, do mundo do espetáculo, carregando uma quantidade enorme de votos e elegendo pessoas absolutamente inexpressivas. O eleitor vota no que vê e elege o que não vê.

Com isso, o vínculo entre eleitor e eleito se dissolve, e a representatividade do nosso sistema se esvai. Este é o principal problema: a falta de legitimidade progressiva, ou seja, falta legitimidade no nosso sistema representativo.

Essa falta de legitimidade foi evidenciada num fato constatado por pesquisas de opinião recentes: passados poucos meses das eleições, a grande maioria dos eleitores não sabe mais, não se lembra mais, em quem votou para Deputado Estadual e para Deputado Federal.

Aí se dissolve a responsabilidade política do eleito em relação eleitor, começando a surgir os políticos que, como dizem, estão lixando-se para a opinião pública, porque ninguém se lembra em quem votou, e ele também não se lembra dos eleitores que votaram nele, mesmo porque ele não os conhece. Ele é obrigado a fazer campanha numa enorme circunscrição eleitoral, onde não há a menor possibilidade de contato mais próximo e direto entre o candidato e o eleitor.

Por isso, Sr. Presidente, considero que está chegando a hora de fazermos uma mudança radical nesse nosso sistema eleitoral. Eu me refiro à adoção do voto distrital.

Nas últimas eleições para o Senado, na minha campanha eleitoral, eu defendi, perante a platéias mais diversas, a ideia do voto distrital. Em todas elas a proposta foi imensamente bem recebida. O voto distrital tem inúmeras vantagens em relação ao sistema atual.

Em primeiro lugar, ao dividir o Estado em distritos e ao organizar as eleições para as assembleias, a Câmara Federal e as câmaras municipais em distritos onde cada partido lança candidato, teremos a disputa num colégio eleitoral muito mais restrito, evidentemente, do que a grande circunscrição que é o Estado.

Digamos o Estado de São Paulo, que tem 30 milhões de eleitores e elege 70 Deputados Federais. É essa a nossa representação na Câmara dos Deputados.

Nós teremos distritos, que teriam, necessariamente, o eleitorado equivalente, a cerca de 450 mil a 500 mil eleitores, onde os candidatos teriam que se enfrentar e discutir os problemas locais, assumir compromissos perante os seus eleitores, compromissos que poderiam ser cobrados depois, sem prejuízo da discussão dos temas nacionais.

O Senador Pedro Simon, foi um dos grandes oradores da campanha para as Diretas, que também participei, como Deputado Estadual. Participei de comícios nos vilarejos mais remotos do Estado de São Paulo, comunidades modestas, carentes de diversos serviços de infraestrutura. E o povo vinha para a praça, para discutir a política nacional.

Tenho certeza de que qualquer que seja o tamanho da comunidade, da população e o seu peso, temas como o Código Florestal, carga de impostos e o sistema de melhoria da saúde vão ser discutidos, além dos problemas locais, dos problemas que dizem respeito à vida cotidiana dos eleitores.

Ouço o aparte do nobre Líder Demóstenes Torres, que é um ardoroso defensor do voto distrital.

O Sr. Demóstenes Torres (Bloco/DEM – GO) – Primeiro, eu gostaria de parabenizar V. Exª pelo pronunciamento exato, histórico, concatenado, como, aliás, é característica dos pronunciamentos de V. Exª

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado, muito obrigado.

O Sr. Demóstenes Torres (Bloco/DEM – GO) – O voto distrital, na minha opinião – sempre externei essa opinião -, é motivo para se melhorar muito a qualidade política do País, e alguns detratores até dizem que o voto distrital vai abarcar o Brasil de uma forma geral. Não é essa a nossa proposta. Cada Estado permanece como se encontra. Ninguém vai perder quantidade de parlamentar, número de parlamentar. Muito ao contrário. Agora, efetivamente, é uma fiscalização do eleitor, porque a escolha passa a ser majoritária dentro daquele distrito, embora a representação seja proporcional. Muitas vezes uma cidade com um simbolismo muito grande acaba não tendo nenhum representante eleito, porque o poder econômico de determinados candidatos faz com que eleitores de outras regiões votem maciçamente em determinadas legislaturas, que se espalham pelo Estado, e essas pessoas acabam sendo eleitas. Então, cidades como Anápolis – no meu Estado –, por exemplo, uma cidade tradicional, histórica, acabam, muitas vezes, sem nenhum representante por muito tempo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sem representante.

O Sr. Demóstenes Torres (Bloco/DEM – GO) – A capital fica sub-representada. Regiões menos populosas, como o nordeste de Goiás, norte de Goiás, muitas vezes também ficam desassistidas de seus representantes. Então, isso vai fazer com que cada região tenha o seu representante ou mais de um representante. Esse representante tem de prestar contas de sua atividade continuamente, sob pena de perder os votos; enquanto que no sistema de hoje, no sistema adotado hoje, a pessoa simplesmente migra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Migra.

O Sr. Demóstenes Torres (Bloco/DEM – GO) – Simplesmente migra de um lugar para o outro.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É o ciganismo eleitoral.

O Sr. Demóstenes Torres (Bloco/DEM – GO) – Enganou determinados eleitores ali? Muda. Como diz V. Exª, é o ciganismo eleitoral. Vai para outro lugar e ali se elege também. Então, é uma vacina, porque há uma fiscalização constante. O candidato vai mesmo ter de prestar contas, pois, do contrário, ele não será eleito. Porque, em uma eleição majoritária, não se sustenta apenas o capital. Quer dizer, o candidato pode ser o mais endinheirado possível que não ganha só por esse fator. Isso se tratando de representações federais, imaginem nas representações estaduais ou mesmo na câmara de vereadores? Então, uma argumentação de muitos senadores, que disseram: “sou totalmente favorável ao voto distrital, mas acontece que a Justiça Eleitoral não tem como fazer essa divisão.” E a Justiça Eleitoral respondeu prontamente: temos como fazer essa divisão, fica até melhor para se fazer. E a quantia de dinheiro seria a menor, quer dizer, gastaremos muito menos dinheiro na campanha eleitoral, as campanhas ficarão mais baratas, as pessoas não vão ter que investir no Estado inteiro; vão ter que investir,

sim, ali em determinada localidade. Então, aplaudo entusiasticamente o discurso de V. Exª. V. Exª, inclusive na comissão que teve, já dizia que era favorável ao voto distrital, mas que, ali, por aquelas circunstâncias, teríamos que optar por um ou outro sistema. Foi o que aconteceu, porque a sistemática adotada era daquela forma. Mas, sempre defendi, V. Exª sempre defendeu, eu aplaudo entusiasticamente e acho que era uma maneira, sim, de começarmos a ter qualidade na política, fiscalização popular. E até a eleição ficaria mais fácil para o Ministério Público fiscalizar, porque hoje não se pega nada. Aliás, é o seguinte: quem declara que fez a campanha, fez uma campanha milionária. Enquanto os outros que fazem caixa 2, declaram por muito menos: "olha, foi eleito com pouco dinheiro." Então, acabariam as distorções, aumentaria a fiscalização, aumentaria a representatividade dentro dos Estados e, com certeza, o principal é que aumentaria o esforço de fiscalização da população, o eleitor ficaria mais vinculado ao seu político. E o político, por sua vez, que não prestasse serviço, seria defenestrado sem a possibilidade de migrar para outro distrito. Parabéns a V. Exª. Concordo entusiasticamente e creio que esse é um pronunciamento que engrandece a nossa Casa.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – AP) – Muito obrigado, nobre líder. V. Exª deu argumentos absolutamente definitivos na demonstração da tese que nós dois abraçamos. E espero que outros venham a abraçar, muitos outros, porque, além dessas virtudes do voto distrital que V. Exª mencionou, existem outros – digamos – subprodutos. O primeiro deles é o fortalecimento dos partidos. Os partidos vão ter que se organizar na base, não existirão mais partidos familiares, partidos fantasmas, nos diretórios fantasmas nos Municípios, os partidos vão ter que existir efetivamente para poder ter atividade constante que dê sustentação aos seus candidatos, no momento das eleições.

Em segundo lugar, um segundo subproduto é absoluta inteligibilidade do sistema, é absolutamente claro, transparente. Hoje, o sistema é turvo, vota-se num e elege se outro. Ali, ninguém mais vai comprar gato por lebre, vai votar realmente no candidato e ganha quem for eleito, que vai ter depois que prestar contas. Eu sei nobre Líder Demóstenes Torres que é uma batalha difícil, mas eu penso também que hoje nós já temos no eleitorado brasileiro, na cidadania brasileira uma consciência de que é preciso mudar nessa direção, de dar mais responsabilidade ao eleito, e seu eleitor.

Antes de chegar ao Senado, tive cinco mandatos de Deputado, dois de Deputado Estadual e três de Deputado Federal. Ao longo das minhas campanhas eleitorais apresentava meu trabalho legislativo: Apresentei tal projeto de lei, relatei tal emenda constitucional, apresentei tal proposta, o eleitor ouvia, evidentemente, dava o devido valor àquilo que se faz aqui na Casa dos representantes, mas sempre vinha a pergunta: - Muito bem, e aqui para nossa região, o que o senhor fez?

E o que fazia para a nossa região não é fazer estrada, fazer ponte, que não é a nossa função. Mas é, muitas vezes, alertar para aqueles que detêm o poder de fazer estrada, de fazer ponte, que falta estrada e falta ponte naquela cidade. Estando o parlamentar na Situação ou na Oposição. O eleitor valoriza imensamente esse empenho do seu representante na solução no encaminhamento dos seus problemas locais.

(Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB - SP) – Só para concluir, Sr. Presidente.

Mas nem por isso se poderia dizer que o Deputado eleito no sistema Distrital, ou Vereador, ficaria reduzido a uma função menor, um mero porta voz de questões paroquiais.

Se isso fosse verdade, essa afirmação, primeiro, subestima o interesse político, a consciência política, o impacto que as notícias do mundo político e econômico, daquilo que acontece fora das fronteiras dos municípios, gera sobre a consciência de cada um. E, em segundo lugar, subestima a lição da história. Winston Churchill dirigiu a Inglaterra na luta contra o nazismo. Liderou a Inglaterra na resistência contra o nazismo e era eleito por um distrito. Aliás, os grandes estadistas ingleses, há três séculos, são eleitos por distrito. O Presidente francês François Mitterrand, que governou a França por quatorze anos, era eleito por um distrito. Aliás, foi prefeito da cidadezinha que ele representava.

Eu vivi no exílio muito tempo, numa cidade do interior da França. O Deputado do meu distrito era nada mais nada menos do que o Secretário-Geral do Partido Comunista Francês, que exercia grande papel na política nacional, o Deputado George Marchais. No entanto, toda quarta-feira, o Sr. George Marchais estava lá na cidade que representava para prestar contas aos seus eleitores daquilo que fazia.

De modo que esse sistema garante a visão geral, universal, dos problemas políticos, a participação dos eleitos nas grandes questões nacionais; na discussão e na solução das dessas questões, mas, ao mesmo tempo, faz com que mantenha os pés fincados na raiz, no terreno sólido da sua realidade local, acessível à cobrança, à vigilância e aos vínculos de responsabilidade com os seus eleitores e com seu partido.

Apresentei ontem, Sr. Presidente, essa proposta de emenda constitucional. Foi uma reviravolta no meu pensamento político. Durante muito tempo, fui favorável ao sistema proporcional. Hoje, considero que esse sis-

tema está esgotado e que a verdadeira reforma política de que o Brasil precisa é a adoção do voto distrital.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Muito bem, Senador Aloysio.

Registro a presença dos alunos do 9º ano do Colégio Berlaar Imaculada Conceição, Montes Claros, Minas Gerais. Sejam bem-vindos à Casa!

Eu chamo, pela Liderança da Minoria, o Senador Demóstenes Torres.

Em seguida, falará a Senadora Lúcia Vânia, que eu havia permutado com o Senador Aloysio, porque V. Exª estava chegando. Logo após, será a Senadora Lúcia Vânia. Em seguida, será o Senador Walter Pinheiro e, depois, este Senador.

Neste momento, convido o Senador Aníbal Diniz a assumir a Presidência dos trabalhos.

O Senador Demóstenes está com a palavra pelo tempo que for necessário.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, os dias se passaram e ninguém do Governo veio a público retificar as aleivosias ditas pela Presidente Dilma Rousseff na véspera do 7 de setembro. A capacidade de sobrevivência do ser humano faz com que seu organismo suporte o calor do Saara e o frio do Alasca. Só não tentem dizer para quem caminha no deserto que aquilo em que ele está pisando é gelo. No Brasil, o Governo avalia erroneamente que a população aguenta qualquer coisa e, por isso, tenta iludi-la com golpes publicitários. A Presidente Dilma apresentou aos brasileiros o país de Leibniz, o melhor dos mundos possíveis.

Num pronunciamento escrito por Pangloss, Dilma zombou dos difíceis momentos econômicos capazes de derrubar bolsas, prestígios e chefes de Estado ao redor do mundo. Segundo a Presidente, lendo as linhas entortadas por Pangloss, "a crise atual é mais complexa que aquela de 2008, da qual nós nos saímos muito bem". E voltou à tona afirmando que "a crise não nos ameaça fortemente porque o Brasil mudou para melhor".

Dilma, como se sabe, é uma invenção de Lula. Pangloss, como se sabe, é criação de Voltaire no livro **Cândido ou o Otimismo**. O otimismo, como Voltaire fez seus leitores saberem, é patrocinado por Leibniz. Criadores e criaturas identificados, faz-se necessário traçar-lhes os perfis.

Dilma foi a terceira alternativa de Lula para sua sucessão, após as quedas de José Dirceu e Antonio Palocci, defenestrados por malfeitorias. Durante a campanha, Dilma abriu mão de suas convicções para pensar pela cabeça dos marqueteiros e, de uma hora para outra, virou crente em Deus, militante contra o aborto e gerentona do dia a dia do Planalto.

Pangloss e Cândido, entre outras peripécias, encontram o Eldorado na América do Sul, um país idêntico ao que Lula vendeu durante dois mandatos e ao que Dilma pintou na TV.

Há, no livro, passagens hoje clássicas, como Pangloss impedindo Cândido de salvar um amigo com um argumento no nível dos lidos por Dilma: provou "que a enseada de Lisboa havia sido formada expressamente para que aquele anabatista nela se afogasse". Ou seja, os portugueses aportaram no Brasil expressamente para cinco séculos depois Lula iniciar sua dinastia.

A catilinária da Presidente merece análise por estar recheada de sinais acerca do futuro do Brasil. Segundo Dilma, "nossas reservas internacionais estão mais sólidas do que nunca". Existem diferenças entre o temor da crise e o presente do Governo para os agiotas internacionais. O Brasil tem 350 bilhões de dólares em reservas, mas não se trata exclusivamente de prevenção. A preocupação não foi com a solidez da economia, mas com a valorização do real. Para segurar o fortalecimento da moeda, o Banco Central já comprou em 2011 mais de 60 bilhões de dólares. Isso é um Papai Noel antecipado para os especuladores, pois os juros brasileiros fazem a festa da banca.

Embutidos na frase da Presidente estão números astronômicos que, ditos à queima-roupa, podem nem dar a dimensão do que representam. Dos 350 bilhões de dólares em reservas, 300 são em títulos e 200 deles americanos. Repito: 200 bilhões de dólares em títulos dos Estados Unidos, economia que enfrenta terremoto seguido de **tsunami** e incêndio. Só para manter as reservas, o Brasil torra 30 bilhões de dólares por ano, quantia superior à soma dos investimentos do Governo em infraestrutura. Melhor seria para o Brasil se Dilma tivesse anunciado que iria investir no setor ao menos parte das reservas, pois uma maneira inteligente de se preparar para a crise é aplicar nas condições de a economia crescer, resistir, competir. A Presidente evitou explicar tal omissão, pois aplica em infraestrutura na faixa de 2% do PIB. O ideal seria triplicar. Pelo que diz a Presidente, o mundo inteiro está errado e só o Brasil navega em águas mansas. O FMI informa que apenas China, Japão, Rússia, Arábia Saudita e Taiwan guardam mais recursos que o Brasil. Respeitadas as características individuais dos lugares, nossas reservas subiram o dobro da elevação das chinesas. O Japão é a terceira maior potência do Planeta, os sauditas foram assentados sobre petróleo e Taiwan é um dos tigres asiáticos. Sobrou a Rússia, que não é exatamente o que se pode chamar de bom parâmetro.

Como o Banco Central explica esses dados escabrosos? Segundo a **Folha de S.Paulo**, o Banco Central admite R$ 68 bilhões com o custo do seguro em seis anos, o que evitaria prejuízos de R$ 600 bilhões com a fuga de dólares em eventual pico de crise. Trata-se de um chute, por ser impossível prever a força do golpe, onde será aplicado e qual a receita para cambalear sem beijar a lona. Em vez de brincar de adivinhação, o Governo deveria capacitar às diversas áreas e uma ótima iniciativa seria construir, reformar e manter portos, aeroportos, rodovias e ferrovias de qualidade.

A Presidente ia falando e, na TV, surgiam em letras garrafais expressões caras ao **marketing** oficial. Tudo farsa! Apareciam bem grandes na tela: "Inflação sob controle". Para se ter uma ideia, peguei um dado que saiu agora nesse exato momento: IGPM, 0,43%. Na primeira prévia de setembro. No total do ano, 7,23%, acumulado nos últimos dois meses, com o centro da inflação, a meta dela em 4,5% e 6,5% de teto.

Então, a inflação, ao contrário do que diz a Presidente da República, não está sobre controle.

Vinha em seguida: "Estabilidade garantida, melhor educação, melhor saúde, melhor segurança, combate à corrupção", além de outras palavras de ordem cabíveis numa passeata, não no tórax da Presidente da República. Sobretudo, são texto publicitário, que merece reunião do Conar por iludir o consumidor. A inflação parece tão sob controle que exibiu a unha do polegar, e o Governo se mostra incapaz do mínimo para anulá-la. A estabilidade foi garantida pelo saudoso Itamar Franco e seu sucessor, Fernando Henrique Cardoso. Lula e Dilma são herdeiros e mantenedores.

Conforme pularam no sofá da casa de milhões de famílias, educação, saúde e segurança estão melhores. Ficção barata! Os seguidos resultados de exames nacionais e dos vestibulares concorridos deveriam envergonhar as autoridades, em vez de fazê-las soltar foguetes.

No mais recente Enem, entre as mil melhores escolas, apenas 74 são públicas, resultados de anos seguidos de prédios caindo, merenda desviada, livros pornográficos, conteúdo doutrinário, salários ruins e mazelas de lotar sala. A saúde é o caos completo, a segurança nacional convive com o sucateamento das Forças Armadas e a segurança pública padece com o abandono generalizado.

A fala de Dilma segue se assemelhando a manifestação de diretor de sindicato. Diz a Presidente:

> "A saúde, a educação e a segurança têm que deixar de ser motivo de insônia dos brasileiros para ser motivo de um novo despertar desta Nação".

E Dilma retoma o assunto:

> "Ampliar o acesso de todos os brasileiros a uma melhor educação, saúde e segurança são as armas mais decisivas contra qualquer tipo de crise".

Está tudo certo, só que quem está falando é a Presidente da República.

Ora, se ela não pode tomar nenhuma atitude, a quem nós vamos nos socorrer? Daqui a pouco eu tenho a impressão de que verei a Presidente Dilma em passeata, reclamando contra a violência!

Ora, é o papel da Presidente, foi eleita para isso e disse que iria resolver um monte de problemas, entre eles o de segurança pública!

Compreensível, portanto, se fosse um representante de categoria na porta da fábrica ou do órgão público exigindo melhorias. Mas trata-se da própria Presidente da República em rede nacional, reclamando com a população da qualidade dos serviços.

Deu a entender que na manhã seguinte ela iria para a Esplanada dos Ministérios não para compor o palanque dos bacanas, mas para a caminhada contra a corrupção organizada por populares nas redes sociais.

A técnica de tomar as bandeiras é antiga, a novidade está em uni-la a táticas de guerrilha. Misturem-se as infiltrações de Gramsci e o ideário de Pangloss e se materializa na TV a Pollyanna menina com o jogo do contente assegurando que vivemos no melhor dos mundos possíveis. Não o que ela classifica de "mundo desenvolvido", pois este, a seu ver, "piora". Realmente, o ensino na Suíça e na Inglaterra está atrasado em relação à universidade de Garanhuns.

Pelo texto de Pangloss, "nossa situação é, de fato, privilegiada em relação a muitos países do mundo". É verdade, principalmente os dirigidos por ditadores amigos do Governo brasileiro atual e anterior. São nações com as quais é vergonhoso até ser comparado, quanto mais se regozijar em suplantá-las. A Presidente divide o mundo em dois pólos, o dos paupérrimos, que se satisfaz em sabê-los piores que o Brasil, e o dos desenvolvidos, dos quais nem fica vermelha ao desdenhar. Para ela, países como os do G-7 já estão procurando fossas submarinas para ser enterrados, e o Brasil surfa durante suas exéquias.

Dilma disse que o Brasil está se transformando em ilha de prosperidade, porém, está mais para ilha de Cuba. Em tempos de globalização, deseja se isolar. Novamente, reproduzo suas palavras: "No caso da crise internacional, nossa principal arma é ampliar e defender nosso mercado interno, que já é um dos mais vigorosos do mundo". Em outro trecho, Dilma elogiou "o mercado interno e o poder de consumo de sua gente".

E continua a Presidente: "Meu Governo não irá permitir ataques às nossas indústrias e aos nossos empregos. Não vai permitir, jamais, que artigos estrangeiros venham concorrer, de forma desleal, com os nossos produtos".

São frases tão errôneas quanto perigosas.

Sobre o mercado interno, a Presidente deseja repetir o receituário de Lula, gozando de um sucesso que vem desde a URV. Sua tarefa é evitar a ampliação da bolha, notadamente no caso do crédito. Mesmo com o vigor que a Presidente ressalta, ela sabe ser impossível se bastar com o consumo doméstico. A bonança da economia tem *link* direto com a alta das **commodities** brasileiras no exterior, mas, em caso de hecatombe internacional, é apenas exercício de retórica valer-se da situação interna.

A Presidente se refere a "ataques às nossas indústrias", como se houvesse risco de invasão alienígena. Ora, o maior ataque que elas sofrem é da falta de investimento em infraestrutura. Como se viu pelos dados oficiais, o Governo gasta mais no serviço do seguro que com toda a estrutura viária do País. As fábricas são vítimas também da carga tributária extorsiva, da educação capenga, do apagão constante no setor elétrico, da legislação trabalhista que faz o dinheiro sair da conta do patrão e, antes de chegar ao contracheque do funcionário, ser desviado para os cofres do Governo.

Os empresários brasileiros têm criatividade e preparo suficiente para concorrer com produtos estrangeiros, basta ao Governo não atrapalhar. Na parte civilizada do Planeta, xenofobia é apenas uma palavra que enfeia os dicionários, que sobrevive somente nas fronteiras, graças a comandantes do lado grotesco, figuras do nível de Chávez e dos irmãos Castro.

O discurso em rede nacional de rádio e televisão, que de tão eleitoreiro pode ter sido gravado durante a campanha de 2010, tem dez minutos de promessas e balanços e pouquíssimo sobre a independência, Entre as autolouvações a si e a seu antecessor, Dilma incentivou o consumo como panaceia para a crise. Revivendo a máxima "Plante que o João garante", dos tempos esquecíveis de Figueiredo, parece estar em gestação o "Compre que a Dilma paga". Quase comemorou com um soco no ar ao dizer com entusiasmo: "O crédito continua crescendo" e "Vamos continuar consumindo".

O brasileiro está com o pescoço na forca dos carnês. Pesquisa encomendada pela Fecomércio de São Paulo, em todas as capitais, constatou que sete em cada dez famílias estão acossadas pelas contas. No sul, as prestações aprontam o terror em 90% dos lares. Aumentou o número dos pendurados e também o valor médio dos débitos, já na casa dos 1.600 reais. O total das dívidas domésticas fechou 2009 com R$485 bilhões e no primeiro semestre deste ano já alcançava R$700 bilhões.

Se trabalhando e recebendo em dia está complicado para o cidadão acudir os compromissos, imagine se houver dispensas. A Presidente pintou um cenário róseo, mas, em vez de atendê-la e sair do **shopping** carregado de sacolas, é aconselhável observar as nuvens carregadas de expectativas. Nesta quarta-feira, o Ministério do Trabalho divulgou o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados relativo a agosto. Comparado com igual mês de 2010, a queda foi brutal: 36,3%. Ainda que os números tenham sido mais elevados que os de julho, é preferível manter o receio, porque desde janeiro a diferença a menor é de 16,8%, tendo como base o ano passado. O Ministério dá ciência de um fracasso exatamente uma semana após Dilma comemorar um simulacro de triunfo. Disse a Presidente: "Vivemos a melhor época do emprego da história do Brasil!".

Então, o País que havia sido descoberto em 1º de janeiro de 2003, tem de mudar a certidão de nascimento. Até porque, segundo o discurso da Presidente redigido por Pangloss, Lula deixou-lhe de herança não apenas um ministério que se dissolve com manchetes, mas também um continente de desvalidos. Dilma falou textualmente que está tirando 16 milhões de brasileiros da pobreza extrema. Em maio, quando o IBGE veio a público com o número exato de miseráveis, 16 milhões 267 mil e 197, parte dos governistas, inclusive aqui no Senado Federal, se apressou em desmentir, que não era bem desse jeito, que depende do conceito e da definição etc. Agora, seis meses depois de a pesquisa ser concluída, a Presidente reconhece os dados e admite sua inépcia para minorá-los.

Pelo visto, Dilma vai postergar para seu sucessor a resolução do problema. Em todo o discurso, se manteve fiel ao estilo reivindicador, como se fosse um integrante a mais na marcha dos excluídos e não chefe de estado e de governo. Para isso, usou mais de uma vez até o trocadilho gasto "círculo virtuoso" em oposição ao jargão círculo vicioso. Ouçam a frase da Presidente, **ipsis litteris***:*

> "O círculo virtuoso que precisamos implantar no nosso País é o da qualidade dos nossos serviços públicos, pois já implantamos o grande círculo virtuoso do crescimento com inclusão social e distribuição de renda".

Novo equívoco da Presidente. O trocadilho é o contrário. Os programas sociais, que em outro momento do pronunciamento ela assegurou estarem "a todo

vapor" dão guinadas de 360 graus, crescem para baixo iguais a rabo de cavalo.

(Interrupção do som.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Agradeço a V. Exª.

Dilma se esqueceu de um axioma dos projetos de transferência de renda: seu sucesso é provado com a extinção, seu fracasso se demonstra com o crescimento. Assim, deveria lamentar que o Bolsa Família esteja inflando, com gente na fila para se inscrever, a pouco tempo de completar uma década. Aos beneficiários, Dilma disse no discurso que reserva ensino técnico no Pronatec, que seria capaz de chegar a "8 milhões de brasileiros", na contagem da Presidente. É um sonho, pois o pêndulo da realidade balança em direção diferente. Na verdade, os cursos já são oferecidos, a maioria se recusa a fazê-los e a reprimenda é nenhuma, porque o objetivo dos programas é distinto: o Pronatec capacita para o trabalho, o Bolsa Família capacita para a eleição.

Acerca da Independência do Brasil, a Presidente se referiu timidamente, talvez por Pangloss considerar a data máxima do Eldorado algo entre o dia do nascimento de Lula, a entrada de Dilma na Casa Civil ou a chegada de Cesare Battisti com passaporte falso. Foi clara antecipação da campanha de 2014 ou obscura continuidade do pleito de 2010. Era a Presidente falando e, abaixo de seu rosto, os letreiros piscando com os detalhes do paraíso: Rede Cegonha; mais UPAs e UBC; combate ao crack; controle das fronteiras; Brasil sem miséria; PAC; Minha casa, minha vida; Supersimples.

Enfim, programas que se revelaram fiascos se misturam a criações de governos passados e outros que nem sequer saíram do papel. Ela própria fala em "anunciar", caracterizando o crime eleitoral. Mais que o otimismo panglossiano, a Presidente incorreu em práticas tipificadas como delituosas. Mas não há crime maior do que ressuscitar a tese do Brasil Grande, diante do qual as nações poderosas se curvam e as mixurucas copiam. A distribuição de remédios é a maior do mundo. O PAC é o maior do mundo. O Minha casa, minha vida é o maior do mundo. Enfim, Pangloss está na ativa. À procura de personagem dos clássicos da literatura para caracterizar a Lula, recusei a sugestão de um amigo que sugeriu o general Ardalion Ivolguin, de "O idiota", dos grandes livros de Dostoiévski. Quando li "O idiota" na juventude, não me vinha à mente a figura do militar. Busquei no Google e encontrei algumas definições: "Patriarca da família"; "Foi para a reserva, mas continua dando palpites"; "É amigo da bebida e tem uma necessidade compulsiva de mentir".

Portanto, percebe-se, recusei a oferta porque se vê notadamente que nada tem a ver com Lula nem com o jogo do contente da Pollyanna escrito por Pangloss.

Muito obrigado, Sr. Presidente, inclusive pela tolerância.

Durante o discurso do Sr. Demóstenes Torres, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Com a palavra, a Senadora Lucia Vânia.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Exª me concede a palavra pela ordem? Sou o próximo inscrito, logo após a Senadora Lúcia Vânia, mas acredito que não será possível usar da palavra. Por isso, queria pedir a V. Exª permissão para fazer dois registros aqui.

O primeiro deles é o da aprovação, hoje de manhã, na Comissão de Infraestrutura, do Plano Nacional de Mobilidade. Quero, inclusive, na linha desse registro, pedir a V. Exª que considere este nosso pronunciamento como lido, como registrado nos Anais da Casa, que autorize a devida publicação. Nele eu falo exatamente sobre a questão da mobilidade urbana na região metropolitana de Salvador, sobre a decisão que tomamos na Bahia, Senadora Lúcia Vânia, no sentido de adotar os novos modais de transporte naquela cidade, preparando-nos para 2014 e também para além de 2014.

Então, eu pediria a V. Exª, Senador Anibal Diniz, que promovesse a divulgação disso e acatasse o registro desse nosso pronunciamento na tarde de hoje.

O último registro, Senador, que eu gostaria de fazer é o de que acontece, neste fim de semana, na cidade de Recife, o Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Domésticas, portanto, um importante evento.

Sou autor de uma PEC alterando o art. 7º da Constituição Federal, que trata de estender os benefícios concedidos aos demais trabalhadores para os trabalhadores e trabalhadoras domésticas, Senadora Lúcia Vânia, uma categoria importante neste País, em que experimentamos hoje mudanças substanciais na área de educação, na área de geração de postos de trabalho e melhoria salarial, pois o salário-mínimo no próximo Orçamento ficará acima de R$612,00.

Portanto, quero aqui saudar os trabalhadores e as trabalhadoras domésticas de nosso País, que fazem neste fim de semana o seu encontro. Aqui vai meu abraço para a Presidente da Federação Nacional, nossa companheira Creuza, baiana, lutadora, batalhadora.

Espero que esta Casa consiga aprovar essa emenda constitucional, para que esses trabalhadores e essas trabalhadoras domésticas possam ter os mes-

mos direitos que foram concedidos e conquistados ao longo dos anos pelos trabalhadores em nosso País.

Eram esses os dois registros que eu gostaria de fazer na tarde de hoje. Gostaria que V. Exª autorizasse a publicação de ambos, assim como, na íntegra, deste nosso pronunciamento sobre a boa escolha do novo modal de transporte para a mobilidade urbana de Salvador e da região metropolitana.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SENADOR WALTER PINHEIRO

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a questão da mobilidade urbana na Região Metropolitana de Salvador (RMS), aí compreendida a capital do Estado e o município de Lauro de Freitas, começa a ganhar contornos de solução.

Após pactuar um modelo de gestão, fiscalização e fluxo de recursos com as prefeituras de Salvador e Lauro de Freitas e o Governo Federal, o Governo do Estado assumiu o compromisso de realizar o maior conjunto de obras no setor do transporte público na RMS em todos os tempos.

Baseados na realidade dada, a linha Um do metrô, parcialmente implantada (trecho Lapa/Acesso Norte, com seis quilômetros de extensão), será concluída e estendida até a estação de Pirajá (mais seis quilômetros, totalizando 12 km) sob a responsabilidade da prefeitura de Salvador.

A decisão sobre o sistema de transporte público metropolitano entre os municípios de Lauro de Freitas e Salvador teve como ponto de partida um Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) lançado pelo governo estadual no dia 26 de março de 2011.

Foi feito um convite público a fim de coletar estudos técnicos de engenharia, arquitetura e urbanismo, transporte, tráfego, tarifários, viabilidade econômica e financeira, estruturação de garantias, modelagem jurídica e avaliação ambiental, que visavam subsidiar eventual processo de contratação de um projeto de Mobilidade Urbana, compatível com o Sistema Integrado de Transporte Metropolitano.

Embora essa importante obra se insira no calendário da Copa do Mundo de 2014, que tem em Salvador uma das suas cidades sede, é importante destacar que essa feliz coincidência possibilitará um resgate histórico dos problemas de mobilidade urbana da capital baiana.

O soteropolitano tem no seu caótico trânsito o maior problema da cidade, segundo recente pesquisa realizada para o Correio da Bahia pelo Instituto Futura.

De acordo com esse levantamento sobre os problemas da cidade, o trânsito de Salvador foi o item pior avaliado, com 74,2% das opiniões negativas.

Essa situação do trânsito impacta diretamente sobre o transporte coletivo, considerado ruim ou péssimo por 55,6% da população, item que ficou abaixo apenas da saúde pública, com 68,7% negativos, e do atendimento à população de rua, com 62,4%.

Em meio a esse caos do trânsito, a mobilidade urbana na RMS se torna cada vez mais difícil, particularmente para a população de baixa renda, que depende do transporte coletivo de péssima qualidade.

É no caminho do trabalho para casa que essa população gasta boa parte do seu tempo para cumprir a sua jornada diária.

Segundo pesquisa da Confederação Nacional da Indústria, em cidades com mais de 100 mil habitantes esse dispêndio chega a duas horas diárias.

Sessenta e oito por cento da população dessas cidades usam mais de um meio de transporte para a sua locomoção diária, para o trabalho ou outras atividades.

Os soteropolitanos enfrentam o mesmo drama.

Por isso o Governo da Bahia optou por um sistema que integrará metrô, ônibus, trem, ciclovias e que vai possibilitar uma melhor circulação para os mais de 30% dos soteropolitanos que andam a pé.

A partir de 2012, o Governo do Estado construirá um corredor central estruturante de metrô de superfície, passando pela Avenida Paralela que ligará Lauro de Freitas e o Aeroporto até o Acesso Norte, na Rótula do Abacaxi, com 22 km de extensão.

Serão 34 quilômetros de transporte sobre trilhos, dando mais dinamismo ao tráfego na Região Metropolitana de Salvador.

Esse sistema trabalhará com modais complementares e alimentadores sobre pneus, tendo como prioridades as avenidas 29 de Março, ligando a Paralela à BR-324 – que beneficiará todo o conjunto de Cajazeiras – e a conclusão da Avenida Gal Costa.

Também será implantada a ligação Iguatemi-Pituba e Retiro-Calçada, que integrará o trem suburbano recuperado e ligado ao sistema.

Todas essas intervenções estão estimadas em cerca de R$ 3 bilhões. Desse total, já há um financiamento aprovado pela Caixa Econômica Federal de R$ 570,3 milhões, inicialmente destinados ao BRT, mas que agora poderá se usado nas obras do metrô. Até R$ 1,6 bilhão poderão vir do PAC da Mobilidade Urbana, e o restante aportado pela iniciativa privada.

Isso fará do sistema uma Parceria Pública Privada (PPP).

Preocupa-nos, porém, uma contrapartida ainda não definida que o governo federal exigiria do municí-

pio. No caso de Salvador, reconhecidamente nos limites de suas receitas, a exigência poderia provocar um desarranjo em suas contas com o comprometimento de outros projetos da municipalidade.

Haverá apenas uma licitação para o sistema intermodal. Ou seja, não teremos licitação separada para a construção do corredor estruturante (metrô), e outra para as vias transversais (BRT e ônibus comum).

Com os modais interligados, um dos benefícios para a população será o bilhete integrado, que deverá ter o valor de uma única passagem.

A estimativa de conclusão do Termo de Referência é 31 de outubro e até o dia 31 de dezembro o Governo do Estado terá contratado a empresa ou consórcio que irá construir e operar o novo sistema de transporte público metropolitano.

A expectativa é que as obras tenham início em janeiro de 2012 e que estejam concluídas até a Copa do Mundo de 2014.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – V. Exª será atendido, na forma do Regimento.

Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senhor Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho a esta tribuna hoje tratar de um assunto da maior relevância para este País, o qual, seguramente, estará nas primeiras posições da agenda legislativa desta Casa. Refiro-me ao projeto de lei que atualiza e modifica a lei complementar que instituiu o Simples Nacional, também chamada de "Lei do Super Simples".

No último dia 31 de agosto, a Câmara dos Deputados aprovou essa matéria, proveniente do Poder Executivo, o qual já foi lido nesta Casa e encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos, para análise.

Trata-se, sem dúvida, de um projeto polêmico, sobretudo face à tramitação, também na Câmara dos Deputados, de outro projeto apensado, o PLP nº 591, de 2010, de autoria do Deputado Cláudio Vignatti, ex-presidente da Comissão de Finanças e Tributação daquela Casa.

Ambas as matérias têm pontos coincidentes e pontos divergentes, mas o Projeto do Deputado Vignatti era o que continha as mais significativas – e ousadas – alterações em benefício do micro e pequeno empreendedor brasileiro.

Em síntese, podemos afirmar que o PL nº 591 atualizava a tabela de enquadramento, acabava com a substituição tributária e incluía novas categorias no regime, entre outras medidas. Já o PL nº 87, hoje numerado como PLC nº 77, de 2011, nesta Casa, basicamente trata da atualização da tabela de enquadramento do Simples Nacional, autoriza o parcelamento de dívidas e permite que as microempresas possam exportar produtos.

Ante a resistência principalmente dos Governos Federal e Estadual, o Projeto nº 591 foi rejeitado na Câmara dos Deputados, prevalecendo apenas a proposta do Poder Executivo, que aguarda deliberação desta Casa.

E o que tem de tão relevante nessas propostas?

Em primeiro lugar, no tocante às propostas já consensuadas, o projeto vem atualizar o teto de enquadramento do microempresário no regime especial do Simples Nacional, a partir dos valores de faturamento com base na receita bruta anual dessas empresas e permitir o parcelamento automático de dívidas.

Sem atualização desde 2006, quando o Congresso aprovou a Lei do Simples Nacional, a tabela até hoje em vigor estabelece que, para efeito de enquadramento no regime especial, são consideradas microempresas aquelas que, em cada mesmo ano-calendário, tenham auferido receita bruta de até R$240 mil. Já no caso das empresas de pequeno porte, aquelas cuja receita bruta tenha sido maior que R$240 mil até R 2,4 milhões. No caso do microempresário individual, o enquadramento deve obedecer ao teto de R$36 mil da receita bruta.

Já a proposta do Executivo busca atualizar essa tabela em 50%, de forma a enquadrar o microempresário com receita bruta até R$360 mil; o empresário de pequeno porte, entre R$360 mil e R$3,6 milhões; e o microempresário Individual, até R$60 mil.

Essa atualização é mais do que necessária: é urgente. Meia década após a aprovação do Simples Nacional, o microempreendedor individual não viu qualquer correção nessa tabela, muito embora a inflação do período , a carga tributária, principalmente dos insumos da cadeira produtiva, e o desenvolvimento do País tenham crescidos vertiginosamente, gerando uma defasagem que acabou por desautorizar milhares de empresas a continuarem beneficiadas pelo regime especial simplificado, obrigando-as a pagarem cada vez mais impostos injustamente.

Outro ponto polêmico que deverá ser enfrentado no Senado Federal, durante as discussões do PLC nº 77, é o fim da substituição tributária – medida apresentada pelo Deputado Vignatti, mas rejeitada na Câmara dos Deputados, com o argumento de que seria mais bem trabalhada nesta Casa.

Pelo texto, fica vedada a cobrança antecipada do ICMS nas divisas estaduais para as empresas aderentes ao Simples Nacional, exceto nos casos de aquisição, tomada ou produção de combustíveis, cigarros, bebidas alcoólicas, refrigerantes, energia elétrica, eletrônicos e veículos automotivos.

Trata-se, na verdade, de um mecanismo tributário por meio do qual o Estado destinatário da mercadoria comercializada atribui ao Estado de origem o poder de cobrança antecipada de ICMS, a fim de evitar a sonegação. Em outras palavras, a responsabilidade pelo ICMS devido em relação às operações é atribuída a outro contribuinte – daí o termo "substituição tributária".

Com a simplificação da tributação que o Simples Nacional permite, também foram reduzidas as alíquotas de ICMS, o que levou o Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), formado pelos Secretários de Fazenda de todos os Estados brasileiros e do Distrito Federal, a criar um protocolo que permite aos Entes Federativos instituir esse mecanismo para todos os segmentos e todos os portes de empresa, inclusive as do Super Simples, com alíquota cheia de 17%.

Essa "saída" não agradou – como não poderia deixar de ser – ao setor empresarial, que tem criticado a forma como a substituição tributária é utilizada nos Estados.

Segundo o Deputado Pepe Vargas, Presidente da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, "os governos estaduais estão praticando a substituição tributária de maneira generalizada", ao contrário do que o Governo Federal pratica.

No modelo usado pela Receita Federal, apenas os setores de alta concentração das atividades econômicas, como automóveis, bebidas e cigarros, são submetidos à substituição tributária.

Por isso, atualmente, o valor pago na substituição tributária já seria maior do que o pago ao Simples, conforme análise da Frente Parlamentar.

Sr. Presidente, esse talvez seja um dos maiores desafios que esta Casa enfrentará, na medida em que somos, nós, Senadores, os representantes constitucionais dos Estados, e a proposta elimina um dos principais instrumentos de arrecadação tributária das Unidades da Federação.

Outro aspecto que certamente irá acalorar o debate é a inclusão de novos segmentos no Simples Nacional. Pela proposta rejeitada na Câmara, diversas outras categorias seriam contempladas com o direito de aderir ao Simples.

Seriam elas: academias de dança, de capoeira, de ioga, de artes marciais, de atividades físicas, desportivas, de natação e escolas de esportes; empresas prestadoras de serviços de fisioterapia e terapia ocupacional; condomínios residenciais; empresas agrícolas de produção e industrialização de alimentos; e, especialmente, todos os demais setores de prestação de serviço hoje ainda não contemplados.

Trata-se, como dito, de proposta ousada. A inclusão dos profissionais liberais é uma das discussões principais e acabará por beneficiar dentistas, jornalistas, advogados e engenheiros – o que não tem ainda a concordância do Governo Federal.

Atualmente, existem 1,5 milhão de microempreendedores individuais e cerca de cinco milhões de micros e pequenos empreendedores no Brasil.

Segundo o MDIC, mais de 65% das pessoas com carteira assinada em 2010 trabalhavam para esse setor.

Somente o parcelamento especial de dívidas proposto poderá beneficiar 500 mil empresas que hoje têm débitos de tributos, possibilitando ao Governo aumentar a sua receita.

Como se pode observar, esta Casa terá mais um grande desafio pela frente. A relevância da matéria justifica sua urgência constitucional. Não nos iremos furtar ao debate qualificado e democrático dessa matéria.

A atenção de milhões de pequenos empreendedores está voltada para esta Casa. A pressa, porém, não justifica o atropelo. Não podemos deixar também de ouvir representantes do Governo Federal, dos Governos estaduais e municipais.

Estaremos participando e acompanhando de perto os debates, a fim de preservar os interesses democráticos da sociedade brasileira como um todo.

Tenho a alegria de dizer que o Relator da matéria, Senador José Pimentel, é um homem que estuda e entende o assunto. Tenho a certeza de que ele irá conduzir esse debate da melhor maneira possível.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Com a palavra o Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul. *(Pausa.)*

Em votação o **Requerimento nº 1.150, de 2011**, do Senador Casildo Maldaner, que solicita licença para se ausentar dos trabalhos da Casa nos dias 21 e 22 de setembro do corrente ano, a fim de participar, como Relator, da Comissão Temporária de Defesa Civil, aprovada por aquele colegiado do VIII Fórum Nacional de Defesa Civil, a realizar-se em Maceió, Alagoas.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Aprovado.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Anibal Diniz, recebi da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul um documento do Deputado Estadual Giovani Batista Feltes, demonstrando a sua preocupação em relação a um PL que está tramitando aqui no Senado: o PL nº 289, de 2011.

Segundo ele, no breve relato que faz, a situação é que, nesse PL, haverá uma "drástica redução do coeficiente de participação do Fundo destinado ao Rio Grande do Sul, e a aprovação da matéria trará prejuízos aos cofres do nosso Estado".

Conversei sobre o tema com os outros senadores gaúchos – Senador Pedro Simon, Senadora Ana Amélia –, bem como com a bancada de Santa Catarina, do Paraná, de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Espírito Santo. Estamos dialogando, Sr. Presidente, para que esse tema não seja aprovado sem um grande debate e, se necessário for, inclusive com audiências públicas, tantas quantas forem necessárias. Todos nós defendemos, com muita convicção, o desenvolvimento do País e a redução das desigualdades intrarregionais, porém não haveremos de permitir que os estados do Sul e do Sudeste venham a perder ainda mais receitas. É só lembrar o que aconteceu recentemente, quando o carvão simplesmente foi retirado do chamado Leilão A-5.

Sr. Presidente, pela proposta, os recursos do FPE serão repartidos da seguinte forma: 85% para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e 15% para o Sul e o Sudeste. E aí nós vamos verificar, Sr. Presidente, que haverá um grande prejuízo.

Eu sou pela construção de um grande equilíbrio, que se favoreçam, sim, os que mais precisam, mas não dá para você começar a caminhar, pelo projeto apresentado, com 85% para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste e somente 15% para o Sul e o Sudeste, até porque esse debate tem que ser feito de uma forma mais ampla, eu diria até buscando um novo pacto federativo. É preciso fazer um debate em que entre o pré-sal. Aí, sim, nós vamos buscar uma saída de entendimento, onde cada bancada do seu Estado, é claro, vai defender, com muita contundência, com muita força, o que seja melhor, mediante um grande entendimento. Entendo eu que é possível, Sr. Presidente. Mesmo agora, com o Código Florestal, quando muitos duvidavam, nós estamos caminhando para um acordo.

Na questão do pré-sal, nós votamos aqui, quase que por unanimidade, a emenda Ibsen; e depois, Simon, disseram também que era um absurdo. Hoje se está caminhando para um grande entendimento, Senador Mozarildo, que vai fortalecer os municípios, para que os **royalties** do pré-sal sejam distribuídos de forma mais equilibrada para todo o povo brasileiro.

As estimativas indicam que somente o Rio Grande do Sul terá uma perda anual em torno de R$300 milhões, Sr. Presidente.

Já fizemos contato com o Governo do Estado. A preocupação foi discutida com o Secretário de Fazenda, e, nesse sentido, informo que aprovamos hoje, pela manhã, na Comissão de Direitos Humanos, a realização de audiência para debater o tema, para discutirmos a questão do FPE, na visão dos direitos humanos, e uma melhor redistribuição entre todos os Estados. A audiência terá vez dia 26 de setembro, às 9 horas. Serão convidados a participar os Secretários da Fazenda das regiões Sul e Sudeste; o Ministério da Fazenda; o Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ); e, naturalmente, convidaremos todos os secretários de Fazenda dos Estados, para construirmos um grande entendimento.

Passo agora ao segundo registro, Sr. Presidente. Eu trabalho muito nessa linha dos direitos humanos, e sei que os senhores também. E muitos que estão assistindo, neste momento, a TV Senado sabem que, para mim e para todos aqueles que têm como norte o bem, para todos que têm como missão de vida a paz, a solidariedade, a fraternidade, é importante que todos tenham acesso à universidade, inclusive os mais pobres, independentemente de cor da pele, seja índio, seja negro, seja branco. Todos devem ter direito ao acesso.

Por isso, quero registrar aqui a formatura dos gêmeos Alexandre e Lúcio Gomes em engenharia mecânica, na UnB, pelo sistema de cotas.

Sr. Presidente, quero deixar claro que existem certos feitos na vida que, para nós, são inesquecíveis. É sobre um desses feitos que quero falar um pouco.

Dois rapazes gêmeos, negros, Alexandre e Lúcio Gomes, foram aprovados, em 2006, em engenharia mecânica na Universidade de Brasília (UnB). Ambos estudantes de escola pública, passaram para a UnB antes mesmo de concluírem o terceiro ano do ensino médio. O Colégio Setor Leste, onde estudavam, liberou o certificado de conclusão do curso. O art. 125 do regimento das escolas públicas do Distrito Federal assegura benefício a alunos que possuam notas iguais ou superiores a 80% em todas as disciplinas. Eles estavam lá.

Os jovens nem acreditaram quando viram o resultado. Eles foram aprovados pelo sistema de cotas.

Pois bem, Sr. Presidente, há poucos dias, a mãe do Alexandre e do Lúcio, D. Vera Gomes, foi ao meu gabinete levar o convite para a formatura deles, que acontece hoje, Sr. Presidente, às 20 horas.

Ela trouxe uma carta linda, que incentiva a todos nós, cada vez mais, a continuar nessa luta. Diz a carta:

> Prezado e ilustríssimo Senador Paulo Piam, é com muito orgulho e com extremo reconhecimento que lhe dedico. com muito

prazer, este êxito dos meus filhos gêmeos, Lúcio e Alexandre, na conclusão do curso de engenharia mecânica na UnB, pela inclusão das cotas. Sei o quanto o nobre Senador tem lutado em prol dos menos favorecidos e pelas desigualdades sociais.

Ao senhor e aos seus colegas parlamentares, que tanto enobrecem o nosso País, com projetos de lei dignos, extremamente essenciais ao povo brasileiro, principalmente aos menos favorecidos, nosso muito obrigado.

Sr. Presidente, faço esse registro, demonstrando toda nossa felicidade com o sucesso da nossa juventude. E claro que ficamos sensibilizados pelo reconhecimento da D. Vera em relação a uma lei que cumpre importante papel na nossa sociedade. O sistema de cotas, no meu entendimento, é justo, e sua implantação tem trazido resultados muito positivos, não só no Brasil, mas no mundo. Nos países asiáticos foi usado, nos Estados Unidos foi usado. A própria Michelle Obama estudou pelo sistema de cotas. O Obama, num segundo momento, fez também a sua faculdade, mas por influência desse processo, e hoje é presidente dos Estados Unidos.

À D. Vera, enfim, o meu abraço afetuoso, meus sinceros parabéns por esse brilhante feito. O mérito é dos seus filhos, o mérito é da senhora, o mérito é da resistência para que esse momento tão bonito acontecesse. Tenho certeza de que, hoje à noite, eles serão aplaudidos de pé, e eles poderão dizer: "Nós chegamos lá".

Meu grande abraço, enfim, aos gêmeos Alexandre e Lúcio e os meus votos de muito sucesso em sua carreira profissional, em suas vidas como um todo.

Coisas assim, Sr. Presidente, só fortalecem a nossa certeza de que o trabalho que fazemos aqui está valendo a pena, está tendo resultado.

E aí, meu querido Presidente Senador Anibal, eu poderia, com muita convicção, dizer também que o ProUni nos traz momentos ricos como esse em todo o País.

Quero ainda dizer, Sr. Presidente, que recebi uma correspondência do Ministro Carlos Lupi, do Trabalho e Emprego. Faço questão de fazer a leitura da correspondência do Ministro, que se refere à Portaria nº 1.510, de 2009, expedida por ele, no sentido de regulamentar o Registro de Ponto Eletrônico para que o trabalhador tenha um documento que comprove a sua jornada de trabalho.

Em vigor desde 2009, a portaria passou a funcionar plenamente a partir do dia 1º de setembro deste ano.

Diz o Ministro Carlos Lupi, na carta que nos remeteu:

Em primeiro lugar, gostaria de garantir que essa medida, em nenhum momento, torna obrigatória a adoção do ponto eletrônico em empresas que não utilizam essa tecnologia. Ou seja, a portaria não torna obrigatória a utilização dessa modalidade de controle da jornada. Ela apenas regulamenta o uso desse tipo de aparelho nas empresas que já adotam esse sistema. Pelos cálculos do Ministério do Trabalho e Emprego, a medida atinge cerca de 350 mil empresas, somente 5% do total de empresas de nosso País.

Sinto-me no dever de enviar documentos comprovando que todos os envolvidos nesse processo tiveram a oportunidade de trazer ao debate todas as dúvidas e sugestões, para um grupo de discussão tripartite.

Também gostaria de lembrar que a regulamentação atendeu a reiterados pedidos da Justiça do Trabalho, para que o Ministério do Trabalho e Emprego regulasse essa modalidade de controle de jornada.

Trata-se, portanto, de medida fundamental para garantir o equilíbrio e o avanço das relações de trabalho em nosso País, pois, antes da regulamentação, somente os empregadores tinham acesso às informações depositadas nas máquinas de controle da jornada. Com o advento da Portaria nº 1.510/09, o trabalhador também passa a ter acesso a essas informações.

Em recente votação, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou um decreto legislativo que vai contra a portaria, sem que fosse dada a este Ministério a oportunidade de debater o tema com profundidade e dizer por que não concorda com o decreto.

Diante disso, coloco-me à inteira disposição de todos os senhores para que, a qualquer momento, seja chamado a exercer democraticamente o meu direito de fazer o contraditório e participar desse debate e, dessa forma, elucidar todos os pontos a esse assunto.

Atenciosamente,

Carlos Alberto Lupi, Ministro do Trabalho e Emprego.

Quero dizer, Sr. Presidente, que, atendendo à solicitação do Ministro, nós e outros senadores encaminhamos à Mesa um requerimento para que esse de-

creto legislativo venha ao Plenário. Ato subsequente, entramos e aprovamos um requerimento na Comissão de Direitos Humanos e também na Subcomissão de Trabalho e Previdência, ambas que presido, para que o Ministro Lupi e aqueles que são contra a Portaria nº 1.510, do Ministro, sejam ouvidos.

Quero dizer mais, Sr. Presidente: quero dizer que comungo com a mesma visão do Ministro e que recebi notas de apoio à portaria da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho), cuja cópia tenho aqui e vou enviar à Mesa. Recebi também da ANPT (Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho) nota concordando com o Ministro e vou encaminhar à Mesa, além de documento de todas as centrais sindicais de trabalhadores, como também das confederações, na mesma linha. Vou encaminhar todos os documentos à Mesa.

Com essas informações, Sr. Presidente, fica claro que essa visão não é somente minha. É da Associação Nacional dos Procuradores, é dos juízes da área do trabalho, é das centrais sindicais, é das confederações, das federações e também dos sindicatos. O que eles querem é somente dar o direito ao trabalhador de comprovar que ele trabalhou jornada de 6 horas, de 8 horas, de 10 horas, de 12 horas e que fez horas extras e, consequentemente, tem o direito a recebê-las.

Quero também informar, Sr. Presidente, uma vez que falei aqui, nos meus últimos seis minutos, da questão das cotas, que, nesta segunda-feira, pela manhã e à tarde, teremos um debate sobre as ações afirmativas, sobre a regulamentação do Estatuto da Igualdade Racial, na Comissão de Direitos Humanos.

Teremos também nesta semana, no dia 20 de setembro, na Comissão de Direitos Humanos, uma audiência pública para debater a importância do 20 de setembro, data comemorativa da Revolução Farroupilha. Falaremos dos momentos que marcaram a nossa história, da caminhada dos lanceiros negros, enfim, de muita coisa que não foi contada.

Achamos que a Comissão de Direitos humanos é, como eu digo sempre, uma trincheira que visa permitir que a sociedade organizada expressa seus pontos de vista sobre os mais variados temas. Por isso o Senador Simon inclusive entrou com um requerimento para que se instalasse lá uma subcomissão de combate à corrupção e à impunidade.

Quero cumprimentar o Ministro recentemente eleito, indicado e aprovado por nós todos, tenho certeza por esta Casa, o Ministro Pimentel. S. Exª esteve lá hoje pela manhã e disse que não há problema nenhum, que é bom que se tenha espaço aqui na Casa para que se discuta esse tema e se dialogue com a sociedade nessa linha. Os Parlamentares que fazem parte, como o Senador Randolfe, que participou de todas as reuniões, a intenção é fortalecer o trabalho feito com muita contundência e firmeza ela Presidente Dilma e que recebe o apoio de grande parte da sociedade. Quero cumprimentar mais uma vez o Ministro Pimentel, Senador da República, que agora passou a ser Líder do Governo aqui no Congresso Nacional.

Só não a instalamos hoje pela manhã porque existem quatro Comissões funcionando lá na Comissão de Direitos Humanos: Comissão de Combate ao Trabalho Escravo, Comissão das Mulheres, Comissão de Combate à Miséria e à Fome e a Comissão que defende o idoso, a criança, o adolescente, o deficiente, que cumpre naturalmente um papel fundamental.

Dialoguei com o Senador Simon, independente de qualquer questão, e S. Exª vai articular, em nome da Comissão de Direitos Humanos, essa caminhada de todos nós. Tenho certeza de que avançaremos nesse sentido. Eu mesmo tenho vindo muito à tribuna pedir que votemos a PEC para acabar com o voto secreto.

Outro projeto também de nossa autoria, só vou citar esses dois, é aquele que diz que o voto tem que ser transparente, porque não se entende em um Estado democrático de direito continuar votando secretamente aqui no Congresso, quando no Judiciário não tem voto secreto, quando na maioria das assembleias legislativas não tem voto secreto, quando na maioria das câmaras de vereadores não tem voto secreto. Por que, no Congresso, Senado e Câmara, a gente vota ainda secretamente?

Fruto de um livro feito por uma especialista em combate à corrupção, tem outro projeto de nossa autoria que está na CCJ para ser votado e que exige, além da punição severa – que vai na linha de que não se dê trégua àquele que assalte os cofres públicos –, a devolução de todos os bens adquiridos com uso do dinheiro da população. Apresentei esse projeto há muito tempo, porque a população, Senador Aníbal, me diz seguidamente o seguinte: “Tudo bem, prende, mata, arrebenta, mas quero saber do dinheiro nosso que foi embora?” Às vezes, são milhões, são bilhões. Então, esse projeto confisca todos os bens daquele que se apropriou indevidamente do erário público.

Agradeço a V. Exª. Fiquei dentro dos meus 20 min. Fiz na íntegra os meus pronunciamentos. Como mais os comentei do que li, peço a V. Exª que considere na íntegra os três pronunciamentos que aqui fiz.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs Senadores, desejo registrar a correspondência que recebi do Deputado Estadual Gionani Batista Feltes sobre a sua preocupação em relação a tramitação do PLS 289/2011.

Em Oficio endereçado ao meu Gabinete o parlamentar faz uma breve análise a respeito da "drástica redução do coeficiente de participação do Fundo destinado ao Rio Grande do Sul" e dos prejuízos que a aprovação da matéria trará aos cofres do Estado.

Em conversa com os outros senadores gaúchos, Senador Pedro Simon e senadora Ana Amélia, bem como da Bancada de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, buscamos apoio para que possamos realizar nesta Casa um grande debate a respeito da matéria.

Defendemos o desenvolvimento do país e a redução das desigualdades intra-regionais, porem não podemos permitir que os Estados do Sul e Sudeste percam receitas importantes e necessárias.

Pela proposta, os recursos do FPE serão repartidos da seguinte forma: 85% para o Norte, Nordeste e Centro-oeste e 15% para o Sul e Sudeste.

Estimativas indicam que somente o Rio Grande do Sul teria uma perda anual de R$ 250 milhões.

Fizemos contato com o Governo Estadual e repassamos a preocupação da Bancada Gaúcha no Senado Federal para que juntos possamos propor regras que não prejudique nenhum estado da Federação.

Quero dizer também que, diante dessa preocupação, aprovamos, hoje pela manhã, na Comissão de Direitos Humanos, a realização de uma audiência pública para tratar do tema.

A audiência terá vez dia 26 de setembro às 09:00h e serão convidados a participar, os Secretários da Fazenda da Região Sul e Sudeste, o Ministério da Fazenda e o Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs Senadores, peço atenção dos ilustres colegas de Senado para importante assunto que vou tratar neste momento.

Recebi do ministro Carlos Lupi, do Trabalho e Emprego, correspondência a respeito da Portaria 1.510/09, expedida por ele, no sentido de regulamentar o Registro de Ponto Eletrônico para o controle de jornada de trabalho.

Em vigor desde o ano de 2009, a portaria passou a vigorar plenamente a partir do dia primeiro de setembro deste ano.

Diz o ministro Carlos Lupi:

> "Em primeiro lugar, gostaria de garantir que esta medida em nenhum momento, torna obrigatória a adoção do ponto eletrônico em empresas que não utilizam esta tecnologia. Ou seja, a portaria não torna obrigatória a utilização desta modalidade de controle de jornada. Ela apenas regulamenta o uso desse tipo de aparelho nas empresas que já adotam esse sistema. Pelos cálculos do Ministério do Trabalho e Emprego, a medida atinge cerca de 350 mil empresas, apenas 5% do total de empresas de nosso país.
>
> Sinto-me no dever de enviar documentos comprovando que todos os envolvidos neste processo tiveram a oportunidade de trazer ao debate todas as dúvidas e sugestões, em um grupo de discussão tripartite.
>
> Também gostaria de lembrar que a regulamentação atendeu a reiterados pedidos de Justiça do Trabalho para que o Ministério do Trabalho e Emprego regulasse esta modalidade de controle de jornada.
>
> Trata-se de medida fundamental para garantir o equilíbrio e o avanço das relações de trabalho em nosso país, pois, antes da regulamentação, somente os empregadores tinham acesso às informações depositadas nas máquinas de controle de jornada. Com o advento da Portaria 1.510/09, o trabalhador também passa a ter acesso a essas informações.
>
> Em recente votação, a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa aprovou projeto de decreto legislativo contrário à Portaria, sem que fosse dada a este Ministério a oportunidade de debater o tema com mais profundidade.
>
> Diante disso, coloco-me à inteira disposição de todos os senhores e senhoras para, a qualquer momento, ser chamado para exercer a democracia do debate, e desta forma, elucidar todos os pontos a esse assunto.
>
> Atenciosamente, Carlos Roberto Lupi, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego".

Sr. Presidente, registro também que recebi notas de apoio à Portaria 1.510/09, da Anamatra (Associa-

ção Nacional dos Magistrados do Trabalho), da ANPT (Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho), além da Nova Central Sindical dos Trabalhadores e da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

Eu encaminho à Mesa cópia da correspondência do Ministro Lupi e dessas entidades que acabei de citar.

Era o que tinha a dizer,

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs Senadores, existem certos feitos na vida que são memoráveis.

É sobre um desses feitos que quero falar um pouco.

Dois rapazes gêmeos, Alexandre e Lúcio Gomes foram aprovados, em 2006, em engenharia mecânica na Universidade de Brasília (UNB). Detalhe: ambos estudaram em escola pública e passaram na UNB antes mesmo de concluir o 3º ano do ensino médio.

O colégio Setor Leste, onde eles estudavam, liberou o certificado de conclusão do curso. O artigo nº 125 do regimento das escolas públicas do Distrito Federal assegura o benefício a alunos que possuam notas iguais ou superiores a 80% em todas as disciplinas.

Os jovens nem acreditaram quando viram o resultado. Eles foram aprovados pelo sistema de cotas para negros.

Pois bem, há poucos dias a mãe do Alexandre e do Lúcio, dona Vera Gomes, foi ao meu Gabinete levar o convite para a formatura deles, que acontece hoje, às 20:00h. Ela trouxe uma carta linda que diz assim:

> "Prezado e ilustríssimo Senador Paulo Paim, é com muito orgulho e com extremo reconhecimento que lhe dedico, com muito prazer, este êxito dos meus filhos gêmeos: Lúcio e Alexandre, na conclusão do curso de Engenharia Mecânica na UNB, pela inclusão de cota de negros. Sei o quanto o nobre Senador tem lutado em prol dos menos favorecidos e pelas desigualdades sociais. Ao senhor e aos seus colegas parlamentares que tanto enobrecem nosso país, com projetos de leis dignos, extremamente essenciais ao povo brasileiro, principalmente os menos favorecidos, nosso muito obrigado."

Sr. Presidente, eu fico muito feliz com o sucesso desses jovens. E, fico muito sensibilizado pelo reconhecimento de dona Vera em relação a uma Lei que cumpre importante papel para nossa sociedade.

O sistema de cotas é justo e sua implantação tem trazido resultados muito positivos, como podemos ver.

Dona Vera, meu afetuoso abraço prá Senhora, meus sinceros parabéns por esse brilhante feito dos seus filhos.

Meu grande abraço também aos gêmeos Alexandre e Lúcio e meus votos de muito sucesso em sua carreira profissional e em suas vidas como um todo.

Coisas assim só fortalecem a nossa certeza de que o trabalho que fazemos aqui está valendo a pena e está tendo resultados.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

Ofício nº 1.995/GM/MTE

Brasília, 31 de agosto de 2011

A Sua Excelência o Senhor
Senador Paulo Paim
Anexo I, 22º andar, gab. 4
Senado Federal
Brasília – DF
Assunto: PDS nº 593/2010

Senhor Senador,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, solicito sua atenção para alguns esclarecimentos quanto a Portaria MTE nº 1.510/09, expedida por mim, enquanto Ministro do Trabalho e Emprego, no sentido de regulamentar o Registro de Ponto Eletrônico (REP) para o controle de jornada de trabalho. Em vigor desde 2009, a portaria passa a vigorar plenamente a partir de primeiro de setembro deste ano.

Em primeiro lugar, gostaria de garantir aos senhores que esta medida em nenhum momento torna obrigatória a adoção do ponto eletrônico em empresa que não utilizam essa tecnologia. Ou seja, a portaria não torna obrigatória a utilização desta modalidade do controle de jornada. Ela apenas regulamenta o uso desse tipo de aparelho na empresa que já adotam este sistema. Pelo cálculo do Ministério do Trabalho e Emprego, a medida atinge cerca de 350 mil empresas – apenas 5% do total de empresas de nosso País.

Sinto-me no dever de enviar documentos comprovando que todos os envolvidos neste processo tiveram a oportunidade de trazer ao debate todas as dúvidas e sugestões em um grupo de discussão tripartite. Também gostaria de lembrar que a regulamentação atendeu a reiterados pedidos da Justiça do Trabalho para que o Ministério do Trabalho e Emprego regulasse esta modalidade de controle de jornada.

Trata-se de medida fundamental para garantir o equilíbrio e o avanço das relações do trabalho em nosso País, pois, antes da regulamentação somente os empregadores tinham acesso às informações depositadas nas máquinas de controle de jornada. Com o advento da Portaria nº 1.510/09, o trabalhador também passou a ter acesso a essas informações.

Em recente votação, a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa aprovou projeto de decreto legislativo contrário à Portaria, sem que fosse dado a esse Ministério a oportunidade de debater o tema com mais profundidade. Diante disso, coloco-me à inteira disposição de todos e senhores e senhoras para, a qualquer momento, ser chamado para exercer a democracia do debate e, desta forma, elucidar todos os pontos relativos a esse assunto.

Esclarecemos ainda que, a partir de primeiro de setembro deste ano, os auditores fiscais do Trabalho passarão a visitar as empresas para realizar um trabalho de conscientização e divulgação da regulamentação.

Atenciosamente, – **Carlos Roberto Lupi**, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.

NOTA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DO TRABALHO (ANAMATRA)

A Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (ANAMATRA), entidade representativa dos juízes trabalhistas de todo o País, participa das discussões do Grupo de Trabalho tripartite formando no Ministério do Trabalho para discutir eventuais modificações na Portarias nº 1.510/2009, que estabelece parâmetros para o chamado "ponto eletrônico" que registra os horários de entrada e saída dos empregados em empresas com mais de dez empregados.

A Portaria em questão representa um notável avanço para as relações de trabalho, restabelecendo a natureza bilateral das anotações de horário, fixando critérios seguros que restituem a credibilidade dos pontos eletrônicos e dando segurança jurídica às partes envolvidas no contrato de trabalho, além de assegurar o cumprimento da legislação trabalhista e fiscal. Essa importante medida moralizadora atendeu, inclusive, aos apelos da magistratura do Trabalho, que, por deliberação adotada em CONAMAT (Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), requereu que o Ministério do Trabalho regulamentasse a matéria.

Assim, é com grande surpresa e estranheza que a Anamatra recebeu a notícia de uma pesquisa realizada pela Associação Instituto Brasileiro de Relações de Trabalho e Emprego, pelo qual teria a referida associação constatado que menos de um por cento dos processos que reclamam horas extras dizem respeito a ponto eletrônico.

Antes de tudo, tal afirmação contraria fortemente o conhecimento prático dos juízes do Trabalho brasileiro que, diariamente, constatam controvérsias envolvendo o pagamento ou não de horas extras por parte de empresas que utilizam o ponto eletrônico. Aliás, a afirmação contraria também os dados trazidos pelos próprios empregadores, que informam que cerca de 400 mil empresas utilizam o ponto eletrônico no Brasil.

Além disso, como é sabido que o processo eletrônico ainda não está em operação na Justiça do Trabalho e as tabelas estatísticas ainda estão em fase de implantação, parece bastante duvidosos os dados apresentados relativamente a quantidade de processos trabalhistas em que se postula o pagamento de horas extras realizadas e que, muitas vezes, nem mesmo são registrados pelos diferentes sistemas que registro adotados pelas empresas.

Da mesma forma, metodologicamente, somente é possível afirmar que existe ou não discussão sobre ponto eletrônico através da consulta física a centenas de milhares de processos – o que confessadamente não foi feito nos dois Tribunais relatados na pesquisa.

Parece, a primeira vista que se pretende apresentar uma mera consulta na jurisprudência de dois tribunais (que os processos que não são objeto de recursos), limitada às ementas eletronicamente armazenadas, através de buscador tipo Google, com palavras-chaves (com todas as insuficiências que pesquisa tão rudimentar apresenta) com um dado relevante que se contraponha ao testemunho de todos os juízes trabalhistas nacionais, manifestado pela entidade nacional dos Magistrados do Trabalho, como base em resolução de seu Congresso Nacional.

A Anamatra reafirma sua convicção de que a regulação feita pela Portaria nº 1.510/09 representa um fator imprescindível para a moralização das relações de trabalho e de resgate da confiabilidade dos registros-ponto, em benefício não apenas dos trabalhadores de suas obrigações trabalhistas e fiscais (que entendemos sejam a maioria) que somente podem ver como altamente oportuna e salutar uma medida legal que reconstitui a credibilidade dos próprios relatórios que produzem e apresentam a Fiscalização Trabalhista e ao Judiciário.

Brasília, 9 de agosto de 2011. – **Renato Henry Sant'Anna,**Presidente.

P. Paim

NOVA CENTRAL SINDICAL DE TRABALHADORES

Gab. Flávio (Parecer)

NCST NOVA CENTRAL

BRASÍLIA

UNICIDADE - DESENVOLVIMENTO - JUSTIÇA SOCIAL

Brasília (DF), 06 de Setembro de 2011.

Ofício Circular NCST - 007/11

Retorno 06/09/11

GAB. SENADOR PAULO PAIM
GABFLOW
Processo Nº 1835/11

Senhor (a) Senador (a),

Tomamos conhecimento que tramita nesta Casa o Projeto de Decreto Legislativo nº 593/10, que tem como objetivo sustar os efeitos da Portaria 1.510/10, do Ministério do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico e a utilização do Sistema Eletrônico de Ponto.

O mencionado PDL, proposto pelo Senador ARMANDO MONTEIRO – PTB/PE atende tão somente os interesses de parte do empresariado que sem motivo justificável relutam à adoção do Ponto Eletrônico.

A Portaria 1.510/10, prevista para entrar em vigor a partir de 03 de outubro do corrente ano, após ser prorrogada em três oportunidades, trará vantagens tanto para os trabalhadores quanto para os empregadores.

Com a adesão do ponto eletrônico, o controle de entrada e saída dos trabalhadores passará a ser mais organizado, já que cada registro efetuado no sistema eletrônico de ponto, obrigatoriamente deverá emitir um comprovante.

O ponto eletrônico traz uma segurança jurídica maior para as empresas. O aparelho possui uma memória que não pode ser apagada, assim fica mais fácil para o empregador comprovar as informações alegadas pelos funcionários. Com isso, a tendência é que as ações trabalhistas diminuam, especialmente ao levanto de horas extraordinárias.

Outra vantagem é a possibilidade de evitar doenças profissionais e acidentes de trabalho decorrentes do excesso de jornada. Ou seja, é uma maior garantia de respeito à jornada máxima, ao horário de trabalho, ao repouso, às férias, aos intervalos, a saúde e um maior tempo para o convívio familiar.

Diante disso, e em nome dos seus milhões de representados, a Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST conclama o (a) nobre Senador (a) a votar contra o PDL 593/10, garantido esse direito aos trabalhadores, parte historicamente menos favorecida na relação capital-trabalho.

Sem mais para o momento, e certos de que vosso elevado espírito de justiça levará em conta estes relevantes aspectos, renovamos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

JOSÉ CALIXTO RAMOS
Presidente - NCST

CGTB
CENTRAL GERAL DOS TRABALHADORES DO BRASIL
Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
Rua Conselheiro Brotero, 589 6º andar – Santa Cecilia – 01154-001 São Paulo/SP
Telefax: (55.11) 3663-0473
cgtb@cgtb.org.br - www.cgtb.org.br CNPJ: 66.868.118/0001-44
Filiada à Federação Sindical Mundial - FSM

GAB. SENADOR PAULO PAIM
SAF/LOT
Processo nº 1836/1

São Paulo, 31 de agosto de 2011

Efetivo

Já respondido por telefone à Assessora do Presidente da CGTB.
Gabriel
06/9.

Ilmo. Sr.
Paulo Paim
Senador da República

Ao mesmo tempo em que reiteramos nossas manifestações de estima e consideração, gostaríamos de pedir o seu apoio para rejeitar o Projeto de Decreto Legislativo (PDS 593/10), que busca sustar os efeitos da Portaria 1.510/09, do Ministério do Trabalho, que estabelece parâmetros para a utilização do Registro Eletrônico de Ponto e busca limitar as fraudes existentes na marcação das horas-extras trabalhadas, proteger o trabalhador e os empresários sérios.

Antes de tudo é importante ressalvar que a Portaria não obriga as empresas utilizarem o Ponto Eletrônico. Ela apenas estabelece critérios para quem utiliza este instrumento de marcação das horas trabalhadas e ainda preserva a preponderância de acordos coletivos para os setores com particularidades.

As centrais sindicais apóiam esta iniciativa porque conhecemos na prática os inúmeros mecanismos utilizados pelos maus empresários para burlar o pagamento de horas extras e, em alguns casos, ludibriar os trabalhadores mais humildes, e sonegar impostos. Neste sentido, há de se destacar que os números são de assustar: R$ 1,6 bilhão em FGTS, R$ 4,1 bilhões em Previdência Social, 956,8 mil postos de trabalho indisponibilizados. Este é o resultado da prática abusiva, que exigem horas extras de seus empregados, sem contrapartida, sem remunerá-las. Prejuízo ao FGTS, rombo na Previdência, pais de família desempregados.

Está prática tem sido possível pelos artifícios adotados quanto ao controle de ponto, não raro tão criativos que frustram a eficácia de uma fiscalização menos rigorosa. As artimanhas são as mais variadas, dentro das previsões de controle de jornada previstas pela Consolidação das Leis do Trabalho – manual, mecânico ou eletrônico. Alegar prejuízo à competitividade da indústria nacional para perpetuar a burla ao direito do trabalhador é tão cruel quanto advogar em favor dos senhores feudais dos tempos modernos para justificar situações análogas à escravidão.

No universo dos infratores da lei, o empregado é obrigado a anotar no livro, o horário predeterminado; quando o apontamento é mecânico, a hora do relógio não é a hora oficial; e em se tratando de registro eletrônico, é comum acontecer de o "computador" deletar todos os excessos ao transportar os dados para a folha de pagamento, num uso perverso da evolução tecnológica.

Pensando nisto, e diante da obsolescência dos controles manual e mecânico, a introdução de regras rígidas para a modalidade do crescente sistema de controle eletrônico apresenta-se como meio eficaz de conter os abusos, de conter a sonegação de salários, de empregos e de contribuições sociais.

A questão é simples; a solução, plausível e inadiável.

Não se tinha, entretanto, até então, notícia de nenhuma iniciativa que pudesse enquadrar os abusos ao império normativo.

Por isto é que a CGTB - Central Geral dos Trabalhadores do Brasil - não pode deixar de manifestar, de apoiar e de aplaudir a iniciativa do ministro do Trabalho, Carlos Lupi, de fazer valer os rigores do Registro de Pronto Eletrônico, instituído pela Portaria 1.510, de 21 de agosto de 2009. O novo sistema, até onde se pode imaginar, é imune a fraudes, não haverá minuto da força de trabalho do empregado que não repercutirá na geração da folha de pagamento, no seu hollerit.

Por ora, o Registro de Ponto Eletrônico se subsume a regência de Portaria, protegida pela natureza de complemento legiferante, assegurado pela CLT. A promoção à hierarquia de lei com a eficácia que lhe dá o processo legislativo será com certeza questão de tempo, para a consolidação da justiça social, quanto a este direito, nas relações de trabalho.

Antonio Neto
Presidente da **CGTB**

RESUMO DO RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO TRIPARTITE PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PONTO ELETRÔNICO

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

O presente relatório apresenta as atividades do Grupo de Trabalho (GT) criado pela Portaria nº 373/2011, com o funcionamento disciplinado pela Portaria nº 917/2011 e seus membros designados pela Portaria nº 1.469/2011.

OBJETIVOS DO GRUPO DE TRABALHO:

O GT foi constituído com o objetivo de elaborar estudos técnicos para o aperfeiçoamento do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP, disciplinado pela Portaria nº 1.510/2009, respeitando os princípios jurídicos que devem nortear o registro de ponto.

INTRODUÇÃO:

Depois de dois anos de estudo da Secretaria de Inspeção do Trabalho em que participaram a Anamatra e o Ministério Público do Trabalho, o SREP foi implantado em agosto de 2009 pela Portaria nº 1.510/2009 para combater as fraudes constatadas pela Inspeção do Trabalho e pela Justiça do Trabalho. Desde então, apenas as empresas que optam pelo sistema eletrônico estão obrigadas a utilizar o Programa de Tratamento de Registro de Ponto – PTRP. Foi concedido o prazo de um ano para a utilização do Registrador Eletrônico de Ponto – REP. Esse prazo foi prorrogado por duas vezes, resultando no prazo total de dois anos.

Reconhecida como impossível a segurança em controles eletrônicos de jornada feitos exclusivamente por **software,** o MTE disciplinou o ponto eletrônico (SREP) dividindo-o em **hardware** (REP) e **software** (PTRP). O REP tem a função de preservar os dados íntegros, enquanto o PTRP permite ao empregador o tratamento dos dados.

O GT da Portaria nº 1.469/2011 foi criado dentro do seguinte quadro: já há 117 modelos de REP registrados no MTE; 29 indústrias fabricantes de REP; mais de 600 fabricantes de **software**; 260.000 REP vendidos; mais de 100.000 empresas usuárias; R$1,3 bilhão recuperado em contribuições para Previdência e FGTS no ano de 2010, apenas com a implantação parcial; previsão de recuperação de R$4,7 bilhões anuais após implantação total.

REUNIÕES REALIZADAS:

Os trabalhos do GT foram realizados em seis reuniões semanais, sempre acompanhados pela Secretária de Inspeção do Trabalho, ou, em caso de impossibilidade, do seu substituto, nos dias 22-7-2011, 28-7-2011, 4-8-2011, 11-8-2011, 18-8-2011 e 25-8-2011. As reuniões foram gravadas e degravadas.

A primeira reunião do grupo, realizada no dia 22-7-2011, foi aberta pelo Senhor Secretário Executivo do MTE, representando o Senhor Ministro do Trabalho e Emprego. A reunião inaugural serviu para que os membros expusessem suas expectativas. A Coordenação solicitou que os membros trouxessem, por escrito e sistematizado, os maiores problemas enfrentados pelos empregadores e pelos trabalhadores, com propostas de soluções técnicas para discutir e estudar o aperfeiçoamento do sistema.

Na segunda reunião, realizada no dia 28-7-2011, o MTE fez uma exposição do SREP. Foram abordados os princípios jurídicos que devem nortear o registro de ponto e elencados os itens da Portaria nº 1.510, sob o ponto de vista da lógica de motivação da construção e funcionamento. Foram explicados os elementos de segurança para inviolabilidade do sistema. Outro ponto destacado foi a teia de responsabilidades como outro item da lógica de segurança. Após a apresentação, os membros tiveram oportunidade de colocar seus questionamentos e contraposições ao que foi apresentado. Ao final da discussão, a Coordenação repetiu a solicitação para que a bancada dos empregadores trouxesse as sugestões alternativas por escrito para ser distribuído, sempre considerando os requisitos essenciais colocados, para que na reunião seguinte os trabalhadores também pudessem se manifestar e discutir com base em algo consistente. Nessa reunião foi apresentado um pleito da bancada patronal, a ser encaminhado ao Senhor Ministro, para que as reuniões fossem quinzenais e não semanais.

A terceira reunião foi realizada no dia 4-8-2011. Após a abertura, foi esclarecido que o Senhor Ministro optou por continuar com calendário das reuniões semanais. Foi dada a palavra ao representante da CNA, que fez uma apresentação, elencando os problemas, sob seu ponto de vista e de sua bancada, acerca da Portaria nº 1.510. Destacou que considera inviável a utilização de um equipamento de registro de ponto que obriga a todos adquirirem esse equipamento e apresentou alguns exemplos de problemas de funcionamento nos REP já em utilização. Ao final de sua apresentação, afirmou que a CNA concorda com o sistema, mas considera que o REP não é a única alternativa e que estaria colocando na mesa os termos de inviabilidade técnica e econômica em um país como o Brasil. O representante da CONSIF passou às mãos da coordenação uma proposta de alteração da Portaria nº 373, que consiste em tornar a utilização do REP facultativa, sem a necessidade de negociação coletiva.

Na quarta reunião do grupo de trabalho, realizada no dia 11-8-2011, um representante do MTE no grupo fez uma série de esclarecimentos acerca de

aspectos técnicos do SREP, tratados nas reuniões anteriores. Primeiramente, abordou os fundamentos do GT e que o grupo tem caráter técnico, tripartite, consultivo e possui como objetivo principal elaborar estudos técnicos com a finalidade de revisão e aperfeiçoamento do SREP. Ressaltou que na elaboração dos estudos técnicos é necessário obedecer a certos requisitos essenciais, tais como guardar a marcação original e verdadeira do trabalhador em local neutro e garantir a disponibilidade da informação tanto para o empregador, quanto para o trabalhador e para o Estado. Elencou mais algumas questões técnicas relativas ao REP, inclusive quanto ao equipamento REP portátil e móvel. Quanto ao processo de certificação de modelos de REP, afirmou que os órgãos possuem critérios objetivos para esse procedimento e que a certificação é feita em processo de conformidade entre os órgãos técnicos credenciados pelo MTE. Ressaltou que os defeitos que foram encontrados nos equipamentos REP, citados na última reunião, não dizem respeito ao procedimento de certificação e sim à qualidade da fabricação, como em qualquer equipamento eletrônico e de responsabilidade do fabricante. Ao final da apresentação, foi aberta a possibilidade para que os membros solicitassem esclarecimentos acerca de determinados pontos. Ao final da discussão, a coordenação lembrou que o objetivo essencial do Grupo de Trabalho *é* buscar formas de se aperfeiçoar o REP e pediu para que os membros apresentem sugestões e propostas para tal aperfeiçoamento e destacou que a única proposta registrada foi a de alteração da Portaria nº 373, que é válida, mas os critérios de aperfeiçoamento do sistema não chegaram a ser apresentados. Assinalou o dia da realização da reunião seguinte (18-8-2011) como data limite para a apresentação das propostas e sugestões em relação ao REP.

A quinta reunião ocorreu no dia 18-8-2011. O MTE fez uma apresentação relativa às especificações técnicas inerentes ao processo de certificação de REP. Foi destacado, também, que estudos demonstram a impossibilidade de se garantir a segurança do controle de jornada apenas com **software**. Foi feita uma apresentação por parte de um técnico, convidado pela CNC, que afirmou inexistir memória que garante que nunca haverá a perda dos dados nela gravados, além de tecer mais alguns comentários acerca do funcionamento e estrutura do REP. O assistente técnico trazido pela CNI afirmou que a principal fragilidade da regulamentação é uma busca da proteção da informação de forma física, e não de forma lógica, além da capacidade da memória limitar a vida útil do REP. Declinou uma série de pontos que considera frágeis no SREP e observou que deve ser discutida a possibilidade de uso de certificado digital com criptografia de chave assíncrona pública e privada. O representante da CNI afirmou que o REP pode ser uma solução, mas não pode ser a única e que devem ser buscadas soluções tecnológicas que garantam a informação, com a utilização da segurança lógica, ao invés da segurança física proposta no REP, e apresentou, em nome da bancada patronal, uma proposta que, segundo ele, avança em relação à anterior. *A* coordenação esclareceu que o REP não é a única solução, já que a Portaria nº 373 traz a possibilidade de adoção de sistemas alternativos ao REP, desde que haja acordo coletivo. Os representantes das centrais sindicais CGTB, CUT e UGT reagiram à proposta da bancada dos empregadores, afirmando que ela representa um retrocesso no processo, tendo como propósito desconstruir, e não aprimorar a portaria. O representante da CNA fez alguns esclarecimentos acerca do conteúdo da proposta apresentada e reafirmou que as entidades patronais já apresentaram diversas questões que, em seu entendimento, demonstram a inviabilidade do REP. Fez a entrega de um questionário, solicitando que a coordenação responda às indagações nele constantes. O representante da Anamatra afirmou que a visão da Justiça do Trabalho a respeito dos registros de ponto eletrônico que hoje são trazidos para os processos é que ele não é fidedigno, mas que a partir do momento em que o empregador levar para o processo uma documentação gerada por equipamentos certificados pelo MTE será muito mais difícil de desconstituir esta prova. A coordenação explicou que, em relação à proposta de utilização de certificação digital, é possível que seja aberta essa discussão, mas lembrou que nos estudos realizados não se encontrou uma solução, com o uso da certificação digital, para o REP. Solicitou, por fim, que a proposta seja melhor detalhada e apresentada.

A sexta reunião foi realizada no dia 25-8-2011. Com o objetivo de expor alguns aspectos técnicos abordados na reunião anterior, o MTE apresentou o Prof. Carlos d'Avila, responsável técnico pela COPPETEC da UFRJ, um dos órgãos técnicos credenciados. O professor afirmou que o modelo da Portaria nº 1.510, difere um pouco dos modelos tradicionais, nos quais há regulamentação analítica. A Portaria nº 1.510 estabelece paradigmas, diretrizes, referências, que resultam em especificações técnicas, porém o sistema não é fechado tecnologicamente. Esclareceu que a estrutura do REP é composta de blocos funcionais principais e que essa estrutura é resultado de especificações técnicas que foram originadas com base em entendimentos firmados entre os órgãos Técnicos e MTE, fundamentados nas especificações contidas na Portaria nº 1.510. Lembrou que são especificações

técnicas objetivas que estabelece como o REP deve ser construído. Esclareceu, por exemplo, que o relógio do REP é de estado sólido e garante a precisão do REP de forma bastante robusta. Afirmou que o REP é um equipamento seguro e confiável. Lembrou que a porta fiscal é configurada como uma porta de saída, o que significa que é impossível introduzir ou enviar um comando para a CPU do REP e, em consequência, haver a invasão do REP por vírus. Esclareceu que a MRP – Memória de Registro Permanente é uma Memória Fiscal, soldada, fixa na placa, resinada e controlada por um micro processador dedicado somente a ela. Informou, exemplificadamente, que em uma empresa com 120 funcionários, com quatro marcações/dia, utilizando-se um REP com memória de 256MB seriam necessários 50 anos para preencher essa memória. Aduziu que o tempo de retenção dos dados na memória depende do fabricante, mas é de, no mínimo, 10 anos. Afirmou ser impossível certificar **software** externo de tratamento e que a única forma de garantir a segurança do sistema é buscando proteger o equipamento, no caso, o REP. Afirmou que a veracidade de uma informação só é assegurada se a informação puder ser confrontada com um dado e que essa situação não pode ser garantida em nenhum **hardware** comercial do tipo PC, isoladamente, ou em Rede. Continuou afirmando que não se tem como garantir, seja por meio lógico, por **software** ou por o que quer que seja que uma máquina dessas irá proteger e garantir a veracidade desse dado. Questionado pelos trabalhadores sobre a necessidade do comprovante em função de toda a segurança explicada, o professor esclareceu que a inviolabilidade do REP está ligada a construção e aos dispositivos que fazem parte da sua arquitetura independente da impressão. O Coordenador complementou a resposta, informando que o comprovante do trabalhador visa dar a possibilidade ao trabalhador de conferir sua marcação a cada momento e dar a ele a prova para que em caso de uma reclamação ele possa fazer uso da prova e que sem a existência do comprovante do trabalhador, todos os outros estímulos para tentativa da quebra de segurança acontecerá. Isso garante a integralidade do dado. Concluiu lembrando que o comprovante do trabalhador cumpre a função de garantir a bilateralidade, necessária ao registro de ponto. O representante da Anamatra se comprometeu, pessoalmente, a ajudar a elaborar um projeto de lei, visando dar segurança jurídica e confiabilidade aos documentos gerados pelo SREP. O representante da CNA falou da possibilidade de os empregados serem obrigados a registrarem seu ponto e continuarem a trabalhar. O coordenador explicou que, no sistema anterior à Portaria nº 1.510, ao chegar e encontrar pessoas trabalhando, o Fiscal solicitava a apresentação dos espelhos de ponto, o que nem sempre ocorria no mesmo instante, em razão de, por exemplo, o escritório da empresa estar fechado. Ao receber o documento em outro dia, o Auditor verificava sempre que, exatamente no dia da fiscalização, a hora extra estava registrada. Com o SREP, a fiscalização pode emitir imediatamente a relação das marcações feitas nas ultimas 24 horas e pode obter cópia do arquivo gravado na memória do REP. Com essa possibilidade, o mau empregador não tem como alterar as marcações e a fiscalização terá como detectar a fraude praticada. Ao final dos debates, foi feita uma apresentação pela coordenação, com o objetivo de analisar a proposta apresentada pela bancada patronal, na reunião anterior. Iniciou afirmando que, diferentemente do que consta nos “Considerandos” da proposta, a experiência do MTE mostra que foi a falta de confiabilidade dos sistemas existentes antes da Portaria nº 1.510/2009 e a constatação das fraudes pela Inspeção do Trabalho e pela Justiça do Trabalho que motivou a regulamentação do SREP. Quanto ao artigo 2°, inciso IV, proposto, consta que o sistema adotado não deve permitir a alteração ou eliminação dos dados primários registrados pelo empregado. A proposta não contempla a regulamentação da forma como se dará essa garantia. O coordenador informou que a única forma de dar essa garantia é com a guarda do dado original e verdadeiro em local neutro. Se o dado ficar armazenado em local onde o empregador detenha o exclusivo e total controle haverá a quebra da bilateralidade. Por fim, afirmou que o REP cumpre essa função e lembrou que a Portaria nº 373, abre a possibilidade de adoção de sistema alternativo, mediante acordo coletivo. Quanto ao parágrafo primeiro do artigo 2°, o coordenador informou que não há possibilidade de ser garantida a segurança do registro de ponto utilizando-se, apenas, **software**. Essa informação foi anunciada, inclusive, pelo representante da Anamatra na audiência pública realizada pela Câmara dos Deputados, em dezembro de 2010. O artigo 4° proposto trata da criação de grupo de trabalho tripartite para estabelecer normas técnicas e processos de certificação do REP. A coordenação esclareceu que, conforme já apresentado, o SREP possui critérios técnicos e objetivos para certificação, como foi apresentado na reunião de 18-8-2011. O coordenador apresentou, ainda, algumas inconsistências formais contidas na proposta. Após a apresentação da análise, o MTE entregou, por escrito, as respostas do questionário formulado pela CNA. A seguir, foi passada a palavra aos representantes das Centrais Sindicais e, todos os presentes (CUT, CGTB, UGT, Nova

Central Sindical e CTB) foram contrários à proposta apresentada pela bancada patronal e solicitaram que haja a imediata entrada em vigência da Portaria nº 1.510, em sua plenitude, mantendo-se a Portaria nº 373. O representante da Anamatra fez um apelo ao Ministro do Trabalho e Emprego, para que mantenha o prazo final de adoção do REP em 1° de setembro.

CONCLUSÃO

Embora o MTE tivesse enfatizado em todas as reuniões os objetivos do grupo e a necessidade da apresentação de propostas para o aperfeiçoamento do sistema, não houve qualquer proposição que oferecesse melhorias no modelo disciplinado pela Portaria 1.510/2009. As discussões provocadas pela bancada patronal concentraram-se em críticas ao REP, elemento fundamental para garantir a segurança de todo sistema. A proposta apresentada pelas confederações patronais para alteração da regulamentação do SREP trazia a possibilidade de controle de ponto apenas por **software**, reconhecidamente inseguro pela Inspeção do Trabalho e pela Justiça do Trabalho, representando um retrocesso ao nível de segurança alcançado com o SREP.

A proposição da bancada dos empregadores também excluía a obrigatoriedade da concordância do representante do trabalhador com o sistema alternativo ao SREP, já que o acordo coletivo passou a ser requisito prescindível.

Os pontos exequíveis da proposta patronal já estavam contemplados pela Portaria nº 373/2011, que admite sistemas alternativos ao SREP mediante acordo coletivo de trabalho.

Todos os representantes das centrais sindicais presentes na última reunião (Nova Central Sindical, CUT, CGTB, UGT e CTB) rejeitaram a proposta dos empregadores e apoiaram a implementação imediata da Portaria nº 1.510.

O representante da Anamatra, desembargador Luiz Alberto de Vargas, fez um apelo ao Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, para que mantenha o prazo final de adoção do REP em 1° de setembro. Na opinião dele, o REP vai garantir segurança jurídica nas relações de trabalho.

A experiência com o Grupo de Trabalho só reforçou a ideia de que os estudos do Ministério do Trabalho e Emprego estavam corretos e que essa foi a melhor solução para o combate às fraudes trazer segurança jurídica para empregados e empregadores.

É o Relatório,

Brasília, 30 de agosto de 2011. – **Celso Amorim Araújo**, Coordenador do GT da Portaria nº 1.469/2011.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – V. Exª será atendido, nos termos do Regimento. Parabéns mais uma vez por sua participação aqui na tribuna.

Com a palavra, pela Liderança do PT, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, venho a esta tribuna apenas para registrar que, graças à maneira responsável dos colegas Senadores, ao empenho dos Presidentes de quatro Comissões, Senador Eunício, Senador Eduardo Braga, Senador Acir Gurgacz e Senador Rodrigo Rollemberg, estamos dando o tratamento devido a um dos temas mais importantes para o País que é o Código Florestal.

Esta semana, iniciamos uma nova etapa no tratamento desta matéria aqui no Senado. Concluímos uma e iniciamos outra. Concluímos quando tivemos aqui uma audiência histórica feita conjuntamente por quatro Comissões desta Casa e que nela estiveram presentes uma figura muito importante da República, o ex-Ministro Nelson Jobim, que já ocupou cargos como nenhum outro brasileiro nas três esferas de Poder na República; tivemos a presença também do Ministro do STJ, Ministro Herman Benjamin, além do Professor Paulo Leme Machado e, claro, representantes dos Ministérios Públicos dos Estados e também da 4ª Seção do Ministério Público Federal.

Faço isso porque com aquela audiência de juristas nós vencemos uma etapa de trabalho a que vários senadores e senadoras estão se dedicando que é a reformulação da lei, talvez a lei mais importante ambiental do País que é o Código Florestal.

Sem prejuízos de seguirmos com as audiências públicas, as diligências, como amanhã mesmo vamos fazer no Município de Chapecó, atendendo a um pedido do Senador Luiz Henrique e a um programa da Comissão de Agricultura do Senado, presidida pelo Senador Acyr Gurgacz. Nós vamos fazer essa audiência que será transmitida para todo o Brasil pela TV e Rádio Senado, como as demais estão sendo feitas, com o propósito de associarmos ao debate dessa matéria a realidade real das diferentes regiões do País, o espaço onde nos consultamos com especialistas, como fizemos aqui ouvindo desde as posições do Governo, do próprio autor Aldo Rebelo, de ex-Ministro do Meio Ambiente, de ex-Ministros da Agricultura, de representantes dos mais diferentes setores da sociedade, dos setores produtivo e trazendo também a ciência. Porque entendo que em muitos momentos do trabalho que vamos ter pela frente, de tomada de posição, nós vamos ter que consultar a ciência e também sempre buscando ter um

contato com a realidade real das diferentes regiões do País, especialmente daqueles que trabalham criando e produzindo no nosso País.

É óbvio que o nosso compromisso tem que ser de fazer um texto que atenda aos interesses nacionais e um texto que possa deixar muito claro um compromisso do Brasil com essas e com as futuras gerações.

O nosso propósito agora começa a ficar mais objetivo e, graças às conversas e à colaboração que tenho recebido, da mesma maneira como o Senador Luiz Henrique, já podemos vislumbrar, fazer um texto do Código Florestal que possa ser dividido em dois grandes objetivos: primeiro, estabelecer dispositivos transitórios para tratar das questões dos passivos ambientais que nós vivemos; e outro, as disposições permanentes para que não se faça confusão e, muito menos, haja danos na hora de o Congresso decidir sobre uma das mais importantes leis para o nosso País, para não termos dúvidas e nem misturarmos situações bem distintas. Uma coisa são os passivos ambientais que temos e que precisam de uma solução; outra coisa é estabelecermos claramente as regras e uma legislação que proteja o meio ambiente, que proteja os recursos naturais e os biomas brasileiros e que nos dê a condição de nos firmarmos diante do mundo com a autoridade que o Brasil começa a conquistar em um tema tão sensível.

Falo isso para aqui deixar um registro: até este momento, temos tido a colaboração, a compreensão dos colegas de Senado; o diálogo é aberto, é sincero, é franco. Se seguirmos nesse rumo, vamos, sim, dar uma contribuição importante e modificar um texto que foi votado na Câmara em uma acirrada disputa, que, por conta talvez do próprio clima inadequado que dominou a decisão – embora a Câmara dos Deputados tenha absoluta autonomia para decidir –, contaminou o resultado do trabalho. E o Senado agora, como Casa revisora, tem a possibilidade de fazer as devidas correções em um texto que precisa de correção, as devidas mudanças em um texto que precisa de mudanças, e a explicitação do nosso compromisso para o Brasil e para o mundo, com a proteção dessa riqueza que é de todos nós brasileiros, que é patrimônio nacional, que são nossas florestas.

Estou falando isso porque estamos no Ano Internacional das Florestas e estamos às vésperas da Rio+20, o mais importante evento que o Brasil vai sediar tanto na última década como, certamente, na futura década. E o Brasil tem que sediar esse evento com a autoridade que começou a adquirir quando começou a derrubar os índices de desmatamento e conseguiu se firmar diante do mundo como um país responsável com a gestão dos recursos naturais.

Então, caro Presidente, colegas Senadores, na semana que vem, a Presidente Dilma estará na Assembleia Geral das Nações Unidas. A Presidente viverá esee momento histórico para todos nós brasileiros. Será a primeira vez que uma Presidente mulher falará na ONU. O mundo inteiro vai voltar seus olhos para a nossa Presidente e, certamente, como o mundo inteiro sempre faz, o Brasil será questionado sobre a condução desta lei tão importante que é o Código Florestal.

Estou seguro de que a nossa Presidente, que deixou claro o seu compromisso com o meio ambiente, quando da votação desta matéria na Câmara, e deixou claro também o seu propósito de ver contemplado nesta matéria votada no Senado um compromisso de tratar de maneira diferenciada a produção familiar, os pequenos produtores – e eu diria que estamos trabalhando no sentido de identificarmos a pequena propriedade –, estou certo de que a Presidente Dilma vai chegar com a autoridade de uma pessoa que foi condutora desse projeto, que começou com o Presidente Lula a dar certo e a mudar indicadores sociais e econômicos e ambientais, mas que, graças a outros presidentes que vieram antes, teve um início e que, agora, estamos colhendo bons resultados.

A Presidente Dilma, certamente, vai falar com a autoridade que o Brasil lhe endossa, a partir das atitudes que adotou, que é de um país que reduz as emissões de CO_2 a partir de queimadas; um país que se firma a cada dia como um país que busca o desenvolvimento sustentável; um país que é exemplo no mundo de país que concilia o sonho de muitos países, que é crescer e se desenvolver; um país que distribui renda na hora em que está crescendo, graças às políticas sociais.

Então, Sr. Presidente, eu queria concluir as minhas palavras, fazendo aqui este registro do fato histórico: na semana que vem todos nós, brasileiros, poderemos nos orgulhar de vermos a Presidente diante da Organização das Nações Unidas – ONU, construindo uma nova página da história do Brasil, especialmente da história das mulheres na política do Brasil.

Estou seguro de que graças à maturidade com que o Senado está tratando uma das mais importantes questões que temos que deliberar este ano, que é o do Código Florestal, a Presidente Dilma também falará com autoridade de quem dirige um país que procura tratar com responsabilidade dois grandes temas: seguir se firmando como uma nação produtora de alimentos, ajudando a construir a segurança alimentar neste Planeta, que tem quase um bilhão de pessoas passando fome – e essa é uma missão histórica do Brasil, e que a própria FAO nos delegou, de ajudar a combater a fome no mundo. Mas a Presidente Dilma

também vai poder levar junto com esse compromisso de seguir aumentando a produção, produzindo mais na mesma área, aumentando a produtividade, ela também vai poder levar, graças à ação de colegas Senadores, um diagnóstico positivo sobre a deliberação dessa lei, dessa matéria tão importante.

A responsabilidade está nos ombros dos Senadores e das Senadoras de, olhando a realidade, entender o papel do Brasil diante do Planeta. E também deixar muito claro o nosso compromisso com a proteção da biodiversidade no Brasil, dos recursos naturais, de um modo geral, e do compromisso do Brasil em consolidar um modelo de desenvolvimento sustentável que possa ser referência no mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Jorge Viana, o Sr. Anibal Diniz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Randolfe Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Prorrogo a sessão pelo tempo regimental e, ato contínuo, passo a palavra para o próximo orador inscrito, Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Randolfe Rodrigues, Senador Jorge Viana, Senador Aníbal, quero saudar aqui todos os que fazem esta Casa e os que nos acompanham pelo Brasil e, claro, de forma especial, do meu querido Piauí.

Sr. Presidente, quero aqui fazer uma atualização sobre os entendimentos para um acordo relacionado à distribuição dos **royalties** e participação especial dessa área do pré-sal.

Primeiro, fazer aqui uma afirmação da minha alegria com o que aconteceu esta semana. Tivemos, eu diria, três momentos relevantes, acumulando com outros que tivemos nas últimas três semanas aqui no Congresso Nacional.

O fato de um representante da Presidente da República, aliás, três representantes, o Ministro Guido Mantega, da Fazenda, Ministro Edison Lobão, das Minas e Energia, e a Ministra Ideli Salvatti, pela segunda vez, sentaram-se à mesa e, dessa vez, apresentaram oficialmente uma participação do Governo Federal que é preciso ser considerada como importante. O Governo Federal admitiu, numa mesa de entendimento, reduzir a sua fatia na distribuição dos **royalties**, não na participação especial, na parte dos **royalties**, de 30% para 20%, o que representa um terço da parte da União, relacionada aos **royalties**. E, a partir desse patamar, fazendo um apelo para que pudéssemos ter um equilíbrio e uma boa vontade, enfim, de todos os parceiros para o entendimento.

Nessa mesa de negociação e num conjunto de outras, tivemos aqui – destaco este outro ponto – a presença de lideranças municipais de todo o Brasil com uma pauta colocada à Câmara e ao Senado, como a votação da Emenda 29 e o Pré-sal, e uma posição de afirmação, de apoio a uma proposta que temos construído ao longo desse período, além do próprio fórum dos governadores. Além disso, um conjunto de outros entendimentos.

O diálogo que temos tido aqui, eu registro, da maior importância, tem contado com a participação do Senador Francisco Dornelles, do Senador Lindbergh Farias e do Senador Marcelo Crivella, do Rio de Janeiro.

Destaco o trabalho, da mesma forma importante, da Senadora Ana Rita, companheira do meu Partido, bem como o do Senador Ricardo Ferraço e o do Senador Magno Malta, ambos do Espírito Santo.

Ainda hoje tive o privilégio de receber em meu gabinete o Governador do Espírito Santo e sua equipe, quando tratamos de mostrar o caminho que temos para esse entendimento. O próprio Secretário de Planejamento, Márcio, pessoa que conhece a matéria, pois pertence aos quadros do Ministério de Minas e Energia, expôs sua experiência nessa área, além, é claro, do relator do PL 16, o nosso querido Senador Vital do Rêgo, que tem acompanhado tudo isso.

Destaco aqui o trabalho do Líder Humberto Costa, do Senador Walter Pinheiro, do Senador Jorge Viana e de outros membros do meu Partido, como o Senador Delcídio do Amaral, Presidente da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Infraestrutura, que têm tratado especificamente desse tema e do tema do desenvolvimento regional – a Comissão de Desenvolvimento e Turismo também, da mesma forma.

Qual é o ponto em que estamos?

Acho que o lado positivo dessa semana foi descobrirmos qual o limite de todas as partes. Da parte da União, acho que isso é importante, se a gente não sabe aonde quer chegar, fica difícil fazer qualquer proposta. Pois bem, após esse diálogo, posso concluir que o Governo Federal fez um grande corte e tem nos alertado sobre os cuidados que temos de ter em relação ao ano de 2012, pois o ambiente econômico mundial é muito delicado e temos de lidar com ele com toda responsabilidade. Acabou a Presidente Dilma de fazer um corte elevado na execução orçamentária deste ano, ou seja, de aproximadamente R$50 bilhões, o que certamente não é fácil e, ao mesmo tempo destaca que a União precisa, para suas contas, no ano de 2012, de pelo menos R$8 bilhões dessa fonte, que é de **royalties** e

participações especiais, ou seja, a área da receita relacionada com o petróleo, tanto em terra como no mar.

Dito isso, temos aí um ponto claro. Este é um desafio que eu tenho cobrado desde o início: qual é o limite?

Em segundo, também o diálogo que temos tido com os chamados Estados confrontantes, não só Rio e Espírito Santo e São Paulo, mas também Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe, Ceará, Amazonas, para citar aqui os principais, nesse diálogo, temos também buscado encontrar o ponto para que possamos chegar ao entendimento, levando em conta a necessidade de não ter uma queda de receita que possa significar, ao mesmo tempo, a inviabilidade, o desequilíbrio dos seus Estados, e da mesma forma os Municípios – ouvimos aqui também a municipalidade – e, junto com isso, colocam a necessidade de haver um crescimento. Tenho alertado que, para haver acordo, não tem como manter as regras. E é esse um ponto de que eu quero tratar aqui mais especificamente.

Pois bem. Então, a partir da realidade da receita de 2010 e da receita de 2011, é possível prever que entre R$12 bilhões e R$13 bilhões é o patamar para os chamados Estados confrontantes iniciarem dentro dessas novas regras.

Do outro lado, eu, que tenho acompanhado, nesse entendimento, os Estados do Nordeste, região a que pertence o Estado do Piauí, que eu represento nesta Casa, os Estados do Norte, os Estados do Centro-Oeste e mesmo alguns Estados do Sul – destaco aqui o diálogo com Minas Gerais e outros Estados do Sudeste –, percebo, aqui dialogando não só com o Fórum dos Governadores, dos Prefeitos, mas também com os coordenadores de bancadas da Câmara e do Senado, percebemos aqui, com as lideranças, que é preciso iniciar com um patamar mínimo que represente metade daquilo que estava com a perspectiva da derrubada do veto, para que se tenha a condição de um entendimento, uma proposta que tenha condições de ser abraçada por essas bancadas.

Na prática, nós temos, de um lado, 23 Estados, incluído aí o Distrito Federal, que têm uma posição firme na defesa de que o petróleo no mar pertence à União, e, se pertence à União, pertence a todos os brasileiros. Portanto, a riqueza derivada daí, ou seja, do óleo extraído, seja sob a forma de óleo bruto, seja sob a forma de gasolina, de querosene, de outros derivados, essa riqueza precisa ser partilhada de forma justa com todos os brasileiros. Essa é uma tese que tem amparo inclusive na minha visão constitucional.

Pois bem. Nessa caminhada, é preciso lembrar, tramita nesta Casa um projeto, que foi aprovado na Câmara e no Senado, a partir de uma emenda do Deputado Ibsen Pinheiro, na Câmara, com o Deputado Marcelo Castro, com o Deputado Henrique Alves, com outros Parlamentares, que veio para o Senado, onde, novamente, teve uma emenda do Senador Pedro Simon, também abraçada por várias lideranças – é bom lembrar –, numa conjuntura em que o Governo tinha uma posição contrária, em que as lideranças de vários partidos recomendavam a manutenção do projeto original, e quase 80% dos Parlamentares votaram a favor dessa mudança. Então, repito isso para compreender que não se trata só de uma disputa de quem tem a maioria. Na prática, se for a voto a proposta do veto, ninguém tem dúvida de que o veto cairá, porque é a mesma maioria, muito acima do que se precisa para se derrubar um veto, que aprovou na Câmara e no Senado, que dará condições de votação novamente nas duas Casas.

É por essa razão que tenho insistido na busca de uma alternativa. E aqui estou para defender, Senador Randolfe, o caminho do diálogo, o caminho do entendimento. E qual é o cronograma que temos? É isso que quero alertar. Nós temos um cronograma até 05 de outubro. O Presidente do Congresso Nacional e do Senado, Senador José Sarney, anunciou aqui, do plenário desta Casa, e comunicou à Presidente da República e, a partir daí, aos membros da sua equipe que, dia 05 de outubro, está convocada uma sessão do Congresso, em cuja pauta está a votação do projeto que foi vetado sobre o pré-sal. Se não tivermos a capacidade de chegarmos a um entendimento até lá, é isso que vai a voto.

Então, quero dizer da minha alegria em ver que, mesmo sabendo que tem maioria na Câmara e no Senado, esses 23 representantes das coordenações de bancada, de lideranças, fora governadores, pelo menos, desses 23 Estados, de entidades vinculadas aos prefeitos, aos municipalistas, que aqui estiveram esta semana, como também do movimento estudantil, de um conjunto de outras entidades que querem recursos para a educação, recursos para a saúde, recursos para outras áreas – e isso é um ponto que está no nosso projeto, está na proposta do Senador Vital do Rêgo – temos condições aqui de ter esse entendimento, porque esse setor, mesmo sendo maioria, aceitou as condições do entendimento como o caminho.

Mesmo sabendo que a derrubada do veto significa mais dinheiro – nada menos do que quase o dobro daquilo que estão colocando como seu patamar, como eu disse aqui, de 8 bilhões a 9 bilhões –, aceitam começar de um patamar mais rebaixado do que seria com a derrubada do veto, para que se tenha um entendimento.

Então, qual é o apelo que eu faço? Que possamos não perder a capacidade desse entendimento. Que não possa aqui, simplesmente por uma medição de força, alguém pagar para ver. Então, é o caminho do entendimento que eu quero apoiar.

E o que eu quero aqui colocar de positivo? Com essa posição da União, com o fato agora aprovado e confirmado pelo Ministério de Minas e Energia e confirmado também, em audiência nesta Casa, pelo representante da Petrobras, o Presidente Sergio Gabrielli, nós temos, no ano de 2011 e também no ano de 2012, uma quantidade de novas áreas, de novos poços, como a gente conhece, com nova produção, além daquela já existente.

Nós fechamos o ano de 2010 com aproximadamente dois milhões de barris de petróleo/dia. Vamos terminar este ano com algo entre 2,150 milhões, 2,2 milhões barris/dia e temos a condição de, em 2012, poder chegar a mais 200, 250, 300 mil barris/dia. Ora, o que isso significa? Significa o momento apropriado para o entendimento, porque há o crescimento de receita tanto de **royalties** como de participação especial.

Qual é então a saída?

Tenho sustentado, Senador Randolfe, que é perfeitamente possível colocarmos uma regra, considerando que, em 2010, a receita da parte de **royalties** e a receita da parte de pré-sal foram de 21,5 bilhões e que, neste ano, nós vamos fechar com algo em torno de 25,5 bilhões, podendo chegar a 26 bilhões. É perfeitamente provável, com essa prospecção, com essa nova produção que entrará novamente, somando-se à produção já existente em 2012 e pedindo a Deus para não cair o preço do barril, pelo menos nessa fase – acho que é importante o petróleo se estabilizar... Aliás, nesta semana, eu vi uma manchete: "Estados Unidos têm cerca de seis milhões a menos de barris nas suas reservas". Houve uma baixa lá. Eu disse: "Opa, isso aí é bom, porque, pelo menos, segura um pouco mais o petróleo, já que os Estados Unidos são um grande consumidor".

Quero dizer aqui que é possível, no próximo ano, a previsão que faço, com base em estudos da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), da Agência Nacional de Petróleo, da própria Petrobras, pelos depoimentos dados aqui, alcançarmos em torno de R$29 bilhões, no ano de 2012.

Ora, se a União diz que pode segurar o tranco, no ano de 2012, nas suas despesas, num patamar de R$8 bilhões, sobra algo em torno de R$20 bilhões. Se os Estados confrontantes, até nos últimos 12 meses, recebem algo em torno de R$12 bilhões, então, sobram aí cerca de R$8 bilhões para fazer o entendimento com os demais Estados.

Então, qual a fórmula que precisamos colocar na Lei para que o ano de 2012 – que é o mais complexo, repito – comece desse patamar? A partir daí, estabelecemos as regras: com quanto de **royalties** ficam os Estados confrontantes e os seus Municípios, com quanto fica o Fundo Especial, onde estão todos os Estados, com quanto fica a União.

Então, acredito, Senador Randolfe Rodrigues, que é perfeitamente possível chegarmos a um entendimento na próxima semana. Há um pedido de urgência. Portanto, a qualquer momento que houver um acordo, pode, no próprio Plenário, o Senador Vital do Rêgo apresentar o seu Relatório – e essa é a vantagem de ser por acordo, porque aprovamos aqui por unanimidade, ou, pelo menos, com ampla maioria.

De maneira que quero fazer esse apelo, principalmente às principais partes: de um lado, aos Estados do Norte, do Nordeste e do Centro-oeste, ou seja, ao fórum dos governadores, dos prefeitos, das lideranças, enfim, desses Estados que recebem injustamente um volume muito baixo; de outro, aos Estados confrontantes, aqueles que estão lá no litoral, em áreas prospectadas; e ainda, de outro lado, à União.

Então, espero que, na próxima semana, tenhamos a capacidade de fecharmos um acordo, um entendimento, e, com isso, podermos ter a votação.

O principal é que teremos, assim, uma regulamentação, para que se tenha dinheiro para a educação, para que se coloquem as novas áreas de partilha, a serem licitadas, de onde vão sair os recursos para o Fundo Social – que estou defendendo aqui com V. Exª, com o Movimento Estudantil, com o movimento da educação –, a fim de que se possa separar pelo menos 50% para a educação.

Vejo aqui o debate em relação à necessidade de recursos para a saúde. No nosso Projeto, estamos colocando pelo menos 30% do que vai para os Estados e Municípios para esta área. E constam também do fundo social 40% para a educação, na parte que é distribuída aos Estados e Municípios, do Fundo Social 50%, aliás, da aplicação, do resultado da aplicação dos recursos do Fundo Social. E, além disso, a pedido dos gestores, que se tenham pelo menos 30% para a área vinculada à infraestrutura.

Então, com essas palavras, quero me despedir e dizer do quanto acredito. É possível, se Deus quiser, quero confiar muito que na próxima semana nós vamos chegar a um acordo. Isso significa um oxigênio de receita nova para os Municípios brasileiros, para os Estados brasileiros, distribuindo na regra que considero mais justa: proporcional à população e inversamente proporcional à pobreza. Quem precisa mais terá um

pouquinho mais. Acho que é assim que a gente muda para melhor o nosso Brasil.

Muito obrigado. E agradeço a V. Exª pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Parabéns, Senador Wellington, pelo pronunciamento.

De imediato, passarei a Presidência para V. Exª, para também utilizar a tribuna.

O Sr. Randolfe Rodrigues deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr Wellington Dias.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Eu que agradeço a V. Exª.

Antes de passar a palavra a V. Exª, queria informar que a Presidência recebeu a **Mensagem nº 127, de 2011**, número 373/2011 na origem, pela qual a Senhora Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até 50 milhões de dólares dos Estados Unidos da América entre a Caixa Econômica Federal e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Bird, destinada ao Programa de Financiamento para a Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Mecanismos de Desenvolvimento Limpo.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Passo a palavra imediatamente ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Wellington Dias, Presidente desta sessão, coincidentemente venho à tribuna para tratar de um tema correlato ao tema que V. Exª tem enfrentado e lutado aqui no Senado. Refiro-me à distribuição justa dos **royalties** do petróleo.

Fico feliz ao ver que estamos avançando na direção de um possível acordo.

Ontem, acompanhado pelos Senadores Pedro Taques e Blairo Maggi, estive em audiência com o Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, para tratar – como já disse – de tema correlato, Senador Wellington, ao tratado por V. Exª, ou seja, a distribuição dos **royalties** do petróleo.

A interpretação dada pelo Ministro Gilmar Mendes – com a qual comungo – é que temos três temas na Federação para serem tratados nesse período, temas que o Congresso Nacional brasileiro não pode se omitir.

O primeiro, dito aqui por V. Exª, refere-se à divisão justa dos **royalties** do petróleo; o segundo, sobre a questão da guerra fiscal, ICMS de origem e o de destino; e o terceiro, a atual repartição inconstitucional do Fundo de Participação dos Estados(FPE), declarado inconstitucional, desde 2010, pelo Supremo Tribunal Federal, em matéria relatada pelo Ministro Gilmar Mendes.

A ideia desse encontro de ontem com o Ministro Gilmar foi conversarmos sobre a interpretação da decisão que ele proferiu, em 24 de fevereiro de 2010, em relação a quatro ações diretas de inconstitucionalidades, ajuizadas no Supremo Tribunal Federal, em relação à atual repartição do Fundo de Participação dos Estados. Essas ações, ajuizadas pelos Estados do Rio Grande do Sul, de Goiás, Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul – inclusive, movida pelo Estado de Mato Grosso quando o Senador Blairo Maggi era Governador – resultaram na declaração de inconstitucionalidade do Supremo Tribunal Federal da atual repartição do Fundo.

É importante, para ilustrarmos essa história, Senador Wellington, recuperarmos as notícias da decretação de inconstitucionalidade da atual partilha do Fundo, ocorrida em fevereiro de 2010.

À época, saíram, na imprensa, as seguintes declarações do Ministro Gilmar Mendes:

> A decisão do Supremo foi provocada por quatro Ações Diretas de Inconstitucionalidade(ADIs) [aquelas que já citei]. O fundamento das ações é o de que a lei complementar, na época da edição, teve por base o contexto socioeconômico do Brasil daquele tempo [ou seja, está se tratando da Lei Complementar nº 62, de 1989], que não é necessariamente o mesmo de hoje. [Não é mesmo contexto socioeconômico de hoje. Vejam que esse foi o fundamento da decisão do Supremo]. Além disso, os coeficientes teriam sido estabelecidos de maneira arbitrária [quero destacar "de maneira arbitrária"] por acordos políticos costurados à época.

De fato foi.

A Lei Complementar nº 62/89 estabeleceu um conjunto de critérios que acabavam resultando que um determinado Estado da Federação, sozinho, tivesse 9%, ou seja, tivesse quase um décimo do total dos recursos destinados ao Fundo de Participação dos Estados. Não é federativo, não é justo, não é adequado e não cumpre o papel do FPE.

Mais adiante, as notícias dão conta do seguinte:

> Os Ministros do STF demonstraram preocupação [e aqui vai a nossa advertência] com o tempo que levará para o Congresso Nacional criar nova lei de distribuição do Fundo de

> Participação dos Estados e do DF, uma vez que a atividade legislativa fica prejudicada por ser este um ano de eleições. [Repeti a data da notícia: 25 de fevereiro de 2010, ano passado.] Por isso, a Corte estabeleceu [como prazo máximo para vigência da Lei Complementar nº 62/89] o ano fiscal de 2012.

Ou seja, da decisão tomada em fevereiro de 2010 pelo Supremo Tribunal Federal, foi dado para o Congresso Nacional, para o Senado e para a Câmara dos Deputados o prazo de 36 meses para fazer uma nova lei de rateio, de partilha do FPE. Repito: 36 meses. O prazo fatal é dezembro de 2012.

Fomos, ontem, ao Ministro Gilmar Mendes perguntar-lhe o seguinte: Ministro, queremos confirmar uma interpretação: se o Congresso Nacional não definir uma nova lei de partilha do FPE até o prazo final, qual a consequência? O Ministro foi taxativo, reafirmou o que já havia sido noticiado: a atual partilha do FPE é suspensa. Veja, Presidente, a urgência da questão: a atual partilha do FPE suspensa.

Para os Estados do Norte e do Nordeste, para os nossos Estados, vou citar aqui os Estados da Amazônia, isso é um desastre total. Para o Estado do Amapá, suspender por um mês o repasse do FPE significa a suspensão de 60% da receita líquida do Estado. Para o Estado do Acre, 50%; para o Estado de Rondônia, são outros 60%. Significa, se isso vir a ocorrer, que vamos ter, aqui em Brasília, uma procissão de Governadores com as chaves dos Estados, entregando-as à Presidente da República, porque não terão condições de continuar administrando; e não têm mesmo. Imagine um Estado ter, do dia para a noite, suspenso 60% dos recursos destinados àquele Estado.

A questão é urgente. A questão é emergencial. E nós estamos, aqui no Senado e na Câmara, cochilando sobre o perigo.

O Supremo Tribunal Federal deu 36 meses para que nós legislássemos sobre isso. Existem três matérias sobre esse tema em tramitação no Congresso; duas, aqui no Senado, uma, de minha autoria, do Senador Romero Jucá, do Senador Anibal Diniz, do Senador Jorge Viana e de outros Senadores, e outra, da Senadora Vanessa Grazziotin. Portanto, temos três, sendo que duas tramitando no Senado.

Nós não conseguimos fazer com que essa matéria saia das comissões para ser debatida, discutida. Ela está na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e na Comissão de Assuntos Econômicos. Nós ainda não conseguimos que a matéria tenha tido a designação do relator e seja apresentado o relatório. Estamos dormindo com o perigo. Essa matéria é a mais urgente para a Federação brasileira nesse momento.

Do prazo de 36 meses que o Supremo Tribunal Federal determinou para que nós, do Congresso Nacional, decidamos sobre esse tema, já se passou a metade do prazo, 19 meses, e nós não conseguimos ainda apreciar essas matérias.

Dessa forma, Presidente, eu protocolei um requerimento esta semana, juntamente com os Senadores Pedro Taques e Blairo Maggi, pedindo audiência pública, o quanto antes, das três Comissões: Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, convidando – ontem, fiz esse convite ao Ministro Gilmar Mendes e ele está à disposição para vir aqui – o Ministro Gilmar Mendes, convidando o Secretário do Tesouro Nacional e o Presidente em exercício do Confaz, o Sr. Nelson Henrique Barbosa Filho, e ainda o economista José Roberto Rodrigues Afonso. Convidei os três para debatermos aqui a atual partilha do FPE e a necessidade de o quanto antes apreciarmos as propostas que estão tramitando no Senado Federal, no Congresso.

Esse é um tema que não podemos nos dar o direito de cochilar. Nesse tema, se cochilarmos, o cochilo é diretamente proporcional à prevaricação. O prazo final está chegando, o prazo final é dezembro de 2012. Aliás, creio eu que o prazo final não é dezembro de 2012.

A partilha do FPE é prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias. A Lei de Diretrizes Orçamentárias é votada em julho e não em dezembro, em dezembro nós votamos a Lei Orçamentária. Então, temos que, em julho do ano que vem, definir isso e o quanto antes.

Há projetos de nossa autoria aqui, é verdade, há um a projeto de minha autoria, há outro projeto da Senadora Vanessa Grazziotin. Não importa quais sejam os projetos, mas o Congresso tem que o quanto antes debater esse tema e tem, o quanto antes, decidir sobre esse tema, e decidir sobre esse tema a partir da fórmula do que significa o Fundo de Participação dos Estados. Por isso, é importante ouvirmos o Ministro Gilmar Mendes, e refletirmos sobre os elementos da decisão do Supremo Tribunal Federal de fevereiro de 2012.

Na decisão, vejamos, mais uma vez, o que é dito. O Ministro Gilmar declarava:

> O relator das ADIs, Ministro Gilmar Mendes votou pela procedência das ações. Segundo ele, tudo indica que a lei complementar foi editada num contexto de circunstâncias muito especiais, “marcado por um consenso político, premido pelo princípio da necessidade”.
>
> O Ministro lembrou que naquela época era preciso rever os critérios anteriores não se sabendo quais seriam os mais adequados para

um prazo médio de duração. Como haveria o censo 1990, a lei foi produzida em 1989, tendo sido estabelecido o prazo de dois anos para sua aplicação. Seria feita, posteriormente, a revisão do sistema.

Essa dita revisão do sistema, essa dita revisão da fórmula de partilha da Lei Complementar nº 62/89, que deveria ter sido feita logo após a edição da Lei Complementar, passou vinte anos, não foi feito. Isso resultou na declaração de inconstitucionalidade da atual partilha.

É importante destacar e reiterar as declarações dos juristas sobre os princípios do FPE. O FPE tem concretamente que estabelecer critérios em consonância com a realidade econômica dos Entes Federativos e, se a política empregada na distribuição dos recursos, produziu claramente o efeito desejado. O FPE é o principal instrumento, ferramenta econômica do nosso Pacto Federativo.

O princípio do FPE é, de fato... É por nosso isso que eu ouço, com muita inquietude, algumas declarações que a fórmula de 85% para o Nordeste, Centro-Oeste e Norte e 15% para o Sul e Sudeste, não pode continuar, porque é injusto. Arranjemos outro critério para ter mais recursos para os Estados do Sul e Sudeste. O FPE existe para isso. O FPE é um instrumento do Pacto Federativo e do equilíbrio regional. É, de fato, para prover as necessidades dos Estados da Federação que mais precisam. Aliás, é um esse instrumento econômico existente em qualquer Federação – existe nos Estados Unidos. Esse é um instrumento econômico para garantir o Pacto Federativo, e é o princípio da existência de uma Federação. Federação: Estados que se associam, abrem mão de sua soberania e mantêm a autonomia a partir de acordos políticos explícitos.

O FPE é o instrumento econômico do nosso Pacto Federativo. Essa premissa não foi declarada inconstitucional. O que foi declarado inconstitucional foi a ausência de critérios dinâmicos. Ou seja, um Estado que em 1989 não era industrializado, em 2011 passou a ser industrializado. Então, não pode ser tratado da mesma forma que em 1989. É verdade que essa é uma questão do tipo: não pode ser feito omelete sem quebrar os ovos. Não há como não ter Estado que continue ganhando. Existem Estados que em outras épocas ganharam, mas que agora vão ter de perder, e os Estados que perderam nos últimos vinte anos agora vão ter que ganhar. É um princípio de justiça. Inclusive por conta da injustiça da repartição que a atual repartição dos recursos do FPE foi declarada inconstitucional.

Portanto, Sr. Presidente, quero concluir, em especial, reiterando a minha preocupação sobre esse tema e sobre a necessidade de o quanto antes legislarmos sobre ele. Existem projetos que tramitam aqui na Casa e que não podem continuar a dormir sobre o berço esplêndido. A letargia pode significar de nossa parte, do Congresso Nacional, prevaricação, e podemos prejudicar com isso pelo menos metade da Federação brasileira, caso cheguemos ao ano próximo ano sem termos legislado sobre o tema do FPE.

Diretamente vinculado a esse tema, Presidente, estão – o que V. Exª tratou – os **royalties** do petróleo.

Quero lembrar que a Emenda Ibsen trata o critério de distribuição dos **royalties** conforme o critério também do FPE, que é um princípio justo, e que V. Exª defende com muita sabedoria e com muita pertinência para a distribuição. Só que a atual partilha é inconstitucional. Então, temos que resolver o FPE, temos que resolver, aliás, em consenso, os três temas: guerra fiscal, FPE e distribuição dos **royalties** do petróleo, porque podemos aproveitar do limão federativo que é esse problema para fazer uma limonada que resolva esse conjunto dos problemas de distorções da Federação brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Quero parabenizar o Senador Randolfe Rodrigues e dizer que já tive oportunidade de compreender o projeto que V. Exª apresenta como alternativa, inclusive olhando para essa área ambiental também como um dos critérios. Creio que temos condição de, agora em setembro, no Senado, darmos conta dessa parte do pré-sal. Acredito que temos que nos debruçar imediatamente... Por isso, essa audiência que V. Exª está pedindo – que assino embaixo – acho importante, com a Comissão de Desenvolvimento Regional, porque trata-se de um tema genuinamente regional, a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – ...Constituição e Justiça. Então, quero acreditar que temos condições de, após essa audiência, analisando todas as propostas, darmos ao Congresso Nacional um caminho e votarmos. Acho que é importante chegarmos, quem sabe até o final deste ano, com uma proposta resolvida nas duas Casas.

Então, quero parabenizá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – A Srª Senadora Angela Portela e o Sr. Senador Flexa Ribeiro enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, sob a coordenação da deputada federal Janete Rocha Pietá (PT-SP), a bancada feminina de deputadas e senadoras esteve reunida ontem, 14, com as ministras Gleisi Hoffmann, da Casa Civil, e Ideli Salvatti, das Relações Institucionais.

Fomos em grupo ao Palácio do Planalto tratar de temas importantes da agenda feminina nas duas Casas do Congresso Nacional, com destaque para a inclusão de mais recursos no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária para a formulação e implementação de políticas públicas voltadas para as mulheres, especialmente no que diz respeito à luta contra a violência doméstica e familiar, assistência integral à saúde e à regulamentação da convenção da Organização Internacional do Trabalho que confere aos trabalhadores domésticos os mesmos direitos das demais categorias profissionais.

Recentemente aprovada pela OIT, esta convenção precisa agora ser ratificada pelo Congresso Nacional e já existem, neste Senado, várias propostas de emenda à Constituição com esse objetivo. Esta é uma das principais pautas da bancada feminina, uma vez que 93% dos trabalhadores domésticos brasileiros são mulheres, completamente alijadas da maioria dos direitos trabalhistas e previdenciários que já são usufruídos pelos demais trabalhadores brasileiros.

Ao longo dos anos, temos apresentado várias iniciativas no Parlamento para conferir às trabalhadoras domésticas o direito de contribuir para a Previdência Social e de obter os seus benefícios, entre eles licença maternidade, auxílio doença e invalidez e aposentadoria por idade ou tempo de contribuição.

Recentemente alcançamos uma grande vitória no sentido de ampliar a cobertura previdenciária paras as mulheres brasileiras. Durante a votação da Medida Provisória do Microempreendedor Individual, o Congresso aprovou emenda, assinada por mim, pelas senadoras Ana Rita e Gleisi Hoffmann e também pelas deputadas Benedita da Silva e Luici Choinack, estendendo às donas de casa o mesmo direito de contribuir facultativamente para a Previdência Social, com alíquota de 5% do salário mínimo, acessando assim a maioria dos benefícios previdenciários.

Nesta audiência de ontem, ficou decidido que a bancada feminina, com o apoio da Casa Civil e do Palácio do Planalto, adotará uma série de iniciativas, entre elas a realização de audiências públicas para ampliar a discussão sobre os temas de interesse das mulheres no Orçamento Geral da União e no Plano Plurianual.

Entre as prioridades, está a inclusão de mais recursos para dotar estados e municípios de toda a rede necessária à proteção das mulheres vítimas da violência doméstica e familiar e aplicação da Lei Maria da Penha, incluindo delegacias especializadas, defensorias públicas, promotorias do Ministério Público e Juizados Especiais voltados para a análise e julgamento de casos de violência contra a mulher.

Também elencamos entre as necessidades urgentes a serem tratadas com mais atenção pelo Legislativo a ampliação dos programas habitacionais para as mulheres, políticas de saúde pública, principalmente relacionadas com a maternidade e a prevenção e combate ao câncer de mama e colo do útero.

Entre as proposições legislativas que ainda estão pendentes de votação e que foram apontadas como prioritárias pela bancada feminina está a Proposta de Emenda à Constituição 030/2007, de minha autoria, que amplia a licença maternidade para seis meses, sem prejuízo do salário e emprego, para todas as trabalhadoras brasileiras.

Já aprovada, por unanimidade, na Comissão Especial da Câmara Federal, esta PEC aguarda para entrar em pauta no Plenário e é considerada por todas as integrantes da bancada feminina, deputadas e senadoras, como essencial para a melhoria das condições de vida de mulheres e crianças.

Este foi um primeiro encontro da bancada feminina, em bloco, com as ministras do núcleo do governo. Temos certeza que todas as demandas foram muito bem recebidas, especialmente porque, pela primeira vez, as mulheres tem um canal de interlocução privilegiado dentro do Palácio do Planalto, com a presença das ministras Gleisi Hoffmann e Ideli Salvatti que, além de mulheres, também tiveram uma atuação destacada nesse Senado Federal, trabalhando em defesa das causas femininas. Portanto, compreendem a importância e urgência destas iniciativas.

Na certeza de que, embora com uma bancada reduzida, as mulheres estão muito bem representadas no Congresso Nacional, vamos trabalhar para estreitar essa parceria com o Executivo, senhor presidente, reconhecendo desde já as inúmeras conquistas obtidas nos últimos meses, a partir da posse da presidenta Dilma na Presidência da República.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Valério cobra investigação sobre Lula”, publicada pelo jornal **Estado de S.Paulo** de 09 de setembro de 2011.

A matéria fala sobre as alegações finais feitas por Marcus Valério, denunciado por corrupção ativa, formação de quadrilha, peculato, lavagem de dinheiro e

evasão de divisas, que as pessoas que deveriam estar à frente das denúncias seriam os mais interessados no esquema, ou seja, o ex-presidente Lula (que seria um dos principais beneficiários), seus ministros, o PT, sendo estes os verdadeiros interessados no "mensalão".

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada " O Brasil do PT", publicada pelo jornal **O Estado de S.Paulo** de 11 de setembro de 2011.

A matéria destaca que o documento chamado de Resolução Política, aprovado no 4º Congresso do Partido dos Trabalhadores, expressa a visão do PT sobre o estado do mundo e do Brasil. É um desfile de múltiplas abordagens, dentro das quais se pinça a tese de que o País é o autor central na "crescente hegemonia da esquerda na América Latina".

Sr.Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A6 | Nacional | SEXTA-FEIRA, 9 DE SETEMBRO DE 2011 O ESTADO DE S. PAULO

Valério cobra investigação sobre Lula

Publicitário diz ser relevante apurar 'condutas dos interessados no suporte político ; Dirceu nega acusação de que controlava ações do PT

Felipe Recondo | BRASÍLIA
Fausto Macedo | SÃO PAULO

O empresário Marcos Valério, um dos artífices do mensalão, alegou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que não pode ser condenado por supostamente intermediar o financiamento do esquema se o ex-presidente Lula – um dos principais beneficiários, segundo ele – não foi denunciado.

Nas alegações finais encaminhadas ontem ao STF, Marcelo Leonardo, o advogado de Valério – denunciado por corrupção ativa, peculato, lavagem de dinheiro, quadrilha e evasão de divisas – argumentou que interessaria no processo julgar as condutas daqueles que seriam os interessados na compra de votos e de apoio da base aliada, incluindo o presidente Lula, seus ministros, o PT e os partidos que integravam a base e que receberam recursos do esquema.

Condená-lo, argumentou o advogado, seria dar "importância desmedida" ao "simples operador intermediário". Trata-se, diz ele, de "raríssimo caso de versão acusatória de crime em que o operador do intermediário aparece como a pessoa mais importante da narrativa, ficando mandantes e beneficiários em segundo plano, alguns, inclusive, de fora da imputação, embora mencionados na narrativa, como o próprio ex-presidente Lula".

O publicitário seria apenas, ressalta Leonardo, "o operador do intermediário dos repasses de recursos financeiros, sempre sob orientação do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares".

Relevantes para o processo "seriam as condutas dos interessados no suporte político 'comprado' (presidente Lula, seus ministros e seu partido) e dos beneficiários financeiros (partidos políticos da base aliada), sendo o PT o verdadeiro intermediário do suposto 'mensalão'".

Valério é o segundo réu do mensalão a cobrar a responsabilização de Lula. Em seguidos pedidos ao STF, o ex-deputado Roberto Jefferson, delator e beneficiário do esquema, cobrou a inclusão do ex-presidente na lista de denunciados. Procurada, a assessoria de Lula preferiu não comentar a defesa de Valério.

Dirceu. O ex-ministro José Dirceu, também em alegações finais ao Supremo, rechaçou uma a uma as acusações. Em 160 páginas subscritas por seus advogados, José Luís Oliveira Lima e Rodrigo Dall'Acqua, o ex-ministro rebate a acusação de que controlava as ações do PT. Segundo eles, "não há qualquer elemento no processo que possa sequer sugerir que Dirceu tinha conhecimento de questões relacionadas à administração ou finanças do PT no período que esteve à frente da Casa Civil".

Dirceu sustenta que as provas demonstram que ele "não mantinha vínculos com Marcos Valério, sendo completamente descabida a alegação de qualquer espécie de relação entre ambos."

"A análise do processo demonstra a falta de lógica no raciocínio da acusação, uma vez que parlamentares supostamente corrompidos integravam a base aliada, ocupavam ministérios e sempre votaram a favor do governo Lula, que já apoiavam até mesmo nas eleições de 2002".

Os criminalistas também anotam que a Procuradoria-Geral da República "não consegue estabelecer qualquer relação entre saques e votações, pressuposto indispensável para as acusações". Para Dirceu, "ficou provado que a secretaria financeira do PT agia com plena autonomia" e que ele, afastado do partido, "não tinha qualquer interferência em suas ações". "Todos os testemunhos corroboram as declarações do próprio Delúbio Soares (ex-tesoureiro), que sempre negou ter agido sob influência de Dirceu. Todas as provas mostram que Delúbio atuava com independência."

ACESSE O SITE

Mensalão. Leia na íntegra as alegações finais de José Dirceu estadão.com.br/e/dirceu

O Brasil do PT

GAUDÊNCIO TORQUATO

A leitura não deixa dúvidas: o diagnóstico é mais pertinente que as soluções. Fotografar a paisagem que se vê, convenhamos, é tarefa menos passível de distorções que desenhar um cenário do futuro. É o que se enxerga no documento *Resolução Política*, aprovado no 4.º Congresso do Partido dos Trabalhadores, na semana passada. Ali está expressa a visão do PT sobre o estado do mundo e do Brasil, um desfile de múltiplas abordagens, dentro das quais se pinça a tese de que o País, ator central na "crescente hegemonia da esquerda na América Latina", tem condições de se transformar na "alternativa ao próprio modelo neoliberal", em crise nos países centrais. A indicação dos nossos trópicos tupiniquins como marco de um novo processo civilizatório é recorrente em diversas passagens, não sem o crédito concedido às administrações sob comando do PT, o que, evidentemente, pressupõe a continuidade de conquistas do ciclo Lula e que caminham para "a construção histórica de um novo Estado democrático, republicano e popular". A modelagem desse ente "popular" (o adjetivo democrático não abriga o povo?) só seria possível por meio de "amplo e profundo ascenso dos partidos de esquerda". Essa é a engenharia para a implantação do socialismo por estas bandas, que propiciaria ao País participar da "disputa global contra o modelo neoliberal".

Utopias e refrãos à parte, o documento merece atenção por explicitar o ideário de um ente que convoca militantes ao engajamento político, impõe normas de conduta, pratica uma liturgia comparável à dos credos evangélicos, incluindo o dízimo, define metas de médio e longo prazos, estabelecendo, assim, um diferencial no espectro partidário. Ancorado em disciplina, o PT consegue taxas de adesão mais altas que outros, como indicam seus 32% de preferência pelo eleitorado. Trata-se de um partido centrado na conquista e manutenção do poder. Se não age conforme o figurino que desenha, pouco importa. O mensalão, por exemplo, bate de frente com a moral proclamada pelo "modo petista de governar". Para dele se livrar alega que o pacote malajambrado não existiu. Ao argumentar que é "o único partido brasileiro a ter estatutariamente estabelecido prévias para consulta de seus filiados", pode dar o dito pelo não dito ante a decisão do técnico de escalar seu jogador predileto para bater o pênalti. A não ser que Lula se curve à decisão de submeter Fernando Haddad às prévias para a Prefeitura de São Paulo. No campo da expressão, espalham-se na *Resolução Política* algumas dissonâncias, a denotar que pensadores e obreiros não comungam o mesmo ideário.

Por mais que se tente escamotear tal tentativa, proposta de controle social da mídia é censura

Veja-se o capítulo sobre a democratização da comunicação. Ali está a defesa do marco regulatório. É plausível regular o aparato eletrônico que depende de concessões estatais, como os sistemas de radiodifusão e de telecomunicações. É até razoável debater o domínio de meios eletrônicos e impressos por grupos políticos ou sob a égide de conglomerados numa mesma região, questões da propriedade cruzada. Tais abordagens não podem, contudo, ser inseridas no compartimento da liberdade de imprensa e do controle de conteúdos. O PT diz repudiar tentativa de censura ou restrição à liberdade de imprensa. Aplausos. Ao criticar, porém, o que cognomina de "jornalismo marrom e suas práticas ilegais", sob a fundamentação da inexistência de uma lei de imprensa e "desrespeito aos direitos humanos" pela mídia, levanta o véu da censura. Conceitos como verdade, pluralidade de fontes e versão única de fatos integram os escopos editoriais. Alguém se sente prejudicado por teor informativo "falseado ou distorcido"? Escude-se na Constituição, artigo 5.º, inciso V (que assegura direito de resposta proporcional ao agravo), ou no Código Penal (crimes de injúria, calúnia e difamação). São comuns os casos de pessoas e entidades que recorrem à Justiça para veicular suas versões. A proposta do controle social entra, portanto, no território dos conteúdos, por maior que seja o esforço para escamotear tal tentativa.

Na seara da reforma política, as abordagens defendidas apontam para a moralização de práticas, a partir da adoção parcial da lista preordenada nos pleitos parlamentares (metade dos eleitos) e fim das coligações proporcionais, que evitaria a eleição de nomes não escolhidos diretamente pelo eleitor. É evidente que o voto em lista beneficia partidos de mando vertical, como o PT, na medida em que parcela expressiva dos eleitos rezaria pela cartilha do comando partidário. Quanto ao financiamento público de campanha, em substituição a recursos privados, é ingenuidade pensar que o poder econômico se retirará, retirando o aval a candidatos. Ao contrário, a distância entre economia e política estreita-se cada vez mais na onda da interpenetração de interesses do Estado e dos negócios privados. Já na frente dos movimentos sociais, é inegável a abertura de diálogo, sob o ciclo do PT, com as organizações do terceiro setor. Se entidades passaram a ser protagonistas de políticas públicas, como as centrais sindicais, não se pode deixar de registrar certa estática, de efeitos danosos, como o fato de, até o momento, o setor da terceirização, que abriga cerca de 10 milhões de trabalhadores, ainda não receber a chancela normativa do Estado.

Cacoetes são retomados, como as "privatarias que legaram ao País o fardo de uma herança maldita", possivelmente referência a áreas, como a das telecomunicações, vendidas na "bacia das almas". No subtexto, leia-se o conceito de "privatização decente" (as aspas são minhas), do tipo que se começa a fazer na frente dos aeroportos. Há, convém destacar, trechos bastante apropriados, particularmente sobre meio ambiente, emprego com carteira assinada, distribuição de renda (a maior já feita no País), inclusão social, igualdade de gêneros e minorias. No mais, filtrada a camada de grandiloquência inerente a documentos de congressos, a inexorável constatação: fora do PT não há salvação.

JORNALISTA, PROFESSOR TITULAR DA USP E CONSULTOR POLÍTICO E DE COMUNICAÇÃO
TWITTER @GAUDTORQUATO

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 13 minutos.)

COMISSÃO TEMPORÁRIA, CRIADA PELO RQS Nº 547 DE 2011, COM O OBJETIVO DE INVESTIGAR, NO PRAZO DE CENTO E OITENTA DIAS, IRREGULARIDADES PRATICADAS PELO ECAD NA ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS ORIUNDOS DO DIREITO AUTORAL, ABUSO DA ORDEM ECONÔMICA E PRÁTICA DE CARTEL NO ARBITRAMENTO DE VALORES DE DIREITO AUTORAL E CONEXOS, O MODELO DE GESTÃO COLETIVA CENTRALIZADA DE DIREITOS AUTORAIS DE EXECUÇÃO PÚBLICA NO BRASIL E A NECESSIDADE DE APRIMORAMENTO DA LEI 9.610/98

ATA DA 7ª REUNIÃO

Ata Circunstancia da 7ª Reunião, realizada em 24 de agosto de 2011, às treze horas e cinqüenta e nove minutos, na Sala nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa, com a presença dos Senadores: **Lindbergh Farias (PT-RJ), Eduardo Suplicy (PT-SP), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Aloysio Nunes (PSDB-SP), João Vicente Claudino (PTB PI) e Pedro Taques (PDT-MT)**. Compareceram também os Senadores não membros: **Lobão Filho (PMDB-MA)** e **Marinor Brito (PSOL-PA)**. Deixaram de comparecer os Senadores: **Vital do Rêgo (PMDB-PB), Lídice da Mata (PSB-BA), Demóstenes Torres. (DEM-GO), Sergio Petecão (PMN-AC) e Ciro Nogueira (PP-PI).** Na ocasião foi realizada oitiva dos senhores: Márcio de Oliveira Fernandes, Gerente Executivo de Arrecadação do ECAD; Daniel Campello Queiroz, advogado especialista em direito autoral; Ivan Lins, cantor e compositor, e Sandra de Sá, cantora e compositora. Foram aprovados os seguintes requerimentos: **068/11** Requer seja convidado Marcello Nascimento, representante do ECAD, gerente da unidade São Paulo, para prestar esclarecimentos sobre o objeto desta Comissão. **Sen. Lindbergh Farias 069/11** Requer seja convidado Nereu Silveira, representante do ECAD, gerente da unidade DF, a quem o núcleo Pará/Macapá está subordinado, para prestar esclarecimentos sobre o objeto desta Comissão. **Sen. Lindbergh Farias 070/11** Requer seja convidado Márcio L. do Val, representante do ECAD, gerente de relações institucionais, gerente regional da unidade RJ no período de 2001 a 2009, para prestar esclarecimentos sobre o objeto desta Comissão. **Sen. Lindbergh Farias 071/11** Requer seja convidado Lobão (João Luiz Woerdenbag Filho) para prestar esclarecimentos sobre o objeto desta Comissão. **Sen. Lindbergh Farias 072/11** Requer seja convidado Gabriel Valois, representante do ECAD, gerente da unidade BA, responsável pela unidade Bahia e Núcleo Sergipe para prestar esclarecimentos sobre o objeto desta Comissão. **Sen. Lindbergh Farias** 1 **073/11** Requer seja convidado o Senhor Miqueias Reis da Silva, representante da AMCAP, para prestar esclarecimentos sobre o objeto desta Comissão. **Sen. Randolfe Rodrigues 074/11** Requer seja convidado o Senhor Ladislao Pedroso Monte, Presidente da FECOMÉRCIO/AP, para prestar esclarecimentos sobre o objeto desta Comissão. **Sen. Randolfe Rodrigues 075/11** Requer seja convidado o Senhor José Miguel de Souza Cyrilo, Secretário de Estado da Cultura do Amapá, para prestar esclarecimentos sobre o objeto desta Comissão. **Sen. Randolfe Rodrigues 076/11** Requer seja convidado o Senhor Ivo Canutti, Vice-Presidente da Ass. de Prom. de Evento Artístico e Cultural/AP, para prestar esclarecimentos sobre o objeto desta Comissão. **Sen. Randolfe Rodrigues 077/11** Requer seja convidado o Senhor Chico César, cantor e compositor, para prestar esclarecimentos sobre o objeto desta Comissão. **Sen. Randolfe Rodrigues 078/11** Requer seja convidado o Senhor Zeca Baleiro, cantor e compositor, para prestar esclarecimentos sobre o objeto desta Comissão. **Sen. Randolfe Rodrigues 079/11** Requer seja convidado o Senhor Nilson Chaves, cantor e compositor, para prestar esclarecimentos sobre o objeto desta Comissão. **Sen. Randolfe Rodrigues 080/11** Requer seja convidado o representante da ABRAPE – Associação Brasileira de Produtores de Eventos, para prestar esclarecimentos sobre o objeto desta Comissão. **Sen. Randolfe Rodrigues.**

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Boa tarde a todos. Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito - ECAD, criada nos termos do Requerimento nº 547, de 2011, *"destinada a investigar, no prazo de 180 dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98".* Peço a todos também as desculpas. Os Senadores desta Casa estão envolvidos em três Comissões ao mesmo tempo. Hoje, tínhamos Comissão de Constituição e Justiça e audiência com os ex-Ministros do Meio Ambiente na Comissão de Meio Ambiente. Mas estamos iniciando

esta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito e quero arguir o art. 147 do Regimento Interno do Senado, que diz o seguinte: ***Art. 147.*** *Na hipótese de ausência do relator a qualquer ato do inquérito, poderá o Presidente da comissão designar-lhe substituto para a ocasião, mantida a escolha na mesma representação partidária ou bloco parlamentar.* Nos termos do art. 147 do Regimento Interno, designo o Senador Pedro Taques Relator *ad hoc* desta reunião da CPI destinada a investigar as atividades do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição. Senador Pedro.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, estamos começando, me parece, com uma hora de atraso. Isso se deu não pela culpa do Presidente, Senador Randolfe Rodrigues, nem pela minha. É que estamos desde as 8 horas da manhã em várias Comissões. Temos aí os ex-Ministros do Meio Ambiente, que estão sendo ouvidos na Comissão do Meio Ambiente, e mais duas Comissões, e eu sou titular da Comissão de Constituição e Justiça. Portanto, quero prestar este esclarecimento, que explica, mas não justifica, a falta de educação da demora, porque isso faz com que o Senado da República entre em descrédito para com o cidadão. Nós temos de mudar essa lógica aqui. Temos muitas Comissões, muitas Subcomissões, e isso não é bom para a Casa Legislativa.

Mais uma vez, quero pedir desculpas e dizer que nós estamos aqui para fazer este trabalho da melhor maneira possível. Passo a palavra a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Senador Relator desta reunião, Pedro Taques, a Comissão reitera as desculpas aos convocados e convidados e a todos os cidadãos que estão acompanhando esta Comissão Parlamentar de Inquérito De acordo com a pauta, a presente reunião será dividida em duas partes: na primeira, faremos as oitivas, ouviremos os convidados e convocados a esta Comissão Parlamentar de Inquérito; e, na segunda, apreciaremos requerimentos.

Então, na primeira parte desta reunião, já iniciando as oitivas, eu queria convidar, queria chamar os nossos convidados. E peço à assessoria da CPI para acompanhá-los até aqui, para integrarem a Mesa desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Convido o Sr. Márcio de Oliveira Fernandes, gerente executivo de arrecadação do ECAD. Da mesma forma, convido o Sr. Daniel Campelo Queiroz, advogado especialista em direito autoral.

Também temos a honra de convidar para integrarem esta Mesa dois importantes símbolos da Música Popular Brasileira, ícones da nossa MPB, nossos queridos cantores e compositores Ivan Lins e Sandra de Sá. Por favor, podem vir até aqui. Me permitam, Ivan e Sandra, pedir desculpas, mas a Mesa é menor do que imaginávamos. Então, vamos fazer a primeira mesa e, em seguida os convidamos a integrá-la. Desculpem o lapso do Presidente. É que, depois de convidá-los, vi que a mesa era menor do que a da Comissão anterior que nós estávamos. Vi que é menor a mesa desta Comissão de Relações Exteriores. Ato contínuo, quero chamar na seguinte ordem: primeiro, o Sr. Daniel Campelo; em seguida, o Márcio de Oliveira; e, na sequência, Sandra e, depois, o depoimento do Ivan. Dr. Daniel, o senhor tem até vinte minutos para sua exposição. Fique à vontade.

O SR. DANIEL CAMPELO QUEIROZ – Boa tarde a todos. Agradeço o convite feito pela CPI, na pessoa do Sr. Senador Randolfe Rodrigues e do Senador Lindbergh.

Bom, meu nome é Daniel Campelo Queiroz, sou advogado e trabalho com direito autoral especificamente, sou mestrando na UFRJ em políticas públicas em direitos autorais e vim aqui para contribuir no sentido de fazer uma análise, claro que rasteira e rápida por causa do tempo, sobre o sistema de gestão coletiva.

Vou falar basicamente sobre alguns pontos de arrecadação e distribuição. Vou colocar inicialmente alguns pontos para reflexão.

No ano de 2011, numa eleição recém-feita, o ECAD foi eleito a décima melhor empresa para se trabalhar no Rio de Janeiro. Vocês podem notar que esse instituto, Great Place to Work, você tem que se inscrever para participar dessa eleição. Então, o ECAD se inscreveu como empresa para participar de uma eleição de um melhor lugar para se trabalhar. Há diversos critérios, entre eles o salário, a participação no resultados, etc.

O ECAD fez um site para responder a todas as críticas que são feitas na imprensa, em diversos veículos e, nesse site, diz que é contrário à abertura de uma CPI como esta porque o ECAD é uma empresa que administra bens privados.

Queria dizer a vocês, inicialmente, para contextualizar a discussão:

o ECAD não é uma empresa, na verdade, o termo correto é sociedade

empresária, de acordo com o novo Código Civil. O Ecad é uma associação e, por ser associação, de acordo com o novo Código Civil, art. 44, é vedado de distribuir lucros.

E, além disso, o Ecad é uma associação criada por lei. Associação de associações definidas por lei. O Ecad, numa imagem para ficar mais claro, é "ponto org", não é "ponto com", como por exemplo é o Itaú, que é um banco, uma entidade privada. O Ecad é "ponto org" exatamente por ser uma associação.

Pequenas diferenças entre associação e sociedade empresária: na sociedade empresária só ocorre a distribuição de lucros quando há lucro; numa associação é vedado se distribuir lucros, apesar de poder ter fins econômicos. Uma sociedade empresária é obrigada a pagar imposto de renda, CSLL, etc; a associação tem isenção tributária de imposto de renda, de acordo com o art. 15, da Lei nº 9.532, de 1997 – que está ali citado e, depois da apresentação, vai ser disponibilizado.

Acontece que quando esteve aqui na Comissão depondo o Sr. Samuel Fael, que era advogado do Ecad, ele falou sobre um PPR (prêmio por

participação nos resultados) e aí eu fui olhar o balanço. Olhando o balanço do Ecad, pode-se perceber que no ano de 2009, o Ecad participou seus empregados em R$712 mil pelos resultados; em 2010, participou R$843 mil. O detalhe de 2009 é que o Ecad teve superávit de R$423 mil; então, ele criou um prejuízo de R$ 289 mil para participar seus funcionários com R$ 712 mil.

O parecer do balanço patrimonial de 2009 diz que essa atitude é uma atitude contábil não muito aconselhável. No parecer os auditores disseram:

> "No exercício encerrado em 2009, a entidade obteve um déficit de R$ 289 mil, situação que requer gestão da entidade objetivando à adequação do seu fluxo financeiro."

Em 2010, o Ecad distribuiu R$843 mil em participação de rendimentos, que o Sr. Samuel Fael explicou aqui o que era, tendo tido um superávit de R$ 1,294 milhão. O Ecad distribuiu, então mais de 70% do seu superávit. Se fosse uma empresa, como o Ecad diz ser, por exemplo como a Vale e a Petrobras, o máximo de distribuição dos resultados seria 10% do superávit.

Então, colocar inicialmente esses pontos para reflexão para gente poder entrar na discussão que é falar do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição. A função do Ecad é arrecadar para distribuir rendimentos de execução pública de música. Para quem? Para os autores, intérpretes, editoras e gravadoras. Isso que é feito, essa participação nos rendimentos, se olhar o balanço patrimonial do Ecad, o Ecad tem, em aplicações financeiras, R$143 milhões. Então, a gente entende que isso está desvirtuando um pouco a função do escritório.

Para falar de arrecadação e distribuição, em vez de vir para cá falar de conceitos e olhar o regulamento, eu resolvi fazer o estudo de um caso. Um caso importante que tem sido, inclusive, abordado pelo próprio Ecad como uma forma de se defender de possíveis denúncias que são feitas na imprensa: que é o caso do Ecad contra a Rede Globo.

Importante salientar, antes de começar a falar, que sou advogado, mas não advogo para o Ecad nem para a Rede Globo. Tudo que eu vou falar aqui está publicado no site do Tribunal de Justiça. Eu vou colocar a história do caso e a minha opinião. Não estou aqui para advogar para um lado ou outro.

Bom, a controvérsia desse caso se iniciou quando o contrato que havia entre as partes, iniciado em junho de 2000, terminou, em junho de 2005.

Nesse contrato havia um preço fixo que a Globo pagava para usar todas as músicas que ela queria em sua programação. Quando terminou esse contrato, a renovação não prosperou porque o Ecad colocou a posição de que deveria cumprir o seu regulamento interno que dizia que a cobrança passaria a ser 2,55% do faturamento bruto da emissora de televisão, no caso a Globo.

A posição da TV Globo foi a de que deveria pagar um preço fixo para usar a quantidade de obras, não atrelada a seu faturamento por uma série de razões. Isso deu origem à primeira ação judicial, na verdade, a duas ações reunidas em um mesmo processo. O processo está aí, também disponibilizei o número para, depois, vocês poderem consultar. Nessa ação, inicialmente, o juiz da 17ª Vara Cível concedeu liminar para a Globo depositar um preço fixo em juízo enquanto a discussão estava ocorrendo. No mérito, mais a frente, a sentença foi favorável ao Ecad, porém, o juiz determinou que fosse pago um preço específico para cada obra executada e não 2,55% do faturamento.

Isso foi, obviamente, alvo de apelação das duas partes e, em apelação, o juiz da 17ª Câmara Cível definiu que a Globo teria direito de pagar um preço fixo não atrelado ao seu faturamento, que seria o preço nos termos do contrato firmado em 2000, apenas corrigido. Então, o Ecad impôs recurso especial e esse processo se encontra em conclusão ao Ministro Otávio Noronha; aguarda uma decisão. Nas duas decisões, quanto na de primeira instância como na do Tribunal de Justiça, os juízos de ambas instâncias não aceitaram a tese do Ecad de cobrar 2,55% do faturamento bruto da emissora.

Importante dizer que, nessa primeira ação, a Rede Globo depositava os valores em controversos e o Ecad levantava e distribuía os valores para os titulares. Passados mais cinco anos, a Rede Globo resolveu ajuizar

uma nova ação, em junho de 2010. Nessa nova ação – está pequeninho ali embaixo o número – a Globo resolveu definir o preço fixo que pagaria pela licença em branco, um preço de R$ 5.153.000,00. Então, o juízo concedeu a tutela antecipada para que a Rede Globo depositasse em juízo esse preço desatrelado do seu faturamento e curiosamente – não estou querendo fazer juízo disso – o Ecad perdeu prazo para recorrer da decisão da tutela antecipada. O agravo de instrumento, que foi interposto fora do prazo, obviamente não foi conhecido pelo Tribunal e o Ecad resolveu ficar sem levantar os valores que estão sendo depositados em juízo pela Rede Globo.

Então, o Ecad passou um ano sem levantar os valores, afirmando um entendimento de que o levantamento poderia ser prejudicial ao julgamento do RESP que se encontra lá com João Otávio Noronha.

Esse entendimento eu sei por terem me dito oralmente, mas o Ecad nunca apresentou isso numa comunicação e nunca fundamentou isso, porque são duas ações diferentes. Então, teria que haver um fundamento jurídico.

Dessa forma, se acumularam lá no processo – alguém está controlando o tempo? O Senador Randolfe está controlando? Não? Está controlando! Dez minutos já foram! Isso vai tudo para as notas taquigráficas.

Que pena isso! – quase R$ 52 milhões.

Acontece que os valores depositados em juízo para alguns compositores, principalmente criadores que trabalham exclusivamente para a Rede Globo, têm natureza alimentar – o Tribunal de Justiça do Rio decidiu dessa forma: o direito patrimonial do autor, quando é pago para o autor, tem natureza alimentar no agravo de instrumento (está ali o número).

O Ecad nunca procurou esses criadores para perguntar o que fazer sobre isso. O que acontecia é que os criadores estão há um ano sem receber um centavo de execução pública – os criadores exclusivos da TV Globo. E, mais curioso ainda, sem dar maiores explicações, num assembleia geral realizada na semana passada, o Ecad decidiu levantar o dinheiro, um ano depois. Sem dar maiores explicações, sem dizer nenhum fundamento de novo!

A pergunta que não quer calar: quem vai arcar com os prejuízos de um ano sem receber. Os criadores, principalmente esses exclusivos da Rede Globo, mas outros também porque a Globo é uma grande pagadora de direito autoral, tanto que depositava R$3 milhões por mês e agora deposita R$5 milhões – é a emissora que mais paga direito autoral de execução pública –, eles ficaram sem fonte de renda; em muitos casos, tiveram que fazer empréstimos em banco.

Enfim, se acumularam lá esses valores, de R$ 52 milhões referentes a quatro trimestres.

É importante a gente saber como vai ser a distribuição disso. Eu analisei o caso na ótica da arrecadação. É importante notar que uma pendenga jurídica fica muito acima dos interesses dos criadores. É uma discussão de tese, uma discussão jurídica, que está acima de um acordo que visasse à remuneração dos criadores.

E aí há também algumas situações que devem ser alvo de questionamento no que diz respeito à distribuição. Para distribuir os valores, tradicionalmente, a Rede Globo – isso vale para todas as emissoras –, envia planilhas ao Ecad, contendo os títulos das obras, autores, intérpretes, gravadoras e editoras, as informações referentes aos titulares, os títulos dos programas em que elas foram utilizadas, o tempo em que foram utilizadas e a classificação de utilização. Vou fazer um pequeno parêntese para explicar o que é classificação de utilização. O Ecad, em seu regulamento de distribuição, define que para rubrica de televisão existe uma classificação das obras e fonogramas. Isso é, as

obras e fonogramas, de acordo como são utilizadas, têm um peso. Então, tema de abertura e tema de encerramento vale ponto inteiro. Tema de personagem vale oito sobre doze. *Performance* – que é quando o cara toca a música ao vivo na novela ou no programa – vale seis sobre doze. E o fundo, o *background*, vale um sobre doze. Vocês podem imaginar de que tipo de classificação de obras os criadores exclusivos da TV Globo são detentores: das obras de fundo. Isso foi uma regra criada para favorecer a música de canção, que são as músicas usadas como tema de personagem e abertura, que são de editoras e gravadoras, que, por sua vez, administram e comandam a estrutura do escritório central e das associações.

Tendo explicado o que é classificação de utilização, vamos voltar um pouquinho. A Globo manda a planilha,o Ecad deveria olhar aquela planilha e pagar de acordo com o que está nela. Acontece que o Ecad passou a considerar essa planilha como fonte secundária de informação. O Ecad criou uma regra de auditoria de escuta: funcionários do Ecad escutam 24 horas da programação da emissora. Então, é o ouvido humano desses funcionários que define qual é o tipo de classificação de utilização – ou seja, o que é tema de personagem e o que é fundo – e qual é a minutagem, o tempo de utilização. Vou repetir: é o ouvido humano de um funcionário do Ecad – que a gente não sabe se é perito em música, se ele conhece audiovisual – que define se a música que está tocando na novela é tema de personagem ou se é fundo.

Claro que, em regra, tudo que o funcionário do Ecad, com seu ouvido humano, escuta sendo música instrumental, é classificada como fundo e tudo que é canção, música cantada é classificada como tema de personagem e tema de abertura. Isso é o que ocorre.

Dessa forma, voltando ao caso da Rede Globo, a gente conclui que a auditoria de escuta do Ecad determina qual é a música que vale mais. Isso faz com que seja bem provável que os criadores da Rede Globo, que deveriam ser os maiores beneficiados, porque têm as maiores quantidades de música executada na Rede Globo, os criadores de música especialmente para o audiovisual da TV Globo, são eles que vão receber menos, porque o Ecad tem dois critérios de barreira para esse tipo de música. O primeiro é que eles valem um doze avos e o segundo deles é uma auditoria de escuta, que não é auditada.

A auditaria de escuta do Ecad não é auditada por ninguém. O funcionário do Ecad diz o que é fundo, o que é tema de personagem e o titular, quem recebe, não tem como questionar isso. Até tem como, mas dá um trabalhão.

Bom, dito isso, além de terem recebido menos, de serem os que vão receber menos, ficaram um ano sem receber nada.

Vamos voltar um pouquinho a história para entender. Esse caso é o caso em que o Ecad está negociando com uma emissora de televisão para que essa emissora remunere as obras musicais executadas em sua programação. As obras musicadas em sua programação são 60% de criadores exclusivos da TV Globo e 40% de músicas de editoras e gravadoras. Nesse caso, o Ecad está deixando esses titulares há um ano sem receber nada e, quando vão receber, recebem um doze avos do que teriam direito.

É mais ou menos isso o caso da Rede Globo, um caso em que vimos como se dá a negociação para arrecadação e a distribuição.

Partindo já para as conclusões, tendo em vista que o tempo é curto, eu até falaria do caso do Youtube também, se depois os Senadores quiserem.

Tenho oito minutos, então, vou para as conclusões.

Partindo, então, para as conclusões, quero dizer da importância de uma CPI como esta. Muitos têm afirmado que as razões para criação das CPIs são razões fracas, porque não teriam fundamento tendo em vista que não há prática de ilícito, etc. Mas a criação de uma CPI como essa se dá porque os criadores não têm acesso ao que acontece dentro do Ecad. Um caso como esse da Rede Globo não é de conhecimento dos criadores, eles não tiveram acesso e não puderam opinar sobre isso. Então, eu pergunto: não é necessário um espaço público como este que estamos tendo aqui para discutir, ainda que rapidamente, um caso como esse?

O Ecad deu oportunidade, chamou esses criadores da maior parte das músicas da Rede Globo para discutir com eles o que seria melhor se fazer. É melhor levantar o dinheiro ou não? Para pelo menos explicar para eles qual é a tese que fundamentava o entendimento de que não levantar o dinheiro seria melhor, de que não levantar o dinheiro seria uma atitude que não implicaria um resultado da outra ação.

Pois bem, a necessidade de haver um espaço público para se conhecer o que acontece dentro do Ecad nos leva a uma conclusão lógica, óbvia, e é uma mudança que tem que ser feita – inclusive essa mudança já se encontra definida no Plano Nacional de Cultura que foi aprovado no final do ano passado.

É necessário que o Estado passe a atuar como fiscalizador, como uma instância de mediação e arbitragem no que diz respeito à gestão coletiva de direitos autorais.

Primeiro, exatamente para dar transparência ao sistema. Os criadores querem conhecer os casos, querem poder atuar e falar sobre eles. O Ecad é uma instituição que tem lá seus funcionários, que são muito bem remunerados, uma instituição que é eleita uma das dez melhores empresas para se trabalhar no Rio de Janeiro e, enquanto isso, os criadores pedem empréstimo no banco para conseguirem sobreviver. Isso é uma realidade óbvia.

Então, para dar publicidade aos contratos, como esse que citamos aqui da Rede Globo. Que contrato é esse? A gente não tem como saber dele.

Aos acordos firmados, como o acordo firmado com o Youtube. O jornal *O Globo* teve acesso a esse acordo e publicou uma matéria sobre ele. Mas foi, inclusive, notificado por isso, porque teria uma cláusula de confidencialidade nesse acordo. E aos demais atos da associação. É uma associação, não é uma empresa privada.

A fiscalização serviria também – e estava inclusive conversando esta semana com um grande advogado de direito autoral da antiga e ele me disse isso – para dar legitimidade ao sistema. As pessoas têm que andar nas ruas, as pessoas que trabalham no Ecad e nas associações, e verificar que o sistema perdeu a sua legitimidade. E o Ecad alega que a Rede Globo estaria fazendo uma campanha – enfim essa é uma alegação que não está escrita em lugar nenhum, mas já ouvi oralmente. Como vai entrar nas notas taquigráficas, é importante fazer essa observação – para tirar a legitimidade de cobrança do Ecad. Mas a Rede Globo faz essa campanha enquanto deposita R$ 5 milhões por mês de pagamento de direito autoral?! Quem não

quer pagar direito autoral não paga nada. Se a Rede Globo paga R$ 5 milhões por mês é porque ela quer pagar direito autoral, ela só não pode pagar o que o Ecad quer num critério único e limitador de arrecadação.

Então, a fiscalização do Estado serviria exatamente para, com essa publicidade e com a atuação do Estado, criar legitimidade e confiança para o sistema de gestão coletiva brasileira.

E, por fim... me deram mais oito minutos?! Meu tempo está sempre voltando! É isso mesmo, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Não é, mas sorte sua.

O SR. DANIEL CAMPELLO QUEIROZ – Não tenho mais o que falar, vou ter que partir para outros *slides*. Brincadeira.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Pode concluir, ir para a fase final. O sistema o favoreceu.

O SR. DANIEL CAMPELLO QUEIROZ – O sistema não favoreceu os criadores, mas me favoreceu como porta-voz deles aqui, vamos dizer assim.

Então, o último ponto fundamental nesse caso que abordei é o Estado exercendo a mediação e a arbitragem no que diz respeito, principalmente, a preço. Em Portugal, foi instalada, no ano retrasado – o Alexandre Negreiros pode dizer qual foi a data, que não sei de cor –, a Comissão de Mediação e Arbitragem Estatal para a Gestão Coletiva de Direitos Autorais.

Essa Comissão de Mediação e Arbitragem serviria exatamente para quê? Para que, por exemplo, a Rede Globo e o Ecad sentassem à mesa e definissem de que forma os interesses em jogo seriam amarrados em um contrato, no sentido de que se remunerassem de forma justa os criadores.

Então, notadamente, se houvesse uma Comissão de Mediação e Arbitragem, os criadores de músicas para a TV Globo... Aqui, tenho de fazer uma pequena observação: não foram somente os criadores exclusivos da TV Globo que ficaram um ano sem ser remunerados. O Ivan Lins, por exemplo, ficou um ano sem ser remunerado por suas músicas executadas na TV Globo, como também a Sandra de Sá, como cantora e compositora, o Chico Buarque, o Lenine e muitos outros.

Então, essa Comissão de Mediação e Arbitragem poderia fazer com que as partes sentassem à mesa, para definirem de que forma esse preço seria pago e de que forma isso seria distribuído de maneira justa. Os criadores também participariam dessa Comissão de Mediação e Arbitragem e, é claro, não aceitariam critérios diminuidores do valor de sua música, só por que ela é tocadano fundo ou é tocada como tema de tal personagem ou é tocada como abertura.

Os criadores, certamente, não aceitariam isso e muito menos aceitariam que o ouvido humano definisse isso. Como é que o ouvido de alguém que, provavelmente, não conhece música vai definir a inserção de uma obra em um audiovisual? Isso é ininteligível para qualquer músico.

Então, já parto para o final. Meu tempo quase acabou de novo.

Ficam aí os meus contatos, o meu *email*, o meu Twitter e o meu telefone, para que os senhores possam tirar alguma dúvida, caso alguém a tenha. E, se os Senadores quiserem me perguntar sobre o caso do YouTube, tenho outros **slides** para mostrar sobre esse caso também.

Muito obrigado.

Boa tarde a todos!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Muito obrigado, Sr. Daniel.

Ato contínuo, já passamos, então, para o depoimento do Sr. Márcio de Oliveira Fernandes, Gerente Executivo de Arrecadação do Ecad. Sr. Márcio, o senhor terá 20 minutos para fazer sua exposição.

Fique à vontade.

O SR. MÁRCIO DE OLIVEIRA FERNANDES – Obrigado.

Boa tarde a todos!

Sou Gerente Executivo de Arrecadação do Ecad. Sou responsável por uma das oito Gerências do Ecad. No Ecad, há oito Gerências Executivas e

uma Superintendência.

Atendendo ao convite da CPI que trata de expor sobre critérios de arrecadação do Ecad, preparamos uma apresentação que passa um pouquinho por esses critérios, mostrando como eles são definidos. Também falaremos um pouco sobre a estrutura de arrecadação do Ecad, sobre como ela funciona.

Faremos a apresentação nesses 20 minutos, para que possamos ter uma noção sobre essas duas questões.

Primeiramente, quero dizer que a Associação à qual o titular se filia passa a ser mandatária da prática de todos os atos necessários à defesa dos seus direitos autorais, inclusive o de cobrança.

A Assembleia Geral do Ecad é composta pelas associações Abramus, Amar, Sbacem, Sicam, Socinpro e UBC. A Assembleia Geral do Ecad fixa os valores da retribuição autoral a ser paga pelos usuários de música. Então, quem define o valor a ser pago, quem define os índices que vão ser utilizados e os fatores que vão ser utilizados são os titulares do direito, autores, compositores, editoras. Os titulares do direito, por meio de suas associações, definem o valor a ser pago. Há um preceito constitucional que prevê que eles fixem esses

valores. O Ecad, então, coloca em prática os valores definidos pelos titulares por meio de suas associações.

Essas associações integram a Confederação Internacional das Sociedades de Autores e Compositores (Cisac), que é um órgão internacional do qual emanam algumas orientações, sugestões, melhores práticas para as associações que fazem um trabalho parecido com o do Ecad e para as 11 associações que fazem parte do Ecad por todo o mundo. Eles definem algumas

orientações, algumas sugestões, inclusive sugestões de preços, como os preços devem ser praticados e utilizados. Assim funciona no mundo inteiro.

A Cisac congrega 232 associações de autores de 121 países do mundo e, por meio de suas comissões técnicas, orienta as associações do mundo todo a adotarem regras e procedimentos padronizados para a fixação de valores de cobranças de direitos autorais e para a distribuição desses valores. Então, todo o Regulamento de Arrecadação do Ecad é baseado em regras internacionais, em orientações e sugestões feitas pela Cisac. Vamos conhecer um pouco mais como isso funciona, quais são essas sugestões, quais são essas orientações.

Primeiramente, a Cisac orienta que, quanto mais importante é a música para determinado segmento, maior o valor que se deve pagar pelo direito autoral de execução pública musical. Se o local tem a música como indispensável e muito importante – por exemplo, não existe a hipótese de um **show** sem a presença da música –, existe um percentual a ser pago. Mas, se a música é necessária, ou seja, não é totalmente indispensável – por exemplo, numa boate, a música é indispensável, mas a boate pode sobreviver sem música,

pode ser transformada num restaurante, em algo parecido, como uma pizzaria –, ou é secundária – é o que ocorre num **shopping center**; pode haver a sonorização num corredor de um *shopping center*, e a música, nesse caso, não é tão necessária para a sobrevivência ou para o faturamento do segmento –, é pago um percentual, um valor, um índice diferente daquele pago onde a música é indispensável. Assim orienta a Cisac. Assim se comportam o regulamento de arrecadação e a sua tabela de preço.

Todos os valores do Regulamento de Arrecadação do Ecad estão previstos para o direito autoral e para os direitos conexos. Então, há o direito autoral dos autores e dos compositores, bem como há os direitos conexos dos produtores fonográficos, dos intérpretes e dos músicos acompanhantes. Quando é utilizado o fonograma – que é a faixa de um CD ou de um DVD, é uma obra fixada no suporte material –, quando a sonorização ou a utilização da música é feita por meio de um fonograma, isso requer, conforme a legislação orienta, que também sejam remunerados os detentores de direito conexo, que são esses três de que falei, o produtor fonográfico, o intérprete e os músicos acompanhantes.

Então, os valores são um terço a mais do que o valor normal do direito autoral, e esse um terço serve justamente para remunerar os detentores dos direitos conexos. Todo o Regulamento do Ecad conta com percentuais e valores para utilização de fonograma. Quando a utilização não é de fonograma, quando não se trata de uma sonorização ambiental ou de uma música mecânica, quando se trata de uma música ao vivo, por exemplo, esses valores são reduzidos em um terço. Assim, funciona o Regulamento.

O Ecad mantém também uma Unidade do Direito Autoral (UDA).

Um importante registro é que todo o Regulamento de Arrecadação do Ecad, de 75% a 80% desse Regulamento, foi concebido quando existia o Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA), que era ligado ao Ministério da Cultura.

Ele foi, então, aprovado pelo CNDA. Algumas utilizações musicais surgiram depois da extinção do CNDA, mas o CNDA aprovou pelo menos entre 75% a 80% do Regulamento do Ecad. E já existia um indexador nessa época. O Ecad, então, mantém um indexador, que é a UDA, o que é também uma orientação

internacional, uma orientação da Cisac. Foi definido no Comitê Ibero-Americano da Cisac que as associações deveriam manter um indexador, até porque conta da inflação natural que acontece a cada ano.

Então, o Ecad mantém a UDA. O usuário paga x UDAs para a utilização da música, o que altera o valor da UDA anualmente. Hoje, essa Unidade está avaliada em R$50,37. Essa Unidade fica assim durante todo o ano.

Após esse ano, a Unidade recebe um reajuste, que sempre tem acompanhado os índices inflacionários que são apresentados para a Assembleia Geral do Ecad, composta pelas associações do Ecad. Então, temos seguido os índices inflacionários. Há uma correção natural por conta da inflação.

Todo pagamento de direito autoral é feito por meio de boleto bancário. Não existe a hipótese de pagamento a quem quer que seja em dinheiro ou em cheque. Todo pagamento de direito autoral é feito por meio de boleto bancário, que é emitido justamente para essa finalidade, para o pagamento de direito autoral. Ele conta com alguns enquadramentos que vão orientar, depois do pagamento, como esse valor deverá ser distribuído. Um dado importante é que o Ecad emite cerca de 70 mil boletos de cobrança mensalmente, para os usuários realizarem o pagamento. Assim, po-

demos ter uma ideia do tamanho da estrutura de que estamos falando.

Os usuários de música – assim definimos os estabelecimentos, as empresas que utilizam a música – são divididos entre permanentes e eventuais.

Aquele que utiliza a música de forma permanente, durante todo o tempo, paga uma mensalidade; ele recebe um boleto mensalmente, para que possa, então, fazer o pagamento da mensalidade. Mas há aquele que utiliza a música de forma eventual, como, por exemplo, aquele que vai fazer um **show**. Este usuário vai obter a licença autoral para realizar aquele determinado **show**. Ele vai pagar o direito autoral, por meio de um boleto bancário, como eu aqui disse, para essa finalidade. Ele, logicamente, não precisa pagar uma mensalidade, como é o caso dos usuários permanentes.

Trouxemos outro importante registro: o nosso Regulamento prevê reduções de acordo com o nível populacional da cidade onde o usuário está localizado. Se o usuário está numa cidade com até 150 mil habitantes, ele conta com um maior redutor; se ele está numa cidade que tem entre 150 mil e 300 mil habitantes, ele conta com um percentual redutor maior do que o do usuário citado anteriormente, mas menor do que o do usuário da cidade com mais de 300 mil habitantes. Essa é uma forma de se prever que os usuários em situações distintas tenham reduções de acordo com o nível populacional do lugar onde eles se encontram.

Existem reduções também de acordo com a categoria socioeconômica do Estado em que o usuário estiver localizado. Um usuário do interior do Piauí, por exemplo, não paga o mesmo valor pago pelo usuário do interior de São Paulo; um usuário do Rio de Janeiro não paga o mesmo valor pago pelo usuário do interior do Estado do Rio ou do Centro-Oeste. Então, há uma divisão de acordo com a categoria socioeconômica. São previstas reduções, justamente para que haja valores mais justos de acordo com a condição de cada Estado, com a pujança da economia de cada região, de cada cidade, de cada Estado.

Trouxemos aqui alguns julgados importantes. Não sou do Departamento Jurídico do Ecad; como falei, sou Gerente Executivo de Arrecadação. Mas achamos importante trazer aqui alguns julgados interessantes do STJ, justamente por falarmos da questão de fixação de preço e de critérios de arrecadação por parte das associações, por meio da Assembleia Geral.

O primeiro julgado que trouxemos é do Ministro Aldir Passarinho Júnior: direitos autorais, execução de obras musicais, valores de tabela própria, presunção legal, ônus da prova, agravo desprovido. Tiramos um extrato da decisão, que diz: "Os valores cobrados pelo Ecad são aqueles fixados pela própria instituição, em face da natureza privada dos direitos reclamados, não sujeitos à tabela imposta por lei ou a regulamentos administrativos". Então, a questão da fixação de preços já passou pelo Judiciário e já foi apreciada de maneira a permitir que os próprios titulares, os próprios autores, os próprios compositores fixem seu valor por meio das associações e por meio da Assembleia Geral do Ecad, que os representa para essa finalidade.

Mostramos também um agravo regimental, um recurso especial do Ministro Vasco Della Giustina, que diz o seguinte: "Este Tribunal Superior já assentou ser válida a tabela de preços instituída pelo próprio Ecad, não podendo o Poder Público, seja por lei, seja por regulamento administrativo ou judiciário, modificar tais valores, em face da natureza privada dos direitos postulados".

Então, são dois importantes registros.

Passando adiante, para que tenhamos uma ideia do tamanho da estrutura de que estamos falando, eu trouxe aqui alguns números mais ilustrativos, para dar uma noção de como isso funciona.

O Ecad conta com cerca de 135,5 mil usuários mensalistas cadastrados. Desses, 56 mil são lojas comerciais; 35,6 mil, aproximadamente, são restaurantes; 9.537 são hotéis e motéis; 7.193 são academias. O Ecad

cadastrou, nos últimos dois anos, 46.661 novos usuários. São estabelecimentos que passaram a utilizar a música ao vivo ou a sonorização ambiental. Então, são cadastros novos, para que possam fazer o recolhimento do direito autoral.

Para que tenhamos uma ideia, no ano passado, foram cobrados e arrecadados 111.235 **shows** espalhados por todo o País. Hoje, o Ecad mantém, em sua base de dados, entre usuários mensalistas e usuários eventuais, cerca de 410 mil usuários cadastrados. É uma informação importante.

Como ilustração, para que façamos uma reflexão, mostramos em que segmentos estão distribuídos os valores arrecadados pelo Ecad. O Ecad arrecadou, no ano passado, aproximadamente R$433 milhões, com um crescimento de 15,68%. Como é distribuído esse valor? Chamo a atenção para a arrecadação de televisão, que representa 20%. É lógico que a inadimplência de grandes usuários, sobretudo no que diz respeito à televisão, ajuda que não haja um percentual tão expressivo, como se pode ver no caso dos usuários gerais.

Isso é importante. Isso, inclusive, é muito diferente do que se verifica em outros gráficos como esse de outros países, onde os grandes pagadores, os que geram grandes percentuais de arrecadação, são as rádios, as televisões, as televisões por assinatura. Aqui, no nosso País, a situação é um pouco distinta, por conta

de brigas judiciais, de não entendimento para o pagamento. A situação aqui é diferente da de outros países.

Continuando, mostramos que 20% da arrecadação vêm por parte da televisão aberta; e 5%, por parte da televisão por assinatura. Dos R$434 milhões, somente 5% são da parte da TV por assinatura. Pode-se dizer que boa parte, a grande maioria desses 5% diz respeito a levantamentos judiciais que são realizados em ações judiciais onde há o depósito judicial. Hoje, pagando sem ser por meio de depósito judicial, pagando espontaneamente ao Ecad, há cerca de quatro pequenas TVs por assinatura espalhadas pelo País.

Quanto à Internet, já se inicia – isto ainda é incipiente – uma arrecadação. Essa arrecadação ainda pode se desenvolver, mas já representa 1% da arrecadação do Ecad. Os cinemas – nos filmes, há a trilha sonora – representam 3% da arrecadação. E há os eventos especiais em que há a utilização de música, como carnaval, réveillon, festas de final de ano, e que representam 9% da arrecadação; é uma significativa representação, se comparada com a de outros segmentos, levando-se em conta, inclusive, o poder econômico de outros segmentos.

Os espetáculos musicais, como bailes e **show***s* nacionais e internacionais, representam 14% da arrecadação. Essa é uma arrecadação que se desenvolve também. Vemos que cresce cada vez mais a quantidade de **show***s* País afora.

O grande destaque é dado aos usuários gerais, que são aqueles usuários que utilizam a música ambiente, a sonorização ambiental, como as grandes redes de loja, os supermercados, as grandes redes de supermercado, as lojas comerciais, os restaurantes. Normalmente, o índice de inadimplência desses usuários não é tão elevado como o que se pode verificar em alguns outros segmentos, de forma geral.

Por último, representando 4% da arrecadação, estão os usuários gerais que utilizam música ao vivo, que utilizam a música de forma permanente, como eu disse aqui, e que, portanto, pagam uma mensalidade. E as rádios representam 13% da arrecadação. Hoje, no Ecad, há uma inadimplência referente às Rádios AM e FM, às rádios comerciais e às rádios educativas da

ordem de 38%. É uma inadimplência elevada. Essa inadimplência já foi maior, reduziu um pouco, mas ainda é elevada.

No próximo *slide*, trazemos algumas reflexões. Toda essa arrecadação é feita num país continental, diferentemente do que acontece em alguns outros países. O Ecad faz um grande esforço para cumprir sua obrigação, para fazer as arrecadações. O Ecad foi criado e existe para arrecadar e distribuir direitos autorais provenientes da execução pública musical. Então, o Ecad faz um tremendo esforço para, como falei há pouco, arrecadar dos 135 mil usuários cadastrados, para estar em todos os locais e cobrar o correspondente a aproximadamente 112 mil **show***s*. De norte a sul, estamos num esforço tremendo para fazer bem esse trabalho, com transparência.

Há a inadimplência de grandes usuários. Foi falado aqui sobre a questão da televisão, de uma televisão propriamente dita. Há uma questão crônica, cultural, com base nos grandes usuários, sobretudo na televisão por assinatura, nas televisões abertas. Resolvemos o problema de duas grandes; pelo menos uma delas paga espontaneamente. Depois, vou apresentar aqui alguns que pagam. Mas há um problema crônico relativo às tevês abertas, sobretudo às tevês por assinatura e às rádios. É importante esse registro.

O Ecad tem investido, cada vez mais, em tecnologia, o que nos tem ajudado a apresentar esse crescimento de 15%. Temos nos preocupado, cada vez mais, com isso.

Não há registro de uma política pública de conscientização a respeito da importância do direito autoral. Não existe, no momento, qualquer movimentação do Estado para procurar conscientizar as pessoas, para procurar defender o interesse do autor, para fazer com que, sobretudo, os grandes usuários executem o pagamento, respeitem a lei do direito autoral. É um trabalho muito solitário que o Ecad, com as associações, faz, propondo ações judiciais quando não há mais jeito. Procura-se, de todas as formas, evitar a ação judicial; quando não há mais condição, propõe-se a ação judicial. Mas não há qualquer política pública de conscientização, para que seja feito o pagamento do direito autoral de execução pública musical. Não há registro disso.

Importante também é ressaltar que a nossa tabela de preços e o Regulamento que mencionei aqui algumas vezes estão no nosso *site*. Qualquer pessoa, qualquer usuário que queira simular o valor que deve pagar pode, a qualquer momento, entrar no nosso *site*. Ali está bem claro se é um usuário permanente ou um usuário eventual, se é uma rádio ou uma tevê ou se são mídias digitais. Ele pode, então, entrar no *site* e fazer um ensaio, uma simulação, e verificar quanto ele paga. Ele pode, a qualquer momento, verificar se o valor que ele está pagando, se o valor que está sendo proposto para ele, se o percentual que está sendo proposto para ele está de acordo com o que prevê o

nosso Regulamento, a nossa tabela. Está aberto o *site*, para que qualquer usuário, qualquer pessoa verifique essas informações.

Os nossos funcionários, os nossos representantes também andam com a tabela de preços do Ecad. Todos eles são obrigados, quando visitam o usuário,

a estar com essa tabela. Ou seja, se o usuário não quis entrar no *site* para verificar se aquele valor que é transmitido está em consonância com o que orienta o Regulamento de Arrecadação, ele pode, ali, naquele momento, verificar junto com o funcionário qual o valor que ele está pagando, por que é aquele valor. Então, nosso pessoal anda com essa tabela.

(Próximo, por favor.)

Outra questão importante: temos um manual de procedimento de arrecadação, como registrei aqui, no início. Sou responsável pela área...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) **–** O senhor me permite?

Nesse ponto dos critérios, da negociação do empregado Ecad, qual é a possibilidade de esse empregado do Ecad diminuir o valor cobrado, se existe uma disponibilidade dele, se ele faz juízo de valor sobre ele. Só para que eu não me perca no raciocínio aqui, por favor.

O SR. MÁRCIO DE OLIVEIRA FERNANDES – Perfeito, Senador.

O funcionário do Ecad é treinado para cumprir o regulamento, para cumprir a tabela que ali está prevista. E temos todo o tempo para orientá-los nesse sentido. Controlamos também esse trabalho. Nós temos em nossas unidades supervisores, pessoas que supervisionam esse trabalho; temos também um departamento de auditoria, fazendo sempre auditoria, visitando nossa unidade, verificando o trabalho que é realizado pelos nossos funcionários, para que não haja qualquer deslize em referência à questão da tabela de preço e do regulamento. E o maior fiscalizador é o próprio usuário, quando trago aqui a questão de que a tabela de preço está em nosso *site*, disponível, para qualquer pessoa; que o nosso funcionário anda com uma tabela de preços como essa.

Então, o maior fiscalizador é o usuário, que pode a qualquer momento verificar se o valor que ele está pagando é o valor exato, é o valor devido.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, eu só queria...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Pois não, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Desculpe-me, mas só não entendi o seguinte: o empregado tem a possibilidade de negociar o enquadramento com o usuário, de acordo com a tabela de critérios. Qual é a disponibilidade, até onde ele pode ir? Porque muitas vezes é possível que ele, empregado do Ecad e/ou usuário, possa estabelecer ali um acordo. Sabemos da natureza humana.

Qual é a disponibilidade dele? Até onde ele pode ir?

O SR. MÁRCIO DE OLIVEIRA FERNANDES – Ele tem várias formas de enquadramento. Então, se é um restaurante, por exemplo, é pela

metragem quadrada. Então, ele vai medir a metragem quadrada da área sonorizada. E, ali, vai-se definir o valor que deve ser pago. Se é um evento, por

exemplo, que tenha cobrança de ingresso. Ele tem um percentual a ser utilizado.

Então, os enquadramentos são bem definidos e não permitem que haja mudança de critério, alguma mudança de enquadramento. Nosso sistema, inclusive, não permite que ele possa incluir, inserir um enquadramento que seja diferente. Por exemplo, ele trazer um enquadramento de um segmento como se fosse outro segmento. Ele não permite essa questão.

Retornando aqui, então. O manual de procedimento de arrecadação.

Existe um manual de procedimento. Os procedimentos adotados, as normas, as diretrizes, as orientações de um funcionário de arrecadação são todos muito bem definidos. O funcionário, quando é selecionado, passa por um treinamento; ele é controlado para que faça o trabalho dele com exatidão. E também há um manual de procedimento em que as regras são bem definidas sobre o que ele deve fazer e sobre o que ele não deve fazer propriamente dito.

(Próximo, por favor.)

Nós temos o que chamamos no Ecad de Tec Móvel, uma solução tecnológica. Funciona como se fosse um aparelho celular, acoplado a uma impressora. E todos nós, funcionários, que temos esse trabalho de contatar, de estar junto com os usuários, utilizamos, então, essa solução, e essa solução permite que ele possa visualizar o sistema do Ecad, ou seja, que ele verifique se o usuário é cadastrado, se não é cadastrado, em qual enquadramento ele está, se ele é inadimplente, se não é inadimplente. Ele pode, a qualquer momento, verificar. E, quando ele inclui alguma informação, todo esse sistema é parametrizado. Então, ele não permite que ele enquadre um usuário em um segmento diferente. Como falei no início, os valores são definidos de acordo com a importância da música para o negócio, Se ela é indispensável, se ela é necessária ou se ela é secundária. Então, não permite que ele possa mudar um segmento que, no momento de tratar com o usuário, ele não tem como mudar, já que é todo parametrizado no nosso sistema de arrecadação, que, por meio dessa solução tecnológica que ele tem, inclui todas as informações nesse sistema.

(Próximo, por favor.)

Temos também relatórios gerenciais que permitem acompanhar o trabalho do nosso pessoal, como está se desenvolvendo, tomar decisões estratégicas, importantes, para o nosso desenvolvimento.

(Próximo, por favor.)

Aí temos procurado a nossa capilaridade. Está em todos os locais, obviamente onde a música está mais presente, onde a economia é mais presente, onde haja mais **show***s*, onde haja representação maior. Mas nos forçamos sempre para estar em todos os locais e ter uma cobertura ampla por todo o País.

(Próximo, por favor.)

Aí trouxemos alguns exemplos. São exemplos. Não são os maiores, nem são os menores, nem são os melhores. Trouxe somente alguns exemplos de usuários que hoje mantêm contrato com o Ecad, que pagam regularmente seu direito autoral. Temos aí o Carrefour, o Boticário. O Boticário, inclusive, fez uma campanha interessante, em que colocou "o Boticário respeita o direito autoral, respeita o criador"; e paga o direito autoral. Colocou um selo em cada loja com essa questão. É a comunicação dele com o público dele.

A Rede Record, Bandeirantes, McDonald's, Magazine Luiza, Starbucks, o cinema Severiano Ribeiro, Pão de Açúcar, Renner, Credicard Hall, um exemplo de **show**, Lojas Riachuelo, Ricardo Eletro, lojas Marisa.

Aí são alguns exemplos que trouxemos. Não são os maiores e melhores, mas alguns significativos, como o Pão de Açúcar supermercados. Só para a gente visualizar os pagadores do direito autoral.

(Próximo, por favor.)

Bom, temos um *site*: www.ecad.org.br; temos também um **hotsite** com respostas do Ecad, em que várias questões têm sido levantadas na imprensa nos últimos meses e também na própria CPI, depoimentos que foram dados.

Procuramos colocar nossa resposta lá, resposta oficial do Ecad para cada item, e está aberto também para pesquisa de qualquer pessoa que se interesse pelo assunto.

(Próximo, por favor.)

Eu gostaria de agradecer. Como eu disse, a ideia era passar a ideia de como é nossa estrutura, como funciona e também passar para os senhores a questão dos critérios: como são definidos, da onde partem, quais as orientações que temos, para que sejam definidos os critérios de preço, já que foi esse o mote do convite que foi realizado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Márcio de Oliveira Federnandes, Gerente-Executivo de Arrecadação do Ecad.

Na sequência, passaremos às perguntas do Senador Relator Pedro Taques e dos Senadores aqui presentes, Senador João Vicente Claudino, Senador Lobão Filho, Senador Eduardo Suplicy...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy. Fique à vontade.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Há pouco, eu estava dialogando com o Senador Pedro Taques, que hoje é nosso Relator.

Quem sabe seja mais interessante fazer as perguntas ao Sr. Márcio de Oliveira

Fernandes depois de ouvirmos o Ivan Lins e a Sandra de Sá, porque eles poderão dar um depoimento que poderá enriquecer as perguntas eventuais que tenhamos ao Sr. Márcio de Oliveira Fernandes.

É a sugestão que faço.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Ordem acatada, Senador Suplicy. Então, se não houver nenhuma divergência, vamos dar esse encaminhamento.

Como os senhores viram, o espaço dessa mesa não é tão grande quanto a mesa anterior das comissões. Então, peço para o Sr. Márcio e para o Sr. Daniel voltarem aos seus lugares, e o Ivan e a Sandra são convidados para virem para cá.

As perguntas, inclusive, podem ser respondidas pelos depoentes de onde eles estiverem.

Ato contínuo, já convidamos, então, Sandra e Ivan para virem à mesa.

Então, Sandra, começamos com você. Você tem vinte minutos e, em seguida, os vinte minutos serão para o Ivan, para o seu depoimento.

Fique à vontade, Ivan. Fique à vontade, Sandra.

A SRA. SANDRA DE SÁ – Obrigada.

Primeiramente, antes do bom-dia, boa-tarde, boa-noite – é boatarde! –, quero pedir desculpas, porque, realmente, não tenho termos técnicos, não tenho, digamos assim, jogo de cintura. Só sei suingar no palco. Aqui não sei suingar legal, não. Mas vou tentar. Vou falar de como cheguei até aqui, de tudo o que aconteceu comigo.

Sou de uma família de músicos. Não só de músicos como de pessoas musicais, elementos musicais. Então, lá em casa, quem não é músico é musical. Gosta, ou entende, ou faz alguma coisa. É amante da música. Acho que, como todo bom brasileiro, pelo menos um batuquezinho, alguma coisa a gente faz.

Graças a Deus, não tenho nenhuma história triste para contar. Acho que geralmente, no mundo artístico, tem aquela história. Não. Tenho uma história muito feliz, que é de uma família feliz, alegre, uma família de classe média baixa, mas que sempre, digamos assim, cumpriu com suas obrigações de cidadania. Então, o aprendizado que tive na minha casa não foi nem de as pessoas me chamarem para conversar, para falar coisas, mas de exemplos. Eu tive exemplos muito legais e tenho até hoje na minha família. Bons exemplos, como preservar a dignidade, a verdade, a cidadania, o respeito, além de tudo.

Chegando nesse mundo da música, o que eu sinto é muito desrespeito à música. De todos os lados. A música, me desculpem, mas acho que é a coisa mais importante da vida de uma pessoa. É a cultura, porque, se você está injuriado, você ouve música; você está feliz, é a música. Imaginem uma novela sem música, imaginem o cinema sem música. Quer dizer, é o que eu falo,

imaginem a vida sem música. Por isso eu dizia que ela é altamente importante.

Mas fica sempre em segundo plano.

Há uns exemplos que a gente de vez em quando comenta: num casamento, neguinho paga não sei quanto pelas flores mais bonitas; paga o tapete vermelho; paga o padre; paga a igreja. Aí, na hora de pagar a música, neguinho acha que não é necessário. Não se paga a música, não se quer pagar a música.

Acho que o pior sofrimento que nós temos é essa inadimplência, que é muito, muito grande. Acho que é o que mais prejudica. Acho que tudo é um problema de educação. Acho que o problema do mundo é a educação.

Nesse ponto, sinceramente, não posso deixar de falar, porque é a minha realidade, é o que eu acho: acho que essa falta de educação vem tanto do usuário quanto do próprio autor, no aspecto de se mobilizar, no aspecto de fiscalizar, no aspecto de, como eu falo, parar de correr atrás e chegar junto.

Então, a gente tem esse aspecto de ter medo das coisas.

Um exemplo: temos uma comissão de artistas. A gente se reúne dentro do Ecad. Eu já mandei *e-mail*, já chamei, já liguei, já falei, já convidei. E, em toda reunião, é meia dúzia de gato pingado. As pessoas não podem, ou isso, ou aquilo.

Acho isso, sinceramente, um absurdo. Eu acho que a vida que a gente tem... O Ivan também viajando, fazendo uma série de coisas, mas acho que pelo menos todo mês a gente se encontra lá. E não tem um mês que tenha um quórum representativo, porque as pessoas não vão, as pessoas não chegam, as pessoas querem saber mais à distância.

Eu acho que nós temos que nos educar para saber fiscalizar o que é nosso. A gente vive disso, a gente ama isso – não gostei do que falei; música não é "isso" –, a gente vive da música, a gente leva a música como entretenimento,

leva felicidade, alegria para o povo, e não temos esse respeito – acho que a gente merece – justamente porque não respeitamos também. Então, acho que nós temos que aprender a fazer isso também.

No Ecad, Ivan, numa dessas reuniões – eu ia fala isso –, conversando com o Dalmo, com o pessoal todo, falei: "Gente, por que a gente não faz uma coisa que poderia ser simples e ajudar bastante a nós e o Ecad?

Porque, quando vamos fazer um **show**, nós temos que assinar no sindicato, a OMB; há uma série de exigências que o contratante faz.

Eu acho que poderíamos, muito simplesmente, pegar o recibo do pagamento do Ecad, com repertório, com tudo certinho, e termos isso como fiscalização nossa. Nós sabemos o que nós cantamos, nós sabemos o quanto foi pago. Tanto serve para o Ecad quanto para nós, quanto para a sociedade, quanto para o próprio usuário.

Mas, sabem a resposta que eu tive nessa reunião? "Mas acontece o seguinte: o artista fica com medo de pedir esse recibo e, de repente, não ser mais contratado e ser colocado na geladeira." É um absurdo isso. Acho que seria uma coisa muito simples – depois vou dar a palavra; não sei se ele concorda com isso –, acho que seria um passo. Lógico que não ia resolver todo esse problema, mas seria um passo importante, um documento que nós teríamos, que o Ecad teria, que todo mundo teria. E pronto. É aquilo? Foi esse repertório? Foi pago isso?

Foi assim? Pronto.

O Senador perguntou – não entendi a pergunta – sobre se o fiscal de repente não poderia fazer jogo. Cara, se no INSS neguinho faz jogo, sabe, em tudo quanto é lugar! Onde não acontece isso? Tudo o que nós vimos por aí é...

Sei lá, tudo o que todo mundo está sabendo são dos mensalões, CPI de não sei que, CPI de quem não paga isso, CPI de não sei que, não sei que lá.

Então, isso é outro lance de falta de educação do cidadão, do ser

humano. O pessoal tem mania de falar também que é o brasileiro. Não. É o ser

humano. É inerente no ser humano isso tudo.

Então, com esse documento, acho que, inclusive, acabaria com esse negócio de dizer quem fez, quem não fez, se o fiscal foi legal, se o fiscal não foi.

Acho que seria muito mais fácil e acabaria com esse negócio. Você faz um órgão fiscalizador. Daqui a pouco – acredito que em poucos anos – vai ter que ter o fiscalizador do fiscalizador; o fiscalizador do fiscalizador do fiscalizador.

Por que, então, nós não aprendemos a tomar conta disso? Por que a gente não se educa para fiscalizar o que é nosso? Porque, se não, o que a gente vai fazer?

Vamos fazer música e vender o churrasquinho na esquina, porque não se vai receber, não vai acontecer nada. Mas aí se diz: "não, é o Ecad que não paga."

Mas vamos prestar atenção na inadimplência.

Acho que enquanto não se resolver essa inadimplência, a gente não pode – é uma opinião minha – tocar em mais nada, porque é um bolo doido do caramba! Ninguém entende, ninguém se entende. Por que também? Porque as pessoas não se informam. "Ah, ninguém me informa." Porra – desculpa –, pô, corre atrás e vai lá, cara! Não para de correr atrás e chega junto! Vai lá e vê!

Hoje em dia muita coisa eu sei lá de dentro porque eu fui chata, fui louca, cheguei lá e perguntei: "Vem cá, cadê esse negócio aí?" Tem muita coisa que eu não entendo ainda, mas, quando eu não entendo, eu pego e vou perguntar a alguém. Mostro para alguém: como é que se faz isso, por que está acontecendo isso?

Já dei muitas sugestões, mas várias sugestões inclusive que eu dei não são acatadas. Por quê? Porque o criador criou música, criou entretenimento, mas também criou medo, que não sei da onde vem. Não pode acontecer medo.

Medo de quê? Por que a gente não pode pegar um documento? Fiz o **show**, tá legal. Toma o seu documento e me dá o meu; me dá meu documento, porque minha música está tocando. Acho que as coisas são muito simples.

Vou falar da arrecadação. E sou da UBC há muitos, muitos e muitos anos. Por quê? Porque eu escolhi. E todo criador tem livre-arbítrio para escolher em que sociedade vai ficar. E se não estiver satisfeito com sua sociedade... Eu falo mesmo: eu sou sócia, eu mando nesse negócio, quem faz a música sou eu, quem canta sou eu, quem sabe isso daí sou eu. Ninguém vai me dizer o que eu devo fazer e como. Lógico que tudo tem seus limites, mas eu, como cidadã, faço vários projetos sociais.

Estou aqui, em Brasília – as pessoas até já me encaram no meio do caminho –, na PEC da Música, estou aqui na 150, estou aqui no ProCultura, em tudo que diz respeito à cultura; a cultura que é o retrato, que é a história de um país. Estou presente, estou junto. Isso porque sou uma pessoa que exerce a cidadania, sou interessada nisso. Daí a minha posição. Não sou contra ninguém, mas sou a meu favor e a favor da minha classe. Agora, sou a favor também de

que a minha classe se entenda; se entenda e... Nossa, falo tanta gíria que, na hora de procurar uma palavra legal para falar para vocês...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Fique

à vontade!

A SRA. SANDRA DE SÁ – Tá legal! Palavrão, não vou falar, não.

Fique **relax**. Na medida do possível!

Eu rodo muito em torno disso porque o meu discurso sempre foi esse, sempre será esse. Nós temos que estar juntos. Primeiro, juntarmos os artistas, os criadores, os intérpretes, os compositores. Depois disso, vamos nos juntar, sim, à sociedade; vamos nos juntar, sim, ao Ecad. Quando digo "nos juntar", não é o povo: vamos nos juntar para... Não. E vamos ver. Lógico que se

tem que mexer muito nisso aí tudo. A tecnolgia está ainda lá em cima. Tem que se mexer nisso como se mexe em tudo.

Acho que não tem que ser essa gritaria toda. Acho que a gente tem que se arrumar, arrumar a nossa casa e ajudar para isso. Vamos nos juntar todo mundo. Depois que os artistas estiverem todos juntos, vamos nos juntar à sociedade, vamos nos juntar ao Ecad e cobrar mesmo; cobrar da sociedade e cobrar do Ecad. Nós que entendemos disso, nós que fazemos tudo, por que a gente não faz isso?

Pelo que estou vendo – estou lá dentro e estou vasculhando mesmo –, é muito fácil falar na caixa-preta – se ainda tivesse um vermelho ainda ficava bacana. Sabe, falar em caixa-preta, nisso, naquilo! Gente, vamos lá dentro!

Vamos juntar, e vamos lá dentro, e vamos exigir, vamos mudar. Nós não temos nossas opiniões? Nós não sabemos o que nós queremos? Então, vamos juntar.

Lá está aberto. Existe essa reunião mensal dentro do Ecad, uma comissão de artistas, e estamos tentando fazer isso, fazer mudanças no Ecad, fazer mudanças na nossa vida. Mas acho que em conjunto. Não adianta a gente

ficar brigando, fazendo guerra, falando que o outro é isso, que o outro é aquilo.

Tem hora, cara, sinceramente – eu vejo até uns *e-mails* –, que parece briga de mariquinha, cara! Um falando da vida do outro, porque o outro é isso, porque o outro é filho de não sei quem, o outro é não sei que, manda não sei quem para não sei que lá, vamos investigar não sei quem. Que é isso?!

Ridículo! Vamos, então, em vez de ficar falando só por *e-mail*, vamos juntar, vamos fazer. Juntar um grupo

de umas dez, vinte pessoas e vamos resolver, cara! Eu acho que é nós que temos que resolver isso. Nós que temos que resolver essas questões que nos afligem.

Agora, peço aos senhores, peço aos Senadores: prestem atenção.

Acho que a pior coisa que está acontecendo com a gente é essa inadimplência. É um caso muito sério, altamente sério. Não adianta exigir pagamentos e tecnologias disso e daquilo se as pessoas não pagam. Eu acho que o principal que nós temos que ver, onde nós temos que entrar é justamente nessa coisa da inadimplência. E, a partir daí, vamos distribuir legal, vamos fazer legal. "Vem cá, o Cisac, sei lá, está falando que o preço é esse?" "Cisac, pode ser menos, pode ser isso, pode ser aquilo?" Vamos conversar, em vez de ficar xingando, em vez de ficar dizendo que o outro é isso e aquilo. Acho que nós temos que nos juntar e procurar saber mais.

Nos lances da sociedade, foi dito que se pagava ao associado 36% – deixe eu ver aqui. Foram 36%, se não me engano, que foi dito. Isso mesmo. Pelo menos na minha sociedade, na UBC – não sei se o Ivan também é da UBC –, é dado ao criador 76%; 17% é do Ecad, 7% é da sociedade, e o restante é do criador.

Tenho visto, tenho estado nas reuniões da UBC e vejo como são tratados os assuntos; a correria que é, a pendenga que é para a gente chegar junto das coisas que acontecem com os compositores, junto do que aflige o compositor. Então, nessas reuniões, cara, os bate-bocas que têm – eu acho interessante, acho que tem de sair na porrada mesmo, tem de ter bate-boca – nas reuniões, não sei se todo mundo sabe, a gente seca, a gente desgasta o assunto até chegar a algum ponto que seja bom para o criador. Eu acho importantíssimo se saber disso. Agora, cada um tem o livre-arbítrio de ir para a sociedade que quiser – se não me engano, os estatutos são diferentes – *(Pausa.)* Pouca coisa, mas você tem esse livre-arbítrio de escolher a sociedade que você quer. Então, se você escolher outra sociedade, está lá, fica lá, está *relax*. Se você está lá é porque está tudo bem. Agora, não atacar, falar das outras sociedades, falar do que não sabe. Isso é uma coisa que também me aflige muito. Eu tenho visto muita coisa, tenho ouvido muita coisa e eu tenho um certo nervoso, realmente, disso. E fico aflita para falar, para dizer, para mostrar o que é. Agora, gente, é muito simples. Vamos lá, não tem problema nenhuma. Eu acho que, inclusive, em termos da UBC, falo da UBC por que sou da sociedade, há muito tempo sou da sociedade UBC, e agora estou lá como Diretora também, e estou por isso. As pessoas perguntam: "Ah, está **relax**, porque é diretora, isso e aquilo". Cara, vocês não têm noção do trabalho que dá isso tudo. Às vezes, eu chego de **show**, e chego cansada, às vezes, segunda-feira, tem de vir para Brasília, porque tem o cara do restaurante não sei que, que não quer pagar não sei que, o cara do hotel que não quer pagar não sei que, e fora isso de estar junto mesmo, de saber a cabeça, inclusive de explicar às pessoas o que acontece, porque muita gente não sabe. Tem muitos Senadores, muitos políticos que não sabem. Eu descobri que tem Deputado que ainda acha que a gente, quando vai à televisão, ganha cachê.

Cara, acabou há tanto tempo que eu nem cheguei a ver! *(Risos.)*

E olha que eu tenho 30 anos – o Ivan tem mais ainda, em termos de carreira, começou mais cedo –, sabe, e as pessoas dizem: "Pô, você deve estar cheia da grana, faz programa de televisão todo dia!" Eu falo: "Meu irmão, nem direito autoral os caras pagam, vão pagar cachê!" Entende. "Ah, a entrevista, você está em tudo que é revista, deve estar ganhando uma grana"! Não existe, o autor vive da sua obra, o intérprete também vive do que canta, do que faz.

Agora, se tirarem isso, se tirarem esse pedaço da gente, cara, ferrou literalmente.

Eu já falei, então vou para a esquina vender churrasquinho, ficar como meu violãozinho ali, cantando. E isso tudo que eu estou falando é o quê?

Inadimplência. Vamos prestar atenção na inadimplência. Ao invés da gente ficar aqui falando uma série de coisas, vamos conscientizar o povo, vamos fazer campanha para conscientizar o povo, para conscientizar tanto o povo, os usuários, os criadores. Tem de estar todo mundo junto: usuário, criador sociedade, Ecad. Eu acho que é muito melhor. Eu acho que se gasta menos, se gasta menos do que se gasta para fazer, no bom sentido, gente, desculpa, para fazer esse circo todo! Estou falando numa... Para fazer esse circo todo! Como outra coisa: a inadimplência, as pessoas estão falando, todo mundo fala, realmente é do custo que o Ecad tem. Mas o Ecad tem um grande custo, como as sociedades, pra justamente esse tipo de problemas de inadimplência, ou problemas de jeitinhos, de fiscalização, essa coisa toda, isso tudo leva grana, leva dinheiro, como o estudo da tecnologia. É difícil você ficar na escuta lá!

Então, eu tenho certeza e tenho visto como estão tentando pesquisar tecnologias melhores, avançadas, ou aparelhos que possam medir legal as músicas, que possam levar pra gente realmente o que está acontecendo, o eu está tocando, porque ... E foi falado aqui "Não, qualquer telefone, qualquer coisinha pode se gravar e levar, gravar da rádio". Mas acontece que se está fazendo uma pesquisa sobre o DNA da música, porque senão, era mole, até eu ia gravar. Eu gravava

vários dias e dizia: "Não, isso aqui foi num dia só. Tocou isso aqui tudo". Então, não é assim; não é assim. Pegar um gravadorzinho e botar lá para vagabundo escutar. Não. Por isso que ainda se está, de certa forma, levando nessa forma. A audição, digamos assim, estão fazendo uma parada de ouvido, literalmente. Mas eu acho que se chega aí. E esse custo alto é disso também, Senador. Eu acho que nós merecemos, eu acho que tem de ser assim. Agora, a gente tem de saber das coisas que se está falando. Porque, sinceramente, eu sou uma pessoa que não sei segurar, esconder muito as coisas, mas tem-se falado muita besteira, tem-se falado muita coisa sem saber o que está acontecendo, tipo, como se chama vulgarmente, mas apelidou-se de "trilheiros". Se vocês forem olhar bem, tem uma razão de ser isso tudo. Eu queria explicar, porque, às vezes, esses que estão ganhando um doze avos, eu acho que fora do País é até um vinte avos, se não me engano, esses acidentais, porque, de repente, eu já percebi muito isso, tem música, a música é minha, já aconteceu de ter música minha que eu a interpretava, nem era minha como autoria, então a música está tocando na novela com a minha voz, quando chega no tal, que chamaram "de fundo", acho eu foi "fundo" que chamaram ali, é a mesma música, só que feito de uma parada diferente que parece, de repente, outra música. Então, tudo bem, não tem importância, o cara virou parceiro da gente. Mas, porra, ele virar parceiro... eu acho que está legal um doze avos, a gente pode até discutir – a gente, parece até que eu, falo como criadora –, mas eu acho, se o cara vira parceiro meu, se eu fiz a música toda e o cara só chegou na parceria para dar uma quebrada ali, cara, eu posso estar falando besteira, posso estar falando errado, mas até onde eu vi, até onde eu li, estudei isso tudo, é uma coisa assim. Entendeu? Eu acho que pelo jeito que é falado parece que o cara compôs a música. "Pô, sacanagem, o cara compôs a música e tá ganhando, porra, só isso." Não. Não é por aí. Tem casos e casos.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. SANDRA DE SÁ – É. Justamente.

O SR. IVAN LINS – Mas ele não recebe direito autoral pela execução da sua música. Se é sua a música, só você recebe.

A SRA. SANDRA DE SÁ – Não, não. Eu já vi várias músicas que o cara chega lá, dá um...

O SR. IVAN LINS – Só você recebe.

A SRA. SANDRA DE SÁ – Quer dizer, você já viu as planilhas?

O SR. IVAN LINS – As planilhas? Já vi.

A SRA. SANDRA DE SÁ – Já viu. Tem muitas planilhas que chegam, quando a gente vê e uma coisa e as planilhas vêm totalmente diferente do que é.

O SR. IVAN LINS – Eu não consegui entender as planilhas, na verdade. Agora, se o cara faz o arranjo da sua música e ganha como autor, está errado.

A SRA. SANDRA DE SÁ – Está totalmente errado.

O SR. IVAN LINS – Está totalmente errado. Não é nada disso.

A SRA. SANDRA DE SÁ – Rolam coisas assim.

O SR. IVAN LINS – Mas eu acho que ele, como autor de uma música de fundo dele, ele deveria ganhar o mesmo que ganha qualquer compositor. Porque eu acho que aí é discriminação, porque autor é autor, compositor é compositor. Por que esse é menor e o outro é maior, se ele foi lá, teve o trabalho de compor, escreveu o arranjo, evidentemente, mas se ele é o autor, ele tem de receber tanto quanto eu. Ele é o autor. Mas ele ganha um doze avos?

A SRA. SANDRA DE SÁ – Então, cara, vamos fazer lá, vamos lá.

É. Se é assim, vamos lá e vamos conversar disso. Vamos entrar em um entendimento. Eu acho isso. Tem de chegar lá e vê qual é. Eu acho que dá para chegar lá.

O SR. IVAN LINS – Não, é nosso!

A SRA. SANDRA DE SÁ – Então vamos lá, cara! Se for o caso...

O SR. IVAN LINS – Eu só acho o seguinte – eu vou dar uma opinião, isso era pra minha fala, mas tudo bem –: eu concordo com você. Eu acho que a gente tem de se encontrar, sim, temos de fazer um fórum nosso, mas fora de um órgão suspeito.

A SRA. SANDRA DE SÁ – Beleza!

O SR. IVAN LINS – Que está sob suspeição. A gente não pode se encontrar dentro de um órgão que está sob suspeição. *(Palmas.)*

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Pois não.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Eu acho que não contributivo esse bate-boca. Já que estamos aguardando, ansiosamente, ouvir o Dr. Ivan Lins, e a Sandra de Sá, eu acho que já terminou o tempo dela, inclusive, seria, para a gente ganhar produtividade e eficiência, aguardar a finalização dela, para ele poder falar, porque eu estou ansioso para ouvir a tese dele também. E, aproveitando, tu disseste, aqui, que o nosso relator querido pronunciaria as suas indagações e, logo após, nós, Senadores. Eu até sugeriria, já que são tão importantes as indagações do Relator, visto que é ele que vai formatar o relatório final, que ele fosse o último, inclusive para se subsidiar das nossas

indagações e poder enriquecer ainda mais a colocação dele, que é a mais importante de todas. Isso tudo, é claro, com o beneplácito do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) –

Senador Lobão, se nenhuma objeção houver do Senador Pedro Taques... Nós poderemos encaminhar assim?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, com total respeito ao Senador Lobão, como Relator, eu prefiro perguntar primeiro; depois, S. Exªs, os Senadores, perguntam, e, como Relator, eu tenho a prerrogativa de novamente fazer perguntas para ir acertando a minha fala anterior. Se fosse possível, e respeitando a sua posição.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Vamos encaminhar assim. Só esclarecendo, Senador Lobão, a Presidente resolveu ser a mais flexível possível nos depoimentos, mesmo por que eu acho inadequado dar formalidade a dois artistas brasileiros que têm se pautado na vida pela informalidade e que, inclusive têm tido uma contribuição importante com as suas músicas para vencer a formalidades da política, em uma época em que as formalidades da política impunham até a censura. Então, em virtude disso, a Presidência foi a mais flexível possível, e tem sido nós depoimentos de ambas as partes, e resolvemos dar os depoimentos aqui. Liberamos o tempo para os depoimentos da Sandra e para a intervenção do Ivan, porque, me parace, a intervenção do Ivan, no debate com a Sandra veio a contribuir.

Sandra fique à vontade. Vá para as suas conclusões. Em seguida, ouviremos Ivan.

A SRA. SANDRA DE SÁ – Como vimos, só pra fechar essa questão de um doze avos, até na amostragem ali, eu acho que quando a gente faz uma música, eu faço a letra, o cara faz a música, então, fica dividido, cada um ganha 50%. Não é isso? Cada um ganha 50%. Se a música é minha só, eu ganho 100%.

Então, há divisão. O cara que fez a letra, o cara que fez a música, ou seja o que for. Eu vi que tem uma tabela. Se existe essa tabela, se não me engano, não só no Brasil, é da SISAc essa tabela – posso perguntar? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Fique à vontade.

A SRA. SANDRA DE SÁ – Acontece no mundo todo. Então, justamente, é esse o lance. Um percentual para o fundo, quer dizer, para a música instrumental um percentual, para outra música outro percentual, a música de abertura é uma, a música que toca durante a novela ou filme, sei lá, é outra. Então, são vários critérios. Então, eu acho que, de qualquer jeito, é coisa que eu acho que a gente tem de estar juntos e dar o nosso preço. Eu acho que tem de ser isso. Concordo com isso também: que a gente tem de dar o nosso preço.

Agora, nesse lance de estar dentro de um órgão que está em suspeição, isso ou aquilo, cara, sinceramente, para mim, eu acho melhor ainda porque, gente, eu aprendi que a gente tem de estar junto para ver o que é. O que adiante eu estar lá fora e falar que aquilo está assim, assim. Não. Vem cá, eu quero ver essa parada aí. Eu sei que, às vezes, tem coisa que você não entende nada, não é fácil de entender, mas vamos ficar lá, vamos meter plantão, vamos ficar lá, vamos encher o saco, vamos dar pressão até a gente entender tudo. Quer dizer, uma opinião minha. Agora, fora de lá, a gente não está vendo nada, só está falando "pode ser assim", "pode ser assim". Não, vamos ver a "vera", e vamos exigir isso. Acho que é a melhor forma. É o que eu acho. Eu penso assim. Eu sou assim. Eu não estou exercendo só o meu direito de criadora, mas de cidadã também, e da importância da música, não só como criadora de música, mas a importância da música na nossa cultura, no desenrolar da nossa história e de respeito também. Eu acho que é pouco respeito que a gente tem pela música.

Então, de novo, quero reforçar isso: todos falam dos custos que tem a sociedade, o Ecad. É custo alto, sim, mas, com a ajuda de vocês, a gente pode também fazer cair esse custo. E dizer assim: não tem que ter ninguém aqui junto do Ecad. Não.

Vamos lá. Quer ver o que está acontecendo? Quer auditar? Quer ver os documentos? Quer conversar? Quer ver o que que é? Vamos lá! Eu estou falando por mim, mas eu acho que o Ecad está aberto, para quem quiser chegar lá e ver. Eu acho muito mais fácil do que ficar aqui falando, falando, falando, debatendo uma série de coisas que a gente não tem noção direito do que é. E o tempo é pouco. Então, vamos lá. Ninguém está negando esse direto do Estado, ou federal, ou municipal, ou estadual, sei lá, chegar lá e ver. E pode até contribuir com a gente, por favor, nessa inadimplência. Até peço ao Estado, encarecidamente: a inadimplência, a pirataria, o jabá, uma coisa simples nas rádios, em todo o lugar, falar o autor da música, por que as pessoas não falam.

Eu acho que isso tudo pode ajudar, e muito, tanto à arrecadação como o respeito que à música, que a gente merece.

E, mais uma vez, desculpe-me por eu não ter esse **swing**, como vocês têm, como as pessoas têm das coisas mais técnicas, isso ou aquilo. Mas o meu sentimento é esse: o sentimento de estarmos juntos, nós, criadores, e resolvermos nossas pendengas. Não sei se deu pra entender, se eu me enrolei demais, se

eu falei demais, se eu falei de menos, o negócio é que, na realidade, foi um desabafo. E quero muito, e peço a vocês, tanto nós, criadores, sociedade, Ecad, cara, vamos nos sentar e vamos nos respeitar e vamos ajeitar isso tudo.

Acho que mudanças têm de ter, mas as mudanças têm de vir de nós também.

Acho que mais ninguém pode mudar isso daí. Quer dizer, vamos acochambrar a lei, a lei que está aí é boa, e vamos estar mais juntos e resolver os nossos problemas, com a ajuda de vocês, que acho que é bacana também.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) –

Obrigado, Srª Sandra de Sá.

Vamos, então, ato contínuo, passar a palavra para o Ivan. Ivan você tem 20 minutos. Reitero, com toda a flexibilidade da Presidência, o importante aqui é nós ouvirmos, da mesma forma, o seu depoimento.

Fique à vontade.

O SR. IVAN LINS – Obrigado.

Em primeiro lugar, eu queria falar pra Sandra que eu fiquei muito emocionado com o seu depoimento. Tenho um verdadeiro respeito por você como artista, como cidadã...

A SRA. SANDRA DE SÁ – É recíproco.

O SR. IVAN LINS – ...e achei muito bonita essa forma como você se colocou. Ainda estou meio emocionado. Tudo bem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pareceu uma música.

O SR. IVAN LINS – É. É que é muito sincero. A gente sabe que é sincero. Na nossa classe, nós temos uma dificuldade muito grande. Infelizmente, a nossa classe não tem essa união que a gente gostaria que tivesse.

Nós somos muito sensíveis, muito emotivos, temos vaidades, somos muito vaidosos e, muitas vezes, essas coisas atrapalham a gente, somos fanáticos pelo que fazemos e, muitas vezes, nos descuidamos de exatamente entrar no processo, digamos assim, mais técnico, e como essa nossa viagem, essa nossa fantasia, essa coisa maravilhosa que é a música, que a gente entra nela e viaja, pega um avião e vai para lua, sei lá pra onde que a gente vai, e a gente não consegue perceber as sutilezas técnicas do nosso processo de sobrevivência. É muito difícil. Meu pai falava uma coisa, meu falecido pai – falar do meu pai também é muito difícil. Meu pai era engenheiro, economista, administrador, consultor industrial, ela ambientalista, um filósofo, um humanista, como eu, e ele falava muito dessa coisa da ignorância, dessa coisa do desconhecimento, a ignorância no sentido de desconhecimento, de despreparo, ele falava que a ignorância é uma presa muito fácil ao argumento sedutor, ao argumento técnico de alguma coisa, em que o cara fala aquelas coisas todas técnicas, e você na entende daquilo, ele vem com aquela conversa bonita e você acaba: "Não, está certo, é isso mesmo, tem razão". Isso, de certa maneira, sempre fez com que a minha classe tivesse essa dificuldade imensa de estar juntos realmente.

Estivemos – aí eu vou contar a história do Ecad, por exemplo, que começou em 1975, com a criação da Sombrás, que na podia se chamar Sombrás, tinha de ser Sombras, porque "brás" a gente não podia usar porque era prerrogativa do governo. Então, era Sombras, mas a gente chamava de Sombrás, porque a gente queria frisar o "brás", que era Brasil, e essa coisa toda, aquele sentimento. Isso em 1975, na época de Geisel já no poder. Por causa da expulsão da Sicam de vários compositores, entre eles, Gutembeg Guarabyra, Jards Macalé, Vítor Martins, que é meu parceiro, meu querido parceiro, poeta – aliás, ele é uma pessoa importante que poderia vir aqui, se vocês pudessem convidálo, porque ele entende muito de direito autoral, tem umas histórias para contar e é um homem fascinante –, a classe abraçou, na época, os expulsos no período. E nós nos juntamos, incrivelmente, e formamos a Sombrás, em reuniões maravilhosas, ali na Urca, no apartamento de Hermínio Bello de Carvalho, nosso grande peta, onde se reuniam, basicamente semanalmente, a nata da música brasileira. E ali foi fundada a Sombrás, cuja Diretoria era composta por Hermínio Bello de Carvalho, Maurício Tapajós Vítor Martins, Gutemberg Guarabyra, Sérgio Ricardo, Aldir Blanc Mendes e Gonzaguinha, e eu era o redator, eu não era da Diretoria. Então, conseguimos uma sala no Museu de Arte Moderna, no MAM, que pegou fogo depois, e todos os nossos documentos desapareceram. A gente não tem nem como contar essa historia no papel. Mas foi incrível o movimento que nós fizemos: espetáculos no antigo Teatro Casa Grande, por várias semanas, com vários artistas, conseguimos mobilizar a imprensa, lembro-me de que Zuenir Ventura, Tarique de Souza, entre outros grandes jornalista brasileiros, abraçaram a nossa causa e nós conseguimos fazer

um movimento que ocasionou a criação do CNDA e do Ecad. Portanto, o Ecad, hoje, pra gente, simboliza, tem uma simbologia muito forte, quer dizer uma conquista de classe. Foi conquistada através de um movimento da nossa classe.

Não foi imposto por lado nenhum. Nós brigamos pelo Ecad e construímos o Ecad. Então, o Ecad é fundamental para a classe musical brasileira. Ele não pode deixar de existir. Houve várias campanhas querendo acabar com o Ecad, eu acho isso um absurdo, e toda

classe brasileira – eu, nesse momento, tenho a certeza – não permitiria uma coisa dessas. Acho que os problemas do Ecad são problemas que acabaram se ocasionando através do tempo, evidentemente com as suas diferentes gestões, etc., mas que são casos que a gente pode discutir depois, e que são mostrados, aqui, por meio de outros depoimentos e, a través desta CPI, vocês vão ter oportunidade de conhecer muito essas coisas. Eu não queria entrar muito dentro desse processo. Mas gostaria muito de falar exatamente sobre uma coisa que eu acho fundamental na vida brasileira, que se chama transparência.

Existe uma definição de democracia que diz: a democracia é a construção pluralista da credibilidade. E credibilidade só se consegue com ética e transparência. Sem isso, não há credibilidade alguma. Esta é uma palavra chave, inclusive para nos brasileiros, em qualquer setor da nossa vida: ética e transparência. E quando não temos nem ética, nem transparência, quando estão feridas, quando a gente não está conseguindo atingir esse ponto, necessário à ética e à transparência, as coisas ficam meio turvas. Existem problemas, as pessoas começam a desconfiar das outras, etc. E o que acontece no Ecad é que, através do tempo, tanto a ética como a transparência ficaram feridas por algum motivo ou outro.

Mas, eu gostaria, aliás, aproveitando que eu já estou entrando nesse assunto, dizer que todas as colocações, hoje, tanto do Daniel como do Márcio foram extremamente importantes, e mais a Sandra que, realmente, emocionou muito. Acho que hoje foi um dia espetacular. Acho que todas as colocações vão levar vocês todos à reflexão. Eu acho muito importante isso. Vamos pensar nisso, porque a música brasileira, como a Sandra falou, é um produto de Primeiro Mundo, é um dos produtos mais preciosos que temos neste País e que vêm através da qualidade do povo brasileiro de produzir, de criar.

Somos um povo muito especial. Viajo o mundo e todas as pessoas sabem disso, que o povo brasileiro é um povo único, não existe no planeta um país com um povo como temos. Não tem. Temos uma miscigenação maravilhosa, que produz coisas fascinantes. Quer dizer, não temos dificuldade em assimilar coisas dos outros e temos esse fantástico talento de misturar as coisas tão bem, fazer molho, como se na cozinha. Os melhores molhos da nossa

cozinha. Os brasileiros sabem misturar tudo e fazemos coisas fascinantes aqui. É um país de uma riqueza musical como não existe em nenhum outro país do mundo. Não existe. Desistam, porque não existe. Muito do nosso folclore está morrendo, evidentemente isso é um problema do Ministério da Cultura, que tem que preservar aquelas tradições que vêm de pais para filhos, muitas delas estão morrendo, principalmente no interior do Brasil. Mas produzimos uma música inigualável no planeta.

Muitos de nós temos dificuldade em sobreviver dessa maravilha que produzimos aqui dentro. Não é só o problema do direito autoral, isso é uma ramificação, é um mercado. É como ela falou, o problema do jabá, entendeu?

Não toca em rádio, tem que pagar, e quem não paga... Jabá, para mim, é extorsão. Jabá, para mim, é contravenção, é extorsão. Para mim, chama-se extorsão. Depois, tem o seguinte: se você vai falar que jabá é extorsão, você também tem que levar em consideração que, das músicas mais executadas, pelo menos 50% conseguem execução através de jabá. Então, quando se faz uma distribuição baseada em execução pública, de uma certa forma está se premiando o jabá, indiretamente. Penso que até os conceitos de distribuição...

Aliás, para mim, o problema do ECAD não é nem na arrecadação, pode existir problema de arrecadação, mas nego não gosta de pagar. Nego gosta de receber, de pagar... Mandar o cobrador bater na sua porta, duvido você recebê-lo rindo.

Ninguém gosta de pagar, é muito difícil. Então, o trabalho que o ECAD tenta fazer é um trabalho duro. Vejo os cobradores, há muitos deles. Quer dizer, não se pode dizer que todos eles são 100% honestos, isso é muito difícil de controlar, mas é um trabalho muito duro.

O problema, para mim, o que causa a grande problemática dentro do ECAD é depois que o dinheiro está lá dentro, aí é que se chama distribuição.

A distribuição tem que ser realmente muito rediscutida, pela própria classe musical. E aí concordo com a Sandra que temos que nos encontrar, sim, e revermos todas essas maneiras, porque, se vai se fazer uma distribuição onde se premia uma contravenção, uma extorsão, tem que ser revisto imediatamente, não pode continuar assim. Temos que arrumar uma outra forma, não me pergunte, mas temos capacidade intelectual para fazer isso, temos um contingente de inteligência militando dentro da área da música brasileira hoje que é brilhante, temos condição sim, já temos tecnologia suficiente para fazer um trabalho de captação e distribuição muito mais eficiente, muito mais justo, sem ter que dinheiro cair em caixa-preta, para depois os chamados direitos gerais, que vão para os mais executados e quando, muitas vezes, prejudicam compositores que pouco já recebem por produzirem, por exemplo, música sofisticada, como produz Hermeto Pascoal, Edu Lobo, Dori Caymmi, Egberto Gismonti, vários deles. Eles tocam muito em rádios digitais. Ouço rádio digital e TV de assinatura. É um local onde consigo escutar

muito Edu Lobo, Egberto, Hermeto, esses caras que não tocam e fazem uma música sofisticada, muito setorizadas. E depois, é triste saber que esse dinheiro, em vez de ir para eles, ou por meio de planilha, não sei, porque há uma certa dificuldade, de repente, por meio dessas brigas que estão rolando entre emissoras de televisão e ECAD, quando cai, vai para um negócio chamado direitos gerais, que é distribuído pelos que mais tocam, ou seja, para aqueles caras que estão pagando jabá também? É injusto isso.

Assim como o dinheiro que sai das companhias aéreas. Nas companhias aéreas – as brasileiras, basicamente –, se você viajar, por exemplo, a TAM tem sempre lá aquela revista. Canal 1 toca "blá, blá, blá", canal dois toca "blá, blá, blá", está ali, tudo discriminado, você não precisa nem pensar, porque é aquilo que toca mesmo. Se você botar, é aquilo que toca. O que eles arrecadam das companhias aéreas vai para um negócio chamado direitos gerais, ou seja, volta para os caras que pagaram as mais votadas em rádio, é um absurdo isso. Aí o cara: "Ah, mas é pouco dinheiro". Mas não é questão de quantidade de dinheiro, é questão de critério, entendeu? Penso que falta muito critério dentro do ECAD. Acho que os critérios são antigos, porque o que acontece é que houve muita transformação dentro do próprio mercado, como a internet, os aviões passaram a ter revistas com canais explicando o que tocava, antigamente não existia isso. Quer dizer, não se modificaram os critérios de distribuição ainda.

Para mim, eles são velhos e têm que ser modificados. Mesmo que o cara ganhe um centavo, ele tem que ganhar um centavo, porque o critério é esse. No dia que aumentar a arrecadação e aumentar a pontuação naquele critério em si, ele vai receber mais, já está pronto o critério. As companhias aéreas estão pagando mais, você vai receber mais. Já está pronto, não vai para aquela caixa-preta. Não sei como distribuir isso. Não sabe? Então chama a classe, faz um fórum e vão achar como distribuir isso.

Creio que, no fundo, o que estamos necessitando... Como a Sandra falou, a classe realmente tem deficiências de encontro; tem antagonismos; tem muita grosseria, inclusive; tem os famosos apologistas do apocalipse, que transformam tudo em tragédia, não pode ser; pessoas muito nervosas, ficam nervosas porque estão falando em muito dinheiro. Os números mostraram a quantidade de dinheiro que entra no ECAD. Onde tem muito dinheiro, é complicado.

Vou até citar aqui o desembargador Humberto Manes, do Rio de Janeiro, que está aposentado. Ele defendia até o controle do Judiciário, achava que até o Judiciário tinha que ser fiscalizado. Ele dizia: "Só existe transparência com fiscalização". Em um país como o Brasil – conhecemos o Brasil de longa data –, no meu entender, é impossível transparência sem fiscalização.

Impossível. Não há como. Quanto mais fiscalizar, mais transparência tem. Até atingir um nível de confiabilidade e credibilidade que a fiscalização começa a afrouxar. Aí se pode afrouxar. Mas no país no Estado em que está, com o que se lê nos jornais, meu amigo, é um país de espertos, está cheio de espertos aí, está cheio de malandro. Você vê essa coisa de licitação, é emergencial, um negócio assustador. Para quem acompanha bem, sabe do que estou falando, é complicado esse país.

Não tem nada de errado em se ter uma fiscalização. Tem que ter uma fiscalização séria, isenta. É do Estado? É do Estado, é séria. Tem que se confiar no Judiciário? Tem. Tem que se confiar no Judiciário, sim. A base do Judiciário é a justiça, são as leis. Se a justiça estiver funcionando bem, o cidadão se sente mais tranquilo. Tudo que vem para cima na pirâmide funciona melhor, se a base está funcionando direito. Isso são as leis, isso é o Judiciário, e temos que brigar por isso. Então, acho que sim, temos que fiscalizar tudo e todos, sim – e não tem nada de errado. Quem não deve não teme.

Fica assim a minha colocação, queria colocar isso e chamar a minha classe, como a Sandra acabou de fazer, dou o braço a ela, estamos aqui abraçados, afundaremos ou iremos aos céus juntos, naufragaremos ou iremos aos céus juntos, conclamando a classe, com o coração aberto, desarmados, precisamos nos desarmar, e não nos vestir de Rambo, botar aquelas coisas todas.

"Aonde você vai"? "Vou para um fórum de música". O cara já pinta a cara de preto, colete à prova de bala... Não é assim. Somos pessoas de altíssimo nível, não podemos baixar o nosso nível, afinal de contas produzimos a melhor música deste País. Acredito que o trabalho que está sendo feito tem que ser feito, a CPI vai nos ajudar muito a nos enxergar melhor, a nossa ótica interna vai melhorar muito, enquanto houver uma CPI como esta.

Era o que tinha a dizer, agradeço muito a todos vocês, muito

obrigado, até uma próxima e que tudo dê certo. Amém.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Ivan,

muito obrigado pelo seu depoimento a esta CPI, de esclarecimento e de contribuição.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Já lhe passarei, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Tenho que emergencialmente ir ao Plenário, quero muito cumprimentar o depoimento tanto do Sr. Márcio, do ECAD, que é uma contribuição, mas da Sandra de Sá e do Ivan Lins. Quero dizer que os admiro e aprecio muito. Muito obrigado pela colaboração. Tinha sugestões de perguntas que preciso... Hoje temos que ser três, quatro...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Temos que ser dez em um, Senador Suplicy.

Acatado e, em função das necessidades, queria agradecer a condescendência do nosso relator, Senador Pedro Taques, que concordou em recebermos primeiro as perguntas dos Senadores e, em seguida, o Senador Pedro Taques as fará. Creio que, até por dinamismo, poderemos fazer as perguntas em bloco e, em seguida, as perguntas podem ser feitas ao mesmo tempo para cada um dos depoentes. O Sr. Márcio e o Sr. Daniel fiquem à vontade, podem responder de onde estão às perguntas que, por ventura, sejam direcionadas a eles.

Passamos inicialmente aos Senadores.

Senador Lobão, fique à vontade.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. convidados. Só um preâmbulo, neste momento o Presidente da Petrobras faz uma exposição aos Senadores sobre a distribuição dos **royalties** para o País inteiro, dos recursos do pré-sal. Estou aqui nesta CPI para mostrar a importância que dou, particularmente, a essa questão dos direitos autorais dos artistas. Lá é uma discussão que afetará o Brasil todo, a nossa geração, as próximas, não há quem não seja afetado por isso. Mas esta CPI tem sua relevância e estou aqui muito por causa disso.

A própria Sandra de Sá, em suas colocações, afirma que o termo "caixa-preta" é utilizado já há muito tempo quando se diz respeito a este órgão que arrecada os direitos autorais de todos os artistas brasileiros, e quero tranquilizar o Dr. Ivan Lins de que não acredito que haja a vontade de ninguém de extinguir o direito autoral, que é um justo direito do artista, mas o nosso grande objetivo nesta CPI deveria ser fazer com que o artista seja o grande beneficiário desses recursos, em grande monta, que são arrecadados hoje no País. O artista tem que ser o foco das nossas preocupações.

É difícil imaginar uma máquina arrecadadora que gaste metade do dinheiro que arrecada com a sua própria máquina e distribua a metade, quando ela foi criada exclusivamente para beneficiar vocês, artistas. É inaceitável um órgão que possa ter 100 mil funcionários se ele poderia funcionar com cinco. Ou seja, os 100 mil funcionários consomem administrativamente o dinheiro todo, que deveria ser um fundo de pensão para vocês, artistas. É correto isso? Não acredito que seja. Acho que esta é uma função primordial desta CPI. Saber como é gasto o dinheiro. Se ele está chegando na ponta no volume que deveria chegar e na distribuição justa que deveria ser distribuído.

Tenho "n" considerações, inclusive sobre a forma de arrecadação.

Queria sugerir, logo de imediato, a esta CPI que convide também – e vou encaminhar por escrito, depois, as minhas sugestões, para que sejam convidados – as pessoas que fazem **show***s*, por exemplo, para saber como funciona o ECAD em relação a esses produtores de **show***s*, precisamos convidar representantes das emissoras de televisão e rádio, para saber o ponto de vista de cada um deles, convidar mais artistas, para saber como eles vêem o ECAD, que é um órgão que deveria trabalhar exclusivamente para eles, artistas. Temos que enriquecer bastante esse debate, para que essa problemática, Senador Randolfe – é uma problemática antiga essa discussão de ECAD –, encontre um bom fim, melhor que a realidade de hoje, a partir desta CPI.

Srª Sandra de Sá, quero dizer que este circo aqui não custa caro, já somos pagos para isso, e o melhor instrumento para defender o artista que, conforme o Dr. Ivan Lins diz, é um ser humano de excessiva sensibilidade e, às vezes, de pouca sensibilidade para negócios, números, contabilidade... Para isso tem **manager**, tem empresário, tem tudo, porque o próprio, às vezes, tem essa deficiência. É importante que vocês, artistas, tenham advogados defendendo a sua causa e que já são pagos pelo Estado. Somos nós, Senadores; somos nós, Deputados; somos nós, Congressistas. Esta é a principal função desta CPI: consertar algo que, para a sociedade inteira, não está funcionando.

Vejo reclamações sobre o ECAD de "n" pessoas vindas de setores diferentes. Vejo de artistas, de produtores, de proprietários de emissoras. Sou proprietário de emissora de televisão e de rádio, de várias – e faço muitos eventos, também. E, como pagador, estou na justiça pelo lado da televisão, para não pagar, porque penso que televisão não tem que pagar, não vive de música. A rádio vive e tenho que pagar mesmo – e pagar caro, porque a rádio só vive de música. São conceitos meus e há várias pessoas que têm conceitos diferentes.

É preciso ter um tribunal arbitral que julgue quem tem razão, e o fórum ideal é a justiça. Para isso, já estou na justiça. Mas, quero dizer a vocês artistas, que a tese do direito autoral há de prevalecer sobre qualquer argumento.

Se chegar-se à conclusão de que, por exemplo, televisão... Quando digo televisão, é preciso explicar

esse ponto: sou uma repetidora, ou seja, repito o sinal do SBT. Se o SBT paga o ECAD, por que eu, que repito o seu sinal lá na minha ponta, tenho que pagar também? É isso que, vamos dizer, penso que não está correto. Ele está pagando lá, estou pagando aqui, é uma bitributação. Estou sendo tributado duas vezes, pelo mesmo produto. Só para explicar o conceito do que havia me referido anteriormente.

Senador Pedro Taques, V. Exª, que é o relator, são considerações que quero me preparar, com argumentos jurídicos. Preciso analisar aquilo que o Dr. Márcio, gerente-executivo, colocou – uma das coisas que colocou em grande destaque –, que, a rigor, não há força na terra, a não ser os próprios gerentes do ECAD que possam dirimir, ou definir, ou decidir valores e formas de cobrança, que isso já está transitado em julgado na justiça. Quero olhar com muito cuidado aquilo, porque temos um órgão privado que cobra compulsoriamente,

estabelecido em lei, das pessoas – e cobra o quanto quiser. Quer dizer, se amanhã ele decidir que toda rádio tem que pagar 50% do faturamento para o Ecad, as rádios vão ser obrigadas a pagar? Está certo isso? Ele cobra por área, por exemplo, em **show**s e eventos. Aí numa área gigantesca, vão 50 pessoas, mas você já teve que pagar o Ecad para um lugar que cabe 50 mil pessoas; e aí o Ecad vai devolver o dinheiro? Vai participar do prejuízo?

Então são considerações como essa, muito técnicas, que em tempo em vou mandar para esta Comissão. Mas eu acho que a gente precisa convidar mais pessoas, para elas darem opiniões, a gente poder ouvir, e pesar e, definitivamente, dar uma solução final ao Ecad, a esse volume monstruoso de dinheiro que entra lá e que tem de ser fiscalizado, sim, tem que ter um órgão – e eu sugeriria até o Tribunal de Contas para fiscalizar exatamente pelo tamanho de dinheiro que tem dentro do Ecad; sabermos como ele é gasto; para quem ele é distribuído; quais são os artistas que recebem e com que peso recebem os valores. Então isso tem que ser muito aberto, transparente para a sociedade inteira.

O Ecad deveria colocar no seu *site* quanto pagou para cada artista durante os anos de 2010, 2009, 2008; quanto foi gasto da sua receita total, administrativamente com a máquina da arrecadação; e quanto foi distribuído.

Então esses percentuais têm que ser muito bem claros.

Eu até aumentaria a sugestão e, possivelmente, poderíamos definir um limite de gastos, ou seja, o Ecad 100%. Dos 100, está autorizado a gastar na máquina 20, e 80 têm que ir para o artista. Seria uma alternativa a ser estudada por esta CPI como proposta. Então eu sugeriria isso para o nobre relator, para que a gente não permita que o verdadeiro sentido do Ecad seja distorcido e acabe chegando aos artistas, que é a ponta final, o resto. Gasto na máquina de arrecadação, naqueles meandros do Ecad, e, para os artistas, o resto. Quando deveria ser o contrário: gasto mínimo e chegar àqueles artistas que, às vezes, têm muitas dificuldades ao longo da vida.

Nós temos, aqui, dois artistas de sucesso, mas têm muitos artistas que penam em nosso País; que passam um período de sucesso e, depois, são esquecidos pela sociedade e não têm um órgão como o Ecad para ser aquele fundo de pensão, aquela segurança de que o artista precisa.

Volto a dizer: aos artistas que têm sensibilidade, que criam, que nós não temos às vezes essa capacidade, podem ter a certeza de que nós estamos aqui para fazer esse trabalho de advogado de vocês. E como empresário e político, toda vez que falam mal do Ecad para mim, eu digo a eles: Mas vocês do Ecad não querem pagar os artistas, que sofreram, que criaram coisas lindíssimas, que fazem bem à nossa vida, não querem pagar o que é de direito deles? Temos que pagar, sim, e esse dinheiro tem que chegar a eles.

Era isso que eu queria colocar, Sr. Relator. (*Palmas.*)

O SF. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) –

Obrigado, Senador Lobão.

O Senador João Vicente Claudino tem a palavra.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Sr. Presidente, Sr. Relator, acho que nós entramos aqui na CPI, Senador Lobão Filho, num novo momento. Esta audiência pública de hoje começa a traçar rumos bem diferentes, para aprimorar toda essa estrutura, desde que se reúne aqui a opinião do Ecad, de defensores de direito autoral, dos próprios artistas – e temos dois aqui: a Sandra de Sá e o Ivan Lins que têm toda uma história de vida e de contribuição à música brasileira.

Mas eu não tenho muitas indagações a fazer. Porém, avaliando, principalmente aqui as falas da Sandra e do Ivan, nós unimos as duas pontas: a Sandra, com a sua maneira própria, falou da inadimplência, da arrecadação, assim como o Ivan também colocou; ninguém gosta de pagar imposto, contribuição, pois é uma coisa imposta, é definida dentro de critérios que o outro lado, como o Ivan colocou: de um lado, a dificuldade da arrecadação e, do outro lado, a fiscalização ou a transparência da distribuição. São as duas pontas de toda essa estrutura, que vêm remunerar a criação. Se o Ivan coloca que, de certo modo, a classe artística é

romântica na criação, na inspiração, mas falta talvez a organização e o profissionalismo na defesa dos direitos.

Dentro de toda essa situação, eu queria colocar para os dois o seguinte: a Sandra falou que sugere, sugere, mas que nunca foi colocada em prática as sugestões dela; que quebra o pau, não é Sandra? Saem no pau, mas...

Eu acho que para se aprimorar, se aperfeiçoar uma certa estrutura – e o Ivan fez um retrospecto histórico importante, desde a criação do Ecad, que nasceu num momento de exceção neste país –, deve-se instituir, cada vez mais, o respeito à criação. Então devemos aprimorar constantemente.

Então eu queria fazer apenas uma indagação que seria isto: Quais as verdadeiras sugestões mesmo, para que a gente aprimore, aperfeiçoe, que valorize a criação? E, num outro ponto, perguntar ao Ivan, que tem uma carreira internacional também reconhecida, como é tratado esse direito autoral lá fora?

Como é reconhecido?

Aqui tivemos o depoimento do Dr. Daniel Campello Queiroz, que é advogado de direito autoral, na hora em que ele colocou toda a sua posição, em cima de um caso jurídico entre o Ecad e uma emissora de televisão, onde há um contencioso jurídico, uma disputa por valores, e eu vendo o seu **site Up-Rights**, ele demonstra ser muito cuidadoso. Ele coloca aqui, dentro das características do trabalho dele: "...a partir de um acompanhamento cirúrgico [cirúrgico é minucioso] das utilizações das obras dos clientes". Parece que o Ecad – eu não conheço bem a fundo essa ação, até anotei o número para ir atrás para conhecer, mas parece que o Ecad está cobrando um valor e a emissora não quer pagar, porque isso é devido aos autores. Ele coloca que os direitos estão sendo depositados, que, segundo ele, são justos os direitos, mas parece que não é o valor normal, mesmo tendo um agravo de instrumento ter sido extemporâneo na interposição por conta do Ecad.

Eu não entendi, porque acho que, como advogado de Direito, estava buscando se cobrar a mais, e não satisfeito com menos.

Então foi só uma dúvida que fiquei aqui, para que a gente possa, com esta CPI, Sr. Presidente, encontrar o caminho. Nós estamos aqui para defender a criação, o direito autoral. E sair daqui, não só com o aprimoramento da lei dos direitos autorais, da estrutura que defende esses direitos, para que os nossos autores sejam verdadeiramente reconhecidos, não só no reconhecimento da capacidade artística, mas também no reconhecimento para que eles se mantenham presentes, vivos, como o próprio Senador Lobão colocou aqui.

Parabéns a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Obrigado, Senador Claudino.

Antes de passar a palavra, e o Senador Taques permitir, acho que têm duas perguntas feitas pelo Senador João Vicente Claudino. Então nós faremos a pergunta e, em seguida, eu passo a palavra a V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sem problema, Sr. Presidente. Eu falo depois.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Permita-me Ivan, mas é que na pergunta do Senador João Vicente Claudino veio uma provocação para que faça uma pergunta que considero inevitável, e que vem no contexto da pergunta feita pelo Senador Claudino, que perguntou, pelas suas informações, como você vê o modelo de direito autoral em outros cantos do mundo.

E aí vem, no mesmo sentido, uma informação para mim que o senhor, assim como outros artistas, Tim Rescala, se não me engano, Vinícius, Caetano e outros optaram, há algum tempo, por administrar seus direitos de autor – e me corrija essa informação se não for correta – através de sociedades estrangeiras, e não através de sociedades brasileiras que oferecem essa administração.

Acho que é importante para esta CPI uma informação sua: Por que essa escolha feita por você e por outros artistas, autores, compositores brasileiros?

O SR. IVAN LINS – Bom, eu tenho no Brasil uma sociedade que administra. É brasileira. No exterior, optei por uma estrangeira, porque as sociedades brasileiras têm deficiência em administrar internacionalmente e, também, porque ouvi estórias escabrosas, através do tempo, através da minha carreira. Eu não posso nem contar aqui, porque, senão, vou ser processado.

Entende? O que as sociedades aqui do Brasil fazem com o dinheiro que vem de lá, e o cara que está aqui não sabe o que estão fazendo com o dinheiro dele.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Ivan, para te tranquilizar, na CPI você não corre esse risco, entendeu?

O SR. IVAN LINS – Não! Não. Mas eu prefiro não colocar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Se você quiser, eu e o Relator depois, em outro momento, a gente marca para conversar separadamente. Não há problema. Fique à vontade. Aqui é a verdade, toda a verdade, nada mais do que a verdade.

O SR. IVAN LINS – Tudo bem, mas é que eu não tenho como provar, porque os caras contam. Eles falam: Ivan aconteceu isso. Aí eu chego aqui e falo...

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Eu até sugeriria

que o amigo tivesse uma conversa em separado com o Relator, que inclusive foi do Ministério Público, para que você possa enriquecer, sem ter a responsabilidade. É apenas para ele compor a ideia dele.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu estou morrendo

de vontade, Senador. (*Risos*.)

O SR. IVAN LINS – São histórias assim. Quer dizer, eu não vou citar nomes, mas é sobre dinheiros que são recolhidos pelas sociedades internacionais lá fora e que, quando chegam aqui, o cara recebe um centésimo do valor. E aí alguns artistas internacionais tiveram a oportunidade de viajar e, quando chega lá, o cara da sociedade pergunta: "– E aí você recebeu o dinheiro que eu te mandei?" Aí o artista fala que sim, que recebeu, mas que foi um pouquinho e tal. "– Pouquinho? Como pouquinho?" Aí o cara vai lá e mostra.

Veja, eu mandei cem mil dólares para você, digamos, eu estou chutando um valor. E o cara recebeu aqui uma mariola, uma cocada e um... (*Risos*.)

Então isso aconteceu muito.

Evidentemente que, nesses últimos anos, há de se reconhecer, esse controle internacional, por causa da tecnologia que hoje avançou muito, as coisas melhoraram. Mas como eu já venho fazendo isso há mais tempo, porque eu sempre tive uma sociedade estrangeira para arrecadar o meu direito fora do Brasil. Eu pertenço a uma sociedade espanhola e, quando eu ia à Europa, eu sempre tinha oportunidade de visitar outras sociedades como a Gema, da Alemanha; a Buma, da Holanda. E é impressionante como eles usam a tecnologia para o acesso do compositor ao dinheiro que recebe. É impressionante.

Eu tenho uma senha; entro com a minha senha lá dentro, e sei tudo o que acontece com a minha música. Se bobear, eu posso até saber dos outros.

Então isso é uma coisa que a gente não tem aqui no Brasil, ainda, a esse nível de transparência.

Acho que temos tecnologia suficiente para que isso possa acontecer

aqui no Brasil; temos mesmo, facilmente. É fácil fazer isso.

A SRA. SANDRA DE SÁ – Posso dar uma palavrinha?

O SR. IVAN LINS – Pode, é claro, e deve.

A SRA. SANDRA DE SÁ – É porque nós temos conversado muito

sobre isso e, pelo menos, na UBC nós estamos pesquisando uma maneira de justamente a tecnologia vir a nosso favor. Por exemplo, nós termos algo como uma senha, que o cara entre e faça... Mais ou menos como num banco, onde você entra, vê a sua conta e tudo o mais. Quer dizer, acho que já é um passo, mesmo que esteja ali errado, mas você... Eu acho muito bom.

O SR. IVAN LINS – Não, não, pois eu acho que a gente caminha para isso... Não tenha dúvida.

A SRA. SANDRA DE SÁ – É só para contar que nós temos, nas reuniões, debatido, está sendo feita uma pesquisa e, se Deus quiser, isso está no caminho.

O SR. IVAN LINS – Exatamente.

Então é por isso que eu tenho a minha arrecadação no exterior, assim como Caetano e vários compositores têm, recolhem o seu direito internacional fora. E, no Brasil, eu tenho a minha própria sociedade. Eu sou da Abramus.

Eu acho assim: hoje, com a tecnologia, da forma como caminha, o acesso, a transparência através da Internet pode tornar o caminho muito mais simples. Acredito que a transparência pode chegar muito através da tecnologia, através do acesso que o compositor pode ter, por intermédio da Internet, a sua música.

Eu tenho muita fé nisso, sou um ferrenho defensor da ciência.

Acredito na ciência loucamente. Acho que o mundo vai melhorar muito com a ciência. E a tecnologia, especialmente neste caso do direito autoral, ela está caminhando exatamente para tornar isso melhor, mais transparente. A ponto de se criar uma discussão, que virá muito brevemente, na medida em que essa tecnologia se tornar efetiva e eficaz, sobre o papel das sociedades. Porque o Brasil é o único país que tem... Vocês viram que só as sociedades que votam no Ecad, porque tem sociedade que não vota como a Ancine, por exemplo; há sociedades que não votam no Ecad. Não tem nem voto lá dentro.

Então o compositor, o pessoal que pertence à Ancine, coitados, estes estão roubados. Eu acho isso uma forma de discriminação que já começa errado, eu acho errado: ou todas votam... Porque fica aquele negócio, fica o poder econômico, só as maiores. As maiores têm pode econômico, têm poder para fazer o que quiser, mandar lá dentro. E o compositor que não tem nada a ver com a estória, que simplesmente só quer ter o direito de ele de reclamar, de ter acesso, ele não tem, principalmente através dessas sociedades que não têm voz lá dentro. Eles não têm voz lá dentro. Então o que acontece? Eles se sentem profundamente prejudicados.

Acho que o Brasil deveria partir para o modelo americano, para o modelo que já existe na Europa, em vários países, que é a sociedade setorizada.

Por exemplo: músicas de trilha sonora de novela, de cinema, propaganda têm a sua própria sociedade, uma sociedade só para isso. E uma ou duas sociedades, no máximo. Não poderia ter mais de duas socie-

dades de autores como nós. Na verdade, pelo que vi ali, eu contei umas sete.

O pessoal do teatro tem a sua, o pessoal do cinema, de repente, tem o dele... Deveríamos setorizar isso, porque isso é uma forma de modernizar, de facilitar o acesso... Porque eu acho que a tecnologia, da maneira que vai, é para um futuro próximo que vai acontecer. Ou seja, ter uma sociedade só para

gravadoras, para editoras, e cada um fica na sua e pronto. Porque é uma

bagunça, na verdade, as sociedades foram criadas por brigas internas. Sempre.

Como os partidos de esquerda, como a gente conhece na história. Nós tínhamos

dois partidos de direita e 427 de esquerda. E a diferença entre um e outro era assim: não, porque você pensa diferente num setor...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – E quando é de esquerda e chega ao poder, vira direita, não é? (*Risos*.)

O SR. IVAN LINS – Aí nós vamos discutir governabilidade, que é outro assunto, não é? O problema de governabilidade que você vai ter que fazer conchavo com muita gente que não quer. (*Risos.*)

Então, esse é o problema que a Dilma deve estar passando. Bom, não devia estar falando isso. Não estamos aqui... (*Risos*.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. *Fora do microfone. Inaudível*.) – ...outra CPI.

O SR. IVAN LINS – Fica difícil fazer uma faxina assim. Mas, tudo bem.

Voltando ao nosso assunto, eu acredito muito na tecnologia e na ciência. Acho que nós vamos conquistar coisas maravilhosas neste país e poderíamos andar mais rápido se nós não fôssemos tão desunidos assim. Você sabe por que muita gente briga, tem coragem de brigar com o Ecad? Porque o Ecad tem um poder econômico, as sociedades, ele tem muito dinheiro. É porque eles sabem que o Ecad é desunido, que a classe é desunida; que o Ecad não é uma unanimidade dentro da nossa classe. No dia em que for eu vou dizer que "o povo unido jamais será vencido?" Não. O Ecad unido jamais será vencido.

Podem ficar certos disso. E o Márcio vai festejar, vai fazer uma festa. (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) –

Obrigado, Ivan.

Eu estou sendo chamado à atenção, porque nós estamos cometendo uma pequena transgressão, Senadora Marinor, neste momento: nós estamos continuando a CPI com a Ordem do Dia que está iniciando. Enquanto nós não formos chamados à atenção pela Mesa Diretora por essa pequena transgressão, nós vamos dar continuidade à reunião. Mas se a Mesa Diretora nos chamar para votarmos as matérias da Ordem do Dia, nós teremos que suspender a CPI.

Então, em virtude disso, todos perceberam a flexibilidade que a Mesa está conduzindo, para que nós pudéssemos nos deleitar também com as belíssimas contribuições que temos tido aqui, tanto por parte do Ecad quanto por parte do nosso querido Daniel Queiroz, advogado especialista em direito autoral, como também por parte dos nossos queridos cantores e compositores. Mas, lamentavelmente, agora sou chamado à ordem.

Então as perguntas que serão feitas agora pelo Senador Pedro Taques eu vou ter que delimitar o tempo para as respostas, a fim de não necessitarmos suspender a CPI e não a retomarmos depois, em virtude da Ordem do Dia.

Passo a palavra ao Senador Pedro Taques para S. Exª fazer seus questionamentos ao Dr. Daniel, ao Sr. Márcio, à Sandra e ao Ivan, enquanto a gente tenta continuar esta reunião da CPI, não deixando de dar logo as boasvindas, a minha querida companheira de Partido, também integrante desta Comissão, Senadora Marinor Brito.

Senador Pedro Taques, fique à vontade.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, convidados. Eu quero dizer à Sandra de Sá e ao Ivan Lins que me sinto até emocionado aqui do lado dos dois, e quero revelar que sou um dos únicos brasileiros que não sabem tocar nenhum instrumento; tentei várias vezes e não consegui, eu fui expulso de uma orquestra sinfônica, porque o cidadão me disse, o maestro, que não era a minha função. Tentei cantar e não consegui também. Portanto, desta arte, que vocês enobrecem o Brasil, eu infelizmente não nasci com essa qualidade. É uma qualidade que o mundo todo nos admira, e tenho certeza da verdade do que o Ivan Lins aqui fez referência.

Mas, como Relator, embora eu seja suplente nesta Comissão, e vim aqui, como Relator **ad hoc**, substituir o colega Lindbergh que tinha uma reunião

importantíssima na Presidência da República, me parece que o que está a ocorrer é algo assim como "hoje vale tudo", "ninguém é de ninguém", "vale o que quiser". É mais ou menos isso.

Então o que está a ocorrer no Ecad é a razão desta CPI. Mas, existe uma música, que me parece que é sua, que diz que desesperar, jamais. Não é? E temos aí um novo tempo, eu vejo que esta CPI... (*Risos*.) Um novo tempo...

A SRA. SANDRA DE SÁ – Já aprendeu a cantar. (*Risos*.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito bem. Eu não faço parte dessa arte, mas passei 15 anos investigando picaretagem, e eu não fujo das palavras e, como Senador da República, esta CPI é uma CPI que está para discutir a existência ou não de irregularidades; irregularidades é um eufemismo para dizer picaretagem. Alguém está roubando de alguém. O objetivo da CPI é esse, não vai julgar quem quer que seja. Ao final, a CPI elabora um relatório, e esse relatório, em sendo o caso, será enviado ao Ministério Público, conforme determina o art. 58, § 3º, combinado com a Lei nº 1.579; ou a CPI pode apresentar proposições legislativas – essas proposições legislativas para mudar o sistema –, ou a CPI pode fazer recomendações.

O objetivo é esse, não é prejulgar quem quer que seja, mas é identificar fatos; fatos determinados que se iniciaram a partir da convocação da CPI.

Portanto, eu tenho várias perguntas objetivas para fazer...

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Pela ordem, Sr. Relator. (Com assentimento do orador.) – O painel, infelizmente, foi aberto e acho que V. Exª deveria aguardar suas indagações para...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu tenho 70 indagações aqui.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Nossa! Como é que faríamos?**O SR. PRESIDENTE** (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Eu vou convidar os nossos depoentes... Na verdade, nós temos agora um impositivo legal e regimental por conta do painel. Logo após a votação, nós temos na pauta uma medida provisória para ser votada e, me parece, que há acordo entre os líderes, Senadora Marinor. Então nós não deveremos nos delongar na votação dessa medida provisória.

Então, queria convidar, pedir a atenção da Sandra, a atenção do Ivan. É fundamental continuar o depoimento de vocês, assim como o do Daniel e o do Márcio. É fundamental nós continuarmos com o depoimento de vocês e ouvirmos as respostas às indagações que vão ser feitas pelo Senador Relator

Pedro Taques. Nesse sentido, suspendo esta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, e reiniciaremos esta reunião exatamente – às 18 horas é razoável? – às 17h30min, uma vez que o painel já está aberto. Daqui a uma hora, então, às 17h30min, restabeleceremos esta reunião da CPI. Iremos para lá e voltaremos para cá, para continuarmos esta reunião da CPI, com os depoimentos e com a palavra do Senador Pedro Taques.

(Suspensa às 16 horas e 30 minutos, a reunião é reaberta às 17 horas e 45 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Conforme previsto, estamos reiniciando os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a averiguar as denúncias de irregularidades praticadas pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD). Vamos retornar, então, os depoimentos desta CPI. Com o restabelecimento do relator titular, o Senador Lindbergh Farias, haverá espaço para as perguntas aos depoentes.

A presidência, antecipadamente, quer fazer um comunicado: a Sandra tinha um compromisso já marcado, e, logicamente, por razões de força maior, pela questão da Ordem do Dia, foi necessário suspender os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito; mas é inadiável o compromisso que a Sandra tinha marcado para hoje à noite. Consultei o conjunto dos membros da CPI, tivemos acordo entre os membros da CPI, entre os relatores, para liberação da nossa depoente nesta tarde de hoje, a Srª Sandra de Sá.

Então, eu lhe deixo à vontade para a consideração final que a senhora queira prestar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito e à vontade para ainda poder pegar o voo para o compromisso de agora à noite. Em seguida a suas considerações finais, faremos as perguntas ao depoentes e ao nosso querido Ivan Lins, que continuará aqui nesta CPI.

Sandra, por favor.

A SRA. SANDRA DE SÁ – Boa-tarde, quase boa-noite. Realmente, tenho que sair, pois ainda tenho quer ir para o Rio, para depois ir a Salvador e a Lençóis, quer dizer, uma saga. Tomara que o pessoal contratante tenha pago o direito autoral do **show** que vou fazer agora, porque realmente eu vivo disso.

Eu só queria mesmo agradecer a oportunidade de ter podido falar aqui. Se eu puder voltar, vai ser ótimo também. Qualquer coisa me chamem, que estou a postos sempre.

E gostaria de pedir, mais uma vez, para a gente não fazer disso uma guerra. Muito pelo contrário, fazer desta CPI algo produtivo, informativo, didático, seja o que for, mas que não seja uma guerra, porque aí complica, aí fica difícil realmente de se resolver alguma coisa. Que não haja tantas desconfianças, tantos ti-ti-tis, tantos xingamentos. A minha esperança, vamos dizer assim, é essa. E neguinho diz: “A esperança é a última que morre”. Eu digo: “A esperança é a Hi-Lander”. Está geral, não tem essa não. E peçam mesmo, por favor, me chamem; o que for preciso, o que eu puder colaborar, o que eu puder fazer... Inclusive o Lindbergh a gente já se conhece há algum tempo, de Nova Iguaçu. Nós nos conhecemos de palanque, antes mesmo, nos tempos de vereador, de deputado, esse tempo todo, e isso é muito bacana, de estarmos aqui, cada um com

suas opiniões, cada um com seus pensamentos, mas o grande lance é a gente aprender não só como cidadão, não só como senadores, não só como políticos, mas como seres humanos que podem aprender a se respeitar mais, dialogar mais, que acho que é a forma melhor de se chegar a um entendimento, de se chegar a uma solução.

Então, que Deus abençoe a todos, e muita luz para que a gente possa resolver essa parada aí, que é dura, mas a gente tem o objetivo de resolver e de ficar forte. Embora lá nessa. Deus abençoe. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Como estamos com espaço aqui na mesa, aproveito para convidar o Daniel e o Márcio para virem à mesa. *(Pausa.)*

Retomando, eu queria iniciar, fazendo uma pergunta ao Márcio e ao... Na verdade, é uma pergunta ao Sr. Márcio de Oliveira Fernandes, gerenteexecutivo de arrecadação do Ecad, baseado na exposição feita aqui pelo Daniel Campello Queiroz, advogado especialista em Direito Autoral.

No depoimento do Daniel, ele iniciou, Márcio, trazendo anúncios, um anúncio público do próprio Ecad e uma manifestação do Ecad, inclusive no seu *site*, em que o Ecad se intitula e reivindica a si uma sociedade empresarial.

Eu não percebi, na sua exposição, na sua resposta, uma contradita a essa afirmação expressada pelo Daniel, em relação à natureza do Ecad. Eu queria ouvi-lo em relação a isso. O Ecad, na verdade, o que é? O Ecad, como está no *site*, como está em anúncios do próprio Ecad, se reconhece, se intitula, se compreende como sociedade empresarial?

O SR. MÁRCIO DE OLIVEIRA FERNANDES – Senador, primeiramente, se o senhor permite, acho que é bem importante eu colocar uma questão que, no início da apresentação, eu coloquei. Eu sou gerente de arrecadação do Ecad, sou um dois oito gerentes-executivos do Ecad. O Ecad é dividido em áreas, e cada área tem sua responsabilidade. Eu sou titular da área de arrecadação. E, até mantendo a questão do convite, que era para tratar de critérios de arrecadação, estou aqui preparado. Então, questões que não são afeitas a arrecadação não tenho como responder.

Ouvi aqui por toda a tarde, discutimos vários assuntos, passaram por associação internacional, passou pela própria distribuição do Ecad, passou por estatuto, passou por uma série de questões. Não que eu não queira e não esteja disposto a responder; não é isso; é que eu posso dar uma resposta que não seja a mais correta, a mais detalhada, a mais completa, e prejudicar o próprio trabalho da CPI.

No que se refere à arrecadação, estou pronto a colaborar, temos muito interesse em colaborar, em explicar talvez alguma coisa que não esteja bem colocada, que não seja exatamente aquela, que esteja feito....

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Perfeitamente.

O SR. MÁRCIO DE OLIVEIRA FERNANDES – Mas são questões que fogem à arrecadação propriamente dita.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Perfeitamente entendido.

Na verdade, fiquei curioso e chamou a minha atenção em especial esse aspecto da exposição do Daniel. E, como encontrei no senhor a autoridade do Ecad presente, reportei-me ao senhor; mas, é claro, é seu direito, e essa é uma pergunta que, com certeza, a CPI necessitará fazer à superintendente do Ecad.

É uma pergunta, Senador Relator Lindbergh, que é necessária de ser respondida pelo Ecad. Então, é uma pergunta que fica latente para a necessária resposta por parte dos dirigentes do Ecad.

Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Márcio, o senhor tem conhecimento do relatório da Secretaria de Direito Econômico, que está agora no Cade, que fala, primeiro, da dificuldade de se criarem associações, e ele fala, com relação ao Ecad, de formação de cartel na questão da discussão dos preços; o que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. MÁRCIO DE OLIVEIRA FERNANDES – Senador, não sou do corpo jurídico do Ecad. Dentro da função que exerço, não é minha função acompanhar a questão da Secretaria de Direito Econômico, mas acho importante fazer um histórico mais voltado para a questão operacional da coisa. Assim, tenho como explicar não a questão legal, não a questão do processo propriamente dito – não é minha função, está fora da **minha alçada –, mas um** histórico, que passa até um pouco pelo surgimento do Ecad.

No início do século passado, os autores, os compositores foram se filiando a várias associações e cada associação passou a arrecadar os direitos daqueles seus associados. Então, era muito comum à época alguém fazendo um **show**, por exemplo, um baile de carnaval ele receber uma associação e a associação dizia: olha, você vai fazer um baile e você vai executar músicas dos titulares “a”, “b” e “c”, e eles pertencem a minha associação. Aí, ele dizia: o.k.

Então, ele fazia o pagamento. Daqui a pouco chegava outra associação. Olá, como vai o senhor? Tudo bem? O senhor está também executando músicas dos titulares “d”, “e” e “f” e eu os represento aqui. E ele di-

zia: mas eu já paguei à associação tal. Não, aquela associação representava músicas desses três, e o

senhor vai tocar música dos outros três também. Muito bem, então eu vou fazer

o pagamento dos direitos autorais. Daqui a pouco vem a terceira associação. E

era assim que funcionava. Então, houve a necessidade de se criar uma única

entidade para arrecadar e distribuir direitos autorais.

Esse formato que temos hoje é menos complexo, ele é muito melhor para o usuário, que lida com uma única entidade que estabelece o valor.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Mas, arrecadar e distribuir tudo bem. O problema não é esse, a discussão aqui é a seguinte: dificuldade de criação de novas associações, critérios praticamente impossíveis para o surgimento de novas associações e formação de um preço por ele, Ecad.

Então, isso não é arrecadação e distribuição. O centro do que está sendo discutido no Cade é isso.

O SR. MÁRCIO DE OLIVERIA FERNANDES – É que na verdade o preço é determinado pelas sociedades; são várias sociedades. Claro que se pode criar uma sociedade. Ao se criar uma nova sociedade, naturalmente

ela terá que pertencer ao Ecad, ela vai entrar naquele grupo de sociedades que fazem parte do Ecad.

Aliás, é um assunto bastante interessante, porque todas elas cobram o mesmo preço; elas estipularam o mesmo preço. Seria interessante – eu gostaria até de dizer isso – que cada sociedade tivesse o seu próprio preço para fazer concorrência uma à outra. Mas essa questão passa ao largo do Ecad, porque, na verdade, o Ecad simplesmente é terceirizado. Na verdade, quem determina todos esses valores são as sociedades, em reuniões que elas fazem entre elas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – É esse tipo de coisa que se fala que é formação de cartel. Não é possível, se nós temos várias sociedades, com vários produtos diferentes, temos em tudo o mesmo preço. Eu acho que essa é uma questão central, como também eu já antecipei a minha posição, a gente tem um sistema de regulação; nós somos o único país do mundo que não tem regulação alguma. Isso surgiu, inclusive, em 1990. Se você entrar na discussão do momento histórico do mundo, também muito a ver com aquilo.

Então, nós não temos regulação alguma e não temos concorrência.

Se você pudesse ter um sistema em que você tivesse várias sociedades; um grupo de artistas aqui se juntam e decide o seguinte: olha, nós vamos fazer um contrato com tal emissora e o valor é tal. Outros poderiam fazer por outro valor. E quando eu falo que esta CPI pode dar frutos, é porque estão acontecendo várias coisas ao mesmo tempo. Vem a lei do direito autoral aqui, que o Governo vai mandar agora, que tem o instituto da regulação, a fiscalização que tem que existir, e tem essa discussão no Cade. Isso pode nos ajudar na construção da garantia de que nas sociedades haja uma livre concorrência de preços e aqui um instrumento de fiscalização. Sobre isso, eu volta para ti, Ivan, mas continuar com o Dr. Márcio para uma pergunta, porque a importância do Cade é que ele tem o poder não só de multar, o Cade pode dizer o que fazer e o que não fazer. Ele pode dizer que determinados pontos do estatuto do Ecad... essa é uma discussão que nós vamos ter, a partir desse acúmulo aqui na CPI.

Mas a pergunta que eu tenho para o senhor, que está representando o Ecad, é a seguinte: em relação a taxa de administração, juntando com as sociedades a taxa de administração do Ecad é de 17%...

O SR. MÁRCIO DE OLIVEIRA FERNANDES – É 24,5.

Dezessete por cento do Ecad...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) – ...juntando com as sociedades, dá 24,5%.

O SR. MÁRCIO DE OLIVEIRA FERNANDES – Isso!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) – Eu queria saber:

Programa de Participação nos Resultados. Quando os diretores do Ecad ganham essa participação nos resultados? Há outros tipos de prêmios, bonificações?

No caso da Bandeirantes foi feito um acordo, e um advogado que iria receber sete milhões e pouco de honorários de sucumbência diz que recebeu a metade; que a outra metade foi distribuída entre os seus diretores. Então, eu queria saber e entender o seguinte: quais são os prêmios? O que é esse Programa de Participação nos Resultados? Eu queria saber a quanto chega esse bolo, que chega no Ecad, que fica com a sua estrutura burocrática? E eu soube agora, o pessoal da minha assessoria me falou, que o Dr. Daniel, ao falar, falou no caso da Rede Globo, que deposita uma quantia e que o Ecad não repassa essa quantia

aos autores. Eu queria saber também o motivo.

O SR. MÁRCIO DE OLIVEIRA FERNANDES – Senador, eu vou por parte para tentar esclarecer bem a situação.

Primeiramente, o Plano de Participação nos Resultados existe no Ecad desde 1992. Ele é registrado no acordo coletivo de trabalho dois funcionários. Ele é aprovado pela assembleia-geral, ele é assim definido. Quanto ao valor, só para se ter uma ideia, o melhor

ano de resultados que tivemos, nós chegamos a dois salários além dos doze salários mensais.

O Plano de Participação nos Resultados engloba todos os funcionários do Ecad, desde o porteiro aos técnicos, ao pessoal do computador, todos os funcionários do Ecad. Ele não é exclusivo para dirigentes e diretores do Ecad – aliás o Ecad não tem diretores, ele tem gerentes-executivos e a superintendente. Então, ele é registrado, são quatro formas de PPRs existentes; cada funcionário concorre a três; ele não tem metas somente de arrecadação, de ultrapassar de arrecadação; ele prevê metas de qualidade; ele prevê, sobretudo, metas de distribuição. Então, ele é assim definido.

Quanto à questão da TV Bandeirantes, eu posso afirmar ao senhor que o valor de honorários, metade dos honorários entraram para o Ecad, estão lançados nos balanços do Ecad; nenhum gerente-executivo, quem quer que seja recebeu parte desse valor. Eu li na imprensa, eu ouvi alguns desses depoimentos...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Esse valor foi para quem?

O SR. MÁRCIO DE OLIVEIRA FERNANDES – Para o Ecad, como recuperação de despesa. Ele entrou para o Ecad. Ele não foi pago para executivos, para nenhum funcionário foi distribuído, como ouvi na imprensa e algumas pessoas colocando assim. Ele não foi e está lá, à disposição dos senhores. Se quiserem verificar o balanço do Ecad, verificar que esses valores

estão lá assim lançados...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Como é Daniel?

O SR. DANIEL CAMPELLO QUEIROZ – O balanço está aqui, mas eu não estou vendo essa rubrica. Você tem como me mostrar aqui no balanço?

O SR. MÁRCIO DE OLIVEIRA FERNANDES – Olha, eu sou gerente de arrecadação, não tenho como... Eu aqui estou colocando as informações que sei, e nessa informação foi dito que teria sido distribuído entre os gerentes. Eu sou um dos gerentes, eu não recebi e sei que os outros não receberam. Eu sei que não é assim distribuído. Então, ele entrou como recuperação de despesa, está lá lançado e acho que, antes de procurar verificar alguma coisa, está à disposição dos senhores. Os senhores podem ir lá. Como a Sandra de Sá falou, o Ecad inclusive está aberto à visitação dos senhores, se quiserem ver isso lá, todos juntos, com todo o mundo; olha, eu gostaria que apresentassem isso... Está à inteira disposição dos senhores.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Qual o salário dos diretores, dos gerentes no caso?

O SR. MÁRCIO DE OLIVEIRA FERNANDES – Olha,

Senador, eu não fico à vontade para informar aqui o meu salário; nós estamos aqui em cadeia aberta, todo mundo podendo assistir; eu não fico à vontade de informar, mas está lá na minha declaração de Imposto de Renda, que fica à disposição também se os senhores quiserem verificar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Quero, quero verificar. Porque aqui a discussão não é nada pessoal; aqui a discussão é sobre quanto essa estrutura burocrática... Eu chutei isso aqui, o pessoal do Ecad me criticou, mas quanto desse dinheiro que é arrecadado chega na estrutura burocrática? Eu acho que é mais de 40%, algo perto de 50%. Eu quero... Pelo que escutei em vários depoimentos. Isso aqui fica... Como também a gente sabe, outro problema dessa discussão toda é levar à judicialização, levar até o fim, e essa discussão sobre os honorários de sucumbência também nós temos aqui toda uma rede de escritórios de advocacia que... E eu acho que esse acúmulo todo foi existindo por falta de regulação, por falta de fiscalização. Quando você vai deixando uma estrutura burocrática dessas privada, um monopólio privado, crescendo, ao longo dos tempos, sem fiscalização alguma, eu não tenho o menor problema de falar isso, mas parece-me uma CBF do direito autoral. Os mesmos argumentos. E eu não tenho problema de falar, porque a CBF é outra coisa que a gente...

Então, é natural o processo de burocratização, a burocracia se retroalimenta, e o dinheiro só não chega na ponta dos autores, como tem de chegar, nem com a velocidade que tem de chegar, a tese de delegar tudo para a Justiça...

Esse caso aí do Globo eu queria uma resposta, porque tantos artistas precisando... Por que não se paga com aquele valor? Discute-se na Justiça esse outro, mas aquele valor que chega lá...

O SR. DANIEL CAMPELLO QUEIROZ – Desculpe, eu queria só fazer uma correção, um comentário sobre o que eu disse. Eu disse que a Rede Globo deposita em juízo um valor. Já deposita esse valor em juízo desde 2005, só que em outra ação. A Globo resolveu fazer uma nova ação e depositar um valor maior – depositava R$3 milhões, resolveu depositar R$5 milhões; só que, nessa nova ação, o Ecad entendeu que, se levantasse os valores... O Ecad levantava na ação anterior. Nessa nova ação, o Ecad entendeu que, se levantasse, poderia prejudicar a ação anterior. Mas esse entendimento não tem fundamento jurídico, não tem explicação. E, na semana passada, dia 17 de agosto, o Ecad resolveu levantar. Depois de um ano, acumularam R$50 milhões, e o Ecad resolveu, sem dar maiores explicações, levantar o dinheiro.

Então, só para complementar a pergunta – não posso fazer perguntas –, mas só para ilustrar o que eu falei.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Inclusive, vou encerrar aqui a pergunta ao Dr. Márcio. Na verdade, quero dizer, Ivan, Daniel, a todos aqui: a gente não está querendo transformar isto aqui em delegacia de polícia. Não tenho nada contra pessoalmente ninguém, nessa

discussão toda. Mas o que a gente quer discutir aqui é a estrutura. Até quando faço essas perguntas sobre o quanto recebe, tudo, não é nada pessoal. É que a gente quer mostrar que se está criando uma distorção, e eu acho que estamos num momento em que há um clima aqui, e tudo o que a gente não quer é que esta CPI não dê em nada. A gente acha que, por existir tudo isso – Cade, Lei de Direitos Autorais –, pode-se chegar a um outro momento. Encerro aqui minhas perguntas ao Dr. Márcio.

Não sei se o Senador Randolfe...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Dr. Márcio, eu teria só mais uma pergunta.

No seu depoimento, o senhor falou que os preços do Ecad são definidos pelos autores, artistas e compositores; então, se são definidos pelos autores, não seria justo que todos da área da música, todos os compositores, não só das seis efetivas, mas de outras áreas de criação, também participassem da definição dos preços?

O SR. MÁRCIO DE OLIVEIRA FERNANDES – Senador, eu entendo o seguinte: os autores, as associações são mandatárias dos titulares do direito. Quando eles se filiam, elas, então, são suas mandatárias. A assembleia geral do Ecad é composta por essas associações. Elas representam esses titulares, para se reunirem e definirem as questões que envolvem o Ecad, que envolvem os direitos autorais de execução pública musical. Então, as associações estão representando o interesse dos seus autores, quando elas estabelecem esse valor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Nem todas as associações têm essa prerrogativa: três participam e não definem.

O SR. MÁRCIO DE OLIVEIRA FERNANDES – É preciso ressaltar uma questão muito importante, que passa um pouco até pela questão da Globo também: o regulamento de arrecadação do Ecad, 75% a 80% dele, foi aprovado quando ainda existia o CNDA. Eu tenho até aqui: ele foi aprovado pelo Conselho Nacional de Direito Autoral, na ocasião, ou seja, os preços foram referendados, encontram-se com patamar plausível, encontram-se com relação do que é cobrado fora do País. Então, todos esse preços foram aprovados, inclusive para televisão aberta.

Então, é a resposta que eu posso fornecer.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Obrigado, Dr. Márcio.

Eu tinha uma outra pergunta para o Dr. Daniel. Ficou latente e patente o conhecimento que o senhor tem na área de direito autoral; é óbvio que o senhor é um advogado militante na área dos direitos autorais; eu lhe pergunto: o senhor sabe dizer se os contratos firmados entre o Ecad e as empresas de radiodifusão possuem alguma cláusula de sigilo? Tem conhecimento disso?

O SR. DANIEL CAMPELLO QUEIROZ – Vou me permitir fazer um pequeno comentário sobre o que o Márcio acabou de falar agora, que me chamou a atenção. Rapidamente, antes de responder a sua pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Fique à vontade.

O SR. DANIEL CAMPELLO QUEIROZ – O Ecad, em seu *site*, quando é para distribuir os resultados, quando é para pegar o superávit e distribuir entre seus empregados, é uma empresa; quando é para dizer que o preço por ela cobrado é referendado, o Ecad diz que foi referendado pelo CNDA.

Então, é uma contradição...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) –

Desculpe, Daniel, mas essa é a razão da pergunta que eu fiz – e lógico que o Dr. Márcio muito bem respondeu que não pode responder, porque ele é diretor de arrecadação –, mas eu reitero os termos dessa pergunta, e me parece que a pessoa mais adequada para respondê-la é a superintendente do Ecad. Embora a Lei 9.610 diga que o Ecad tem que ser uma entidade sem fins lucrativos, e é algo que deveria estar claro – o Ecad seria, é uma entidade sem fins lucrativos –, parece-me que é inevitável a pergunta: o que é o Ecad? Qual é a natureza e qual é a sua finalidade? Essa é uma pergunta indispensável, que necessita ser feita e ser respondida pela direção do Ecad.

Desculpe-me interrompê-lo. Pode continuar.

O SR. DANIEL CAMPELLO QUEIROZ – Só fazer um pequeno comentário, porque essa contradição é muito patente. Então, o Ecad usa da sua prerrogativa de estar definido em lei para cobrar o preço que entende correto, e, na hora de distribuir resultados, na hora de não ser alvo de CPI, o Ecad diz que é uma empresa privada.

Outro ponto só que eu queria comentar – estou querendo já comentar rapidamente sobre a fala do Márcio –, é que ele mostrou algumas decisões em que o Ecad teria o direito a fixar o preço que bem entendesse.

Eu queria só fazer um comentário: em nenhuma dessas decisões – nem do Superior Tribunal de Justiça, nem do tribunal do Rio, nem de nenhum outro tribunal – o Ecad foi autorizado a cobrar 2,55% do faturamento. Inclusive, nas decisões, nas ações que eu citei aqui do tribunal do Rio, nas duas, inclusive na sentença que foi favorável ao Ecad, o Ecad não foi autorizado a cobrar 2,55% do faturamento bruto. Foi autorizado a cobrar. O acórdão do tribunal de justiça é perfeito nisso: diz que o Ecad, obviamente, é autorizado a cobrar o preço, mas esse preço tem de ser um preço justo; não pode estar atrelado ao faturamento.

Quanto à sua pergunta, Senador, nunca tive acesso a nenhum desses contratos. Esses contratos, que eu saiba, têm cláusula de sigilo. **O Globo** publicou inclusive uma matéria sobre...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Isso infringe o § 7º do art. 68 da Lei 9.610.

O SR. DANIEL CAMPELLO QUEIROZ – Pois bem. O que eu sei é que **O Globo** publicou uma matéria sobre o acordo do YouTube, com base em um contrato a que, de acordo com a reportagem, **O Globo** teve acesso, e o YouTube ou o Ecad notificaram **O Globo**, e essa matéria não está mais no *site* de **O Globo**. Se você for procurar... Eu até procurei para botar aqui na minha apresentação, porque eu ia falar sobre o YouTube, mas ela não está mais no *site*.

Então, esse contratos todos são sigilosos, e a gente tem de entender o porquê disso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – O senhor falou em cobranças; é de conhecimento de todos que há um número fantástico de ações de cobrança do Ecad; a que o senhor credita esse número grande de ações de cobrança?

O SR. DANIEL CAMPELLO QUEIROZ – O Ecad diz que isso é fruto de uma inadimplência, de uma falta de cultura que as pessoas têm em pagar o direito autoral.

Eu queria só fazer um comentário sobre inadimplência. O Ecad afirma várias vezes que os grandes usuários são inadimplentes. Hoje em dia – são números públicos –, a Record paga R$3,2 milhões por mês, mais ou menos – o Márcio pode me corrigir; a Bandeirantes paga R$1 milhão por mês; a Globo está pagando, em juízo, R$5,2 milhões por mês. Só aí são

quase R$10 milhões por mês. O Ecad arrecadou, no ano passado, mais de R$460 milhões. Então, não posso creditar esse número enorme de ações judiciais a inadimplência.

Ora, a gente tem notícia de que isso é estimulado em função da indústria da advocacia que se criou em volta do Ecad. E eu acho curioso também: quando um artista constitui a associação como mandatária, e essa associação constitui o Ecad, eu imagino que o artista esteja pensando que, para cobrança, os honorários de advogado já estão incluídos nesse mandato, não é? Como é que depois o advogado que foi contratado pelo Ecad ainda tem direito a mais um honorário de advogado? Isso é ilógico completamente para mim, que sou advogado. Se um artista foi à associação para que ela cobre para ele, essa associação constituiu o Ecad para cobrar para ela; ela entra na Justiça contra o usuário, o usuário perde a ação, há condenação de honorários de advogado, e esses honorários vão para os advogados contratados pelo Ecad. O Dr. Samuel esteve aqui e disse que ele recebia honorários de advogado por fora, vamos dizer assim, além do seu salário. Então, isso é uma questão que realmente me deixa, enfim, confuso, em dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Obrigado.

Senador Lindbergh? Mais alguma? Não?

Então, acho que, para concluirmos... É para você mesmo, Ivan, que eu queria fazer uma pergunta. E já vou passar até para você... Vou fazer a pergunta e aí, me parece, se o Senador Lindbergh não tiver mais nenhuma pergunta...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Aqui a gente é obrigado a chamar todo mundo de "senhor", viu, Ivan?

O SR. IVAN LINS – Está bom.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Por isso é que o Randolfe falou "você", de forma carinhosa, porque...

O SR. IVAN LINS – Respeite a minha idade.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Você representa tanto para a gente, aqui.

O SR. IVAN LINS – Eu sou idoso. (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Então, Ivan, "senhor", eu vou lhe passar... E, ao mesmo tempo, quero ouvir suas considerações finais. Causa-nos curiosidade que, na tua exposição, falaste sobre regulação, sobre a necessidade de regulação e fiscalização...

Aliás, se me permite, aceito pagar o direito autoral ao Ecad, você teve uma frase aqui, que considero fundamental, sobre democracia. Reiterando que democracia não existe sem fiscalização e regulação. Permita-me, eu pagarei com todo o prazer direito autoral para utilizar essa frase sua algumas vezes aqui,

no Senado da República.

O SR. IVAN LINS – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Mas você falava de regulação. Tem inúmeras propostas sobre o retorno à regulação sobre o Ecad que existia anteriormente à Lei nº 9.610. Então, queria

ouvir sua opinião sobre isso. Há os que defendem a regulação por parte do Estado, há os que defendem órgãos independentes para cumprir essa tarefa. Há, ainda, a proposta de autores e compositores. Eu queria ouvir a sua opinião em relação a isso.

Essa é a última pergunta que teria a fazer e aí já passo para você tecer as suas considerações finais.

O SR. IVAN LINS – Bom, eu falaria... Assim, voltando ao passado, à questão de quando nós, a Sombrás, através da aglutinação da classe em torno de soluções para a melhoria do direito autoral no Brasil, nós

conseguimos que fosse criado o CNDA e o Ecad... E o CNDA era um órgão normativo, mediador, fiscalizador e regulador, digamos assim, mas que também fiscalizava, podia fiscalizar. E, evidentemente, que hoje não temos mais o CNDA, talvez até pelo fato de que a própria legislação ou as contingências da atuação do Ecad, com o tempo, fizeram com que as sociedades que formam o Ecad achassem desnecessário um órgão como o CNDA. Ou o Governo, talvez, até por contenção de despesa. Porque me lembro de que, na época Collor, houve uma limpeza... Quer dizer, "limpeza" entre aspas, ele resolveu acabar com tudo que tinha. Quer dizer... Ele quase destruiu o nosso cinema, fez um estrago generalizado no Brasil. E, de uma maneira assim... Quer dizer, eu acho que passamos a não ter esse órgão fiscalizador, não tivemos mais nenhum órgão para fiscalizar.

Acho que há necessidade... Na minha opinião, o que precisa ser feito é, em primeiro lugar, se rever a lei, se rever a lei; rediscutir os conceitos de distribuição, os critérios de distribuição, alguns até de arrecadação, talvez, ou então de definições.

Estive vendo a exposição do Dr. Márcio, e, por exemplo, quando ele fala em discoteca... Quer dizer, discoteca é para dançar. Quer dizer, se a música não é necessária e vai virar um bar... Bar é uma coisa, discoteca é outra.

Você me desculpa, Márcio, foi só uma questão que achei muito estranha aquela coisa. Discoteca é para dançar. Dançar sem música é impossível.

Entendeu? Aí viram aqueles filmes mudos, parece que não tem música, só se veem as pessoas pulando, assim, sem nada.

Então, quer dizer, numa discoteca há necessidade de música e todos sabem que, nas discotecas, o dinheiro vai para os mais tocados nas rádios também, vai para o tal "direitos gerais". Eles afirmam que não há como aferir as músicas das discotecas. Penso que isso pode ser preguiça, isso pode ser perfeitamente conseguido através de... Por isso que acho que a mudança de critério de distribuição tem que ser feita. Muitos deles já vão diretamente para o cobrador que vai fazer a arrecadação, porque, na verdade, quando ele registrar, já tem que registrar de uma outra maneira e aferir o que foi tocado. Como isso vai ser feito, isso tem que se discutir. Será um grande fórum, é necessário, tem que se fazer mesmo. Acho que esta CPI tem que ir nessa direção, temos que reformular o nosso direito autoral. A arrecadação é importante, mas creio que o grande problema é depois, quando o dinheiro entra lá nas quatro paredes do ECAD. Ali, essa questão da distribuição, o que se faz com esse dinheiro, é que tem que ser mais transparente. Vou reafirmar a frase que falei aqui da outra vez:

"Não existe transparência sem fiscalização". Não existe, esqueça. No Brasil, não existe. Não estamos na Noruega, pode ser que na Noruega seja possível, mas o Brasil não é a Noruega. Isso aqui é outro país, os espertos...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – E a Noruega tem fiscalização.

O SR. IVAN LINS – Se a Noruega precisa de fiscalização, imagine nós. Temos que ter três fiscalizações. Fiscalização da fiscalização da fiscalização. Tem que fiscalizar a fiscalização. No Brasil é assim. Senão, meu amigo, transparência vai embora. E dá para fazer isso numa boa, sem guerra, sem xingamento, sem nada.

Acredito muito na minha classe. Acredito mesmo. Acredito na inteligência dos homens, acredito nos homens. Não é possível. Temos um nível de civilidade que, quando queremos mostrar, mostramos em qualquer lugar. A gente viaja o mundo. Não é possível que a incivilidade só aconteça quando tem que se discutir o nosso dinheiro um com o outro. Acho isso é impossível.

Precisamos dar uma lição, precisamos aprender a ter civilidade quando discutirmos os nossos assuntos. Aqui estamos em um encontro altamente civilizado, temos que praticar essa civilidade em todos os níveis, porque só assim construiremos um direito autoral melhor. Acredito piamente, tenho certeza absoluta de que o Brasil pode dar banho no mundo em matéria de distribuição e arrecadação de direito autoral, sendo um país continental e difícil, porque o Brasil não é só um país continental, as distâncias e as formas de se chegar em certos lugares são praticamente impossíveis. Muitas vezes não adianta. Não tem internet, não tem essas coisas, não tem lado digital. É a pé mesmo, análogo ou antes do análogo, entendeu? É um país complicado. Temos habilidade e capacidade tecnológica? Temos. Já estamos prontos para isso.

Prontos. Se nos faltam conceitos e ideias, vamos buscar em quem está praticando melhor. No mundo há grandes exemplos para podermos copiar.

Acredito piamente que, com civilidade, podemos construir um direito autoral limpo, transparente, espe-

tacular. Dar banho no planeta. E os compositores e músicos brasileiros serão felizes para sempre, como nas historinhas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Ivan, deixe-me só completar isso aqui que você falou bem da fiscalização. Também para você, Daniel. O que você acha, em termos de tecnologia, que poderíamos utilizar?

Vocês têm alguma opinião? Para dar também mais transparência.

O SR. IVAN LINS – Por exemplo, a música. Como estamos tratando de música, as músicas hoje são todas digitalizadas. Quando a música é executada, tem o IRSC que, digamos assim, é o DNA da gravação, onde tem todos os dados. Digitalmente, quando uma música é executada, se tiver tecnologia suficiente para receber essa informação digital, você recebe imediatamente o ISRC do que está sendo tocado, do que está sendo gravado.

Você recebe aquele digital, você sabe quem é o autor, sabe quem é o arranjador, sabe quem são os músicos que tocam, quem está cantando, tudo. O engenheiro de som, quem produziu, todo mundo. Se tiverem pagamentos a serem feitos ali, você já tem ali pronto, já sai diretamente. É um processo digital.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Critérios muito objetivos.

O SR. IVAN LINS – São. E temos tecnologia para isso, podemos desenvolver, aprimorar – devemos, aliás, fazer isso, porque isso inclusive protege o autor. Não só autores de músicas, mas de qualquer espécie. Temos que proteger nossos poetas, nossos romancistas e todos os que trabalham com arte no Brasil. Penso que temos que desenvolver isso de uma maneira positiva, educada, inteligente, civilizada. Acredito muito nisso, somos capazes de fazer isso, já fizemos antes. Só que, na época em que tivemos a São Brás(?), era uma época de exceção. Tivemos que brigar contra um sistema que era totalmente contra a gente – e éramos taxados de comunistas e tal. Houve colegas nossos que tiveram que invadir a sociedade para fotografar os documentos, porque foram expulsos, não podiam voltar. Eu nunca tinha visto isso, nunca poderia imaginar que a sociedade poderia expulsar alguém. E hoje existem essas possibilidades. Como um ECAD pode processar um autor? Eles têm que chegar a um acordo. Se há uma reclamação séria, tem que ir atrás para saber o que é. Se não quer chegar a um acordo e já sai processando porque o outro reclamou, por que não vai resolver primeiro, antes de processar? Não quer resolver? Se não quer resolver é porque está errado mesmo, o cara estava com a razão. Creio que podemos chegar a um termo espetacular, se quisermos. É isso que falo. E acredito muito nessa nossa capacidade. É esquecer nossas raivas, rancores e essas coisas, botar para trás, passado é passado, e vamos trabalhar daqui para a frente. Acho esta CPI fundamental para que a possamos ter base jurídica e base para podermos fazer essas modificações. Considero fundamental que ela esteja acontecendo e espero que, por meio desta CPI, possamos, no futuro, ter o nosso direito autoral bonito como o Brasil, que é lindo, merece.

O SR. DANIEL CAMPELLO QUEIROZ – Bom, quero fazer um pequeno comentário, vou usar de novo um exemplo para explicar o que penso a respeito da tecnologia.

O ECAD fez um acordo com o YouTube e, nesse acordo, o ECAD recebeu, em média, mais ou menos 850 mil reais. Dos 850 mil, o ECAD distribuiu 67 mil reais, alegando que o repertório que foi executado no YouTube não estaria identificado. Isso vai para outro problema, que é o problema do crédito retido, que é gravíssimo. Creio que a primeira ferramenta de transparência, que envolve a tecnologia e que deveríamos ter, é um sistema em que a pessoa, entrando com o seu nome, o autor – claro que deveria ser um pouco blindado –, soubesse quanto tem para ela retido no ECAD. Essa informação não é divulgada. Conheço associações que têm esse sistema, mas usam só internamente. Essa tecnologia até já existe, mas deveria existir a favor da transparência, para todos os autores. Eles deveriam poder saber quanto é que tem de retido deles lá no sistema. Quanto é que do YouTube, de obras daquele autor, não estão corretamente identificadas, com título ou qualquer outro problema. Penso que isso seria uma ferramenta imediata que já poderia acontecer agora. Se o ECAD estivesse de boa vontade para transparência, faria isso imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Obrigado, Daniel. Antes de concluir...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Quer fazer alguma consideração sobre isso, Sr. Márcio?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Sr. Márcio.

O SR. MÁRCIO DE OLIVEIRA FERNANDES – É uma questão totalmente de distribuição. O ECAD está investindo em tecnologia a cada momento. Temos o ECAD. Tec Rádio, para gravações das rádios, o ECAD. Tec Móvel, apresentei aqui, para o melhor trabalho nosso, e mais uma série de desenvolvimentos em tecnologia. Penso que essa questão da tecnologia dá para discorrer uma meia hora sobre o assunto, é uma discussão muito profunda.

Enfim, o que posso dizer é que se investe muito, o ECAD é uma referência. A CISAC convidou o ECAD recentemente para estar em uma reunião em Lima, no Peru, como forma de apresentar algumas questões de

tecnologia em suas melhores práticas. Então, pode-se dizer que investimentos são feitos e que o ECAD é uma referência nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Márcio. O Ivan, por favor. Fique à vontade.

O SR. IVAN LINS – Só uma colocação a respeito disso. Sei que o ECAD investe em tecnologia, mas penso que o sistema e a produtividade dentro do ECAD não creio que estejam no ponto mais satisfatório. Por exemplo, tem um negócio sobre essas obras que ninguém... Como é que se chama? Créditos retidos. Os chamados créditos retidos na identificação de obra. Vou perguntar ao Márcio, porque ele deve saber mais disso que eu. Quanto é que recebe cada pessoa para fazer a identificação de repertório? Não é valor. Ele recebe por obra, para identificar, ou recebe por obra identificada?

O SR. MÁRCIO DE OLIVEIRA FERNANDES – Ivan, eu gostaria de responder, mas é uma questão muito de distribuição. Não estou me furtando, é que realmente posso dar uma informação que não seja totalmente completa. Sou de arrecadação, como falei, e estou disposto a qualquer coisa sobre arrecadação. Estou aqui pronto a debater, discutir, explicar.

O SR. IVAN LINS – Entendo. O que me foi passado – e gostaria de chamar muita atenção sobre isso – é que é por obra a se identificar, ou seja, o cara recebe uma obra para identificar. Entendeu? E aí ele recebe o dinheiro pela obra que recebeu. Então, é opção dele identificar ou não, ele já recebeu. Quando penso que eficiência, no meu entender, é receber por obra identificada, porque senão o cara fica: "Mas está difícil, não estou conseguindo. Sabe de uma coisa..." Bota de lado e passa para outra.

O SR. DANIEL CAMPELLO QUEIROZ – Só para fazer um comentário, Ivan. O ECAD já recebe, independente de identificar ou não o repertório. As associações é que só recebem a sua taxa de administração depois que o repertório está identificado. Entendeu?

O SR. IVAN LINS – Eu sei. Depois que está identificado.

O SR. DANIEL CAMPELLO QUEIROZ – As associações, mas do ECAD a taxa de administração já é descontada diretamente do que veio do usuário. O ECAD não precisa identificar obra nenhuma para pagar, para receber a sua taxa de administração. Ele recebe do usuário, desconta a taxa. O percentual da associação, o dinheiro só é remetido para a associação quando a obra do autor daquela associação é identificada para ele.

O SR. IVAN LINS – E o que acontece com os que não são identificados? Então ninguém identifica?

O SR. DANIEL CAMPELLO QUEIROZ – O ECAD realmente deixa tudo para o crédito retido. E detalhe: você tem dois dias de prazo por mês para pedir o retido no mesmo mês. O sistema abre no dia 25 e fecha no dia 27.

Se você pede depois do dia 27, só no outro mês é liberado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – O senhor tem noção de qual percentual do que entra fica como crédito retido?

O SR. DANIEL CAMPELLO QUEIROZ – Olha, eu tive uma notícia de uma emissora, mais ou menos em torno de 21%. No YouTube, tivemos aqui, foram distribuídos, de 800 mil, 67 mil.

O SR. IVAN LINS – E depois de quantos anos isso vai ser distribuído pelos que mais tocam em rádio?

O SR. DANIEL CAMPELLO QUEIROZ – Depois de cinco anos isso prescreve e é distribuído pelas maiores arrecadações.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – E esse dinheiro quando fica em crédito retido, fica aplicado, Dr. Márcio?

O SR. MÁRCIO DE OLIVEIRA FERNANDES – Senador, desculpe ser repetitivo, com todo respeito ao senhor, desculpe, eu sou de arrecadação. Lendo o plano da CPI, se previa uma semana para se tratar de arrecadação. Pelo que me consta, a própria Mesa pediu que o ECAD indicasse alguém para responder sobre arrecadação. E aqui estou.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – O senhor só arrecada, não sabe onde coloca o dinheiro.

O SR. MÁRCIO DE OLIVEIRA FERNANDES – Não, Senador.

Eu só não quero... É lógico que todas essas regras são muito bem definidas. Pelo plano da CPI, haverá uma semana para se tratar de distribuição. Acho que esses assuntos devam retornar e devam dar oportunidade para o ECAD, para uma pessoa que é técnica do assunto, que é titular da pasta de distribuição, que possa, com certeza, dar todas as informações com maiores detalhes, com a maior transparência possível.

O SR. DANIEL CAMPELLO QUEIROZ – Só para ilustrar rapidamente, aqui no balanço indica que ficaram 18 milhões retidos em 2010.

No balanço do ECAD publicado no *site*.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Quanto?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Do total de quanto?

O SR. DANIEL CAMPELLO QUEIROZ – 18 milhões, dos 480 arrecadados.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Dos 480, quanto ficou retido?

O SR. DANIEL CAMPELLO QUEIROZ – Direitos arrecadados a distribuir, 18 milhões e 349 mil.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Bem, antes de concluir, queria colocar em apreciação a Ata da reunião anterior.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovado.

Queria colocar também em apreciação os seguintes requerimentos, de minha autoria e do Senador Lindbergh Farias, convidando o Sr. Nilson Chaves, cantor e compositor; o Sr. Zeca Baleiro; o Sr. Chico César, o Sr. Ivo Canuti; o Sr. José Miguel de Souza Cirilo, Secretário de Estado da Cultura do Amapá; o Sr. Ladislau Pedroso Monte, Presidente da Fecomércio - AP; o Sr. Miqueias Reis da Silva, representante da AMCAP; o Sr. Gabriel Valois, representante do ECAD na unidade Bahia; o Sr. Lobão, João Luiz Woerdenbag Filho, para prestar esclarecimentos sobre objeto desta Comissão; o Sr. Márcio L. do Val, representante do ECAD e gerente de relações institucionais da gerência regional da unidade do Rio de Janeiro; o Sr. Nereu Silveira, representante do ECAD, gerente da unidade Pará/Amapá; o Sr. Marcelo Nascimento, representante do ECAD, gerente da unidade de São Paulo; e, por fim, convidar o representante da Associação Brasileira de Produtores de Eventos.

Os Senadores que concordam com esses requerimentos permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Declaramos aprovados a Ata da reunião anterior e também os requerimentos aqui destacados.

Quero comunicar também à CPI que, ontem, recebemos a Associação Brasileira de Produtores de Eventos, que entregou documento que será encaminhado ao Sr. Relator Lindbergh Farias, e, além do documento apresentado, foram convidados – aprovamos agora o requerimento – para participarem da próxima audiência pública desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Quero agradecer aos Srs. Márcio e Daniel, agradecer à Sandra de Sá e Ivan Lins, pela sua enorme contribuição a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Convoco os membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito para a próxima audiência pública desta CPI, que ocorrerá na cidade de Macapá – AP, no próximo dia 2 de setembro, às 10h, na Assembleia Legislativa do Estado do Amapá.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar as atividades do ECAD.

(Levanta-se a reunião às 18 horas e 38 minutos.)

Senado Federal – Senador **Randolfe Rodrigues,** Presidente.

COMISSÃO TEMPORÁRIA, CRIADA PELO RQS Nº 547 DE 2011, COM O OBJETIVO DE INVESTIGAR, NO PRAZO DE CENTO E OITENTA DIAS, IRREGULARIDADES PRATICADAS PELO ECAD NA ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS ORIUNDOS DO DIREITO AUTORAL, ABUSO DA ORDEM ECONÔMICA E PRÁTICA DE CARTEL NO ARBITRAMENTO DE VALORES DE DIREITO AUTORAL E CONEXOS, O MODELO DE GESTÃO COLETIVA CENTRALIZADA DE DIREITOS AUTORAIS DE EXECUÇÃO PÚBLICA NO BRASIL E A NECESSIDADE DE APRIMORAMENTO DA LEI 9.610/98

ATA DA 8ª REUNIÃO

Ata Circunstancia da 8ª Reunião, realizada em dois de setembro de dois mil e onze, às dez horas e quarenta minutos, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, com a presença dos Senadores: **Lindbergh Farias** (PT-RJ) **e Randolfe Rodrigues** (PSOL-AP). Deixaram de comparecer os Senadores: **Lídice da Mata** (PSB-BA), **Eduardo Suplicy** (PT-SP), **Vital do Rêgo** (PMDB-PB), **Ciro Nogueira** (PP-PI), **Sergio Petecão** (PMN-AC), **Demóstenes Torres** (DEM-GO), **Aloysio Nunes** (PSDB-SP), **João Vicente Claudino** (PTB-PI). Na ocasião foi realizada oitiva dos senhores: José Miguel de Souza Cyrilo, Secretário de Estado da Cultura do Amapá; Nereu José Teixeira Silveira, Gerente de Unidade ECAD/DF; Gilmar Marra dos Santos, Diretor da Fecomércio/AP e Presidente do Sindicato de Bares e Restaurantes do Amapá, representando o Senhor Ladislao Pedroso Monnte, Presidente da Fecomércio/AP; Miqueias Reis da Silva, Presidente da Associação dos Músicos e Compositores do Amapá – AMCAP; Ivo Canutti, Vice-Presidente da Associação de Promotores de Eventos Artísticos e Culturais do Amapá e Nilson Chaves, cantor e compositor. O Presidente da Comissão franqueou a palavra a seis representantes de entidades de classe locais, quais sejam: Angelo Queiroz, Representante da Associação de Músicos, Compositores e Artistas do Amapá; Pastor Arnaldo Alves, cantor e compositor; Cleverson Bahia, cantor, compositor e representante do Conselho Estadual de Cultura do Amapá; Haroldo Pedrosa, compositor; Fernando Canto, compositor e Gilberto Alves, produtor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 547, de 2011, destinada a investigar, no prazo de 180 dias, supostas irregularidades praticadas pelo Ecad na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática

de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

De antemão, eu queria agradecer, em meu nome e no do Senador Lindbergh Faria, Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, e no de todos os membros desta CPI, ao Deputado Moisés Souza, Presidente desta Assembleia, por todo apoio prestado a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, pela acolhida e pela disponibilização de toda a infraestrutura necessária aqui na Assembleia Legislativa do Amapá.

Quero agradecer, também, aos servidores da Presidência, da Secretaria Geral e do Cerimonial pela especial dedicação e atenção que têm tido conosco desde que chegamos. Aqui eu ficarei. Todos sabem que aqui é a minha terra, mas tem sido acolhido em especial o Senador Lindbergh, Relator desta CPI, que está

visitando o Amapá pela primeira vez.

Eu queria, antes de chamar os convidados que participarão desta reunião, destacar e agradecer a presença de artistas, músicos e compositores do Amapá, que vieram prestigiar esta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, no meu entender, indispensável e fundamental para o direito autoral existente, hoje, no Brasil.

Quero agradecer e registrar a presença do autor e compositor Osmar Júnior, nosso poetinha. (*Palmas*.)

Quero agradecer a presença, também, do nosso querido Gilberto Alves e de Fábio Góes, produtores daqui do Amapá. (*Palmas*.)

Eu não estive no último **show** aqui, porque eu estava em Brasília.

Estou devendo estar no próximo.

Então, ao Ceará da Cuíca, produtor daqui também, aqui conosco.

(*Palmas*.)

Ao Vereador Clécio Luis, militante, também, da cultura desde o início dos anos 90, vereador que orgulha muito o meu partido na Câmara de Vereadores de Macapá; ao Presidente da Associação de Músicos e Compositores do Amapá, Miqueias, quero agradecer pela atenção e pela presença; à Ângela, da Associação Amapaense de Supermercados; ao Ilan do Laguinho, sambista, convidados por nós, também, da CPI; ao Coletivo Palafita, um dos incentivadores desta CPI. Otto Ramos, em seu nome, eu saúdo todos os integrantes do Coletivo Palafita.

Ao PCULT, Fora do Eixo, Central Única das Favelas e todo o circuito que faz parte; ao nosso belíssimo poeta amapaense... Amapaense, não.

Recentemente, estivemos, em Brasília, com o Thiago de Mello. O Thiago de Mello tem ótimas referências de João Gomes e Thiago de Mello disse para a gente que João Gomes não pertence ao Amapá.

De fato, ele não é só do Amapá. João Gomes é poeta do Brasil, poeta que canta a Amazônia. Canta o Amapá, a Amazônia e o Brasil, para ser mais exato.

Ao Bi Trindade, do nosso glorioso Grupo Pilão, também aqui presente; e à Federação Amapaense – faltou me dizerem o que é o restante aqui, fora federação amapaense. Bom, até o final, vão me soletrar que Federação Amapaense é a última, aqui, para eu também registrar a presença.

Eu queria, então, agradecer a todas as entidades e pedir desculpas pela injustiça, se faltou citar alguma personalidade ou entidade aqui presente.

No decorrer da reunião, faremos questão de destacar os demais, que não foram agora citados.

Agradeço, também, a presença da Prefeita Euricélia Cardoso, do nosso Município de Laranjal do Jari.

Para esta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, foram convidados para depor o Sr. José Miguel de Souza Cyrilo – é mais fácil chamá-lo de Zé Miguel –, o nosso Secretário de Estado da Cultura; o Sr. Nereu José Teixeira Silveira, Gerente de Unidade do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição do Pará e Amapá; o Sr. Gilmar Marra dos Santos, Diretor da Fecomércio, designado, aqui, pelo Dr. Ladislao Pedroso Monnte, Presidente da Fecomércio; o Sr. Miqueias Reis, Presidente da Associação dos Músicos e Compositores do Amapá; o Sr. Ivo Canutti, Vice-Presidente da Associação de Promotores de Eventos Artísticos e Culturais; e o nosso querido, eu iria destacar agora, Nilson Chaves, também um artista, referência da Amazônia.

O Nilson também não é só paraense. Nós já o acolhemos tanto aqui, Nilson, que o sentimos e você se sente, também, com certeza, amapaense, porque com vários amapaenses você também tem músicas compostas.

Então, o Nilson é uma referência da Amazônia para o Brasil e para o mundo, e um dos músicos que canta muito bem as vantagens e valores da Amazônia.

Então, são esses os convidados para depor nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, nesta manhã de hoje.

Então, nós iremos iniciar esses depoimentos. Quero esclarecer que cada depoente convocado ou convidado terá o tempo de 10 minutos para a sua exposição.

Nós temos horário. O Lindbergh ainda tem o congresso nacional do PT agora à tarde, em Brasília, e tem um encontro com o Presidente Lula e com a Presidente Dilma. Então, o Lindbergh, lamentavelmente, terá de sair daqui até 14:30, por isso, estamos pressionados pelo tempo e pelo horário, mas, enfim, nós

vamos estabelecer o tempo de 10 minutos para cada um dos expositores aqui presentes.

Então, quero iniciar convidando o nosso Secretário de Estado da Cultura, o Sr. José Miguel de Souza Cyrilo, o Zé Miguel, para vir até esta CPI. (*Pausa*.)

Bom, o Sr. José Miguel ainda não está presente, então nós vamos chamar o Sr. Nereu. (*Pausa*.)

Por sugestão do Lindbergh – eu vou acatar a sugestão, pois o melhor encaminhamento, aqui, é o do Lindbergh –, vamos chamar, então, todos os depoentes já para integrar a mesa. Aí, nós daremos maior celeridade aos depoimentos.

Então, iniciamos convidando o Sr. Nereu José Teixeira Silveira, Gerente de Unidade do Ecad, assim como o advogado do Ecad, para integrar a mesa. (*Pausa*.)

Convido, também, o Sr. Gilmar Marra dos Santos, Diretor da Fecomércio e Presidente do Sindicato de Bares e Restaurantes do Amapá, representando o Sr. Ladislao Monnte, Presidente da Fecomércio/AP. (*Pausa*.)

Quero convidar, também, o Sr. Miqueias Reis da Silva, Presidente da Associação dos Músicos e Compositores do Amapá. (*Pausa.*)

Convido, ainda, o Sr. Ivo Canutti, Vice-Presidente da Associação de Promotores de Eventos Artísticos e Culturais do Amapá. (*Pausa*.)

E, por fim, convido o nosso poeta, cantor e compositor amazônida, Nilson Chaves. (*Pausa*.)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Perfeito. Vamos registrar, vamos registrar. Pode deixar, pastor, vamos registrar. Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – O Randolfe não me deu a palavra, mas eu quero, pessoal, dizer – estou brincando – que é um prazer estar aqui, no Amapá.

A gente está aqui não só porque o Randolfe é Presidente. É claro que ele fica puxando tudo, sempre, para trazer para o Amapá, e tem mais de fazer isso mesmo.

Eu já falei do Randolfe antes e não estou aqui para encher a bola dele, porque ele não precisa, mas o meu respeito por ele, e o de todos os Senadores, é tão grande porque o Randolfe conseguiu chegar ao Senado, no seu primeiro mandato, e em sete meses conseguiu se firmar como uma das principais lideranças. Já conseguiu, em votação de jornalista, ser escolhido entre os 10 melhores Senadores do Brasil. (*Palmas*.)

Não sei se vocês sabem – e fiquei feliz por eu também estar entre os 10 –, mas é uma votação bacana entre os jornalistas que cobrem o Congresso Nacional, aquela turma que está ali, no dia a dia, e o Randolfe é essa revelação, pessoal.

O objetivo nosso aqui, também, é escutar o Brasil. Estamos aqui, na região Norte, há a região Nordeste, e nós não podemos ficar só no eixo Rio – São Paulo.

Eu falei, quando chegamos aqui – e não estou fazendo populismo, porque eu estou aqui, no Estado do Amapá –, como é bacana a emoção de a gente estar chegando e ver o rio Amazonas. Este Estado de vocês, aqui... Eu já combinei com o Randolfe e com o Presidente da Assembleia Legislativa que vou vir a passeio para conhecer esta região, mas tenho certeza de que este encontro de hoje pode ser um encontro muito importante para a gente firmar as nossas convicções em relação a esta CPI.

É claro que a gente tem falado isto, não é um segredo nosso: nós achamos que a falta de fiscalização no Ecad é um problema central, e vocês sabem que só no Brasil existe isso. Ao não ter fiscalização, você cria uma estrutura burocrática e uma parte grande dos recursos que deveriam ir para os artistas, para os autores, para os músicos e compositores fica no meio do caminho. Fica no meio do caminho em uma estrutura gigantesca.

Então, eu estou muito confiante de que esta CPI não é mais uma CPI que vai acabar em pizza, que não vai dar em nada, porque o que a gente está querendo fazer não é criar factóide para a imprensa, dizer isso ou aquilo, mas mudar a estrutura do direito autoral, hoje, no País.

Então, era isso. Eu só tomei a palavra para fazer esta saudação, para falar da minha felicidade verdadeira por estar aqui, no Estado do Amapá.

A gente, quando vê o rio Amazonas... Este Brasil é um País tão diverso, fantástico! Vocês vivem aqui, no dia a dia, aqui na porta, com o rio Amazonas, toda essa situação, mas para a gente... Eu acho que a sensação que eu tive ao chegar aqui é a sensação que todo brasileiro tem ao estar aqui, nesta região com essa potencialidade. É por isso que há a previsão de que este País vai virar a 4ª economia do mundo até 2030, justamente por essa diversidade, por essas características do País.

Eu estou me alongando muito. Muito obrigado. É um prazer estar aqui, em Macapá.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Nós agradecemos, Lindbergh, a sua vinda aqui e toda a sua dedicação para chegarmos a bom termo nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Antes de iniciarmos, para não cometer injustiça, eu quero registrar a presença da Federação Amapaense de Hip Hop – agora, eu acertei na citação.

Nosso autor e compositor, artista amapaense, Ronery, seja bem vindo.

Cleverson Baia, artista, autor e compositor, representante do Conselho Estadual de Cultura do Amapá.

Então, nós vamos iniciar os depoimentos nesta CPI ouvindo o Sr. Nereu José Teixeira Silveira, que é o Gerente de Unidade do Ecad do Distrito Federal.

Sr. Nereu, o senhor terá 10 minutos para a sua exposição. Fique à vontade.

O SR. NEREU JOSÉ TEIXEIRA SILVEIRA – Bom-dia, Srs. Senadores, autoridades presentes.

O Secretário de Estado da Cultura, Sr. José Miguel, acho que não chegou ainda, não é?

Presidente da Fundação Cultural Tancredo Neves de Belém, Sr. Nilson Chaves, cumprimentando-o como grande compositor da região Norte, eu cumprimento tantos e todos os compositores, artistas e músicos aqui presentes.

Senhoras e senhores, bom-dia.

Senadores, antes de qualquer coisa, eu acho importante agradecer por esse convite, porque é sempre muito importante quando a gente pode discutir, contribuir com essa discussão e trazer informação a respeito do direito autoral e do Ecad, principalmente em um Estado como este, culturalmente, riquíssimo, e que valoriza tanto o seu povo e a sua cultura.

Eu trouxe uma apresentação para a gente fazer rapidamente, para trazer um cenário sobre a atuação do Ecad, eu tinha me preparado para 20 minutos, eu fui acompanhando aquele formato das audiências em Brasília. Vou ser breve. Eu não vou poder entrar muito em detalhe. Vou tentar passar os *slides* mais rapidamente em função disso. De qualquer forma, fica aqui, então, a solicitação de ser anexada à documentação dos senhores essa nossa apresentação. Então, vou ser breve. Vou pular a apresentação de alguns *slides*

talvez em função desse tempo e, durante as perguntas, se acharem conveniente, a gente entra em algum detalhe.

(Primeiro slide, por favor.)

(Próximo, por favor.)

Bom, a Lei do Direto Autoral, para quem não sabe, ela não trata só de música, ela trata de uma série de situações, todas elas ligadas a criações do espírito.

No entanto, também em função dessa lei, foi criado o Ecad, mas exclusivamente para tratar das questões relacionadas à música e não as outras características de criação de espírito constantes na lei.

O direito autoral, na música, ele tem várias nuances. O Ecad cuida exclusivamente de uma, que é o direito de execução pública.

(Próximo, por favor.)

Os outros diretos que dizem respeito à música não é responsabilidade do Ecad. E, no que diz respeito, então, à execução pública é o Ecad o responsável.

(Próximo, por favor.)

A gestão dos direitos autorais, no Brasil, então, são nove associações gestoras, seis com direito a voto, três são associações administradas, por questões de estatuto e de regras no modelo.

(Próximo, por favor.)

Os titulares.

Nós temos os direitos de autor e os direitos conexos. Os direitos de autor são, obviamente, os compositores também os editores e subeditores musicais, invencionistas e adaptadores. Os direitos conexos são aqueles provenientes da execução pública musical, através de música mecânica, de fonogramas. São os intérpretes, os produtores fonográficos e os músicos acompanhantes.

(Próximo, por favor.)

A estrutura do Ecad, então, eu vou saltar, porque já está bem discutido isso, não é Senador? A estrutura: funcionários... Vou saltar isso.

(Próximo, por favor.)

Usuário de música – também não tem muito segredo – é todo aquele que executa música publicamente. O direito autoral só não é devido quando ele é executado no recesso familiar ou em alguns casos muito específicos, como, por exemplo, em escolas para fins didáticos. Fora isso, qualquer execução pública musical ela está propicia à arrecadação dos direitos autorais.

Os critérios de cobrança do Ecad, penso que vão ser bastante discutidos aqui hoje. A propósito, penso que, pontualmente, a gente vai acabar tratando muito da arrecadação, porque essa é a responsabilidade da minha função aqui hoje, inclusive é a minha área de atuação. Sou Gerente de Arrecadação do Ecad, da Unidade do Distrito Federal e do Núcleo Pará/Amapá.

A minha área é exclusivamente arrecadação. Pontualmente, nós deveremos tratar muito desse assunto aqui. Mas os critérios de cobrança passam pela receita, quando há receita, venda de ingressos, enfim, ou pelo parâmetro físico, pela área sonorizada do estabelecimento, e um terceiro critério, que seria o custo musical.

(Problema no áudio da reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Peço apoio da técnica para tentarmos descobrir o que está causando esta interferência.

(Pausa.)

Há algum celular ligado aqui, na mesa? *(Pausa.)*

Não. *(Pausa.)*

Então, vamos trocar. *(Pausa.)*

Isso. Pronto.

O SR. NEREU JOSÉ TEIXEIRA SILVEIRA – Estão me ouvindo bem? *(Pausa.)*

As formas de utilização musical: música ao vivo e mecânica. Como eu disse, existe um terço a mais no valor a ser arrecadado de direito autoral quando se trata de música mecânica, justamente porque têm as questões relacionadas ao direito conexo, que é aquele direito direcionado a intérpretes, produtores fonográficos e músicos acompanhantes. O direito autoral é pago exclusivamente por meio de boleto bancário, não existe outra possibilidade de recolhimento.

Aqui, vou me ater um pouquinho mais, porque é uma questão técnica bastante importante, e acredito que será bastante abordada aqui hoje.

O direito autoral, quando ele não passa pelo critério de receita, a cobrança dele é por intermédio de parâmetro físico e diária sonorizada. Então, existe um fator de cobrança chamado UDA (Unidade de Direito Autoral) – acho que os Senadores já devem conhecer bem esse processo aí, a gente vem discutindo isso. O direito autoral, hoje, custa R$50,37, desculpa, a UDA, a Unidade de Direito Autoral, esse fator, custa R$50,37. Ele é um valor definido em assembleia geral através das novas associações gestoras, são elas que definem. A propósito, são elas que definem tudo, o Ecad não regulamenta, não normatiza, não estabelece critérios, ele é só um instrumento operacional. Tudo é definido através da assembleia geral, a partir dos critérios definidos por eles, ou seja, através dos próprios compositores, já que as assembleias gerais, as associações são mandatários dos compositores, a partir do momento em que eles são filiados. Então, tudo ali é definido.

A UDA, hoje, custa R$50,37, como disse, ela é atualizada uma vez por ano. Então, existe um fator UDA específico para cada estabelecimento, para cada segmento de usuário, para cada característica de utilização musical. Quanto mais necessária a música naquele estabelecimento, fator UDA mais alto, quanto menos, valor mais baixo. Não existe uma tabela de preço, porque ali você define o que é uma loja comercial, o que é uma academia, o que é um clube, o que é uma boate, o que é uma casa de diversão e, ali, você tem os fatores para cada um desses segmentos. Basta, então, você definir qual é a área sonorizada daquele estabelecimento, definir qual é o fator de cobrança UDA daquela área, você tem uma fórmula, e você chega a um valor de cobrança.

(Próximo, por favor.)

Isso serve para qualquer situação, inclusive para eventos sem receita, sem venda de ingresso.

Ali é um exemplo. Esse *slide* é um *slide* padrão. É claro que aqui é um pouco diferente, nós estamos em uma região em que o regulamento de arrecadação do Ecad impõe um desconto socioeconômico de 45%. Então, na verdade, ali, são valores que devem ser reduzidos quase pela metade, se for um exemplo como esse de um restaurante com 100m². Um restaurante com 100m² é um padrão grande, é uma área grande para um restaurante. Eu acredito que a gente pode usar uma referência um pouco menor para um exemplo aqui, porque, restaurantes com 100m² são raros. Então, eu teria de conhecer um exemplo aqui, em Macapá, de um restaurante com 100m² para citar. Nós podemos dizer que se fossem 100m² teríamos que chegar naquele valor final com 45% a menos, por causa do desconto de nível populacional que existe para essa região. Então, é aquilo que eu disse: você tem o valor da UDA, você tem o fator UDA utilizado por restaurante, é o que está ali, 0,7 UDA, você tem, então, a forma que define o valor.

(Próximo, por favor.)

Eu vou citar um questionamento que acontece constantemente, acho que os senhores devem trazer essas angústias aqui hoje. Dizem, muito, que o Ecad não tem critério de cobrança. Eu acho importantíssimo dizer isso aqui. O critério é um só, é esse que os senhores estão vendo: é o regulamento de arrecadação do Ecad, através dos seus fatores, através dos seus percentuais de receitas. O critério é aquele. O que vai definir, no final, o valor negociado é a qualidade da informação da mão dupla. O Ecad, quando chega a um estabelecimento para fazer uma cobrança, ele só tem as informações visuais que ele tem ali naquele momento. Ele chega e, visualmente, ele percebe que naquela

área sonorizada existem 100m². E aí, sim, ele vai definir o valor de cobrança. O que ocorre muitas vezes, é que existe um impedimento ou uma resistência por

parte do usuário de repassar as informações para o Ecad para que ele possa fazer corretamente essa definição de área. Quando há uma negociação amigável, uma boa vontade por parte do usuário, ele vai repassando novas informações que permitem ao Ecad flexibilizar. Aí, sim, é possível. O Ecad está, visualmente, vendo que há ali 100m² de área sonorizada. Mas o proprietário daquele estabelecimento vai dizer: "Sim, tem 100m², mas essa área aqui não é ocupada, essa área de cá não tem sonorização", e, aí, a partir dessas informações, nós vamos adequando os valores. É por isso que há essa flexibilidade de negociação.

Um resultado operacional maravilhoso em 2010, R$430 milhões arrecadados – pode passar, por favor –, um crescimento alto nesses anos todos.

Quatrocentos e trinta milhões arrecadados para R$346 milhões distribuídos. Eu insisto: é um resultado operacional maravilhoso e que ainda está longe de ser o ideal, porque a inadimplência continua muito alta, o que compromete a distribuição dos direitos autorais.

Aqui no Pará, por exemplo, temos uma inadimplência altíssima, e nós podemos discutir isso, no Pará não, desculpe-me, no Amapá, porque no Pará, tem melhorado muito, de fato. Agora o Amapá pertence ao núcleo Pará na gestão, por isso eu me confundi. Mas aqui em Macapá, nós temos uma inadimplência altíssima, nós podemos entrar nesses números depois, eu acho interessante a gente discutir.

Como disse, o Ecad fica com 17%, os compositores com 75,5% e as associações gestoras com 7,5% desse valor que é arrecadado. Por isso que são arrecadados R$430 e distribuídos R$380.

(Próximo, por favor.)

Já vamos chegar ao final, senhores. As distribuições. Não é a minha área, porque a minha área é a de arrecadação, mas, rapidamente, vou dizer que a distribuição direta é aquela feita diretamente do valor arrecadado de espetáculos musicais para o compositor que consta naquele repertório daquele **show**. Então, essa é a distribuição direta. A distribuição indireta é feita através de amostragem da execução pública das rádios, TVs e casas de diversões com música ao vivo no País. E a distribuição indireta, em especial, é aquela direcionada anualmente só para eventos especiais de carnaval e festa junina.

O Brasil é dos poucos que consegue fazer essa distribuição mensal, trimestral, semestral e anual. Na maioria dos países é uma distribuição anual, às vezes, semestral. O Brasil é uma referência mundial nessa distribuição por causa disso também.

(Próximo, por favor.)

A distribuição de rádio.

Como disse, o Ecad faz a captação das rádios por meio de

gravações, além de planilhas de programações que as rádios precisam enviar

para o Ecad, para a linha de programação mensal. Isso compõe uma amostragem

que faz a distribuição do dinheiro arrecadado de rádios, TVs e de usuários

permanentes, que são aqueles que pagam mensalmente, por meio de boletos

bancários.

(Próximo, por favor.)

Ali é só uma segmentação dos valores distribuídos. Destes R$380 milhões distribuídos ano passado, 87.500 mil titulares foram beneficiários nesses segmentos.

(Próximo, por favor.)

O compositor, quando recebe o direito autoral, ele recebe um demonstrativo de pagamento, em que vem constando detalhe a detalhe a execução da música dele.

O ponto do direito autoral, como disse, é definido dessa forma mesmo: Você tem o valor arrecadado naquele **show**, você divide pelo número de obras executadas naquele **show**. Aquilo ali é o ponto autoral que vai ser distribuído para cada compositor, tirando os 17% e os 7,5% das associações.

O Ecad tem, então, 340 mil titulares associados, para esse banco de dados enorme de 2.500 milhões de obras protegidas.

A tecnologia da informação.

Graças à tecnologia da informação do Ecad é que hoje ele tem um desempenho tão alto, e que está melhorando ano a ano, e se tornando uma referência, hoje, entre as entidades arrecadadoras do mundo, no que diz respeito à gestão da informação, principalmente para distribuição desses valores. Também faz a comunicação com o mercado, por meio de seu material institucional.

A evolução do Ecad é um fato. Hoje, com tantas críticas que a gente recebe, até mesmo os críticos não podem negar que o Ecad está evoluindo muito. Os números estão aí para mostrar isso, com resultados operacionais, como disse, muito satisfatórios.

Os prêmios recebidos pelo Ecad, desses todos, eu vou citar um que acabou de ser anunciado há duas semanas: umas das trinta melhores empresas para se trabalhar no Brasil.

Vou encerrar com uma informação importante que vai ser a tônica talvez do tratamento aqui. Estou vendo que estão presentes aqui – estou encerrando, Senadores – grandes artistas do Amapá, também do Pará, muitos usuários de músicas, muitos produtores de eventos. Então, eu queria aproveitar esse momento para dizer para os senhores o seguinte: nós temos, hoje, aqui no Amapá, uma inadimplência altíssima. Tivemos muita dificuldade de trabalhar aqui nos últimos anos. Está havendo uma sinalização de melhora, graças – infelizmente ele não está aqui –, ao Secretário de Estado do Amapá, Sr. José Miguel.

Pela primeira vez o Governo do Estado do Amapá está sinalizando com o recolhimento dos direitos autorais. Ele já negociou com a gente esse ano o evento que vai acontecer da feira.

Pela primeira vez, em muitos anos, os titulares de direito autoral do Amapá vão receber direito autoral, graças ao fim da inadimplência do Governo do Estado. Assim como aconteceu com o Sr. Nilson Chaves, lá em Belém do Pará também a mesma coisa: o governo do Estado começou a pagar os direitos autorais depois de longos anos.

Eu acredito que vai haver uma referência importante, um grande exemplo aqui dentro, mas eu quero dizer para os senhores que nós não podemos agir sozinhos. Aqui, no Amapá, nós precisamos que os titulares de direito autoral do Amapá estejam junto conosco nessa causa, que é tentar em um Estado em que a cultura é efervescente, valoriza-se profundamente a cultura e o povo daqui e há esse paradoxo de haver uma cultura efervescente ocorrendo com um mínimo respeito aos direitos autorais, porque a inadimplência é altíssima. Penso que juntos, aqui, nós podemos trabalhar e reverter essa situação por meio de uma consciência do direto autoral.

Outra coisa: temos hoje aqui uma inadimplência muito grande se **show***s*, muito grande. E em quase todos os **show***s* realizados aqui são executadas músicas de titulares locais. Cinquenta por cento são inadimplência de **show***s*.

Estes 50% pagos é de um promotor que respeita profundamente o Ecad, inclusive está presente, que é o Sr. Fábio Góes. Ele tem profunda parceria com o Ecad de respeito, só que a maioria dos **show***s* realizados é de artistas de fora. Os **show***s* realizados com artistas da região são os **show***s* que não são pagos, são outros promotores que não recolhem o direito autoral, assim como acontece, eu acredito que seja a angústia maior dos compositores daqui, que é a execução ao vivo em casas noturnas.

Senhores acreditem, não é força de expressão, mas são 100% de inadimplência em casas noturnas com música ao vivo em Macapá.

Conclamo aos senhores, juntamente com os Senadores, porque esse é o momento de trabalhar a conscientização dos usuários de música para reconhecerem a importância do direito autoral aqui no Amapá.

Estou aberto e às ordens, senhores, para as perguntas que acharem convenientes.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Nereu. *(Palmas.)*

Como tivemos uma interrupção na exposição do Sr. Nereu, eu descontei o tempo, e dei-lhe cinco minutos. Então, peço à mesa marcar os 10 minutos, e aí nós daremos uma tolerância de mais dois minutos, após o encerramento dos 10.

Quero destacar e agradecer a presença do Vice-Presidente da Ordem dos Advogados no Brasil no Amapá, Dr. Paulo Campelo.

Seja bem-vindo, Dr. Paulo.

Quero registrar também a presença de Patrícia Bastos, nossa querida artista, música e compositora, poeta também amapaense.

Agradecer a presença do Ângelo Queiroz, Presidente da Associação de Músicos, Compositores e Artistas do Amapá e à Associação pela presença e participação na mobilização e participação nesta CPI.

Agradecer também a presença da Srª Silvia Otoni, Presidente da Associação de Cantores Evangélicos do Amapá.

Após a exposição dos membros da Mesa, nós abriremos cinco exposições para ouvirmos quem está nas galerias, com o tempo de cinco minutos para cada exposição. Terá um microfone disponibilizado nas galerias, e eu designarei daqui a pouco quem... Já tem aí. Essa bela moça se chama Juliana *(Pausa.)*

Didiane *(Pausa.)*

Lidiane, acertei na terceira. Essa bela moça se chama Lidiane e vai estar aí como microfone. Então, ao final das exposições, nós abriremos espaço para cinco intervenções das galerias.

Quero, então, na sequência, ouvir o Sr. Gilmar, Diretor da Fecomércio e Presidente do Sindicato de Bares e Restaurantes do Amapá. Gil, você tem 10 minutos para a sua exposição.

O SR. GILMAR MARRA DOS SANTOS – Bom-dia.

É uma honra estar aqui pela Federação do Comércio, representando o setor de hotéis, restaurantes, bares e similares, que faz parte da diretoria da Fecomércio. Esse sindicato é o órgão que representa esse setor de hotéis, restaurantes, bares e similares e as empresas de eventos.

É um prazer poder representar o Presidente Landislau. Quero agradecer as presenças dos meus companheiros, o Presidente Lindbergh está chegando aqui, o Senador Randolfe, que convidou a Federação para participar do projeto da CPI.

Quero, aqui, falar um pouco mais desse negócio que a gente precisa aprender. Aqui, no Amapá, estamos aprendendo que, se o Ecad é o órgão arrecadador, que o setor de bares e restaurantes e de eventos é o tesoureiro, porque é a gente que vai buscar o dinheiro para depositar.

Quando ele colocou aqui que são 100%, a gente pode concordar com esse número, mas falta muita consciência de como é gasto o dinheiro do Ecad. A gente precisa aprender um pouco disso.

No nosso setor temos muita dificuldade em contabilizar isso com o custo Amapá. A gente entende que, no Amapá, precisamos ter uma tarifa diferenciada. Aqui, os **show***s*, os restaurantes têm algumas dificuldades que talvez no centro do Brasil não as tenha. O custo Amapá, que são as taxas, ISS, e até como cobrar o Ecad e como buscar, dentro da legalidade, contabilizar isso. A contabilidade, que é taxa mais custo de passagem, mais custo de mídia, custo de hotel, então, a produção musical é muito difícil.

Na questão do Ecad, a gente sofreu aqui, no passado, muita pressão, até em nível policial para a cobrança e por falta de conhecimento.

Falando da questão dos hotéis, talvez precisasse de o Ecad ter construído na história deles aqui uma relação melhor de conscientização. E se não há isso, a gente não sabe para onde o dinheiro vai. Eu acho que a grande discussão é para onde o dinheiro vai e como está sendo gasto. A gente sabe, e eu sou colega de vários artistas aqui, e eu fico triste ao saber que eles não recebem direito autoral. O nosso setor, o governo sempre impõe para o empresário uma condição de entrar em nossa casa e exigir que a gente tenha alguns procedimentos. Cobranças das taxas, a gente sempre trabalha como tesoureiro arrecadando, não ganhamos para isso, mas arrecadamos e temos de pagar. Na hora dessa contabilidade final que incidem os impostos e encargos – ISS, ICMS e todas as taxas –, aí vem o Ecad junto. Então, a gente não tem esse conhecimento. Talvez o setor seja inadimplente por isso, por falta de conhecimento. Talvez se o Ecad mostrasse melhor isso aí para o Estado, talvez não tivesse esse número aí.

Quanto à legalidade, a partir do convite para o nosso setor, a gente vai começar a aprender mais sobre essa matéria, para o sindicato trabalhar junto nessa cobrança, acho que se a gente tiver consciência para onde vai o dinheiro e como vai o dinheiro, com certeza o setor vai estar lá junto. Mas também a gente está atento aos desmandos, claro, porque se acontece de a gente não saber para onde vai o dinheiro, aí a coisa fica meio complicada.

Quero dizer aos meus companheiros do sindicato de hotéis, bares e restaurantes que estamos atentos. E dizer também que o sindicato é que nos representa a título de ações públicas, e que estará presente para defender os nossos interesses. É claro que, a partir daí, se o Ecad pudesse dar melhores esclarecimentos... A gente está aberto para aprender um pouco mais o sobre isso aí.

É só isso, Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – PA) – Obrigado, Gil, inclusive pela disciplina para com o tempo para sua exposição.

Só um esclarecimento... Todos aqui que estão colaborando com esta CPI... É que o termo técnico que todos foram chamados é o termo: depoente. Mas fiquem tranquilos que não tem nada a ver com o termo penal.

Todos aqui estão convidados.

Eu ouvi a notícia de que Nilson ficou até assustado. Ele disse: "Pô,o que eu fiz de errado." Eu disse: "Não, Nilson, você fez de bem, por isso que você está convidado para contribuir aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, tanto você como Zé Miguel." Então, só para tranquilizar todos da Mesa. São todos convidados, é só um termo técnico. Vamos utilizar o termo colaboradores no relatório final e que vai ser produzido pelo Senador Lindbergh Farias.

Queria destacar e agradecer também a presença de nosso cantor e compositor Rambolde de Campos, uma referência da música popular amapaense. Veio do nordeste, importado pelo Amapá, e daqui a gente não o

exporta de jeito nenhum, não é Osmar?

E também do meu querido santanense, Cássio Pontes... *(Palmas.)*

De Cássio, eu não posso falar mais dele, porque de Cássio e Rambolde... Há algumas músicas de nossa campanha... Cássio, eu paguei o direito autoral: está tudo ok, tudo em dia. Cássio, eu quero registrar e agradecer também sua presença.

Temos aqui o Secretário de Estado da Cultura, Sr. José Miguel de Souza Cirilo, nosso querido e conhecido Zé Miguel. Eu queria, na sequência, passar a palavra... Eu passarei depois para você, Zé... Vou passar primeiro para Miqueias, que é o Presidente da Associação de Músicos e Compositores do Amapá. Em seguida, passarei para o nosso Secretário de Estado da Cultura. Só lembrando que são 10min para a exposição e temos dois minutos de tolerância.

Miqueias, fique à vontade.

O SR. MIQUEIAS REIS DA SILVA – Bom-dia a todos e a todas;

bom-dia Senador Randolfe; Senador e Relator desta CPI, Lindbergh Farias, pelo qual eu saúdo toda Mesa. Também queria aqui saudar meus companheiros Rambolde, Osmar, Bolachinha, Cléverson Baía neste ato, representando o Conselho de Cultura. Está aí Júnior, Alan Farias, Joãozinho Gomes, Patrícia Bastos, Elói Dias, Enrico di Micelle, Fernando Canto... Enfim, se me esqueci de alguma... Ana Marteli, que eu vi também por aí, Fábio de Montalverne...

Então, Senador, minha posição aqui, até como representante da instituição Amcap – Associação dos Músicos e Compositores – é no sentido de colaborar

com esta CPI. Me perdoe também o Secretário de Cultura, José Miguel, que chegou agora, meu companheiro e amigo. Ronery Brito, que também – antes de começar minha exposição – tem obras cantadas por

Milionário e Zé Rico, Calypso, Capim Cubano e outras mais. E é nosso!

Então, Senador Randolfe... Ôpa, meu Deus do céu!...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – PA) – Não demorará... Não demorará. Daqui a pouco vai ser Rambolde.

O SR. MIQUEIAS REIS DA SILVA – Então, Senador, nossa contribuição como entidade, para que esta CPI – sinceramente, foi muito o que eu ouvi nesta semana – não se acabe em pizza. Eu ouvi muito também dos nossos associados. Esta semana eu fui muito cobrado sobre o que teria de falar.

Como instituição, a Amcap entra nesse sentido de colaborar e sinceramente cobrar que essa imensa caixa preta, que é o Ecad, realmente venha a funcionar

em nosso Estado. A gente... Eu acho que aqui há artistas, por exemplo, Adair Júnior que gravou seu CD quando tinha oito anos. Era bem novo... Então, a gente vem sofrendo essas situações há muitos anos. Eu comecei a militar na noite aos 14anos. Já tenho 22... Então, a gente tem sofrido muito com a falta da representatividade da Amcap neste Estado. Outrora, ouvindo a explanação do Secretário, ele falando que aqui há uma inadimplência muito grande... A gente é refém até de uma central que não tem nem em Macapá, mas em Belém do Pará.

Então, começa desta forma... E quero até deixar aqui, até para o Secretário levar essas considerações, que se monte, caso que se queira cobrar do artista a inadimplência, primeiro uma central aqui para que nós não fiquemos reféns da central de Belém do Pará. Então, Senador, nossa palavra é neste sentido: contribuir não só hoje, mas em todas. Estar presente para questionar para a gente dialogar e achar um consenso para, por exemplo – quando em 73 foi feita a Ecad –, que se volte aos modelos do começo. Lá, sim, a gente tinha todos os direitos de questionar e tinha todos os direitos de saber o que estava sendo arrecadado e também era, sim, repassado para o artista.

Muito obrigado. Agradeço. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – PA) – Obrigado, Sr. Miqueias.

Queria também registrar e agradecer a presença de Enrico di Micelle, artista, autor e compositor amapaense.

Na sequência... Antes, também não esquecer Alan Gomes, Luan Rosa – já citei, Ângelo Queiroz, já falei; Rambolde já foi citado. E um agradecimento especial à Bacabeiras Produções que nos ajudou na mobilização deste evento, que é dirigida por um misto de produtor, artista, músico, compositor. Esse aí cobra escanteio e corre para cabecear... Agradecer à Clícia

Vilena e Claudiomar Rosa. *(Palmas.)*

Clícia di Micelle, não é? É bom dar essa canja para o Enrico.

Eu queria que o Secretário de Cultura, José Miguel, fique à vontade, dois minutos para sua exposição.

O SR. JOSÉ MIGUEL DE SOUZA CYRILLO – Quero saudar a Mesa na pessoa de nosso Senador Randolfe Rodrigues, representando aqui a instituição pública federativa. Meu querido colega, Secretário de Cultura...

Aliás, Presidente da Fundação de Cultura... Meu querido depoente, querido Nilson Chaves aqui presente. Queria saudar nossos colegas artistas, que são muitos, passaria talvez a manhã toda citando os nomes. Mas eu quero saudar a todos por intermédio de meu parceiro e compadre, Osmar Júnior, e de nossa querida Patrícia Bastos, ali em cima, uma das mais belas vozes do País.

Senador, muito nos honra que o senhor esteja na Presidência desta Comissão. Um representante do Amapá que nos mostra seu compromisso, assumido como Senador pelo Amapá e Senador pelo Brasil, de cuidar dos problemas do País.

O Ecad é realmente... Essa nossa relação com o Ecad no Amapá tem sido uma relação distante, eu diria distante. Eu estou com 49 anos, completando agora em 29 de setembro, e recebi tão poucos recursos de tantas obras que tenho, editadas, e de tantos **show**s que tenho realizado, de tantos programas que tenho participado. Mas me sinto extremamente pequeno quando penso em artistas como o nosso querido Ronery que tem uma infinidade de obras publicadas... Quinhentas obras, não é? Osmar Júnior é um desses outros...

Joãozinho Gomes, poeta de uma infinidade de obras. E a gente recebe muito pouco – não é João? – de retorno do Ecad. Acho que tem uma injustiça com relação a essa questão da ainda não regionalização da divisão desses recursos. A forma como ela é feita... Por exemplo, aqui no Amapá, na última conversa que tive com o pessoal do Ecad, eles falaram que aqui a inadimplência é quase 100%. Mas a informação que a gente tem é que o Ecad arrecada de bares e restaurantes. Onde tem um radinho de pilha tocando música, o Ecad vai lá e arrecada. Mas, quando distribui, não discrimina se o radinho do restaurante que estava tocando no restaurante "X" estava tocando música do Ronery, estava tocando música do Osmar, do Cléverson Baía ou de outro artista qualquer. Esse recurso

que é arrecadado aqui acaba indo para um bolo que é distribuído lá fora pelos grandes nomes.

Aliás, se cometem injustiças neste País e que precisam ser corrigidas, inclusive em relação, por exemplo, ao acesso de recursos federais por leis federais. Por exemplo, a Lei Rouanet é acessada hoje por grandes nomes da música brasileira que concorrem com pequenos que precisam tanto do apoio... E assim se dá, por exemplo, na distribuição desses recursos do Ecad.

Aqui, em relação à Expofeira, eu já queria dizer aos colegas, músicos aqui presentes, que neste ano a gente está recolhendo. Foi colocado dentro do orçamento da Expofeira a taxa relativa ao Ecad. Então, é importante que todo o mundo faça o seu borderô para que os artistas e as músicas que vão ser executadas na Expofeira possam estar garantidas no retorno dessa taxa que vai ser paga. A gente paga este ano, se não me engano, em torno de R$25 mil para o Ecad, pela Expofeira em seus 10 dias. Esse cálculo foi feito próprio Ecad e já foi anexado ao nosso orçamento e, portanto, está garantido. É importante que a gente faça nossa parte também. Todo mundo apresenta seu borderô, seu repertório para que sejam enviadas essas informações e esse retorno seja garantido.

Durante esses anos todos de Expofeira, por exemplo, lembro-me que apenas em um ano eu recebi... Um ano! A minha associação de compositores conseguiu arrecadar. E nesse ano eu recebi algo em torno de R$4.700,00, porque, além de minhas apresentações na feira, vários outros artistas tocaram músicas minhas como tocam as do Osmar, as do Ronery, como toca as do Enrico e a de vários compositores. Nesse ano consegui arrecadar. De lá para cá, não mais. Faz um tempo já que isso aconteceu. Então, está na hora de a gente discutir vários aspectos. É muito importante, o Miqueias colocou, de forma bastante expressiva o uso da expressão “caixa preta”. É muito importante que se abra, realmente... Nós vivemos momentos diferenciados no Brasil.

Vivemos o momento da transparência, onde o Governo Federal presta conta do que faz com o recurso público diretamente na Internet. Os governos estaduais estão fazendo isso, o Ecad também tem de fazer... A gente tem de saber o quanto arrecada, de que maneira é distribuída, para onde vai, de onde veio, para que esse processo seja realmente democrático e seja justo. Eu manifesto aqui, mais uma vez, meu respeito e minha felicidade por esta Comissão ser presidida por um Senador pelo Amapá, oriundo do Amapá, mas Senador pelo Brasil, na verdade.

Esta é uma discussão que a meu ver demorou a ser colocada em pauta e nossa esperança, parafraseando o companheiro Miqueias e tantos outros artistas brasileiros neste momento, é que não se acabe em pizza! Que a gente tenha realmente resultados concretos, que os artistas e o povo brasileiro possam ser beneficiados no momento em que se abrem essas informações para todos, para que seja mais justa, para que vá parar na mão de quem é de direito e que não venha acontecer o que vem acontecendo, ao longo da história, em que grandes artistas continuam se enriquecendo cada vez mais em detrimento de outros, como os nossos daqui do Amapá, que ficam sendo prejudicados e não recebem seus direitos. E esses direitos acabam indo parar nas mãos de outro. É muito injusto isso e é hora de resolver. A meu ver, este é o momento certo. Vamos torcer e apoiar esta Comissão para que ela dê para o povo brasileiro resultados pertinentes e que a justiça seja feita. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – PA) – Obrigado, Zé Miguel. Quero também registrar aqui a presença dos artistas, músicos e compositores: Lula Jerônimo, Alencar, Ana Martel, a Presidente da Confraria Tucuju, Telma Duarte, e meu querido amigo Guiga Melo, que também compõe, que também interpreta. Tem um misto de vários...

Então, dando sequência, ouviremos o Sr. Ivo Canutti, Vice-Presidente da Associação de Promotores de Eventos Artísticos e Culturais do Amapá.

O SR. IVO CANUTTI – Bom-dia a toda plenária, bom-dia à Mesa, bom-dia ao Presidente Randolfe, bom-dia ao Relator Lindbergh Farias.

Agradecer a presença de nossos companheiros músicos que estão aqui. Em nome deles, citar aqui o nome de Osmar Júnior, como cantor e, como cantora minha amiga Patrícia Bastos, representando todas as outras. Também agradecer a presença de nosso professor, Vice-Presidente da OAB, também aqui conosco Paulo Campelo, o Vereador Clécio, obrigado pela força, e a imprensa em geral.

É importante que a gente possa discutir o mérito dessa situação que a CPI traz no dia de hoje, porque, no meu caso, a gente pode tramitar, digamos assim, nas duas vertentes: como contribuinte, através da associação das empresas produtoras de evento e como compositor e cantor que sou.

Eu começo falando como contribuinte. E aí vou corroborar com a palavra de Zé Miguel e com a palavra do Gilmar, também, que é o represente dos Bares, Similares e Restaurantes, que se faz necessário que a gente discuta a realidade hoje em que vive o Ecad, não só no Brasil, mas no Estado do Amapá.

E no Amapá com sua peculiaridade: aqui nem representação, como já foi colocado, nós temos. O que nós temos são agentes, esporadicamente, sazonalmente, vêm aqui, dependendo do tamanho do evento

e nos cobram aquilo que acham que têm de cobrar. Eles! Não é? *(Palmas.)*

E a gente não tem o direito de discordar, porque a lei está aí e nos força a fazer o que está na pauta. Agora, é bom que se leve em consideração – e muitas das vezes os produtores são discriminados em razão disso, porque acham que nós somos isso e aquilo... Porque, quando a gente coloca um evento como o que aconteceu, por exemplo, da Ivete Sangalo, agora, recentemente, no domingo passado, um evento que leva um montante em torno de R$1 milhão para ser realizado, e o senhor representante do Ecad nos chega aqui e diz que nós temos de pagar 10% disso porque é o que está na lei. Ninguém discorda! Tenho certeza que ninguém aqui discordaria de pagar uma taxa justa se houvesse uma retribuição por isso. No caso do Ecad, não o tem... Não é? O Sr. Nereu colocou aqui um posicionamento interessante, muito lúdico e didático, para que a gente pudesse entender como funciona o processo. Até foi legal que o senhor trouxesse seu *slide* e colocasse pra gente como funciona, como a lei exige que funcione. Mas, na realidade, doutor, a realidade é diferente para nós aqui. E não é diferente para mim, para o produtor, para o cantor do Amapá; é diferente para a realidade de todos os artistas do Brasil. Pena que o senhor seja o representante da entidade; o senhor não é dono! Aliás, diga-se de passagem, esse é o grande problema que a gente enfrenta, porque, na hora de pagar a Ecad, todos eles sabem nosso endereço, nosso nome, quem vai pagar, quanto vai pagar e como tem de pagar. Mas quando você tem de ir de frente com o Ecad, você não sabe com quem vai falar, você não sabe para quem vai se dirigir o processo. O Ecad está lá. É uma instituição que, por sinal, é uma associação sem fins lucrativos e tem uma série de coisas que a gente deve colocar em pauta e que é a razão inclusive de esta CPI estar sendo instalada para ser investigada. Dizem que é uma associação sem fins lucrativos, mas todo o mundo recebe! Outra: o que fo colocado ainda há pouco ali é de que só no ano passado foram R$430 e poucos milhões arrecadados. Só o Ecad levou, na média – se forem 17% – R$22 milhões. Tudo bem... Mas para aonde vão esses R$22 milhões? É isso que nós enquanto compositores queremos saber; enquanto representante das empresas queremos saber... Porque, afinal de contas, é um dinheiro que o contribuinte... É por isso que os senhores estão aqui na Plenária... Você, quando vai a um barzinho, normalmente tem 10% de couvert, não tem? Dizem que é para pagar o garçom, mas a grande maioria é para ajudar a pagar o Ecad. O artista nem o garçom recebem isso. Então, no **show**, nós temos três sócios. Primeiro: 5% da Prefeitura. Primeiro sócio que leva o dele. Segundo sócio: os 10% do Ecad, ou 15%, dependendo da cara do cliente, porque está na lei. O terceiro sócio: a meia.

São 50% e essa é a porrada mais segura. Desculpem-me a expressão. Então, de cara você já sai com 65% de um sócio que só entra com a cara! Essa é que é a verdade dos fatos. *(Palmas.)*

Outro ponto que a gente tem de colocar nessa questão é o de que nós, como compositores... E aqui eu também quero mandar um abraço e agradecer sua presença, que é o Reinaldo Lourenço, que é o Presidente... Aliás, Diretor da Federação de Rodeios do Estado do Amapá que também está aqui, e o meu Presidente Fábio Góes, também estão aqui; nosso Diretor Gilberto, o Adair Júnior, que é o meu tesoureiro. Obrigado pelas presenças.

Vou falar agora como beneficiário. Já falei como contribuinte, como produtor que nós todos que estamos aqui no segmento somos. Mas vou falar como beneficiário. Primeiro, sou há 18 anos associado à Sicam da Bahia.

Dezoito anos! Eu sou intérprete de escola de samba e compositor há 15 anos...

Não são 15 dias... Todos os anos o Ecad chega na porta da Liesa e, dependendo da negociação, a média é em torno de R$7 mil. A desculpa é a de que esse dinheiro vai para uma amostragem que é feita e, dependendo de quem mereça, vai receber seu quinhão.

Só que, todos os compositores... Senador, se passar do tempo o senhor me avisa, porque eu estou me empolgando. Só que depois do resultado disso, quando é feito o pagamento, os compositores dos sambas de enredos, todos são locais; os eventos organizados pela Liesa, todos são locais. E a festa é cantada pelos compositores e cantores daqui. Se o senhor me perguntar, Sr. Nereu, e ao senhor eu me dirigirei porque o senhor é representante da Ecad... Se o senhor me perguntar quantos centavos eu ganhei durante esses 15 anos que foram arrecadados, como eu já falei, em média R$7 mil – e aí houve ano em que era 15, era 10, pela Ecad em cima da Liesa, que deveria representar nossos interesses. Eu vou lhe dizer que até agora não recebi um real que dê para comprar uma talhada de melancia lá na Feira do Pacoval. São 15 anos, não são 15 dias... Parece piada, mas não é... É sério! Porque eles vêm aqui com essa estória... Eu digo que eles vêm porque são vários. Todo ano vem um representante do Ecad aqui, passa seis meses e vai embora. Dependendo do evento, ele chega aqui de manhã e vai embora à noite com o seu arrecadado. E, aí, nós que somos os reféns dessa estória, ficamos sem saber com quem reclamar. É vergonhoso eu dizer isso: a gente resiste porque a gente tem fé! Nós somos brasileiros, nós so-

mos amapaenses, que sofremos muito mais que muitos brasileiros aí, porque tudo é difícil aqui, tudo é longe, tudo é complicado... Mas a gente resiste! Então, em nome de toda nossa classe, tanto empresarial como os músicos que estão aqui e os artistas que recebem ou tentam receber esses subsídios que nos são de direito, a gente clama que as coisas sejam diferentes que esta CPI, por exemplo, venha a trazer para nós resultados positivos, diferentes do que os que ocorreram nos anos passados, porque até agora ninguém sabe o resultado daquilo. Eu até disse para o Senador que ele era realmente um paraibano cabra macho, porque para encarar esse tipo de máfia a gente tem de ter realmente aquilo roxo, como diria o Collor.

Agora, só para fechar este resumo da ópera. No ano passado, nós da Associação fomos convidados a coordenar a feira que vai acontecer agora... Já deu meu tempo? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – PA) – Tem mais dois minutos.

O SR. IVO CANUTTI – A ocorrer agora no ano passado – eu fui um dos coordenadores lá. Eu recebi um telefone do Ecad, de Belém, dizendo o seguinte: "O senhor que é o responsável pela feira aí? Pela parte de coordenação artística? Eu lhe disse: "Sim, senhor", pois então eu quero lhe avisar que o senhor tem de pagar para o Ecad R$50 mil. Eu lhe disse: "Tudo bem! Mas porque eu tenho de pagar R$50 mil? "Não, porque nós fizemos um cálculo aqui e a amostragem nos diz que a Feira tem não sei quantos mil metros quadrados e que, por esses metros quadrados, cinqüenta não sei quanto...". Eu sei que, ao final, para resumir, porque só faltam poucos minutos, a conversa morreu em R$10 mil... Isso quando muito eu mostrava a ele... Eu ainda lhe disse o seguinte:

"Não tem problema, a gente paga! Mas eu quero que o senhor venha aqui me provar que são realmente os R$50 mil que eu lhe devo através da metragem que o senhor está me dizendo. Sabe quantas vezes eles foram lá? Nenhuma!

Então, agradeço a atenção de todos. Obrigado, Presidente, pela convocação. Espero que tenhamos contribuído. Em nome de todos os nossos amigos que, neste momento, estão aflitos, realmente, com essa realidade que o Ecad nos transmite, espero que possamos ter contribuído.

Digo mais uma para fechar: quem tiver coragem, os artistas que vão se apresentar na feira não paguem não, porque vocês não vão receber.

Bom-dia. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Muito obrigado, Sr. Ivo Canutti.

Queria registrar também a presença dos Srs. Fernando Canto e Rudá Nunes, ambos autores, compositores. Fernando é poeta amapaense. Rudá, além de todos os adjetivos, é também filho de Janari Nunes, primeiro governador do Amapá. Estamos a um ano de celebrar e festejar o primeiro centenário de Janari Nunes. É importante e necessário fazer esse registro.

Para concluirmos os depoimentos aqui à Mesa e para podermos ouvir as cinco intervenções da galeria, eu tenho o prazer de ouvir o nosso poeta amazônida Nilson Chaves.

Nilson, fique à vontade, dez minutos para a sua exposição.

O SR. NILSON CHAVES – Bom-dia a todos. Quero aqui, por meio do meu companheiro querido, Senador Randolfe – hoje tive o prazer de conhecer também o Senador Lindbergh –, cumprimentar todos da Mesa. Como temos pouco tempo, não vou falar o nome de cada um, porque senão vou perder um tempinho aqui para falar do Ecad, mas quero agradecer a presença de todos os companheiros, que são meus amigos, meus irmãos, parceiros que estão juntos comigo.

Queria pedir ao Senador Randolfe, como o Miqueias não usou os 12 minutos – usou apenas sete –, para aproveitar os cinco deles para mim. Estou brincando.

Acho que tudo foi dito aqui em relação ao Ecad, em relação às dores, etc. Vou só citar dois exemplos aqui, particulares, que ocorreram durante a minha trajetória como compositor e cantor. Uma vez o Flavio Venturini me ligou e me disse que estava extremamente angustiado porque ele havia visto uma matéria do Keith Jarret, um grande pianista e músico jazzista, que dizia, na entrevista: "nos próximos dois anos, eu não vou gravar nenhum CD, nenhum disco, porque eu quero me recolher para poder produzir o próximo disco daqui a três anos". E o repórter perguntou: "mas como você vai fazer isso, se você não consegue... como você vai sobreviver sem fazer **show**, sem nada durante dois anos?" Ele: "Não, meus direitos autorais me garantem isso tranquilamente".

Isso, na Europa. E o Flavinho estava muito angustiado com aquela entrevista porque o Flávio tem uma das músicas mais tocadas neste País, que é "Espanhola", em parceria com o Guarabira. E ele sempre diz que é uma tristeza o que ele recebe no final do ano, no final dos meses. Bem, isso tudo já foi falado aqui. Vou falar também que ganho pouco. Também acho que isso já não tem mais importância, até porque essas coisas já foram bem colocadas aqui, no geral.

Eu queria só colocar três coisas que acho fundamentais, particularmente para uma reflexão, com muito carinho ao meu amigo Nereu, que está aqui conosco.

A Cris me passou umas informações básicas para que eu pudesse falar alguma coisa sobre esse assunto, e há uma coisa que me chamou a atenção – inclusive, o Nereu falou sobre isso –, que é o balanço patrimonial de 2010 do Ecad, que foi no valor de 346 milhões e 500 mil de direitos autorais, beneficiando oitenta e sete e quinhentos mil artistas. Porém, arrecadou 432 milhões e 900 mil. Bem, isso aqui dá uma diferença de quase 100 milhões. Quer dizer, eu diria que seriam 90 milhões. Não sei se esse é o procedimento correto, ou se é o raciocínio correto, mas diria que o lucro do Ecad durante um ano, foi de 90 milhões.

Conversando com os meus amigos do Ecad de Belém, o Eraldo e toda a equipe dele, uma vez comentei: poxa, por que não há uma forma melhor de trabalharmos com a arrecadação, de forma mais cuidadosa? E aí concordo com o Miqueias aqui em relação a essa coisa de o Pará comandar o Ecad do Amapá, embora eu saiba que, em determinados momentos, existia uma senhora aqui chamada, se não me engano, Nazaré, que comandava o Ecad... Como era o nome dela?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NILSON CHAVES – Nazaré Caxias. Pois é. E essa moça aprontou muito aqui, inclusive comigo, de forma muito desrespeitosa. Bem, mas isso é outro detalhe. Talvez tenha sido por isso que tenha saído daqui o Ecad, mas acho que deve voltar sim a ter um... Até porque cada um sabe do seu sentimento em relação a isso.

E me foi colocado que a verdade é que o Ecad não tem um material, digamos assim, uma equipe que pudesse, realmente, abraçar todo este Brasil imenso na questão de direitos autorais.

Aí uma pergunta que vou deixar no ar, Nereu, porque eu tenho que realmente fazer essa coisa matemática: como um Ecad, que fatura 90 milhões de lucro por ano, não pode ter uma equipe muito maior para arrecadar de forma mais detalhada esses direitos autorais no Brasil? Por que falo isso? Porque, evidentemente, acontece o famoso ponto que já sabemos, porque já foi falado por todos aqui, de arrecadações que acontecem no Estado do Pará e na Região Norte do Brasil – e não só na Região Norte do Brasil, é importante frisar isso, até porque essa angústia não é só dos artistas da Amazônia. É uma angústia do artista, do compositor brasileiro, que, de fato, faz uma música de qualidade neste País e, realmente, tem sofrido exatamente toda essa questão e se interrogado muito em relação a essa distribuição mais justa da exploração dos seus direitos autorais. Quer dizer, isso é um ponto importante.

Outro ponto importante – e aí queria chamar a atenção do Senador Randolfe e do Senador Lindbergh – é que, acoplado ao Ecad, há uma coisa que me incomoda mais ainda também, que é a questão de como arrecadar as rádios brasileiras. Em Belém, pelo que sei, apenas três rádios arrecadam, pelo mesmo motivo de falta de equipe. Ora, se temos sete, oito, 10 rádios em Belém, no Estado do Pará, sem contar, basicamente, as outras rádios que estão no interior do Estado, porque aqui deve acontecer a mesma coisa, e só três são arrecadadas, há alguma coisa que não está funcionando e que é importante para o compositor e para o respeito ao compositor. E, evidentemente, essas três que tocam em Belém são rádios particulares, que tocam música de acordo com a sua jogada com as grandes gravadoras brasileiras, se é que ainda há gravadoras brasileiras, porque elas fizeram o próprio veneno para elas mesmas e estão se afundando exatamente em relação a isso.

E a música que tocamos, que o Brasil ouve – e aí tem o nivelamento geral –, a música que Caetano toca, que Zé Miguel toca, que Osmar toca, que Milton Nascimento toca, Nilson Chaves, etc., essas não tocam mais.

Só tocam em rádios estatais e algumas rádios corajosas em fazer um trabalho de programação mais justa. Quer dizer, isso também é uma coisa que precisa ser revista, Senador, porque é muito fácil fazer licenciamento de rádio no Brasil para qualquer pessoa que não tenha a menor noção do que significa, realmente, a execução de cultura da música brasileira e fica fazendo um lobbyzinho com as grandes gravadoras para articular, só tocar as músicas que essa gravadora paga realmente para essas rádios. *(Palmas.)*

Essas coisas estão, infelizmente, juntas com a questão do Ecad. Precisamos começar a pensar a como fazer uma mudança em relação a isso, porque é uma tristeza vermos as rádios brasileiras tocando um, dois ou três segmentos de música apenas e o resto, que é, na verdade, a música que faz a memória deste País, completamente fora do circuito de execução. E isso, evidentemente, acaba causando dados muito tristes para a arrecadação dos compositores brasileiros.

Quando tive uma música que virou sucesso na Amazônia, "Sabor Açaí", em parceria com Joãozinho Gomes, essa música tocava tanto que eu dizia: "poxa, eu vou me dar bem agora". Acho que o Joãozinho também achava que íamos nos dar bem nessa história. E não aconteceu nada disso. Arrecadamos um pouquinho e fui saber por quê. Porque as três rádios que são arrecadadas em Belém são arrecadadas por dias, ou seja: rádio "a" e rádio "b" arrecadam segunda, quarta e sexta; rádio "c", terça, quinta, sábado. Então, a rádio

"a" e rádio "b", que arrecadam segunda, quarta e sexta, tocavam a música "Sabor Açaí" uma ou duas vezes na segunda, mas, na terça, quinta e sábado, em que não arrecadavam para o Ecad, tocavam-na 20 vezes, e assim as outras, no mesmo sentido, mas nos outros dias. Isso é um sistema que acontece no Brasil todo – sei disso – de forma bem profunda, porque, realmente, tenho conversado bastante sobre isso com as pessoas que convivem com essa área de execução de rádio. Quer dizer, e por que não tocava nos dias que arrecadava? Porque já tinha acordo com as grandes gravadoras, que ofereciam várias coisas para essas rádios, tipo premiação de televisão, de rádio, enfim, o famoso jabá em todos os sentidos, para que tocassem, nos dias de arrecadação, as músicas dessas gravadoras, porque as gravadoras também ganham, por meio dos direitos conexos que os músicos, de forma ingênua – acho que o Alexandre vai falar bem sobre isso –, dão de presente para as gravadoras. Isso fica para as gravadoras. Quer dizer, no momento em que você assina um cachê de gravação em um estúdio, você está deixando para a gravadora os seus direitos autorais, os seus direitos conexos da gravação daquela música.

Então, acho que são duas coisas que precisamos discutir mais próximo, sabe? Também pensar em uma política ou em alguma coisa que possa também mudar um pouco isso.

Vou deixar aqui gravada uma frase de uma companheira que assistiu a um **show** meu, em São Paulo, há três anos, que disse: "Toda vez que escuto você, em um **show**, ou escuto Xangai, ou escuto Caetano e Gil, eu me sinto proibida." E eu perguntei para ela: "Mas como proibida?" "Eu me sinto proibida de não ter o direito de ouvi-los nas grandes rádios deste País." Acho que isso demonstra claramente como é feito o desrespeito não só na questão dos direitos autorais, mas, principalmente, na questão da execução digna do artista brasileiro, que realmente mantém viva essa música brasileira. Infelizmente, não é essa música que está nas rádios particulares, a que faz a música brasileira.

Sabemos disso, com todo respeito aos companheiros que tocam e fazem sua carreira profissional, mas, na verdade, não são, de fato... Também não tenho nada contra. Acho que precisamos ser democráticos nisso. Tem que tocar tudo.

Por que não podemos tocar tudo? Mas aí as rádios preferem fazer esse caminho.

E aí nós, que já não recebemos tantos direitos autorais de execução da nossa obra, ficamos mais penalizados ainda pela questão de não estarmos sendo ouvidos nas rádios e, evidentemente, não tocamos.

Quero dar uma informação ao meu companheiro Nereu. Não vou citar nomes aqui, porque o caso não é esse, mas tenho conhecimento de que várias rádios brasileiras são compradas por grandes artistas de peso deste País.

Eles compram as rádios, a programação da rádio. Então, um artista tem 15 rádios, no interior de São Paulo, Salvador, Rio de Janeiro, e paga toda programação dessa rádio. Ou seja, ele é dono da programação da rádio. Esse é um dos artistas. São vários artistas brasileiros de ponta. Não vou citar os nomes, porque isso não me interessa, mas só para entendermos exatamente o que acontece. Por quê? Porque, na hora do ponto, que é distribuído, que são as músicas que tocam em rádios, em consultórios, música ambiente, etc., na hora do ponto, quem se prevalece, realmente, também são esses artistas que mais tocam neste País. Então, há muita coisa que precisamos ajustar. Não é só a questão do Ecad. Acho que há coisas paralelas que acontecem e que precisamos trazer para que possa se somar junto à questão do Ecad. Acho que o problema não são os companheiros que trabalham aqui ou em Belém. Eles apenas obedecem às ordens de um regulamento – sei lá como chamaríamos – do Ecad, para a arrecadação, e que, evidentemente, em alguns momentos, consegue-se uma flexibilidade no âmbito de consciência. Não dá, como você vai exigir que um artista pague aqui, em um lugar aberto, uma grana enorme quando ele nem sabe se ele vai ter esse público? Quer dizer, então, tem algumas coisas que precisam realmente ser revistas nas leis dos direitos autorais e principalmente na lei de execução de rádio e **show**s em geral.

Acho que é isso. Eu apenas quis falar de outros caminhos. Outros já tinham sido falados aqui e não vou ficar me repetindo do que já foi falado.

Acho que a gente deve, sim, de uma forma muito séria e responsável, como está sendo feito aqui, ir a fundo nessa questão desse direcionamento geral dessa arrecadação que o Ecad (Escritório Central de

Arrecadação e Distribuição) tem durante o ano e que, infelizmente, não chega muito ao bolso do artista que, de fato, está tocando nos bares das noites etc.

Então, é uma coisa que a gente realmente precisa. Por isso, sou a favor, sim, de que a gente realmente continue. Não sou a favor, não serei nunca a favor da extinção do Ecad, porque a gente não pode punir uma instituição através de seus diretores. Acho que a instituição tem que ser protegida. A gente precisa é mudar quem as dirige, porque, no fundo, o que acontece sempre é isso, a gente precisa pensar nas pessoas que comandam isso. Noventa milhões, por ano, num banco, em arrecadação vira muito mais do que noventa milhões. Então, acho que a gente tem que também pensar nisso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Obrigado, Nilson.

Eu queria também registrar aqui a presença do Sr. Josiel Serrão, cantor e compositor; do Pastor Arnaldo Alves já registrei; do Sr. Ernando Oliveira e já registrei também da presidente da Associação de Cultura Gospel; agradecer a acolhida, Deputado Dalton Martins, além de registrar a sua presença – aqui é a sua casa, casa do povo do Amapá – agradecer a acolhida que o presidente Moisés, o senhor e todos os Deputados têm dado a gente. Muitíssimo obrigado. Eu, Senador Lindbergh e todos os membros da CPI estamos agradecidos e muito bem impressionados pela organização da Assembleia Legislativa do Amapá – sabe que eu posso testemunhar isso porque tive a honra de ser seu colega aqui como membro desta casa.

Vamos passar agora, então, a ouvir os colegas que estão na galeria.

Vamos abrir para seis intervenções de três minutos, com a tolerância demais um minuto. Não pode ser o mesmo tempo senão iríamos estender demais e acabaria prejudicando o que é fundamental nesta audiência pública que são as perguntas que o relator da CPI, Senador Lindbergh deverá fazer para os membros da Mesa.

Então, vamos abrir para seis depoimentos da galeria. Quero iniciar com o presidente da Associação de Músicos, Compositores e Artistas do Amapá, o Sr. Ângelo Queiroz.

Ângelo, três minutos. Com três minutos, a campainha toca e aí tem mais um minuto de tolerância. Os demais inscritos: Pastor Arnaldo Alves, Cleverson Bahia, Haroldo Pedroso, Fernando Canto e Gilberto Alves.

Para ganharmos tempo, peço que fiquem logo próximos ao microfone, assim como agora está o Ângelo.

Ângelo, por favor.

O SR. ÂNGELO QUEIROZ – Primeiramente, bom-dia a todos, em nome do Senador Randolfe, cumprimento a Mesa, em nome da Silmara, grande cantora, e todos os artistas, Eloi, saúdo todos os artistas de todos os segmentos.

Não vou fazer nenhuma pergunta. Quero fazer minhas as palavras do Ivo Canutti – viu, companheiro? – como compositor também que sou, apesar de novo, um dos mais novos, mas que tem uma responsabilidade muito grande, um amor primeiro pelo que faço e um compromisso com as artistas, assim como outras entidades têm, é mais uma entidade de direito privado, como a gente pode dizer, mas o compromisso de cada uma delas, como artista, em representar simbolicamente e buscar meios é diferente.

Mas, Ivo, concordo com você em grande parte, só me preocupa a última questão que você falou, que é de não contribuir com o Ecad. Aí, em parte, também não concordo. Se o Ecad vem fazendo isso, essa caixa preta vem predominando há muito tempo e vem seguindo, temos que pensar no futuro, como os dois Senadores estão puxando essa discussão, e aí tem que transformar essa caixa preta em azul, em branca, em várias outras cores. Mas, para você ter direito, você também tem que fazer com que seu direito valha, só precisa de um acompanhamento a partir de agora. E é muito salutar quando o Amapá está buscando essa discussão, pelo nosso bravo Senador com visão de futuro.

Quero dizer, principalmente para vocês, que nós, artistas, produtores culturais de todos os segmentos estamos em outro momento, coisa que não vinha acontecendo há bastante tempo. Precisamos de gente que esteja se preparando, tem que se preparar, principalmente no nosso segmento – e o parabeniza, Sr. Secretário, pela brilhante ideia de trazer o Ministério da Cultura junto com o Observatório Itaú Cultural, onde vários companheiros estão fazendo esse curso, um curso de preparação que fala sobre direitos autorais,sobre legislação, enfim, de várias matérias que estão sendo abordadas. E fico muito triste por muitos representantes de entidades, às vezes por falta de tempo, não sei, ou não, não estão participando.

Quero dizer que é muito louvável a discussão. Peço que nós, artistas, independentemente de uma entidade ou não – somos todos companheiros, irmãos – temos que lutar por um futuro novo, um futuro em que realmente os músicos, os artistas amapaenses sejam valorizados tanto simbolicamente, moralmente, como financeiramente, que é importantíssimo.

Hoje em dia não podemos tocar para comprar uma boa camisa, quem é dono de banda tem que tocar realmente na expofeira, tocar em qualquer evento, para que realmente, no final da tocada tenha um bom dinheiro, que é realmente aquele artista que sobrevive da sua arte, o que é de fundamental importância, para que possa pagar para o seu guitarrista, para o seu baterista um cachê digno, não só para ele comprar uma camisa, mas sim que dê para ele sobreviver, sustentar a sua família, pagar o seu aluguel e ter o orgulho de dizer: ”Olha, eu sou artista, recebo um salário digno pelo que eu faço, porque é uma profissão”.

E o curso Gestão Cultural, do Observatório Itaú Cultural, juntamente com alguns secretários do Ministério da Cultura, a gente está vendo – quem faz o curso comigo lá está vendo – que é outra coisa. Isso já deveria ter acontecido há muito tempo, em outras gestões. Mas a gente não pode voltar para o retrovisor,

tem que ir para frente. Muito mais fé na vida, fé no que virá – viu, Senador?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Obrigado, Ângelo.

Eu queria registrar e agradecer a presença, pela acolhida, do Deputado Charles Marques, nosso companheiro, Deputado Estadual; já agradeci ao Deputado Moisés, Presidente da Assembleia, ao Deputado Dalton. Então, registrar a sua presença e agradecer pela acolhida na casa de vocês, dos representantes do povo do Amapá, para essa reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga as atividades do Ecad.

Pastor Arnaldo Alves, três minutos.

O SR. ARNALDO ALVES – Quero saudar os amigos, cantores em geral, porque não estou falando com sacerdote, estou falando aqui como cantor, compositor, poeta e escritor; saudar a Mesa, Senador Randolfe, abençoado homem de Deus – quero crer que Deus está no projeto da sua vida, querido; Senador Lindbergh, que é o relator do projeto; a minha pergunta vai em cima de que existem direitos e deveres. Como sacerdote, agora me colocando na função de sacerdote, no sacerdócio existem direitos e deveres, assim como todo cidadão tem direito e deveres.

Foi colocado aqui que era regida a questão do Ecad vindo de Belém para cá, tendo alguém que vinha. Pergunto ao responsável pelo Ecad: onde fica o escritório do Ecad permanente em Macapá, onde fica, endereço, com quem nós vamos falar, a quem vamos nos dirigir, a que pessoa vamos chegar e, olho a olho, *tetê-à-tête* cobrar quando pagamos. Porque se levantarmos aqui um ponto, temos que ver o seguinte: tenho certeza de que, como foi dito pelos meus antecessores, primeiro, para você ter o direito de cobrar você tem que ter o dever de pagar. Correto? Então, onde pagar, a quem vamos nos dirigir?

Outro fato que eu queria colocar, queridos, é que, como representante da música evangélica – não gosto muito do termo gospel porque é muito americanizado, vou falar na questão evangélica, que é nossa, é brasileira – essa música tem se despontado lá fora de uma forma maravilhosa. Porém, no Estado do Amapá, é nos guetos – vamos colocar um termo bem fechado –, nas sinagogas. Eu é que prego nas ruas mesmo, que estou cantando direto gospel – como o pessoal fala, gospel – a música evangélica no canto de Macapá, cantando direto ali a música evangélica. E o que acontece? Nós precisamos saber do Ecad o que está sendo feito pelos cantores evangélicos, pela classe evangélica, porque aqui temos pelo geral, os cantores, os compositores, mas quero me reportar exatamente aos cantores evangélicos, aos compositores evangélicos. Se os cantores de renome estadual e nacional não estão recebendo, imaginem nós, evangélicos, que muitas vezes nossas também não são tocadas.

Se lá existe o jabá, como disse o Nilson, se existe aquele tradicional jabá, que conheço, porque vim do mundo – pelos meus cabelos brancos, sou mais rodado do que charuto em boca de bebum – já rodei muito e sei onde funciona a coisa.

Conheço a coisa realmente.

Então, existe isso, as coisas são cobradas por debaixo dos panos, as queimas fraudulentas, é o que não queremos.

Parabenizo o relator da CPI, que realmente venha tirar debaixo do tapete essa podridão, para que haja a lisura, a cristalinidade do dinheiro recolhido – R$90 milhões de arrecadação para ficar nos cofres de uma entidade, tem que se prestar contas. Não podemos ficar aqui calados. Temos que saber que temos que representar as nossas entidades. Primeiro, Macapá não pode, em momento algum, ficar dependendo de Belém. Já nos desvencilhamos faz tempo, querido. Temos que ter vida própria. E onde está o escritório próprio do Estado do Amapá? É isso que eu queria verificar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Obrigado, Pastor.

Quero pedir a observância dos três minutos para nossos próximos oradores.

Cleverson Bahia, é com prazer que lhe ouço.

O SR. CLEVERSON BAHIA – Bom-dia a todos. Quero parabenizar o Presidente da Comissão, nosso Senador Randolfe Rodrigues, para orgulho dos amapaenses; parabenizar o relator, Senador Lindbergh, pela coragem de mexer nessa dita caixa preta; em nome do meu presidente Miqueias, cumprimentar toda a Mesa; em nome do mestre Alexandre Negreiros, cumprimentar a mesa técnica, dando o apoio; por hierarquia e longevidade cultural, em nome de Fernando Canto e Bi Trindade, cumprimentar todos os artistas presentes.

A gente viu há pouco o representante do Ecad mostrar uma planilha bonita, bem maquiada, bem feita, e é evidente que o sistema funciona, porque é um sistema de arrecadação muito bom, muito salutar para quem está na cabeça da pirâmide. A CPI vem exatamente para discutir e apurar uma série de denúncia em volta desse recurso, dessa arrecadação em cima do trabalho, da obra de milhares de artistas. Aí me lembrou, na hora que o Ivo estava fazendo as colocações – vou fazer uma comparação esdrúxula – a floresta de Sherwood, o xerife de Nottingham, aquele que sai cobrando os impostos, aparece de vez em quando, próximo aos eventos, cobrando os impostos para a coroa. Parece-me isso, de uma forma esdrúxula, mas parece.

É complicado quando a regra do jogo é feita por aquele que te cobra, é a raposa reparando o galinheiro. "Hoje eu guardo, amanhã eu pego".

De que precisamos?

Para o primeiro passo, essa discussão é salutar, para que consigamos abrir essa estrutura do Ecad, apurar essa denúncia. Não sei se parte de vocês viu, mas vazaram *e-mails* de certo advogado, com o presidente da entidade, negociando a distribuição de mais de sete milhões, fruto de arrecadação autoral. Isso precisa ser apurado, precisa ser colocado, para onde vão esses recursos, de que forma é feita essa distribuição.

Outro ponto, além dessa discussão que já vem das conferências nacionais, é reformular essa estrutura de arrecadação. Precisamos reformular isso. Porque, senão, vejamos.

O próprio representante do Ecad disse: "O secretário já topou, já sentou, já vai pagar a arrecadação para o Ecad". Vamos engordar o bolso do compositor Luan Santana, vamos aumentar o bolso do Zezé Di Camargo, porque esse dinheiro não volta. Aqui, a maioria dos compositores é cadastrado em entidades. Esse dinheiro não volta para a gente. E os **show**s que nós fazemos já há muitos anos – eu falo de mim que sou um pouco mais novo no ramo autoral – o repertório é feito de músicas próprias, a gente não recebe de volta. O Zé Miguel disse que recebeu uma vez, de lá para cá... Eu nem isso, meu preto, não recebi.

Então, é importante que a gente reforce, engrosse o caldo, acompanhe o desdobramento da CPI. E, nisso, os meninos do Coletivo Palafita, o Otto, o Ilan, têm nos ajudado muito, com o PCULT – a gente tem que discutir mais o PCULT. É uma tendência nacional. Essa discussão é nacional. A gente precisa rever essa estrutura. Precisamos repensá-la, ter um órgão de mediação de controle. Evidente que precisamos. Precisamos nos fortalecer porque tem uma corrente que diz: Por que agora o Legislativo quer se debruçar nesse processo, um processo que é nosso, que é de cunho privado? Precisamos nos fortalecer, fortalecer essa equipe da Comissão, o Presidente, o Relator, porque em outros casos, em nível estadual, o Ecad já ganhou. Eles são muito fortes, têm o poderia econômico e têm influência.

Então, precisamos acompanhar, fortalecer e dizer, como representante também da classe musical, Senador Randolfe, Senador Lindbergh, estamos juntos na luta. Vamos acompanhar e vamos, sim, passar a limpo esse processo de arrecadação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Obrigado, Cleverson.

Haroldo Pedrosa.

O SR. HAROLDO PEDROSA – Bom-dia a todos, salve os compositores populares aqui presentes; queria cumprimentar o Senador Randolfe pela magnífica ideia de trazer para a Assembleia essa discussão, até porque eu também sou compositor popular – tem uma canção do Sérgio Sampaio, que é um compositor maldito, já falecido, que diz exatamente isso na letra de uma canção: "Não sou Deus, não sou senhor, sou apenas um compositor popular"; queria também cumprimentar os demais membros da Mesa; vejam bem, é uma discussão fabulosa, que reúne aqui toda uma classe de compositores.

Isso me lembra uma cena do filme Lisbela e o Prisioneiro, do Guel Arraes, quando o ator principal chega, tem um vendedor de passarinhos e alguns passarinhos cantando, ele começa a perguntar o preço dos passarinhos; o vendedor começa a dar o preço e tem um passarinho lá, quietinho, sem cantar nada; ele vai perguntar o preço e o vendedor dá o preço mais alto de todos os passarinhos; ele pergunta "Por que esse passarinho, que não está cantando absolutamente nada, é o mais caro de todos?" e o vendedor diz: "É que esse aqui é o compositor popular". São importantes os intérpretes da nossa música, são grandes intérpretes, mas sem esses intérpretes, esses grandes cantores que têm se revelado no Amapá, pelo Brasil, que já absorve a música do Amapá aos poucos, eles têm como sustentar o compositor popular, é o produtor cultural, o artista que faz a canção para que eles levem os nossos sentimentos e as nossas emoções pelo Brasil afora.

Estou aqui com uma revista fabulosa, a revista Bravo!, junto com a Revista Cult, para mim são as duas maiores revistas culturais deste País, e duas matérias me impressionaram muito, porque estão uma ao lado da outra. Estão nas bancas de revista – não quero fazer propaganda da revista, mas acho muito importante que os artistas daqui leiam essa revista. É uma matéria com Chico Buarque de Holanda, o atual disco dele. Logo em seguida, tem uma matéria maravilhosa, feita por um crítico sobre o novo disco do Felipe Cordeiro. Veja bem, isso é uma raridade na imprensa brasileira, dois nomes tão antagônicos na música, numa revista desse nível aqui. A crítica sobre o disco do Felipe Cordeiro coloca-o como um dos mais talentosos compositores surgidos na atualidade.

Então, vejo que as coisas estão mudando, e essa mudança está acontecendo inclusive aqui no Amapá.

Para finalizar as minhas palavras, senti a ausência do Senador da República, João Alberto Capiberibe, nesta reunião. E por que estou sentindo a ausência dele? Porque foi um dos primeiros políticos do Amapá a levantar essa questão dos direitos autorais no

Congresso, inclusive ele foi homenageado pelos compositores do Brasil, recebendo inclusive um diploma repassado pelo líder da Banda Jota Quest. Quando eu falo no Capi, é exatamente a colocação que eu quero fazer no final em relação a tudo isso. Eu gostaria de pedir ao representante do Ecad que olhasse a Lei Capiberibe, porque se o Ecad colocar as contas, as arrecadações no Portal da Transparência, vocês, certamente, não vão precisar de uma CPI como esta que está sendo realizada aqui. É importante que o Ecad coloque com transparência, porque é uma lei federal, e uma lei federal que deve ser respeitada, porque ela já tem dois anos que foi criada e fundada.

Era essa a minha colocação, que o Ecad faça a transparência dessa arrecadação do Amapá e do Brasil inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Obrigado, Haroldo.

Chamando então, já de imediato, o próximo, Fernando Canto.

O SR. FERNANDO CANTO – Bom-dia, Srs. Membros da CPI, senhores da Mesa, colegas compositores, senhoras e senhores, a minha intervenção neste momento é para dizer para vocês que, agora há pouco, pela manhã, no trabalho, recebi, pela primeira vez, um *e-mail* do Ecad. Muito estranho, senhores, porque é a primeira vez que recebo, com depoimento do Sr. Sérgio Reis, Alcione, Roberto Menescal e tantos outros artistas consagrados, dizendo que o Ecad é tudo de bom. Eles lá recebem, muito bom para eles, sim. E nós, que temos um trabalho de anos e anos, como bem falou o colega Ivo Canutti? Nossa música está tocando. E bem que toque aqui dentro, mas é nossa e por isso mesmo temos que receber aquilo que nos tem que ser dado de direito.

Quando se trata de Ecad, tenho absoluta certeza de que não estamos trabalhando somente com o direito, mas só com obrigação, porque o processo d redistribuição é tão nebuloso que esses R$430 milhões que recebe por ano eles apenas alimentam a riqueza de uns pouquíssimos compositores chamados consagrados neste País. Precisamos regionalizar essa questão, precisamos colocar como proposta nesta CPI, Srs. Senadores, a necessidade imediata de regulação, de regulamentação, de adequação desses processos todos, para que possamos distribuir isso de uma forma mais socializada. Esses valores vão para quem? Que quadrilha é essa que leva o dinheiro de quem compõe? Que quadrilha é essa que leva o dinheiro de quem tem que ter de volta, porque criou?

Ora, senhores, a sociedade mesmo inventou uma forma de pagar tributo a Deus pela criação do mundo, que são as religiões, no meu entendimento. Quem cria, quem modifica a sociedade com suas criações, seja com uma frase qualquer, que pode modificar o processo, o rumo político de um país até, numa eleição, digamos, tem que ter sim a sua compensação, e ela tem que ser feito não apenas só com ilari-ilari, como diz o Pinduca, grande compositor popular, mas com aquilo que é necessário para sua sobrevivência.

Todos nós aqui praticamente temos uma outra ocupação que não seja apenas a de ser cantor e compositor, por isso nós merecemos a atenção deste País no sentido de fazer com que seja dado a César o que é de César.

O Brasil precisa olhar com mais rapidez e fluidez para esses processos que estão acontecendo neste momento. Precisamos entender que muitas CPIs já foram constituídas nesta República, mas nenhuma deu certo, porque continua a mesma sacanagem de sempre.

Ontem, conversando a respeito disso com o nosso palestrante, sociólogo Alexandre Negreiros, fizemos a pergunta para ele: "Será que vai dar certo essa CPI?". E ele, enfaticamente, disse que tinha muita esperança, em função da presença jovem e da presença segura do nosso Senador, Presidente desta Comissão.

Eu também deposito todas as minhas esperanças, Senador Randolfe, de que essa CPI obtenha o sucesso e de que este País volte a um estado em que possamos nos orgulhar de fazermos, de criarmos a coisa, de sermos artistas, de sermos compositores.

Muito obrigado. (*Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Obrigado, Fernando.

Gilberto Alves é o nosso último.

O SR. GILBERTO ALVES – Bom dia. Vou aproveitar, como o tempo é pouco e o assunto é muito, para cumprimentar toda essa galeria de estrelas que hoje se faz presente nesta Assembleia Legislativa.

Também não vou descer muito a comentários sobre o Ecad, porque acho que muito já foi dito – esta é a quarta reunião de que participo sobre este tema, desde que o Senador Randolfe e outros Senadores propuseram a CPI.

Estivemos recentemente em Brasília pela Abrape, Associação Brasileira de Produtores de Eventos, e fizemos a entrega formal, dando uma contribuição para esta CPI do que a gente acha, do que a gente pensa, de como está aí. Veja bem: das quatro reuniões de que participo, acredito que os Senadores vão ficar cansados até de ouvir isso ser repetido por todos que, de alguma forma, fazem ou contribuem para o Ecad.

Eu gostaria apenas de fazer uma colocação, que foi tentativa no início e que não cola. Não adianta mais virem com esse discurso aqui para o Estado do Amapá, porque não aceitamos, de dizer que o Amapá

é 50% inadimplente com o Ecad e, por isso, os artistas, os compositores e os intérpretes não recebem o dinheiro. Nós não aceitamos mais esta colocação de dizer que, devido à nossa inadimplência, vocês não recebem. Aliás, correção: 100% são inadimplentes no Amapá? Não, 100% são inadimplentes sem receber a arrecadação do Ecad – não é isso? Mas dizer que nós não recolhemos o Ecad é um fato mentiroso. A gente recolhe o Ecad.

Fábio está aí para dizer isso. Inclusive ao sentar ao lado do Osmar Júnior, ele me deu um testemunho que acho que vale a pena eu transmitir. Vou pedir permissão. Já recebeu, sim, direitos autorais, da Alemanha, um cheque em marcos. Foi o único direito autoral até hoje que o Osmar Júnior recebeu, de obras dele executadas na Alemanha.

Já descontou o cheque, Osmar? (*Pausa.*)

Guardou de lembrança, porque é memorável. Lá em outro país, um compositor nosso teve a satisfação de receber isso.

Então, gostaria de encerrar, como o tempo é pouco, e dizer algumas coisas que tenho dito, Senador Lindbergh e Senador Randolfe. Vou até pedir permissão ao Lindbergh para me dirigir ao Randolfe.

Randolfe, eu tenho dito, nos quatro cantos em que estive sobre a CPI do Ecad, que nunca o meu voto para Senador me deu tanto orgulho em tão pouco tempo! Você conseguiu aqui juntar toda a categoria de artistas, comungando de uma mesma ideia e tentando contribuir para a forma de o Ecad funcionar. *(Palmas.)*

Nós não somos contra o Ecad. Eu acho, como bem disse o Nilson Chaves, que nós somos contra o modelo e a forma como está sendo e como está procedendo o Ecad. Têm direito, sim, aos seus direitos autorais todos os compositores, intérpretes, enfim... Nós queremos pagar, mas nós também queremos que esta CPI crie um órgão de fiscalização dessa verba. Que história é essa? Eu não devo satisfação a ninguém. Aí, vem a Presidente do Ecad, a superintendente, distribuir na nossa galeria um documento dizendo o que alguns partidos viram no Ecad, colocando em xeque a CPI do Senado da República, dizendo aqui também "ocupar deputados estaduais e senadores para discutir com uma empresa privada que deve administrar", ou seja, dizendo que os senhores estão perdendo tempo em fazer essa CPI. Isso é uma afronta. Isso é uma afronta à autoridade constituída pela nossa Constituição.

Senadores, a pressão vai ser grande. Os senhores já estão sentindo.

Eu estive em Brasília, e a gente viu. Assim como estamos aqui, existem também os grandes artistas pressionando, para que nada mude, como não mudou na última que teve.Agora, plagiando Fernando Canto, acreditamos na juventude de vocês dois. Acreditamos que o Senador Lindbergh vai fazer um relatório justo, para que atenda os anseios da sociedade.

Muito obrigado. (*Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Obrigado, Gilberto.

Bom, antes de passar para as perguntas do Senador Lindbergh, só um rápido esclarecimento. Gilberto fez referência a um artigo produzido pelo superintendente do Ecad em ataque a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Quero somente comunicar que nós assinamos um artigo na *Folha de S.Paulo,* junto com o presidente da CPI do Rio de Janeiro, que também está sendo distribuído aqui. É direito do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição apresentar suas versões e é direito da CPI apresentar a nossa. (*Palmas.)*

Bom, vamos, Senador Lindbergh, por gentileza, para as suas perguntas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – O Senador Randolfe, como presidente, tomou uma decisão aqui, de que tínhamos mais que escutar do que qualquer coisa.

Poderíamos ter outra sistemática, que era nos centrar em questionamentos, mas acho que o Randolfe fez o correto. Foi muito importante, e aqui estávamos muito em cima da discussão da fiscalização. Na minha avaliação, a questão da regionalização tem que ser discutida também com mais afinco neste debate.

Por isso, queria fazer umas perguntas rápidas – são poucas –, porque o nosso tempo está estourado.

Quanto o Ecad, Dr. Nereu, arrecada no Amapá? Quanto arrecada na Regional Amapá/Pará?

O SR. NEREU JOSÉ TEIXEIRA SILVEIRA – Obrigado,Senador.

O Núcleo Pará responde pelo Estado do Pará e pelo Estado do Amapá. O valor arrecadado acumulado de janeiro a julho foi de R$1.926.415,00, isso representando um crescimento de 32,7% em relação ao ano anterior.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Janeiro a julho.

O SR. NEREU JOSÉ TEIXEIRA SILVEIRA – Janeiro a julho.

Estou falando do Núcleo Pará/Amapá.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – O senhor pode dizer quanto foi distribuído para autores e compositores?

O SR. NEREU JOSÉ TEIXEIRA SILVEIRA – A distribuição é possível ser mostrada, mas com as planilhas da área de distribuição.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu queria saber o seguinte, na discussão regional: foi

arrecadado aqui no Amapá/Pará, R$1,5 milhão nesse período.

O SR. NEREU JOSÉ TEIXEIRA SILVEIRA – Sim.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Quanto foi distribuído para os artistas do Pará e do Amapá?

O SR. NEREU JOSÉ TEIXEIRA SILVEIRA – Pode ser apresentado perfeitamente pela área de distribuição a partir das planilhas. É preciso informar que esse valor arrecadado está dentro do ano de 2011. As distribuições são feitas de modo mensal, trimestral, semestral. Muito desse valor não foi distribuído...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – E do ano de 2010 tem alguma coisa?

O SR. NEREU JOSÉ TEIXEIRA SILVEIRA – Não, aqui comigo trouxe 2011. Não, eu tenho o acumulado, sim, de 2010. Desculpa. Eu tenho R$1.451.392,00, de janeiro a julho.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Arrecadado.

Estou querendo – essa pergunta é muito importante para a gente – saber o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Fundamental.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Quanto da distribuição fica aqui?

O SR. NEREU JOSÉ TEIXEIRA SILVEIRA – Ficam 75,5%, se as...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não, aqui. Eu falo na região. Estou falando entre os artistas e músicos da região.

O SR. NEREU JOSÉ TEIXEIRA SILVEIRA – Perfeito.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – O senhor tem esse número?

O SR. NEREU JOSÉ TEIXEIRA SILVEIRA – Vamos lembrar o que eu disse no início. Eu trabalho na área de arrecadação do Ecad, e foi para isto que eu fui convidado – para tratar do assunto.

Agora, eu vou me atrever a falar um pouco da distribuição, sem ser a minha área, porque acho que vai chegar o momento de os senhores ouvirem a área de distribuição.

O que é distribuído é o que é captado a partir dessa arrecadação.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu sei. Só para o senhor entender. Não é nenhuma acusação. É o seguinte: para a gente discutir depois, no debate em que vamos ter de entrar, que é regionalização. Como fazer? O que fazer?

A gente precisa saber: se entrou R$1,5 milhão em seis meses, desse valor, o que saiu? Ficou quanto? R$300 mil? R$ 200 mil entre os artistas daqui?

Essa é uma coisa que nós temos de saber. Achar um número. Se o senhor não tem agora, nós queríamos solicitar à sua regional que passasse isso para a CPI.

O SR. NEREU JOSÉ TEIXEIRA SILVEIRA – Sim, perfeitamente, Senador. Eu acho que vai chegar o momento em que os senhores vão ouvir a área de distribuição. Eu imagino. E ela vai ter toda a planilha...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Um esclarecimento, Sr. Nereu. O senhor é o gerente de Pará e Amapá?

O SR. NEREU JOSÉ TEIXEIRA SILVEIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – E o senhor só cuida de arrecadar?

O SR. NEREU JOSÉ TEIXEIRA SILVEIRA – Sim, a minha área é de arrecadação. O Ecad é dividido...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Quem distribui?

O SR. NEREU JOSÉ TEIXEIRA SILVEIRA – A área de distribuição.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Não, ok...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não tem uma regional de distribuição?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Não tem uma regional de distribuição, só de arrecadação?

O SR. NEREU JOSÉ TEIXEIRA SILVEIRA – Não, a mecânica é a seguinte: o Ecad tem a superintendência e as sete áreas executivas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Perfeito. Essa estrutura nós conhecemos.

O SR. NEREU JOSÉ TEIXEIRA SILVEIRA – E a área executiva de arrecadação é uma. Ela está espalhada pelo Brasil inteiro para cuidar dessa arrecadação. A Área de distribuição está sediada na sede, onde tem os servidores que cuidam disso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Perfeito. Só para nós entendermos. A arrecadação é distribuída regionalmente e a distribuição é concentrada?

O SR. NEREU JOSÉ TEIXEIRA SILVEIRA – A gestão da distribuição é concentrada na sede, através dos servidores e da gestão de informação.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Entendi. Deixame fazer outra pergunta. Pelo que entendi, aqui no Amapá não tem estrutura, a estrutura está no Pará. Não tem uma estrutura fixa. Como é que é? Quantos funcionários vocês têm? Como vocês funcionam?

O SR. NEREU JOSÉ TEIXEIRA SILVEIRA – O.k. É até importante porque a gente vai acabar respondendo um pouco do que foi abordado aqui com relação á estrutura. Acho que até o Nilson tocou nesse assunto

também. A gente vem tentando manter uma agência credenciada aqui no Amapá. Fizemos três tentativas, para falar a verdade, e que não deram resultado, Nilson. A gente teve dificuldade, você abordou esse assunto, tanto no que diz respeito a operações, que não foram boas, quanto à produtividade dessas agências, que não foram adequadas. Houve esse caso, mais ou menos há quatro anos, daquela pessoa que o senhor citou, da Nazaré. Foram casos em que o Ecad fez o que tem que fazer qualquer empresa: identificou o problema e ficou livre dele e tentou evitar, consertando a situação, partindo para outra situação, com uma nova agência credenciada. No final dessas três tentativas... eu acho que os senhores entendem quando eu digo agência credenciada, que já deve ter sido abordado isso. O Ecad tem estruturas de unidades em cada Estado e tem uma estrutura de agências credenciadas, que são pessoas jurídicas contratadas pelo Ecad, através de um contrato de prestação de serviço, para fazer o trabalho de arrecadação pelo interior e por alguns Estados. Não fomos felizes nessas três tentativas de agências. Elas não surtiram o efeito que precisava, não fizeram o trabalho adequado. Então, agora, três quatro meses atrás, quando a gente fez o distrato do contrato de prestação de serviço dessa última agência, mudamos a estratégia. E aí, respondendo a alguns questionamentos que foram colocados pela plateia, nós mudamos para manter aqui dentro, agora, em vez de uma agência credenciada, um técnico de arrecadação, funcionário do Ecad, porque dessa forma a gente pode ter um controle ainda melhor. E aí até a gente conseguir esse técnico de arrecadação, que vai ser fixado, morando em Macapá, nós estamos mandado para cá, mensalmente, para ficar dez dias por mês – também já abordamos isso aqui com alguns usuários –, um termo de redação do núcleo. Ele está ficando aqui até a gente conseguir fazer a contratação de um técnico que possa trabalhar aqui diretamente. Mas eu volto a dizer: a distribuição é, sim, centralizada. A arrecadação tem que ter a capilaridade para estar presente em todos os lugares, é claro. A distribuição é centralizada através de uma gestão de informação tecnológica.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – O senhor fica no Pará?

O SR. NEREU JOSÉ TEIXEIRA SILVEIRA – Eu fico na unidade do Distrito Federal, em Brasília. A unidade do Distrito Federal também responde pelo núcleo Pará e Amapá.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Então também não tem escritório no Pará?

O SR. NEREU JOSÉ TEIXEIRA SILVEIRA – Tem. No Pará tem.

O SR. JOSÉ MIGUEL DE SOUZA CYRILLO – Srs. Senadores, me permitiriam uma pergunta?

Como falei, já garantimos o pagamento da feira, agora. Eu queria saber do Sr. representante do Ecad se eu vou ter um representante do Ecad durante a feira, porque e estou orientando os compositores a apresentarem as suas planilhas de apresentação. Eu vou encaminhar formalmente para o Ecad e para todas as associações de compositores. Quero saber se, durante os dez dias da feira, vamos ter acompanhamento desse profissional do Ecad, para que a gente possa garantir o retorno desses recursos para os compositores do Amapá.

(Palmas.)

O SR. NEREU JOSÉ TEIXEIRA SILVEIRA – Vai, sim, secretário. Nós temos a prática, já faz três anos que o Ecad instituiu o trabalho do técnico de distribuição, além do técnico de arrecadação. O técnico de distribuição faz gravações de espetáculos musicais, de **show**s, e ele vai estar aqui fazendo a gravação, sim, para garantir a qualidade do roteiro, do repertório apresentado. Vai haver normalmente, como também vai haver a presença do técnico de arrecadação para acompanhar público.

O SR. JOSÉ MIGUEL DE SOUZA CYRILLO – Estou pedindo a minha equipe para a gente ter o total controle. Eu vou saber tanto o repertório dos **show**s nacionais quanto dos **show**s regionais e vou encaminhar para o Ecad e para as associações. Será que, no final, essa conta de distribuição dos recursos vai bater, desses 25 mil que vamos pagar?

O SR. NEREU JOSÉ TEIXEIRA SILVEIRA – A distribuição direta é a mais simples que tem dentro do direito autoral, porque ela é feita diretamente através do valor arrecadado. É a divisão básica: valor arrecadado dividido pelo número de obras executadas, através do roteiro musical apresentado. Se as músicas executadas aqui forem de titulares daqui e esses titulares estiverem seguindo todo o procedimento – compositores associados, banco de dados atualizado com suas obras, informações e endereços atualizados –, se tudo isso estiver acontecendo, se o repertório apresentado estiver correto, se foi executado exatamente de acordo com o que foi gravado, se está tudo correndo bem, vai ser distribuído normalmente. Houve o pagamento? Claro que não é distribuído no dia seguinte, não é secretário? Vai ter um período de aferição porque, como eu disse, a distribuição é feita de acordo com a sua rubrica: mensal, trimestral, semestral. Tanto é que esses valores sobre os quais o senhor perguntou, Senador, valores arrecadados de janeiro a julho, possivelmente nem todos foram distribuídos ainda, porque depende da sua

rubrica. Eles vão ser distribuídos ao longo do ano, de acordo com a rubrica de cada apresentação musical.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Entendi. Zé Miguel, deixe-me fazer...

O SR. NEREU JOSÉ TEIXEIRA SILVEIRA – Meu Secretário.

(Pausa.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Você falou que recebeu do Ecad. Você recebe sempre, todo ano? Como é que é?

O SR. JOSÉ MIGUEL DE SOUZA CYRILLO – Não, já tem aí uns quatro anos que não recebo nada. Eu recebi uma vez.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Só uma vez ?

O SR. JOSÉ MIGUEL DE SOUZA CYRILLO – Uma vez um valor, que eu coloquei ainda há pouco, de R$ 4.700,00. Eu fiquei tão feliz porque eu achei que, a partir daquele momento, eu ia passar a receber regularmente. *(Pausa.)*

Depois, nunca mais.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Nilson, e você?

O SR. NILSON CHAVES – No geral, eu recebo alguma coisa razoável, mas acho que tem duas coisas que precisam ser faladas aqui que não foram faladas pelo meu amigo Nereu e que acho que é bom esclarecer. Existe uma coisa dentro do Ecad chamada crédito retido. Isso é um ponto delicado dentro do Ecad. Por exemplo, a minha música se chama "Sabor Açaí", mas, se chegar lá como "Sabor de Açaí", eles não pagam, mesmo sabendo que os autores são Nilson Chaves e o Joãozinho Gomes. Eles não pagam e jogam numa conta de crédito retido. Depois você me corrija, Nereu, se eu estiver errado nessa observação. Então, esses valores são enormes. A minha sociedade, a Amar, vai todo mês vasculhar os créditos retidos dos seus compositores para tentar recuperar esse dinheiro que está lá. Então, provavelmente, tem muito dinheiro do Osmar Júnior lá, tem muito dinheiro de todos vocês lá, tem muito dinheiro de crédito retido, preso, sim. Não tenham dúvida. E você pode abrir isso, não sei se através da Internet.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NILSON CHAVES – Com cinco anos.

(Intervenção fora do microfone.)

(Risos.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – São três anos, não são cinco.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Então piorou, Osmar. Só estender a pergunta do Lindbergh. Osmar, tem recebido alguma coisa do Ecad?

(Intervenção fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Sei disso. João Gomes, tem recebido?

O SR. JOSÉ MIGUEL DE SOUZA CYRILLO – Ele tem recebido afetos, abraços e parabéns, como a maioria dos compositores brasileiros. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Patrícia, a mesma coisa? *(Pausa.)*

Não? Nunca? *(Pausa.)*

Nunca viu? *(Pausa.)*

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – O Ivo, que é radialista, tem uma pergunta aqui. Você também é radialista?

O SR. NEREU JOSÉ TEIXEIRA SILVEIRA – Eu preciso responder primeiro à pergunta do Nilson Chaves? Ele me fez uma pergunta. Eu respondo primeiro a ele ou espero o Ivo?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Pode responder.

O SR. NILSON CHAVES – Na verdade, eu não fiz uma pergunta, eu só dei um dado e disse que, se eu estivesse errado, você me corrigiria. Apenas isso que eu perguntei.

O SR. NEREU JOSÉ TEIXEIRA SILVEIRA – Na verdade, eu não posso entrar muito na questão dos créditos retidos ou protegidos. Como eu disse, minha área é de arrecadação. A área de créditos retidos fica na distribuição. Mas eu acho sempre importante a gente, pelo menos superficialmente, dizer o que a tente sabe. Eu acho que, na verdade, o crédito retido é até uma forma de proteger, enquanto essa música é executada. Secretário, Zé Miguel, eu estava dizendo que a gente faz a gravação – ele está aí ainda? – justamente por isso. Muitas vezes, o próprio promotor desse evento não passa o repertório. Quer dizer, mais uma vez, cai no colo do Ecad uma responsabilidade que deveria ser do promotor de eventos. É ele que tem a responsabilidade e a obrigação, inclusive, em artigo da lei, de passar o repertório de forma clara. Então, muitas vezes, o repertório chega para o Ecad de uma forma equivocada. Essa prática de começar a gravar os eventos foi justamente para tentar manter a qualidade desse repertório e tentar evitar esses créditos retidos. A gente tem encontrado muita dificuldade na hora de identificar uma obra porque o repertório passado para o Ecad é equivocado. Não sei com que interesse, mas está errado, e essa responsabilidade não é do Ecad, é do promotor.

O SR. NILSON CHAVES – Desculpe-me por interferir, mas queria fazer uma observação sobre isso.

Gravar as músicas, desculpe-me, não é uma solução, porque o próprio cara que está gravando a música não sabe quem são os autores daquelas músicas e, às vezes, não sabe nem qual é a música, o rapaz do Ecad, com todo respeito e carinho por ele. Aliás, ele não tem nem a obrigação de saber disso, em tese. Mas, na verdade, ele não sabe. Então, do que adianta ele gravar um **show**, colocar um gravador, ficar ouvindo as músicas, levar para a arrecadação, de uma forma até correta, mas ele não sabe... Espera aí, essa música fala do... Não sabe as músicas, não sabe de quem é.

O SR. NEREU JOSÉ TEIXEIRA SILVEIRA – As músicas são confrontadas com o banco de dados. Não é um conhecimento empírico.

O SR. NILSON CHAVES – Sim, mas a planilha da ordem das músicas é uma coisa, concordo com você. Ela que tem de ser a prioridade.

Quanto à gravação, como você vai saber que a primeira música que está na planilha é a primeira música que ele cantou no gravador? Ele não sabe dizer isso.

O SR. NEREU JOSÉ TEIXEIRA SILVEIRA – A gravação vai ser o espelho...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sobre isso queria fazer uma pergunta para o Ivo. Todo mundo sabe que há sistemas eletrônicos de verificação de repertórios, que são usados em todo o mundo. O que você acha desse sistema de escuta que é usado pelo Ecad? O sistema eletrônico existe no Sudeste, em poucas cidades.

O SR. IVO CANUTTI – Vou corroborar com que o nosso colega Nilson Chaves colocou ainda há pouco. O sistema eletrônico de aferição funciona por amostragem. Então, não relaciona a totalidade do que é executado.

Se o sujeito tem dez rádios, ela pega por amostragem três. Coloca lá o sistema de audição...

O SR. NILSON CHAVES – Alternadas, inclusive.

O SR. IVO CANUTTI – Exatamente, mas, às vezes, a música está rolando muito mais nas outras sete que ficaram de fora da amostragem do que nas três. Então, é um processo que, volto a dizer, tem de ser reformulado, tem de ser repensado, para que possamos ter, realmente a partir deste momento, do momento em que se começa o processo, que é o momento da aferição, para que você possa saber quanto vai pagar... Esse é o momento mais importante de toda a história, é o momento de conferir, de fiscalizar o que está tocando para saber quem vai receber. Você entendeu?

Só para fechar, o Ângelo não está mais aí, o que falei anteriormente de que os artistas não deveriam pagar o Ecad. Não estou falando isso por querer esculhambar. Estou dizendo que nós, como autores e donos de nossas obras, temos a decisão de permitir ou não que o Ecad fale em nosso nome. Estou dizendo isso, porque a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, diz o seguinte em seu art. 90: "Tem o artista intérprete ou executante o direito exclusivo de, a título oneroso ou gratuito, autorizar ou proibir (...)". Quando eu digo que você que é artista não aceita essa situação do Ecad, é um direito que você tem. Não estou querendo criar uma micareta de impedimentos para que o Ecad possa exercer a sua função. Não é. A própria lei que autoriza o Ecad a cobrar diz também que você pode ter o livre arbítrio de deixar ou não que ele cobre no seu nome.

Obrigado, Senador.

O SR. NILSON CHAVES – Eu gostaria só de... Desculpe-me, Senador, mas isso acontece quando você não tem nenhuma editora ou uma sociedade. Isso você pode fazer. Mas, a partir do momento em que a sua música está associada, por exemplo, à Sicam, quem decide isso é a sua sociedade e não é mais você. E você está preso a isso.

O SR. IVO CANUTTI – E dou um exemplo aqui do próprio Belchior. Ele entrou com uma representação e ninguém cobra Ecad em nome dele. Ele abdicou desse direito.

O SR. NEREU JOSÉ TEIXEIRA SILVEIRA – Só uma retificação, Nilson, o autor, o compositor pode, sim, cobrar por conta dele. É um direito dele sim.

O SR. NILSON CHAVES – Sim, claro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Deixem-me falar uma coisa. Estamos encerrando e vou passar a palavra para o Randolfe depois. Acho que foi muito importante a nossa vinda aqui, e, depois, vou falar da discussão nacional rapidamente. Por quê? Porque entrou na pauta a discussão da regionalização. Na questão dos direitos autorais, a gente tem que colocar a questão da regionalização, sim. *(Palmas.)*

Porque fica parecendo Robin Hood às avessas. Parece que os caras vêm aqui pegar dinheiro, levam-no para Brasília, distribuem-no para o Rio, para São Paulo, sem nenhuma preocupação com os Estados e os artistas locais.

A proposta que faço a vocês é a seguinte: tentar junto ao Ecad, com a Secretaria de Cultura, com esses artistas que estão aqui, pensar em estruturar um sistema de arrecadação para esses artistas, que passem pela execução, pela cobrança... Tentar criar alguma coisa aqui. Acho que vocês teriam... E nós vamos cobrar isso. Não é tarefa da CPI como um todo. Mas é inconcebível que não tenha uma estrutura aqui construída a partir desse debate com a Secretaria de Cultura e com os artistas, pensando nos artistas locais. Não dá para pensar em uma arrecadação só no que vocês pensam que é o melhor para arrecadar para entrar fundos no Ecad. Essa é uma falha óbvia que estamos vendo aqui e que vamos ver em outros

lugares, que é a ausência completa...O que os artistas falam aqui é que não tem uma estrutura deles para arrecadar. Vocês, nesse sentido, não os representam.

Então, faço essa proposta concreta aqui. Acho que vamos levar para nossa CPI algum... Tem que entrar algum critério de distribuição regional. Não é justo isso. Não falo porque estou aqui, na frente de vocês. Não é justo isto, ter um sistema nacional que serve para concentrar e não para desconcentrar, que vai só para os grandes artistas, que vai só para uma região. Então, temos de achar na nossa CPI, na discussão de lei de direito autoral, tem de entrar com força a discussão da regionalização.

Quanto ao nosso trabalho lá... E é o seguinte, pessoal, qualquer estrutura burocrática sem fiscalização, aquilo vai crescendo, vai, vai... Imagine você ter... Na minha avaliação, temos monopólio privado sem fiscalização alguma. Aquilo foi inchando, foi inchando. Porque não são apenas 17% mais os 6% das associações. Não é só isso. Sabemos que os diretores recebem programa de participação nos resultados. Até hoje não sei quanto ganha um diretor do Ecad. Vamos descobrir na CPI. Perguntamos e não quiseram dizer-nos qual era o salário. Tem programa de participação nos resultados, tem honorários advocatícios. No caso da Bandeirantes, ganharam um processo da Bandeirantes e receberam R$7 milhões. Desses R$7 milhões, os advogados tiveram que dar R$3,5 milhões para o Ecad. Isso, a nosso ver, é um problema, Ivo, porque, em vez de você fazer acordo com algumas empresas para arrecadar e passar dinheiro para os artistas, você está sempre tendo uma tendência à judicialização.

Eles preferem levar o processo na Justiça até as últimas conseqüências, e o artista, ali na ponta, não ganha.

Temos muitos problemas, que podem ser resolvidos criando uma estrutura de fiscalização. Vamos propor, ao final, a criação de um órgão, que talvez tenha o nome de Instituto Brasileiro de Direitos Autorais, para fiscalizar, exigir transparência e critérios objetivos. O Zé Miguel tem de saber que ele vai ganhar por isso. Ele ganhou por aquilo. Temos de construir um sistema muito objetivo. E temos de democratizar a constituição de associações.

Hoje, a Secretaria do Direito Econômico, do Ministério da Justiça, fala em cartelização. Você tem uma dificuldade muito grande de criar associações, e essas associações se vincularem ao Ecad. Eu falava que essa tese...Sabe quando acabou esse órgão de fiscalização? Em 1990. Foi no começo do governo Collor. E não era só pelo Collor aqui no Brasil; foi uma onda no mundo inteiro que dizia: o mercado se auto-regula; não temos de ter controles. E vemos o que isso gerou.

Acho que estamos num momento bom. Concluo dizendo que não vamos acabar em pizza porque estamos no momento da discussão da legislação de direito autoral, no momento em que o Ecad vai ser julgado no CAD sobre essa denúncia de formação de cartel da Secretaria de Direito Econômico. Então, é o momento da consertação, de se criar um novo sistema.

Eu encerro. Vou passar para o Presidente Randolfe, mas volto a dizer aos senhores que, aqui, para mim, como relator dessa discussão, eu estava em cima só da fiscalização, mas saio daqui com outra preocupação, a regionalização: o que é produzido em cada região, em cada Estado, e como deixarmos isso na região. Temos de criar algum critério em relação a isso.

Por fim, a provocação que faço. Não sei se quer falar agora, antes do Randolfe ou depois.

O SR. JOSÉ MIGUEL DE SOUZA CYRILLO – Se o Senador me permitir, eu gostaria.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Para fazermos esse esforço de construir. Não adianta nada montar uma agência aqui que seja só para arrecadar, arrecadar, arrecadar e mandar o dinheiro embora. É melhor não ter. Se for para fazer isso, é melhor não ter. Por isso que eu falei em construir juntamente com a Secretaria de Cultura e com os artistas, de forma a fortalecer os artistas da cidade, do Estado, da região.

O SR. JOSÉ MIGUEL DE SOUZA CYRILLO – Permita-me dizer que é uma brilhante ideia. Coloco totalmente à disposição a Secretaria. E proponho, ainda, que esse órgão, na verdade, seja composto pelo Ecad, pela Secretaria de Cultura do Estado, pela Secretaria de Cultura do Município e pelas organizações aqui presentes, como a Amcap, pois criaremos uma estrutura forte que irá produzir resultados com certeza.

O SR. NEREU JOSÉ TEIXEIRA SILVEIRA – Senador Randolfe, se V. Exª me permitir. Está sendo uma discussão interessantíssima, tudo que foi colocado aqui agora, inclusive com respeito ao que foi dito por todo mundo, são perguntas e colocações importantíssimas. Nosso papel aqui, hoje, é contribuir também com isso.

É claro que não vai dar para respondermos, pois foram muitas abordagens. Eu anotei tudo aqui. Se V. Exª me desse tempo, adoraria responder, mas não sei se vai me permitir. Vou colocar alguns pontos que foram bem colocados.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Por causa do tempo? Fica só na história da agência.

O SR. NEREU JOSÉ TEIXEIRA SILVEIRA – Isso. A questão de juntos... Abri a minha fala dizendo isso. Se não estivermos juntos nessa, o Ecad vai dar murro em ponta de faca mesmo. É preciso que esteja todo mundo junto. Os promotores e os usuários de música entendendo a necessidade de usar a música para

agregar valor ao negócio dele, também reconhecendo que o direito autoral precisa ser recolhido, e os músicos e compositores reconhecendo que precisam ajudar o Ecad a conscientizar essa situação. Isso é fundamental.

Com relação à Fecomércio, por exemplo, temos aqui 50% de lojas comerciais – estou aqui com os números – adimplentes no Macapá. Está aí o momento de a

Fecomércio se unir ao Ecad, de fazermos palestras, *workshops*. Podemos discutir isso juntos. O secretário está aí, recebeu-nos super bem na Secretaria quando estivemos lá, conversamos tanto. Concordo totalmente com isso.

Com relação à estrutura, o Ecad já tem uma estrutura muito bem formada no núcleo Pará. Não conseguimos colocar um escritório aqui dentro com agência credenciada, pois a experiência não valeu, não foi boa. Tentamos por três vezes. E agora mudamos a estratégica e estamos colocando um técnico de arrecadação aqui dentro, que vai funcionar muito bem, acredito que até melhor do que se fosse com agência credenciada.

Agora, percebemos que, no final das contas, aqui, o que foi fechado é que o dinheiro está indo embora, não é regionalizado. Ora, a amostragem hoje é regionalizada. Tudo que é recolhido de usuários permanentes e de rádio no Norte é distribuído para amostragem do Norte. Isso é um fato, isso está no regulamento de distribuição do Ecad, tudo é regionalizado.

O que está acontecendo, volto a dizer, é que ouvi uma coisa aqui que sinto muito por não concordar, estão jogando de novo no colo do Ecad uma responsabilidade que não é dele, é a inadimplência. Inadimplência é responsabilidade do inadimplente, não é do Ecad. A inadimplência está lá, está disponível no sistema de arrecadação do Ecad de distribuição. Imagino que os senhores vão ter acesso. Está lá, não é um truque do Ecad: "Ah, estão criando inadimplência!" Não, existe.

Judicialização também, Senador, o senhor me desculpe, mas o Ecad desenvolveu uma central de telecobrança que, este ano, vai resgatar R$30 milhões de inadimplência de acordos amigáveis. Quer dizer, tem hoje uma estrutura...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Mas em relação a acordos, os senhores não têm feito. Tivemos várias audiências públicas...

O SR. NEREU JOSÉ TEIXEIRA SILVEIRA – Acho que deve ter sido citada a central de telecobranças, em algum momento.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não é questão de central de telecobranças, é questão de construção de acordos com as empresas...

O SR. NEREU JOSÉ TEIXEIRA SILVEIRA – Mas é isso que estou dizendo. A central de telecobranças resgatou, só em 2010, R$20 milhões de débito...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – É muito pouco.

O SR. NEREU JOSÉ TEIXEIRA SILVEIRA – ...para fugir da inadimplência.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Quanto a isso, não tem o que senhor falar. Não quero aqui me alongar, mas da quantidade de audiências públicas que nós participamos, disso nós estamos convencidos.

O SR. GILMAR MARRA DOS SANTOS – Senador, essa central de cobranças está ameaçando os empresários com fechamento, com Polícia Federal, de todas as formas. Então, é um fator tão desrespeitoso para o setor tesoureiro, que é quem vai cobrar, que, quando ele diz que eram 100% e que já arrecadou 1 milhão, a gente fica meio em dúvida. O que eu vi é que se cria muita dificuldade para vender facilidade: 50 mil que viraram 10, o cara que cobrou 30 mil para virar 5.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Dr. Gilmar, na verdade, a central de cobrança não é isso, não é negociação. Mas deixe-me falar: o senhor tem mais um minuto para falar da proposta do escritório, apenas sobre isso, porque nós temos que encerrar agora.

O SR. NEREU JOSÉ TEIXEIRA SILVEIRA – Eu até já falei, na verdade. A gente tentou ter aqui uma agência credenciada. Em três tentativas, nós tentamos ter uma pessoa jurídica terceirizada e não deu certo. Por conta disso, nós estamos assumindo aqui com técnico de arrecadação contratado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Secretário, quando é que o senhor pode fazer uma reunião com o pessoal do Ecad?

O senhor vai viajar quando? Poderia ficar aqui hoje à tarde para fazer uma reunião com o nosso secretário?

O SR. NEREU JOSÉ TEIXEIRA SILVEIRA – O Eraldo, que é o nosso supervisor, o secretário conhece bem. Ele tem aqui toda alçada para resolver isso, Secretário. Isso já acontece. É isso que eu quero dizer. O técnico de arrecadação está aqui para fazer o trabalho.

O SR. JOSÉ MIGUEL DE SOUZA CYRILLO – Eu proporia uma reunião não só com a Secretaria de Cultura, mas com a Secretaria de Cultura, o Ecad e as entidades representativas, para que possamos tirar os encaminhamentos. *(Palmas.)*

O SR. NEREU JOSÉ TEIXEIRA SILVEIRA – Inclusive com todos os adimplentes e inadimplentes, de preferência, para a gente discutir junto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Pelo que entendi, a proposta do Lindbergh é de todas as entidades que estão nesta Mesa. Na plenária, há as entidades que devem pagar e as enti-

dades que devem receber. Há um conjunto. É essa a proposta apresentada.

O SR. NEREU JOSÉ TEIXEIRA SILVEIRA – Sim. Isso a gente já faz. Esses encontros com federações, com entidades de classe a gente está cansado de fazer.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Espere aí. Não faz não. Estou querendo fazer uma coisa diferente. Ou vocês admitem que querem fazer uma coisa diferente, juntando os artistas daqui, juntando a

Secretaria de Cultura, ou parem de enrolar. *(Palmas.)*

O SR. NEREU JOSÉ TEIXEIRA SILVEIRA – Perfeito. Nós já fazemos isso.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não faz. Não é isso que estou falando. Se você não quiser fazer, não faça. A gente está fazendo uma proposta para o Ecad. Ligue para sua presidente depois e diga: "Queremos fazer uma experiência piloto diferente no Amapá." É isso que você tem que responder. *(Palmas.)*

O SR. NEREU JOSÉ TEIXEIRA SILVEIRA – Senador, isso está aceito. Vamos fazer

O SR. NILSON CHAVES – Desculpe-me, Senador.

Mas quero aproveitar essa sugestão do Senador Lindbergh, Nereu, e te sugerir também que isso fosse feito no Brasil todo. Sabe por quê? Porque você sabe que essa insatisfação não é do compositor amapaense; é do compositor brasileiro em geral. Eu viajo esse Brasil todo e sei a dor que esses compositores brasileiros sentem em relação a isso.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Por isso que esta poderá ser uma experiência piloto importante, Nereu. sso pode ser bom para vocês.

O SR. NILSON CHAVES – Seria interessante o Ecad ter noção e a consciência de que precisa melhorar, de que precisa mudar, porque existe uma insatisfação geral. É importante que se pense em fazer uma mudança, é importante que se abra a porta para que a gente possa discutir e descobrir caminhos que sejam positivos tanto para o Ecad como para nós.

A sensação que eu tenho ... Desculpe-me, Nereu te falar isso, mas a sensação que eu tive é que você veio aqui cobrar. Você só falou em cobrança, em cobrança, em inadimplência. Inadimplência.

O SR. NEREU JOSÉ TEIXEIRA SILVEIRA – É porque eu sou da área de arrecadação, Nilson. Eu não sou da área de ...

O SR. NILSON CHAVES – Com muito carinho, eu falo isso para você. Então, eu acho que a gente não está aqui nem para você cobrar nem para a gente te cobrar alguma coisa. A gente está aqui para buscar uma solução que seja importante para os compositores brasileiros e não especificamente daqui, no Estado do Amapá. Acho que a ideia de se centralizar e de se criar uma equipe...

Será muito mais barato, administrativamente, para o Ecad ter, em cada Estado, uma equipe para tratar exclusivamente dos compositores locais

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Dr. Nereu, vamos passar agora para o Presidente Randolfe.

Vocês consultem a equipe do Ecad, sua presidência, a superintendência, entrem em contato com o Presidente desta CPI, que montaria, junto com o Secretário, com os artistas e as entidades esta reunião. Então, é uma proposta muito objetiva que nós deixamos para vocês.

Quero agradecer a todos. O Presidente Randolfe vai encerrar esta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Sr. Nereu, eu queria lhe agradecer e agradecer a todos os que participaram desta Mesa e desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nereu, nós estamos saindo daqui com uma sugestão. Tomara que seja encaminhada, tomara que a mesma disposição que o Ecad tem de assinar artigos na *Folha de S.Paulo* para atacar esta CPI ele tenha também para dialogar com músicos, artistas e compositores. *(Palmas.)*

Então, telefone, faça o contato com a Drª Glória Braga, a Superintendente do Ecad, para ver se ela autoriza. Esta é uma contribuição desta CPI. Seria um bom plano piloto aqui. Para não dizer que é uma CPI contra o Ecad, seria uma contribuição desta CPI para o Ecad. Seria interessante fazer o contato com ela para que se autorize essa experiência piloto aqui. Aqui, todos estão dispostos. Espero que o Ecad também esteja. Aqui, nós vimos a disposição de uma referência amazônica, que é Nilson Chaves, cujo último depoimento foi fundamental... vimos a disposição do Secretário de Cultura, das entidades de artistas, músicos e compositores e das entidades de promotores. Ou seja, há disposição de todos, de quem paga e de quem tem que receber. Então, só falta a disposição do Ecad para encaminharmos essa proposta apresentada, que, acho, é um dos belos ganhos dessa audiência pública desta Comissão Parlamentar de Inquérito aqui no Amapá. Eu espero!

Essa seria uma boa demonstração da disposição para com os artistas de uma região em que, concretamente, o Ecad não chega, como os senhores puderam ver no conjunto dos depoimentos.

Há algumas constatações aqui a serem feitas.

Arrecadação do Ecad, em 2010: R$430 milhões. Dezessete por cento sobre R$430 milhões dão R$80 milhões. No balanço do Ecad, o Ecad declara R$9,36 milhões em serviços de terceiros, consultorias e as-

sessorias – e nós ainda vamos descobrir o que é isso – e R$2,68 milhões com comunicação e telefonia. Ou seja, R$430 milhões, R$80 milhões. Está faltando dinheiro aqui.

Então, a pergunta a ser feita: por que não se tem dinheiro para instalar uma agência do Ecad aqui em Macapá? *(Palmas.)* Estão aqui os números do balanço. Por que não se tem dinheiro para se ter uma agência que seja responsável não somente pela arrecadação, mas que seja responsável, em especial, pela distribuição para os músicos, artistas e compositores daqui?

Queria, mais uma vez, agradecer a todos que compuseram, que aceitaram o convite para estar nesta audiência pública da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Como nosso Relator, Lindbergh, já afirmou aqui, esta reunião foi fundamental em dois aspectos, e eram esses os interesses desta CPI. Nós dividimos a CPI em três momentos. O primeiro, debater as denúncias que existem. O segundo, ouvir, em locais mais distantes dos grandes centros produtores, como Macapá, artistas, músicos e compositores. Daqui a CPI irá para Salvador, onde será a próxima audiência pública; depois, vamos para SãoPaulo e para o Rio de Janeiro. A ideia é ouvir pessoas de onde há a produção artístico-musical, a sede, os grandes centros dessa produção, e ouvir centros, como Macapá, onde os direitos autorais não chegam a artistas, a músicos e a compositores. Eu queria agradecer a todos que integraram esta Mesa.

Saímos daqui com informações importantes para o relatório do Senador Lindbergh e com essa importante necessidade da regionalização.

Queria agradecer ao Vereador Clécio pela presença, desde o início, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, à Assembleia Legislativa do Amapá, a todos que ajudaram a mobilizar e organizar esta audiência pública e a todos que aceitaram o convite de estar presentes aqui em Macapá, na primeira audiência pública do Ecad.

Sendo assim, declaro encerrada a primeira audiência pública da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as irregularidades e o modelo do direito autoral no Brasil. *(Palmas.)* – Senador **Randolfe Rodrigues,** Presidente.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 08 minutos.)

COMISSÃO TEMPORÁRIA DE DEFESA CIVIL

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 4ª REUNIÃO, REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2011, ÀS NOVE HORAS E CINQÜENTA E UM MINUTOS, NA SALA Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SOB A PRESIDÊNCIA DO SENADOR JORGE VIANA (PT-AC) E COM A PRESENÇA DOS SENADORES: CASILDO MALDANER (PMDB-SC), DELCÍDIO AMARAL (PT-MS),: INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE), EDUARDO BRAGA (PMDB-AM), VALDIR RAUPP (PMDB-RO) E PAULO BAUER (PSDB-SC), BLAIRO MAGGI (PR–MT) E CYRO MIRANDA (PSDB-GO). COMPARECERAM TAMBÉM OS SENADORES NÃO MEMBROS DA COMISSÃO: ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB-TO), ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) E CIRO NOGUEIRA (PP-PI). DEIXARAM DE COMPARECER OS SENADORES: LINDBERGH FARIAS (PT-RJ), FERNANDO COLLOR (PTB-AL) E VITAL DO RÊGO (PMDB-PB). NA OPORTUNIDADE FOI REALIZADA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A PRESENÇA DO MINISTRO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, FERNANDO BEZERRA.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Bom dia. Gostaria, de modo especial, de agradecer a presença do Ministro da Integração Nacional e de dizer que esta Comissão sente-se honrada com a presença de V. Exª, senhor Ministro, e de representantes da Defesa Civil dos Estados.

O Senado Federal, no início deste ano, por meio do Requerimento nº 171, criou uma comissão especial interna para, no prazo de 90 dias, avaliar e propor alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil. Esta comissão tem feito diligências nas regiões do País. já fizemos três: uma reunindo os Estados do Sul do País, outra do Sudeste e outra da região Norte do País. Devemos ter, na próxima semana, uma audiência no Nordeste e, por fim, outra audiência aqui, reunindo os Estados da região Centro-Oeste.

A vinda do senhor Ministro Fernando Bezerra, da Integração Nacional, é da maior importância para que esse trabalho possa atender às expectativas do Senado Federal e da população brasileira. O Brasil vive hoje uma situação bastante delicada, tendo em vista alguns desastres naturais e até mesmo outros não naturais, mas que são importantes e tiram a vida. Sabemos do compromisso, já desde o Governo do Presidente Lula, de propor alterações na legislação, de consolidar uma legislação, mas também temos consciência de que estamos tendo problemas na implementação dessa legislação. É real esse aspecto.

Tanto o Senador Casildo, Relator desta Comissão, como eu e outros colegas pudemos testemunhar isso nas conversas que tivemos com representantes de Estados e Municípios, ainda que não tenhamos concluído o trabalho da Comissão. A vinda do senhor Ministro aqui, que assumiu este cargo e que tem demonstrado com atitudes a prioridade que dá à Defesa Civil – sei das viagens que o Ministro fez, das atitudes que adotou em relação aos problemas vividos de

norte a sul do País –, faz com que o Senado sinta-se honrado com sua presença e gostaríamos de, neste momento, passar a palavra ao senhor Ministro, que tem uma agenda importante a ser cumprida, mas também abre espaço para vir ao Senado registrar um posicionamento do Governo, do Ministério, no sentido de colaborar para que o País possa ter, cada vez mais, uma segurança de condução desse tema.

É fato que a imprensa noticia e só muda o endereço, obviamente. O Brasil tem as quatro estações do ano bem definidas, tem uma situação que se diferencia de outras regiões do Planeta por não viver situação tão extremada de clima, mas é real que, por conta de ocupação humana, por conta, às vezes, de uma relação inadequada da ação humana com recursos naturais, estamos pagando, em consequência dessas políticas. Não é tarde para adotarmos medidas preventivas, eu mesmo estou em uma situação de presidir esta Comissão e ser relator na Comissão de Meio Ambiente, do Código Florestal, que tem uma importância muito grande quando se trata de ocupações humanas, de uso do solo, de uso de recursos naturais.

Estou muito agradecido por podermos contar, dentro do nosso trabalho, com a presença do senhor Ministro. Eu lhe passarei diretamente a palavra. Estou aqui com o nosso Relator, Senador Casildo Maldaner, que também está se dedicando, fazendo o apanhado em todas essas audiências e, certamente, fará aqui o mesmo, no sentido de extrairmos de maneira objetiva quais alterações são importantes serem feitas em nosso País, para que possamos ter uma segurança jurídica, uma política pública adequada a esse tema. Particularmente, encaminhei uma emenda – é uma solicitação do Ministério e uma preocupação do próprio Ministro – visando diferenciar os recursos para a área de defesa civil, para que não fiquem à mercê de contingenciamento, de circunstâncias em que ficam outros recursos ficam no Orçamento, mas que seja dado um tratamento diferenciado.

Penso que é importante que isso ocorra no Governo Federal, mas que também – temos aqui a presença de muitos representantes dos Estados, – se replique nos Estados e Municípios. O tratamento para o Orçamento, vinculado à Defesa Civil, deve ser dado de maneira diferenciada, como o tema requer.

Antes de passar a palavra ao Ministro, passo ao Senador Casildo, que é o relator e está trabalhando de maneira dedicada para que façamos o melhor trabalho possível.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Cumprimento o nosso Presidente Jorge Viana, o nosso Ministro Fernando Bezerra e a todos os senhores convidados que estão aqui participando deste encontro, desta audiência pública.

Reforço essa tese, a ideia de ajudarmos e encontrar, se for por meio da alteração da legislação hoje existente no País, saídas mais concretas, específicas para a defesa civil no Brasil. Temos vivenciado isso, eu mesmo, em Santa Catarina, quando Governador, frequentemente era despertado de madrugada. Somos imprevidentes, não estamos preparados. O Senador Jorge Viana, como o Governador do Acre, tem vivenciado isso. O Ministro e outros tantos colegas têm participado diretamente disso. Precisamos ter algo que seja mais previdente no Brasil. É esta a ideia, principalmente no campo da prevenção. A ideia de que consigamos criar alguma coisa que o Ministro da Integração Nacional esteja aparelhado, mas em sintonia com as defesas Civis nos seus Estados e também as Defesas Civis organizadas nos respectivos Municípios. Para trabalhar no campo, na prevenção e, também, se acontecer o sinistro, já posso entrar em campo imediatamente. Essa é uma ideia mais ou menos macro.

E, apenas para acrescentar ao que o nosso Presidente vem dizendo, queremos buscar o que há de melhor, senhor Ministro, com a ajuda do vosso Ministério, no mundo, em alguns países que têm a Defesa Civil organizada, em primeiro plano, e penso que poderíamos, por intermédio das embaixadas aqui em Brasília, conseguir essas legislações e vermos o que poderíamos adaptar ao Brasil. Esta é a ideia, nesse curto espaço de tempo que temos para concluirmos o relatório, com o trabalho a diversas mãos aqui do Senado, com o Ministério e com audiências públicas nos diversos lugares do Brasil, para enfrentarmos isso, porque, no fundo, são pessoas que estão lá vivendo que, às vezes, não sabem como, e somos responsáveis por encontrar soluções. Essa é a ideia e a vinda do Ministro aqui, sem dúvida alguma, vai ajudar, e muito, a trazer alguns pensamentos, algumas práticas que podemos adotar, nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Declaro aberta esta reunião e passo a palavra ao Ministro Fernando Bezerra, mais uma vez agradecendo sua presença, da maior importância para que possamos fazer bem esse trabalho.

Senhor Ministro, por favor, com a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA – Bom dia. Queria cumprimentar o Presidente, Senador Jorge Viana, cumprimentar o nosso Relator, Senador Casildo Maldaner, e dizer da alegria e satisfação, Senadores, de estar aqui presente nesta Comissão, para trazer informações sobre o trabalho que estamos desenvolvendo à frente do Ministério da Integração Nacional, notadamente na área da Secretaria Nacional de Defesa Civil,

no momento em que a Presidenta Dilma convoca e mobiliza diversas áreas do Governo, para realizarmos uma profunda reflexão a fim de propormos mudanças no sentido de dotarmos o Estado brasileiro de uma Política Nacional de Defesa Civil que possa, de fato, estar à altura dos desafios da nossa sociedade.

A Presidenta tem mobilizado não só os técnicos do Ministério da Integração, mas de diversos outros órgãos do Governo. Eu aqui destacaria o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério da Defesa, o Ministério das Cidades, o Ministério da Justiça, a Casa Civil da Presidência da República, o Ministério da Agricultura, o Ministério do Meio Ambiente, em uma força-tarefa que vem se reunindo desde o episódio ocorrido na região serrana do Rio de Janeiro, que chocou a todos nós pela elevada perda de vidas humanas e que mostrou a fragilidade da estrutura da Defesa Civil em nível nacional, estadual e municipal. Portanto, queremos aplaudir a iniciativa do Senado Federal ao constituir esta Comissão temporária para debater com a sociedade e trazer, ao final, contribuições que entendemos que serão muito positivas para que possamos dotar, no campo da legislação, instrumentos necessários a uma Defesa Civil nacional que, repito, esteja à altura do momento que estamos vivendo.

Conversava há pouco com o Senador Jorge Viana e temos que começar a mudar nossa percepção sobre o que é Defesa Civil. Na realidade, não estamos lidando com eventos fortuitos. Com a mudança do clima, com o aquecimento global que se verifica, está provado e comprovado pelas estatísticas mais recentes que a quantidade de eventos extremos tem se ampliado e se multiplicado mundo afora, portanto, a agenda da Defesa Civil passou a ser uma agenda permanente, inclusive temos que mudar a cultura de como tratar este tema. Penso que a principal mudança é que não podemos tratar a Defesa Civil como uma política de resposta, mas, sobretudo, como uma política de prevenção, de preparação. Isso vai exigir, portanto, uma mudança de cultura por parte do Governo brasileiro, dos governos estaduais e municipais, para que possamos introduzir o tema da Defesa Civil, inclusive nas escolas, para formarmos uma cultura de prevenção.

A Política Nacional de Defesa Civil tem a ver com o conceito do desenvolvimento sustentável, com o conceito da sustentabilidade e com o ordenamento do espaço urbano das nossas cidades, portanto, gostaria de chamar atenção para dizermos que todo esse debate que o Governo Federal está realizando e que, aqui no Congresso, estamos assistindo nesta Comissão e também na que foi criada na Câmara dos Deputados, é muito importante, porque teremos que mudar de atitude em relação ao tema do que é uma Política Nacional de Defesa Civil.

Vamos dar início à nossa apresentação e gostaria de começar falando da visão que temos desde a nossa chegada ao Ministério da Integração, no início deste ano. Qual o diagnóstico que realizamos ao enfrentar aquela situação, nos primeiros dias da nossa gestão, do episódio da região serrana do Rio de Janeiro. Depois, diversos outros eventos ocorreram, em diversos Estados brasileiros, e gostaríamos de aqui elencar as primeiras constatações de uma realidade que temos que trabalhar para alterar.

A primeira coisa é a estrutura de enfraquecimento da instituição das defesas civis, tanto em nível nacional, como estadual e municipal. Só para dar um exemplo, quando chegamos, encontramos cadastrado na Secretaria Nacional de Defesa Civil pouco mais de 400 Municípios que possuíam Defesas Civis estruturadas. Não que só existissem os 400, mas isso mostrava que havia também uma distância muito grande, uma ausência de diálogo entre as instituições de Defesa Civil dos Estados e dos Municípios. Só para que os senhores tenham uma ideia, desde que iniciamos o cadastramento de todas as Defesas Civis que estavam estruturadas – umas mais, outras menos –, já estamos hoje com mais de 1400 estruturas de Defesas Civis cadastradas na Secretaria Nacional de Defesa Civil, ou seja, o cadastro, a anotação, a informação existente no início da gestão, em janeiro e fevereiro, é de que existiam pouco mais de 400, menos de 500 Secretarias Municipais ou Estaduais de Defesas Civis organizadas para enfrentar essas situações de eventos extremos e, claramente, pouco diálogo, pouca rotina estabelecida de troca de experiências, de troca de informação entre o Sistema Nacional e os Sistemas Estaduais e Municipais de Defesa Civil.

Aqui outro diagnóstico que chamo atenção e que é muito importante, no que diz respeito aos recursos. No primeiro quadro, à esquerda, estamos coletando as informações. Em azul, na rubrica 1027, são os recursos para prevenção e preparação para desastres e, em vermelho, os recursos para resposta e reconstrução aos desastres. Estamos falando do Ministério da Integração. Perceba que a incidência de eventos extremos intensificou-se a partir de 2008 e, consequentemente, a ampliação dos recursos para reconstrução e para resposta aos desastres também aumenta de forma significativa, para pouco mais de 500 milhões, em 2007, e alcança uma dotação orçamentária de mais de três bilhões, em 2010. Ou seja, de 2007 para 2010, multiplicou-se por seis a dotação orçamentária para resposta e reconstrução aos desastres naturais.

Por outro lado, perceba que a coluna em azul, que é a coluna para recursos de prevenção, tem um movimento inverso, no que diz respeito ao Ministério da Integração. Os recursos de prevenção vão aumentando até 2008 e, a partir de 2008, em 2009 e 2010, existe uma diminuição sensível dos recursos para a prevenção. Por que ocorreu isso? Porque a prevenção também passou a ser feita por outras áreas do Governo Federal. Por volta de 2008, à época do lançamento do PAC 1, em 2009, os recursos de macrodrenagem e de reforço de encostas, que vamos detalhar mais adiante, passaram a ser ações do Ministério das Cidades. O Ministério da Integração ficou com a responsabilidade maior de cuidar das respostas e da reconstrução aos desastres naturais, e as ações relativas à prevenção passaram a ter um protagonismo maior por parte do Ministério das Cidades.

A figura à direita destaca também outra realidade. Observem que as dotações orçamentárias iniciais de praticamente todos os anos, de 2004 a 2010, são bastante reduzidas, praticamente inexpressivas, o que quer dizer que a Defesa Civil Nacional trabalha com créditos extraordinários que são abertos através de medidas provisórias, como trabalhamos. Esse é o diagnóstico da realidade dos recursos para o sistema de defesa civil nacional.

Essa é uma discussão que a gente não sabe se é boa ou ruim, trabalhar com medida provisória, que tem as suas vantagens no sentido da liberação mais expedita dos recursos. Talvez aí, Senador Casildo, Senador Jorge Viana, mais uma sugestão de como prover uma legislação adequada às ações de defesa civil, para que elas possam, de fato, ser recursos de pronta aplicação, que não possam estar sujeitas a nenhum tipo de contingenciamento, para que os recursos, sobretudo, de resposta, de reconstrução e os recursos de prevenção possam ter prioridade na execução orçamentária. Mas a figura do lado direito quer chamar a atenção, porque, desde 2004, trabalhamos através da edição de medidas provisórias.

Próximo.

Aqui, trazemos, também, alguns números para perceber aquilo que falávamos há pouco sobre o protagonismo maior do Ministério das Cidades em relação às ações de prevenção. Então, no primeiro quadro, temos o pagamento de empenhos do ano, pagamentos de RAPS, Restos a Pagar, de anos anteriores, e o total pago a cada ano na rubrica prevenção e preparação para desastres. Então, percebam que, em 2008, o Ministério da Integração desembolsou R$103 milhões, em 2009, R$113 milhões, em 2010, R$153 milhões e, até maio, esses dados são até maio, já desembolsamos R$36 milhões, quase R$37 milhões, agora, em 2011. Mas, afora os recursos alocados à Secretaria Nacional de Defesa Civil, o Ministério da Integração também no PAC 1 recebeu recursos para drenagem, para macrodrenagem, para controle de cheias. Então, o Ministério da Integração, entre o PAC 1 e o PAC 2, selecionou projetos da ordem de R$468 milhões, que são projetos que estão em execução. Então, percebam que, em 2009, foi R$1,7 milhão, em 2010, R$183 milhões em prevenção, em 2010. Portanto, os investimentos do Ministério da Integração, em 2010, em prevenção, ultrapassam a R$330 milhões, porque há que se somar essas duas ações, as ações propriamente ditas de recursos alocados à Secretaria Nacional de Defesa Civil e os recursos que estão alocados na Secretaria de Infra-estrutura Hídrica, que são ações desenvolvidas no âmbito do PAC. Agora, em 2011, já desembolsamos R$60 milhões.

E, na coluna debaixo, à direita, temos os dados relativos ao Ministério das Cidades. Em 2009, foram R$132 milhões, em 2010, R$375 milhões, e, até maio, o Ministério das Cidades já desembolsou R$140 milhões. A gente quer destacar que, no PAC 2, o Ministério das Cidades recebeu de recursos, inclusive, a seleção está sendo feita através de edital, são R$10 bilhões que estão destinados para drenagem, controle de enchentes e inundações recorrentes, sendo R$5 bilhões de Orçamento Geral da União, e R$5 bilhões de financiamento, e ainda temos mais R$1 bilhão de Orçamento Geral da União, de OGU, no PAC, para a contenção de encostas.

Então, na rubrica prevenção, o Governo Federal terá alocado, até 2014, R$11 bilhões no Ministério das Cidades para ações que podem ser consideradas como ações de prevenção, o que mostra apenas aquilo que falamos aqui, no início, a agenda da prevenção ficar, e a mudança que vai se verificar na gestão da Presidenta Dilma é uma mudança real, concreta. Nós vamos ter recursos bastante expressivos na área da prevenção, que vão ser, digamos assim, administrados, na sua grande maioria, pelo Ministério das Cidades. E alguma parte da prevenção será feita pelo Ministério da Integração.

Inclusive, Srs. Senadores, esta também é outra discussão, já que estamos tratando aqui de discutir novas normas: uma nova legislação para a política nacional de defesa civil. Devemos discutir, de fato, quem deve fazer e o que deve ser feito.

Nós estamos em discussão, no âmbito do PAC, para que as ações que digam respeito a contenção de cheias e erosão marítima sejam de responsabilidade do Ministério da Integração, isso porque o Ministério da Integração tem um protagonismo muito forte na área de recursos hídricos. E as ações destinadas a macro-

drenagem e reforço de encostas ficariam a cargo do Ministério das Cidades. Mas há outras discussões que estão sendo feitas a partir do que vamos adiante falar, que é o mapeamento das áreas de risco.

Há quem defenda que, das áreas consideradas de alto risco, as ações de prevenção devam ficar a cargo do Ministério da Integração, pela urgência, pela necessidade imediata de realização dessas obras em áreas que são de alto risco, onde eventos extremos têm tido grande recorrência. Mas essa é uma discussão que está sendo feita no Governo Federal, para que a gente possa definir o papel de cada área do Governo em relação às ações de prevenção.

A gente está trazendo para este debate aqui hoje como é que as ações estão sendo distribuídas e também chamando a atenção, porque, muitas vezes, as informações saem de dados do SIAFI sem que se tenha tido o cuidado de cruzar essas informações de ações de prevenção no âmbito da Secretaria Nacional de Defesa Civil e de ações de prevenção que estão sendo tocadas e feitas por outros Ministérios ou outros órgãos do Governo.

Eu chamo a atenção, por exemplo, para outras ações que podem ser consideradas de prevenção, que são as ações, por exemplo, na área habitacional, como a transferência de populações inteiras de área de risco, que são transferidas para áreas seguras. Portanto, o investimento em habitação é ou não é um investimento em prevenção? Se a gente ainda for adicionar esses investimentos em habitações, em unidades habitacionais, para atender as populações que estão sendo transferidas, os valores da prevenção alcançariam somas ainda muito mais elevadas.

Então, eu falo porque é importante. Eu quero aqui sublinhar que a orientação da Presidenta Dilma é fazer a virada do jogo, é no sentido de carrear recursos de forma mais substancial para a prevenção. E acho que nós estamos aqui mostrando que essa virada se iniciou a partir de 2009, mas ela vai se intensificar de fato agora, entre 2011 e 2014, quando o Governo brasileiro estará investindo mais de R$10 bilhões na prevenção.

Digamos que essa é uma informação importante que a gente tem que trazer para o debate nesta Casa.

As medidas que nós estamos procurando realizar nesses seis meses são no sentido de criar, digamos, as condições mais adequadas para o desenvolvimento dos trabalhos da Secretaria Nacional de Defesa Civil. Então, a primeira coisa é reaproximar essa distância que a gente percebeu quando da nossa chegada. Nós estamos procurando reaproximar a Secretaria Nacional de Defesa Civil.

E aqui quero agradecer, Sr. Presidente Jorge Viana, a presença dos coordenadores estaduais de diversos Estados brasileiros que prestigiam a reunião nesta Comissão, São Paulo, Minas, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Paraná, Ceará, Roraima e Bahia, os que pude aqui identificar, o Acre também está aqui presente, portanto, mostrando que o desejo dessa reaproximação da construção de uma ação de trabalho compartilhada entre a esfera nacional e as esferas estaduais e municipais é uma decisão já tomada e temos criado momentos de encontro, como foi no caso do seminário internacional, como foi na primeira reunião do Conselho Nacional de Defesa Civil. Vamos realizar a segunda reunião agora no início de julho, para que a gente possa ir bebendo também da experiência e das contribuições que ocorrem em Estados brasileiros, para que a gente possa ter uma política nacional mais eficaz e eficiente.

Eu já me referi ao cadastramento dos agentes e das coordenadorias municipais de defesa civil, mostrando que esse cadastramento vai ser permanente, evidentemente, identificando aqueles órgãos que estão institucionalizados em nível estadual e municipal. Temos que, ao nos aproximarmos, também oferecer uma série de ações de treinamento, de capacitação, de formação, oferecer condições de estruturar as defesas civis, sobretudo nos Municípios brasileiros, e uma das ideias, portanto, é oferecer planos de formação continuada em gestão de risco e em ações de proteção civil para Estados e Municípios brasileiros. Estamos realizando diversas oficinas de capacitação em comunicação também e de percepção de riscos e de desastres em todas as capitais brasileiras.

E aqui, de novo, estamos reforçando, nesta transparência, a inversão da lógica. Em vez de gastarmos mais em resposta e reconstrução, o Governo brasileiro está assumindo o compromisso de ampliar, como eu já falava, os investimentos na área da prevenção. E aqui, apenas para dar, digamos assim, números a essa decisão, que é uma decisão já tomada pela Presidenta Dilma. Se a gente vai para a nossa LOA de 2011, temos lá, na Lei de Orçamento Anual, R$135 milhões, dos quais, para obras preventivas ou para obras de prevenção, temos aproximadamente R$128 milhões, destinados para as ações de prevenção.

Importante destacar que mais de R$100 milhões desses R$128 milhões foram frutos de emendas de Parlamentares, o que corrobora aquela afirmação anterior de que o que vinha na lei por proposta do Poder Executivo eram números bastante inexpressivos e que a Defesa Civil funcionava a partir da abertura de créditos extraordinários, por intermédio das medidas provisórias.

Então, essa é a realidade para 2011. E o que estamos, então, construindo para poder mostrar a mu-

dança, digamos, dessa posição de ampliar os recursos na linha de prevenção? Na primeira medida provisória que a Presidenta Dilma assinou, no início do ano, que foi a Medida Provisória nº 522, já vieram R$100 milhões para prevenção. Então, mesmo os recursos sendo aplicados mais na reconstrução e na resposta para assistência à população, que foram R$600 milhões, mas já na medida provisória há o compromisso da Presidenta de sinalizar que teria assegurado recursos para prevenção além daqueles recursos a que me referi, do PAC do Ministério da Integração, do PAC do Ministério das Cidades, nas próprias medidas provisórias, liberando recursos para assistência à população e para reconstrução, também foram, digamos, definidos ou alocados recursos para prevenção. Na sexta-feira, foi assinada a segunda medida provisória no valor também já de R$500 milhões, sendo R$50 milhões repassados diretamente para as Forças Armadas, para o Exército brasileiro, e dos R$450 milhões, destinados à Secretaria Nacional de Defesa Civil, mais R$70 milhões para a prevenção.

Então, com as duas medidas provisórias, a Secretaria Nacional de Defesa Civil, só neste ano, já dispõe de R$170 milhões para a prevenção. Embora a lei estabeleça pouco mais de R$22 milhões, o Congresso ampliou para R$128 milhões, mostrando que a inversão, que o compromisso de ampliar os recursos para a prevenção se traduz em medidas concretas de Governo à luz das duas medidas provisórias que foram já editadas nesses primeiros seis meses.

E aqui também há outra recomendação da Presidenta, e a gente procura trazer esse quadro para cá. Muita atenção na repartição dos recursos!

Os recursos da Medida Provisória nº 522 atenderam a 22 Estados brasileiros, e nós aqui estamos trazendo os Estados que foram beneficiados com despesas correntes. Aqui do lado, está o Rio de Janeiro, com quase R$100 milhões, e até Estados como Sergipe, com R$1 milhão. Então, são despesas voltadas para a assistência à população. Do outro lado, há as ações voltadas para reconstrução e reabilitação: de novo, o Rio de Janeiro, com R$80 milhões; e, seguindo a fila, Minas Gerais, com R$50 milhões; e o Estado do Tocantins, com R$387 mil. Portanto, 22 Estados foram beneficiados, nesses primeiros seis meses, com recursos da primeira medida provisória, a Medida Provisória nº 522.

Outras ações foram adotadas. Na realidade, é importante destacar também para esta Comissão, porque acho que poderemos trabalhar também no campo da legislação, medidas que são importantes para recuperar as regiões atingidas por eventos extremos.

No ano passado, quando da cheia em Pernambuco e em Alagoas, as propriedades comerciais, o pequeno comércio, a pequena indústria foram fortemente atingidos em diversos Municípios dos Estados de Alagoas e de Pernambuco. Naquela época, trabalhou-se com o governo do Presidente Lula a edição da Medida Provisória nº 513, que alocou recursos no BNDES, recursos com taxa de juros subsidiadas e com prazos diferenciados, para apoiar o pequeno e o médio empreendedor, sobretudo o comerciante que perdeu seus estoques, aqueles que trabalhavam em mercados públicos, o dono da farmácia, o dono do posto de gasolina, a pousada, enfim, diversos pequenos negócios que foram fortemente atingidos. No caso de Pernambuco e de Alagoas, abriram-se créditos no BNDES de R$600 milhões para aqueles Estados. Depois, essa MP foi nacionalizada, e os recursos foram ampliados para R$1 bilhão. E veio a MP nº 523, que alocou R$400 milhões para a região serrana do Rio, no sentido de que esses recursos pudessem também assistir às pequenas propriedades da área do comércio, da área da indústria, da área dos serviços que foram atingidas pelos deslizamentos, pelas fortes chuvas que caíram naquela área.

Então, aqui há uma sugestão, Senador Casildo. Acho que nós deveremos institucionalizar. Quando, de fato, eventos extremos ocorrerem, tem que haver também medidas de assistência voltadas para as áreas produtivas. Isso pode ser, portanto, previamente definido, já com linhas de financiamento previamente equacionadas para, quando houver o reconhecimento do evento extremo, do desastre natural, através da Secretaria Nacional de Defesa Civil, disparar o comando para o Conselho Monetário Nacional a fim de que as medidas sejam postas em prática e a gente não precise editar medida provisória.

Essas coisas podem ser perfeitamente antecipadas e podem ser, digamos assim, normatizadas, para que venha o apoio do BNDES, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal. Nós temos pacotes de assistência ao setor produtivo já, digamos assim, equacionados.

Outra ação que é também uma sugestão que a gente quer trazer para esta comissão: quando falávamos em cadastrar as defesas civis municipais, de se aproximar, é também no sentido de apoiá-las para que elas possam ser estruturadas. E nós definimos um kit para que cada pequeno ou médio Município possa de fato ter as condições de operar as ações de defesa civil no âmbito de seus Estados. Então, a Secretaria Nacional de Defesa Civil já encaminhou proposta para o BNDES no mesmo programa que nós tivemos, operado pela Caixa e pelo BNDES, o PMAT – Programa

de Modernização da Administração Tributária. Nós estamos demandando do BNDES que ele abra uma linha de financiamento a juros subsidiados, para financiar os Municípios e os Estados que precisam se equipar, ter o mínimo necessário para desenvolver ações de defesa civil, como a compra de veículos, equipamentos de informática, GPS, máquina fotográfica, bússola, alguns equipamentos que são considerados, digamos, mínimos para que os Municípios possam participar desse esforço de implantação de políticas voltadas para a área da defesa civil.

Bom, aqui, nós gostaríamos de também abrir o debate, trazer sugestões para a comissão no sentido de ver como poderíamos avançar em relação a algumas questões relacionadas ao repasse de recursos. Como esses recursos estão sendo repassados hoje? Como a gente vence a burocracia?

Por exemplo, vou dar um número que é um número, digamos assim, impressionante: quando chegamos, no início de janeiro, encontramos na Secretaria Nacional de Defesa Civil aproximadamente um R$1,4 bilhão entre restos a pagar, de 2007 para cá, nas três rubricas – de assistência à população, de reconstrução e de prevenção. Boa parte desses recursos não foi liberada. E, às vezes, não foi por insuficiência de recursos, foi porque os projetos não se complementaram, há pendências por parte de Municípios, de Estados e também pendências por parte da própria Secretaria Nacional de Defesa Civil, que tem uma estrutura, digamos, limitada, insuficiente para poder analisar e responder a tantos pedidos e a tantas demandas de convênio para que os recursos possam ser repassados.

Então, a primeira ideia que ocorreu foi que, na ação de assistência à população, aquela que deve ser feita de forma imediata, e que, de certa forma, a mudança verificada na legislação, que foi a Lei nº 12.340 – a primeira medida provisória depois convertida em lei em dezembro –, de fato já facilitou, porque permite que os recursos de assistência à população e de reconstrução possam ser liberados até sem plano de trabalho, você pode até antecipar – e nós temos antecipado até 60%. Então, a gente recolheu, digamos assim, a resposta, eu diria a satisfação de muitos Estados e muitos Municípios. De fato, a velocidade na liberação de recursos de defesa civil, esse primeiro semestre, foi muito maior do que nos anos anteriores. E isso foi graças à mudança de legislação que ocorreu no final ano passado. Mas, mesmo assim, a burocracia termina sufocando, afogando a estrutura já reduzida da Secretaria Nacional de Defesa Civil. Então uma das ideias –, e, para nossa alegria, a Presidenta publicou hoje no Diário Oficial –, é a institucionalização do Cartão Nacional de Defesa Civil. É esse cartãozinho aqui que vai começar a funcionar a partir deste semestre já com os recursos da nova medida provisória.

Vamos, atendendo às ponderações feitas pelos órgãos de controle, fazer um piloto com dois ou três Estados, talvez com dez Municípios, ver como isso funciona, para que possamos, até o final do ano, universalizar o uso do Cartão da Defesa Civil Nacional, este cartão que estou aqui apresentando, que vai servir para as ações voltadas à assistência à população.

Que é isso? Compra de remédios, de alimentos, colchões, barracas, despesas de compra de combustível – aquelas despesas mais emergentes, mais essenciais. Com isso, vamos eliminar uma burocracia imensa, porque, assim, não será preciso analisar convênio. A prestação é *on-line,* no Portal da Transparência da CGU. Vai estar lá: toda vez que o cartão for usado, vamos saber quem está usando e quem está fornecendo o serviço. Então nós acreditamos muito que o cartão será uma grande contribuição, primeiro, na velocidade da liberação de recursos; segundo, no controle da aplicação do recurso. Há duas coisas na Defesa Civil que aprendemos rapidamente: a reclamação pela demora dos recursos e a reclamação geral pela má aplicação dos recursos.

A gente tem que trabalhar essas duas frentes. Então o cartão quer ser uma resposta para celeridade, para que, na ocorrência do evento extremo, o Estado, a União possa chegar rapidamente, atendendo a população que está sendo afetada, e com segurança.

Para cada evento, sempre vai ter limite. Não é um cartão de saque ilimitado. Quem vai dar o limite é a Defesa Civil, a depender das informações do Avadan, que vão chegar. Aí, então, vamos sempre estipular o limite de saque para cada cartão. Mas isso vai dispensar o envio de papelada, o envio de celebração de instrumento de convênio. Depois podemos passar para os senhores o número de convênios que temos na Secretaria Nacional de Defesa Civil. Acreditamos que entre 30% e 40% poderão ser substituídos pelo cartão. Isso vai dar um grande alívio para a nossa estrutura de pessoal que tem que analisar os convênios para repasse de recursos, sobretudo para reconstrução.

Aqui, queremos trazer uma proposta. Na realidade, acreditamos que os recursos de reconstrução deveriam ter um tratamento, do ponto de vista do instrumento legal para o repasse legal, distinto de convênio. Porque, quando tratamos repasse de reconstrução igual a convênio, é uma exigência de papelada, de documentação que termina ocorrendo aquilo que verificamos: não conseguimos liberar o recurso, ou a prefeitura ou governos do Estado não conseguem atender às exigências no prazo que se exige para que as

ações de reconstrução sejam efetuadas. E, aí, muitas vezes, demora.

Vocês vão ver que nós já empenhamos, daqueles R$700 milhões da primeira medida provisória, 100%. Liberamos em torno de 60%. É o que podemos liberar. Agora, temos que aguardar a prestação de contas. E, aí, as exigências dessas prestações de contas se dá no mesmo nível de convênio. Acreditamos, essa é uma área sobre a qual a comissão pode se debruçar, de termos um tratamento de prestação de contas para as ações de reconstrução diferenciada da forma de convênio. A nossa sugestão é que esse regime seja o mesmo aplicado para os termos de compromisso do PAC. Verificar a possibilidade de se tratarem esses repasses da mesma forma que se tratam os termos de compromisso de ações previstas no PAC. Essa é a sugestão que a gente traz para a comissão, mas, de fato, queremos que se examine a possibilidade de uma norma específica e não que se aplique a ações de reconstrução as mesmas normas legais aplicáveis aos convênios.

Bom, aqui falamos de novo do cartão, a que já me referi. O cartão é voltado para ações de socorro, assistência e reabilitação, foi publicado hoje no *Diário Oficial*. O uso do cartão será acompanhado pelo Portal da Transparência, vai ter conta específica, vai ter gestor financeiro, nome que será indicado por cada Estado e cada Município para ser responsável pelo uso do cartão. Faremos o piloto agora em julho e até o final do ano queremos universalizar o uso do cartão, que será um grande avanço do ponto de vista da celeridade, da transparência nas ações de defesa civil.

Outras ações que estamos fazendo. No ano passado, ainda o Governo do Presidente Lula realizou a Primeira Conferencia Nacional de Defesa Civil, aqui em Brasília, entre os dias 23 e 25 de março, que teve a participação de mais de 35 mil pessoas. Foi um grande evento. Dessa conferência saíram 104 diretrizes, e se estabeleceu que a conferência seria realizada de dois em dois anos. Já estamos organizando a próxima para 2012. Estamos procurando resgatar as contribuições e sugestões ofertadas nessa conferência nacional. Inclusive, no material que vamos passar à comissão, vamos apensar essas sugestões para valorizar esse evento que reputamos um marco na política nacional de defesa civil.

Vamos encaminhar também para esta comissão um relatório especial. Quando da ocorrência do episódio na região serrana, nós nos aproximamos de diversas instituições da sociedade civil do Rio de Janeiro, como a Fundação Getulio Vargas, a Fundação Roberto Marinho, Associação Comercial do Rio de Janeiro, a Cáritas do Brasil, o CONFEA, diversas instituições foram convocadas pelo Ministério da Integração. E, na reunião do Conselho Nacional de Defesa Civil, criamos um grupo de notáveis para elaborar um relatório do que ocorreu lá e o que deveria mudar do ponto de vista da estrutura da Política Nacional de Defesa Civil no sentido de dotarmos o País de melhor estrutura da área. Esse relatório nos foi entregue agora no mês de maio e nós gostaríamos de passar as conclusões desse relatório para a comissão. Chamo a atenção para duas questões importantes. O relatório aponta que a Política Nacional de Defesa Civil tem que evoluir para política nacional de proteção civil. Na realidade, temos que cuidar que todas as ações desenvolvidas, desencadeadas, possam salvar vidas. Os eventos vão ocorrer; quer queira, quer não, eles vão se repetir, e que estejamos mais preparados desde a predição, melhorando e qualificando nossa capacidade de prever os eventos. Chamo a atenção para o grande esforço do Ministério da Ciência e Tecnologia de forma muito clara. A responsabilidade da predição ficou a cargo do Ministério da Ciência e Tecnologia, vai funcionar lá em Cachoeira Paulista, vai ter um centro nacional do Sistema Nacional de Alerta, que vai captar todas as informações de clima e tempo do INPE, do CPTEC, do INMET, da compra de novos radares, de satélites; portanto, toda ação de predição de como nos anteciparmos a esses eventos extremos ficará a cargo do Ministério de Ciência e Tecnologia.

Essa informação, que vai estar centralizada em Cachoeira Paulista, precisa ser repassada para o que nós chamamos de CENAD, que é o Centro Nacional de Alerta a Desastres Naturais, da Secretaria nacional de Defesa Civil. É ela a usuária dessas informações, inclusive hoje no programa que a Presidenta tem nos jornais brasileiros ela fala desse papel da Secretaria Nacional de Defesa Civil. Ela coordenará e ela receberá essas informações para alimentar o sistema nacional de defesa civil, informando aos Estados, aos Municípios, às áreas que vierem a ser afetadas para que tenham capacidade de antecipação.

Então, chamo a atenção para esse trabalho do grupo de notáveis, que focou, primeiro, na capacidade de nós melhorarmos e qualificarmos o nosso sistema de alerta e também numa sugestão que está começando a ser debatida em várias áreas do Governo – Meio Ambiente, Minas e Energia. Vamos ter agora oportunidade da renovação das concessões hidrelétricas, e essa é uma oportunidade para que nossas barragens, que foram construídas com o fim de produzir energia, agora que estão amortizadas, também possam ajudar e contribuir com o conceito da sustentabilidade no sentido de que se possa dar a esses sistemas responsabilidades maiores do que apenas a modicidade

tarifária ou o suprimento de energia, que eles possam contribuir também com a proteção civil na previsão de cheias com a realização de obras de prevenção.

Essa é uma discussão também muito própria porque durante os próximos dois anos nós estaremos aqui no Congresso Nacional e, de modo particular, no Senado Federal tratando das renovações das prorrogações das concessões hidrelétricas brasileiras e que têm tudo a ver com esses eventos extremos. Se olharmos as estatísticas, veremos que 60% dos desastres naturais estão ligados à água ou ao uso da água. Então é importante que esses temas sejam discutidos, aprofundados, e esse grupo de notáveis traz essa contribuição. Por isso, peço atenção para a leitura dessa contribuição.

Vamos realizar também a II Conferência Nacional da Defesa Civil, prevista para outubro na cidade de Maceió. Então vai ser outro momento...

O Fórum vai ser em Maceió em setembro e a conferência vai ser em outubro do ano que vem. O Fórum vai se em Maceió neste ano, que é mais um espaço, mais um momento para aproximação, para a troca de informações, de experiências, de articulação e de integração entre os sistemas de defesa civil dos Estados, dos Municípios e do governo central.

Eu já disse, mas gostaria de destacar, até por que sei também que esta Comissão está buscando subsídio junto a países amigos em termos de saber como as instituições de defesa civil estão organizadas em alguns outros países. Quero dizer que essa também foi nossa preocupação, nós realizamos no início deste ano o I Seminário Internacional. Tivemos o apoio forte do Banco Mundial, com a presença de representantes do México, da Itália, da Noruega, da Colômbia, da Alemanha, da Holanda. Eu e o Secretário Nacional de Defesa Civil tentamos ir até a Austrália, mas ficamos parados em Santiago por causa das cinzas do vulcão. Foi uma viagem programada com o apoio do governo australiano. A Austrália é uma referência também em defesa civil. Nós estamos trocando informações e deveremos assinar protocolos de cooperação com o governo australiano no sentido de melhorar os nossos marcos legais em relação à proteção civil.

Estamos querendo também colocar que isso iremos fazer. Estamos sendo demandados pelas Comissões, tanto da Câmara como do Senado, e fazendo um amplo debate, contando com a participação das Coordenadorias Estaduais de Defesa Civil dos Estados e dos Municípios brasileiros. Queremos entregar a essas duas Comissões, até setembro, uma série de sugestões.

Aqui nós vamos destacar, digamos assim, duas delas. A primeira é que a gente entende que a Secretaria Nacional de Defesa Civil deve ser uma instituição de Estado e não uma instituição de Governo. Para isso é preciso criar uma carreira de Estado na Secretaria Nacional de Defesa Civil. Entra e sai Governo, mas a estrutura da Secretaria Nacional de Defesa Civil se assemelha à Secretaria Nacional da Receita Federal, de uma instituição permanente. A gente não pode ficar ao sabor de cargos comissionados, de funcionários terceirizados. Essa é uma coisa muito séria, lida com vidas. Nós não podemos ter o dissabor de ver, num evento extremo, mais de mil brasileiros mortos.

Então é hora de encarar esta realidade: se a gente quer levar a sério uma política nacional de defesa civil, é importante conferir a ela a importância que merece. Então a Secretaria Nacional de Defesa Civil tem que ser uma instituição de Estado. Não pode se confundir com qualquer outra secretaria da estrutura do Ministério da Integração. Então nós estamos propondo que se crie a carreira da defesa civil para que a gente possa dar força, dar estabilidade, ter as especialidades necessárias dentro dos quadros, a fim de que a gente possa se desincumbir bem das tarefas próprias da defesa civil.

A outra área em que nós gostaríamos de contar com a participação do Congresso Nacional é a revisão do FUNCAP. O FUNCAP foi uma boa ideia, mas não colou – essa é a realidade. Nós vamos completar seis meses da conversão da medida provisória em lei e não houve a adesão de nenhum Estado e de nenhum Município.

A gente entende, essa é a nossa opinião – salvo melhor juízo, estamos abertos a outro tipo de compreensão – que, na realidade, o FUNCAP mirou as ações de reconstrução, mas deveria mirar as ações de prevenção, porque, na realidade, os Estados e os Municípios têm a percepção ou a compreensão de que a reconstrução é quase uma obrigação da União ou esta estará mais ou menos solidária. Eu acredito que a ideia de convocar os Estados e os Municípios para um esforço compartilhado deve visar à área da prevenção.

Então, no momento em que o Governo brasileiro está ampliando os recursos para prevenção e de forma substancial, como demonstrei no início da minha apresentação, acho que aí cabem mais e mais parcerias com Estados e com Municípios e, eu diria, até mesmo de forma diferenciada, porque também acho que o FUNCAP se equivocou quando definiu uma contrapartida igual para todos os Estados e para todos os Municípios. Para quem entra com um a União entra com três e eu acho que essa não é a melhor resposta para uma Federação que ainda é muito desigual.

Eu acho que, para Estados mais desenvolvidos, a gente deveria chamar a parceira um para um para obras de prevenção. Eu estive com o Governador Ge-

raldo Alckmin, que deseja fazer parcerias na área de prevenção e aceita fazer parceria um para um. O Governador de Pernambuco acaba de fazer uma parceria com o Governo Federal de um para um na construção de barragens para a contenção de cheias. O Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, também deseja fazer parceria um para um nas áreas de prevenção.

Então, eu acho que, para os Estados que têm capacidade financeira, se transformarmos o FUNCAP em ações de prevenção, vamos ter uma adesão rápida e muita expressiva, o que poderá ser sentido daqui para o final do ano. Para os Estados de menor capacidade financeira, discute-se uma contrapartida de 10% 15%, mas acho que tem que ser diferenciada; não pode ser igual à contrapartida prevista na LDO de 5%, de 10%. Tem que haver um esforço maior de quem pede o recurso da prevenção. Tem que mostrar que aquela obra, de fato, é prioritária e não transferir o problema só para a União. É preciso haver o compartilhamento das responsabilidades.

Então, a nossa sugestão é aperfeiçoar o FUNCAP. O FUNCAP foi uma boa iniciativa? Foi. Graças ao FUNCAP, os recursos da Defesa Civil conseguiram ser liberados de forma mais rápida neste primeiro semestre. Houve a mudança da lei, e, portanto, o FUNCAP foi uma bela iniciativa. Agora, ele precisa ser aperfeiçoado. Acho que nós deveríamos sair da linha da recuperação e da reconstrução para a linha da prevenção. Essa que é a diretriz, digamos assim, da Presidenta da República. O jogo que ela quer virar é o da prevenção: gastar mais em prevenção e menos em remediação. Então, o FUNCAP deveria estar acompanhando essa diretriz, essa prioridade, que é conferida pela nova gestão federal – essa é a minha sugestão – e também ter contrapartidas diferenciadas a depender da capacidade financeira dos Estados e dos Municípios da Federação.

Há outra medida que nós também estamos aguardando e que está sendo analisada pela Casa Civil – estamos na expectativa de a Presidenta assinar o decreto que vai, digamos assim, colocar no mesmo esforço diversos Ministérios, porque isso não será feito apenas com a participação do Ministério da Integração Nacional – que é a implementação da plataforma brasileira para a redução de riscos e de desastres.

A Conferência de Hyogo, promovida pelas Nações Unidas, desde 2005, pede que, até 2015, os países possam estar mais bem estruturados, com suas políticas institucionalizadas, com suas estruturas definidas, para que a gente possa implementar estas cinco ações que estão previstas no Marco de Hyogo:

1. Garantir a redução de risco – isso tem que ser uma prioridade nacional.

2. Identificar, avaliar e vigiar esses riscos, sobretudo investindo nos sistemas de alerta.

É o que estamos fazendo através do MCT. Certamente, o Ministro Aloizio Mercadante poderá trazer contribuições importantes para esta Comissão.

3. Criar uma cultura de segurança e uma cultura de prevenção.

Nós precisamos envolver o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura. É preciso que a gente possa sedimentar, na nossa sociedade, essa cultura de prevenção, que não existe. É importante mudar essa percepção dos brasileiros.

4. Reduzir os fatores de risco.

5. Fortalecer a preparação para desastres.

Então, são essas cinco as ações.

Também estamos nos aproximando da conclusão de uma importante iniciativa. Através de uma parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, nós deveremos anunciar, até setembro, o Atlas Brasileiro de Desastres. O que é isso? Os pesquisadores, os professores da Universidade Federal de Santa Catarina, numa série histórica de 30 anos, está fazendo o atlas do Brasil. Onde é que ocorreram os desastres naturais no Brasil? Eles vão nos apresentar esse banco de dados agora, esta semana, e o mapa de onde essas ocorrências se espalharam pelo Brasil inteiro. Nós vamos lançar esse mapa, divulgar esse mapa com os sistemas de defesa civil estaduais, e a ideia é de que, a partir do mapa, a gente possa definir 250 Municípios de maior potencial de risco, para subsidiar as ações de prevenção.

Onde é que nós vamos investir em prevenção? Nós temos que ter uma base. Nós vamos investir em prevenção aonde a série histórica aponta a recorrência da existência desses fenômenos, desses eventos onde ocorreu o maior número de óbitos. Assim já vem sendo feito pelo Ministério das Cidades na seleção das cidades que estão sendo contempladas com recursos do PAC. Está sendo feito com base em editais públicos, priorizando as áreas onde ocorreu maior número de vítimas.

Essa é uma iniciativa que vai contribuir para a identificação. Depois de identificados esses Municípios – é importante que a gente aqui esclareça –, não ter os 250 Municípios mapeados, não. Vamos ter os 250 Municípios aonde ocorreu, numa série histórica de 30 anos, uma série de eventos extremos que provocaram inclusive mortes. Algumas cidades já têm suas áreas de risco mapeadas, outras, não. A gente, então, vai definir as 250 de mais alto risco e criar uma dinâmica para que essas cidades possam de fato mapear as suas áreas de risco.

Já havia me referido a essa outra iniciativa de incluir o tema de defesa civil ou de proteção civil nas escolas de ensino médio e fundamental. Nós criamos um grupo de trabalho interministerial com a Ministra Maria do Rosário, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, para criar protocolos de atendimento às crianças e adolescentes em situações de desastres. Esse é um trabalho que está evoluindo satisfatoriamente.

Também hoje, a Presidenta, na sua coluna aos jornais brasileiros, fala dessa descentralização da defesa civil nacional. Nós vamos criar o nosso CENAD, que é o centro nacional, e queremos ter cinco centros regionais. Vamos ter um no Norte, um no Nordeste, um no Sudeste, um no Sul e um no Centro-Oeste. A ideia é estar em todas as regiões para que a gente possa fazer as aproximações com as defesas civis dos Estados e dos Municípios, para fazer todo aquele esforço de capacitação, de formação, de preparação dos agentes de defesa civil a partir do apoio.

Esses cinco centros serão criados até o final desta gestão. Primeiro estamos com as nossas atenções concentradas no centro nacional, do qual vamos falar mais adiante. Está aí na tela.

Esse CENAD tem como objetivo melhorar a capacidade de antecipação e previsão. Como eu disse, ele vai receber a informação de Cachoeira Paulista, centralizar, padronizar e, a partir daqui de Brasília, alimentar as defesas civis dos Estados e Municípios. Vai gerenciar e integrar essas atividades de respostas. Na resposta, diversos órgãos federais são envolvidos, como as Forças Armadas, a Conab, o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, muitos órgãos são convocados para oferecer resposta aos eventos quando da sua ocorrência. Então, integrar e gerenciar essas ações é um desafio a ser enfrentado pelo CENAD.

Nós vamos produzir informações para que as autoridades possam tomar decisões. Por exemplo, quem vai tomar a decisão de evacuar ou não uma cidade ou um bairro quando da aproximação de um evento extremo. Isso é uma coisa própria da Secretaria de Defesa Civil, é papel dela. Está na legislação, na Constituição: cabe a ela fazer isso. Ela tem que ter as informações para subsidiar a Presidência da República, as autoridades, na tomada dessas decisões.

A integração de diversos organismos. Nós temos informações que vêm de diversas áreas, por exemplo, da ANA, do setor elétrico, das barragens, que devem ser, portanto, tratadas, copiladas, sistematizadas. Nós vamos também priorizar – parece-me que esta é uma das preocupações desta Comissão, e já manifestamos o nosso apoio a essa iniciativa – a criação de uma força-tarefa, que chamamos de Grupo de Apoio a Desastres, o GAD. Então, o CENAD também vai ser o ponto de apoio para a coordenação e atuação do Grupo de Apoio a Desastres. O que é isso? Vou dar um exemplo. Ocorreu há pouco. Eu não pude vir à reunião desta Comissão na data marcada porque tive que me deslocar para Roraima. O Rio Branco subiu e eu tive que ir lá. Roraima, sozinha, não tinha como dar resposta àquela situação. Então, tiveram que deslocar técnicos e oficiais bombeiros do Amazonas, de Goiás, o nosso GAD. Temos cadastrados esses profissionais. Precisamos, evidentemente, de um grupo maior, um grupo que possa estar em permanente qualificação, em preparação para, quando da ocorrência desses eventos, ele poder ser acionado.

Ele foi acionado diversas vezes neste ano. Nós tivemos apoio de diversos profissionais de São Paulo, de Santa Catarina, de Minas Gerais, de Goiás, que foram nos ajudar no episódio da região serrana do Rio de Janeiro. E assim tem se verificado.

Então, o GAD é uma experiência muito positiva que nós queremos, dentro do CENAD, valorizar. E tenho sido informado que esta Comissão tem trabalhado numa proposta que aponta na direção da institucionalização de uma força-tarefa de especialistas, de técnicos, que possa ser acionada durante os eventos extremos.

Coordenar a atuação da rede nacional de radioamadores. Nós também estamos trabalhando com as empresas de telecomunicação. Na realidade, estamos em sintonia com o sindicato das empresas de telecomunicação do Brasil, que vai nos oferecer uma proposta para que possamos acionar, ter um sistema de alerta usando celular. Essa é uma discussão já iniciada e, assim que ela estiver concluída, vamos apresentar, primeiro, dentro do Conselho Nacional de Defesa Civil, para ter a validação por parte dos órgãos de defesa civil dos Estados e dos Municípios. Mas é possível, sim, emitir alertas através de torpedos, através do celular. E estamos trabalhando com essa possibilidade.

E também a criação de gabinetes de mobilização e apoio a resposta. Na realidade, no Rio de Janeiro, nós criamos um gabinete da Secretaria Nacional de Defesa Civil. É preciso que tenhamos condições de criar esses gabinetes móveis para que, na ocorrência desses eventos extremos, termos uma estrutura que possa funcionar na própria área de ocorrência do desastre. Esse CENAD – esta já é uma primeira informação –, nós vamos implantar no CENSIPAM, numa área de 634 metros. Ali onde funciona a ANA, também funciona o CENSIPAM, e lá vamos ter essa área, vamos ter 60 profissionais especializados em geologia, hidrologia, meteorologia, incêndios florestais, emergências químicas, também nas áreas radioativas, nucleares, assistentes sociais, vai funcionar em tempo integral. Hoje, nós não temos um centro que funcione

em tempo integral. Então, precisamos ter estrutura para isso. E estamos trabalhando para que o CENAD possa estar em operação até o final do ano. Até dezembro, nós queremos inaugurar esse novo espaço dentro da Secretaria Nacional de Defesa Civil, que será o nosso SENAD. E a partir dele vamos levar à implantação dos cinco centros regionais.

Outra iniciativa que nós realizamos e que a gente precisa fazer mais são os simulados. Na verdade, a gente só se prepara, só treina na medida em que a gente realizar muitos e muitos simulados. Nós realizamos três, mas precisamos ter uma agenda de simulados. Na medida em que os eventos vão mudando de região para região, a gente tem que ir fazendo simulados naquelas em que não estão ocorrendo, para que a gente vá melhorando e qualificando a preparação, para que a resposta ao desastre possa ser melhor. E houve uma boa receptividade, uma boa repercussão nesses três simulados que foram feitos em Alagoas, na Bahia e em Pernambuco. Agora, nós vamos fazer um simulado na região serrana, porque vai se aproximar o período de chuvas da região serrana, que já é uma região bastante fragilizada. Nós estamos organizando, com a Defesa Civil do Rio de Janeiro, um amplo simulado naquela região para que a gente possa estar preparado para o próximo inverno lá na região serrana do Rio de Janeiro. E até o final do ano faremos também em outras regiões do Sul e do Sudeste.

A Defesa Civil tem que ter voluntariado. Na verdade, nós estamos procurando diversas instituições que podem nos ajudar a ampliar essa capacidade de resposta através do voluntariado, de organizar melhor esse esforço voluntário, que é próprio da sociedade brasileira.

Nós firmamos um acordo de cooperação técnica com a Cruz Vermelha voltada para esse sentido e estamos nos aproximando de diversas outras instituições como Caritas, LBV, Save The Children e a Ox Fund. São iniciativas que buscam, digamos assim, aproximar a Defesa Civil nacional de instituições que podem induzir à mobilização crescente de voluntários quando da ocorrência de eventos extremos.

Bom, Sr. Presidente, essas são as nossas contribuições. Eu queria agradecer pela oportunidade. Nós temos uma grande expectativa do trabalho desta Comissão. Queremos nos colocar à disposição. Estou certo de que as contribuições que surgirão do trabalho dos Srs. Senadores e também dos Srs. Deputados será importante no sentido de complementar todo esse esforço que a Presidenta Dilma está realizando no sentido de reestruturar a Defesa Civil nacional e também redefinir o papel de diversos outros órgãos do Governo Federal no sentido de apoiar e fortalecer o Sistema Nacional de Defesa Civil. Falo, por exemplo, da mobilização das Forças Armadas sobretudo para melhorar e ampliar nossa capacidade de pronta resposta.

Pronta resposta é uma ação própria das Forças Armadas brasileiras. E elas estão também nesse esforço de se estruturarem para que, quando ocorrerem os eventos extremos, elas possam estar dotadas, por exemplo, de hospitais de campanha, de pontes metálicas, de equipamentos próprios para o enfrentamento daquelas situações. Então, temos trabalhado em sintonia fina com o Ministro Jobim e com os comandos do Exército, da Aeronáutica e da Marinha e muitos investimentos estão ocorrendo também no âmbito das Forças Armadas para qualificar e ampliar a capacidade de pronta resposta do Estado brasileiro.

Já me referi aqui ao enorme esforço que está sendo feito na área de predição por parte do Ministério de Ciência e Tecnologia, e, certamente, muitas das ações que devem ser desenvolvidas para que a gente possa aperfeiçoar a Política Nacional de Defesa Civil têm a ver com a legislação, têm a ver com o aperfeiçoamento dos nossos instrumentos legais. Chamo atenção sobretudo para a questão do ordenamento territorial, para o Estatuto da Cidade. Temos que ter instrumentos que possam coibir a ocupação irregular nas áreas de risco. Temos que incentivar à habitação popular, temos que criar mais e mais subsídios... Agora que o Programa Minha Casa Minha Vida vai para mais de dois milhões de unidades, é um momento importante, interessante de cruzar esse esforço de construção de novas habitações para a remoção de áreas já identificadas e que possam ser transferidas essas unidades habitacionais para as áreas mais seguras.

Portanto, estou certo de que a iniciativa do Senado Federal vem ao encontro desse desejo, que é o desejo da sociedade brasileira, que é o desejo da Presidenta Dilma, que é o desejo das nossas lideranças aqui no Congresso Nacional, de nós qualificarmos e melhorarmos a nossa estrutura de defesa civil do País.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu queria agradecer.

Agora que vamos partir para ouvir a posição das Senadoras, dos Senadores, do Relator, do Vice-Presidente da Comissão. E eu não poderia deixar de fazer um registro que me impressionou: a maneira detalhada, objetiva com que o Ministro tratou um tema tão importante. Só consegue alcançar esse nível de clareza e de contribuição para o País quem estuda o tema, quem estuda a matéria.

Então, certamente, já é uma constatação de que V. Exª conduz muito bem essa matéria dentro do seu Ministério, entende que é uma matéria de interesse da

sociedade, pois os desastres naturais normalmente atingem as populações mais pobres no mundo inteiro, os que têm menos recursos, que moram em áreas de risco, que estão à mercê da própria sorte.

Fico muito feliz de ver que a Presidente Dilma, já no começo de seu governo, procura fazer a adequação principalmente focada na prevenção.

A ONU mesmo criou um mecanismo. Nós tivemos aqui, há poucos dias, uma audiência, também aqui na Comissão, onde o setor que trabalha uma estratégia internacional para redução de desastres da ONU, que tem sede no Panamá, esteve aqui se posicionando, e fico contente de ver que o Brasil segue esse caminho, persegue esse caminho, democratiza o debate sobre esse tema, que já tem um fórum marcado, que já tem marcada também a segunda conferência.

Fico muito contente de poder fazer este registro e também do destaque que V. Exª deu a termos uma segurança orçamentária para lidarmos com isso. É impossível nós querermos fazer prevenção sem adotar algumas medidas, sem tomarmos atitude. E aqui no Congresso é que nós temos o espaço adequado para isso. A própria presença dos Senadores aqui é uma demonstração de compromisso com esse tema. Numa manhã como esta, são muitos os chamados para os Senadores. Passaram mais de dez Senadores e Senadoras por aqui. É uma maneira que penso que o Senado tem de respeitar a vinda de V. Exª aqui.

Então, antes de passar aos comentários ou eventuais indagações de Senadoras e Senadores, eu queria colocar em votação as atas da segunda e da terceira reuniões, como requer o Regimento, e peço que os Senadores e Senadoras que concordam com a ata, como o Regimento permite, com a dispensa da leitura, permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Bem, aprovadas as atas da segunda e terceira reuniões, eu agora passaria, primeiro, ao Sr. Relator, Senador Casildo Maldaner, que nos ajuda nessa missão, e ao Vice-Presidente da Comissão, Senador Inácio Arruda, para, se quiserem, fazer algum comentário, alguma indagação, e logo em seguida passaríamos aos Senadores que queiram, pela ordem, também fazer comentários.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB - SC) – Apenas, Sr. Presidente, eu confesso – aqui saudando os colegas, desde o nosso Vice-Presidente, Inácio Arruda, vejo aqui o Senador Valadares, o Senador Paulo Bauer, Senador Ataídes, Senador Cyro – que, no mesmo instante em que o Ministro falava da importância de o Ministério da Ciência e Tecnologia participar dessa proposta, principalmente na sinalização, no monitoramento, que cabe ao Ministro Mercadante, ele está na Comissão de Economia neste momento também tratando de outro tema. Vários Senadores passaram por aqui, mas estão lá reunidos também e debatendo temas que dizem respeito a esta Comissão. É só para destacar.

Agora, outra coisa, Srs. Convidados e todos os presentes, o que me surpreendeu é que V. Exª, Ministro Fernando Bezerra, eu achei que era mais *soft*, que não estava muito entrosado. E o Senador Jorge também já deu as dicas, o senhor está por dentro da questão, o senhor já mergulhou, deve ter passado alguns finais de semana, alguns feriados meditando sobre o tema porque ele é periclitante no Brasil inteiro.

Eu achei, de princípio, que a gente ia dar um durão mais forte aqui, mas eu vi que desde que o senhor – desculpe-me a expressão, tratá-lo de senhor – assumiu, no início de janeiro, havia 400 e poucos municípios interligados à Secretaria Nacional de Defesa Civil. Nós, de cinco mil e poucos municípios no Brasil, apenas 400 e poucos tinham assim cadastrados, como eu vi na demonstração, V. Exª declinou isso, e já conseguiu em torno de 1.500 municípios.

Há muito que fazer ainda, mas a gente constata que V. Exª está trabalhando pelas ideias que V. Exª trouxe aqui principalmente no que se refere à prevenção, a mudar a legislação que tem hoje. Os municípios e os Estados participarem com um real e a União participar com um ou com dois, principalmente na prevenção, aí a coisa pode criar uma febre e a coisa andar. Quem não quer prevenir alguma coisa no seu município, no seu Estado? Cada prefeito vai querer. Ainda eu boto um real, e se eu boto um, o Estado bota um e se a União bota dois e se posso aplicar na prevenção, já estou com recurso mais ou menos preparado.

E esse cartão também. O que ocorre hoje? Mesmo que se estimule a ter comissão municipal de defesa civil organizada lá na sua ponta, mas é que, na hora em que acontece o sinistro, nem se fala em prevenção, não tem meios, aconteceu o sinistro não está preparado. É uma novidade que o senhor traz hoje, Ministro.

E assim, não vou nem declinar agora, mas anotamos uma porção de coisas aqui, o nosso Presidente anotou, mas o principal agora é sentirmos e ouvi-lo para então catalogarmos, trabalharmos para criarmos uma coisa nacional, que seja o melhor para o País.

Algumas ponderações, apenas.

O SR. O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Casildo, quero mais uma vez agradecer a presença dos coordenadores da Defesa Civil dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Paraná, Ceará, Roraima e Bahia, Acre também.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB - SC) – Só para relacionar, Santa Catarina não está hoje porque estava naquela outra.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB - SC) – Fizemos uma exclusiva só para Santa Catarina.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB - SC) – Praticamente, mas houve aquela do encarregado da ONU que esteve aqui, especialistas, e eles acorreram aqui.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB - SC) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE ((Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu queria então ... Não sei se o Senador Inácio quer fazer um comentário, está inscrito o Senador Ataídes Oliveira.

Senador Inácio, logo em seguida, o Senador Ataídes para seus comentários, seus questionamentos. ,

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB - CE) – Sr. Presidente, eu digo assim que não fiquei surpreendido porque o Fernando Bezerra é de um Estado que lida com o problema defesa civil há muitos anos. Temos ali Recife, na região metropolitana, e mesmo às margens do São Francisco situações de enchentes que normalmente atingem a um grande número de famílias.

Então, o Fernando tem uma relação de intimidade, digamos assim, com o problema dos desastres naturais, que vão continuar ocorrendo sempre, porque faz parte da movimentação do nosso Planeta, que, dizem, anda a muitos mil quilômetros por hora só na rotação, na translação nem sei quantos quilômetros são. Para a gente ter a idéia, a movimentação é muito grande. Numa época de muito frio, como em Santa Catarina, ou em época de muito calor e seca, estiagem... para nós o período de estiagem pode chegar a três anos, sem chover em determinadas regiões; em algumas regiões se deixar de chover três meses vira desastre, para nós podem ser três anos. Quer dizer, nós convivemos muito com esse dilema. Na região Amazônica já é o contrário, são os regimes de chuvas muito prolongados, a bacia hidráulica muito volumosa. E também qualquer período de seca mais prolongada fica parecendo uma espécie de fim de mundo à região, de repente vem uma chuva torrencial, como agora, que atingiu Roraima.

Quero assim propor que, além da nossa audiência pública em Pernambuco, eu acho que a previsão é ser feita em Recife, fizemos uma em cada região, então vamos fazer uma na região Nordeste, visitássemos algumas obras em andamento no País. Visitamos aquele centro no Rio, um exemplo que evidentemente o Governo Federal vai ter que ter um centro daquele, com o Governo Federal articulando todos os Estados e Municípios brasileiros. Então, aquele é um exemplo muito significativo.

Um exemplo que estamos com ele em curso, que foi fruto de uma ampla mobilização popular, que depois envolveu o setor empresarial do Estado do Ceará, CDL, Federação das Indústrias, universidade, arquitetos, engenheiros, geólogos, geógrafos, se uniram, reuniram prefeitos da região metropolitana de Fortaleza. Começamos isso em Fortaleza, ampliamos para a região metropolitana e resultou, quando o Lula foi lançar o PAC e pediu as obras do Ceará, que tinha pronto, feito um projeto de engenharia, feito – digamos assim – uma espécie de ganho de cuia na Legislação, porque não poderia ser eito de outro jeito, porque a Nação estava impedida até de fazer projetos, de ter recurso nos órgãos para fazer projetos. E os Municípios não podiam fazer, porque não têm dinheiro, porque é caro fazer. Fizemos um projeto, Jorge, Ministro Fernando Bezerra, de macro drenagem de Fortaleza à região metropolitana. Pegamos três rios, o rio Ceará, o rio Maranguapinho e o rio Cocó, esses três rios impactam a cidade de Fortaleza. Não adiantava a gente fazer drenagem lá embaixo, não adiantava a gente fazer prevenção de cheias embaixo, na cidade de Fortaleza, porque os rios iam descendo dessas cidades e vinham inundando a cidade de Fortaleza, causando desastres, com mortes, com perdas materiais muito grandes. Começamos a fazer essa obra, que está sendo executada pelo Estado do Ceará, com recursos do PAC. É uma obra de grande porte. Começamos com 398 milhões, já chegamos a 700 milhões e para cobrir esses três rios vamos alcançar mais ou menos um bilhão e meio de recursos, para fazer a drenagem e dar garantias de proteção a mais de dois milhões e meio de pessoas e mais também a região metropolitana, que podemos chegar a três milhões de pessoas que vão ser protegidas por essa obra de macro drenagem.

Esse é um esforço grande do plano nacional, que mostra o que é o papel mais importante da defesa civil, o mais significativo, que é não permitir que aconteça o desastre.

Então, a outra grande obra foi o Castanhão, o que ao mesmo tempo garantia hídrica de abastecimento para um Estado e a proteção de milhares de pessoas que estão ajuzantes no rio Jaguaribe e quando era período de cheia alagava tudo, com perdas muito grandes.

São exemplos significativos que a gente tem que aproveitar e examinar para demonstrar, muitas vezes ao próprio Governo, o significado da obra preventiva, que pode estar no Ministério da Integração Nacional e pode estar no Ministério das Cidades. Os dilemas nossos são muito grandes, companheiro.

Quem tem que pagar 200 milhões de juros por ano, ou mais, está certo, normalmente sai contando tudo. E às vezes o cara olha assim: "Mas esse ano não vai chover muito, não. Talvez... Já teve um desastre no ano passado, não é possível que vá acontecer de novo. É muito azar, não é?" Só que é muito azar, mas no Rio de Janeiro aconteceu num ano e aconteceu no outro de novo, em situação muito pior, com um número de mortes muitíssimas vezes maior.

Eu também fiz uma proposta nesse sentido, mas o Jorge Viana apresentou uma proposta de não contingenciamento. O relator acolheu, para a LDO. É muito importante que os recursos destinados à área de defesa civil não sejam contingenciados e que haja um acordo com o Governo também de não vetar.

No caso da Ciência e Tecnologia nós fizemos essa proposição. O Marcelo acompanha isso há muito tempo. Nós fizemos essa proposição na Comissão Mista de Planos e Orçamentos. O Governo não poderia contingenciar os recursos destinados à Ciência e Tecnologia e o resultado é que no final do ano o Governo... No final do ano, não; já no início deste Governo, com a Presidenta Dilma, ela vetou, já que não podia contingenciar porque a LDO não permitia. Mas a LDO não falou de veto. Quer dizer, então vetou. Os recursos ficaram vetados.

Nós temos que fazer um acordo também com o Governo, dentro do Governo, para que os recursos não sejam contingenciados e também não haja possibilidade nenhuma de veto presidencial.

O fundo. Nós fizemos uma proposta que está em tramitação. Fizemos também uma Proposta de Emenda à Constituição criando a carreira de defesa civil, que é muito importante. Eu considero muito importante. Agora, isso também precisa de apoio do Governo, Fernando, porque só a nossa vontade aqui pode não resultar êxito. Nós criamos, porque é uma emenda constitucional, mas propusemos para uma lei, que é administrativa do Governo, porque é uma carreira de Estado. O Executivo tem que tomar a iniciativa. Aprovada a emenda constitucional, o Executivo tem que tomar a iniciativa. Acho que isso é muito importante.

Por último, o voluntariado. Eu assisti à audiência. Fui para Florianópolis. Estivemos lá. Eu, o Senador Bauer, o Senador Casildo. Uma representação muito boa. Eu não conhecia aquela experiência, não sei se Jorge já conhecia. Mas achei muito interessante a experiência de Santa Catarina. Parece que outros estados ali do Sul também têm, que é um corpo de bombeiros voluntário. É assim que eles chamam. Corpo de bombeiros voluntário que age na defesa civil. Não age apenas para apagar incêndio, digamos assim. Agem no conjunto da defesa civil. São voluntários. Nós temos também as nossas experiências brasileiras e aquela achei muito, muito interessante. Talvez a gente possa replicar para outros estados.

Então, eu queria fazer esses registros, porque são coisas que estamos vendo e acho que é um aprendizado. Também fiquei muito impressionado pelo grau de abertura. Você imagina fazer uma apresentação, uma coisa detalhada de quem está dominando o assunto, mas completamente aberta para as proposições e as sugestões de alterações que a gente possa fazer aqui.

Quando uma lei é apresentada como a que nós concluímos no final do ano passado e não recebe adesão de nenhum estado e de nenhum município, o Governo, evidentemente, tem que estar muito aberto para ver o que está acontecendo e como a gente pode corrigir. E a responsabilidade agora é nossa, especialmente do Senador Jorge Viana, que é o comandante da nossa comissão.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Inácio Arruda.

Está inscrito o Senador Ataídes Oliveira, a quem eu passo a palavra; em seguida, ao Senador Paulo Bauer.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB - TO) – Pois bem, meu Presidente, eu quero cumprimentar a todos aqui, o nosso Ministro Fernando Bezerra.

Sr. Ministro, observando minuciosamente os procedimentos aqui expostos por V. Exª – tantos que na verdade não dá para descrever – que serão adotados na gestão do senhor, imagino eu, nesse momento peço a Deus que o ilumine, que o senhor consiga realmente colocar todas essas medidas aqui expostas e esses procedimentos na prática, porque o nosso povo, Sr. Ministro, não suporta mais. A cada ano, nós sabemos onde ocorrerão as catástrofes. Nós sabemos. Pode ir naquele mais leigo hoje, do mais interior, do último cantinho do nosso querido Brasil, que ele sabe que lá no Rio de Janeiro vai haver, que lá na Bahia vai ter...

Então nosso povo não suporta mais. É sabido que as nossas chuvas estão chegando e novas catástrofes irão ocorrer. Mas eu, como otimista que sou, e ouvindo as suas belíssimas explicações... Como o nosso ilustre Senador Casildo Maldaner colocou, o senhor é um sabedor do assunto e isso nos deixa muito contente. Eu gostaria que todo o povo brasileiro soubesse da sua competência, que temos percebido nas suas palavras, Ministro. Então eu, particularmente, espero que os nossos Governantes, doravante, se preocupem mais com essa situação.

A gente vê, e eu repito, nós sabemos que em tal lugar vai ter uma queda de barragem. Os nossos governantes também sabem, mas nada se faz. E, depois

que acontece, eles aparecem, alguns até no meio da lama. Que pena isso!

Quero resumir aqui, em relação a todas as palavras e as exposições que o senhor fez, eu quero resumir somente numa palavra, Sr. Ministro, o que o senhor colocou: Prevenção. Pronto. É a coisa mais simples do mundo. Não é bicho de sete cabeças.

Nós temos no Brasil extraordinários profissionais nessa área de análise de solo. E eles sabem perfeitamente, daqui a cinqüenta anos, onde vai acontecer uma catástrofe. E o preço que esses profissionais cobram é irrisório.

Nós sabemos o quanto custa uma catástrofe dessas para o governo federal, para o governo estadual. Nós sabemos. São milhões, milhões e milhões, além de centenas de pessoas mortas e milhares de famílias chorando pelos seus entes.

Se nós formos fazer a contrapartida disso aí, quem está perdendo além do povo? O próprio Governo. O próprio Governo está perdendo.

Então eu percebo, ao longo dos anos, uma má vontade dos nossos governantes em resolver um caso, eu diria, tão primário, diante desses profissionais que nós sabemos que são competentes, do nosso sistema meteorológico, que hoje é impecável.

Nós sabemos que dia que vai chover. No passado nós não sabíamos. Eu morava na roça e meu pai falava: Dia tal vai chover. Interessante que até chovia mesmo. Mas aquilo ali era uma experiência matuta dele.

Hoje não. Hoje nós sabemos que dia vai chover. Nós sabemos o volume de água que vai cair em Teresópolis. É lamentável. Mas eu sou, repito, otimista. Acredito no trabalho de V. Exª e espero que esse cartão que o senhor ora nos apresentou seja jogado no lixo e nunca seja utilizado. Está certo? Porque isso custa muito caro ao povo. Isso custa muito caro ao Governo.

Por fim, o senhor colocou que o nosso ex-Presidente apresentou, durante o seu Governo, 104 diretrizes, etc., etc e etc. Ah eu queria que ele tivesse apresentado só uma, como o senhor está apresentando aqui hoje, que o senhor resumisse tudo numa palavra chamada prevenção. Eu queria que essas 104 diretrizes fossem então resumidas, como o senhor resumiu, em prevenção. Essa é a palavra sobre a qual temos que trabalhar.

E aqui nesta Casa, o nosso ilustre Senador Lindbergh Farias, que viveu na pele, no Rio de Janeiro, quando Prefeito e após, propôs a esta Casa o Projeto de Lei nº 26, que altera a Lei nº 12.340, que imagino que o senhor já saiba, e no qual ele coloca exatamente as palavras do senhor. Ele coloca aqui nesta proposição a criação de uma força nacional de defesa civil em três pontos: primeiro, criação de uma força nacional de defesa civil; segundo, a elaboração de cadastro nacional das áreas de risco; e, terceiro, a concretização de novo fundo para definir ano a ano os recursos para a defesa civil. Foram essas três que ele colocou, como já sabido por esta Casa, já passou pela CDR e está indo agora para a CCJ. Imagino que será aprovado porque é um desejo de todos nós aqui desta Casa.

Pois bem, meu Ministro, eu lhe desejo muita sabedoria e muita coragem para o senhor enfrentar esta situação, que é de todo povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Ataides Oliveira.

Passo, em seguida, para o Senador Paulo Bauer, da Santa Catarina.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Quero inicialmente saudar o Presidente, Senador Jorge Viana, bem como Senador Casildo e Senador Inácio Arruda, que também integram a direção desta Comissão. Também quero cumprimentar S. Exª, o Ministro Fernando Bezerra, e os demais Senadores presentes.

De fato, o assunto defesa civil é muito complexo, muito amplo e deve ser visto sempre como uma atividade essencial do Governo, sem partido político, sem prioridades, porque sempre está agindo para prevenir ou para recuperar problemas que surgiram em razão de catástrofes, que não escolhem dia, hora e nem lugar para ocorrer. São resultantes da natureza, de fenômenos naturais.

Com certeza, nós, de Santa Catarina, temos que de alguma forma registrar que o Ministério atuou decisiva e positivamente no nosso Estado, principalmente nos últimos três ou quatro anos, quando lá tivemos graves catástrofes climáticas, que penalizaram muito o nosso Estado tanto do ponto de vista social quanto do ponto de vista econômico, aliás, um fenômeno inédito porque nosso Estado até então só conhecia enchentes em Blumenau. Agora, a gente conhece desmoronamentos, a gente conhece inundações, a gente conhece furacões, a gente conhece tudo que possa existir. Ainda não conhecemos a seca, que tantas vezes assolou o Nordeste, nem terremoto, nem vulcão, graças a Deus! Isso está vindo por outros lados. De qualquer forma, já conhecemos o frio, que, aliás, está de rachar lá. Hoje cedo e ontem realmente foi algo que atingiu muito. Até as vezes a defesa civil é chamada para ajudar na questão do frio porque afeta as pessoas mais carentes, as pessoas mais desprotegidas, é claro, em uma ação mais reduzida de apoio, porque é momentânea, mas que precisa ser feita muitas vezes por Prefeituras.

Já tive oportunidade de conversar com V. Exª. Já tivemos reuniões da Comissão em Santa Catarina.

Não quero me ater à apresentação de V. Exª, mesmo porque não pude acompanhá-la literalmente, visto que cheguei do meu Estado já em um horário um pouco mais adiantado do que o previsto.

Queria apenas duas observações. Considero que catástrofe tem certa relação com falta de sorte, já que a gente colocou aqui, e o Senador Inácio colocou muito bem, que ninguém pode querer a mesma coisa duas vezes e, quando acontece duas vezes, ou é por excesso de sorte – se alguém, por exemplo, ganhasse duas vezes na Megasena, seria o excesso – ou pode ser fruto da falta de sorte, quando acontece em função de fenômenos climáticos.

Mas eu sempre relaciono a falta de sorte com a busca da sorte.

E eu diria a V. Exª que, quando eu vejo a Caixa Econômica Federal operar todo o sistema de loterias no Brasil que é efetivamente "vender a possibilidade da sorte para quem tem recursos para fazer aposta", fico imaginando por que não existe uma boa parcela daqueles recursos arrecadados pela Caixa, na área de loterias, destinados especificamente para a área de defesa civil, uma vez que ela não tem nenhum objetivo político eleitoral ou, até se pudéssemos dizer, nem governamental, porque ela não consta de programas de Governo.

A defesa civil atua em função de fenômenos climáticos adversos à vantagens políticas e não inerentes a planejamento estatal. Claro, quando prevenção, sim, mas a prevenção só se faz em função de um fenômeno já conhecido, acontecido ou previsto, pelo menos.

Então, eu diria que V. Exª como Ministro, tal qual outros ministros já puderam realizar, deveria empunhar uma bandeira como esta. Assim como outra que considero importante: muitos questionamentos se fazem no Brasil a respeito da destinação de multas. Por exemplo, alguém que tivesse pagar impostos em dia não o faz e, quando vai fazê-lo atrasado, paga multas. As multas vão para os cofres públicos como receitas ordinárias e são gastos outra vez como despesas que não têm nenhuma razão e nenhuma explicação, porque não estava prevista a arrecadação de multas no orçamento; ela entra como receita extraordinária, assim como existe a despesa extraordinária no caso de uma catástrofe que tenha desdobramentos, efeitos e consequências muito maiores do que aquelas que o orçamento público possa suportar.

O Senador Casildo, por exemplo, tem um projeto que prevê uma parcela do valor que se paga a título de prêmio de seguro para constituir um fundo, mas eu penso que esse valor ainda é insuficiente, deveria ser acrescentado de outros. E falo isso para V. Exª porque o Senador Raimundo Colombo que esteve aqui até o ano passado e hoje é Governador do meu Estado propôs aqui no Senado, através do projeto de lei, a criação de uma megasena específica para as catástrofes que ocorreram em Santa Catarina, e a sua proposição resultou arquivada.

Portanto, a sensibilidade para a questão de viabilizarem esses recursos para a defesa civil não é algo que conte com unanimidade e com aplauso generalizado.

É preciso ter um pouco de estratégia para tratar deste assunto. A minha, que quero oferecer como contribuição, é esta: se alguém está buscando a sorte, vamos fazer com que a busca da sorte resulte em alguma possibilidade para que aquele que não a teve tenha benefícios com ela.

Essa é uma sugestão, e eu, embora da oposição, não teria nenhuma dificuldade. Eu votarei sempre contra a instituição de qualquer novo impostos, e votarei sempre contra qualquer aumento de imposto, e sempre favor de redução. Mas se houver a possibilidade de deslocar, como lhe falei, multas decorrentes de algum tipo de tributo ou mesmo parcela da receita de loterias para uma finalidade como essa, tenha V. Exª a certeza de que isso é uma grande solução. Aliás menciono mais um fato: Em Santa Catarina, o hoje Senador e antes Governador Luiz Henrique instituiu um modelo descentralizado de administração e fez algo inédito: constituiu em Santa Catarina alguns fundos, específicos na área da cultura, na área do esporte e na área social. O êxito foi tamanho que ele iniciou a sua campanha para o Senado e foi vitorioso de uma forma extraordinária porque o seu governo foi aprovado, e as providências e os procedimentos também, porque, tanto na cultura quanto na área social, também não se pode classificar o projeto do artista por razões políticos partidários e nem tampouco o projeto social por essa característica, Ele precisa atender, efetivamente, quem tem necessidades comprovadas. E eu imagino que essa situação poderia ser uma das bandeiras que V. Exª empunharia e que contaria com a nossa simpatia e o nosso apoio.

O Senador Inácio Arruda falou de um exemplo catarinense que eu também gostaria de mencionar como segunda contribuição. Nós temos, em nosso Estado, algumas dezenas de unidades de corpo de bombeiros voluntários. Inclusive, a mais antiga do Brasil fica na cidade de Joinville. Nós não temos bombeiro militar na maior cidade do Estado. Nós temos bombeiro que trabalha voluntariamente, com toda a sua estrutura orientada dentro de uma política pessoal de funcionamento civil, embora com treinamento militar.

Eu posso dizer a V. Exª que a defesa civil – e eu já disse isso na audiência em Florianópolis – não deve ser vista como uma atividade, quando não estatal, relacio-

nada à caridade humana, relacionada à benevolência ou ao prazer de ajuda ao próximo apenas, mas deve ser vista também como uma atividade de cidadania. E obviamente que aquele que participa do trabalho da defesa civil hoje não tem nenhum benefício, não tem nenhum aplauso, não tem nenhum reconhecimento a não ser daqueles flagelados que ele ajudou ou da primeira sessão da Câmara Municipal de Vereadores, que lhe oferece um aplauso, eventualmente, quando acontece um problema na cidade ou na comunidade.

Deveria existir alguma coisa, não sei o que – se fosse para dar um exemplo muito simplório, eu diria essa carteirinha que o meu colega Ataíde disse que não deveria ser utilizada, e nem sei do que se trata, porque não ouvi a sua exposição –, mas deveríamos ter, sim, uma identificação para o voluntário da defesa civil. Ele deveria ser visto pela sociedade como alguém credenciado, como alguém acreditado, como alguém que estaria pronto, a qualquer momento, a prestar ajuda, fosse num acidente, fosse numa catástrofe, fosse num momento de dificuldade de qualquer pessoa da comunidade e, por isso, ele deveria ser reconhecido de alguma forma, não sei qual. Mas imagino que, assim como no nosso Estado, onde o bombeiro voluntário faz baile, o bombeiro voluntário é homenageado, que, no dia do aniversário do Município, o bombeiro voluntário tem preferência em determinadas atividades sociais da cidade, tem prioridade no atendimento em determinados serviços de prefeitura, em determinados serviços comunitários, eu acho que alguma coisa deveria ser feita no Brasil. Porque o Brasil está muito cheio, está muito repleto de bons exemplos, de liga feminina de combate ao câncer, de APAES, de tantos bons exemplos, do próprio corpo de bombeiros voluntários. Mas, na defesa civil, ele deveria ter esse braço, e que esse braço fosse mais comunitário, fosse mais individual, menos estatal, mas, acima de tudo, reconhecido pelo Estado como indispensável.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Paulo Bauer.

Passo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares para o seu comentário.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, Senador Casildo Maldaner, Senador Inácio Arruda, querido Ministro Fernando Bezerra, a presença de V. Exª, em palestra tão abrangente, mostrando o brilho do seu trabalho e do conhecimento profundo do assunto aqui abordado, é um prazer para todos nós.

A sua presença aqui, como a sua palavra abalizada, significam que o governo da Presidenta Dilma acertou em cheio na escolha do Ministro da Integração. Sem dúvida alguma, toda e qualquer calamidade que aconteça em qualquer parte do País é vista com preocupação, sejam as secas, que já se tornaram praticamente um fenômeno naturalmente previsível. Seus efeitos podem ser combatidos de forma eficaz com a elaboração de projetos viáveis para atendimento ás populações flageladas.

As calamidades acontecidas recentemente, notadamente no Rio de Janeiro e Santa Catarina e em outros Estados do sul do Brasil, denotam que o fenômeno de certa forma acontece em virtude da atuação descuidada da gestão administrativa e das pessoas que ocupam áreas de risco, sabendo que, a qualquer momento, podem ser vítimas de enxurradas, como aconteceu, por exemplo, nos morros, nas partes mais altas do Rio de janeiro, em vários municípios daquele Estado, com mais de mil mortes. Aí, é um fenômeno que naturalmente as autoridades federais, estaduais ou municipais não sabiam que ia acontecer com tanta violência, mas havia a previsibilidade de mortes e de prejuízos irreparáveis, não só no sentido de perdas de residências, vítimas fatias, como também prejuízos para a nossa agricultura, que se viu fragilizada com aqueles acontecimentos.

Nós nos lembramos que, durante a Segunda Guerra Mundial, houve afundamentos de navios de passageiros e navios mercantes na costa brasileira. E, ali, o governo, pela primeira vez, teve a preocupação de criar um órgão de defesa passiva aérea, que depois se transformou em defesa civil, numa prova mais do que evidente de que, não só na guerra como também na paz, devemos estar preparados para a eventualidade das catástrofes, sejam catástrofes provocadas diretamente pelo homem, como na guerra, sejam catástrofes provocadas pela natureza.

Nesse sentido, quero reconhecer aqui de público o esforço que realizou o Governo, por parte de V. Exª, ao se deslocar para todas as partes do País que foram atingidas por calamidades, não só para mostrar o sentimento de solidariedade, mas com medidas efetivas para diminuir o sofrimento das populações. Sem dúvida alguma que o fortalecimento do fundo de calamidades, com a inclusão de recursos extraordinários, como falou o nobre Senador que me antecedeu e o Senador Inácio Arruda assim se referiu, vai colocar V. Exª numa situação mais confortável no momento em que surgir um fenômeno que venha provocar prejuízos à população ou ameaças ou perigo à comunidade.

Nesse ponto, vários projetos estão em andamento, tanto na Câmara como no Senado Federal, com esse objetivo. Estou à disposição de V. Exª, como Parlamentar que sou do seu Partido, como Líder do Partido, para apoiá-lo em toda e qualquer pretensão

de iniciativa legislativa que venha fortalecer a ação do seu Ministério e do Governo da Presidenta Dilma.

Por último, queria assinalar o seguinte. De alguns anos para cá, nós temos falado mais em enxurradas do que temos nos preocupado com a seca do Nordeste. É verdade que a natureza nos ajudou nesses últimos anos, fazendo com a que a nossa região tivesse uma produção recorde de grãos, que a nossa população também, com o apoio do Governo Federal, nos mais variados programas de distribuição de renda, sofresse menos o impacto de alguma seca que ocorra aqui ou ali, como também o impacto causado por alguma enchente, como ocorreu recentemente no Estado de Alagoas, no Estado da Bahia e no próprio Estado de V. Exª, em Pernambuco.

Não digo que o fenômeno climático da seca pode ser dominado totalmente, mas ele pode ser combatido com eficácia. Os programas de atendimento às populações durante esse período das secas têm evidenciado a importância, por exemplo, da construção de pequenas obras que repercutem anualmente na distribuição de água potável para a população, como a construção de cisternas – isso na área de recursos hídricos –, e também o aproveitamento dos rios para a irrigação. O rio São Francisco é um exemplo. O Estado de Pernambuco, de Alagoas, de Sergipe e da Bahia têm fortalecido esses programas de irrigação como base de sustentação econômica para a nossa região. Sem dúvida alguma, muito embora lá em Sergipe tenhamos tido embates muito sérios sobre a transposição do rio São Francisco

Eu acho que a transposição já é um fato concreto e um projeto devidamente consolidado, que está sendo tocado, inclusive, pelo Ministério de V. Exª, ao lado da transposição do rio São Francisco, que é aquele projeto que deveria ser o primário, o primeiro de todos, o da revitalização, tenho certeza de que está sendo uma preocupação de V. Exª porque existem mais de quinhentas cidades que margeiam o rio São Francisco e que ainda jogam o esgoto diretamente na calha do rio. E existem tantas e tantas outras cidades que, embora vivendo ali pertinho do rio São Francisco, ainda não têm água encanada, não têm água tratada, quer dizer, o saneamento básico como proposta fundamental para a sua e também para revitalizar o rio São Francisco. Por isso que tenho certeza de que o Ministério da Integração, entregue como está em boas mãos de um nordestino da gema, haverá auscultar a população e a todos nós parlamentares que, como V. Exª, lutamos pelo desenvolvimento do Nordeste.

Meus parabéns à palestra que V. Exª realizou nesta Comissão, presidida pelo Dr. Jorge Viana, ex-governador, homem devotado ao desenvolvimento regional e que, certamente, vai receber os ensinamentos que V. Exª transmitiu e também as providências que o Governo Federal toma em face das calamidades acontecidas em todo o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Passo a palavra ao Senador Raupp. Antes, porém, eu queria fazer o registro da presença, que muito nos honra, do nosso colega Walter Pereira, que nos dá a honra da sua presença; também queria fazer um registro da importante presença aqui de um companheiro nosso, Presidente do PCdoB, Renato Rabelo, que está aqui, que é membro do Conselho Político do nosso Governo e que preside um partido com a importância do PCdoB, partido do nosso vice-presidente Inácio Arruda.

Então, passo a palavra, por último, ao Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB - RO) – Sr. Presidente, quem fala por último corre o grande risco de repetir tudo o que os outros já falaram. Então, vou me sentir contemplado na fala dos meus colegas Senadores, apenas parabenizar o Ministro Fernando Bezerra, da Integração Nacional, pelo excelente trabalho que vem fazendo à frente do Ministério e agradecer e registrar a presença, também, do nosso colega Valter Pereira, ex-Senador do Mato Grosso do Sul e que substituiu o nosso querido Ramez Tebet, que, com muita determinação, conseguiu desempenhar o papel que o Ramez vinha desempenhando nesta Casa. Agradecer a presença do Dr. Renato, do PCdoB, que visita esta Casa e esta Comissão.

Na mesma linha de alguns Senadores que me antecederam, Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, é de que a Defesa Civil deve ser preocupar um pouco mais com a prevenção dos acidentes. Acho que hoje temos mecanismos, tecnologia suficiente para poder prever o que irá acontecer no futuro, senão em um futuro muito distante, mas em um futuro próximo nós temos condições de prever até os tsunamis, que não temos aqui, dos terremotos, mas, sobretudo, das tempestades e chuvas em encostas e beiras de rios em que possa haver vítimas, como tivemos no Rio de Janeiro e outros Estados, até no Nordeste.

No passado era muito raro se ouvir falar que pessoas pudessem ficar desabrigadas no Nordeste, e este ano tivemos algumas tempestades no Nordeste, como ocorreu em Pernambuco, Alagoas e em outros Estados, com vítimas e pessoas desabrigadas. Então, que parte dos recursos da Defesa Civil pudesse ser aplicada em prevenção.

Lá mesmo no meu Estado, agora, há uma cidade histórica, chamada Calama – não é Município ainda,

mas é um distrito; já deve ter projeto, inclusive, lá no Ministério –, em que o rio Madeira, a cada ano, vai desbarrancando as margens e está engolindo casas; tem uma igreja de quase 200 anos que está quase sendo engolida pela erosão na beira do rio. Então, é uma coisa que dá para prevenir, é uma cidade histórica. Se puder mandar uma equipe de engenharia lá... Até pedimos. A prefeitura não tem. Já mandou engenheiros lá, mas não consegue, fica muito caro para resolver aquele problema. Ali é um acidente que está anunciado. Se não se tomarem providências, logo vai engolir a igreja, vai engolir a casa das pessoas, quem sabe até à noite, pegando as pessoas desprevenidas, também levando algumas pessoas junto.

Então, é relativamente a esse tipo de coisas que a Defesa Civil tem de se preocupar um pouco mais com a prevenção do que remediar e correr atrás do prejuízo.

Parabenizo V. Exª pela preocupação e pelo trabalho que vem fazendo perante o Ministério.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Não havendo mais Senadores inscritos, quero justificar que não passo a palavra para os convidados que nos honram com a presença, representantes da Defesa Civil, por limitação regimental. Contudo, com o entendimento com o nosso relator, vamos passar à exposição do Ministro, e gostaríamos de solicitar a cada um dos senhores que comentários viessem para a relatoria desta Comissão posteriormente. Isso nos ajudaria, porque o Ministro fala em nome do Governo, é a política do Governo da Presidente Dilma que está sendo exposta aqui, para o setor, e seria muito importante termos comentários que pudessem fazer parte do relatório. Esta reunião é uma das mais importantes que já realizamos até aqui, sem desmerecer as demais.

Antes, Ministro, rapidamente, além de agradecer – tivemos aqui a presença de 13 Senadores, de Deputados Federais –, é de fato um tema que está hoje ganhando a agenda do País, lamentavelmente, pelos problemas que o acompanham. Mas, se temos a decisão de trabalharmos com a prevenção, certamente vamos lidar melhor com esses problemas. E, sendo o Brasil um país que não tem... Por incrível que pareça, temos problemas graves nessa área, e os números e as perdas humanas mostram isso, as perdas materiais confirmam isso. Mas é quase inexplicável que, até os dias de hoje, no Brasil, com os recursos de que dispomos, andando com telefone no bolso, com mecanismos que nos colocam em contato com qualquer parte do mundo em tempo real, não tenhamos um sistema de prevenção como o agora anunciado pela Presidente Dilma. E V. Exª traz para cá essa boa informação, que será desenvolvida em conjunto com o Ministério de V. Exª, mas através do Ministério da Ciência e Tecnologia. Isso é muito importante.

Nossa Comissão esteve no Estado do Rio de Janeiro, na prefeitura, na cidade do Rio de Janeiro, e, em um ano, foi instalado um sistema que está salvando vidas no Rio de Janeiro, um sistema que ajuda e já faz do Rio de Janeiro uma referência nesse aspecto da prevenção, como foi colocado pelos colegas aqui.

E eu acho que é dessa maneira que o Brasil pode virar uma referência. Se alguns países que lidam com desastres naturais os mais extremados, aqueles sobre os quais não se pode ter uma previsão, os terremotos, por exemplo... Não é o caso do Brasil. Uma seca não acontece de um dia para o outro. Ela é uma consequência da falta de chuva ao longo de um período. A mesma coisa é a cheia. Obviamente, estamos hoje lidando com problema de desmoronamentos. Então, se não são tão extremados os problema climáticos, temos, sim, condição de alertar a população, como V. Exª apresenta, usando telefone celular, usando um sistema... Hoje, todos nós olhamos para ver o clima, mas não vejo ainda um protocolo de anúncio como acontece em praticamente o mundo inteiro, informando, dentro de uma regra: "Olhe, o risco de chuva intensa está em tal nível para tal região..." Para quem se desloca, isso não acontece no Brasil ainda. E é algo que não custa praticamente nada, a não ser reunir as informações que já temos, dar organicidade a elas e, ao mesmo tempo, oferecer um serviço à população.

Eu acho que isso precisa acontecer rapidamente, e sei que V. Exª está priorizando e vai ajudar a consolidar isso no Brasil.

Outro aspecto que eu queria pôr, antes de incluir uma solicitação de comentário de V. Exª, é que o Brasil está experimentando, pela primeira vez na sua história, uma sequência de crescimento econômico que começa a ficar sustentável no País. Vem de mudanças recentes, que estão se consolidando. Isso mexe no padrão de vida das pessoas. Isso mexe na capacidade de investimento das famílias. E nós temos um volume de obras, de reformas, de ampliações acontecendo em todas as regiões, em todas as cidades do País.

Ao mesmo tempo, estamos ganhando maior consciência sobre os cuidados que devemos ter na prevenção dos riscos e no cuidado que devemos ter até no socorro às populações vítimas de desastre e também de desastres naturais. É muito importante isso, eu queria deixar esta observação, até pelo momento econômico bom que o Brasil está vivendo, que possamos ser um pouco mais rigorosos, talvez passando uma normativa nova para as prefeituras, para os órgãos licenciadores de novas obras de reforma.

Hoje pela manhã, no Bom Dia Brasil, quatro senhoras que trabalhavam num restaurante, numa encosta, foram vitimadas, sendo que uma delas perdeu a vida, exatamente por causa de obras que acontecem a todo o momento, a toda hora. Isso pode se ampliar, com o crescimento econômico. Se tem algo com que sonhávamos, era o crescimento econômico, desenvolvimento, mas ele traz alguns problemas. É muito importante que o Ministério que cuida, que dá o socorro, que trabalha a prevenção possa também estabelecer um alerta para os demais Ministérios, para governos e prefeituras, e criar mecanismos para dar mais atenção no sentido de que não se faça mais obras em áreas de risco. Já está na lei, mas não se cumpre. O caso do Rio é emblemático.

Eu ouvi algo lá em Santa Catarina que faz a gente refletir; é uma coisa simples, uma pequena história. Quando os não-índios chegaram para ocupar aquela região, aqueles vales belos de Santa Catarina, chegaram e disseram: o que aqueles índios estão fazendo ali no alto? Estão todos ali em cima, em vez de morar aqui perto da água, do rio. Só depois de alguns anos ocupando aquela área é que eles entenderam por que os índios estavam lá em cima. Era porque lá embaixo não era o lugar adequado para ficar ou fazer obras, se não quisesse perder vidas. Isso está acontecendo todos os dias no nosso País, todos os dias e, às vezes, com dinheiro público.

Se não dá para termos uma ação, pelo menos na liberação de recursos públicos. No Rio de Janeiro aconteceu isso; o planejamento lá naquela região serrana, nenhum; a estrada estava na margem de um córrego, com a enxurrada que veio, com o desmoronamento, houve um bloqueio. Só tinha um jeito, ver de cima. Não tinha sequer lugar para descer, para socorrer, e foi uma situação grave. E o Brasil está cheio de situação que podem e devem ser evitadas.

Então, me desculpe fazer mais esse comentário. Eu queria só que V. Exª comentasse algo, até por conta da conversa que V. Exª teve conosco em sua apresentação.

Tem outro problema que afeta diretamente recursos e talvez uma ação mais importante, que é da população voluntária. A sociedade brasileira se mobiliza e dá o exemplo, permanentemente, quando tem alguém sofrendo; ela socorre, chega, às vezes, antes do governo, da prefeitura, antes dos órgãos oficiais. Isso é fantástico, isso é um patrimônio. Mas, tem algo que trabalha contra esse movimento que vem da sociedade, que é a má aplicação de recursos. Segundo me consta, há situações de prefeituras que vivem disso, de propor situação de emergência para liberar licitação, para pedir recursos sem adotar medidas que possam, de fato, mudar o quadro.

Eu gostaria que V. Exª, no final, também comentasse o grau, porque é muito difícil. Os mecanismos de fiscalização que temos hoje são os mesmos de situações normais. Não adianta usar os mesmos mecanismos. O Senado, que é uma Casa que tem como obrigação também fiscalizar aplicação dos recursos públicos, aplicação da lei, seria importante, também nesse trabalho que estamos fazendo na Comissão e nessa mudança que só a experiência de quem foi prefeito, que tem uma vida pública, que tem contato com a realidade, pode trazer, como V. Exª está trazendo para o nosso trabalho e para o nosso País; que nós criássemos também, junto com a facilitação da prevenção, com a segurança dos recursos orçamentários, que nós trouxéssemos também uma moralização para darmos uma satisfação à sociedade e até penalização para quem faça desvio de recursos que com tanto sacrifício... Às vezes, as pessoas diminuem o que tem em casa para socorrer alguém e recorrentemente acontecem desvios. Eu gostaria que V. Exª comentasse um pouco sobre como está se dando isso, como o Ministério está procurando lidar com situações como essa, de desvio gravíssimo de recursos que deveriam estar socorrendo vítimas de desastres naturais

E no mais, antes de qualquer coisa, agradeço o tempo que V. Exª está nos emprestando, ao Senado, a essa causa que é tão importante para o Brasil e para o mundo, especialmente para os cidadãos que, por intermédio da TV Senado e da Rádio Senado, vão certamente interagir conosco.

Passo a palavra a V. Exª, Sr. Ministro, para as considerações finais...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, apenas ponderar ao Sr. Ministro, já que S. Exª vai para as considerações finais.

Eu quero apenas, além de agradecer-lhe – e V. Exª, Sr. Presidente Jorge Viana, já o fez –, lembrá-lo de que V. Exª tinha dito que vai se encontrar com as companhias de seguro, nos próximos dias. Além daquela proposta do Senador Paulo Bauer, de ir até para as loterias, para se encontrar saídas nas loterias, diz ele assim: “deixa alguns felizes, pois foram os que contribuíram; mas se puder, dali também destinar uma fatia para aqueles que não puderam ser felizes ou não conseguiram” Ou seja, para a Defesa Civil atender pessoas, eu acho que é uma política interessante. São coisas que nós podemos ajudar.

Sobre as companhias de seguro, o que a gente pensa para preparar, ali nos ajustes de conduta – como o Senador Jorge Viana levantou, ou seja, nos Muni-

cípios, para estruturarmos a Defesa Civil Municipal –, como é que podemos fomentá-las?

O negócio do prêmio do seguro é uma proposta que estamos tramitando: é alguma coisa que se recolhia de qualquer seguro que se fazia no Município X, Y. Recolhia-se ali, vinha para a Defesa Civil Nacional; um terço daquilo ali fica na Defesa Civil Nacional; o outro terço, para o Estado correspondente de onde vem o seguro. E, para fechar o inteiro, o último terço iria para a Defesa Civil do Município de onde o seguro foi feito, de onde se realizou.

Isso motivaria a Defesa Civil do Município a propagar o seguro. Se do prêmio... Eu dei o exemplo da proposta de 1%: se um carro custa mil reais o prêmio do seguro, isso vai dar dez reais. Mas um terço vai chegar naquele Município. E a Defesa Civil se não estiver organizada, vai se organizar; vai fomentar a ter mais seguros; as companhias de seguro vão ter vantagens, porque aplicando na prevenção, muitas vezes, isso vai reduzir os sinistros; em se reduzindo os sinistros, as companhias vão indenizar menos. E com o tempo, com o aumento de seguros no Município, de qualquer ordem, isso vai reforçar, sem dúvida nenhuma.

Só para levantar a questão, eu já lhe falei ligeiramente, que em 2009 nós seguramos o Brasil em cerca de 70 bilhões de reais. E 1% daria 700 milhões de reais, em um ano. E fomentando isso na descentralização, organizando a Defesa Civil Municipal, acho que ela é importante.

Então o encontro de V. Exª com as companhias de seguro é uma tese que acho que, para elas entenderem isso, será fundamental.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Bem, com a chegada – e nós estamos aqui nessa correria do Senado – do ex-governador, Senador Eduardo Braga, que nos acolheu tão bem em Manaus e fez com que a reunião da Região Norte fosse... Ele ficou o tempo inteiro na reunião, aliás, conduziu a reunião. E com a experiência de ex-prefeito, de ex-governador e agora Senador, seria importante então que, excepcionalmente, pudéssemos ouvir o Senador Eduardo Braga antes de passarmos para as considerações finais do Ministro que está aqui conosco, e já contando com a concordância dele.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Agradeço ao Sr. Presidente Jorge Viana; ao nosso Relator, Senador Casildo; ao nosso Ministro Fernando Bezerra pela deferência.

Primeiro, para enfatizar a importância deste debate nesta Comissão. Eu tenho certeza de que para o Ministério da Integração, será uma oportunidade especial para compreender certos e novos desafios que vêm acontecendo em função não só dos extremos climáticos, que têm mudado os seus ciclos de ocorrências em todas as regiões. Talvez o que mais tenha impressionado no depoimento feito, principalmente na região Norte, é que o que tem marcado essa questão da Defesa Civil na região não é apenas o fato de que esses episódios tenham acontecido de forma mais aprofundada, ou de forma mais aguda, mas que tem acontecido de forma repetida, e num período mais curto.

Alguns exemplos podem ser dados. Por exemplo, enormes enchentes na bacia amazônica já aconteceram em décadas anteriores – na década de 40, na década de 50, na década de 60 –, enchentes importantes, relevantes, que marcaram inclusive o limite da cota de referência máxima na região. Só que essa cota não se alcançava a não ser em episódios esporádicos a cada 30 anos, a cada 40 anos, a cada 50 anos. Agora, o que temos verificado com bastante frequência, primeiro, é que esses ciclos são muito mais curtos. Segundo, estão acontecendo essas intercorrências de forma às vezes até sem conexão com o rio tributário, que é o rio Amazonas. Este ano tivemos um episódio forte no Estado de Roraima, em Boa Vista, e esse episódio não se reproduziu até agora – e pelo que parece não se reproduzirá – na bacia do rio Negro, que é o principal tributário do rio Branco, que é o rio que cria toda essa situação no Estado de Roraima. Portanto, foi um episódio provocado por alguma intercorrência a partir de determinado ponto do rio Branco a montante, que não teve conexão direta com o rio tributário, que é o rio Negro.

Da mesma forma, ocorreu no Estado do Acre. Tivemos no rio Acre este ano uma enchente que foi aguda – não foi das mais extremadas, mas foi aguda –, e essa enchente não se reproduziu no rio Purus, nem no rio Madeira, que são rios que recebem a parte tributária do rio Acre e de outros rios daquela região. Estamos percebendo que deve ter acontecido alguma coisa a montante de determinado ponto do rio Acre e a montante de determinado ponto do rio Madeira.

O que nos chama atenção, por exemplo, é que, no Plano Nacional de Dragagem, nenhum rio da Amazônia está incluído, Ministro. Então, a primeira observação a ser feita é que, no Plano Nacional de Dragagem, o Ministério da Integração Nacional, por intermédio da Defesa Civil, deve chamar a atenção, porque o que está acontecendo, com certeza, é fruto de assoreamento em determinados pontos. Com certeza, pode-se evitar que isso se repita em determinadas áreas. E, nos grandes canais de navegação, mesmo no grande canal do Amazonas, por exemplo, não está previsto dragagem em nenhum ponto dele, e nós já temos problema até

para fazer atracação de determinados tipos de embarcações, em função de assoreamento em alguns pontos.

A segunda questão que eu gostaria de destacar e que considero muito interessante é uma sugestão que ouvimos em quase todos os depoimentos: que houvesse a descentralização, por região, de um ponto de concentração em torno da Defesa Civil, ou seja, é impossível termos, numa nação do tamanho continental do Brasil, uma Defesa Civil concentrada num ponto exclusivo. Talvez fosse interessante ter um ponto de concentração do reforço da Defesa Civil em cada uma das regiões: uma na região Norte, outra na região Nordeste, outra na região Sul/Sudeste. Talvez com três ou quatro pontos pudéssemos redimensionar isso e dar o apoio necessário.

Finalmente, treinamento para as equipes e organização. No Amazonas, até pelo fato de que vivemos episódios extremos no nosso período, fomos obrigados a nos reorganizar e organizar a Defesa Civil de forma diferenciada. Hoje o Amazonas tem essa situação, e ficou claro a todos o envolvimento e como se estruturou a Defesa Civil no Amazonas nesse período. Acho que esse treinamento e essa troca de experiência entre os diversos Estados sob a coordenação do Ministério poderia ser outro avanço importante com essa base regional.

E finalmente, Ministro, parece-me que nós tivemos um aprendizado novo no Brasil a partir de algumas ações que o Governo Federal e governos estaduais acabaram fazendo, no sentido de dar certa dinâmica nessa questão da defesa civil e na questão das urgências e emergências que acontecem nessa área. Observando que, algumas vezes, fazemos um esforço logístico enorme para levar, por exemplo, sacola de rancho, para levar colchões, para levar uma série de mantimentos e materiais para determinadas regiões, fazendo gastos de logística de transporte de recursos humanos etc. gigantescos, quando que, às vezes, próximo dali a população poderia ter acesso a esses mesmos mantimentos, mantendo um ritmo e um ciclo econômico em torno daquela região, a exemplo do que o Bolsa Família, por exemplo, faz na urgência social.

O Amazonas mesmo fez uma experiência, com o apoio, inclusive do Governo Federal à época, do Ministério da Integração, criando um Bolsa S.O.S. Enchente, por exemplo, em 2009. Em vez de gastarmos horas de helicóptero e horas de transportes de aviação etc., levando uma série de coisas que, às vezes, não era nem o que eles precisavam, porque algumas vezes imaginamos que as pessoas estão necessitando de um determinado produto, um determinado bem, quando, na realidade, a principal necessidade deles é outra. Em vez de fazermos isso, demos uma ajuda financeira às vítimas daquela ocorrência ou daquela intercorrência que acabou provocando as causas que eles tiveram de perderem, muitas vezes, as suas plantações ou perderem habitação por um determinado período; terem que se alojar em algum momento sob alguma área. E com a ajuda tecnológica, hoje os cartões você pode recarregar, ou seja, se aquele episódio se prolonga, se ele tem mais do que um determinado período, você pode fazer com que essa ajuda se estenda por um mês, ou dois meses ou três meses, de forma que não haja... Inclusive, até hoje há em algumas regiões do Brasil pessoas que continuam ainda recebendo ajuda de aluguel, porque ainda não conseguiram recompor a sua habitação. Então, acho que essa é uma experiência que o Brasil precisa entender. Outra questão na Defesa, é a recuperação da perda da infra-estrutura e daquilo que nós recebemos. Ficou muito claro lá no Amazonas, por exemplo, que estamos tendo um fenômeno diferente no Amazonas, do desbarrancamento das frentes das cidades. Temos um fenômeno chamado terras caídas na Amazônia, que é um fenômeno que já tem certa tradição, mas o que está acontecendo agora, cada vez mais e cada vez com mais ocorrência é o desbarrancamento das frentes das cidades. Inclusive, há um caso específico, não resolvido até agora, que repercutiu na nossa reunião lá em Manaus, que é o caso de São Paulo de Olivença, que até agora não está resolvido, são mais de cento e poucas famílias que ainda se encontram em situação de risco. O episódio aconteceu no final do Governo Lula e no início do Governo Dilma; havia o empenho mas não havia a liberação; vieram as dificuldades de início de governo e a questão não foi equacionada. Houve uma discussão com o Ministério, houve um entendimento, mas esse entendimento até agora não se materializou. É importante verificar essa situação porque até hoje não houve nenhum desdobramento, pelo menos é o depoimento que ouvimos por parte do município de São Paulo de Olivença, lá em Manaus. No mais é parabenizar a nossa Comissão. Acho que foi um trabalho importante, essa é uma experiência nova que o Brasil vem fazendo, há um esforço no sentido de que se possa monitorar e de se ter também previsibilidade das ocorrências. Mas dizer que estamos percebendo claramente um avanço e creio que o relatório que o nosso Senador Casildo Maldaner vai apresentar vai contribuir enormemente para o Ministério poder aprimorar os mecanismos nessa área de defesa civil no Brasil. Agradeço a oportunidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana,. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado Braga, nós tivemos, como eu falei, a presença de 13 Senadores e Senadoras. Isso

mostra a preocupação do Senado com esse tema. Muitos usaram da palavra.

Quero aproveitar para suprir uma falha, nós temos a presença do representante da Defesa Civil de Rondônia que está aqui conosco. É muito importante a presença de todos.

Passo a palavra ao Sr. Ministro para fazer suas considerações finais e se posicionar sobre alguns temas que os Srs. Senadores levantaram.

O SR. FERNANDO BEZERRA – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, Sr. Relator Casildo Maldaner, dizer mais uma vez da satisfação da honra de poder ter participado do debate que esta Comissão vem desenvolvendo a respeito das mudanças que se fazem necessárias para melhor estruturação da política nacional de defesa civil.

Eu tive a alegria de aqui anotar diversas sugestões e quero agradecer, desde logo, as intervenções dos Senadores Ataídes Oliveira, Paulo Bauer, Antônio Carlos Valadares e, por último, as intervenções do Senador Raupp e do nosso amigo Senador Eduardo Braga.

Vou tentar fazer um resumo, porque se formos pinçar um a um os temas talvez a gente se estenda além do tempo devido. Mas, acho que uma observação importante é a de que o Brasil, na administração do Presidente Lula, conseguiu claramente recuperar a capacidade de investimento público. Se nós formos nos lembrar de períodos anteriores, houve uma grande contribuição do Presidente Fernando Henrique Cardoso, no sentido de apagar a memória inflacionária brasileira, consolidar os instrumentos de política macroeconômica, colocar o Brasil numa posição de reencontro com o desenvolvimento.

Mas o fato é que o investimento da União, do Governo Federal foi muito reduzido até a chegada do Presidente Lula. Os números que podemos comprovar, por meio do PAC 1 vão sustentar a minha argumentação.

O Presidente Lula conseguiu não só controlar, digamos, a política macroeconômica, mantendo a inflação baixa, quase um pleno emprego. A última estatística divulgada pelo IPEA, a menor taxa de desemprego no País, nos últimos 20 anos, foi de 6.4. Isso mostra que este País que durante muito tempo não tinha dinheiro para construir escolas, para construir estradas, não tinha dinheiro para produzir energia, para investir na sua infra-estrutura, este País voltou a crescer de forma acelerada, de forma segura, firme, com taxas de crescimento nos últimos 4 anos da administração Lula superior a 5% e, consequentemente, estamos vivendo, agora, um momento de ter que definir as nossas prioridades. Por mais que a nossa capacidade tenha se ampliado, as carências de infra-estrutura, sobretudo nas regiões menos desenvolvidas, ainda são tão grandes que se faz uma discussão importante ser travada para definir as nossas prioridades.

Então, eu penso o seguinte: no PAC 1 o Governo brasileiro investiu algo em torno de R$450 bilhões, já no PAC 2, que a Presidenta Dilma está ultimando, ouvindo os Governadores, as bancadas federais, ouvindo o Governo por inteiro, que deverá ser consolidado e anunciado por volta do final de julho, início de agosto, os primeiros números que saem para já nos informam de uma capacidade de investimento, nos próximos quatro anos, próxima de R$1 trilhão.

Acho que a discussão que esta Comissão trava sobre a reestruturação, a reinstitucionalização, a reorganização do sistema nacional de defesa civil deve estar na linha – como a Presidenta pede, porque essa é a linha que ela definiu, de fazer a virada – de que possamos investir mais em prevenção e cada vez menos na reconstrução e na reabilitação.

Penso que esta Comissão, como a Comissão na Câmara, possa se aliar ao esforço da discussão das prioridades do PAC 2. Imagino que ter instrumentos específicos para formar o *funding* das ações de defesa civil talvez não seja o caminho mais apropriado, seja de loterias, seja de seguros, porque tudo o que formos sugerir, de certa forma, vai esbarrar em um dos princípios constitucionais que impedem de ligar a criação de impostos ou de contribuições a determinadas aplicações. As únicas exceções são para a área da saúde e da educação, e acho que já estão de bom tamanho essas obrigações.

Agora, acho que sim, tudo já aponta, pelos depoimentos que aqui foram feitos, pelas recorrências, pela diminuição dos espaços nas incidências desses eventos extremos, para o fato de que essa agenda veio para ficar, que é uma agenda muito mais permanente do que possamos imaginar. E consequentemente, temos que aprofundar esse debate.

Aqui se falou de dragagem de rios. Ora, dragagem de rios hoje está agasalhada para hidrovia, para calados de portos, para a construção de novos terminais fluviais. E as dragagens que se fazem necessárias para evitar novas enchentes? Onde isso está sendo tratado? No Ministério dos Transportes? Creio que não. No Ministério das Cidades? Creio que não. No Ministério da Integração? São discussões novas que precisam ser trazidas ao debate, ao conhecimento.

Falávamos aqui em como classificar os investimentos em prevenção. A habitação que se faz na transferência de populações de áreas de risco para outra é ou não é um investimento em prevenção? Como tratar isso? Até para poder travar melhor o debate e ter uma compreensão por parte da sociedade temos que ter essa resposta. Não tenho dúvida de que a virada

do jogo está ocorrendo. Se pegarmos os números do orçamento federal, daquilo que foi executado, daquilo que foi dado em dotação para as rubricas que queiramos definir de prevenção, está ocorrendo uma grande virada no jogo das ações de prevenção, com uma clara priorização que talvez ainda não seja suficiente, talvez em função das nossas necessidades e das nossas urgências não sejam ainda número suficiente para enfrentar todas as questões que, a cada dia, preocupam todas as regiões brasileiras, do sul, sudeste, nordeste e norte, que estão precisando mais e mais de investimentos nessa linha.

Portanto, a minha sugestão para as diversas contribuições que aqui acolhemos no sentido de ampliar os investimentos em prevenção é que esse é o melhor momento, esses próximos sessenta, noventa dias, em que se consolidam os orçamentos de ações para o PAC 2 que possamos, com o apoio da Comissão do Senado, da Câmara, com o apoio dos Governadores, colocar luz: o que é investimento em prevenção? Quais são as ações que podem ser caracterizadas como ações de prevenção? Quais são as ações que podem ter sido esquecidas, como o Senador Eduardo Braga aponta a questão da dragagem. E quem ficará responsável por isso?

Então eu penso que estamos vivendo o momento adequado, o momento oportuno, para que a gente possa definir. E vamos ter que fazer as nossas escolhas: para investir mais em prevenção vai ter que investir menos em alguma área.

Então nós temos que saber como hierarquizar as prioridades. Agora, também estamos vivendo um novo momento. O Brasil recupera a sua capacidade de planejamento. Se agora estamos discutindo o PAC 2, daqui a pouco estaremos discutindo o PAC 3, mais alguns anos. E se o PAC 2 vai alcançar 1 trilhão, quanto não poderá alcançar o PAC 3?

Então vamos começar a fazer projetos. A gente, no início da nossa apresentação, também demonstrou que muitos dos recursos demandados não foram liberados pela fragilidade dos projetos apresentados, pela inconformidade da documentação que é apresentada pelos Estados e pelos Municípios. Não é só pela falta de recursos, é também pela deficiência na elaboração e na apresentação da documentação necessária e que é exigida.

Outro comentário que faço em cima das colocações do Presidente Jorge Viana, e que a gente teve também oportunidade de abordar na nossa apresentação, são duas coisas que, de forma recorrente, nós somos cobrados em relação à Defesa Civil: é acelerar a liberação dos recursos; e a boa aplicação dos recursos. Nós vivemos estes dois momentos, porque o Governo é lento e porque quando o Governo libera, ele o faz de forma tardia; e depois vem, também, a cobrança de que o Governo não acompanha a correta aplicação dos recursos.

Eu procurei demonstrar, na minha apresentação, que a Defesa Civil trabalha com três grandes linhas de ação: a ação de assistência à população, que é aquela voltada para o remédio, para o alimento, para o colchão, para a barraca, para o abrigo, para o combustível, para ações mais imediatas. A segunda linha de ação é a da reconstrução, é a recuperação da infra-estrutura danificada, o calçamento, as redes de água, de esgoto, de energia, a reconstrução de prédios públicos que tenham sido atingidos. A terceira linha é a linha da prevenção, da construção de obras que possam mitigar os efeitos desses eventos extremos. E o exemplo mais clássico é a construção de barragens para a contenção de cheias.

A nossa expectativa é que a gente não vai jogar no lixo esse cartão; não, esse cartão é instrumento de ampliar a celeridade da liberação dos recursos para assistir à população e, ao mesmo tempo, vai botar luz na aplicação dos recursos; transparência na aplicação de boa parte dos recursos da Defesa Civil, que serão acompanhados *on line* no Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União.

Então nós estamos dando um passo importante. Agora, quero aqui apoiar a sugestão do Presidente Senador Jorge Viana. Na realidade, não temos uma norma específica para os convênios ou para uma pactuação ou repasse de recursos de reconstrução. Nós temos é que nos valer das mesmas normas de um convênio, o que não é a mesma coisa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Ministro, permite-me uma contribuição?

O SR. FERNANDO BEZERRA – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – A propósito das questões das normas, no debate que fizemos no Amazonas, foi muito levantada, inclusive pelos profissionais da Defesa Civil, uma norma editada, no final do Governo Lula – o Presidente deve ter feito referência a isso –, onde na tentativa de se fazer, creio eu, uma dinâmica mais acelerada entre os Municípios e o Governo Federal, estabeleceu-se uma conexão direta entre a Defesa Civil dos Municípios com o Ministério da Integração, sem que passasse pelas Defesas Civis Estaduais.

Isso, talvez, no Sul e no Sudeste do País, onde a estruturação dos Municípios na área de Defesa Civil já deva estar mais avançada, talvez fosse até possível acontecer. Mas, nas regiões mais periféricas do Brasil, como a região Norte, a região Nordeste e até mesmo a região Centro-Oeste, os Estados estão muito melhor

aparelhados e muito melhor preparados para reconhecer a efetiva necessidade ou a efetiva ocorrência de um fato grave que recomende o dimensionamento das ações.

Embora, pelo que percebi, o Presidente Jorge já tenha abordado essa questão com V. Exª, esse é um ponto que deveria ser bem analisado para que nós não perdêssemos essa integração entre Municípios, Estados e União nessa ação de combate.

No mais, é muito interessante o uso do cartão para dar transparência, porque essa é uma experiência que efetivamente tem dado certo, e a gente acompanha isso efetivamente, com bastante integração nessa área.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Queria registrar a presença do Deputado Federal Daniel Gomes, que nos dá a honra da sua presença aqui.

Desejo ainda fazer um comentário antes de conceder a palavra ao Senador Ataídes Oliveira; quando se falava que, se adotarmos as medidas preventivas todas, não vamos precisar usar o cartão... Não é isso? (*Pausa*.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Exatamente.

Sr. Presidente, Sr. Ministro, esse cartão é de tamanha valia. Não há dúvida nenhuma disso. Posso ter exagerado na minha colocação, na minha metáfora até certo ponto, mas quero ratificar as minhas palavras. Uma vez se fazendo um trabalho preventivo, com as estratégias que hoje V. Exª expôs claramente aqui para nós, acredito que esse cartão será muito pouco usado em nosso País. Foi esse o motivo pelo qual eu disse que gostaria de ver esse cartão no lixo. Isso significa que essas catástrofes deixariam de existir em nosso País, acidentes que, na verdade, além das mortes, são uma vergonha para nós lá fora.

Perdoe-me se, porventura, eu disse aqui alguma coisa...

O SR. FERNANDO BEZERRA – Não; eu agradeço e acho que está corrigida aqui a interpretação equivocada que fiz da expressão.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Obrigado, Ministro.

O SR. FERNANDO BEZERRA – Mas, enfim, nós estamos apostando que o cartão será um instrumento importante para dar celeridade e para a devida prestação de contas de boa parte das ações de defesa civil.

Mas aqui, retomando as minhas colocações em cima da sugestão do Senador Jorge Viana, digo que, de fato, precisamos que esta Comissão avance no campo da definição de uma norma que possa regular o repasse das ações de reconstrução. É distinto, porque, senão, a gente fica um tempo enorme para poder chegar a um entendimento, a um acordo no fornecimento de documentação, de projetos. É o caso de São Paulo de Olivença, que o Senador Eduardo Braga cobrou – e cobrou de forma legítima – por uma ação iniciada no Governo do Presidente Lula, reiterada pelo Governador do Amazonas, por ele próprio, que esteve no meu gabinete por diversas vezes insistindo. Entretanto, acho que hoje é mesmo o dia da Defesa Civil: não só saiu o decreto do cartão como estão informando que está saindo o dinheiro de São Paulo de Olivença. A portaria está sendo assinada hoje no valor de R$16 milhões; Agora, a outra parte vai ter que ser feita com uma ação de prevenção para complementar os R$29 milhões lá de São Paulo de Olivença.

Mas, de qualquer forma, é só para reforçar que nós precisamos de uma norma que regule o repasse de verbas para atender às ações de reconstrução. Fizemos a nossa sugestão para que a gente possa, digamos assim, nivelar esse repasse ao mesmo tipo de tratamento que recebem as obras do PAC. Com isso se ganha celeridade, sobretudo em razão das adimplências ou inadimplências dos entes com quem temos de firmar os contratos e não haveria o contingenciamento.

Então, essa é uma das sugestões que deixamos para apreciação da Comissão.

Outra observação que também eu gostaria de fazer rapidamente, em cima das colocações do Senador Paulo Bauer, diz respeito à questão do voluntariado. De fato nós estamos trabalhando muito, inclusive estamos tentando celebrar um termo de cooperação com a Itália, que tem uma experiência de voluntariado muito importante. Nós acreditamos que aqui, no Brasil, existe esse sentimento de voluntariado por parte da nossa sociedade. Vou dar exemplos: no caso da região serrana do Rio de Janeiro, a quantidade de doações de alimentos, de agasalhos foi uma coisa impressionante, a ponto de não termos sequer como receber essas doações. E essa é outra deficiência: nós não temos nenhum centro logístico nacional digno de nota. E esse centro logístico nós precisamos ter um nacional e, depois, os regionais, para que possamos dar bom destino a essas doações, até para que elas, como muitas vezes vemos nas reportagens de televisão e de jornal, dizendo que a vontade dos brasileiros de colaborar, de cooperar, de mostrar a sua fraternidade, a sua cidadania, termina esbarrando na falta de estrutura por parte da Defesa Civil, em nível nacional e estadual.

Isso aí vai na direção, de novo, de uma sugestão do Senador Eduardo Braga, que também fez parte da nossa apresentação: nós vamos ter o nosso centro nacional, o CENAD, e vamos ter cinco centros regionais, bem como faremos investimentos nessa área de logística de apoio para as ações de defesa civil nacional.

Por fim, como o Senador Antonio Carlos Valadares e outros Srs. Senadores falaram, acho que é importante nós aprimorarmos o FUNCAP, que foi importante, foi um passo adiante. Eu comentava – e aqui repito – que nós conseguimos dar celeridade às liberações dos recursos de defesa civil neste primeiro semestre por causa da nova legislação, mas acho que o FUNCAP mirou errado, mirou na reconstrução quando deveria mirar na prevenção. E nós deveríamos ajustar os valores de contrapartida para os Estados de maior capacidade de investimento poder ser feito na base do meio a meio, do um a um; e, nos demais Estados, definir-se um nível de contrapartida que também não seja igual ao do PAC, para que a gente possa ter um esforço adicional por parte de cada Estado da Federação no sentido de significar e simbolizar a importância daquela obra de prevenção. E também definir de que natureza são essas obras de prevenção para saber a que áreas do Governo Federal elas ficarão afetas, ou se a gente vai na linha de definir as áreas de mais alto risco, aquelas áreas onde a ocorrência de eventos extremos se repete, como o Senador Ataídes disse, que todo mundo está careca de saber onde é que vai ocorrer esses eventos extremos, para que as ações de prevenção sobre essas áreas mais recorrentes possam ser feitas pela Secretaria Nacional de Defesa Civil.

Mas, enfim, esse é um debate que estamos travando internamente dentro do Governo, e se o Congresso Nacional, através das suas duas Comissões, está aprofundando esse tema, é importante também disciplinar o papel de cada órgão para que a gente possa ter um sistema muito bem articulado e muito bem integrado.

Queria fazer aqui um comentário rápido sobre a seca do Nordeste. Eu gastaria muito tempo aqui, mas como foi uma provocação do Senador Antonio Carlos Valadares, quero dizer que a Presidenta Dilma está lançando o Programa Água para Todos. São investimentos importantes nessa linha de cisternas, de sistemas de abastecimento de água simplificados, de aguadas, e que não é só para o Nordeste, vai envolver todo o Território Nacional. Isso vai ter um papel importantíssimo também na região Norte.

Estamos trabalhando em um programa nacional de irrigação que tem a ver com ampliação de emprego e geração de renda, e o programa de revitalização que vem sendo tocado pela CODEVASF. Entre PAC 1 e PAC 2, o programa de revitalização vai investir em saneamento básico mais de R2 bilhões, só dos recursos afetos à CODEVASF. Nós estamos coletando as informações do Ministério das Cidades, da FUNASA para a reunião do Comitê de Bacia do São Francisco, que vai ocorrer em Petrolina no próximo dia 07 de julho, porque nós acreditamos que, quando todos esses investimentos forem informados, os valores das obras de revitalização ficarão muito próximos do valor da obra do canal de transposição, mostrando, portanto, que os compromissos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma de fazer um programa concreto de revitalização na bacia do São Francisco não foram palavras jogadas ao vento. Elas se traduzem em obras de pedra e cal no sentido de melhorar as condições de vida da população que mora na área de influência da bacia do São Francisco.

Sr. Presidente, acho que peguei as principais sugestões e gostaria de encerrar agradecendo a oportunidade que tive de trazer aqui as informações do nosso trabalho, trazendo também as nossas sugestões para que esta Comissão possa levar a cabo a sua missão de propor iniciativa, sobretudo no campo Legislativo, para a melhoria do sistema nacional de defesa civil. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana Bloco/PT – AC) – Antes de encerrar queria fazer o registro da presença do ex-Senador e hoje Deputado Federal Chiquinho Escórcio que nos honra, que trabalhava com o ex-Ministro que dá nome a essa área Alexandre Costa.

Quero agradecer ao Sr. Ministro e dizer que a sua vinda aqui a essa audiência, hoje, é a garantia de que valeu a pena a proposição dessa Comissão e que o senhor selou aqui o sucesso do trabalho e, certamente, o relatório do Senador Casildo Maldaner, pela competência que demonstrou, pelo comprometimento que demonstrou, pela capacidade de entender o passado do Brasil, a realidade do presente e, também, o que deve ser feito para garantirmos um bom futuro.

Aproveito para convocar reunião para o dia 30 às 14 horas, na Ala Senador Nilo Coelho.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. – Senador **Jorge Viana,** Presidente.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 56 minutos.)

COMISSÃO TEMPORÁRIA, CRIADA PELO RQS Nº 171 DE 2011, COM O OBJETIVO DE AVALIAR E PROPOR, NO PRAZO DE 90 DIAS, ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL E CONSTRUIR PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DE UMA FORÇA NACIONAL DE DEFESA, ATUANDO ESPECIALMENTE EM ESTADOS ONDE OCORRERAM TRAGÉDIAS DE GRANDES PROPORÇÕES COMO ALAGOAS, PERNAMBUCO E RIO DE JANEIRO.

ATA DA 5ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 5ª Reunião, realizada em 30 de junho de 2011, às quatorze horas e trinta e um

minutos, na Sala nº 02 da Ala Senador Alexandre Nilo Coelho, sob a presidência do Senador **Jorge Viana (PT-AC)** e com a presença dos Senadores: **Casildo Maldaner (PMDB-SC), Delcídio Amaral (PT-MS)** e **Rodrigo Rollemberg(PSB –DF).** Compareceu também o Senador não membro da Comissão **Waldemir Moka(PMDB-MS).** Deixaram de comparecer os Senadores: **Lindbergh Farias (PT-RJ), Inácio Arruda (PC do B-CE), Fernando Collor (PTB-AL), Eduardo Braga (PMDB-AM)**, **Vital do Rêgo (PMDB-PB), Valdir Raupp (PMDB-RO)** e **Paulo Bauer (PSDB-SC).** Na oportunidade foi realizada Audiência Pública com a presença dos Senhores: Nelci Capitani, Prefeita de Colniza (MT), Cel. Luiz Carlos Ribeiro da Silva, Secretário Adjunto do Sistema de Defesa Civil do Distrito Federal, Cel. Edmilson Lopes, Comandante de Operações da Defesa Civil do Estado de Goiás, Cel. Sérgio Roberto Delamonica Correa, Superintendente de Defesa Civil de Mato Grosso, Ten. Cel. Reginaldo Leandro da Silva – Coordenador Adjunto da Defesa Civil do Estado do Tocantins, Juliano Tadeu, Secretário de Meio Ambiente do Município de Aparecida de Goiânia (GO), Gilmar Maurício, Secretário de Planejamento do Município de Jaraguá (GO), Paulo Roberto Matos, Secretário de Estado de Defesa Civil do Distrito Federal, Elias Santos, Vice-Prefeito de Chapada dos Guimarães (MT).

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Meu querido Senador Casildo, Relator desta Comissão, boa tarde.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Temporária criada pelo Requerimento nº 171, de 2011, destinada a avaliar e propor alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil.

Antes de iniciar os trabalhos, queria justificar que estava, como um dos Relatores da Comissão que trata do Código Florestal, numa audiência com as duas Comissões de Agricultura e Meio Ambiente e a Ministra Izabella Teixeira desde 8h30, horário em que começamos. Como os senhores ou parte dos senhores, estou sem almoço e agora vou esperar pela janta.

Queria agradecer e, ao mesmo tempo, convidar para compor a Mesa o Senador Delcídio. Como estamos fazendo, eu e meu querido colega Relator desta Comissão, a quem vou passar a palavra, vamos deixar a condução dos trabalhos simbolicamente para um Senador da região Centro-Oeste, que também tem uma preocupação com esse tema da defesa civil. Esse tema hoje envolve o sentimento de todo o Brasil na busca por dar uma contribuição para que o País possa atuar mais na prevenção, ser mais eficiente nos cuidados com as vítimas dos desastres, sejam naturais ou não, e também ter uma segurança orçamentária, uma inteligência de País na reconstrução.

Quero agradecer as representações aqui presentes: Nelci Capitani, Prefeita de Colniza, Mato Grosso – obrigado por sua presença; Coronel Luiz Carlos Ribeiro da Silva, Secretário Adjunto do Sistema de Defesa Civil do Distrito Federal, que também está presente; Coronel Edmilson Lopes, Comandante de Operações da Defesa Civil do Estado de Goiás – muito obrigado pela presença de V. Sª; Coronel Sérgio Roberto Dela Mônica Correa, Superintendente de Defesa Civil do Mato Grosso – muito obrigado; Tenente-Coronel Reginaldo Leandro da Silva, Coordenador Adjunto da Defesa Civil do Estado do Tocantins – muito obrigado; e Juliano Tadeu, Secretário de Meio Ambiente do Município de Aparecida de Goiânia. Todos esses seis, Senador Delcídio, vão nos ajudar fazendo uso da palavra, representando um conjunto de entidades, Prefeituras, organizações de Defesa Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, que trabalham indiretamente. Daqui a um pouco V. Exª ...

Queria também agradecer ao Tenente-Coronel Fernando Antonio, que está conosco – muito obrigado – e ao Tenente-Coronel Pedro Augusto Carneiro Tavares, representando ambos o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal; Sandra Fátima Soares e Eliana de Souza Lopes, representando a Prefeitura de Cuiabá – muito obrigado; Edmilson Alves, assessor do Prefeito, representante da Prefeitura de Peixoto de Azevedo, Mato Grosso – muito obrigado; e Carlos Roberto, representante do Município de Chapadão do Céu, Goiás; e, por último, Verena Martins, representante da Secretaria Nacional de Defesa Civil – muito obrigado.

Senador Casildo, sei que V. Exª abriu uma excepcionalidade. Sei dos seus afazeres e, por isso, passo a palavra para que possa fazer um pronunciamento, suas observações e, logo em seguida, como nós dois sempre temos combinado, passamos a condução desta audiência ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Em primeiro lugar, quero deixar aqui um abraço a todos e a todas. Na presença do nosso Presidente que, em boa hora, propôs a criação desta Comissão Temporária de Defesa Civil, com prazo de noventa dias, quero tratar de alguns assuntos.

Nós já tivemos umas diligências em algumas regiões. Na região Sul, tivemos uma reunião em Florianópolis, primeira diligência, com a participação do Rio Grande do Sul e também do Paraná. Tivemos a segunda diligência na região Sudeste, no Rio de Janeiro, com a participação do Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais. Tivemos a outra reunião no Norte, lá em Manaus, com a participação dos Estados do Acre, Rondônia, Amapá, Roraima, Pará e Tocantins. Está

aqui o Coronel do Tocantins nos honrando e também esteve presente lá em Manaus.

Hoje nós iríamos a Campo Grande, terra do nosso eminente Senador Delcídio Amaral, ou então à terra dos três colegas de Mato Grosso – está aqui também o Coronel de lá –: Blairo Maggi, Jayme Campos e Pedro Taques.

Em relação ao Centro-Oeste, como a Capital é aqui e não fica tão distante, houve a intenção e a decisão de fazermos a audiência pública aqui em Brasília, que os senhores viessem aqui e houvesse a participação não só do Distrito Federal, que está bem presente com vários senhores Coronéis, representantes do Corpo de Bombeiros e mulheres participando também – vejo aqui várias jovens do Corpo de Bombeiros ligadas a esse movimento. É muito bom isso.

Temos uma participação muito forte também de Santa Catarina, que é o meu Estado e de Goiás, inclusive com a presença do Carlos, representante do Chapadão do Céu. Até me diziam que nem é preciso morrer para ir ao céu. Ao Chapadão do Céu vai-se em vida mesmo, Senador Delcídio.

O Tocantins também se faz presente, assim como o nosso grande Mato Grosso do Sul, aqui bem representado, sem dúvida alguma, pelo Senador Delcídio Amaral e não só ele, mas o Senador Moka e o Senador Russo que assumiu o lugar da Senadora Marisa Serrano.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral (Bloco/PT – MS) – Antonio Russo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Então essa ideia aqui, a proposta do nosso Presidente, que foi Governador do Acre e defende as teses, o Jorge Viana, eu acho importante, porque nós brasileiros, na verdade, não somos previdentes. Nós temos uma legislação, mas é muito esparsa. Falta dar uma substância principalmente no campo da prevenção. Da prevenção, depois vai à área da recuperação quando preciso, quer dizer, preparação e recuperação.

Nós precisamos descentralizar e, além disso, criar os mecanismos para que as Comissões Municipais de Defesa Civil estejam preparadas para que, quando eventualmente surgir o sinistro, já possamos entrar em campo. Eu passei isto como Governador do meu Estado: ser despertado de madrugada, não canso de citar isso, e apelar à nossa Defesa Civil que estava despreparada para atender.

O que eu sonho acontecer hoje? Os Municípios fazem um levantamento, vêm à Defesa Civil estadual, essa, por sua vez, traz as reivindicações ao Ministério da Integração Nacional, à Defesa Civil nacional – o orçamento realmente não está preparado para enfrentar essas questões –, vai à Casa Civil, elabora-se uma medida provisória, vem ao Congresso Nacional, mas com isso já se passaram seis meses, meio ano e continua a escola caída, a ponte sem jeito, o posto de saúde no chão. É isso que ocorre normalmente em todas as partes do Brasil. Também acontece de a seca ter começado de novo lá no Mato Grosso ou em outras regiões e não estávamos preparados, equipados para isso.

Então a ideia é nós criarmos alguma coisa que seja perene. Também há a ideia de nós ouvirmos o que há de melhor no mundo através das nossas embaixadas aqui em Brasília, desses países que estão bem preparados, como a Austrália, Estados Unidos, Japão, dizem que a Espanha tem um bom plano, o Chile. Podemos ver o que há de melhor no mundo na questão do monitoramento, quer dizer, preparação, prevenção para ter fundos não só no orçamento.

Há uma proposta tramitando no Congresso Nacional para chamarmos as companhias de seguro e, em todo prêmio que se fizer, o que o usuário recolher dele, dou como exemplo o Chapadão do Céu, lá em Goiás, se lá fizerem um seguro de qualquer coisa, de um automóvel, se recolherem mil reais do prêmio, a companhia de seguros na hora recolhe 1%. Desse 1%, um terço dele, que não é tirado do tomador, mas da própria companhia de seguro, seria repassado para a Defesa Civil nacional, um terço para o Estado de origem, que, no caso, seria Goiás e o outro terço, para fechar o inteiro, vai à Defesa Civil, se estiver bem organizada, para Chapadão do Céu, lá para o seu município correspondente, porque isso vai fazer com que cada um comece a se preparar, tenha alguma coisa, e motiva também a fazer mais seguros. E nós sabemos que todo seguro que se fizer – estou dando o exemplo hipotético de Chapadão do Céu – já se sabe de antemão que um terço vem pra nós. Já temos isso. Caso ocorra o sinistro, nós já estamos eventualmente preparados para dar o início. E assim, se precisar mais, a Defesa Civil Estadual do Goiás, no caso, já tem alguma coisa. E se precisar, a Defesa Nacional também tem um fundo pra isso.

E aí, no que pode aplicar? Já prevê a legislação que pode usar parte disso na prevenção. Se prevenirmos, vamos ter menos sinistros. E as companhias de seguro vão indenizar menos. Além de aumentar os seguros, elas vão indenizar menos. Então, essa é uma das propostas.

O Ministro da Integração Nacional esteve conosco essa semana: Fernando Bezerra. Estão lançando também um cartão que está sendo regularizado. O Presidente Jorge Viana esteve nessa reunião, presidiu o encontro, conhece também. E o cartão vai ser alguma coisa com transparência, que já é uma medi-

da que as defesas civis organizadas podem usar logo. Isso o Governo Federal já está lançando. Mas em todo caso, nós queremos ouvir e preparar nesse conjunto, nesses quarenta e poucos dias que nos restam ainda para ultimarmos, nos 50 dias, esses trabalhos nesta Comissão, para criarmos no Brasil, de uma vez, alguma coisa que seja perene, duradoura, vendo mais longe, além do horizonte, para estarmos preparados. No fundo, é atendermos às pessoas e eventualmente também à recuperação de materiais, de equipamentos, dos danos que acontecem.

Então, em poucas palavras, é isso. Nós queremos mais é ouvi-los. Para nós, a obrigação é catalogarmos, sentirmos e aí tirarmos o que há de melhor para nós, no Brasil. E, se for preciso, vamos mudar a legislação. Vamos ver o que é melhor para estruturarmos, prepararmos e estarmos – como se diz – mais a postos, mais como sentinelas – eu diria – dessa questão do sinistro em catástrofes.

São algumas considerações, Sr. Presidente, que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT - AC) – Muito obrigado Senador Casildo Maldaner. Mais uma vez, muito obrigado pela presença de todas e de todos.

Essa audiência é no sentido de ouvirmos a opinião de representantes dos estados ou mesmo municípios da região Centro-Oeste sobre os problemas que tem enfrentado de maneira objetiva, tendo em vista os desastres naturais, especialmente. Aqui no DF, problemas de incêndios; em outros, no Pantanal, cheias; em outros, seca e cheia.

Como é regional, nós temos, normalmente, um colega Senador, como o Senador Delcídio que é uma pessoa atenta a esse tema, já que o estado dele também sofre muito. É talvez, da região, o que mais tem problemas no número de municípios. Eu passo a condução dos trabalhos para ele, como maneira de homenagear um colega da região Centro-Oeste.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral .Bloco/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana e Senador Casildo Maldaner.

Quero cumprimentar todos os representantes dos estados do Centro-Oeste. Lamento porque não veio nenhuma liderança do Estado de Mato Grosso do Sul; nenhuma liderança da Defesa Civil do Estado de Mato Grosso do Sul a essa audiência pública. Lamentável e por uma razão muito simples. E os números falam aqui por si só.

Mato Grosso do Sul é recordista. Se nós consideramos o DF, Goiás, Mato Grosso e MS, que é o caso de Mato Grosso do Sul e Tocantins, em Mato Grosso do Sul há situação de emergência; o número de municípios é maior do que de qualquer outro estado da região Centro-Oeste. Em processo de reconhecimento de situação de emergência também nós ganhamos. E em população afetada por desastres é uma lavada: desalojados, desabrigados, afetados. Portanto, é lamentável que não tenhamos...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) Está representado por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral .Bloco/PT - MS) – Nós não tenhamos um representante da Defesa Civil, uma liderança constituída do Governo do estado para falar sobre o nosso Estado de Mato Grosso do Sul.

Eu sou – e digo sempre ao Senador Jorge Viana e ao Senador Casildo Maldaner – uma pessoa muito focada nessas questões, até porque nós sofremos na pele, durante anos consecutivos, essas tragédias. Santa Catarina também.

Eu tive a oportunidade, inclusive como relator do Orçamento Geral da União, de visitar as áreas atingidas há uns dois, três anos atrás. O Acre, agora, passou também por uma situação muito delicada. Mas a Defesa Civil, hoje, é uma preocupação não só desses Senadores que estão aqui presentes, mas de todo o Congresso.

Nós precisamos de agilidade, rapidez, de uma legislação que reúna as condições necessárias para que tenhamos as condições próprias de mitigação das consequências, especialmente nos momentos de problemas climáticos graves, que atingem populações e exigem das autoridades principalmente determinação e dinamicidade. Principalmente nesses momentos difíceis.

Aqui foi dito pelo Presidente Jorge Viana e pelo Senador Maldaner, da necessidade de se ter um monitoramento, de se atacar essa questão de uma forma efetiva, tecnológica, preventiva montada para as regiões.

E o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministro Aloizio Mercadante, vai lançar esse programa de monitoramento de todas as regiões do País, mas também estudar efetivamente ocupação urbana, tomar as medidas preventivas para que determinados acidentes não se repitam. Porque, aparentemente, quando chega janeiro e fevereiro, todo Brasil se mobiliza. E é triste ver aquelas cenas. E depois tudo volta à mesma realidade.

Então, é uma ação tecnológica, de monitoramento, mas uma ação também efetiva, principalmente na questão de ocupação de solos, de encostas, investimentos em drenagem, que são absolutamente fundamentais, para fazer frente a essas necessidades a que o crescimento desordenado de alguns municípios no Brasil levou e tem trazido tantos transtornos à nossa gente, ao nosso povo.

Portanto, quando o Senador Jorge Viana me convidou a participar dessa comissão, eu de pronto concordei.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB - SC) – É para salvar o Mato Grosso do Sul. Para incorporar também.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral .Bloco/PT - MS) – Para incorporar o Mato Grosso do Sul. Se não é o representante da Defesa Civil... eu sou o representante aqui do estado e da população do nosso estado. Do cidadão, da cidadã.

Quero pedir também desculpas, meu caro Presidente Senador Jorge Viana. Não participei de alguns encontros aqui porque a Comissão de Assuntos Econômicos estava realizando audiências públicas com a Comissão de Infraestrutura no mesmo horário. Então, eu tinha que presidir a reunião lá e fui muito prejudicado pelo menos nessas primeiras atividades desta comissão.

Mas quero saudá-los. Quero, mais do que nunca me colocar à disposição de todos os senhores e de todas as senhoras e dizer que sem dúvida nenhuma, há competência. Aqui, nós temos dois ex-Governadores com experiência de sobra para falar sobre esse assunto.

Eu estou mais nessa mesa como uma personagem que foi acionada sistematicamente quando acontecem esses problemas, mas não tenho dúvida de que nós vamos produzir legislativamente para atender a essa questão da defesa civil e a isso não vamos nos furtar. Nós vamos efetivamente produzir uma legislação adequada ao que toda defesa civil dos estados – mais do que nunca as defesas civis – esperam de todos nós.

Portanto, vou abrir os trabalhos. Quero, até para a gente disciplinar – aqui há muitos militares, portanto, disciplina, e, em defesa civil, disciplina é fundamental – vamos dar cinco minutos para cada convidado.

Assim como a Defesa Civil tem que ser ágil, temos também que ser ágeis também para explicar os nossos problemas e as nossas sugestões propostas.

Quero registrar aqui a presença do Senador Blairo Maggi, outro Senador do Centro Oeste, também Governador de Estado, portanto, aqui só está faltando um ser Governador, que eu espero que em 2014 seja assim.

Portanto, quero saldar o Senador Blairo Maggi e passar a palavra para S. Exª fazer uma saudação. Aqui está a Defesa Civil de Mato Grosso, do Tocantins, do Distrito Federal, a de Goiás, lamentavelmente só não está a do meu Estado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR - MT) – Boa tarde a todos, cumprimento os Senadores colegas e dizer, Senador Delcídio, que aqui no Senado quem não foi governador será ainda. Então tem que tomar cuidado na Mesa, sempre aqui. Mas quero cumprimentar a todos, cumprimentar o Coronel Dela Mônica, de Mato Grosso, que está aqui; Prefeita Nelci, de Colniza, enfim todos aqueles que estão aqui nesse evento.

Esta comissão está sendo levada adiante para ouvir um pouco das dificuldades que cada um tem. A gente sabe quais sãos as dificuldades, mas, para colocar tudo isso no papel, para fazer com que haja mudanças significativas a respeito desse assunto, inclusive de provisionamento, esta comissão está se reunindo e ouvindo então, para que possamos, num futuro próximo, ter novas formas de acessar aos recursos, acessar, enfim, tudo aquilo que vai ser colocado à disposição quando ocorrem os problemas que têm ocorrido, principalmente em questões naturais.

O que temos conversado, aqui na comissão, conversado com alguns Senadores é que a gente vive mais ou menos por espasmo: dá um problema, você vai lá e socorre aquele problema. Dá um problema lá e você vai lá e socorre, e não há uma política, não há uma política uniforme, uma política de procedimentos inclusive para que, no momento em que ocorra uma dessas anomalias, você sabe qual é o procedimento de cada um deles. Então, ao ouvi-los, aqui na comissão, com toda certeza, vocês estarão trazendo uma informação importante, que vocês vivem e militam no dia a dia nesta questão, para que a gente possa proceder a uma política mais uniforme, mais efetiva a respeito do assunto da Defesa Civil.

Então eu quero agradecer a presença, cumprimentar mais uma vez a todos que estão aqui, e devolvo a palavra então, ao nosso coordenador, nosso Presidente, Delcídio Amaral, que dará seqüência aos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT–MS) – Vou passar a palavra e como não sou bobo, para uma mulher, Prefeita Nelci Capitani, Prefeita de de Colniza. Com a palavra a prefeita.

A SRA. NELCI CAPITANI – Obrigada, Delcídio. Quero cumprimentar todos aqui, em nome do nosso Senador Baliro Maggi, cumprimentar toda a Mesa. Senador, aqui estou eu de novo, tentando dar o meu palpite. Vou ser bem rápida, até porque tenho que sair.

Queria dizer obrigada pela oportunidade. Nós tivemos problema, este ano agora, com desastre natural. O que eu queria deixar? Temos que ter um mecanismo de agilizar as coisas de uma forma o atendimento fosse mais rápido, que tivesse menos burocracia, no nosso caso, e também que se conseguisse colocar cada município na sua realidade.

Por exemplo, temos que chegar até aqui; aqui, para liberar, vai para o Estado, o Estado vai ter que projetar para chegar até o Município. Até você receber esse recurso, demora. O nosso vem via Estado. Até o

Estado, daquele tamanho, saber o meu município tem 26 mil km² e todo ele habitado. Eu tenho 4.200 km de estradas vicinais. Então, veja bem, aí nós vamos partir para um recurso em que vai ser destinado tudo em obras de concreto. Eu concordo, se nós tivéssemos R$200, 300 milhões para botar lá, para fazer a nossas pontes de concreto. Mas como o recurso é pouco, nós temos que usar da matéria prima que nós temos mais fácil, que é a madeira.

Então o que eu queria dizer é o seguinte, eu concordo que a gente esteja pensando numa coisa mais definitiva. Mas. se nós pensarmos; nós temos uma ponte de madeira. Esse dinheiro que vou receber, se fosse para fazer aquela ponte, não daria nem para fazer uma ponte. Então, para nós, prefeitos, de um local como esse – queria que deixasse isso aí anotado – é muito melhor eu ter várias pontes de madeira que durem cinco, dez anos – tenho pontes de madeira que construí em 2001, até hoje está boa – mas que eu possa atender o maior de pessoas, do que ter uma atendendo um único ponto.

E que esses recursos sejam mais rapidamente agilizados para os municípios. Porque senão, daqui a dois anos, até chegar lá, o município pega seu parco dinheirinho – no meu caso R$ 1,5 milhão – e gasta tudo o que não tinha, fazendo a emergencial das pontes. Aí não adianta chegar uma de concreto porque não vou derrubar aquela que eu já fiz com o meu dinheiro. E aí começa essa situação. Então, eu gostaria o seguinte: meu ponto era que se verificasse a situação de cada município, no caso, da decisão de V.Exªs daqui para frente, que vai estudar um novo posicionamento. Foi o que eu entendi. Que fosse vista a situação de cada um antes; que deixasse essa pontuação.

Falei aqui, quase que um desabafo porque já vi que até chegar a nós esse recurso está muito tarde.

Meus agradecimentos e boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT–MT) – Muito obrigada Prefeita Nelci. Usou metade do tempo, objetiva.

Vendo a prefeita falando, lembro-me das estradas vicinais das pontes e da velha discussão de ponte de madeira com ponte de concreto, que é o sonho de todo mundo. E essa demora infinita. Passa a calamidade, e o Estado ainda não recebeu o dinheiro.

Com a palavra agora o Coronel Luiz Carlos Ribeiro da Silva, Secretário Adjunto dos Sistema de Defesa Civil do Distrito Federal.

O SR. CORONEL LUIZ CARLOS RIBEIRO DA SILVA – Exmº Sr. Senador Jorge Viana, mediante o qual cumprimento toda a Mesa; Exmº Sr. Senador Casildo Maldener, Exmº Sr. Senador Delcídio Amaral e Exmº Sr. Senador Blairo Maggi, eu tinha trazido uma palestra robusta, com bastante observações, considerando que a nossa missão aqui, conforme a documentação que recebemos, previa que nós apresentássemos algumas ações de Defesa Civil do Distrito Federal e apresentássemos propostas.

Então vou fazer bem rápido. Se caso algum companheiro queria essa palestra, ela está disponibilizada aqui no nosso site da Defesa Civil do Distrito Federal.

Hoje somos uma Secretaria.

Temos, hoje, dentro da nossa estrutura, por legislação, que o tomador de decisão do Distrito Federal das Ações de Defesa Civil é o Governador do Distrito Federal, e isso nos dá um respaldo extremamente forte, porque, a partir daí, todos cumprem as missões que são determinadas pelo tomador de decisão.

O nosso Secretário de Estado é o Dr. Paulo Matos, somos uma secretaria de Estado, estamos dentro do primeiro escalão do Governo do Distrito Federal. O Coordenador Geral das Ações é o nosso Secretário, Dr. Paulo Matos.

O nosso Secretário Adjunto do Sistema é o nosso agente executor, é aquele que vai para campo trabalhar.

Dentro da nossa estrutura, prevemos uma área importantíssima que são a capacitação das pessoas da comunidade como um todo. Daí talvez comecem os primeiros indícios de como nós gostaríamos de apresentar as nossas propostas para melhorar o sistema: capacitação, preparação da população para dar a primeira resposta.

Próximo,

Aí, vai até o nosso mapa. Bom, aparentemente, Brasília é uma cidade tranquila. Porém, nós temos dois milhões de habitantes dentro do Distrito Federal e dois milhões de habitantes no nosso entorno. Não existe talvez nenhum Estado aqui presente que tenha um município com 600 mil habitantes. Há a cidade-satélite de Ceilândia, que tem 600 mil habitantes. A cidade-satélite de Taguatinga, que tem 400 mil habitantes a cidade-satélite de Samambaia, aproximadamente 300 mil habitantes. Esse é um problema que o Distrito Federal apresenta: nós temos as cidades-satélites, que não são reconhecidas pela legislação federal como municípios, e nós temos desastres gravíssimos. Aí um exemplo de que nós não temos monitoramento: a Vila Rabelo, com aproximadamente 300 famílias em áreas de risco.

Fecha o mapa. Mostra mais aqui a da esquerda aqui. Aí. Aí outra região nossa também, mangueiral, área de erosão, que é um problema da nossa região, do nosso solo. Essa região é monitorada e nós não conseguimos verba federal para resolver esse problema, porque nós não conseguimos decretar situação de emergência dada a própria legislação que prevê a

decretação de situação de emergência ou estado de calamidade no Brasil. Brasília não conseguirá decretar se não for mudada essa legislação.

Próximo.

Pode ir. Temos alguns programas que nós fazemos à população.

Próximo.

Temos um programa que eu peço permissão para poder falar.

Próximo.

É o nosso Programa Educar para prevenir. Vamos à escola e começamos a capacitar as crianças com o objetivo de que nós possamos formar cidadãos preparados, prontos para dar a resposta: ser os nossos voluntários do futuro.

Próximo.

Nossos trabalhos com os nossos voluntários.

Próximo.

Trabalhamos com os nossos idosos. Também fazemos um trabalho com os nossos idosos, que, para nós, é o nosso *marketing.* Eles vão para todos os lugares, levando o nome da defesa civil do Distrito Federal.

Próximo.

Trabalhamos nas campanhas que aconteceram nos últimos desastres graves no Brasil, e o tempo acabou.

Próximo.

Vamos até o final. Trabalhamos em Santa Catarina e no Haiti também, levando material para o Haiti.

Próximo.

Finalizando, a nossa contribuição. Aí. As nossas sugestões: entendemos que só teremos uma defesa civil forte nos Estados e Municípios se a defesa civil nacional for forte.

Então, acreditamos que ela tem que ser fortalecida de forma financeira, com recursos humanos, para que possa distribuir essa capacitação, essa parte de resposta para os Estados e Municípios.

E, por último, seria extremamente importante já estar na legislação. Só falta ser ativada. Nós temos as nossas redecks, que são regiões administrativas.

Muito obrigado. Essa é a participação de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito boa a apresentação, coronel. Eu imagino se o senhor fizesse isso em pé, um **show** de bola e mostrando claramente o que a gente tem visto aí: erosão. Aí não consegue enquadrar a erosão em situação de emergência. Então, a erosão vai comendo tudo, vai para cima das casas. É um negócio complicado.

Com a palavra, o Coronel Edmilson Lopes, Comandante de Operações da Defesa Civil do Estado de Goiás, valoroso Estado de Goiás.

O SR. CORONEL EDMILSON LOPES – Quero saudar o Senador Delcídio do Amaral e, saudando-o, quero saudar toda a mesa, quero saudar toda a Mesa, quero saudar o Coronel Ribeiro, nosso companheiro, Defesa Civil do DF, e, saudando-o, saúdo todos os integrantes da Defesa Civil da Região Centro-Oeste.

Nós também, como o Coronel Ribeiro, preparamos algo bem maior, mas, pelo tempo, nos vamos nos ater apenas a algumas propostas que nós entendemos que vão ser um valor muito grande para a defesa civil, principalmente a dos Estados.

Tendo estado ontem com o Secretário da Defesa Civil, o Coronel Humberto, nós percebemos que o anseio de todos os agentes da Defesa Civil Estadual realmente passa por essa proposta que nós vamos tentar passar aqui em cinco minutos. Primeiro. Nós propomos uma mudança na legislação: que os municípios, ao repassarem alguma documentação para o Ministério da Integração, deixem uma cópia desse documento na Defesa Civil Estadual, porque agora, com a nova legislação, estão indo direto ao Ministério da Integração e, muitas vezes, a própria imprensa procura a Defesa Civil Estadual sobre alguma liberação de verba de um município, e nós não temos nem conhecimento do que a Imprensa está falando.

Então, isto é uma coisa interessante que se deve rever: que os municípios que receberem os benefícios do Governo Federal tenham como pré-requisito e contrapartida uma coordenadoria municipal de Defesa Civil atuante.

Isso não acontece. Na verdade, são feitos decretos retroativos à situação de emergência que ocorreu no local para criar uma coordenadoria, visando obter recurso para aquela calamidade. Então, que se observe isso aí. Pelo menos no Estado de Goiás, nós temos tido, de maneira até grandiosa, esse tipo de acontecimento.

Que sejam disponibilizados dados. Temos muitas dificuldades, principalmente a Defesa Civil do Estado de Goiás, quando nós mantemos contato com órgãos como a ANA, IBGE, sobre consulta de estatística, de dados, para que nós possamos trabalhar. Na Defesa Civil, temos muita dificuldade, e eles alegam que a legislação não permite que eles repassem esses dados para nós. Então, que sejam disponibilizados esses dados por meio da ANA e do IBGE, a fim de que a Defesa Civil possa, assim, ter maiores informações para atuar no seu território.

Que sejam repassados – isto aqui é uma sugestão até do Senador, que andou falando sobre isso -, por exemplo, das multas de trânsito, das multas da Secretaria, do Ministério do Meio Ambiente, 1% para a Defesa Civil, a fim de que ela possa ter esse fundo, porque, muitas vezes, a Defesa Civil, principalmente no

Estado de Goiás, tem muita dificuldade de atuar quando acontece o caso. Às vezes não é nem uma situação de emergência. Às vezes é só questão de cesta básica, de tenda, de arrumar colchão, e nós não temos recurso nenhum. Nós precisamos ter recurso. Então, que se trabalhe uma situação dentro da legislação para que a Defesa Civil tenha recurso, tenha fundo realmente.

Que sejam unificados alguns pontos de confluência, como, por exemplo, nós vimos adotado pelo Cenasp um sistema de comando incidente. Que nós tenhamos também no âmbito da Defesa Civil, no caso de um grande desastre. A utilização da tecnologia da informação, essa é de uma importância fundamental na Defesa Civil.

Revisão ou regulamentação do Decreto 7.257/2010 e da Lei 12.340, de 2010, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil. Aí seria interessante submeter à discussão, nessa legislação, as condições e as necessidades dos municípios enviarem seus dados, seus processos para a Defesa Civil Estadual, porque, do jeito que está ocorrendo, não estamos tendo nada em relação a isso.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) – Isso por conta da mudança...

O SR. O SR. CORONEL EDMILSON LOPES – ...da lei, da legislação. E, para concluir, eu quero já...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) – É um problema essa sirene . É incontrolável. Ela toca a cada minuto.

O SR. CORONEL EDMILSON LOPES – A instalação de estações meteorológicas, em um primeiro momento, nos municípios com mais de 150 mil habitantes, em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia. Porque a Defesa Civil tem que trabalhar preventivamente e não depois que a coisa acontece. Nós temos que atuar, mas se pudermos trabalhar antes é melhor. Se eu pudesse informar que na cidade de Itumbiara, de 14 horas em diante, está previsto um tufão e que as escolas não vão ter aula, seria muito interessante.

E há a questão do aporte financeiro, que acabei de falar, com a formação de um grupo de trabalho por parte do Ministério da Integração Nacional. Já estão sendo adotadas essas medidas para que também seja fiscalizada a segurança das barragens. Até hoje nós não temos alguém para fiscalizar essas barragens. Nós tivemos problemas em Goiás, em 2007 e 2008, com barragens.

E formação de um grupo de trabalho por parte do Ministério da Integração Nacional para adotar medidas preventivas e fiscalizadoras em segurança de trabalhos que possam trazer consequências danosas ao trabalhador também. Nós sabemos que há o Ministério do Trabalho e tudo isso, mas seria interessante também que a Defesa Civil atuasse nessa área.

Eu agradeço a oportunidade em nome do Estado de Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Coronel Edmilson Lopes, pela objetividade. Eu só reiteraria que esse material preparado pela Defesa Civil dos Estados seja disponibilizado aqui, porque ele vai ser trabalhado nas próximas semanas pela Comissão. E nós estamos sendo informados de que todas essas apresentações serão disponibilizadas na página do Senado Federal.

Eu passo a palavra agora ao Coronel Sérgio Roberto Delamonica Correa, superintendente de Defesa Civil de Mato Grosso.

O SR. SÉRGIO ROBERTO DELA MôNICA CORREA – Sr. Senador Jorge Viana, Presidente da Comissão; Sr. Senador Inácio Arruda, Vice-Presidente; Senador Casildo Maldaner, relator; Senador Delcídio Amaral, do nosso Estado vizinho, Mato Grosso do Sul; Senador Blairo Borges Maggi, do meu Estado; Nelci Capitani, Prefeita de Colniza; Carina de Souza Lopes; Sandra Fátima Soares, representante de Cuiabá; Sr. Edmilson Alves, representante do Prefeito de Peixoto de Azevedo; Sr. Elias Santos, representante do Prefeito de Chapada; senhoras e senhores, boa tarde!

Srs. Senadores, nós fizemos um breve relato aí a respeito da Defesa Civil. O objetivo é apresentar ao público presente as políticas relacionadas ao nosso Estado, um Estado grandioso no aspecto de sua estrutura, com um olhar ampliado de empregabilidade.

Próximo, por favor.

Vou ser bem rápido. Assim como o Coronel Ribeiro, também preparei uma palestra bastante robusta.

Em tese, vai ser o seguinte: organograma da Defesa Civil; a coordenadoria Municipal de Defesa Civil do Estado de Mato Grosso; as ações desenvolvidas atualmente pela Defesa Civil de Mato Grosso; as principais ações de 2010 e 2011; a problemática nas atividades de resposta e reconstrução.

Próximo, por favor.

Esse é o nosso organograma da Defesa Civil do Estado de Mato Grosso. Hoje nós estamos subordinados à Casa Militar, mas existem estudos para que passemos para a Vice-Governadoria do Estado de Mato Grosso. Isso já está em fase de transição. Possivelmente, em breve, nós estaremos já no escalão da Vice-Governadoria.

Próximo, por favor.

Essas são as Coordenadorias Municipais de Defesa Civil. De 114 Municípios, 29 não têm ainda uma Coordenadoria de Defesa Civil. Ou seja, são mais ou menos 141 Municípios.

Próximo. Volte o *slide*.

Esperamos que tudo isso aí esteja em vermelho. É claro que as Codecs estão ativadas, mas nem todas elas atuam efetivamente.

Próximo.

As ações desenvolvidas atualmente pela Defesa Civil de Mato Grosso são no campo da prevenção: o incêndio florestal; o mapeamento de risco, como bem disse o nosso Senador; o combate à dengue, às enchentes e às inundações; a preparação e capacitação de brigadistas para fazerem frente ao combate de incêndios; o curso básico de defesa civil, para que sejam montadas as Codecs; o sistema de comando de acidentes; e a avaliação de danos, para que sejam feitos relatórios de avaliação de danos.

As ações desenvolvidas na resposta aos desastres, em atendimento com produtos perigosos, ou seja, Coordenadoria de Atendimentos a Acidentes Ambientais: em 2007, tivemos 26; em 2008, 44; em 2009, 61; em 2010, 43. Até junho de 2011, já foram atendidas 26 emergências com produtos perigosos. O serviço de atendimento é de 24 horas; o acionamento é algo poluidor; o acompanhamento e o recolhimento dos resíduos, a destinação e a recuperação da área degradada, bem como o seu descarte, são feitos pela defesa civil nossa. Isso é acompanhado pela Sema.

Volte um pouco.

Então, no índice de ocorrência, podemos ver que 37% são de combustíveis. A maioria do modal de transporte que passa pelo nosso Estado é rodoviária, por isso há esse grande índice de acidentes, tendo em vista uma série de fatores que vem a provocar esses acidentes.

Próximo, por favor.

Lá em cima estão os acidentes com combustível. Ali é com cloro, embaixo é um resíduo e ali é um veículo que sofreu capotamento.

Próximo.

Aí são as ações desenvolvidas em nosso Estado, por meio da resposta a desastre da Coordenadoria de Prevenção e Resposta a desastres e Reconstrução. Se formos ver ali – como bem disse o Senador Delcídio Amaral, o Estado dele é campeão –, no nosso Estado, graças a Deus, estamos prevenindo, tentando chegar quase a zero, mas acho que vai ser impossível. Em 2009, tivemos cinco; em 2010, tivemos 12; em 2011, já tivemos 11 reconhecidos.

Próximo, por favor.

Essas são as ações de Defesa Civil que tivemos lá: enchentes em Correntão e Nova Monte Verde. Em Cáceres também houve uma situação de risco na ponte.

Próximo, por favor.

Isso é Colniza, da nossa Prefeita que está aqui. Essa é uma situação quase de normalidade. Mas, passado certo período, vejam como ficou a situação da enxurrada. Então, eu concordo com a Prefeita quando ela fala de uma resposta mais rápida do sistema de defesa civil. Então, por quê? Essa imagem é da cidade da Prefeita, Colniza. Vejam só a situação em que ficou. Ficou intransponível. O Governador à época teve que mandar todos os gêneros alimentícios e o combustível, porque a cidade ficou isolada. Não teve como chegar a essa cidade, a não ser de helicóptero. Então, tivemos que fazer um serviço muito grande para que essa população não sofresse o revés da estrada.

Próximo.

Isso é Marcelândia. Foi em nível nacional, todo mundo ficou sabendo disso aí. Foi um incêndio urbano, que tomou proporções alarmantes. Além de o incêndio propriamente dito destruir as edificações, a população foi agredida pela fumaça. Foi uma fumaça de origem poluidora e toda a população teve problema respiratório.

Próximo.

Tudo isso é devido ao índice de umidade baixo, porque no Estado meu e do Senador o índice de umidade tende a diminuir bastante nessa época.

Isso é Peixoto de Azevedo. É um incêndio florestal, que atingiu a população da região.

Próximo.

Ação de resposta desenvolvida.

No ano de 2008, foram 1.108 focos de calor; em 2009, 54.775, uma redução de 49,65%. Em 2010, o índice foi de 264.259 focos de calor, ou seja, houve um aumento de 482,7%. Olha só a disparada.

Se fizermos uma comparação de junho de 2010 e junho de 2011, nós já temos 19.103 focos de calor em 2010 e 10.188 focos de calor em 2011, ou seja, uma redução de 46,6%. Nós queremos chegar... O próprio Governador do Estado lançou uma campanha que é "Mato Grosso unido contra a queimada". Nisso aí todos os órgãos do Governo, a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Contas, o Ministério Público e a Associação Mato-Grossense dos Municípios (AMM) estão engajados no intuito de chegarmos ao índice de 65% no final do ano. É uma meta que nós definimos e que queremos atingir, como bem disse o Senador, com monitoramento e ação efetiva de combate às queimadas.

Próximo, por favor.

Para isso, foi lançado o Ciman no Estado de Mato Grosso. Ciman é o Centro Integrado de Multiagências, que otimiza as ações de combate a incêndio e intervenções. Ele teve o seu lançamento com a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

Próximo.

As ações desenvolvidas pelo Ciman foram: emprego de pessoal, 450 pessoas diariamente; operações de combate em unidade de conservação federal, mais terras indígenas, 53 operações.

É bom frisar que nós capacitamos os índios, e a redução, na terra indígena, foi de 67% no foco de calor. Então, é viável a capitação dos índios. Operação de combate em unidade de conservação estadual: foram realizadas 45 operações.

Operações em outras localidades: pelo Corpo de Bombeiros, 1.634; pelos Bombeiros Militares e da Defesa Civil, por meio do Ciman, 156; pelo Ibama, 314; pelo combate aéreo, 50.

A estimativa total de combate foi de 2.197. Se lá tínhamos 264 mil focos de incêndio, foram atendidos 2.197. Então, há uma demanda reprimida muito grande. E o nosso Estado tem uma extensão territorial quase que continental: 906 Km^2. Se sairmos de Cuiabá até Vila Rica, são 1.380 Km^2. É mais longe do que Cuiabá a Brasília. Então, existe uma série de gargalhos aí.

Nós temos três biomas: a Floresta Amazônica, o Cerrado e o Pantanal e uma população de 3.033 e 141 Municípios.

Próximo, por favor.

As problemáticas.

Estas são as problemáticas que encontramos: deficiência de banco de dados no sistema de dados da Defesa Civil. Ou seja, mapeamento de risco, como falou o Senador. Temos de ter esse mapeamento de risco e monitoramento das áreas degradadas e as áreas que precisam de intervenção.

Próximo.

Falta de sistema de alarme eficiente.

Queremos que seja implantado. Aqui tenho até uma proposta para que Mato Grosso sedie uma área de monitoramento, já que, lá, temos o Inpe em nossa região, que faz esse monitoramento Acredito que estamos no centro geodésico e geográfico na América do Sul, podemos sediar, se a Defesa Civil assim o quiser, para compartilhar essas informações.

Próximo.

Devido à grande extensão territorial do nosso Estado, sofremos, por conta de uma série de ações que necessitam de Defesa Civil e que, devido à nossa extensão territorial, a nossa acessibilidade tem grande deficiência. E a falta de um fundo estadual para a Defesa Civil voltado para a reconstrução. Quer dizer, temos a área de prevenção – um minuto, já sei – e preparação, mas não temos recursos para reconstrução.

Próximo.

O prazo de notificação de desastre: aí coaduno com o meu colega de Goiás, para que se reveja essa situação.

Permita-me ler a Medida Provisória nº 497, que diz:

Se antes o processo estava vinculado à homologação do Estado, hoje basta requerimento do ente federado dirigido à Sedec, em até dez dias da data do desastre, contendo informações sobre as características do evento, a localidade afetada e a estimativa de danos, para que seja realizada analise técnica e justificada ou não a necessidade da participação do Governo Federal.

Ou seja, não estamos dizendo que se mude a lei, mas, sim, melhorá-la.

Quando a Sedec comunicar a Brasília, que seja comunicado também à Superintendência Estadual, para que, nós não vamos interferir, possamos fazer o acompanhamento. O que acontece? O Município fica nesse contato e nós ficamos alheios. E nós, muitas vezes, somos cobrados de algo de que não temos conhecimento. Queremos uma melhoria na lei, uma mudança em artigos, para melhorar e dar maior agilidade à lei.

Próximo.

Conclusão.

A Defesa Civil não é um órgão isolado, apenas um conjunto de ações. A defesa civil é desenvolvida por todos e o tempo todo. Ou seja, todos juntos para todos.

Agradeço a oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado Coronel Sérgio Roberto Dela Mônica Correa.

Quero também, aqui, cumprimentar o Secretário de Estado de Defesa Civil do DF, Dr. Paulo Roberto Matos aqui presente. Seja bem-vindo.

Registro também a presença do Prefeito Adalberto Navair Diamante, Prefeito de Marcelândia, aqui presente. *(Pausa.)* Onde está o Prefeito? Prefeito Adalberto Navair Diamante.

Meu caro Coronel Luiz Carlos Ribeiro da Silva, veja como são os cuiabanos e os mato-grossenses são. Ele foi, naquela toada dele, e fez a palestra inteira. E V. Exª fez uma palestra exemplar e ainda teve que queimar algumas apresentações, obedecendo ao tempo. Cuiabano vai falando, vai falando, por isso que eles passaram na nossa frente.

(Intervenção fora do microfone.) Excelência, eu aprendi que nunca se deve ser o primeiro, mas o primeiro...*(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu só queria fazer um registro. Nós, que somos sul-mato-grossenses e mato-grossenses temos outro complicador: além de tudo o que já foi dito aqui – invasões urbanas e chuvas intensas –, temos a enchente do Pantanal e, ao mesmo tempo, esse período

de estiagem que existe na região Centro-Oeste como um todo, que é também um momento extremamente complicado. O ex-Governador Blairo Maggi, agora Senador Blairo Maggi, que o problema é diferenciar queimada de incêndio, o que não é fácil.

Passo a palavra para o Tenente Coronel Reginaldo Leandro da Silva, Coordenador Adjunto da Defesa Civil do Estado do Tocantins.

O SR. REGINALDO LEANDRO DA SILVA – Inicialmente, quero cumprimentar a Mesa, em nome do Exmº Sr. Senador Jorge Viana; cumprimentar a todos os Militares presentes; cumprimentar as autoridade civis, em nome do Dr. Paulo Roberto Matos, Secretário Estadual de Defesa Civil do Distrito Federal.

Por favor, a apresentação do Tocantins está no canto inferior direito da área de trabalho. Obrigado.

Primeiramente, para não perder tempo, vou falar da estrutura da Defesa Civil.

A Defesa Civil está subordinada ao Corpo de Bombeiros. O Corpo de Bombeiros, no Estado do Tocantins, é uma Secretaria, e a Defesa Civil, portanto, está subordinada ao Corpo de Bombeiros.

Os desastres mais comuns em nosso Estado.

O Estado do Tocantins está no centro geográfico do País, juntamente com o Estado de Goiás, portanto, estamos em uma área de transição. Temos um clima muito quente, não úmido, igual à região Norte, e os demais da região Norte, temos um clima seco, igual ao Centro-Oeste, e o nosso bioma é caracterizado com 91% de cerrado e apenas 8% da vegetação amazônica. Diante deste bioma, o desastre mais comum que temos em nosso Estado – temos enchentes também na bacia do rio Amazonas e na bacia do rio Tocantins, agora pouco menos, porque na bacia do rio Tocantins tem várias hidrelétricas e isso conteve um pouco as enchentes; mas na bacia do rio Araguaia ainda há bastantes enchentes – realmente são queimadas.

Temos aí nosso Comitê Estadual de Combate a Incêndios Florestais: controle de queimadas. Este ano – pode passar – estabelecemos um pacto, que é o Programa de Ações e Controle de Queimadas. São 24 parceiros entre Secretarias, Organizações Não Governamentais, e estamos, lá, trabalhando com o pouco que temos, com a nossa ferramenta, temos uma sala de monitoramente, dentro da Defesa Civil, que faz o trabalho utilizando-se da ferramenta do Inpe, um trabalho de monitoramento desses focos, como coordenadas geográficas e tudo, mas quando passamos para a verificação *in loco* desses focos aí já passa a ter problema por falta de recurso. A Defesa Civil não conta com recurso suficiente; há apenas o do Estado, e quando acontece o desastre, é sabido que todos os anos há queimadas, e o Estado queima muito, temos uma região muito seca, vegetação praticamente toda de cerrado, queima muito, e não temos o recurso para, realmente, fazermos um trabalho de prevenção e preparação, com a contratação de brigadistas, e dar resposta em tempo hábil quando o evento fogo acontece.

Pode passar.

São algumas ações que desenvolvemos lá no Comitê de Combate a Incêndios Florestais.

Pode passar os *slides*.

Esta é nossa sala de monitoramento.

Somos membros do P2R2 – produtos perigosos.

Próximo

Tocantins, no ano passado, ficamos em segundo lugar, no *ranking* nacional, extremamente negativo, de focos de calor. Nós temos um calendário de queima controlada, dividido em três períodos, no Estado.

Pode passar...

Tivemos 19.401 focos (vistos no Satélite NOAA Noturno) com dados mais fidedignos para a gente tabular essa quantidade de focos. Foram atendidos, somando Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, Guarda Metropolitana – que é de Palmas –, IBAMA, algo em torno de 12% do total de focos registrados no Estado; então, um número muito aquém da necessidade de atendimento.

Comungo com os demais parceiros da Defesa Civil... O Estado de Mato Grosso usou desse mesmo ponto, também Goiás, quanto à Lei 12.340 (do Decreto) que estendeu aos Municípios o Poder de estar direcionando, estar tratando diretamente com a Secretaria Nacional de Defesa Civil, pulando a etapa que antes havia, que era a da homologação do Estado para posterior encaminhamento a Brasília para o reconhecimento. Acaba que a Defesa Civil Estadual fica de "marido traído", fica sabendo só depois que já foi decreta a situação no Município. Esse decreto acaba, por vezes, atropelando etapas e decretando situações de emergência em casos que não cabem essa decretação. Então, é um problema sério que a gente traz aqui e trabalha para que realmente seja discutida essa situação.

Temos, no Estado de Tocantins, decreto, por exemplo, na área de saúde como o decreto de Estado de calamidade pública, que não é um desastre natural. Fica uma situação meio complicada. Temos secretaria de Estado decretando estado de emergência – o que não tem nenhuma tipicidade. Então, há coisas que fogem do trabalho técnico, que é da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil. Falta essa avaliação técnica que, de certa forma, tem trazido – não sei se isso está acontecendo em outros Estados – inúmeros problemas, pelo menos em meu Estado, que realmente isso não está sendo realizado da forma técnica como deveria

ser feito. Inclusive, com as consequências que têm e com as possibilidades que geram uma decretação de situação de emergência, de estado de calamidade pública – como é o caso das licitações. Decretos e portarias falando de situação de emergência, já falando da dispensa de licitação, pela 8.666, em questões que não são cabíveis (vamos colocar assim), acabando por sofrer sanções do TCU e tudo o mais.

Tem o Funcap que, na verdade, os 25% do parceiro... Não sei nos demais Estados, mas, na prática, o Funcap não está acontecendo. Funcap onde se o Estado, um ente federado, um Município entra com uma parte e, por exemplo a União com três, ou seja, o Município com um terço e o restante com a União, isso não aconteceu e não vem acontecendo em nosso Estado, não sei se os demais, alguém está inserido no Funcap.

E, para finalizar – já passei do tempo, não é Senador? Senador está olhando para mim – vem a questão de termos recursos, um fundo realmente em que a Defesa Civil trabalhe, principalmente, na prevenção e na preparação para os eventos, desastres naturais que são realmente aqueles em que se decretam uma situação de emergência ou Estado de calamidade pública. Muito obrigado, desculpe-me pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Tenente-Coronel Reginaldo Leandro da Silva, Coordenador-Adjunto da Defesa Civil do Estado de Tocantins, o novo e progressista Estado de Tocantins.

Eu vou passar agora para o Secretário de Meio Ambiente do Município de Aparecida de Goiânia, do Prefeito, nosso companheiro, Senador Maguito.

O SR. JULIANO CARDOSO – Eu trago a saudação do ex-Senador, Prefeito Maguito, que me pediu que trouxesse os maiores elogios a esta Casa.

Aparecida de Goiânia é a maior cidade do Estado de Goiás. Eu estou na função de Secretário Municipal de Meio Ambiente e Defesa Civil, que foi uma coordenadoria criada recentemente em Aparecida de Goiânia e, hoje, nós temos nos destacado pelo trabalho preventivo que temos feito em Aparecida. Mas, mesmo assim tivemos, nesse ano de 2010 e neste ano de 2011, muitos problemas com relação, principalmente, ao processo erosivo. Aparecida de Goiânia é uma cidade que tem características geológicas peculiares. São 530 mil habitantes. É uma cidade que cresce a um ritmo muito acelerado. Nós temos cinco pólos industriais, um único pólo corresponde ao segundo PIB do Estado de Goiás. Então, é um Município que cresce muito e cresce desordenadamente. Então, os problemas de Defesa Civil na cidade de Aparecida de Goiânia são basicamente ligados à área de meio ambiente. Daí, então, a Comdec estar ligada à SEMA.

Vou ser bem breve em relação às nossas propostas. Vejo os trabalhos e o quanto demandam tempo.

A agilidade na liberação de recursos emergenciais para a reconstrução de áreas afetadas por desastres. Acho que é o clamor de quase todas as Comdecs. Nós estamos com 18 pontes caídas, foi reconhecido e publicado no Diário Oficial. Já virou até motivo de chacota no Estado, por ser emergência e esses recursos não chegam. Nós temos regiões que estão ilhadas (as cidades) e isso não acontece...

A implantação de um sistema nacional de informações geográficas que pudesse fazer justamente como o coronel dos Bombeiros de Goiás colocou, ou seja, assim como a Marinha tem o "aviso aos navegantes", nós deveríamos ter, também, um sistema nacional para informar aos Corpos de Bombeiros, as Defesas Civis dos Estados e das regiões da probabilidade de grandes tormentas de água, vendavais, para que pudéssemos, então, nos antever aos acontecimentos, pelo menos para nos preparar para o trabalho. Com relação a ter o cadastro de erosões e de áreas de risco, deveríamos ter um cadastro municipal nas regiões que pudesse informar às Defesas Civis Estaduais e também junto ao Ministério da Integração Nacional através de sua Secretaria Nacional de Defesa Civil, para que pudesse ser acompanhada, paulatinamente, a evolução dessas áreas de risco. Nós sabemos que as pessoas, em suas carências, acabam não respeitamdo essas áreas de encosta, essas áreas de fundo de vale e acabam, por necessidade, empurrados para essas áreas (áreas desvalorizadas), vivendo à mercê de situações que envolvem tragédias e desastres.

Com relação às barragens, gostaria só de fazer o registro de que é necessário um controle mais rígido nessas áreas. Em Goiás, temos a barragem de João Leite que foi mal projetada, o asfalto da rodovia BR-060 passa por cima do lago. Há um risco iminente de acidente com carga perigosa, e essa água, que se deseja potável, poderia deixar de ser distribuída à população.

Por fim, empregar recursos para prevenção dos desastres nas áreas consideradas de risco. Uma vez que nós tivéssemos o cadastro dessas áreas de risco e tivéssemos recursos empenhados para trabalhar tanto o paliativo quanto a reconstrução dessas áreas, nós teríamos menos desastres e, consequentemente, menos pessoas dependendo do Governo Federal, Estadual para construir e recuperar seu patrimônio e até mesmo sua saúde.

Quando o Senador Jorge Viana falava sobre a questão da prevenção e, também, o Senador Delcídio Amaral, eu, em visita a um quartel de bombeiros

na Alemanha, me impressionei com uma placa que dizia que o melhor bombeiro do mundo não combate incêndios, ele os previne. No dia em que tivermos uma cultura preventiva, no dia em que tivermos uma cultura de empregar recursos, como outros países vêm fazendo, para prevenir, gastaremos muito menos em contar cadáveres e em reconstruir aquilo que foi destruído. Recentemente, o Japão gastou US$9 bilhões para construir um sistema preventivo contra enchentes. É um exemplo bem clássico.

Essa era a colaboração de Aparecida de Goiânia.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Juliano Tadeu, Secretário de Meio Ambiente do Município de Aparecida de Goiânia. Aliás, Goiás está bem. O Governador Maguito caprichou, mandou muita gente, como o Mato Grosso também, não é? E nós ficamos sem ninguém.

O SR. – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas tinha que vir alguém.

Vou passar a palavra agora para o Sr. Gilmar Maurício, Secretário de Planejamento do Município de Jaraguá, em Goiás.

O SR. GILMAR MAURÍCIO – Boa tarde a todos. Cumprimento o Presidente da Mesa, Jorge Viana, em nome de todos da Mesa. A experiência de municípios pequenos, com menos de 50 mil habitantes, é meio triste. Primeiro, porque não há essa cultura da prevenção. É tipo: depois que a casa for arrombada, eu mando trocar o cadeado. Quer dizer, vai acontecer, sabemos disso, mas...

Antes das obrigatoriedades dos Planos Diretores locais, os prefeitos agiam como donos das terras. Então, locais impróprios para habitação eram loteados, eram dados. E chega um certo tempo em que temos que organizar uma cidade que herdamos e que vem também com todos os defeitos anteriores, como loteamentos em locais alagadiços e terrenos ou casas construídas em encostas de morros. E isso é algo latente, eu acredito, em quase todos os municípios pequenos. E eu acho que o maior gargalo que nós municípios pequenos encontramos é em relação a acesso a recursos. Se você quer fazer alguma obra de saneamento, por ser município pequeno, você tem que procurar a Funasa, que trabalha com municípios de até 50 mil habitantes. Se você for procurar na Integração Nacional as cidades, diversas barreiras são impostas para que você consiga esses recursos para sanear, após ser feito um raio X da localidade.

O que podemos fazer e trocar figurinhas... Nós demos este primeiro passo: fazer o raio X da cidade, conhecer seus pontos fortes e seus pontos fracos, que tipo de incidentes poderiam ocorrer. E começamos a trabalhar, em parceria com o Ministério da Integração, através da SCO, hoje extinta e substituída pela Sudeco, e também com a Defesa Civil, que tem nos apoiado em algumas obras de canalização. Mas essas ações não são suficientes, uma vez que, ao arrumarmos nossa casa, percebemos que nos municípios circunvizinhos ações preventivas também deveriam ser realizadas. O que ocorre é que, com a não realização nesses municípios circunvizinhos, talvez por inércia, talvez por dificuldades até de acesso financeiro, eles não executam obras estruturantes para evitar situações futuras, e a situação desses municípios acaba sobrando também para o nosso município. É como a questão dos rios, que cortam diversos municípios. Ações não programadas no município anterior vão levar, com certeza, ao município próximo alguma ação resultante dessa inércia do município.

Graças a Deus, temos conseguido colocar algumas situações em andamento. Mas insisto, como todo município colocou aqui, na questão da morosidade na análise. Reconhece-se o estado de emergência, como nosso caso também foi reconhecido, só que no nosso caso foram 37 pontos que rolaram, nós tivemos um prejuízo no escoamento da produção, tivemos um prejuízo no acesso à educação, pelos alunos que estão na área rural,... Quer dizer, foi um transtorno muito grande para a prefeitura. E ao comunicarmos o estado de emergência, ficou estabelecido: vai sair. Já que temos dez dias para apresentar o pleito de reconhecimento, por que não estabelecer também um prazo de até quinze dias para que se faça uma análise? Se positiva ou negativamente terá apoio financeiro. Porque eu acho que brincar com o sentimento de resolução é uma coisa, prevenir é outra. Uma proposta que poderia ser feita seria criar o PAC da prevenção. Estão falando tanto em PAC, em PAC disso, em PAC daquilo, por que não criar um PAC da prevenção em Defesa Civil? Sabemos que existem situações de risco, sabemos onde se localizam, sabemos até quanto custam. Então, por que não abrir dentro do PAC de crescimento que se cresça, prevenindo, sem as atitudes ou ações que podem, inclusive, acabar com o crescimento? Se você não solucionar ou prevenir hoje, que crescimento nós vamos ter com essas obras? Em que situações essas obras estão sendo colocadas quando há uma fragilidade dentro do próprio Município? Então, acreditamos que as soluções existem. E, nos Municípios pequenos, é lá que começa a vida do País e é lá que termina, porque é lá que as pequenas coisas se tornam grandes e acontecem neste País. Nós somos um polo de confecção com 850 empresas. Se houver uma tragédia lá, são mais de 12 mil pessoas empregadas diretamente que não vão ter os seus rendimen-

tos. Eu perco a competitividade. Então, nós sabemos onde existem os problemas. O Brasil sabe disso, os Ministérios sabem disso. O que está faltando é uma serenidade nessa análise, ou que seja sim, ou que seja não, para que possamos até mesmo fortalecer a criação de fundos municipais, por meio de alíquotas de algum auxílio financeiro real, para que possamos prevenir e não ter que tampar buracos correndo. Era só essa contribuição. Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. Gilmar Maurício, Secretário de Planejamento do Município de Jaraguá.

Agora, com a palavra o Dr. Paulo Roberto Matos, Secretário de Estado de Defesa Civil do Distrito Federal, que muito nos honra com sua presença.

O SR. PAULO ROBERTO MATOS – Boa-tarde, Senador Jorge Viana e Senador Delcídio do Amaral. Eu serei bem breve. Eu gostaria de chamar a atenção do Senado para que nós voltássemos muito mais para a prevenção e para a formação do nosso povo, até para mudar um pouco a nossa cultura sobre prevenção, planejamento, porque, para cada R$1,00 que se investe em prevenção e formação, você gasta R$12,00 no sinistro. Isso já está estatisticamente comprovado. Então, a prevenção e a formação saem muito mais barato para o Estado do que o trabalho quando o sinistro ocorre.

Vou ser bem breve também ao abordar outro ponto. Os Srs. Senadores representam os Estados. E esse é um dos temas mais polêmicos talvez dentro do que é Defesa Civil. Eu defendo muito mais o Estado, embora seja do Distrito Federal e aqui não tenha Municípios – é um só, é tudo Distrito Federal. Se nós tratarmos o assunto Defesa Civil, deixando o Estado meio que à parte, o que acontece? O contato é do Município com a União. Você acaba automaticamente desqualificando até o Estado como um ente, e os Srs. Senadores veem isso com melhores olhos do que nós mesmos. Nós temos que valorizar o Estado para que ele seja o grande coordenador, no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, no âmbito estadual, porque, enquanto ficar no âmbito do Município, – creio eu, na minha visão – fica muito mais difícil se organizar a defesa civil neste País. Você organiza em forma de Comdec, no âmbito municipal, e estimula a criação de Secretaria de Estado em todos os Estados, nos 27, chegando ao DF, que é uma Unidade da Federação não como Estado, criássemos Secretaria de Estado de Defesa Civil em todo o País, em cada Estado. Aí acredito que começaria a melhorar muito mais essa visão, principalmente a visão com relação à prevenção e formação do nosso povo. Sendo brasileiro, vemos que deixamos a coisa acontecer para tentar resolver.

Aquela tragédia que aconteceu no Japão mostrou o que é um preparo do povo: todo mundo disciplinado. Aqui, no Brasil, se – Deus o livre! – acontecesse aquilo, o povo ia invadir mercado, ia ser um tumulto total. Lá não. O povo todo disciplinado. O que é isso? É formação, é prevenção, é treinar o povo. Nós temos que treinar o povo. E custa muito barato treinar o povo. Você consegue, no âmbito estadual, treinar 20 mil, 30 mil pessoas muito rapidamente com relação á prevenção, e eles lá na ponta. Aí sim, eles, na rua, no seu bairro, vão mostrar onde tem os maiores problemas que podem acontecer. Quanto mais se treinar e capacitar o povo brasileiro, mais barato fica esse lado da prevenção. Então, eu vejo prevenção e formação e qualificar a Defesa Civil no âmbito de secretaria de Estado para que ela seja independente, para que ela possa monitorar os Municípios e ser o verdadeiro elo de ligação com a União. São esses dois pontos. Eu agradeço a participação. Vamos trabalhar com prevenção e formação, porque é a melhor coisa que podemos fazer neste País, e não é só em defesa civil, é em tudo na nossa vida.

Obrigado aos senhores. É o que o Distrito Federal pode dar como somatório para este momento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, meu caro secretário Paulo Roberto Matos, Secretário de Estado de Defesa Civil do Distrito Federal.

O último orador inscrito, o Vice-Prefeito de Chapadão dos Guimarães, Elias Santos. Mato Grosso de novo.

O SR. ELIAS SANTOS – Mato Grosso de novo.

Boa tarde, Senador Jorge Viana, Senador Delcídio do Amaral, do Mato Grosso do Sul, quero primeiramente agradecer a oportunidade de participar tendo direito à fala.

Realmente, a gente quer concordar aqui com a maioria dos companheiros no sentido de reforçar a parte da prevenção. Tenho 45 anos de idade e, tirando a dengue, que você vê campanha orientando como se deve proceder para evitar que ela se alastre, nunca vi como se proceder em algum tipo de calamidade, como você deve fazer. Desconheço orientação nesse sentido, campanha que prepare a população, como aconteceu na região serrana do Rio de Janeiro. E o Japão dá mais um grande exemplo para nós, ou seja, com aquele grande desastre que ocorreu lá, praticamente eles já mudaram a imagem daquele desastre, e se você for à região serrana do Rio de Janeiro, praticamente ainda continua parecidíssimo com o que ocorreu. Isso é até vergonhoso para o nosso País, que é a sétima potência. Infelizmente, temos esses fatos acontecendo que acabam envergonhando o nosso povo.

Vejo que a maioria dos nossos Municípios, principalmente o Município de Chapada dos Guimarães, Município turístico conhecido nacionalmente e até internacionalmente, infelizmente, tem uma situação financeira totalmente de pires na mão. Somos dependentes exclusivamente dos governos federal e estadual. Se o prefeito não tem um bom relacionamento com o governador, ele acaba penando, acaba sofrendo. Infelizmente, esse é o estilo de política que ainda funciona no nosso País e que temos que mudar.

Parabenizo aqui o nosso Coronel Dela Mônica, que vem desenvolvendo um belíssimo trabalho, fortalecendo o nosso Município, dando curso de brigadista. A gente reforça no sentido da prevenção, que essas coisas não aconteçam somente no período mais crítico, que seja no ano inteiro.

Finalizando: prevenção, esse é o investimento. Vamos educar o nosso povo, vamos preparar a nossa população para que caso um dia aconteça alguma calamidade, a população possa saber realmente como reagir, como se proteger dessas catástrofes, pois algumas podem ser previstas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vice-Prefeito de Chapada dos Guimarães, lá em Mato Grosso, lugar lindo também, como é o nosso Pantanal, e é bonito também.

Primeiro é muito importante esse retrato, a leitura de todos os senhores e dos prefeitos e prefeitas também com relação à questão da Defesa Civil, não só porque essa região é muito parecida com relação a problemas de calamidade pública, situações de emergência, e ao mesmo tempo também ela tem algumas especificidades que só nós que vivemos no Centro-Oeste tivemos oportunidade de constatar. Eu estava conversando com o Presidente Senador Jorge Viana, algumas coisas estão muito claras já para nós. Quer dizer, primeiro, a questão da prevenção, como disse o Secretário com muita competência, Dr. Paulo Roberto, a necessidade de prevenção, a necessidade de formação e de capacitação, e aqui foi colocada a criação de uma Secretaria de Defesa Civil, que o Governo do Distrito Federal tem essa secretaria. Não são muitos os Estados que têm Secretaria de Defesa Civil, só três. Acho que aqui, o Rio e Santa Catarina. O Rio criou agora.

(Intervenção fora do microfone: O Piauí tinha, mas extinguiu.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Somente três Estados. Acho que o importante, pelo menos das apresentações aqui feitas e muito bem feitas, de uma forma muito objetiva, primeiro a gente vê que, além desses três pontos mostrados aqui e falados pelo Secretário, temos que ter tecnologia do lado, quer dizer, monitoramento, que nada mais é também do que prevenção, o mapeamento das áreas de risco. Porque, como foi dito aqui pelo Prefeito de Chapada dos Guimarães, a gente vê alguns lugares que passaram por grandes acidentes e, ao mesmo tempo, vê regiões do nosso País que sofreram verdadeiras tragédias e a vida continua a mesma. Então, vai precisar uma ação para a ocupação desordenada, principalmente a ocupação urbana. Quer dizer, essas medidas todas têm que, efetivamente, serem implementadas, senão também não adianta só monitorar. Monitorar, a gente corre atrás, com a Defesa Civil organizada, com gente bem informada, mas temos também que atacar a origem do problema.

Vi aqui o Coronel Ribeiro mostrando Brasília, no seu entorno. Aqui são dois milhões de habitantes, dois e meio. Uma erosão violenta, não há onde enquadrar, encosta de morro. Coisas que estão aqui próximo, na Capital Federal; imagine o restante do Brasil.

A recuperação de vicinais, a recuperação de pontes; essa briga de ponte de concreto com ponte de madeira, que virou uma eternidade essa discussão. Obras de drenagem também. Acho que temos um desafio grande pela frente. Acho que essa comissão presidida pelo Senador Jorge Viana vem num momento muito pertinente.

Quero até dar um exemplo, Senador Jorge Viana, nós estivemos juntos, aqui foi citado o Japão, Fukushima, e a própria tragédia, que extrapolou qualquer limite. Nós andamos lá por Angra, não só na usina, nas instalações, mas andamos também nas escolas, e não há... O quadro que se relata nas usinas não é o quadro real das escolas, dos estudantes, do corpo docente. Quer dizer, por isso a necessidade de preparar as pessoas, de qualificar, de orientar as pessoas.

Alguns Estados brasileiros – vou dizer especificamente Santa Catarina... Santa Catarina, a cidade de Blumenau passa sistematicamente por problemas de enchentes e, é impressionante, a cidade para, rapidamente se mobiliza, já tem abrigos, apesar de ter sofrido demais dois ou três anos atrás, que foi uma coisa absolutamente... Até as encostas de morro viraram um sorvete, até devido às invasões também, mas rapidamente a cidade volta ao normal. A população vai para a rua, limpa a cidade, arruma de novo a cidade, que retoma o dia a dia, mesmo sofrendo e com as dificuldades que qualquer Município tem para se recuperar.

Acho que esse é um tema crucial, absolutamente fundamental. E as coincidências: fui o relator da medida provisória, depois transformada na Lei 12.340, de dezembro de 2010, e agora estamos vendo o Presi-

dente, Senador Tião Viana, apontando, e o relato dos senhores todos nesse mesmo sentido, esse problema do canal direto entre o Município e o Governo Federal, e o posicionamento do Estado. Esse é um problema,

O Funcap também. Esse fundo, a maneira como ele foi..., ou seja, a medida provisória que, no mérito, é extremamente pertinente. Ela ajuda, mas não resolve. Essa lei precisa ser aperfeiçoada.

Então, acho que nós todos, Senadores, estamos imbuídos dos melhores propósitos para tentar ajudá-los. Acho que essa ideia da Secretaria de Defesa Civil talvez seja até o anteparo para essa dificuldade que existe entre o Governo e os Municípios, até porque sei que existem governadores muito ciosos em relação a essa questão. Os recursos podem entrar pelo Tesouro do Estado, mas eles entendem bem e aportam o repasse aos Municípios. Mas, lamentavelmente, em alguns Estados, os governadores se apossam dos recursos e muitas vezes atacam estradas vicinais, pontes que são de responsabilidade deles em rodovias estaduais, e os Municípios ficam de fora.

Então, talvez seja por isso...assim como hoje os Estados encontram dificuldades, Municípios também hoje ficam precavidos, porque, diante de situações de calamidade, muitas vezes, eles não são atendidos, e eventualmente o Governo do Estado se apropria de parte desses recursos para tentar resolver questões que interessam ao próprio Estado. Acho que essa ideia da Secretaria de Defesa Civil é muito boa e especialmente até no meu Estado, porque pelos números do meu Estado que constam desse relatório, nós somos recordistas de tudo. Então, acho que vamos ter de olhar com bastante carinho; aqui repetindo o que foi dito por Tocantins, lá também o Corpo de Bombeiros é que cuida da Defesa Civil.

Mas precisamos olhar isso com muito cuidado, com muita profundidade, com muito espírito público, para a gente realmente preparar um arcabouço legislativo que ajude os governos estaduais e os Municípios a equacionarem esse problema, mas especialmente na formação e na prevenção.

Passo, agora, a palavra ao nosso Presidente, Senador Jorge Viana, agradecendo a colher de chá que ele me deu. Como aqui é uma audiência pública do Centro-Oeste, ele deu uma tremenda colher de chá para eu comandar aqui esta audiência pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu que agradeço o privilégio. Ele é nosso decano aqui; já estava no Senado quando nós chegamos e está nos ensinando os bons caminhos desta Casa. Mas não poderia ser diferente.

Esta é a quarta audiência que estamos fazendo com as regiões do País. Fizemos uma na Região Sul, em Florianópolis, com o Senador Casildo Maldaner; fizemos no Rio de Janeiro com o Sudeste – eu, Senador Casildo, Senador Inácio Arruda, Vice-Presidente, que lamentavelmente não pôde estar aqui hoje porque está em viagem; fizemos uma em Manaus, na Região Norte; e, hoje, a quarta, com a Região Centro-Oeste. Agora, vamos fazer, no começo de agosto, uma em Pernambuco com o Nordeste. As outras audiências estamos fazendo aqui.

Queria relatar que ainda nessa semana, na terça-feira, tivemos audiência com o Ministro Fernando Bezerra. Foi uma excepcional audiência. Eu digo aqui nas minhas considerações finais e no final da reunião que o Ministro mostrou ser já um profundo conhecedor dos problemas que nós ouvimos aqui hoje. Ele relatava. Era como se os senhores tivessem assistido e estivessem reproduzindo pelo menos uma parte importante do depoimento do Ministro. Ele vem com a história de ter sido prefeito, sabe da realidade real e conhece a fragilidade.

Ele colocou um número, por exemplo, Senador Delcídio, que, dos mais de 6 mil Municípios no Brasil, cinco mil, setecentos e pouco, apenas 400 Municípios, quando ele assumiu, estavam afinados num cadastro que a Defesa Civil Nacional, que o Ministério da Integração tinha. Agora, ele já alcançou 1.200, que é nada. Nós estamos falando que menos de 25% dos Municípios estão numa relação; quando vemos qualquer região, no próprio relatório, a situação de emergência decretada ou solicitada por Municípios em qualquer região do País é... Mato Grosso tem pouco mais de 70 Municípios, e 30 pediram o reconhecimento da situação de emergência. Neste ano, a própria Aparecida duas vezes, por conta de enxurrada, pediu fosse reconhecida a situação de emergência – em 2011, apenas um Município. Assim, a situação grave que nós ouvimos aqui, dos Municípios de Mato Grosso, que chamou a atenção do Brasil inteiro

Mas, enfim, o Ministro mostrou muita propriedade e lançou, nessa semana, algo que não sei se os senhores e as senhoras já leram, mas é um cartão que ajuda. A Presidente Dilma lançou um cartão de assistência às famílias e que tenta fugir da armadilha burocrática que nós temos, e é muito complicado lidar com isso. Fui prefeito e sei o que é isto, os senhores sabem: quer dizer, a falha da chegada dos recursos para dar o socorro; a burocracia é tão grande que inviabiliza, estabelece um rito de incompetência e de culpados, e aí fica se jogando de um lado para o outro. A decisão política normalmente se toma no Brasil, mas aí, até esses recursos chegarem ou não chegarem, que é o

que acontece, demora tanto que não chegam, e a situação de sofrimento das pessoas se acumula.

O cartão é exclusivo para o ente da Federação para que se estabelece. Na hora da assistência, usa-se aquele cartão vinculado com a Defesa Civil, e você rompe um pouco essa distância do convênio, que tem a burocracia, que cai num rito de tribunal de contas. Então, o Ministro lançou nessa semana, vai começar os pilotos imediatamente, e aí, de novo, nós temos um problema. Uma coisa é a assistência, é o socorro; outra coisa é a prevenção, e outra coisa a reconstrução, que vem logo depois, para ficar em três aspectos levantados aqui nesta audiência e que são muito importantes.

O Brasil, de fato, é um país que não tem situações, eu diria, tidas como extremadas de clima, mas temos vivenciado desastres naturais importantes. E, nos desastres que estamos vendo aqui, de fato, a prevenção ou o uso do conhecimento que temos hoje já poderia ajudar muito. É óbvio que, num país que tem terremoto, você não tem como prever que vai ter terremoto. Você pode tomar a prevenção de fazer construções adequadas a resistir a terremotos.

O caso do Japão é emblemático. Nem eles imaginavam um terremoto naquela magnitude e, depois, um *tsunami* em cima. Nem eles, que são uma das referências no mundo.

De qualquer jeito, ele não pode prever que dia vai haver – mais ou menos o mês e tal. Então, essa é uma situação extrema. O país tem que fazer grandes investimentos sem saber se vai ter, quando, e não pode avisar, mas tem que estar todo mundo pronto. É claro que isso é mais desafiador ainda.

Mas, no nosso caso, se você observar aqui no Centro-Oeste, que é a região das águas, vemos que há muitas enxurradas em Goiás, em vários locais – enxurradas. Gente, previsão de chuva é possível; de chuvas intensas, é possível. Não usamos. A gente liga a televisão, liga o rádio: "Olha vai chover mais, a temperatura vai..". Não é um sistema responsável que diga que o grau de intensidade é tal e que o alerta tem de ser "a", "b", "c" ou "d". Isso não existe no Brasil, um centro nacional.

O Ministro também assumiu um compromisso de que, nos próximos dias, o Ministério da Ciência e Tecnologia – me parece que o primeiro vai ser em São Paulo, mas nós já propusemos a ideia de fazer regionalmente. Teria que haver alguns centros de alerta regional, com radar. Não é caro, gente. Nós visitamos o Rio de Janeiro. Em um ano, depois dessa tragédia toda que houve, a cidade do Rio de Janeiro montou, em parceria com a iniciativa privada, um centro que é uma referência. Em um ano. Compraram seu próprio radar, estabeleceram... Houve aquele episódio na região serrana, e os radares meteorológicos usados pegam numa estratificação das nuvens, e aquilo era uma formação de nuvens baixa. Então, o radar também: "Olha, vai chover muito", mas não podia além de "vai chover muito". Com o novo radar colocado, num raio de 250 quilômetros, o Rio de Janeiro pode, de fato, chegar muito próximo da intensidade que a chuva vem, pôr sirenes nos lugares, começar a ter... E agora vão começar a fazer o primeiro grande treinamento nas áreas de encostas.

Então, como pode? Eu ando com um celular desses em que posso ver onde está tendo terremoto, onde está tendo atividade de vulcão no mundo, e não somos capazes de saber ou prevenir as famílias se vai haver uma chuva que pode interditar estradas ou fazer desmoronar encostas. Nós não fazemos esse alerta. Então, o Brasil trata com baixa responsabilidade a prevenção. E é isso.

Alguns têm teses, mas outros usam o argumento de que cada R$1,00 gasto na prevenção são R$7,00 que você deixa de gastar na reconstrução lá na frente. Enfim, de qualquer maneira, é um número exponencialmente muito diferente o dinheiro que você gasta na reconstrução e o da prevenção.

Bem, estamos vivendo o fenômeno comprovado da mudança climática. Os ciclos, parece. se encurtaram. Antes, era seca a cada dez anos, chuva forte a cada dez anos. Cheia no Pantanal é todo ano, no Acre é cheia todo ano, em vários lugares, enxurrada todo ano. Várias vezes no mesmo ano. Isso tudo está visível, e nós não temos segurança orçamentária, nada. As mudanças que ocorreram, Senadores, era uma medida provisória, foi transformada em lei e trouxe duas grandes mudanças. A primeira, o Sistema Nacional de Adesão. Aonde andei, nas audiências, tenho que cumprir esse ritual em nome do meu Relator que, por uma questão de força maior mesmo, teve que se ausentar, mas está tudo sendo registrado, gravado, e temos uma Secretaria, aliás muito competente, a assessoria, a qual quero agradecer, em meu nome, do Senador Casildo e também da Comissão que organiza todas essas audiências e faz com que possamos trabalhar adequadamente.

Houve uma mudança que estabeleceu 180 dias de prazo para que os Estados e o Distrito Federal encaminhem para a Secretaria Nacional de Defesa Civil, do Ministério da Integração Nacional, no prazo de 180 dias, repito, a data da assinatura do termo de adesão do Sindec, o mapeamento atualizado e tal.

Então, quero saber se há algum Estado ou Município que trabalhou essa adesão ou não. *(Pausa.) (Intervenção fora do microfone.)*

Está encaminhando. O primeiro Estado que vimos que está tentando trabalhar a adesão ao sistema, o Distrito Federal, não é nenhum dos Estados, é o Distrito Federal que está encaminhando. E também sobre o Funcap, nós fizemos essa colocação para o Ministro e S. Exª reconhece que a intenção foi boa, que foi bom o propósito de se estabelecer uma busca no sentido de se agilizar o processo. Mas, de fato, o enfrentamento dos desastres naturais não pode ser feito deixando de fora os Estados e o Distrito Federal. Tem que ser uma ação compartilhada pelos três entes da Federação. E o Ministro falou que se tem que, imediatamente, fazer um ajuste, uma correção nisso, sob pena de ouvirmos tudo o que escutamos aqui. E, sinceramente, na hora do desastre todos se somam mesmo. Então, não tem sentido, num determinado momento, se estabelecer um canal só entre municípios e a União.

Quanto ao Funcap, o Ministro também foi preciso, identificou o mesmo problema. Gostaria de saber se alguém já aderiu, abriu a conta, colocou algum recurso no Funcap. *(Pausa.)*

Então, é a quarta audiência, praticamente, só falta agora o Nordeste, e nenhum município. O problema que identificamos aqui é que, no Funcap, está escrito assim: Fica autorizado o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte, Dnit, e o Ministério da Defesa, mediante solicitação do ente federado interessado, atuar em conjunto ou isoladamente na recuperação, execução de desvios na instalação de estradas e outras vias de transporte rodoviário, sob jurisdição do Estado, Distrito Federal e tal ... afetados por desastres.

Aí se cria o fundo que tem como propósito atuar na reconstrução. Ora, é uma parte caríssima, cuja dimensão não sabemos, e o próprio Ministro identificou que se o fundo fosse criado para trabalharmos a área de risco e de prevenção, e S. Exª citou o exemplo de que há governadores que estão procurando o Ministro alegando que, para tirar populações de áreas de risco, ou fazer algumas obras preventivas em áreas de risco, os Estados aceitariam meio a meio. Os Estados têm que fazer. Há uma situação, às vezes, é o Ministério Público, às vezes é uma decisão política que quer tirar alguém de uma encosta, que quer tirar alguém da beira de um córrego. Então, se fosse uma ação preventiva, como os senhores colocaram, os Estados topariam até pôr 50%. E aí o Ministro está tentando trabalhar um escalonamento, Estados que tenham melhor condição ter um diferencial nesse fundo. Mas, quando se trata da reconstrução, aí ninguém tem condição de pôr, não adianta nada. Algumas vezes, a destruição é tão grande que não adianta o município pôr R$500.000,00 na conta; a União entraria com R$1.500.000,00, ficariam R$2.000.000,00, mas essa quantia, em algumas situações, não significa nada. A reconstrução é cara, é muito mais cara do que a prevenção.

Então, só estou dizendo que foi colocado um pouco do que os senhores passaram, mas a Comissão do Senado pretende apresentar propostas objetivas, o Senador Casildo, para que possamos aperfeiçoar e até promover mudanças importantes na legislação e na ação.

Quero também relatar que um dos problemas, também, Senadores é que temos, de fato, uma insegurança orçamentária. Os recursos, por incrível que pareça, para as situações de emergência, situações de calamidade, normalmente também entram no contingenciamento.

Apresentei uma emenda que exclui, já está no relatório da LDO, de contingenciamento os recursos da Defesa Civil, Fica parecendo com os recursos do PAC. Isso é muito importante, porque a gente falava só de recursos para situação emergência, mas se incluíram recursos para defesa civil. O Brasil começou a tomar uma atitude ajuizada, de respeito a uma questão tão importante. Nós não podemos seguir contando os mortos. No Rio de Janeiro, foram quase mil mortos, fora o prejuízo material das pessoas.

Queria também citar que uma das idéias desse trabalho é criarmos uma força que possa se reunir rapidamente, somando esforços materiais. E gente capacitada e treinada tem para quando houver incêndio num lugar, uma cheia, uma seca, um desmoronamento no outro, que é mais ou menos atrelada à ideia do grupo de apoio a desastre. Mas nós queremos uma coisa mais institucional. Talvez ter em cada região recursos, um programa montado, para, quando acontecer um problema no Centro-Oeste, o grupo do Centro-Oeste vai e, depois, outras partes do Brasil somam-se a ele. Fazer uma coisa mais sistemática, mais profissionalizada, mais responsável, o que não existe hoje. O que existe é um voluntariado, um se colocando à disposição do outro, mas isso precisa ser institucionalizado.

Para concluir, queria aqui dizer que essa questão do centro está colocada, do próprio cartão, e que estamos trabalhando para termos uma segurança orçamentária para defesa civil.

No mais, eu também estou atuando como um dos relatores no Código Florestal. Devo dizer que o Brasil está vivendo pela primeira vez na sua história uma fase de crescimento econômico importante, com desenvolvimento, graças ao Presidente Lula, da Presidente Dilma. Isso está também criando um problema bom, que é a expansão: todo mundo comprando uma casa, alguns comprando a segunda casa. Está havendo uma certa expansão urbana que não sendo acolhida

do ponto de vista do planejamento, da precaução, da prevenção adequada.

O pessoal está subindo as montanhas, o pessoal está indo para as encostas, ou seja, para as áreas de preservação permanente. E os riscos, o prejuízos, inclusive com perdas humanas, vão aumentar. Daí que estamos querendo, dentro do Código Florestal, tratar um pouco isso. Talvez seja na cidade que a figura da área de APP... O que é APP mesmo? Proteção de rio, de nascente, de encosta? Na cidade a gente identifica o que é uma APP. A defesa civil sabe, porque as enxurradas, os desmoronamentos acontecem exatamente nas áreas de APP, e muitas delas em função de uma ocupação indevida. Então, não podemos também achar que os Municípios todos vão fazer esse dever de casa e ter força suficiente para impor alguma restrição. Está-se trabalhando a ideia de ter também um marco regulatório disso do ponto de vista da nossa Lei Maior, para que a gente não amplie as áreas de risco. Os senhores falaram aqui boa parte dessa audiência: prevenção, prevenção. Olha, gente: diminuir área de risco, tirar pessoas do risco.

E eu estou dizendo que está acontecendo um movimento contrário ao que os senhores estão falando: por conta da expansão econômica, nós estamos ampliando as áreas de risco em boa parte dos Municípios e Estados no Brasil. Essa comissão está identificando isso e tem que tomar uma atitude que deverá somar-se ao Código Florestal, que trabalha com o uso do solo, que trabalha também com a ocupação ou não de áreas de risco, de áreas de APP.

Encerro aqui, porque a sirene que está tocando aqui – e a gente vive de sirene – está dizendo que, se o Senador Delcídio e eu não formos para lá, vamos levar falta; que é para irmos para o plenário porque vai ter votação agora.

Mas quero, do fundo do coração, agradecer a presença de todas as senhoras, de todos os senhores. Foi muito importante. Os senhores podem estar certos de que o Senado vai considerar as posições. Vamos tentar fazer uma modificação para melhor em todo o aparato legal que envolve a defesa civil.

Os senhores também estarão sempre comunicados nossos, para que, na fase final, quem sabe todos os Estados possam estar presentes nos ajudando a dar uma formatação para essa proposta de alteração na legislação vinculada à defesa civil no Brasil, para que o trabalho dos senhores possam ser mais bem executados.

Nós acreditamos que o Brasil pode, sim, virar uma referência, porque tem gente qualificada, tem um aprendizado importante. Pode virar uma referência mundial, se incluir México, Austrália, Japão, Espanha e outros países, para ser uma referência positiva em defesa civil.

Estou certo de que esse trabalho da Comissão pode colaborar e fazer com que o Brasil alcance esse estágio, mas, para isso, a gente tem que fazer bem esse trabalho, ter a confiança dos senhores, como tivemos hoje nesta tarde.

Mais uma vez, obrigado, Senador Delcídio. Se o seu Estado, do ponto de vista do governo, não foi representado, ele o foi do ponto de vista do conjunto de governo, prefeitura e também de Brasil, foi muito bem representado por V. Exª aqui nesta tarde.

Muito obrigado.

Está encerrada esta reunião. – Senador **Jorge Viana ,** Presidente.

(Levanta-se a reunião às 16 horas e 20 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, DESTINADA A INVESTIGAR O TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL, SUAS CAUSAS, CONSEQÜÊNCIAS, ROTAS E RESPONSÁVEIS, NO PERÍODO DE 2003 E 2011, COMPREENDIDO NA VIGÊNCIA DA CONVENÇÃO DE PALERMO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 226, DE 2011. – ATA DA 9ª REUNIÃO.

Ata Circunstanciada da 9ª Reunião realizada em 07 de julho de 2011, às onze horas e trinta e dois minutos, na Sala nº 9 da Ala Alexandre Costa do Senado Federal sob a Presidência da Senadora Vanessa Grazziotin e com a presença dos Senhores Senadores: Marinor Brito, Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque. Deixaram de comparecer os Senhores Senadores: Angela Portela, Paulo Davim e Waldemir Moka. Na oportunidade foram aprovados os seguintes Requerimentos de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin: 045/11 - Requer a realização de diligência por esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), em data a ser definida, na cidade do Rio de Janeiro-RJ, para investigar fatos pertinentes ao seu objeto ocorridos na região; 046/11- Requer sejam designados, para acompanhar as diligências a serem realizadas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), em data a ser definida, na cidade do Rio de Janeiro, os seguintes servidores desta Casa: Georgina Tolosa Galvão (Matrícula nº 202712), José Augusto Panisset Santana (Matrícula nº 16023), Márcia Anita Sprandel (Matrícula nº 169721), Reinilson Prado dos Santos (Matrícula nº 228130), Susane Guida de Souza Galindo (Matrícula nº 197091), Tiago Ivo Odon (Matrícula nº 55820), Reinilson Prado dos Santos (Matrícula nº 228130), Verner de Miranda Pereira (Matrícula nº 244809) e Márcio A. Sanches (Matrícula n.º 16140); 047/11 - Requer seja convocado

o Sr. Admilson Garcia da Silva para depor sobre fatos ocorridos na região amazônica atinentes ao objeto de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito; 048/11 - Requer seja convocado o Sr. Adilson Garcia da Silva para depor sobre fatos ocorridos na região amazônica atinentes ao objeto de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito; 049/11 - Requer que seja convocado o Sr. José Lauro Rocha da Silva para depor sobre fatos ocorridos na região amazônica atinentes ao objeto de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito; 050/11 - Requer que seja convocada a Sra. Renata Braga de Carvalho para depor sobre fatos atinentes ao objeto de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito; 051/11- Requer que seja requisitado ao Juiz José Airton Aguiar Portela cópia dos autos da Ação Penal que tramita na 4ª Vara da Justiça Federal da Seção Judiciária da Amazônia ¿ Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sob o número 6327-13.2011.4.01.3200 (Inquérito nº 410, de 2007), na qual constam como réus os Senhores Richard Wayne Schair, José Lauro Rocha da Silva, Daniel Geraldo Lopes, Juscelino de Souza Motta, Admilson Garcia da Silva e Adilson Garcia da Silva; 052/11 - Requer que seja solicitada ao Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia a designação de membro do respectivo órgão para depor, no dia 8 de agosto de 2011 na cidade de Salvador-BA, sobre fatos ocorridos na região atinentes ao objeto de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito; 053/11 - Requer que seja oficiado ao Procurador-Chefe da Procuradoria do Trabalho da 5ª Região, com sede em Salvador-BA para designar membro do respectivo órgão com o fim de depor, no dia 8 de agosto de 2011 naquela cidade, sobre fatos ocorridos na região atinentes ao objeto de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito; 054/11 - Requer que seja oficiado o Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Salvador-BA para designar membro do respectivo órgão com o fim de depor, no dia 8 de agosto de 2011 naquela cidade, sobre fatos ocorridos na região atinentes ao objeto de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito; 055/11 - Requer que seja oficiado o representante do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado da Bahia para depor, no dia 8 de agosto de 2011 na cidade de Salvador-BA, sobre fatos ocorridos na região atinentes ao objeto de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito; 056/11 - Requer que seja oficiado o Superintendente Regional da Polícia Federal no Estado da Bahia para designar servidor público integrante da carreira, com o fim de depor, no dia 8 de agosto de 2011 na cidade de Salvador-BA, sobre fatos ocorridos na região atinentes ao objeto de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito; 057/11 - Requer que seja solicitada ao Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado da Bahia a designação de servidor público integrante da carreira da instituição, com o fim de depor, no dia 8 de agosto de 2011 na cidade de Salvador-BA, sobre fatos ocorridos na região atinentes ao objeto de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito; 058/11- Requer ao Ministro da Justiça , que evide esforços para garantir a proteção da Irmã Marie Heriqueta Cavalcante, Coordenadora da Comissão de Justiça e Paz da CNBB Norte II; e 059/11 - Requer que o Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário Guilherme Mansur Dias, CPF 013.364.846-08, acompanhe as reuniões e diligências desta CPI, inclusive com o pagamento de diárias, caso necessário.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB - AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 226, de 2011, destinada a investigar o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis no período de 2003 a 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa e a aprovação das atas da 7ª e da 8ª reuniões da Comissão.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Conforme a convocação, a presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos. E nós temos aqui na pauta alguns requerimentos para serem lidos e deliberados.

Mas antes de passar à leitura, nós queremos informar – e vou passar a palavra à Senadora Marinor – acerca da nossa audiência pública, primeira audiência pública realizada fora do recinto do Senado, na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Tivemos duas mesas, a participação de aproximadamente uns 12 convidados, além de perguntas e participação de pessoas representantes de organização não governamentais, de municípios, secretarias, que tiveram a oportunidade de se manifestar na reunião. E para nós, que lá estávamos, ficou clara a importância dessas idas aos Estados, dessas diligências. Chamaram-nos a atenção vários pontos que nos cabe debater agora. Mas eu citaria um deles, o fato de que pouquíssimos inquéritos foram instalados pela Polícia Federal no Amazonas, o que poderia ser sinônimo da não incidência do crime ou então da incidência e da não detecção, ou seja, da não oficialização, da não formalização, que é aquilo que sabemos que acontece.

Já os estudos, os relatórios mostram que, quando se chega ao crime de tráfico de pessoas, é porque outras formas, outros crimes eram investigados e se chegou até aí. Isso é muito grave, muito grave. Mas, enfim, foi uma audiência extremamente importante, e os requerimentos que nós aprovaremos a partir de agora dizem respeito à próxima audiência que será em outra região, no Nordeste brasileiro, no Estado da Bahia.

E eu passo a palavra, neste momento, à Senadora Marinor, para que faça também algumas observações acerca dos trabalhos desenvolvidos pela CPI antes de votarmos os requerimentos..

A SRª. MARINOR BRITO (PSOL - PA) – Bom dia a todos e a todas, bom dia, Senadora Vanessa, nossa Presidenta, os dois Delegados, Dr. Alexander Taketomi e o Delegado Elmiz Antonio Rocha Júnior, desde já agradeço a presença de vocês, que se incorporam aos nossos trabalhos, sejam muito bem-vindos.

Como disse a Senadora Vanessa, nós estivemos em, Manaus e já sentimos a falta de vocês porque poderíamos ter avançado já num processo de investigação de algumas denúncias, de alguns processos. Há poucos processos criminais que tramitam na Justiça a partir de denúncias da cidade de Manaus, e nós ainda não conseguimos fazer uma preparação anterior para isso. Esperamos que, a partir da nossa próxima diligência, da nossa próxima atividade em Salvador, que está confirmada para o dia 8 de agosto, nós já possamos preparar a nossa ida e possamos incluir as oitivas, possamos conversar com o Ministério Público, com os integrantes do Ministério Público, que vão estar compondo conosco a Comissão.

Além de ouvirmos as entidades, haverá representação oficial dos órgãos governamentais que atuam no enfrentamento, como fizemos em Manaus. Aliás, ficamos seis horas ininterruptas em atividades, ouvindo muitas entidades, ouvindo a sociedade civil, mas ainda nos faltou dar o passo seguinte, que é o passo de ouvir vítimas, que é o passo de ouvir os acusados. Isso queremos fazer em acordo, de maneira planejada, com os delegados da Polícia Federal e com os promotores que irão acompanhar a nossa CPI.

Nós conversamos, após a audiência, inclusive com alguns assessores nossos que nos acompanharam. E fizemos um balanço positivo da nossa ida a Manaus. A gente identificou uma situação pouco comum em Manaus, como aqui nos informou a Senadora Vanessa, que é o fato de haver tantas denúncias, certa mobilização da sociedade, certa resposta, até mesmo do Governo do Estado, em ações preventivas. A gente encontrou uma situação que me pareceu de medo das pessoas de denunciar, de medo.

Nós sabemos o poder que têm essas redes de traficantes, nós sabemos o quanto essa relação é direta, em que a presença do Estado é pequena e são poucos os policiais que estão destinados a atender a esse tipo de crime – tivemos aqui o relato do Coordenador da Polícia Federa. Mas pretendemos enfrentar essas dificuldades, pretendemos que esta CPI auxilie a sociedade brasileira, o próprio Governo a dar passos mais firmes no enfrentamento dessa questão. E não é possível fazer isso se não sensibilizarmos a sociedade, se nós não conseguirmos criar mecanismos para que as pessoas se sintam seguras em fazer a denúncia e, para isso, a gente precisa ter um planejamento que anteceda essas nossas idas e nos possibilite botar o dedo na ferida.

Está de parabéns a Senadora Vanessa, que foi responsável, em grande medida, pela mobilização. Tivemos uma boa cobertura da imprensa na semana que antecedeu à nossa atividade e mesmo na nossa atividade. Acho que isso ajuda a sociedade brasileira saber que há outros setores, que o Poder Legislativo neste momento se mobiliza para o enfrentamento do tráfico de pessoas. Embora saibamos das nossas limitações, a gente precisa fazer valer essa pequena parcela de poder que temos para ajudar a combater o tráfico de seres humanos.

Gostei muito da atividade. Acho que há elementos importantes que irão compor o nosso relatório, há experiências que estão sendo vividas pelas organizações não governamentais e até governamentais que podem, devem e serão reproduzidas para outros Estados, para que a gente tenha um caminho comum, uma unidade nesta rede que pretendemos que fique cada vez mais sólida no enfrentamento do tráfico de seres humanos.

É isso, Senadora.

E o fruto da nossa ida também já ensejou alguns requerimentos – alguns que estou fazendo pessoalmente como Relatora; outros que estão sendo feitos pela Presidência da nossa Comissão – para que a gente possa ouvir aqui em Brasília algumas vítimas e pessoas envolvidas em processos que detectamos.

Era isso, Senadora.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Cumprimento a nossa relatora, Senadora Marinor não só pela postura que teve lá, muito propositiva, importante, atenta. E é bom destacar que ficamos mais de seis horas ininterruptas, quase oito horas. Nós fomos almoçar às 16 horas, quase 17 horas serviram a comida. Acabamos às 18 horas o almoço.

Mas foram depoimentos importantes. Lá estiveram, como a Senadora falou, Ministério Público, Polícia

Federal, órgãos de segurança do Estado, Secretário de Justiça do Amazonas, Secretaria de Segurança, organizações não governamentais.

Detectamos alguns problemas, algumas falhas ainda na convocação. Por exemplo, conselhos tutelares. É importante que participem conosco. Há necessidade de ouvir a Funai, que também é importante. Nós vamos encaminhar esses requerimentos. Enfim, a Senadora Marinor também já registrou a presença do Dr. Delano, que nos apresenta.

Eu também quero, como fez a nossa Relatora, dar as boas vindas a Delegado Alexander e ao Delegado Eumiz. Espero que façamos...

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Acho que eu não falei o nome do Dr. Delano.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Falou, sim.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Falei, Doutor?

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Não falou? O Dr. Delano, na realidade, é o Chefe da Divisão de Direitos Humanos do Departamento de Polícia Federal. Ele está nos apresentando os delegados que ficarão trabalhando conosco, porque esta CPI não é composta só de Senadores, mas de um corpo técnico sem o qual não teremos um trabalho profícuo, porque nós temos que trabalhar não só na obtenção de um diagnóstico mais preciso – e a gente não parte do zero, muita coisa vem sendo feita principalmente pelo Departamento de Polícia Federal –, mas também nós queremos ser muito propositivos.

Talvez muitos dos problemas que vivemos hoje sejam decorrentes da legislação não tão clara, ainda insuficiente para o enfrentamento desse tipo de crime. Essas são as conclusões. Temos esse corpo técnico está a nos ajudar – a Márcia é um exemplo, esteve conosco lá, e não vou citar nomes –, temos um bom grupo de pessoas que, voluntariamente ou por designação de suas instituições, colabora conosco.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senadora, aproveitando este momento da sua fala, queria já pedir oficialmente que aprovemos aqui a incorporação de um desses nossos parceiros que está aqui desde o início da nossa CPI para que ele possa integrar as visitas aos Estados, fazendo esse trabalho de acompanhamento, de assessoramento, que é o Sr. Guilherme Mansur Dias.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Guilherme?

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Guilherme Mansur Dias.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Guilherme Mansur Dias. Então vamos colocar...

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – ... para que ele, junto com a Márcia, também possa integrar esse acompanhamento, à luz das possibilidades, é óbvio, de cada um. Serão muito bem-vindos para dar esse suporte técnico.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Então vamos deliberar aqui sobre a participação do Sr. Guilherme Mansur Dias como membro, assessor técnico da nossa CPI. *(Pausa.)*

Não havendo quem se manifeste contra, aprovada.

Está integrado à equipe o Dr. Guilherme.

Bom trabalho, Dr. Guilherme, pesquisador da área.

Vamos passar agora à votação dos requerimentos. Por último, a Senadora Marinor fará um requerimento verbal. S. Exª já me solicitou. Nós vamos ler todos os requerimentos, depois faremos a aprovação de uma única vez.

REQUERIMENTO Nº 52, de 2011

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

"*Solicita seja convidado para participar, prestando esclarecimentos na CPI que estará na Bahia no dia 8, o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia para que designe um membro do respectivo órgão para depor no dia 8 de agosto de 2011*."

Todos os requerimentos que passaremos a ler são de pessoas que deverão colaborar, estar na CPI na Bahia, Salvador, no dia 8 de agosto do corrente. Então, solicita a presença de representante da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público. Esse é o Requerimento nº 52.

REQUERIMENTO Nº 57, de 2011

"*Solicita também a presença do Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado da Bahia ou designação de representante de Salvador*".

REQUERIMENTO Nº 56, de 2011

"Solicita presença do Superintendente Regional da Polícia Federal do Estado da Bahia ou representante por ele designado"

Também faz um convite para o Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Salvador, Bahia, ele ou seu representante para comparecer à CPI no dia 8 de agosto do corrente.

REQUERIMENTO Nº 53, de 2011

"*Convite ao Sr. Procurador Chefe da Procuradoria de Trabalho da Região com sede em Salvador*".

REQUERIMENTO Nº 55, de 2011

"*Solicita presença do representante do Núcleo de Enfrentamento de Tráfico de Pessoas do Estado da Bahia*"

O Requerimento de nº 46 trata do Rio de Janeiro. Todos eles, a partir daqui, são da cidade do Rio de Janeiro ou tratam de outras questões, não é isso? Exato. Então os da Bahia são esses., Eu gostaria de acrescentar também, em um desses requerimentos, que convidemos um conjunto de organizações não governamentais. A Senadora Lídice da Mata ficou de mandar uma relação, Senadora Marinor, de um conjunto de organizações não governamentais, assim como o Conselho Tutelar. Que já aprovássemos um requerimento para participação da sociedade civil, com a nominata preparada posteriormente, e a especificação de cada entidade será apresentada pela Senadora Lídice da Mata.

Entretanto, coloco também em deliberação um requerimento verbal para convite a várias entidades representantes da sociedade da Bahia.

Em votação os requerimentos lidos, apresentados.

Aprovados.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu gostaria de fazer um requerimento verbal, que depois podemos formalizar.

Na nossa audiência também, participou a representante da CNBB, a Irmã Henriqueta, que é uma militante dos direitos humanos, que atua no enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes e que atua também no enfrentamento do tráfico humano na Região Norte e na Região Nordeste. Por conta desse enfrentamento que tem feito juntamente com o Bispo do Marajó, Dom. Luiz Ascona, tem recebido sistematicamente ameaças de morte

Fizemos questão de convidar a Irmã Henriqueta, ela que protagonizou, juntamente com outras entidades da sociedade civil na cidade de Belém e, agora, no feriado de Corpus Christi, um seminário sobre o enfrentamento do tráfico humano, em Belém. Eu estive representando a CPI por designação de V. Exª, Senadora Vanessa, e fiz oficialmente o convite a ela para que integrasse essa comitiva até Manaus.

O requerimento que quero fazer neste momento, Senador, é que possamos reforçar, através da nossa CPI, o pedido já feto pela Comissão de Direitos Humanos, do Senado Federal e de outras entidades da sociedade civil do Estado do Pará, da própria CNBB, ao Ministro da Justiça, Dr. José Eduardo Cardoso, e à Ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, para que seja dada a devida proteção à Irmã Henriqueta. Ela, assim como muitos militantes dos direitos humanos naquela região, está em uma lista para morrer. E todos aqui sabem – estamos indo dia 11 a Marabá, em uma comitiva, uma comissão externa do Senado Federal, coordenada pela Senadora Vanessa, exatamente para acompanhar a questão das mortes no campo, as mortes no campo, as mortes que acontecem historicamente por vários motivos, entre eles a luta pelos direitos humanos.

Então, eu gostaria de pedir aqui, além da integração da Irmã Henriqueta nessa nossa atividade, porque ela é uma militante, tem um histórico, é representativa da sociedade, que seja feito reforço aos Ministérios para que, de fato, ela tenha proteção policial.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A proposta de V. Exª não apenas é muito relevante, mas urgente também. Então, em votação o requerimento já que ninguém pretende discutir.

Aprovado o requerimento.

Vamoa passar a votar os Requerimentos de nº 49, 50, 48 e 47. Ou seja, de 47 até 50. Todos eles convocam pessoas para depor perante a CPI. Então, o Requerimento de nº 47 convoca o Sr. Admilson Garcia da Silva para depor sobre fatos ocorridos na Região Amazônica, atinentes ao objeto de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito. O Requerimento está fundamentado no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o dispositivo do art. 2º da Lei 1.579, de 18 de março de 1952, e no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal. Requerimento de nº 48.

No mesmo sentido, fundamentado nos mesmos dispositivos legais, convoca o Sr. Adilson Garcia da Silva para depor sobre fatos ocorridos na Região Amazônica, atinentes ao objeto de investigação desta CPI.

Requerimento de nº 49. Baseado no mesmo fundamento legal, convoca o Sr. José Lauro Rocha da Silva para depor perante esta CPI.

Requerimento de nº 50. Baseado no mesmo fundamento legal, convoca a Srª Renata Braga de Carvalho para depor perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Em discussão os requerimentos.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aprovadas as referidas convocações.

Requerimento de nº 45,

REQUERIMENTO Nº 45, de 2011,

Autoria da Senadora Vanessa Grazziotin.

"Requer a realização de diligência, em data a ser definida, na cidade do Rio de Janeiro, para investigar fatos pertinentes a objetos ocorridos na região."

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu queria fazer um registro em relação a este requerimento não só porque o Rio de Janeiro já estava no

nosso roteiro, a partir dos dados que levantamos com as entidades, mas também pela demanda que recebi.

Estive, na semana passada, no Rio de Janeiro, a partir de um convite feito pelo Deputado Marcelo Freixo e pela Deputada Janira, ambos do PSOL, sobre o sumiço de muitas pessoas e os indícios de que esses sumiços, além dos outros relacionados ao tráfico de armas, tráfico de drogas, violência policial e outros, são de tráfico humano. Estive com eles numa reunião na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Reuni-me com algumas entidades que atuam no enfrentamento do tráfico, e essa demanda me foi trazida para que a gente, ainda neste mês de agosto, pudesse realizar no Rio de Janeiro a nossa diligência. Então, é mais para justificar e fazer o registro de que nós acatamos a solicitação de incluir nesse início de semestre a ida ao Rio de Janeiro, Senadora Vanessa.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Perfeitamente, Senadora Marinor.

Em votação o Requerimento de nº 45. Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 51, de 2011

"Requer ao Juiz José Aírton de Aguiar Portela cópia dos autos da ação penal que tramita na 4ª Vara da Justiça Federal, Seção Judiciária da Amazônia, Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sob o nº 6.32713, de 2011, 4013200, Inquérito nº 410/2007, no qual constam como réus os Srs. Richard Wayne Schair), José Lauro Rocha da Silva, Daniel Geraldo Lopes, Juscelino de Souza Mota, Admilson Garcia da Silva e Adilson Garcia da Silva. Requeiro, ainda, a transferência para esta Comissão Parlamentar de Inquérito do sigilo que eventualmente recaia sobre a citação penal.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento de nº 51.

REQUERIMENTO Nº 46, de 2011

"*Requer, em data a ser definida, com fundamento no art. 149 do Regimento Interno, sejam designados para acompanhar as diligências, cuja data será definida na cidade do Rio de Janeiro, os seguintes servidores da Casa: Georgina Tolosa Galvão, José Augusto Panicé, Márcia Anita Sprandel, Reinílson Prado dos Santos, Susane Guida de Souza, Tiago Ivo Odon, Reinilson Prado dos Santos e Verner de Miranda Pereira."*

Em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa*.)

Aprovado.

Falta um nome que precisa ser incluído: Márcio Sanches. Também Márcio Sanches consta como adendo aqui ao requerimento. Sr. Márcio Sanches. Depois preenchemos a matrícula referida.

Em votação o requerimento. (*Pausa*.)

Aprovado.

Bom, não havendo mais a tratar, agradeço a todos, convidando-os para a próxima reunião. Se não tivermos reunião semana que vem, vamos ver, se não houver estaremos em recesso a partir do dia 17 e retornaremos os trabalhos na primeira semana do mês de agosto.

Nossa sessão está encerrada, até mesmo porque já está começando a sessão do Congresso Nacional.

Obrigada a todos pela audiência. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, Presidente.

(Levanta-se a reunião às 11horas e 59 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, DESTINADA A INVESTIGAR O TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL, SUAS CAUSAS, CONSEQÜÊNCIAS, ROTAS E RESPONSÁVEIS, NO PERÍODO DE 2003 E 2011, COMPREENDIDO NA VIGÊNCIA DA CONVENÇÃO DE PALERMO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 226, DE 2011. – ATA DA 10ª REUNIÃO.

Ata Circunstanciada da 10ª Reunião realizada em 08 de agosto de 2011, às dez horas e quinze minutos, no Anfiteatro do Centro de Cultura da Câmara Municipal à Praça Thomé de Souza - Salvador/BA sob a Presidência da Senadora Vanessa Grazziotin e com a presença da Senhora Senadora Marinor Brito e Lídice da Mata, Deixaram de comparecer os Senhores Senadores: Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Ângela Portela e Paulo Davim. Na oportunidade foi realizada Audiência Pública com a participação dos seguintes palestrantes: Dra. Ana Cláudia Spinelli, Chefe Substituto da Delegacia de Defesa Institucional DELINST/ SR/ DPF/BA; Dr. Vladimir Aras, Procurador da República, representando o Ministério Público Federal; Rosenilda Barbosa Alves, Vítima – Comerciante de Camaçari/BA; Márcia Regina Ribeiro Teixeira, Promotora de Justiça no Estado da Bahia; Regina Machado, Advogada e Professora especialista em de Direito Internacional; Sra. Jaqueline Leite, Coordenadora do CHAME - Centro Humanitário de Apoio à Mulher; Sra. Débora Aranha, Coordenadora do Instituto Winrock; Dr. Lidivaldo Britto, Promotor de Justiça no Estado da Bahia; Almiro Sena Soares Filho, Secretário da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia; Keila Simpson, Representante da ATRAS - Associação de Travestis de Salvador; Sr. Valdemar Oliveira, Coordenador Executivo do CEDECA - Centro de Defesa da Criança e do Adolescente; Dra. Helena Barbosa, Defensora Pública,

especialista em Direito da Criança e do Adolescente; Deputada Luiza Maia, Presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembléia Legislativa; e a Vereadora Olívia Santana, representando a Câmara Municipal de Salvador.

A **SRA. PRESIDENTE** (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Aqui, pela manhã, como já foi dito, fizemos uma reunião fechada, só com os membros das instituições públicas que atuam nessa área – Polícia Federal, Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado da Bahia, Defensoria da Infância. Agora à tarde, a ideia é que possamos ter um conjunto de associações, de representações da sociedade civil organizada aqui presente. Pela manhã, tivemos também algumas ONGs que trabalham exclusivamente e diretamente relacionadas com o tema. Teremos também a participação do mundo político, dos Parlamentares, dos edis municipais e mesmo dos Deputados Estaduais, que já estão se dirigindo para cá.

Quero convidar à Mesa também a nossa Ouvidora da Câmara Municipal de Salvador, Vereadora que contribuiu decisivamente para que pudéssemos estar realizando este debate aqui hoje, a Vereadora Olívia Santana. (Palmas.)

Durante o período da manhã, nós ouvimos um depoimento que foi muito interessante, importante e que fez com que a Comissão sentisse a necessidade de buscar informações do caso com o Procurador Lidivaldo, que é o procurador que ficou à frente dessa questão. Tentamos falar com ele, não conseguimos, porque nem nós sabíamos nem ele. Tivemos informação aqui a respeito de sua atuação, brilhante e comprometida, como sempre, e solicitamos que ele viesse a esta CPI hoje fazer um relato da situação do caso da Srª Rosenilda – que é o caso em questão –, uma mãe que teve suas duas filhas levadas para Portugal e, há cinco anos, luta para reavê-las.

Antes, no entanto, de chamar para compor a Mesa o nosso querido... Para as nossas Senadoras, que não o conhecem muito, ele é querido do movimento popular da Bahia – esta sala aqui, repleta de lideranças vinculadas à luta em defesa dos Direitos Humanos em nossas cidades, em nosso Estado, sabe –, e por isso nós nos referimos de forma tão íntima ao mesmo. Antes de chamá-lo, vou passar a palavra à Relatora, Senadora Marinor, para que se dirija a este plenário.

Muito obrigada.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Obrigada, minha querida Senadora Lídice da Mata. Cumprimento aqui minha Presidenta, a Senadora Vanessa Grazziotin; a nossa grandiosa anfitriã, que nos acolheu desde o primeiro momento, na chegada da nossa equipe técnica e dos nossos assessores. Graças ao trabalho da Ouvidoria é que nós estamos aqui e demos alguns passos já muito importantes na realização desta atividade parlamentar, desta CPI aqui em Salvador, para atender os interesses e buscar soluções, ajudar na perspectiva do enfrentamento do tráfico, que viola direitos dos cidadãos baianos, das pessoas que habitam este Estado.

É uma honra para mim, como cidadã brasileira, mulher, estar compartilhando com essas duas companheiras o trabalho da CPI. Eu, de fato, fui autora, mas elas, de imediato, assumiram a responsabilidade coletiva e política de tocar adiante esse trabalho. Nós tentamos, em uma primeira etapa, em Brasília, fazer a leitura dos processos em curso de enfrentamento, pelo Brasil, ouvindo entidades governamentais, entidades não-governamentais, ouvindo os núcleos de enfrentamento que já estão organizados pelo Brasil, e tomamos a decisão de desenvolver essas atividades nas regiões, considerando várias questões. Uma delas é a importância política, social e econômica que têm alguns Estados brasileiros, como é o caso do Estado da Bahia, para servirem de instrumento, de auxílio, de possibilidade de ajuda para os demais Estados brasileiros.

A Senadora Lídice fez questão, e nós acatamos a sugestão dela porque, infelizmente, Salvador está entre os Estados brasileiros que têm muitas rotas de tráfico. Salvador é uma cidade que concentra interesses nacionais e internacionais na área do turismo, também servindo de polo aglutinador dessas redes de tráfico humano, redes de prostituição, redes de pedofilia, redes de diversas outras questões que violam os direitos do povo baiano.

Então, nós viemos aqui para tentar auxiliar o trabalho que já está sendo desenvolvido. Nós viemos aqui tentar ajudar as instituições públicas, ser parceiros das ONGs e dos movimentos sociais, que já têm atuado, mesmo que com muitas dificuldades – porque o núcleo aqui da Bahia foi recém-construído, ainda está pouco estruturado. Mas nós viemos aqui para dizer a vocês que é possível dar um passo significativo no enfrentamento do tráfico humano, sobretudo na perspectiva de conscientizar este ato político de trazer o Senado Federal para cá, a sociedade para o enfrentamento dessa questão. Não é possível que as vítimas continuem sem se perceberem vítimas. Não é possível que as vítimas continuem tendo medo de denunciar. Não é possível que as famílias e que as instituições não ajudem no enfrentamento desse problema.

Hoje de manhã, quando nós estivemos com o Governador do Estado, numa visita protocolar da CPI, nós fizemos questão de dizer a ele que esta CPI veio aqui para auxiliar. Nós vamos sim levantar os proble-

mas, e já temos certo diagnóstico de algumas dificuldades, mas nós também viemos aqui para botar um pinguinho em cima dos is, onde ainda não foi colocado, para que os processos, os poucos inquéritos existentes e as poucas ações que foram feitas para enfrentar esse problema não fiquem nas gavetas, nas delegacias, no Ministério Público ou mesmo nos tribunais. Nós queremos ver esses problemas solucionados, nós queremos que a sociedade baiana não seja a mesma. É muita ousadia, muito atrevimento da nossa parte, mas nós somos agentes políticos para isso, para dizer que esse problema não nasceu a partir da vontade do povo baiano trabalhador, nasceu a partir dos interesses bilionários do tráfico humano, que hoje reúne mais de 32 bilhões ao ano de arrecadação do tráfico de pessoas. As pessoas não são mercadorias, as pessoas têm direito a uma vida digna, têm, inclusive, direito a migrarem de um lugar para o outro sem serem violadas no seu direito.

Esta CPI está aqui. Desde já, agradecemos a todos e a todas que estiveram envolvidos na tarefa da manhã. Nós temos já um material muito denso e muito importante trazido pelos colaboradores e colaboradoras que aqui estiveram. Temos certeza de que esta audiência agora à tarde, com a ajuda de outros integrantes do Poder Público e da sociedade civil, vai nos ajudar a produzir um relatório que não só interfira na legislação, que é insuficiente, mas também que detecte problemas e, ao detectar os problemas, possa apresentar soluções, seja para os prefeitos, seja para os governadores, seja para a Presidência da República, porque não é possível continuar convivendo de forma tímida com uma questão que é tão grave, que traz muitas consequências graves para a vida das pessoas.

Muito obrigada. Senadora, muito obrigada pela oportunidade de trazer a nossa CPI a Salvador. Vocês estão me devendo um acarajé. Não é justo vir à Bahia e só trabalhar. Salvador é uma cidade tão linda, um povo tão bonito, tão acolhedor. Vamos em frente, temos muito trabalho pela frente. Se tivermos necessidade de voltar aqui, voltaremos. Se precisarmos levar pessoas a Brasília para serem ouvidas lá, levaremos também, de modo a contribuir com essa situação.

Um grande abraço, boa luta para nós, boa audiência. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Para tranquilizar a todos, a Senadora Marinor não vai sair daqui sem comer um acarajé bom. É porque o horário de venda do acarajé é mais tarde. O acarajé aqui abre as bancas a partir de três, quatro horas. Mas a senhora vai comer ainda hoje seu acarajé, viu?

Mas quero dizer, vou fazer aqui, formalmente, uma apresentaçãozinha, vou chamar à Mesa nosso querido Lidivaldo Britto, Procurador do Estado da Bahia, que foi Procurador-Geral do Estado. Peço a Lidivaldo que já se dirija à Mesa para o seu depoimento.

O tráfico de pessoas é uma das atividades criminosas mais lucrativas do mundo, faz cerca de 2,5 milhões de vítimas e movimenta aproximadamente US$32 bilhões por ano, segundo dados do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. Relaciona-se a outras práticas criminosas de violação de Direitos Humanos que servem à exploração de mão de obra e a redes internacionais de exploração sexual comercial, muitas vezes ligadas a roteiros de exploração sexual no turismo e quadrilhas transnacionais.

A expressão "tráfico de pessoas" significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade, a situação de vulnerabilidade, à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração, conforme definido no Protocolo Adicional à Convenção da ONU contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, Protocolo de Palermo, ratificado pelo Brasil no ano 2000.

São parceiros, ou parceiras, da realização desta audiência a Ouvidoria-Geral da Câmara Municipal de Salvador e as Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher, da Assembleia Legislativa da Bahia e da Câmara Municipal de Salvador.

Também contribuíram na construção desta audiência o Chame; o CEDECA; o Cria; o Instituto Winrock; o NEPT, da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia; o Projeto Geografar, do Instituto de Geociências da USP; e os gabinetes das Vereadoras Olívia Santana, Aladilce Souza e Vânia Galvão.

Quero convidar à Mesa o Secretário de Justiça do Estado, que esteve conosco de manhã e veio agora participar desta nova fase da audiência, nosso também Promotor do Ministério Público, Dr. Almiro Sena Soares. A Vereadora Marta Rodrigues também contribuiu para esta atividade e, se eu não me engano, está presente aqui, minha querida amiga Martinha, Vereadora de Salvador, das causas e lutas dos Direitos Humanos em nossa cidade.

Então, está à Mesa nosso Secretário de Justiça, Dr. Almiro Sena. Quero registrar também a presença e convidar à Mesa a Defensora Hélia Barbosa, uma antiga, uma jurássica defensora dos direitos da crian-

ça no nosso Estado, que aqui representa a Defensora Pública-Geral do Estado da Bahia. Digo jurássica para não dizer precursora, que é uma das fundadoras do CEDECA e uma das pessoas com envolvimento na causa da criança e do adolescente.

Quero avisar também que a apresentação do Cria, que anunciamos aqui, será suspensa – já foi suspensa –, na medida em que os meninos tinham horário de aula. Então, eles vinham com horário marcado, nós não sabíamos, demoramos um pouco para a instalação da Mesa, o que tornou inviável a apresentação dos mesmos. Era uma generosa doação do Centro de Referência da Infância e da Adolescência da cidade de Salvador, do Estado, à realização da nossa audiência pública.

Quero, de público, agradecer a disposição dos meninos e da direção do Cria com o nosso trabalho aqui.

À atual coordenadora... Às coordenadoras Irene Pinheiro e Cássia Lima, nosso total agradecimento e reconhecimento. Infelizmente, não podemos ter aqui essa apresentação.

O Dr. Lidivaldo tem limitação de tempo para ficar entre nós, por isso vou passar imediatamente a palavra a ele, que vai apresentar os dados do processo que analisamos pela manhã, da denúncia que recebemos, pela manhã, da Srª Rosenilda, de Camaçari.

O SR. LIDIVALDO BRITTO – Boa tarde a todas e a todos, quero saudar, inicialmente, a primeira Senadora da Bahia, Lídice da Mata, que está presidindo esta Mesa, ressaltando a minha admiração desde a época do movimento estudantil, quando ela foi Presidente do Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal da Bahia, e toda a sua luta política em prol não só da cidade de Salvador, mas também do Estado da Bahia, como vereadora, como deputada estadual, como prefeita de Salvador e, agora, como Senadora da República.

Quero saudar a Senadora Vanessa Grazziotin, Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito; a Senadora Marinor Brito; a Vereadora Olívia Santana, Ouvidora-Geral da Câmara de Vereadores, também registrando sua dedicação em prol da luta, no combate à discriminação racial contra os afrodescendentes, principalmente contra as mulheres negras da nossa cidade; o Secretário da Justiça, Almiro Sena, membro do Ministério Público do Estado da Bahia, meu colega; a Defensora Pública Hélia Barbosa, que inclusive foi também Defensora-Geral do Estado da Bahia; e saudar a Vereadora Marta Rodrigues; integrantes da Câmara de Vereadores da cidade; e os presentes, nas pessoas do meu colega e amigo Dr. Valdemar Oliveira e também da ex-Reitora da Universidade do Estado da Bahia, a Professora Ivete Sacramento, que atualmente exerce o cargo de Superintendente de Direitos Humanos da Secretaria de Justiça do Estado.

Bem, eu tive contato com o caso da Srª Rosenilda Barbosa Alves quando exercia o cargo de Procurador-Geral de Justiça, na Chefia do Ministério Público da Bahia. Fui procurado por uma colega promotor, o Dr. Carlos Martel, que relatou o fato relacionado à Dona Rosenilda. Na verdade, segundo o relato do colega, a Dona Rosenilda havia sido atraída por uma cidadã portuguesa a morar em Portugal, pois ali teria melhores condições de vida e também poderia criar suas filhas numa situação bem mais adequada.

Elas se conheceram aqui no litoral norte. Dona Rosenilda reside numa localidade no município de Camaçari. Seus pais têm um pequeno restaurante, e, por coincidência, essa senhora portuguesa ali esteve com dois baianos, então, ambas se conheceram. E a própria cidadã portuguesa se ofereceu para batizar uma das crianças, criou aquele vínculo, e então se prontificou a ajudar Dona Rosenilda. E assim foi Dona Rosenilda para Portugal. Posteriormente, ela voltou para o Brasil, teve a criança, a segunda criança, e havia a perspectiva de ela ali permanecer.

O visto de turista dela expirou e ela não pode mais continuar residindo em Portugal. A partir daí, começa o seu calvário. Ela foi orientada pela senhora portuguesa a retornar a Salvador e aqui providenciar o visto de trabalho. É muito difícil um cidadão brasileiro hoje conseguir um visto de trabalho daqui do Brasil para trabalhar em qualquer país da Europa, em razão das limitações da própria Comunidade Europeia, principalmente em Portugal, que é a porta de entrada dos brasileiros. Portugal e Espanha são as portas de entrada de brasileiros na Europa.

Então, ela procurou o consulado português e ali ela foi informada de que era um visto muito difícil, que ela tinha que ter uma qualificação técnica, e que não era bem assim. Então, ela iniciou os contatos para que a situação fosse resolvida. Ou seja, ela poderia retornar a Portugal ou então as crianças deveriam retornar imediatamente ao Brasil.

E ela foi se surpreendendo com as dificuldades apresentadas pela própria cidadã portuguesa. Em determinado momento, a cidadã portuguesa disse que não iria mais devolver as crianças, porque as crianças iriam ficar sob sua guarda em Portugal. E Dona Rosenilda havia deixado um documento bem simplório, abrangendo apenas um parágrafo, deixando as crianças sob responsabilidade dessa cidadã portuguesa enquanto ela estava providenciando o visto, e a cidadã portuguesa utilizou esse documento para, perante a justiça portuguesa, pleitear a adoção. Ela requereu logo a adoção das crianças.

A princípio, a Justiça portuguesa não concedeu, não deferiu o pedido, mas deixou as crianças sob a guarda da cidadã portuguesa. E ela, aqui no Brasil, sem ter dinheiro para poder retornar a Portugal.

Bom, quando das comemorações dos quatrocentos anos do Tribunal de Justiça aqui na Bahia, o Presidente da Suprema Corte portuguesa esteve aqui. Na ocasião, eu ainda estava como Procurador-Geral, eu o procurei e relatei o fato para ele, narrando o sofrimento de Dona Rosenilda. Ele ficou sensibilizado, pediu que eu encaminhasse um expediente com todos os documentos, e assim eu fiz. Posteriormente, ele teve a deferência de me telefonar de Portugal e me colocar para falar com a Procuradora do Ministério Público português que acompanhou o caso inicialmente.

Segundo relato da Procuradora, Drª Maria do Carmo, a princípio, a situação era favorável ao retorno das crianças ao Brasil, o Ministério Público português, inclusive, estava concordando com a devolução imediata. Todavia, segundo a Procuradora do Ministério Público português, houve um atraso por parte das autoridades brasileiras em Portugal a fim de que fosse providenciada a devolução das crianças.

O que mais me chama a atenção nesse caso é o fato de que duas crianças brasileiras se encontram em Portugal com uma estranha, que não tem nenhum vínculo de parentesco com essas infantes. É o único caso de crianças brasileiras que estão no exterior com uma pessoa estranha. E o governo português em nenhum momento de dispôs a entregar imediatamente essas crianças ao governo brasileiro, através da sua embaixada.

Qual é a situação dessas crianças em Portugal? Elas estão asiladas, elas estão refugiadas? Elas não têm passaportes brasileiros. E por muito menos a Secretária de Estado Hillary Clinton esteve aqui no Brasil para pressionar o governo brasileiro a interferir no caso daquela criança que se encontrava aqui com os avós, aquela criança estava aqui com os avós, estava com os parentes. E essas crianças brasileiras estão com uma estranha.

Lá em Portugal, essa cidadã portuguesa já obteve uma sentença favorável na primeira instância e na segunda instância. E agora o caso está submetido à apreciação da Suprema Corte Portuguesa, que negou a apreciação do recurso. Então, o consulado brasileiro, através de um advogado brasileiro que reside em Portugal, o Dr. Normanha, interpôs um agravo para forçar a Suprema Corte Portuguesa a apreciar o recurso.

A Suprema Corte Portuguesa rejeitou esse agravo. Só resta agora, juridicamente, a apreciação do Tribunal Constitucional de Portugal, que é a última instância judicial portuguesa para apreciar a situação.

A cidadã portuguesa alegou inclusive o fato de uma das crianças ter sido vítima de abuso sexual, o que é mentira. Essa alegação, para que os senhores tenham conhecimento, é uma alegação que vem sendo muito utilizada não só aqui no Brasil, mas também no exterior. Em diversos casos de separações e de divórcios litigiosos, infelizmente, as genitoras têm utilizado a argumentação de que as crianças estão sendo vítimas de abuso sexual por parte do pai para forçar a decisão favorável à guarda. O Ministério das Relações Exteriores já tem um caso semelhante nos Estados Unidos, de um brasileiro que inclusive está preso, acusado de abuso sexual, porque a mãe das crianças, que é uma americana, alegou, inventou essa historia para que a situação ficasse mais favorável a ela.

Bem, na tramitação do processo, Dona Rosenilda conseguiu, com muito sacrifício, recursos para voltar a Portugal. A Justiça portuguesa concedeu a ela o direito de, por poucas horas, estar com suas filhas. E, durante esses encontros, havia toda uma pressão da equipe interdisciplinar portuguesa, constituída por psicólogos e por assistentes sociais, para que o contato fosse o mínimo possível. A criança mais velha desenvolveu, isso, claro, depois de todo um assédio psicológico, desenvolveu uma resistência muito grande em relação ao contato com sua genitora biológica. E a menorzinha quase não teve contato nenhum com sua mãe. Eu acho que a Dona Rosenilda relatou um fato aqui que é bastante peculiar. Quando ela chegou para ter o primeiro contato com sua filha mais nova, a menina disse a ela que estava ali porque iria conhecer a sua mãe e que tinham dito para ela que a mãe era uma bruxa. E aí, durante o contato, eu acho que a ligação afetiva entre mãe e filha, que nem lei nem juiz nem governo podem fazer cessar, eu acho que a criança percebeu algo e indagou: "Mas não é você que é a minha mãe, é?". E Dona Rosenilda disse: "Sou". Ela disse: "Mas você é tão simpática! Me disseram que você era má, era perversa".

Então, essas crianças foram envolvidas em uma situação para permitir que a Justiça portuguesa considerasse que o bem-estar das crianças deve prevalecer. E qual é o bem-estar das crianças? A permanência dessas crianças em Portugal com essa cidadã que tem condições financeiras e, então, está proporcionando uma vida bem melhor para essas duas meninas. E a mais velha já está entrando na adolescência, ela tem onze anos. E o perigo é esse. Porque quando ela entrar na adolescência, possivelmente a situação vai ficar mais complicada ainda, considerando que ela vai ser ouvida, ela vai opinar, ela vai se manifestar.

Então, resumindo: querem criar um fato consumado para que essas crianças permaneçam em Portugal.

Eu estive em Brasília, no ano de 2009, em uma audiência agendada pelo Deputado Nelson Pellegrino, conversando com o Secretário Executivo do Ministério das Relações Exteriores, haja vista que o então Ministro Celso Amorim estava em viagem ao exterior. E ele ficou muito indignado com a situação e me encaminhou para conversar com o responsável pelo Departamento de Assuntos da Comunidade Brasileira no Exterior, o Embaixador Eduardo Gradilone, que também reuniu ali sua assessoria para se inteirar dos fatos e adotar algumas providências. Mas, de 2009 até recentemente, até 2011, infelizmente, o governo brasileiro não adotou nenhum tipo de providência capaz de pressionar o governo português. Porque, diplomaticamente, há mecanismos para que o governo brasileiro diga ao governo português que essas crianças são cidadãs brasileiras e devem ser repatriadas imediatamente. Até há pouco tempo essa situação ainda estava dependendo de uma providência por parte do Ministério das Relações Exteriores.

Recentemente, estivemos mais uma vez no Ministério das Relações Exteriores, agora com a presença da própria genitora das crianças, Dona Rosenilda, onde ela fez um relato extenso da sua situação perante a Ministra Maria Luiza Lopes.

Bem, qual é a situação atual? Segundo o advogado do consulado brasileiro em Portugal, Dr. Normanha, que me telefonou há uns quinze dias, se houver uma decisão desfavorável do Tribunal Constitucional de Portugal, o único recurso judicial será a Corte Europeia dos Direitos Humanos.

Até que ponto chegou essa situação!

Quero ressaltar aqui que a reunião em Brasília, recente, com a Ministra Maria Luiza Lopes... Ela não é Ministra das Relações Exteriores, é evidente. É porque, no Itamaraty, um dos cargos é o de ministro. Tem o embaixador, o ministro e o secretário. Então, ela é uma Ministra. Ela não é Ministra de Estado. Então, ela se sensibilizou também. E aí o governo brasileiro finalmente emitiu duas notas diplomáticas protestando em relação a essa situação. Ou seja, agora no ano de 2011, o governo brasileiro despertou para essa gravidade e vai envidar os esforços necessários para o retorno dessas crianças o mais rápido possível. É evidente que já decorreu um tempo razoável, cerca de cinco anos. Quanto mais o tempo passa mais a situação fica difícil.

O governo português alega que é uma situação que está sob apreciação do Poder Judiciário e que, a princípio, o governo português não poderia fazer nada para agilizar o retorno dessas crianças, mas não é bem assim. Nós sabemos que não é bem assim porque essa é uma situação totalmente irregular. Essas duas crianças foram apropriadas, eu uso esse termo. Não vou dizer que elas foram roubadas, mas foram apropriadas, como dois objetos de consumo.

Com tantas crianças aqui, nos orfanatos, até mesmo nas ruas, essa cidadã portuguesa quis ficar com essas duas crianças sem que houvesse um procedimento legal de adoção aqui no Brasil. E a genitora, lógico, não é favorável à adoção, ela nunca entregou as crianças para adoção. Então, essa situação é totalmente ilegal, ela afronta as normas internacionais de proteção à criança e ao adolescente e também as normas internacionais dos Direitos Humanos.

São duas crianças que estão sendo privadas da convivência materna e uma genitora, uma mãe biológica, que não tem o direito de criar suas filhas. E ela não cometeu crime algum, ela não praticou nenhum ato a fim de que viesse a perder o poder familiar sobre essas duas filhas. Além do mais, na pior das hipóteses, se a mãe dessas crianças viesse a ser uma péssima mãe, o que não é verdade, ela está lutando com todas as suas forças para ter suas filhas de volta, essas crianças têm aqui avós, têm tios, têm uma família natural biológica. Então, o governo português – quando digo governo português vou substituir por estado português –, através do Poder Executivo ou do Poder Judiciário, não tem o direito de reter essas crianças brasileiras em Portugal.

O que também me chamou a atenção foi que, com todo esse drama, essa mulher nunca foi recebida em Portugal pelo Cônsul brasileiro em Lisboa. Ela nunca foi recebida em Portugal pelo Embaixador do Brasil em Portugal. E eles sabiam do sofrimento dela. Quem dá assistência a ela é uma funcionária do consulado brasileiro em Portugal e esse advogado que foi contratado pelo consulado brasileiro.

Então, esta oportunidade que temos aqui de falar para que a Comissão Parlamentar de Inquérito tenha ciência desse fato é uma oportunidade excelente, porque acredito no trabalho desta Comissão e também confio, principalmente agora, nas providências que serão adotadas a partir desse relato.

Na época em que eu era Procurador-Geral da Justiça, escrevi um artigo que foi publicado no jornal A Tarde sobre esse caso, e o título do artigo é: “Duas meninas baianas”, chamando a atenção das autoridades para essa situação. E iniciei o artigo dizendo o seguinte: “Segundo Gilberto Gil, toda menina baiana tem um santo que Deus dá”. No bojo do texto eu indago: “Como pode o governo do Brasil admitir que duas pequeninas cidadãs brasileiras permaneçam ilegalmente no exterior sem a sua representante, com uma pessoa estranha, que não possui com elas qualquer laço de parentesco nem documento oficial brasileiro

que lhe garanta a guarda? Trata-se de fato inusitado que requer um posicionamento urgente do Ministério das Relações Exteriores, exigindo a repatriação já. O Direito da Infância e da Juventude, o Direito Internacional...". Enfim, o que eu já disse aqui.

Agora, há a perspectiva também de se avaliar se ela, como cidadã portuguesa, e esses dois indivíduos que conheceram ali a Dona Rosenilda praticaram esse crime de aliciamento. Porque, a princípio, quando o material foi encaminhado para a Polícia Federal, à época, a Polícia Federal entendeu que não havia aliciamento. Hoje, eu acho que já se constitui uma situação completamente diferente. Já está claro que ela foi vítima de um aliciamento, ou seja, havia a intenção dessa cidadã de ter essas crianças brasileiras com ela, lá em Portugal. Surgiu também a informação de que ela chegou a tentar a adotar uma criança portuguesa, em Portugal, e não conseguiu. Então, possivelmente, ela se interessou por essas crianças aqui no Brasil. A promotora que atualmente...

A SRA. PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Já foram ouvidos esses dois rapazes?

O SR. LIDIVALDO BRITTO – Sim, parece que esses rapazes foram ouvidos na época.

A promotora que está cuidando do caso atualmente ficou de examinar a documentação, verificar o material que foi encaminhado à Polícia Federal. E hoje pela manhã, quando fui alertado sobre os trabalhos da Comissão, a Delegada de Polícia, da Polícia Civil da Bahia, entrou em contato conosco, e também vai analisar a situação para apurar realmente o que ocorreu quando ela foi atraída a viajar para Portugal.

Portanto, eram essas as informações que eu queria passar. E no final desse artigo eu digo que, diante de todo esse sofrimento, já que, segundo o nosso poeta, toda menina baiana tem um santo que Deus dá, essas duas meninas baianas precisarão da ajuda de todos os santos da Bahia para retornarem ao Brasil.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada pelo relato, Dr. Lidivaldo, que certamente serviu para clarear muito as informações que obtivemos pela manhã, já que o depoimento da nossa amiga Rosenilda foi mais conciso em função da sua própria emoção, da dificuldade de falar. Naquele momento, a emoção lhe tomou.

Foi um relato realmente detalhado, que indica para nós da CPI as responsabilidades e os caminhos que nós temos a trilhar a partir de agora.

E, principalmente, satisfeitas em tê-lo como aliado por sua capacidade e representatividade de âmbito nacional.

Nossa Relatora quer pedir esclarecimentos. Estou deixando aqui na mesa... (falha na gravação) ...de público, então, publicamente estou mostrando que a Bahia lhe deu o acarajé que ela queria.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Vai ser uma tortura.

A SRA. PRESIDENTE (Lídide da Mata. Bloco/PSB – BA) – Vou chamar para vir à Mesa a Presidente da Comissão dos Direitos da Mulher, da Assembleia Legislativa da Bahia, a brava Deputada Luiza Maia.

Seja bem-vinda.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Bom, eu queria dizer que de manhã tivemos momentos muito difíceis aqui, na condução do nosso trabalho, Procurador.

Como disse a Senadora Lídice...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Desculpem-me a falta de educação, mas é que, de fato, meu voo sai às 4h48min e são quase 4 horas, então tenho de sair correndo para o aeroporto para pegar o avião e não perder. Está certo, gente?

Um grande abraço e muito obrigada. Vocês estão em boas mãos.

Obrigada, Senadora Lídice, obrigada, Senadora Marinor, mas tenho trânsito pela frente.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Esse deslocamento não é problema para nós, porque em seguida nós nos integramos novamente e uma relata para a outra. Temos feito um esforço político importante para que nosso trabalho tenha uma sequência bem boa.

Bom, eu estava dizendo que, de manhã, nossa Comissão chegou ficar um pouco atordoada, viu, Procurador? Nós nos deparamos com a questão da Rosenilda no meio de uma metodologia de trabalho, e não ficaram muito claras as algumas coisas para nós, sobretudo os procedimentos que o Ministério Público tomou e que agora me tranquilizam bastante.

O que nós tínhamos de informação é que a Polícia Federal não tinha entendido que existia uma situação de aliciamento e que, portanto, ficou portanto. Ficamos muito angustiados de manhã aqui. Felizmente, esta etapa aqui do Estado, de certa forma, já foi positiva, já andou, embora tenhamos que considerar que de 2006 para cá tem muito tempo. Então, em algum momento nesse trabalho não foi cumprida a sua etapa. Queria depois que o senhor pudesse também identificar para nós por que demorou tanto a chegar no Governo Federal essa questão.

Antes de ouvi-lo, eu tinha pensado, com a nossa equipe aqui, se não seria um procedimento mais imediato tentar uma força-tarefa junto ao STM, ao TR e ao MR, divisão consular, para tentar repatriar as crianças, já que me parece que não tem uma carac-

terização de guarda legal em Portugal. Eu queria que o senhor tentasse nos esclarecer em relação isso, se existe essa guarda legal, se ela chegou a ser legalizada. E a situação, mesmo que tenha duas instâncias de julgamento, mesmo que tenha duas instancias de julgamento, o governo brasileiro poderia, através da Polícia Federal, ter tomado uma decisão de tentar repatriar essas crianças, já que tinha uma situação migratória ilegal das mesmas. Eu imagino que isso poderia ter sido feito.

E se, dadas as condições de julgamento já em duas instâncias, esse tipo de situação não pode ser ainda pensada, porque, mesmo que tenha uma decisão de Justiça, a situação de ilegalidade dessas crianças permanece, até onde estou conseguindo ler dos relatos que nós recebemos aqui. E ainda mais, se existem, por parte do governo brasileiro, perspectivas de atuar no campo diplomático, o que ainda precisa ser feito? Da nossa parte, já sei algumas coisas que vamos fazer. A nossa CPI, esta semana, com certeza vai enviar um requerimento de pedido de informações ao Ministério das Relações Exteriores, pedindo providências, e vamos pedir uma audiência ao Ministro. Nossa CPI vai pedir uma audiência ao Ministro. E eu, desde já, quero convidá-lo, como uma pessoa que tem mais domínio dessa questão, para nos acompanhar. Porque isso para mim agora, com o tempo pequeno que nos resta até o julgamento da Suprema Corte Portuguesa, nós temos que ser muito ágeis politicamente para poder conseguir, não precisar recorrer à União Europeia para tentar uma medida diplomática, porque sabemos como funcionam essas coisas quando se trata de interesse brasileiro. Quando se trata da inoperância do Brasil em relação ao interesse do povo brasileiro. Então, eu queria deixar essa questão bem clara.

E quero aproveitar... Acho que a nossa CPI vai poder também realizar uma audiência para fortalecer medidas para não chegarmos a ter uma situação como essa, que, por pouco, está sem solução. Se considerarmos os aspectos psicológicos, os aspectos do crescimento e dos valores que estão se sedimentando na mente e no coração dessas crianças, vamos avaliar aqui que esse é um problema grave, é um problema quase que insolúvel, vai precisar de um reforço político, estrutural, interdisciplinar, que o governo brasileiro não oferece ao povo brasileiro. Em nenhuma situação. Nós não temos rede de proteção funcionando em lugar nenhum deste País para atender uma criança que sofre um abuso em casa. Imagina uma criança fora do País, com todo esse leque de tentativas de interferir no caráter, na personalidade, no desejo, como tem sido feito.

Então, eu queria que o senhor pudesse avaliar conosco. E, desde já, agradeço o seu deslocamento assim tão rápido. Achei que poderíamos até tomar algumas providências e já ir mandando para Brasília algumas coisas, enquanto o restante da CPI tocava aqui, porque eu acho que tem muito tempo também. Eu acho que tem muito tempo. Não sei ainda em que, nesse tempo, vamos conseguir ter êxito.

Eu queria que o senhor pudesse também comentar esse tempo político, porque sei que tem o tempo jurídico, o tempo diplomático, mas tem um tempo político.

O SR. LIDIVALDO BRITTO – Bem, eu queria saudar a Vereadora Vânia e a Deputada Luiza Maia. Era para eu fazer um registro que omiti aqui: essa senhora, Dona Rosenilda, só conseguiu viajar para Brasília recentemente, no mês de julho, porque o Prefeito Luiz Caetano, de Camaçari, providenciou arcar... A Prefeitura, na verdade, arcou com as passagens. E assim essa senhora pôde se deslocar para Brasília.

Quero ressaltar também aqui que o então Secretário de Relações Internacionais do Governo de Estado, Fernando Schmidt, que me atendeu e também entrou em contato com o representante do Ministério das Relações Exteriores aqui na Bahia, o Embaixador Douglas. Aliás, Embaixador não, Ministro também. Ministro Douglas, que atua aqui em Salvador.

Bem, eu acho que o Governo brasileiro, desde o momento em que esse caso veio à tona, e ele teve repercussão nacional já há algum tempo,... Segundo Dona Rosenilda, a Rede Bandeirantes já veiculou reportagens sobre o tema, eu mesmo já dei informações à Folha de S.Paulo, que publicou matérias sobre a situação. E sempre que o Ministério das Relações Exteriores era ouvido, o Ministério das Relações Exteriores informava que as providências estavam sendo adotadas. Realmente, no âmbito jurídico. Mas o que nós queríamos e ainda queremos, com maior intensidade, resumindo, é uma pressão política. O governo brasileiro tem exigir, não é pedir não. Essas meninas são brasileiras, estão no exterior com uma estranha. Elas não estão com o pai, não estão com a mãe, não estão com uma avó, com um avô. Não é uma representante legal da família. É uma cidadã portuguesa. É como se sua filha viajasse para o exterior, tivesse algum problema no exterior, e um estrangeiro nacional daquele país ficasse com sua filha e pronto. Vai ficar com sua filho, pronto. E você volta, porque você é de um país subdesenvolvido, e que a criança vai ficar bem melhor lá, porque, voltando, vai ficar na pobreza e na miséria, como se os pobres não tivessem direito de ter filhos. Por isso que o ECA vetou... (Palmas).

Até a edição do ECA, até 1990, havia um tráfico internacional de crianças para o exterior, todos nós sabemos disso. O nosso Código Penal não tinha dispositivos penais adequados para coibir esse tráfico. E

várias crianças foram enviadas para essas famílias. Moram na Itália, moram na Suíça... E qual era o fundamento da decisão judicial? As crianças estão inseridas numa situação de risco, de violência. Então, lá elas vão viver melhor. Como se os recursos materiais pudessem substituir o que é mais importante: o afeto, o carinho, a dignidade. Dignidade não tem nada a ver com poder econômico. Dignidade é dignidade. Dignidade é a pessoa humana, é o direito natural de todo ser humano, no mundo. Então, na verdade, o governo português também fez vista grossa em relação a essa situação. E eu acho que o governo brasileiro demorou muito para adotar uma providência enérgica. Eu não sei se essas normas diplomáticas ou se essas providências recém-adotadas a partir do mês de julho... Eu estou falando do mês de julho, foi quando essa senhora viajou comigo para Brasília, para uma audiência no Ministério das Relações Exteriores. Eu não sei se a partir de agora essas providências vão ter maior eficácia. Mas antes tarde do que nunca. Urge, então, o governo brasileiro adotar uma providência enérgica, como já foi dito aqui, e exigir o repatriamento dessas crianças.

Agora, a questão do crime de aliciamento, na época, como a situação ainda estava muito nebulosa, era uma questão jurídica apenas, ela estava em Portugal também, a Dona Rosenilda, tentando reverter essa situação, aqui os órgãos policiais entenderam que era uma situação jurídica. Posteriormente, acho que o aliciamento ficou mais configurado diante do que aconteceu, diante das alegações que ocorreram lá em Portugal, inclusive de assédio sexual, de que a mais velha tinha sido vítima de assédio sexual, uma mentira deslavada para que o magistrado se sensibilizasse e impedisse o retorno das crianças.

Na pior das hipóteses, ainda que essa criança tivesse sido vítima de abuso sexual, essa é uma questão que tem que ser decidida aqui no Brasil. Se o crime foi praticado, foi praticado aqui. Então, nossas instituições teriam de adotar uma providência, e não o estado português ser o tutor do Brasil, como se ainda fôssemos colônia de Portugal.

Eu já tive outra experiência na Justiça portuguesa. Fui testemunha também. Quando no cargo de Procurador-Geral de Justiça, fui testemunha do caso de uma baiana que estava em Portugal, cujo filho morreu ao absorver um medicamento inofensivo, que não ia levá-lo à morte, mas ele teve, naquele momento, uma complicação porque tinha uma inflamação, uma fatalidade, e morreu. A Justiça portuguesa prendeu essa jovem baiana por dois meses, e não comunicou à Embaixada brasileira. E quando fui servir como testemunha, e até uma perita aqui do Instituto Médico Legal, que era especialista na área, para ser ouvida, os magistrados portugueses trataram o caso com desdém. Aquelas pessoas do Brasil que estavam lá prestando depoimento eram pessoas que jamais poderiam contestar os documentos produzidos pelas autoridades portuguesas. Então, há o preconceito. Não vamos ser ingênuos, há o preconceito.

Essas crianças estão lá porque elas são pobres. Porque eles acham que essas crianças podem ficar lá e vão ter um futuro melhor. Se elas voltarem para cá, elas vão cair na prostituição, elas vão ser mulheres com programas, enfim, há todo esse contexto na situação.

Então essa ideia, Senadora, de pedir uma audiência com o Ministro Antonio Patriota é muito bem-vinda, porque tenho certeza de que a Senadora Lídice da Mata, a Vereadora Olívia Santana e as demais Parlamentares mulheres que estão aqui vão abraçar essa causa, já estão cientes dos detalhes e vão poder exigir um posicionamento mais enérgico do governo brasileiro, não só no campo diplomático, mas também no campo político.

Peço desculpas, tenho de me aumentar porque tenho que entregar alguns processos de réus presos. A questão da liberdade é um bem precioso. Tenho que ir para a sede do Ministério Público, não vou poder acompanhar os trabalhos. Mas quero agradecer a oportunidade. Fui surpreendido com o convite por volta do meio-dia, mas, ainda que eu tivesse um compromisso inadiável, eu faria todo o possível para estar aqui porque esse caso da Dona Rosenilda é um caso que merece toda a atenção não só das autoridades, mas também da sociedade.

Eu quero agradecer o convite às Senadoras e agradecer à assistência.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Meus companheiros, lamentamos a ausência do nosso amigo, o Procurador Lidivaldo, mas vamos dar continuidade à nossa sessão.

Agora à tarde, estamos programados para ouvir alguns representantes de entidades que atuam na área dos Direitos Humanos em nosso Estado. Já ouvimos, pela manhã, o Chame e o Instituto Winrock. Vamos, agora à tarde, ouvir e convidar a Srª Márcia Leite Prudente, Coordenadora do Núcleo de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia; vamos ouvir Keila Simpson, representante da Associação de Travestis de Salvador, o Dr. Valdemar Oliveira, Coordenador Executivo do CEDECA, Centro de Defesa da Criança e do Adolescente.

Agora, são três das entidades, e ainda está programado passar o filme. O filme não, o vídeo do Cha-

me. Milena Passos, que é representante, Presidente da Atrás. Está certo?

Então, para iniciar esses depoimentos, quero voltar a registrar aqui a nossa honra em ter à Mesa a Deputada Estadual Luiza Maia, a Defensora Hélia Barbosa, para nossa enorme alegria, o Secretário de Justiça, que vai poder ouvir um pouco essas entidades.

Hoje pela manhã foi também discutido o plano. E criou-se uma expectativa de que as entidades se queixaram um pouco de que o processo de discussão foi longo, com a participação real das entidades, mas com pouca integração e participação das entidades oficiais, do Governo do Estado. Por ser um secretário novo, que tem apenas alguns meses de secretaria, pode retomar esse processo com a agilidade necessária. E inclusive assumiu o compromisso de nos enviar o projeto do plano, já trouxe aqui e já vai passar às nossas mãos, para que nós, como CPI, também possamos analisar e ver se temos alguma sugestão ainda.

Vou chamar para a primeira fala a Srª Márcia Leite Prudente, que está aqui ao meu lado, representando a Secretaria de Justiça, no seu núcleo específico de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Depois, chamarei Milena e Valdemar. Certo, Milena? O Valdemar também tem condição de aguardar, não é?

O SR. VALDEMAR OLIVEIRA – (Fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Claro. O Secretário estando aqui na Mesa, o senhor me permite a licença de passar a palavra a ele.

O SR. ALMIRO SENA – Senadora Lídice da Mata, eminente Senadora da República, da Bahia, e notável representante do povo baiano, eminente Senadora Marinor Brito, também os cumprimentos do nosso Estado e do povo da Bahia a V. Exª, Deputada Estadual Luiza Maia, eminente Vereadora Olívia Santana, nossa saudação às ilustres colegas Márcia Prudente e a eminente Defensora Pública, Drª Helia, eminente Vereadora Marta Rodrigues, Vereadora Vânia Galvão, demais colegas, quero aqui manifestar que a Secretaria de Direitos Humanos, dentro das suas prioridades e atuação específica está o atendimento e o apoio às vítimas desse terrível crime, que é o tráfico de seres humanos. E foi criado o Núcleo do Pelourinho, que nossa Márcia tinha apresentado, e eu vou ser breve, que é um espaço importante dessa luta e deve ser, em 2012, Senadora Marinor, estamos com uma programação, Senadora Lídice, criado lá no aeroporto, já foi reservado espaço pela Infraero, um núcleo no aeroporto, que é um local fundamental.

Eu acabei de passar de novo para as Senadoras e para Vereadores, vou passar depois para a Deputada Luiza Maia, a nossa política estadual de enfrentamento do tráfico de pessoas, que já foi elaborada, convencionada com a crítica que foi feita, e está hoje aguardando publicação na Casa Civil, mas, Senadores, conforme combinado pela manhã, fica em mãos de V. Exªs para sugestões. Inclusive essa publicação nós vamos segurar mais um pouco para que V. Exªs, se quiserem, possam fazer sugestões, críticas, assim como a Deputada Luiza Maia e a Vereadora Olívia.

E quanto à questão da integração, da participação dos órgãos estaduais – a crítica foi essa, não foi, Senadora? –, eu posso dizer que isso já está sendo providenciado, digamos, essa integração, até porque uma das cobranças maiores do Governador Jaques Wagner, nessa segunda gestão, na reunião do secretariado, foi justamente que haja essa integração intrainstitucional do Governo da Bahia. E isso realmente já está acontecendo nas parcerias que estamos resolvendo, e não será diferente com essa área de atuação.

Quero dizer também, Senadoras, que nós estamos agora para construir também uma parceria com o Ministério Federal e com a Polícia Federal. Falei hoje aqui, pela manhã, com as colegas, com a Drª Ana, que está aqui, a Delegada, Drª Ana Cláudia, e com o Dr. Vladimir Aras. Vamos procurar o Ministério Público do Trabalho também para que possamos formar uma parceria institucional na qual a operação de repressão seja em parceria, com o apoio.

O grande problema é este: muitas das vítimas, pelo tipo de delito, contestam a própria ação policial ou do próprio Ministério Público, alegando que está sendo retirado o seu ganha-pão, ou, enfim, aí entrando com o Núcleo de Direitos Humanos, o núcleo de enfrentamento com assento na Justiça. Ao lado de outros órgãos, nós entendemos que podemos atenuar essa reclamação das vítimas, porque elas poderão se sentir amparadas.

Estou vendo aqui também o Padre Alfredo, grande colaborador da nossa Justiça, com o PPCAAM – Programa de Proteção a Crianças Ameaçadas. Não sei se as Senadoras conhecem o Padre Alfredo. Por favor, Padre Alfredo. É referência nossa. A instituição dele faz um belíssimo trabalho. O nosso Renildo também.

Então, eu quero dar esta notícia: há um grande problema nessa questão da ação e em como ficam as vítimas, muitas delas relutantes em aceitar a própria ação do Estado. Aí entendemos que, com essa parceria, talvez consigamos construir e esse grande problema poderá ser atenuado.

Muito obrigado pela oportunidade.

A Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos está ao dispor de V. Exª. Permita-me só ressaltar que, no caso levantado, específico, Senadora Marinor e Senadora Lídice, se V. Exªs desejarem, se acharem

importante participarmos dessa audiência, desse encaminhamento junto ao Ministro das Relações Exteriores no sentido do caso que foi aqui colocado...

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Esse convite eu já ia fazer ao Governo, já ia estender ao Governo, porque eu acho que é fundamental que o Governo trabalhe, acompanhe todas as etapas subsequentes a esse processo.

Mas também queria aproveitar, Secretário, antes de liberá-lo daqui, mesmo com os compromissos assumidos pelo Governador com a nossa CPI hoje de manhã, para fazer mais uma cobrança, uma cobrança pública, porque acho que também este é o papel político da CPI: hoje de manhã, além dessas lacunas deixadas pelas instituições públicas estaduais na participação efetiva, acrescentar ao trabalho que já foi feito. Nós o faremos.

O SR. ALMIRO SENA – Correto, Senadora. Eu acho que a ideia desse trabalho, Senadora Marinor, com empresários e instituições, vamos tentar articular aqui uma solução, que pode ser muito interessante na caminhada dessa retaguarda. Como eu falei antes, acho que podemos agir conjuntamente.

O Ministério Público, nas suas operações – vou conversar com o Dr. Vladimir Aras, Procurador da República –, antes de as operações dele já terem detectado, passarem informações para nós, não obviamente sigilosas, porque não nos interessa data, horário de operação, nada disso, mas, digamos, de perfil do público que vai ser identificado, que vai precisar de esse público ser atendido e, simultaneamente, mas aí, claro, junto à sede, esse atendimento social, de buscar também com o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público estadual, penso muito que essa retaguarda, Senadora, deva ser constituída por aí. O Deputado Linhares estava dizendo que ele também concorda que esse já pode ser um grande passo.

A ideia é que formemos – é o compromisso que estou aqui assumindo também publicamente, diante dessa demanda que V. Exª está colocando – um convênio interinstitucional e que vai ser constituído não a partir da cúpula, Senadora, mas da base. A minha ideia é pedir à Drª Ana Cláudia e ao Dr. Vladimir que se sentem, logo na semana que vem, com a nossa Presidente de Direitos Humanos, ainda com o que ocorreu aqui bem recente, para que elaborem... Aliás, o Dr. Vladimir Aras já se encarregou de elaborar a minuta, Senadora, para submeter, onde se consagrem, ações de cada instituição dentro dessa atuação e nós possamos atuar.

Então, eu só quero ressaltar isso aqui. Quero dizer a V. Exª também que, em relação às crianças e aos adolescentes, e eu citei o Padre Alfredo, a instituição dele é responsável pelo Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente, que na Bahia tem tido grande êxito. Nós temos conseguido.

Qual tem sido a grande dificuldade, Senadora Marinor? Quando a família da criança e do adolescente é a agressora, não é isso, Padre Alfredo? Nós não temos ainda o abrigamento da criança e do adolescente ameaçados, quando a ameaça parte da própria família. Essa é a legislação que nós tentando trabalhar.

Concluo aqui agradecendo a V. Exª, para dizer que consideramos que todas as suas cobranças e inserções são mais legítimas e só podem nos ajudar nessa caminhada.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Nós agradecemos. Mais uma vez, nosso abraço de agradecimento à acolhida do Governo do Estado como um todo para a nossa CPI.

Está aqui conosco a Coordenadora do Núcleo de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas da Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia, Srª Márcia Leite Prudente, que já esteve conosco na CPI, em Brasília. Foi um dos primeiros núcleos que foram ouvidos pela nossa CPI lá em Brasília. Mesmo assim, nós convidamos novamente a Srª Márcia. Queríamos pedir-lhe, na tarde de hoje, que, se a senhora tiver alguma informação complementar às que nós tivemos em Brasília, já que nós temos outras entidades da sociedade civil que ainda não foram ouvidas, que a senhora pudesse trazê-la agora.

A SRA. MÁRCIA LEITE PRUDENTE – Boa tarde, sendo bem pontual, o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas funciona no Pelourinho, na rua... No Teatro XVIII. Temos um meio de contato que faço questão de divulgar: metp@sjcdh.ba.gov.br. O telefone de contato nosso é 7132660131.

Quando fomos a Brasília, na CPI, a missão do Núcleo, que foi inaugurado em março deste ano, tem sido dar atendimento a vitimas – realmente, aconteceu um caso, agora em 2011 –, no sentido de acolhê-las e encaminhá-las dentro da necessidade que se apresenta, evidente que diante da situação real que nós podemos favorecer para esta pessoa. Então, essa pessoa foi acolhida por nós e encaminhada para São Paulo. Na realidade, não necessitou de maiores encaminhamentos profissionais, porque já estava superengajado aqui. Foi convidado para dar depoimentos, mas os que foram vitimados de 2010 para cá não se propuseram a depor. É claro que a gente precisa respeitar esse entendimento da pessoa.

Outra coisa que a temos feito realmente este ano são as videoconferências. O Núcleo tem estado muito imbuído em divulgar o significado do tráfico de pessoas. Então, realizamos duas videoconferências, sempre em

parceria com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Duas temáticas já foram trabalhadas e temos mais ainda durante este ano. Então nosso trabalho, nosso foco principal é disseminar essa informação em escolas, associações de bairro, reuniões onde a gente tem ido, porque essa temática realmente precisa ser muito disseminada.

Colocamos o Núcleo à disposição de vocês. Estamos aqui para realmente trabalhar com relação ao plano, a discutir amiúde. Inclusive o Núcleo é uma ação do próprio plano estadual, é resultado desse plano a inauguração desse Núcleo. Temos, para 2012, em vias de finalização, a inauguração do posto no Aeroporto Internacional de Salvador. Então, é todo um trabalho para o qual a gente precisa contar com uma rede que temos buscado montar, de atendimento a vítimas de qualquer tipo de violência. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Bem, companheiras, muito obrigada a você que já contribuiu antes conosco e agora completa a sua contribuição.

Eu quero avisar, pedindo já desculpas às companheiras e aos companheiros, que nós temos... Quero saudar aqui, não tinha visto ainda, Cesare la Roca, representante do Axé, fundador, pedagogo... Cesare, levante-se aí para o povo aplaudir. (Palmas.)

Um dos ideólogos principais da luta em defesa das crianças de rua deste País, Marcos, que o acompanha também no projeto Axé, grande projeto que me iniciou nesta luta em defesa da criança. Eu tenho uma dívida pública a pagar, que é visitar o Axé o mais imediatamente possível.

Mas eu queria dar uma explicação. Nós estamos aqui desde as 9 horas e, apesar de estarmos aqui para este trabalho, nós temos horário para encerrar as nossas atividades porque temos que viajar também, temos outros compromissos. A Marinor tem um debate hoje aqui, à noite, eu viajo, e a Vanessa, como vocês já viram, já viajou. Então, antes de passar a palavra, vou pedir a Fábio para ler todas as representações de entidades e personalidades aqui presentes. Depois chamarei Milena, que usará da palavra por dez minutos no máximo, que é para a gente poder ter tempo; a Valdemar Oliveira, por tempo igual. Depois, nós vamos apresentar os vídeos do Chame, que devem gastar cerca de quinze minutos. Depois, faremos as intervenções finais para finalizarmos esta nossa audiência aqui na Bahia. É intenção nossa, da CPI, finalizar este trabalho em torno de cinco e meia, para que dê tempo de fazermos as atividades que ainda temos para realizar.

Então, Fábio, com a palavra, para anunciar as pessoas presentes.

O SR. FÁBIO – Drª Marilda Marcela, Delegada Titular da Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher; Padre Alfredo Dórea, representante do Programa de Proteção às Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte na Bahia; Sr. Jocélia Souza, do Instituto Beneficente Professor Macedo; Sr. Jorge Torres Júnior, da Comissão Estadual de Reabilitação e Combate ao Trabalho Escravo: Srª Maria Alice Bittencourt, da Secretaria de Políticas para as Mulheres de Lauro de Freitas; Sr. Ernani Nery, representante do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, do grupo de pesquisa Geografar; Srª Maiara Oliveira, da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia, representando a Srª Secretária; Srª Eliana Boa Morte, da Superintendência de Políticas para as Mulheres da Cidade de Salvador; Srª Gleide Maia, da Federação de Associações de Bairro do Estado da Bahia; o Sr. Ademir Santos, representando o Coletivo de Entidades Negras; a Srª Janete Souza, representando a Associação Casa Solidária; a Srª Maria Eunice Kalil, representando o Observatório comunitário da Violência na Bahia; a Srª Irene Pinheiro, representando o Cria – Centro de Referência Integral de Adolescentes; o Sr. Remildo Barbosa, representante do Conselho Municipal em Defesa da Criança e do Adolescente; Fernando Coutinho, assessor da Liderança do PSB da Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Vamos convidar, então, a Milena, para que, durante dez minutos, possa fazer a sua apresentação.

E eu vou aqui, se for possível, se houver uma cadeira aqui vaga... Há uma bolsa aqui, numa cadeira? (Pausa.) Ah, é da Deputada. Pronto. Márcia vai sair.

Eu quero avisar aqui e agradecer porque nós recebemos aqui o mapa do trabalho escravo no Estado da Bahia, feito pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia e Economia. É justamente esse núcleo que foi anunciado há pouco por Fábio que se coloca à disposição da nossa Comissão para apresentar esse trabalho em Brasília. Nós podemos garantir, de pronto, que nós vamos aceitar. Teremos de aprovar, formalmente, na próxima reunião da Comissão e, logo depois, faremos contato com vocês para que voes possam apresentar-se lá em Brasília.

E aqui nós recebemos já e agradecemos esse trabalho realizado pelo grupo de pesquisa GeografAR, está bom?

Vou passar a palavra à Milena, Presidente da Associação de Travestis da Bahia, não é isso?

A SRA. MILLENA PASSOS – Obrigada, Senadora. Obrigada a todos os presentes.

Para quem não me conhece, sou Milena Passos. Sou a atual Presidente da Associação dos Travestis e

Transexuais de Salvador. Estou aqui com dois membros, que são a Jeane e a Carla, da Associação de Travestis.

O caso das travestis é um pouco diferenciado do das mulheres. Por quê? Porque as travestis sofrem violência o tempo todo. Elas vão para a Europa – não é só a Itália, é a Europa toda –, especialmente para ajudar a família, os familiares, porque elas já vão conscientes de que vão sofrer várias violências lá, mas já sofrem tanto estigma no Brasil, tanto preconceito no Brasil que, para elas, tanto faz como tanto fez.

Aqui, o Brasil é um país que... Na Europa, não matam travestis como matam no Brasil. A Bahia bate o ranking nacional de mortes de travestis, uma vergonha! E é bem pior do que com as mulheres também, igual ou um pouco mais. O estigma é bem pior. Elas vão lá, ela vão para a Europa, conscientes de que têm de pagar o valor para o aliciador. Como elas me relatam, lá é a terra onde o filho chora e a mãe não vê. Algumas vão por ilusão, algumas voltam bem, outras não. Lá são países de primeiro mundo, e as que voltam bem voltam falando outra língua, com a intenção de ajudar a família. Porque é tipo comprar a família, porque a família só aceita a gente quando a gente está bem aparentemente. Até então, a gente sofre violência não só na rua, como também familiar e em vários espaços. Quando se é uma pessoa que não tem nem escolaridade e o espaço não é aberto para ela, qual é o destino? A prostituição.

Então, tudo isso é por falta de políticas públicas para nós, travestis e transexuais, no nosso próprio País. É uma vergonha até estar falando isso. E qual o sonho delas? A Europa. Ir para lá para poderem se prostituir e ajudar a mãe – porque elas pensam muito na mãe – e comprar a família, porque, quando vêm, vêm bem, vêm para ficar, comprando casa, imóveis para a família... A postura muda. A postura muda, com a sociedade.

E o que a gente quer que o Governo abra neste momento – é triste até – é política para colocar essas pessoas na sociedade, porque é uma vergonha, elas vivem em guetos, em locais fechados e, quando vão para a Europa, voltam bem. É ilusão, porque lá também há a questão das drogas, que é muito fácil. Eu já vi pessoas dizerem que as que não estão bem voltam melhor ainda do que as que estão aqui no Brasil. É uma vergonha para nós.

A minha fala vai ser breve, não vai ser de dez minutos como você falou, mas espero que seja uma fala rica.

Obrigada a toda a Mesa. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Agradeço a fala da Millena.

Vou passar a palavra à Senadora Marinor, para questionar algumas coisas. Antes, porém, quero registrar a presença, já há algum tempo entre nós, da Vereadora e vice-Presidente da Comissão dos Direitos da Mulher da Câmara Municipal, a Vereadora Vânia Galvão. Quero também... Palmas para a Vânia. (Palmas.)

Não tem lugar aqui na mesa, peço para sentar aqui na frente, juntamente com Martinha.

Quero registrar também a Ouvidora-Geral da Defensoria Pública da Bahia, Tânia Palma (Palmas.)

E Sandra Santos, representante do Instituto Aliança com o Adolescente, assessoria técnica.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Deixa-me perguntar uma coisa: o fato de o núcleo estar instalado no Pelourinho, que tem uma característica conhecida por todo mundo de que ali é um centro muito forte de aliciadores, isso de alguma forma dificulta a denúncia por parte das travestis, das transexuais? Isso é a primeira coisa.

A outra coisa que eu queria perguntar: o que a gente tem até hoje de dados sobre essa questão é que muito dificilmente as pessoas traficadas se acham vítimas. Quando você fala, as pessoas têm consciência de que vão sofrer algumas coisas, mas mesmo assim vão. Isso, na sua avaliação pessoal, é uma regra ou é uma questão pontual? Porque nos interessa muito tentar entender esse processo de dificuldade que as pessoas têm de se sentirem vítimas, para que a gente indique caminhos para os governos; e também para ajudar nesse processo de estímulo à denúncia, campanha de estímulo para que as pessoas denunciem.

Eu queria que você pudesse explicar um pouquinho, para nos ajudar nisso.

A SRA. MILLENA PASSOS – Eu tenho trabalhado diretamente com os travestis lá na ponta. Nunca fui para a Europa, mas o que elas me relatam é que elas estão conscientes de que vão sofrer violência. Eles, os aliciadores, dão um tempo para elas pagarem. Até então, elas não podem ser liberadas da dívida, por isso elas pagam. E assim: no Brasil, elas sofrem tanta violência que, na cabeça delas, que já têm uma autoestima tão baixa, e é tanta violência, que para elas é natural. Ela vai para tentar, para ir para esse mundo ilusório. Algumas voltam bem, outras não, é sorte, para tentar ajudar a família ou então comprar a família, porque a família não aceita e nem a sociedade. Então, quando ela vem, vem para ostentar alguma coisa, uma ilusão. Ou não. Algumas conseguem, algumas conquistam, mas são poucas, para mostrar um mundo ilusório. Para elas isso não é nem violência, porque elas vivem tanta violência, tanto estigma, que nem faz diferença.

Eu, para você ver, preciso de psicólogo ou psiquiatra de travestis. Às vezes, para ir para shopping ou quando eu vou comprar com elas, é tanto que, em alguns espaços, eu fico afastado desses espaços, porque

eu morro de medo de trazer uma aqui, não de vocês, porque até a vestimenta delas é um pouco exagerada. Por quê? É uma forma de protesto, inconscientemente, uma forma de protesto para a sociedade. É bom a gente falar para vocês. Mas é tanto estigma, tanto preconceito, apesar de sermos cidadãos, de pagamos impostos e de termos direito. Mas, infelizmente, a sociedade é muito hipócrita: finge que não tem preconceito, mas tem sim. Vejo lá na ponta. Isso é fácil da gente olhar. Mesmo eu sendo feminina, dizem que eu sou prostituta, trabalho na rua, mas sou sociável. Mas algumas são insociáveis. E às vezes, se você as encara... É tanta violência que elas não são sociáveis. Eu estou aqui neste espaço. Então, é um processo muito lento.

Sabe como a mídia é. A mídia tem um poder de distorcer muita coisa, não é? Eu não estou falando isso, mas tem muito preconceito. (Ininteligível.) ...de 2006, que não foi aprovado até agora. Por que, gente? É um absurdo! A gente sofre violência, preconceito. A gente não quer que ninguém tenha pena da gente, mas que o governo crie estratégias políticas para colocar isso na sociedade. Não é para ter pena. Eu não quero meu kit. A questão do kit gay, que não era kit gay, era material de educação para ajudar a população LGVT. Olha como a mídia tem um poder tão forte, a bancada da mídia é tão forte lá dentro... E não era nem para alunos, era para professores orientarem os alunos. Foi aprovado pelo MEC e foi cortado. Sabe como é. Isso é um absurdo! (Palmas.)

A SRA. MARINO BRITO (PSOL – PA) – Só uma questão. Além dessa busca em relação à ajuda familiar, é fato que a necessidade e a vontade de fazer as cirurgias de troca de sexo é um elemento que tem estimulado as pessoas a irem buscar esse trabalho fora do Brasil?

A SRA. MILLENA PASSOS – Olha, a cirurgia... Como a mídia coloca, a cirurgia que é feita no Brasil não é para travestis nem para gays, é para mulheres transexuais, quando a cabeça não corresponde com seu órgão biológico. Já os travestis estão felizes consigo mesmos. E aí a visão é um pouco deturpada. Alguns têm sonho de fazer cirurgia sim; mas alguns não. No meio da família, querem ficar bem, querem ficar bem na sociedade, como qualquer outro cidadão. Uns acabam quebrando a cara, outros, não. Mas a maioria quebra, porque a realidade é esta: vai para outro país e chega lá ela toma uma nova droga, principalmente o crack que está acabando com muita gente fora do País.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – (Fora do microfone.)

A SRA. MILLENA PASSOS – Não, está bem acentuado, mas, como eu digo para você... Algumas vezes... Eu que já tenho essa questão com elas, por quê? Porque estou na rua junto com ela, o tempo todo, estou lá na ponta... Para uma travesti ir ao hospital hoje em dia, ela tem de estar bem mal mesmo, porque ela não vai, pois tem medo do constrangimento, do preconceito e por vários outros fatores. Às vezes, eu que termino levando – eu e outras meninas – porque elas não vão porque têm medo, têm vergonha. Tanto que ao pegar um travesti para fazer uma matéria positiva, ela não quer falar, pois não sabe nem falar, tem medo de falar, porque tem muita dificuldade para falar com essa população, por causa do estigma.

Há alguns programas de televisão aí que, Ave Maria! Quando a pessoa é presa! Para você ver... Mais uma matéria na televisão... Em um programa... Quando a pessoa presa é normal, ninguém fala que heterossexual, mas quando é travesti, fala que é travesti. Olha que é um ser humano, não fala que é a pessoa. Começa a anarquia na televisão: "Ah, é traveco, é travesti". Aí trazem mais estigma para a gente, mais preconceito. Aí traz mais preconceito, como se todo traveco fosse igual. Quando o travesti é preso, tem que ser presa pelo seu crime, não porque ela é travesti. Isso traz mais violência para a gente. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada, Millena. Seu depoimento é muito verdadeiro e chama muita a atenção para essa realidade de discriminação e de homofobia que nosso Brasil vive e que precisa superar.

Quero registrar aqui a presença de Marli Josefina, representante da Superintendência da Mulher da Bahia; de Laura Rolo, Delegada de Polícia, representando a Secretaria de Segurança Pública do Estado; e de nossa querida amiga, a Deputada Maria del Carmen, Vereadora, Deputada, Secretária de tantas áreas do governo municipal, uma profunda conhecedora da cidade de Salvador e nossa querida companheira. Seja bem-vinda.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu só queria que a gente pudesse manter contato porque nos interessa ouvir essas vítimas para entender esse funcionamento, é parte da nossa decisão. Obviamente, com toda tranquilidade, porque não haverá exposição... Se for o caso, iremos a Brasília, em local fechado, sem publicidade, sem televisão, absolutamente nada. Aliás, isso é extensivo a todos os segmentos que interagem com essa questão. Nós temos o interesse de ouvir e teremos todos os cuidados para preservar o nome das pessoas para evitar qualquer processo de vitimização, revitimização ou coisas do tipo. Se você puder nos ajudar numa sequência posterior de conseguir convencer algumas pessoas que passam, seja as que têm consciência do fato de serem vítimas ou não, seja as que já denunciaram, as que não denunciaram, para que

a gente possa ter um quadro, traçar um quadro, sem precisar dar nome, sem precisar dizer onde mora, sem precisar dizer onde foi, para que a gente possa ajudar nesse enfrentamento.

Um grande abraço. Muito obrigada mesmo pela sua colaboração. Conte com a gente na aprovação do PL 122. (Palmas.)

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Bom, companheiras, eu queria aproveitar para dizer que mesmo outras entidades, que já fizeram depoimento ou que ainda não fizeram hoje, mas que tiverem, posteriormente a esta audiência pública, algum caso ou alguma necessidade de contato ou de denúncia, podem fazer diretamente no site da CPI, procurar o nosso contato. Além disso, pode escrever também, por e-mail, para o Senado, para a Presidente, a Senadora Vanessa Grazziotin, para a Relatora, a Senadora Marinor, ou mesmo para mim, Senadora Lídice da Mata, em qualquer tempo, em qualquer momento. Está certo?

Algumas companheiras já fizeram depoimento aqui, já fizeram depoimento em Brasília, mas que, ainda assim, poderão ter necessidade de ainda fazerem outro depoimento.

Com a palavra, chamando aqui à frente, o Presidente do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, o Advogado Valdemar Oliveira. (Palmas.)

Depois do depoimento de Valdemar, a quem peço novamente também especial atenção em ser rapidinho, em dez minutos... Antes, vou passar a palavra à Defensora Hélia Barbosa, que está pedindo para resgistrar...

Depois do Valdemar?

Então, pronto. Vamos passar primeiro ao Valdemar. Depois, a complementação de Hélia, e depois eu passo a palavra à Senadora Marinor, para os seus questionamentos. E peço que vocês providenciem para quando terminar aqui, já vermos os vídeos. São quatro casos que estão expressos.

Valdemar Oliveira. Para quem não conhece esse jovem adolescente, Valdemar Oliveira é um dos mais combativos líderes da luta em defesa da criança em nosso Estado, Presidente do CEDECA.

O SR. VALDEMAR OLIVEIRA – Boa-tarde a todos e a todas. Quero saudar as Senadoras Marinor Brito e Lídice da Mata; nossa ilustre Deputada e companheira de luta, Luiza Maia, que tem iniciado seu mandato com muito brilhantismo, com projetos dentre os quais este que acho acertadíssimo, tentando impedir que as músicas continuem maculando a imagem da mulher baiana e brasileira; secretário Almiro Sena, que no CEDECA já estabeleceu uma parceria, que pretendemos aprofundar, ainda mais tendo a convicção de que vamos firmar essa parceria; Vereadora Vânia Galvão;, Vereadora Marta Rodrigues; Olívia Santana, minha companheira de luta de muitos anos, fundadora também do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente; minha Deputada, companheira de corre-corre pela periferia desta cidade, Maria del Carmen, aqui conosco.

Senadora Marinor, o Centro de Defesa completou vinte anos agora em fevereiro. Nós, a princípio, elegemos, como foco, o combate aos homicídios vitimando crianças e adolescentes.

Só depois de quatro anos, quando verificamos que a grande vítima dessa violência do homicídio eram meninos e nos perguntamos o que vitimava as meninas, fizemos uma pesquisa, aqui em Salvador, começamos a trabalhar e constatamos, ao final da pesquisa, que as meninas eram vítimas da violência sexual.

A partir daí, o CEDECA começou a focar também essa violência tão cruel. Evidentemente, nós todos reconhecemos a violência sexual como uma coisa terrível, que marca para toda a vida a criança ou a adolescente que sofre esse tipo de violência. Entretanto, não poderia deixar de registrar aqui, na presença de uma Senadora tão preocupada e tão comprometida com o tema da criança e do adolescente, que nós, apesar dos vinte anos, apesar de termos focado na questão da violência sexual, a partir de 1994, não abandonamos o tema do homicídio. Acho que a violência sexual é terrível, mas a pior, a maior violência é a do homicídio, porque tira a vida. Enquanto uma ainda fica viva, com seus traumas, mas fica viva. E, aqui no nosso Estado, temos um índice elevadíssimo de homicídios. Temos uma média, nos nossos cálculos, de 170 homicídios só na região metropolitana, por ano, com elevadíssimo índice de impunidade. Para que a senhora tenha conhecimento, mais de 50%, sem sombra de dúvida, dos homicidas não são, sequer, identificados.

Então, é uma impunidade, que eu não vou estender-me, porque o tema não é esse, mas creio ser importante dar essa informação, porque não creio, também, que, nos outros Estados, se vivencie uma situação diversa da nossa. Na primeira pesquisa que fizemos, de oitenta casos de homicídio, apenas dezoito mereceram um inquérito, não foi processo. Desses dezoito, doze se transformaram em processo, e apenas um, nesse mesmo ano de 1991, um homicida foi levado a júri e foi inocentado. Já em 2005, fizemos uma pesquisa, considerando sete anos, e, de 966 assassinatos, tivemos apenas 126 inquéritos concluídos. Isso significa 11%. E nesse mesmo período, 26 júris, o que representa 3%. Quer dizer, em 97% dos homicídios, nesses sete anos, os assassinos ficaram ao Deus dará, livres, gozando... Muitas vezes para indignação das famílias dos meninos assassinados, porque ficam mesmo fazendo pouco, rindo na cara, com escárnio em relação a essas famílias, que nos relatam os casos no

CEDECA, no dia a dia, onde mantemos um grupo de pais, tanto dos casos de vítimas de homicídios, como também o grupo de pais de meninas e meninos violentados sexualmente.

O CEDECA, desde 1997, por iniciativa, à época, da Drª Helia, mantém uma assistência psicossocial e jurídica a essas meninas violentadas. Além disso, evidentemente, descobrimos, já há algum tempo, que tão importante quanto prestar essa assistência psicossocial é também realizar um trabalho preventivo. Então, hoje, o CEDECA se volta muito para a prevenção, tentando fazer com que essas crianças não sejam violentadas. Apesar de mantermos a assistência.

Eu falaria um pouco do tráfico. O CEDECA participa do comitê. O CEDECA, desde o início, julgou esse tema muito importante, porque guarda uma íntima relação com a exploração sexual.

Eu queria aproveitar para passar às mãos da Srª Senadora, que é a Relatora, um relatório à Comissão Parlamentar de Inquérito do nosso movimento contra o tráfico de pessoas, que contém elementos que podem subsidiar o trabalho de vocês e dar um conhecimento mais amplo do que temos realizado aqui no Estado da Bahia. Tem também aí uma pesquisa sobre o tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual.

A nossa luta especificamente contra o tráfico tem bem menos tempo do que a luta contra a exploração sexual, mas tivemos já algumas vitórias entre as quais eu registro a criação desse núcleo que a senhora já registrou. O núcleo aqui funciona por iniciativa da Secretaria de Justiça com apoio também do Governo Federal. Mas, por outro lado, temos algumas razões de sobra para nos preocupar, para ficarmos angustiados.

Aqui na nossa capital, nós tínhamos, a senhora fez breve referência, nós tínhamos um abrigo denominado Sam e Jô, em homenagem a duas companheiras nossas do CEDECA que morreram em acidente aéreo perto de Mato Grosso. Esse abrigo foi criado, mas, para nossa tristeza, foi desativado praticamente. É um núcleo criado pela Prefeitura, é municipal. E foi praticamente desativado para abrigar exatamente essas pessoas e foi hoje tomado por crianças e adolescentes que anteriormente utilizavam um abrigo que, por ter sido desprezado, de certa forma, terminou ruindo. E aí o que se achou foi ocupar esse espaço. Estamos sem nenhum espaço. Então, houve, nesse particular, houve regressão. É lamentável o desdém, a pouca compreensão do Poder Público municipal em relação a esse tema. Se tivesse outra compreensão, evidentemente, o espaço Sam e Jô estaria voltado especificamente para recepcionar, receber, para abrigar pessoas traficadas e que estavam retornando para o País.

Acho que deve ser do conhecimento da Srª Senadora Lídice que a maioria do tráfico no Estado é interno; a maioria de nossas adolescentes são trazidas dos chamados rincões para as cidades de porte médio, grandes cidades, muito para Salvador e Feira de Santana.

Eu queria falar um pouco porque acho que é um caminho, há íntima relação entre a questão da exploração sexual e o tráfico. Há íntima relação, bem próxima. Essas meninas adolescentes que estão sendo vítimas, são colhidas pela rede de exploração, elas se tornam presas fáceis do tráfico. É um passo só a mais. Por isso acho que devemos também nos voltar, os governos dos Estados e municípios devem se voltar também para o enfrentamento da exploração sexual.

Uma constatação nossa é que esse enfrentamento tem deixado muito a desejar, principalmente por parte dos nossos gestores municipais. A alguns deles, destaco aqui o Prefeito de Camaçari, fizemos várias propostas para realizar trabalho de prevenção em vários municípios. O único que nos acolheu e firmou convênio com o CEDECA e nós realizamos trabalho prospecção e verificamos o que tinha, apresentamos, fizemos um plano municipal, foi o Município de Camaçari. No mais, batemos às portas dos municípios e quando não nos fecham as portas nos dizem que "tudo bem, mas não temos recursos. Tudo bem, ótimo, se pudesse ser feito, mas não temos recursos". Os gestores municipais, de maneira geral, são muito insensíveis para essa questão, muito insensíveis. Talvez porque não dê votos, mas o fato é que dificilmente encontram-se prefeitos comprometidos, sensíveis a esse tema, que trabalhem isso.

Nós temos apontado aqui que, na questão do abuso sexual, nós conseguimos obter aqui em Salvador bom índice de punição. Entretanto, na exploração sexual, há impunidade quase absoluta. Aqui e ali se constata, se registra a prisão de um explorador, mas coisa assim muito...

Vou relatar aqui para a senhora como aconteceu um desses. Duas meninas aqui do Município de Simões Filho, uma de 14 e outra de 16 anos, estavam transitando ali pelo mercado, pela região do comércio, encontraram um caminhoneiro parado próximo ao mercado do ouro, e uma delas, acho que a de 16, foi ter relações com ele, no próprio caminhão, e cobrou R$20,00 por isso, pela relação, no próprio caminhão. Finda a relação, ele disse: "Só tenho R$10,00". Ela disse: "Mas foi por R$20,00". Aí ficou aquela coisa, ela queria R$20,00, mas ele dizia que só tinha R$10,00. De repente, passa uma viatura, e a menina de 14, inocentemente, parou a viatura e disse: "Olha, Sr. Polícia, minha prima acertou com ele para transar por R$20,00, mas ele só quer dar R$10,00". Aí foram presas. Quer

dizer, é assim. Eu relataria outros episódios semelhantes, mas o fato é que os exploradores, no nosso modo de ver, no nosso sentimento...

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – (Fora do microfone.)

O SR. VALDEMAR OLIVEIRA – Pois é, pois é.

Então, há uma impunidade quase que absoluta. Eu insisto, ao longo desses anos, dos últimos dez anos, nós temos insistido junto ao Governo do Estado na necessidade de se estabelecer, de se criar uma política pública voltada para o enfrentamento da exploração sexual. O CEDECA tem uma experiência: nada adianta seguir para a área em que essas meninas estão sendo exploradas e conversar, dizer para elas o que vai ser da sua vida, do seu futuro, "você vai ser prostitutazinha" e tal, e convencer a menina a voltar para casa. Quinze dias, um mês depois, ela está de volta ao ponto de exploração porque ela, em quinze ou vinte dias, vai continuar sem dinheiro para ir ao pagode ou à praia no domingo, ou pode ser abusada diretamente em sua própria casa.

Então nós temos insistido, Senadora, que se crie uma política que assegure, primeiro, uma qualificação profissional; segundo, durante esse período da qualificação profissional, ser garantida uma bolsa, porque, se não der essa bolsa mínima, não sei definir aqui, não sabemos, imagino que pode ser de R$200,00, de R$300,00, um mínimo que possibilite a essa menina ter esse recurso para ela ir ao pagode no domingo, ir à praia ou comprar uma blusinha, mesmo que seja aqui na Baixa do Sapateiro, que é um mercado mais barato, uma área mais barata de comércio, de mercado. Mas não conseguimos ainda sensibilizar. Então nós estamos, na nossa... No ano passado, nós fizemos contato com o SESI, que está levando a pelo menos uns oito Estados um projeto chamado ViraVida, que se casa perfeitamente, é exatamente aquilo que a gente vem propondo ao longo dos anos. Identifica essas meninas e meninos que estão na situação de exploração sexual, vulneráveis, algumas já estão na situação de exploradas, outras em risco de exploração sexual, qualificam profissionalmente, dão uma bolsa, propiciam uma bolsa durante esse tempo, e, ao fim do processo, essas meninas estão empregadas. Aqui, o CEDECA fez questão de participar desse projeto, participamos dando esse respaldo psicossocial para essas meninas vítimas. E, no nosso modo de ver, tem sido um sucesso absoluto.

O que se propõe? Que o Governo do Estado e algumas administrações municipais copiem esse projeto, que é bom, e não tem nenhum pecado em copiar o que é positivo, porque é bom. Nesse particular, nós do CEDECA apoiamos integralmente essa proposição.

No campo da punição, eu não vejo outra forma, pelo menos nas grandes cidades, a não ser eleger, criar não digo uma brigada, mas um grupo de policiais militares, policiais civis, com acompanhamento do Ministério Público, para que não haja exagero, essa força tarefa, eu diria, voltada especificamente para o enfrentamento e o combate à exploração sexual. Porque nenhum policial, policial de delegacias que lidam com assaltos, homicídios, vai sair, ficar dois, três dias na porta de um hotel, fazendo campana para identificar que aquele hotel está recepcionando adolescentes para fins de exploração sexual. Vai lá, fica lá algum tempo, uma hora, duas, volta e diz: "Não, não tem nada". E isso explica muito bem o baixíssimo índice de investigação feita em relação à violência sexual por meio das denúncias que são veiculadas pelo Disque 100. Muito poucas, irrisórias. Infelizmente, tenho de anunciar a vocês o decréscimo significativo, nesses dois últimos anos, do número de denúncias. Nós, com a experiência que temos de vinte anos, dissemos isso. Há três anos eu disse isso. Nós tivemos um crescimento de mais de 400%, a partir de 2005, e eu disse: se a polícia não tiver eficiência que faça frente às denúncias, que acompanhe, que investigue essas denúncias, isso vai gerar uma frustração e a tendência é cair. Não deu outra. Com esse baixíssimo nível de investigação, que não ultrapassa 10%, as pessoas já estão frustradas. Está havendo uma queda significativa. Antes, houve uma ascensão, embora isso não signifique que houve aumento da violência sexual, pois o que houve, na verdade, modéstia à parte, foi o trabalho do Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência. Realizamos, aqui, geralmente, duas campanhas anuais, ao longo desses últimos doze, catorze anos e, finalmente, a população chamou para si, se tornou protagonista e começou a denunciar mesmo. A Bahia é campeã em denúncias no Brasil. No entanto, ficamos com este sentimento de frustração, porque não há uma correspondência na eficiência da polícia investigativa. Então, a criação de uma força-tarefa voltada especificamente para o combate à exploração e para identificação do explorador era algo positivo, porque, punindo o explorador, reduzindo a impunidade, vamos ter a redução também na exploração. A certeza da impunidade é uma mola mestra propulsora da violência.

Ao lado disso, precisamos ter também, por parte dos senhores prefeitos... Volto a insistir. O comitê estadual fez uma tentativa, há dois anos, firmando um convênio, que temos de retomar – esse é um desafio que temos –, um convênio, um acordo, um pacto com os municípios, em que participem comitê estadual, o Governo do Estado e os municípios, para que, lá, os municípios tenham um trabalho social voltado para

o enfrentamento da questão da exploração sexual e também do abuso sexual, porque alguns municípios não têm absolutamente nada. E acho que padecemos, aqui, no nosso Estado, mas creio que deve ser uma realidade do Brasil, eu não me dei ao trabalho ainda de avaliar tudo, mas as Secretarias, de maneira geral, de Ação Social estão no orçamento. Os senhores gestores fazem muito discurso sobre a necessidade de garantir direitos para a criança, mas, quando vai se ver no orçamento, está 1,8% ou 1,7% ou 1,6% para as secretarias. Aqui mesmo, em Salvador – a Vereadora Olívia está aqui –, eu não sei agora, mas era 1,9% para a Secretaria de Ação Social. O que se pode fazer de social com 1,9% no orçamento? Quase nada.

Estamos diante de uma situação muito delicada; no campo da exploração sexual, principalmente, eu diria muito grave. Mais recentemente, fizemos contato, ouvindo em seleção para o projeto do ViraVida, com algumas meninas. Pudemos ver que meninas saem da periferia e vêm ser exploradas aqui, no centro da cidade. Tudo escondido, oculto, ninguém sabe, mas as meninas chegam, no final de semana, no sábado e no domingo, e são exploradas, com 15, 16, 17 anos. Esse é um dado da realidade. Os bairros periféricos estão aí. A senhora, mais que eu, sabe que essas meninas que são exploradas são afrodescendentes, oriundas de famílias pobres, miseráveis em alguns casos, e, infelizmente, até suprem as necessidades domésticas com o fruto dessa exploração sexual.

De maneira geral, acho que era isso que tínhamos a relatar aqui. Nós, do CEDECA, continuamos aqui, abertos, dispostos a contribuir com qualquer informação que, porventura, possamos dar para o sucesso desta CPI.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. HÉLIA BARBOSA – Boa-tarde a todos.

Peço permissão para cumprimentar todas as autoridades aqui na mesa, na pessoa da Senadora Lídice da Mata, e parabenizar a Relatora, Senadora Marinor, por essa iniciativa. Realmente, dentro das vertentes das várias formas de violência que a exploração sexual compreende, o tráfico, além de uma perversidade muito grande, é de difícil enfrentamento e solução. Então, precisa realmente da colaboração e da participação de todos.

Na medida em que fui ouvindo, duas coisas me chamaram bastante atenção. A primeira, quando a Senadora Vanessa coloca uma questão que foi referendada aqui pelo Procurador de Justiça, é o argumento daqueles, quando são chamados à atenção por serem traficantes ou por participarem desse processo, de que há o consentimento: que elas consentiram, que elas queriam, que elas desejaram ou que eles queriam. Não depende de consentimento! Ainda que se queira adotar que no Brasil não esteja claro isso, a Comissão de Palermo, que já foi subscrita pelo Brasil, diz que é irrelevante o consentimento. Então, isso é uma coisa muito forte que temos de trabalhar e alterar a nossa norma, no sentido de que não depende de consentimento. Por quê? O Procurador também... Só para referendar e rememorar, para sairmos daqui todos convencidos da gravidade e da transgressão dos direitos humanos, da dignidade de meninas e meninos e da própria autonomia dessas meninas, que não depende. Por quê? Há sempre um vício nesse consentimento, se ele existe, porque elas são realmente levadas, induzidas, seduzidas a esse processo – isso fica muito claro –, inclusive com cobranças por dívidas que elas contraem. Isso é muito sério no processo do tráfico, que oferta coisas, bens, e depois cobra, e você é devedoras e tem de passar por esse processo. Eu queria deixar isso claro.

Outra coisa que me deixou estagnada, Senadoras e todos aqui presentes, foi o caso relatado pelo Procurador Lidivaldo. Eu realmente só acreditei porque está sendo revelado pelo Procurador, com o processo na mão. O caso violou todas as normas internacionais e nacionais. Então, não é uma questão só de leis. Por isso, quero chamar também a atenção. É uma questão muito mais de vontade política, de cultura, de determinação nossa como sociedade civil, dirigentes e governos, como bem foi colocado aqui, que ultrapassa esses limites. Por quê? Sem nenhum processo. E V. Exª perguntou bastante: não houve uma guarda, não há regulamentação? Duas cidadãs brasileiras estão fora do País, de forma irregular. Essa senhora deve ter muito poder, porque já a Suprema Corte nega, usando outro argumento fortíssimo: para o interesse maior. O interesse maior é a situação econômica que a mulher deve ter e que as meninas aqui não tinham. Esse interesse maior não é para ser interpretado pelo juiz, mas sim pelo que é melhor para a criança e para o adolescente, que é outro equívoco que enfrentamos todos os dias, a vulnerabilidade dessas meninas e das vítimas como um todo.

Mas há outro fato que deixo aqui, permitam-me, bem rapidinho: a violação, para além de todos os direitos, do exercício do poder familiar. O Estatuto é rigoroso nesse sentido. Ninguém pode intervir. Só um processo, mas o devido processo legal não existiu. E há um rompimento nesse exercício que é sagrado para essa mãe, que é um direito que ela tem de buscar o retorno, a repatriação dessas meninas, como bem foi colocado aí.

As vítimas têm medo e vergonha. E nós ainda temos a coragem de dizer que elas são sem-vergonha, porque elas consentiram. Então, isso é muito forte.

Eu gostaria de conclamar todos a apoiar V. Exªs. Coloco aqui a saudação especial da Defensora Pública-Geral e a reafirmação do nosso compromisso – e o meu próprio, como coordenadora da área da infância – de apoiar no que for necessário, unindo as nossas competências e conhecimentos para fortalecer essa ação. Quem sabe sairá realmente daqui ou em decorrência daqui uma manifestação, porque acho que o governo brasileiro e todos nós precisamos nos empenhar em casos idênticos ao dessas meninas, trazendo-as e evitando que outras fiquem lá, por conta, como foi declarado aqui, de uma demora muito grande na tomada de atitude.

Então, eu queria agradecer muito a deferência de estar aqui, compartilhando, e deixar o nosso compromisso, como sempre, à causa.

Parabéns a todos. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada, Defensora Hélia Barbosa, grande aliada nessa luta pela criança e adolescente, que aqui representa a Defensoria e a Defensora-Geral do Estado da Bahia.

Senadora Marinor vai querer fazer algum questionamento?

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Então, agora é hora de nós passarmos...

Não sei onde Lena está. Ali. O vídeo já está... Pronto. Já pode...

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu queria agradecer o acarajé porque já consegui, mesmo atrás desta mesa, degustar um. Estava delicioso.

A SRA. PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Onde vai passar? Aqui, Lena? Precisamos sair do lugar em que estamos para que as pessoas vejam?

Então, vamos nos afastar e ficar aqui de lado para assistir.

Vou passar às mãos da Senadora Marinor uma lembrança da Bahia, para que ela possa ser ainda mais bem-vinda ao nosso Estado. (Palmas.)

Acho que vai precisar apagar esse refletor para podermos enxergar aqui. São quatro casos de tráfico.

A SRA. LUIZA MAIA – Esqueci o nome dele. (Pausa.)

Perdão, Nei! É tanta gente.

Isto é importante: a Senadora registrou que o caso de vocês sensibilizou todo mundo. Nós vamos continuar fazendo pressão e força para conseguir o que vocês precisarem. Tenho certeza de que suas filhinhas vão voltar para o Brasil e viver com vocês.

Quero deixar registrado aqui o meu apoio e também pedir um pouco de apoio para essa luta que as mulheres baianas estão travando contra a produção industrial da baixaria contra a mulher.

Preciso da força de vocês. Preciso de apoio. (Palmas.)

O projeto, cada dia mais, tem recebido apoio, mas também uma galera querendo acabar com tudo, fazendo ameaças, mas eu estou firme e forte.

Quero agradecer.

Mais uma vez, boa-noite para todos. Ainda tenho duas agendas.

A SRA. PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Quero dizer que outro dia pequei um táxi e o taxista me perguntou se eu apoiava o seu projeto. Digo isso para você ter ideia de como isso está se tornando popular e da adesão da população a essa grande proposta. Vamos divulgar sim.

Olívia está com a palavra.

A SRA. OLÍVIA SANTANA – Quero agradecer a presença de todas as companheiras, todos os companheiros, fazendo um agradecimento especial à nossa equipe da Ouvidoria da Câmara Municipal de Salvador na pessoa da nossa coordenadora, Cláudia, que se empenhou tanto para a gente conseguir oferecer à CPI do Senado esta infraestrutura necessária para acontecer esta audiência, oitiva da CPI em Salvador. Sabemos que a nossa cidade está na rota do tráfico internacional de pessoas e entendemos que é papel das instituições... E sei que falo aqui não só em nome da Ouvidoria, mas também em nome da Vereadora Marta, da Vereadora Vânia, que aqui já esteve, da Vereadora Aladilce, que está de licença, não está aqui justamente por conta disso, por estar em situação de enfermidade, todas as mulheres que fazem parte desta Casa e a Mesa Diretora apóiam essa ação da CPI. Desejamos que esta CPI não acabe em pizza, não acabe em acarajé, mas que efetivamente se constitua em um salto na vida de nossas mulheres, para proteção da vida de nossas mulheres e de todas as pessoas que são vítimas dessas redes repugnantes, como acabamos de ver aqui. Só de assistir dá uma sensação de angústia, de impotência, mas é botando a boca no mundo, é debatendo esses assuntos que a gente pressiona o Estado brasileiro a reverter esse estado de coisas.

Axé!

Um forte abraço às companheiras!

Muito obrigada por vocês terem escolhido a Ouvidoria como parceira. (Palmas.)

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu queria, rapidamente, agradecer, em nome também da nossa CPI, do Senado Federal, toda a acolhida cari-

nhosa que tivemos por parte da Ouvidoria, da Vereadora e, em nome dela, agradecer a toda a equipe de Salvador, que nos ajudou no desenrolar desse trabalho.

Eu não poderia deixar de registrar aqui o quanto nos alegra saber do pronunciamento que ela e a Deputada fizeram sobre essa questão.

Quero agradecer às entidades parceiras. Não vou nominá-las porque sabemos quem é parceiro de quem aqui. Já estamos em uma longa caminhada, há muitos anos, neste País, no enfrentamento do tráfico humano, na defesa dos Direitos Humanos, no enfrentamento da violação do direito sexual de crianças e adolescentes. Sabemos o quanto essa caminhada é difícil. Se não fosse a nossa parceria não conseguiríamos dar passos significativos nesse enfrentamento.

Aqui está o Augusto, que é o coordenador técnico da nossa CPI. Eu queria pedir uma salva de palmas para, em nome dele, homenagear toda a equipe que veio de Brasília... (Palmas.)

...os assessores das Senadoras, que vieram para colaborar voluntariamente.

Quero agradecer a companheira Lídice da Mata, Senadora baiana, pelo desempenho que tem tido junto a nossa CPI, pela energização que tem colocado a serviço desse trabalho.

Agradeço os membros, os integrantes, os delegados, da polícia Federal, que são parceiros, que estão junto conosco, que nos receberam aqui, a TV Senado, que veio fazer uma cobertura especial, um registro especial deste trabalho, porque a nossa ideia é, além do relatório que vamos apresentar, das contribuições legislativas que vamos apresentar ao Executivo e ao Judiciário brasileiro, às redes de proteção, ter um registro, uma memória, queremos ter um material de pesquisa, queremos que isso fique como uma síntese deste momento político para alertar a sociedade brasileira, para estimular as autoridades a darem esse passo no enfrentamento da violação dos direitos sexuais.

Senadora Lídice, quero ver todas as mulheres como esta baiana aqui, trabalhando com dignidade, vendendo acarajé ou fazendo tacacá lá no meu Estado, o Pará. Mas não quero ver nenhuma mulher, não quero ver nenhum ser humano ter violado o seu direito sexual, ser levado para fora do País ou de uma cidade para outra, no tráfico interno, como mercadoria.

Viva a liberdade!

Vamos à luta!

Contem conosco! (Palmas.)

Parabéns para todos aqueles que aqui estiveram!

Está encerrada a reunião. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, Presidente.

(Iniciada às 15 horas e 5 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas.)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, DESTINADA A INVESTIGAR O TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL, SUAS CAUSAS, CONSEQÜÊNCIAS, ROTAS E RESPONSÁVEIS, NO PERÍODO DE 2003 E 2011, COMPREENDIDO NA VIGÊNCIA DA CONVENÇÃO DE PALERMO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 226, DE 2011. – ATA DA 11ª REUNIÃO.

Ata Circunstanciada da 11ª Reunião realizada em 22 de agosto de 2011, às nove horas e trinta minutos, na Sala de reuniões do Hotel Regente, à Av. Governador José Malcher, 485 Belém/PA, sob a Presidência da Senadora Vanessa Grazziotin e com a presença da Senhora Senadora Marinor Brito, Deixaram de comparecer os Senhores Senadores: Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Ângela Portela e Paulo Davim. Na oportunidade foi realizada audiência reservada com a participação dos seguintes depoentes: Edileia Moraes Silva, Keli Elis Araújo Torres, Nara (Caso Portugal), Maike Diles Teixeira Mendes, Ghislaine Manuela da Silva Cruz e Dra. Chistiane Ferreira da Silva Lobato, Diretora da Divisão de Atendimento ao adolescente – DATA. A reunião é suspensa para deslocamento da Comissão até a sede do Tribunal Regional do Trabalho. Às quatorze horas e vinte minutos, no Plenário do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, à Travessa Dom Pedro I, 746 - Umarizal – Belém/PA, foi reaberta a reunião para audiência pública externa com a participação dos seguintes palestrantes: Dr. José Maria Quadros de Alencar, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região; Dr. Aladir Viana, Procurador de Justiça, representando a Procuradoria Geral de Justiça no Estado do Pará; Dr. Alan Rogério Mansur Silva, Procurador da República no Estado do Pará, representando a Procuradoria da República no Estado do Pará; Irmã Andreza Orlanda Rodrigues, Secretária Executiva da CNBB/Norte II; Jaqueline Carrijo, Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho/SINAIT; Rosângela Rassy, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho/SINAIT; Maria do Socorro Malheiros, representante do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos Humanos; Deputado Estadual Edmilson Brito Rodrigues, Membro da CPI Tráfico Humano da Assembléia Legislativa do Estado do Pará; Dr. Jonatas dos Santos Andrade, Juiz de Direito da 2ª Vara Federal do Trabalho de Marabá/PA e Deputado Estadual Carlos Alberto Barros Bordalo, Relator da CPI do Tráfico Humano, da Assembléia Legislativa do Estado do Pará.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 226, de 2011, destinada a investigar o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil e suas causas, consequências,

rotas e responsáveis, no período de 2003 a 2011, compreendido na vigência da...

(Interrupção na gravação)

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Quero cumprimentar todos e todas e agradecer...

(Interrupção na gravação)

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – ...esta sessão de audiência pública na sede do Tribunal Regional do Trabalho do Pará. Muito obrigada pela acolhida...

(Interrupção na gravação)

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) –...um encontro formal, em que colocamos as questões levantadas e o objeto das investigações da CPI e sugerimos a ele, no que fomos prontamente atendidos, uma parceria nessas investigações, porque não temos como objetivo fazer nada sozinhos. Sabemos que tudo o que se levanta em relação a esses casos é feito pela Polícia Federal, mas também pelas polícias dos Estados, pela Polícia Civil, pelos delegados civis. Na sequência, várias testemunhas prestaram depoimentos no dia de hoje. Foram depoimentos sigilosos e gravíssimos.

Infelizmente, vou ter de me retirar, daqui a exatos cinco ou seis minutos, porque tenho outro compromisso. Estou desde ontem na cidade. Mas está aqui a nossa competente Senadora Marinor, que é responsável por isso tudo, que é a relatora que conduzirá os trabalhos.

Os depoimentos a que assistimos hoje foram gravíssimos. E eu quero dar um testemunho a vocês. Nós já fomos ao Amazonas, à Bahia, já ouvimos pessoas do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Ceará, de vários Estados. Agora, nenhum Estado – nem mesmo São Paulo, que tem uma infraestrutura de enfrentamento muito maior do que a dos demais – tem uma situação tão adiantada quanto às investigações e quanto à disposição para as pessoas denunciarem como o Pará. E quero destacar que isso acontece graças à CPI que já aconteceu na Câmara de Vereadores – não foi, Senadora? –, na qual se abordou esse aspecto, a CPI que está na Assembleia Legislativa – e aqui contamos com a presença do Deputado Edmilson, a quem agradecemos. Quero dizer que é um prazer revê-lo, Deputado Edmilson. *(Palmas)* Além de tudo, ele é uma pessoa que conheço e admiro há muitos anos.

Então, vocês não tenham dúvidas: o Pará tem sido um destaque, não porque aqui o nível de criminalidade seja maior, mas porque a visibilidade e a disposição dos parlamentares e da própria sociedade em enfrentar o problema é maior do que nos outros Estados, é maior.

Então, eu quero, em nome dos demais Senadores e Senadoras que compõem a CPI, agradecer. A Senadora Marinor tem feito um belo trabalho. Uma CPI realizada num Estado tem uma limitação, porque ela não tem o poder de alterar a forma como o Estado encara determinado tipo de crime. Já a CPI do Senado tem esse propósito, e esse é o nosso maior objetivo.

Nenhum Estado Brasileiro entende bem o que seja tráfico de pessoas. Nós precisamos que o Estado entenda isso corretamente e redija perfeitamente isso na legislação; não adianta reclamar dos policiais e das forças de segurança, porque disso nem a legislação brasileira trata. Então, talvez esse seja o maior serviço que poderemos prestar à sociedade.

Quero cumprimentar todos vocês que estão aqui, não só participando, mas nos ajudando.

Nós sabemos que há aqui alguns estudantes de Direito que estão tratando em uma disciplina do funcionamento de uma CPI. Hoje vocês vão ver *in loco* como isso acontece. Pena que vocês não puderam estar aqui na parte da manhã, que talvez tenha sido a parte mais produtiva, aquela em que ouvimos pessoas.

Nós temos um senso de responsabilidade muito grande, nós não queremos fazer desta CPI uma estrela da mídia. Nós queremos fazer desta CPI uma estrela na ajuda àquelas pessoas que efetivamente precisam de ajuda – não é, Irmã Henriqueta? Infelizmente, nós dispomos de pouquíssimos instrumentos para ajudar essas pessoas.

É um prazer estar na cidade de Belém, no Estado do Pará. Cumprimento, mais uma vez, todos vocês e passo, desde já, a palavra para a Senadora Marinor, que irá conduzir os trabalhos a partir de agora. Inclusive, ela vai ter de fazer um papel duplo, mas, como ela tem muitos assessores que vieram de Brasília, ela não terá problema nenhum em acumular a presidência e a relatoria.

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Boa tarde a todos.

Quero dizer, antes de a Senadora se retirar de fato, que estamos fazendo uma espécie de revezamento, porque esta CPI está viajando o Brasil todo. Não é fácil exercer um mandato em Estados com tantos problemas, em Estados tão complexos como são os Estados da Amazônia – ela é do Estado do Amazonas; e eu, do Pará –, e ainda assumir tarefas nacionais, como esta, que é uma tarefa muito difícil, porque o Brasil ainda está engatinhando no enfrentamento do tráfico humano: sequer a legislação brasileira entende o tráfico humano como um crime, ele ainda não está tipificado no Código Civil Brasileiro.

A Senadora Vanessa, ao atender o meu pedido de vir presidir a CPI, assume conosco uma responsa-

bilidade muito grande, a responsabilidade de tentar mapear um pouco esse quadro do tráfico no País; ela assume a responsabilidade de nos ajudar a alterar a legislação brasileira e de fazer interlocução com a sociedade civil.

Olha, chegar em Belém, para nós, é fácil, porque somos daqui. Nós conhecemos a realidade.

Obrigada, Vanessa. Peço uma salva de palmas. *(Palmas)*

Nós conhecemos a realidade do Estado, as dificuldades, as limitações, e sempre somos bem acolhidos.

Hoje de manhã, na audiência com o Governador, em que estivemos para solicitar a ele uma atenção ao trabalho que a CPI do Senado está fazendo, também pedimos ao atenção à CPI da ALEPA, que está sendo realizada. Nós já temos aqui – e vão compor depois a nossa outra Mesa – o relator da CPI, Deputado Bordalo, e o Deputado Edmilson, a quem a Senadora já fez referência. Pedimos ao Governador que acelerasse e democratizasse ainda mais o debate sobre a criação do Plano Estadual de Enfrentamento do Tráfico Humano.

Isto é essencial: ter um diagnóstico e elaborar um plano de enfrentamento; colocar as secretarias, colocar a estrutura, colocar uma parte do orçamento do Estado para esse trabalho. Nós cobramos e tivemos uma boa acolhida dele no que diz respeito à criação de um grupo permanente no Governo do Estado para acompanhar essas situações do tráfico, Deputado Bordalo, no sentido de ser um parceiro permanente e dar um braço de auxílio, porque, na verdade, as CPIs têm a obrigação de auxiliar no enfrentamento do problema.

A CPI é um braço auxiliar da estrutura do Estado para proteger as pessoas vulneráveis, para tentar interceptar o caminho dos traficantes dessa rede criminosa, que já arrecada, no mundo, mais de 32 bilhões e que, só no nosso País, tem 520 rotas de tráfico, levantadas pela última pesquisa realizada pela UnB.

Eu queria fazer alguns agradecimentos, porque o objetivo não é a Senadora falar muito, mas ouvir as entidades da sociedade civil, ouvir algumas vítimas, dar continuidade a essas oitivas. Hoje pela manhã, com algumas oitivas que tivemos, já conseguimos fazer conexão de tráfico em três Estados brasileiros, rapidamente, com pouco tempo. Imaginem se a sociedade se envolve, se a sociedade assume o seu papel protagonista de ajudar no enfrentamento. Se isso acontecer, teremos, com certeza, rapidamente, condição melhor de enfrentamento e cobrança do Poder Público nesse sentido.

Queria agradecer a acolhida do Dr. Alencar, do TRT do Pará, que já realiza, em uma das áreas, um trabalho que tem nos ajudado a encalacrar criminosos traficantes de pessoas. Através do trabalho escravo, que é uma das modalidades do tráfico humano, a gente tem conseguido, os operadores de Direito têm conseguido, encontrar saídas na legislação brasileira para criminalizar algumas pessoas que estão envolvidas nessas redes de traficantes. Assim como a exploração sexual de crianças e adolescentes, que está tipificada, na verdade, o tráfico humano sempre está interligado com outros crimes. Nunca é uma coisa isolada. É uma rede vinculada à outra. Aqui no Pará, no trabalho realizado hoje, aliás, durante toda a semana em que nossa equipe esteve aqui trabalhando, convencendo pessoas a serem ouvidas, tivemos oportunidade de constatar que essa é uma realidade, e uma realidade cruel.

Queria agradecer, então, ao TRT, na pessoa do Dr. Alencar. Queria fazer um agradecimento especialíssimo a uma ONG que tem sido responsável pela proteção de vítimas: é a ONG Só Direitos. Ela nos ajudou a estruturar – e está aqui a nossa companheira Andreza, que já esteve dando seu depoimento em Brasília –, a levantar e a convencer, assim como a CNBB, através da Irmã Henriqueta, algumas pessoas. Assim, pudemos ouvir algumas pessoas.

Queria dizer a vocês que é um privilégio poder estar à frente desse trabalho, mas é muito duro estar à frente desse trabalho, porque todos os dias a gente se emociona, a gente se depara com uma situação de vulnerabilidade maior do que a que gente viu no dia anterior. Todos os dias a gente se assusta com a intensidade desses crimes. Todos os dias a gente se assusta com a fragilidade da nossa rede de proteção. Então, como disse, essa é uma tarefa de todos nós – já agradecendo a presença da nossa companheira Lourdes Barreto.

Antes de passar para os nossos dois parceiros aqui deste lado, queria passar a palavra para o nosso anfitrião, do TRT, para que ele possa se manifestar. Vamos ter uma Mesa, na sequência, que vai ouvir vítimas, que vai ouvir pessoas da sociedade civil para que a gente possa, no dia de hoje, tentar fechar esse ciclo de intencionalidades dos que aqui vieram no propósito de nos ajudar no enfrentamento do tráfico humano.

Muito obrigada.

Passo a palavra agora para o Dr. Alencar. *(Palmas.)*

(Interrupção na gravação.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – ...registrar e convidar para fazer parte da Mesa Diretora o Procurador Alan Rogério Mansur Silva, neste ato representando a Procuradoria da República no Estado do Pará. *(Palmas.)*

Quero dar a palavra ao Presidente do egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, Desembargador José Maria Quadros de Alencar.

O SR. JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR – Exmª Srª Senadora da República Marinor Brito, na pessoa de V. Exª saúdo e homenageio os demais integrantes da Mesa, Lourdes, Deputado Aldir, ex-Deputado e sempre Promotor, Procurador Mansur. Registro e agradeço a honrosa presença do Deputado Edmilson e do Deputado Bordalo. Sejam muito bem-vindos.

Senadora Marinor, o Tribunal do Trabalho completou este ano, em maio, setenta anos de presença da Justiça do Trabalho na Amazônia brasileira. Uma das marcas altissonantes dessa presença é: onde existir Justiça do Trabalho com efetividade, ali estaremos portando civilização. A Justiça do Trabalho é, acima de tudo, uma Justiça portadora de civilização. Quanto mais ela estiver enraizada, mais civilização teremos. Lamentavelmente, temos que admitir que a recíproca é verdadeira: onde não temos a presença da Justiça do Trabalho, é bem provável que ali se tenha a barbárie sob algumas, muitas ou todas as suas formas, inclusive a do trabalho degradante.

Foi uma honra para o Tribunal receber V. Exª, a Senadora Vanessa Grazziotin e Comissão Parlamentar de Inquérito, mas temos de fazer isso também pelo estrito cumprimento do dever legal – é o tipo do pedido que não é pedido: é uma ordem. Não que o Senado dê ordens ao Poder Judiciário, mas um pedido da CPI, para uma instituição como o Tribunal do Trabalho, sobre um tema que tem tudo a ver um com outro, é irrecusável e, portanto, é uma quase-ordem, respeitada a autonomia recíproca dos Poderes. Portanto, o pedido de V. Exª, além de ter sido bem acolhido, foi para nós motivo de distinção, de honra e, devo dizer, até para uma ponta de orgulho, porque não é todo dia que este Tribunal recebe duas Senadoras, como V. Exª e a Senadora Vanessa Grazziotin. É uma honra, portanto, para nós, tê-las conosco.

Desejamos, além da acolhida, que a CPI seja bem sucedida não só neste trâmite, mas que seja bem sucedida, sobretudo, no seu resultado, no seu escopo final, que é dar combate eficaz e efetivo ao tráfico humano em todas as suas formas.

Temos pouca contribuição a dar do ponto de vista mais direto, mas, sempre respeitando a autonomia dos Poderes, quero encerrar fazendo um pedido. Peço que V. Exª considere a possibilidade de constar no relatório da CPI um reforço a uma petição da Justiça do Trabalho para que ela tenha competência em matéria criminal. Não é competência em matéria criminal de um todo, matéria criminal geral. Não é isso, mas competência para crimes contra a organização do trabalho, na qual se incluem as diversas modalidades de trabalho degradante, as diversas modalidades de tráfico humano e todos os demais tipos penais que advirem e que tenham essa característica de crime contra a organização do trabalho.

Peço a V. Exª que considere a possibilidade de usar a força da CPI para reforçar essa aspiração e esse pleito da Justiça do Trabalho. Não é um pleito do Presidente, é um pleito da Magistratura Trabalhista para que tenhamos competência criminal em matéria de crimes contra a organização do trabalho.

No mais, sejam bem-vindos V. Exªs, sejam todos aqui bem-vindos. Que desse trabalho resulte o fim do tráfico humano!

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Usará da palavra o representante da Procuradoria da República no Estado do Pará, o Procurador Alan Rogério Silva.

O SR. ALAN ROGÉRIO MANSUR SILVA – Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa da Senadora Marinor, e todos os presentes, os profissionais do Direito, as pessoas interessadas no assunto tráfico humano, as pessoas que vieram denunciar, os jornalistas presentes para relatar o fato e levá-lo para a sociedade – só com a sociedade tendo informações, a gente pode combater qualquer tipo de crime, especialmente este tipo de crime de que tratamos aqui; como falta informação, muitas vezes existe vergonha de denunciar, e todos esses elementos contribuem para a impunidade.

Discutir isso é tirar a poeira de debaixo do tapete e expor um tema que tem de ser enfrentado, que tem de ser debatido. Foi fundamental a criação da CPI do tráfico humano no Senado Federal – fiquei bastante feliz quando soube da criação dessa CPI, é fundamental esse debate.

Recentemente, aqui, a Comissão de Justiça e Paz da CNBB fez também um seminário belíssimo sobre o enfrentamento de tráfico humano. Esses debates são fundamentais para que a sociedade possa ser informada, para que essas informações possam chegar às pessoas que realmente delas precisam. Nós aqui já sabemos, já discutimos, muitas vezes já sabemos o que é, nós estamos basicamente esclarecidos, temos noção do problema. Só que é fundamental que as pessoas que estão aqui possam disseminar essas informações para todo mundo, para quem não tem essa informação. Assim, isso pode chegar para a pessoa que vai ser beneficiada com a informação, a possível vítima desse crime ou familiares dessa vítima. É preciso entender que, de fato, isso é um crime e que ele tem de ser enfrentado.

E é fundamental também o fortalecimento da Justiça Federal, a gente tem necessidade também de expansão da Justiça Federal. A Justiça Federal se concentra em alguns municípios no Pará – atualmente são cinco municípios –, e há a necessidade de crescimento da Justiça Federal. Agora, o crescimento tem de

acontecer com estrutura também. E é por isso que é importante a gente ressaltar o crescimento da Justiça Federal – estão previstas já vários Federais em alguns municípios – como forma de contribuição para combater esse crime, o tráfico internacional de pessoas.

Mais uma vez: o Ministério Publico Federal sempre se coloca à disposição para o debate e para levar essas informações também – é preciso ter informações aqui vivas –, para que a gente possa levar para a investigação junto à Polícia Federal, que é o órgão da Polícia Judiciária Federal que faz o combate na área de tráfico internacional de pessoas, até porque um dos temas, um dos pontos principais é este também: o Pará como ponto do tráfico para o Suriname para a Guiana. Então, o Ministério Público Federal tem esse papel, essa função constitucional de combater esses crimes na área federal.

Mais uma vez, ressalto a belíssima oportunidade do debate do tema. É importante a participação do TRT também nesse trabalho, nesse enfrentamento – há uma perspectiva do Direito do Trabalho bastante forte nisso, a Justiça do Trabalho tem um papel fundamental nesse enfrentamento também.

Muito obrigado e boa tarde. *(Palmas)*

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Com a palavra o representante da Procuradoria-Geral da Justiça do Pará, o Procurador Aldir Viana.

O SR. ALDIR VIANA – Muito boa tarde, Senadora Marinor Brito, Desembargador José Maria Quadros de Alencar, Dona Lourdes, Procurador Mansur, senhoras e senhores, e eu dirijo um abraço especial ao Deputado Edmilson Rodrigues, ao Deputado Bordalo, à Delegada Cristiane, que está ali presente, Andreza Smith.

Bom, o Ministério Público do Estado do Pará não poderia ficar ausente na discussão deste tema, um tema tão caro para nós, paraenses. É uma das questões que mais nos desafiam, e acho que as medidas que estão sendo tomadas têm sido bastante promissoras. Primeiro, a CPI da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, depois a CPI no Congresso Nacional. Acho que somente um trabalho articulado de todas as instâncias formais de prevenção e combate à criminalidade nos permitirá pelo menos iniciar o enfrentamento deste tema, que é grave.

Nós sempre associamos os aliciadores ao crime organizado. Quer dizer, é um conceito abstrato, não sabemos quem são, não têm rosto, mas procuramos sempre combatê-los. A dificuldade é imensa, principalmente no Estado do Pará, um Estado de dimensões continentais, com fronteiras bastante porosas. Esse tema requer um cuidado, uma ação específica de todos os atores que estão envolvidos na questão: o sistema de Justiça Criminal, envolvendo a Polícia Civil, a Polícia Federal, o Ministério Público Estadual e Federal, os Poderes constituídos, a Assembleia Legislativa, a Câmara Federal, o Senado Federal, a Justiça do Trabalho inclusive.

Eu acho que somente com essas medidas é que nós poderemos ter pelo menos as condições para retirar o Pará dessas notícias. Se nós olharmos as estatísticas, veremos que, pelo menos neste tipo de delito, o Estado do Pará não figura no topo do *ranking*. No topo do *ranking* hoje, de acordo com dados da Polícia Federal, está o Estado de Goiás, que, na última década, teve aproximadamente 140 casos registrados em inquéritos policiais e ações penais.

Então, eu acho que somente com ações desse porte e a formulação de um plano estadual vamos enfrentar esse grave problema, essa chaga que ainda inquieta e desafia as autoridades do País e, em especial, o Estado do Pará, por toda a sua história, por tudo o que envolve o nosso Estado, um Estado com características diferenciadas das dos demais, um Estado que hoje tem uma situação *sui generis,* é Estado mais federalizado do Brasil – não que isso nos cause qualquer tipo de problema, mas, na hora em que o problema acontece, é preciso que os atores não só cobrem as soluções, mas também delas participem.

Há a questão do Governo Federal, do Decreto nº 1.164, que expropriou cerca de 60% das terras do Pará, mas que hoje continua em vigor. Enfim, há uma série de questões que envolvem o Estado do Pará, como eu disse no início, pela continentalidade do Estado, pelas suas fronteiras porosas, os nossos rios e a grande dificuldade que temos na mobilização de forças para enfrentar o nosso problema.

Então, Senadora, quero parabenizar V. Exª e quero parabenizar a Assembleia Legislativa pela iniciativa e dizer que o Ministério Público do Pará está ombreado e comprometido com esse tema.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Agora, com a palavra, a Presidente da Associação das Prostitutas da Região Central de Belém, Srª Lourdes Barreto.

A SRA. LOURDES BARRETO – Queria, na pessoa da Senadora Marinor Brito, minha grande amiga, com quem venho trabalhando há muitos anos, saudar a Mesa e também o plenário, e agradecer o convite para estar aqui.

Eu sou ainda a atual coordenadora do Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará. Eu passei pelo menos cinquenta anos fazendo prostituição, e eu até falei na Assembleia que há uma confusão muito grande na sociedade, muitos não entendem o que é prostituição, o que é tráfico de seres humanos, o que é migração e o que é exploração sexual. Fazem um bolo, uma confusão tão grande, e deixam uma maior

confusão para a sociedade. É por isso que eu digo que esta CPI é da maior importância.

É por isso que nós, da Rede Brasileira de Prostitutas, precisamos ter deputados estaduais, vereadores, senadores e deputados federais aliados a nossa causa. Por exemplo, se a prostituição fosse realmente legalizada – não é crime fazer prostituição, comete crime quem explora a prostituição –, nós não teríamos mais essa confusão do tráfico de seres humanos.

A sociedade civil tem sido parceira e é fundamental na questão das denúncias. Por exemplo, em parceria com o projeto Jepiara na Zona, a gente conseguiu evitar que mais de quarenta mulheres saíssem daqui para fora do País, apesar de entendermos que a mulher prostituta pode sair para fazer prostituição em outro país, desde que ela entenda o idioma, que conheça as instituições, que saiba que, diante de qualquer problema que surja, deve procurar as instituições, deve saber onde procurar o consulado brasileiro.

O que acontece? A gente sabe também – a gente é parceira da SODIREITOS – que há algumas mulheres que são associadas do GEMPAC e que saíram do País. Mas eu também conheço mulheres que saíram do País, que foram e voltaram, e se deram muito bem.

Então, não podemos impedir... E já trago outra preocupação quanto à Copa, às cidades que vão ser sedes da Copa, quanto àquilo que já estão começando a fazer com as prostitutas que estão trabalhando. Nós somos contra a exploração sexual. Contra tráfico de seres humanos, contra qualquer forma de exploração do ser humano. Agora, nós entendemos que, se a prostituição for legalizada, nós não vamos ter esses casos. Então, nós precisamos ter parlamentares comprometidos com a nossa luta. Fazer prostituição... Nós temos uma função social. Não quero fazer apologia à prostituição, mas eu vivi na prostituição fazendo um trabalho com dignidade.

O que nós precisamos saber é que a mulher que sai daqui, muitas vezes até com promessa de se prostituir ou então fazer outro trabalho, na maioria das vezes, são completamente exploradas.

Por exemplo, fizemos uma abordagem ali em São Braz um tempo atrás. Iam trinta e poucas mulheres já para São Paulo, e de lá, para a Europa. Não quero nem falar aqui da Guiana Inglesa e da Guiana Francesa, porque é muito rápido e muito fácil chegar lá, até eu já fui também, sei como é que se vai. E quando saem daqui, já saem devendo muito, né? Uma falou pra mim: "Olha Lourdes, eu já estou devendo R$4,8 mil, porque é a passagem, mais R$1 mil para deixar para a minha família, e o traficante está bem aqui próximo de nós".

Eu fiquei até cabreira, porque, quando eu fiz o labirinto da exploração sexual neste Estado, na área de garimpo, eu fui, muitas vezes, ameaçada de morte. O Estado não garantia que eu tivesse segurança. Eu fiquei, muitas vezes, sem poder sair de casa, com medo, mudando de uma casa para outra. Eu tenho colegas que gostariam de estar hoje aqui denunciando, porque já foram traficadas, que já sofreram, mas têm medo. Por isso, a gente quer que realmente que esta CPI seja de fato e de direito, que seja o lugar onde as pessoas possam ter segurança para denunciar.

Eu não sei quantos minutos eu tenho ainda para falar, se eu já posso encerrar, mas quero dizer o seguinte.

Senadora, é um desafio muito grande! É preciso ter muita coragem, ser muito forte, porque existe o tráfico de seres humanos, existe o tráfico de órgãos humanos. Essas pessoas que saem daqui sem orientação... Eles não querem mulheres que façam parte da SODIREITOS, que façam parte do GEMPAC, que façam parte do movimento de mulheres, que façam parte de qualquer movimento, porque sabem que essa mulher, ao sair daqui, ela já sai orientada, já sabe onde ela pode procurar socorro lá, onde ela pode se defender. Nós orientamos: "Você não fala o idioma. Por que você vai sair do País?" "Ah, porque a situação aqui...".

Realmente, o Brasil ainda é um país de muita injustiça social, um país em que as mulheres, e muitos homens também, estão sem emprego, sem gerarem renda. Então, muitas vezes, a única forma de trabalhar é na prostituição.

Isto precisa ser garantido: que elas saiam daqui com os seus direitos garantidos, que elas consigam voltar de uma forma boa. Eu conheço algumas que foram e se deram bem e conheço algumas que foram daqui para a Holanda, voltaram com problemas seríssimos de drogas, até porque se meteram, lá, com gigolô, com cafetão e com rufião, e foram completamente exploradas e molestadas, e muitas delas não conseguiram mais voltar.

Aliás, gente, eu queria fazer uma denúncia aqui. Um dos países de onde é mais difícil voltar é a Espanha. A Espanha é um país que, quando as mulheres vão para lá, dificilmente elas voltam. É muito difícil. Esta CPI tem de trabalhar muito em cima da questão da Espanha e de outros países. Mas a Espanha tem sido um país... Eu conheço casos... Eu quero estar num outro momento também fazendo parte desta CPI, Senadora, para colocar e dar alguns depoimentos de mulheres que foram e que até hoje conseguem contato com os filhos, mas quem fala é o marido, não é ela. Quer dizer, ninguém sabe a situação que essa mulher está vivendo – essa mulher já está há mais de doze anos lá. E assim vai, é um caso atrás do outro.

Nós precisamos, sim, combater a exploração sexual. Deputado Bordalo, vocês estão de parabéns na

questão dos pedófilos. É preciso botar esses cabras na cadeia, porque não dá mais, gente. Nós queremos as crianças nas escolas, crianças tendo cultura, lazer e vivendo bem na sociedade. É isso que nós queremos. E isso que o Movimento de Prostitutas no Brasil defende.

Eu quero falar de novo: nós precisamos sentar com todos os Deputados, independentemente de partidos, enfim, com todos que sejam comprometidos com a nossa luta, porque nós conhecemos os dois lados da moeda. Nós sabemos onde está a ferida, nós sabemos como chegar e abordar uma mulher, para chegar numa boate e dizer para a mulher: "Você não vá; se você for, você vá por este caminho: consulte a SODIREITOS, consulte o GEMPAC, converse com as pessoas para você não sair daqui sem nenhuma informação". Eles não querem mulheres que façam parte de instituições. Inclusive, nós fizemos até um material dando dicas para quando elas chegassem em outros países, mostrando o que elas poderiam fazer para se defender. Fizemos esse material.

E o que eu vejo, Deputados e Senadores presentes, outras pessoas que estão aqui, é que hoje, por exemplo, nós estamos na CBO, como ocupados – fazer prostituição não é crime, foi o que eu fiz a minha vida inteira e nunca fiz um crime, graças a Deus. Então, o que precisamos é batalhar. É uma luta muito grande. Está lá, do ex-Deputado Fernando Gabeira, um projeto de lei, que está lá na Câmara parado, que precisa que deputados federais e também senadores façam alguma coisa, porque, no dia em que for legalizada a prostituição, tu não vais ter criança em lugar de prostituição; tu não vais ter tráfico de seres humanos, porque tu vais fazer prostituição como algo legal, porque se tu fores fazer coisas legais, tu não vai ter problemas.

Então, estou aqui defendendo a mulher prostituta, depois dos dezoito anos, que está fazendo o seu trabalho por opção ou então porque não tem outra forma de gerar renda. Eu passei a minha vida inteira fazendo prostituição, criei quatro filhos, sou avó de dez netos, e vejo colegas que saem para trabalhar com honestidade, com dignidade.

Agora, também não pode misturar: dentro da zona tem tráfico de droga, mas você também vai encontrar isso dentro das universidades, vai encontrar em todos os setores. O que precisamos também é combater a questão das drogas, que é uma questão muito séria – nossa juventude está se acabando aí. Cada dia que você abre o jornal, vê três, quatro, cinco jovens... Então, nós precisamos fazer alguma coisa. É preciso que vocês, representantes da sociedade, realmente trabalhem nesse sentido.

Então, gente, eu quero deixar um beijo e um abraço para a nossa Senadora; para os dois Deputados aí; para o Chico, que está ali, do Arte pela Vida; um abraço para as minhas companheiras portadoras de HIV e AIDS – é uma luta muito grande, e o Poder Público também tem de investir nisso.

É preciso capacitar pessoas e fortalecer a sociedade civil para que a gente possa realmente ter mais forças para denunciar, porque nós conhecemos os dois lados da moeda e sabemos onde está a ferida. *(Palmas.)*

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Neste momento, a Mesa será desfeita. Agradecemos a presença dos ilustres componentes e os convidamos...

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Antes – aqui faço uma quebra de protocolo; já estou acostumada a fazer isso – quero informar que as sugestões que a Lourdes colocou hoje estão sendo acatadas pela relatoria. Vamos tratar, na apresentação da legislação, tanto da proposta feita pela Lourdes quanto da proposta feita pelo Dr. Alencar. Acho que são importantes para que a gente avance cada vez mais.

Não é fácil, a Lourdes tem razão, não é fácil tratar de temas polêmicos como este, mas nós temos coragem e ousadia suficientes para isso, porque nós queremos ver avançar a consciência social, nós queremos ver o País viver momentos de mais justiça e de mais liberdade.

Muito obrigada a todos vocês que compuseram a nossa primeira Mesa. Quero dizer que estamos à disposição dos órgãos que aqui estiveram, a exemplo do Movimento das Prostitutas, para qualquer contribuição, auxílio, esclarecimento de dúvidas em relação a qualquer órgão federal, enfim, faremos tudo o que estiver ao alcance não só da CPI, mas do nosso mandato. Vocês podem ter certeza de que nós seremos braços auxiliares para fazer avançar a consciência e para melhorar as condições de vida do povo.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Queremos também registrar e agradecer a presença do Sr. José Augusto Panisset Santana, Secretário da CPI do Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Peço uma salva de palmas. Levante-se, Augusto, por favor. *(Palmas)*

Ele é o nosso braço direito e esquerdo da CPI, que está viajando o Brasil inteiro com a gente. Está ali o Augusto. Obrigada, Augusto.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Agradecemos também as presenças do Sr. Walmir Brito Freire, da Secretaria de Finanças do PSOL (*Palmas*); da Srª Rejane Alves, do Ministério Público do Trabalho *(Palmas);* da Srª Rosiane Costa de Souza, da Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social

(Palmas); do Sr. Luís Cardoso Modesto, do Tribunal de Justiça, Infância e Juventude *(Palmas)*; do Sr. Edmilson Barbosa Leray, Promotor de Justiça *(Palmas)*; Srª Luciana Silva do Vale, Secretária de Plenário da Câmara Municipal de Belém (*Palmas*); Srª Maria do Socorro Malheiros, do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos Humanos (*Palmas*); D. Rosângela Rassy, Presidente do Sindicato Nacional de Auditores Fiscais do Trabalho (*Palmas*); Presidente do PSOL/Pará, Srª Araceli Lemos (*Palmas*)...

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Srª Araceli Lemos. Muito me honra ter aqui a presidenta do meu partido. Obrigada, Araceli.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – ... a Srª Orlanda Rodrigues Alves, do CNBB, Regional Norte II (*Palmas*); Srª Sueli Maria Trindade, da Comissão de Justiça e Paz (*Palmas*); e o Sr. Dener do Espírito Santo, assessor do Vereador Augusto Pantoja (*Palmas.*).

Para compor a Mesa, gostaríamos de convidar o relator da CPI Estadual do Tráfico Humano, Deputado Carlos Alberto Barros Bordalo (*Palmas*); o Deputado Estadual Edmilson Brito Rodrigues, membro da CPI Estadual do Tráfico Humano (*Palmas*); a representante do Sindicato Nacional de Auditores Fiscais do Trabalho, Srª Jacqueline Carrijo (*Palmas*); a Diretora-Geral da ONG Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia, Srª Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira Smith (*Palmas*); a Coordenadora da Comissão de Justiça e Paz da CNBB, Regional Norte II, a Irmã Marie Henriqueta Cavalcante (*Palmas*); e a Irmã Orlanda Alves, também da CNBB, Regional Norte II (*Palmas*).

Temos também a presença de dois depoentes que estão aguardando. E, para dar início aos trabalhos, usará da palavra a Senadora Marinor Brito, proponente e relatora da CPI do Tráfico Humano.

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Vamos pular esta etapa, porque já fiz uma saudação de boas-vindas a todos e a todas, agradeci à Mesa anterior.

Esta Mesa é mais técnica, mas também é política, porque tem pessoas envolvidas diretamente com esse trabalho do enfrentamento. E a gente vai, além de ouvi-los, ouvir hoje, nesta segunda etapa aqui, dois depoimentos muito importantes e que podem ser públicos, porque assim foi permitido pelas pessoas chamadas para serem ouvidas. São pessoas que estão aqui disponíveis para falar publicamente sobre os problemas que envolvem o tráfico humano.

Então, vou chamar... Vamos, obviamente, preservar a identidade das pessoas, ainda que elas tenham tomado a decisão de vir falar publicamente, de serem ouvidas publicamente.

Irmã Henriqueta, eu queria que a senhora viesse aqui para a nossa Mesa também. A senhora foi chamada também. Por favor, venha para cá e sente-se ao lado da Orlanda.

Vou chamar o Depoente 1 para se sentar aqui com a gente. Vamos tratá-lo aqui na nossa Mesa como Depoente 1. (*Pausa.)*

Então, para ganhar um pouquinho de tempo e fôlego, nós vamos ouvir o primeiro depoente, que já está aqui conosco. Eu queria pedir ajuda aos Deputados e aos nossos parceiros aqui da Mesa: que também façam perguntas que nos possam ajudar neste trabalho, nesta oitiva. Depois, vamos chamar o depoente 2 e fazer o mesmo procedimento.

Em primeiro lugar, muito obrigada por ter atendido o nosso convite e por se colocar à disposição para ser ouvido aqui na CPI.

O SR. DEPOENTE 1 – Boa tarde a todos. Estou aqui para declarar para vocês a situação de muita tristeza que está havendo na minha família depois que o meu filho foi levado para essa situação. Ele se encontra hoje no Suriname, preso, e a minha família, depois que isso aconteceu, se desestruturou de uma maneira que a minha mulher está para lá com ele, e eu estou aqui com três crianças, o mais velho com dezesseis anos.

Eu nunca imaginei que isso fosse acontecer comigo. Eu sempre achei que poderia acontecer com o vizinho, não com a gente. Quando acontece com a gente, a gente vai ver que é um sufoco muito grande que se passa quando um filho é arrancado do seio da família e levado para uma situação, hoje, de encarceramento.

A SRA. PRESIDENTE (Marino Brito. PSOL – PA) – Bom, o senhor poderia nos dizer quando isso aconteceu, qual é a idade do seu filho e se tem alguma informação relativa à forma como ele foi abordado e levado.

O SR. DEPOENTE 1 – Eu só fui saber que ele ia viajar um dia antes de ele viajar. Alguém fez uma manipulação tão grande com ele, que ele não falou nada para nós, ele não comentou nada. Ele viajou na segunda-feira, e nós fomos saber no domingo, por volta das 13h, quando a pessoa ligou para o meu celular e perguntou se ele ia ou não, porque ele já estava com a passagem. Até então, a gente nem sabia se ele tinha passagem, se ele tinha passaporte; enfim, a gente não sabia de nada.

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Vocês têm alguma informação? Eu perguntei também a idade do seu filho.

O SR. DEPONTE 1 – Na época, ele ia completar dezoito anos. Hoje, ele está com dezenove anos. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Durante esse período que o seu filho foi levado

para o Suriname, ou antes mesmo de ele viajar, ele chegou a comentar com alguém na família o que ele estava indo fazer, para que ele foi convidado, qual era o destino dele?

O SR. DEPOENTE 1 – Não, ele não comentou com ninguém. Nós só fomos saber que ele ia viajar um dia antes. Ninguém sabia de nada.

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Nessa ida, depois que ele foi, vocês conseguiram algum contato? Vocês sabem o que ele foi fazer? Vocês já sabem se ele está ganhando alguma coisa? Quanto ele está ganhando? Por que ele foi? Há algum indício sobre isso?

O SR. DEPONTE 1 – A minha mulher está para lá há mais de um ano e meio. Assim que ele foi preso, logo depois, ela foi para lá e ainda está lá até hoje. Ela falou que, conversando com ele lá no presídio, ele disse que uma mulher o convidou para que ele fosse modelo fotográfico. Ele é um rapaz de 1,94m, e ela disse que ele ia ganhar muito dinheiro lá no Suriname. Só que, quando chegou ao Suriname, ela disse que o trabalho não seria no Suriname, seria na Holanda. Aí, por algum motivo, ele não foi para a Holanda e ficou no Suriname mesmo.

O SR. EDMILSON BRITO RODRIGUES – O senhor poderia explicar o motivo da prisão?

O SR. DEPOENTE 1 – O motivo da prisão foi que, quando ele chegou ao Suriname, a pessoa que levou ele daqui... Não, estou mentindo: não levou, ela mandou a passagem e ele foi daqui, foi sozinho. Só que, quando chegou lá, essa pessoa pegou a documentação dele, o passaporte, a identidade, toda a documentação dele e, como ele, por algum motivo, não foi para a Holanda, ela ficou com a documentação dele e ficou passando fome no Suriname. Aí, ele foi convidado a fazer um assalto lá e, nesse assalto, ele foi preso.

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Alguém mais quer ajudar nas perguntas? *(Pausa)* Pode ficar à vontade.

O SR. EDMILSON BRITO RODRIGUES – Anteriormente à ida do seu filho nessa viagem, o senhor tem algum conhecimento de que ele tenha tido, aqui ainda, relações que pudessem levá-lo para lá? Ou foi uma surpresa? O senhor pôde perceber antes visitas ou mudanças de comportamento de seu filho?

O SR. DEPOENTE 1 – Não, não. Tudo começou com a venda de um carro que eu tinha. Eu tinha um Fiat 93 e, como ele dava mais problema do que outra coisa, eu falei para a minha mulher que eu ia vendê-lo. Aí, ele se antecipou e colocou: "Vende-se este" – e colocou o número do celular. Aí, através da venda desse carro, foi que essa pessoa ligou, dizendo que queria comprar. Depois, essa mulher fez uma amizade com ele. Foi um negócio muito rápido. Em torno de vinte dias, eles eram os melhores amigos que existiam. E, através disso, foi que ele foi para lá.

O SR. EDMILSON BRITO RODRIGUES – Se me permite, Senadora.

Aqui ele nunca tinha tido nenhum tipo de relação com assaltos, com nada? Ocorreu realmente lá? Aqui ele nunca teve casos na polícia ou passagem?

O SR. DEPOENTE 1 – Isso. Aqui, em Belém, na época, ele tinha passado naquela Faculdade FACI, ele era evangélico e ele passou quatro anos na Escola da Vida, dos bombeiros. Se ele fosse realmente uma pessoa que já tivesse algum envolvimento com esse tipo de vida, provavelmente, ele seria pego. Eu vou lhe explicar por quê. Pelo que a minha mulher passou para mim, no dia do assalto, o amigo dele deu um revólver para ele segurar. Quando eles entraram nessa casa que foram assaltar, a moça desmaiou, porque ela tinha problema de epilepsia. E, como ele já tinha uma noção básica de primeiros socorros que ele adquiriu nos bombeiros, os dois que estavam com ele correram e ele ficou para tentar fazer os primeiros socorros na moça. Ele puxou a língua dela, que estava enrolada, e fez respiração boca a boca: foi quando ela retornou e disse que ele estava tentando estuprá-la. Foi quando complicou ainda mais a situação.

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Deixe-me lhe perguntar uma coisa. O senhor chegou a procurar alguma autoridade aqui, no Pará, em algum outro local, para dizer da sua preocupação, da situação dele?

O SR. DEPOENTE 1 – Procurei, sim, senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Como foi? Quem o senhor procurou? Onde? O que o senhor tem de informações sobre esse trabalho das autoridades?

Antes, deixe-me convidar para a nossa Mesa o Deputado Federal Arnaldo Jordy *(Palmas)*, que também, na Câmara, fez um esforço para aprovar uma CPI, mas...Depois, quando ele se manifestar, ele fala sobre isso.

O senhor pode responder, por favor.

O SR. DEPOENTE 1 – A primeira autoridade constituída que eu procurei foi... Próximo da Praça Batista Campos, tem uma entidade, uma ONG, que é não-sei-quê de mulheres. De lá, elas mandaram a mim e à minha mulher para... Eu não sei lhe dizer o nome. Eu sei que fica ali onde era o antigo PROCON. De lá nos encaminharam para SODIREITOS.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – SEJUDH, Secretaria de Direitos Humanos?

O SR. DEPOENTE 1 – Isso. De lá, fomos para a SODIREITOS. Da SODIREITOS, fomos para a CNBB. Da CNBB, fomos lá para... O Dr. Anginaldo... Meu Deus... É a Defensoria Pública da União.

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Tem alguma resposta já? *(Pausa)*

Pode ajudar.

A SRA. ANDREZA PANTOJA DO SOCORRO PANTOJA DE OLIVEIRA SMITH – Senadora, eu gostaria de saber... O filho dele está há um ano e oito meses preso. Qual é o apoio jurídico que o filho dele teve para se defender naquele país? Gostaria de saber se a embaixada brasileira está ajudando, se tem algum órgão público lá mesmo, do Suriname, que está ajudando.

O SR. DEPOENTE 1 – Veja bem. No Suriname, a embaixada brasileira, na realidade, não faz muita coisa não. Agora talvez esteja fazendo, porque, devido à pressão que o Dr. Anginaldo fez para Brasília, foi mudada a embaixadora... É embaixadora, não é? Foi mudado lá. Agora, realmente, está tendo um apoio melhor. Em princípio, não, não tinha.

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Deixe-me lhe perguntar mais uma coisa. O senhor imagina que isso tenha sido uma situação de tráfico? O senhor já tinha ouvido falar nisso?

O SR. DEPOENTE 1 – Eu já tinha ouvido falar, só que eu não sabia que era tão cruel como está sendo.

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Alguma ajuda aí? Nossa Delegada Cristiane e nosso Delegado da Polícia Federal?

Só lembrando aqui, pessoal, que, em relação a todos os casos que estamos recebendo de denúncias e às pessoas que estamos ouvindo, uma boa parte deles está registrada, embora isso seja uma coisa muito difícil de acontecer. As pessoas têm muito medo de denunciar, as pessoas têm muita dificuldade de formalizar a denúncia, mas, em parceria com a CPI da ALEPA... A nossa equipe do Senado e os nossos delegados que estão nos acompanhando na CPI estão cuidando de levantar dados e informações preliminares aos processos que recebemos. Alguns, estamos recebendo meio em cima da hora, porque repercutiu a vinda da CPI. Hoje mesmo, tivemos um número enorme de pessoas que nos procuraram querendo denunciar.

É óbvio que a CPI vai continuar pelo menos por mais 180 dias, porque conseguimos uma prorrogação dela. Temos um *link* no *site* do Senado para receber essas denúncias e essas contribuições. Não só podemos ouvir as pessoas em Belém, mas podemos levar as pessoas para serem ouvidas em Brasília. Inclusive, na semana que vem, antes da nossa ida para o Rio de Janeiro, estaremos ouvindo pessoas de várias cidades brasileiras, em especial as cidades por que já passamos. Tem um grupo grande de pessoas – inclusive ouvindo criminosos e não só vítimas – de Manaus, de Belém... Já tem uma sessão marcada para Brasília. Então, não pretendemos, nesta oitiva de hoje, esgotar todas as informações que nós vamos ainda precisar ter. As vítimas têm se comprometido conosco – ou os parentes das vítimas, que também são vítimas, como aqui estamos podendo perceber – de continuar dando informações complementares à medida que a nossa equipe técnica, os policiais que estão nos acompanhando, os promotores que estão aos poucos se envolvendo no processo atuem no sentido de avançar e auxiliar nas investigações que já estão sendo feitas e/ou tomar providências que ainda não foram tomadas ou cobrar das autoridades que respondam às demandas já registradas.

Então, se nenhum de vocês aqui tem mais alguma pergunta a fazer...

O SR. EDMILSON BRITO RODRIGUES – Eu tenho mais uma pergunta.

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Pois não, Deputado.

O SR. EDMILSON BRITO RODRIGUES – Eu gostaria de perguntar ainda ao nosso depoente se... Nós já sabemos que a vossa esposa está morando lá para dar assistência ao seu filho.

O SR. DEPOENTE 1 – Isso.

O SR. EDMILSON BRITO RODRIGUES – Então, ela tem tido uma convivência longa com seu filho, feito visitas a ele, com certeza.

O SR. DEPOENTE 1 – Isso.

O SR. EDMILSON BRITO RODRIGUES – O que a sua esposa lhe conta? O seu filho tem dito se ele encontrou outros jovens na mesma situação dele lá? São muitos? Que informações vocês já receberam do vosso filho até por esse longo período em que ele está lá e em que vossa esposa está lá?

O SR. DEPOENTE 1 – Existem muitos brasileiros na mesma situação lá, mas existe um fato curioso. É que morreu um brasileiro lá, ele foi executado. Aí, a minha mulher pediu para que eu falasse com o Dr. Anginaldo para entrar em contato com ela, porque ela queria passar os dados para a família e tal. Só que, quando ela passou os dados do morto para a família, aí foram descobrir que a pessoa que estava morta lá não era o dono do documento. O dono do documento está vivo e está em Manaus. Aí, ele disse que não, que ele nunca tinha saído do Brasil e tal, que ele sempre morou lá em Manaus, que, num assalto, ele tinha perdido os documentos dele e que alguém usou o documento dele para chegar até o Suriname. Essa pessoa foi morta lá, e até hoje ninguém sabe quem é realmente, porque o dono do documento está vivo.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Deputado Edmilson.

O SR. EDMILSON BRITO RODRIGUES – Só para deixar mais claro. A doutora fez uma pergunta: "Há advogado acompanhando...

O SR. DEPOENTE 1 – Nós constituímos dois advogados de lá mesmo.

O SR. EDMILSON BRITO RODRIGUES – De lá mesmo.

O SR. DEPOENTE 1 – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Mas vocês contrataram?

O SR. DEPOENTE 1 – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Não é do Estado?

O SR. DEPOENTE 1 – Não, não. Na realidade, lá, nós contratamos, primeiro, um, cujo pai era advogado de uma pessoa; nós contratamos o filho. Quando foi para defrontar os dois no mesmo caso, eles desistiram – os dois. Aí nós contratamos mais dois advogados.

O SR. EDMILSON BRITO RODRIGUES – Outra pergunta: o garoto foi preso e já foi julgado?

O SR. DEPOENTE 1 – Já. Já foi julgado.

O SR. EDMILSON BRITO RODRIGUES – Condenado?

O SR. DEPOENTE 1 – Já, já.

O SR. EDMILSON BRITO RODRIGUES – Qual foi a pena?

O SR. DEPOENTE 1 – Ele pegou dois anos e meio.

O SR. EDMILSON BRITO RODRIGUES – Dois anos e meio.

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Bom, então a gente agradece ao nosso Depoente 1 a colaboração. Nós vamos continuar acompanhando esse processo e...

O SR. EDMILSON BRITO RODRIGUES – Tenho só mais uma observação, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Pois não, Deputado.

O SR. EDMILSON BRITO RODRIGUES (PSOL – PA) – As pessoas sabem que uma Comissão Parlamentar de Inquérito, literalmente, tem como função investigar. Mas eu creio que há outra função: produzir políticas públicas para coibir o crime. E aqui já foram feitas algumas propostas...

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Na Mesa anterior.

O SR. EDMILSON BRITO RODRIGUES (PSOL – PA) – ... pela Lourdes Barreto...

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Dr. Alencar...

O SR. EDMILSON BRITO RODRIGUES (PSOL – PA) – ... e pelo Desembargador Alencar. Agora, eu creio que há outra função. Durante a CPI, a autoridade da CPI Federal, especialmente por se tratar de outro país, deve exigir do Estado brasileiro obediência a normas internacionais das quais o Brasil é signatário e colocar o Estado a serviço da defesa desse cidadão, que, claramente, não é um criminoso, é uma vítima.

Então, seria muito bom, porque uma família destroçada pelo crime e pelas consequências do crime ainda tem de despender recursos, que certamente não são fáceis, para pagar advogados. Trata-se de vítima de quadrilha, possivelmente uma quadrilha internacional.

O SR. EDMILSON BRITO RODRIGUES – Então, seria mais como sugestão...

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Só para...

O SR. EDMILSON BRITO RODRIGUES – ... aproveitando a presença do depoente e agradecendo...

O SR. DEPOENTE 1 – Só mais uma coisinha.

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Pois é. Eu já ia lhe perguntar se o senhor tem mais alguma coisa para colocar antes de concluir.

O SR. DEPOENTE 1 – Tem um casal próximo da minha casa. Quando a moça estava com o filho de seis meses... Eu não sei como eles fazem para manipular as pessoas, mas ela deixou o marido e o filho e foi para lá. Até hoje ninguém sabe o que aconteceu com ela.

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Nós temos vários casos semelhantes ao do filho dele e temos vários casos semelhantes a esse, que é o deslocamento de pessoas, inclusive abandonando famílias inteiras. Ouvimos, hoje de manhã, alguns já, aqui de Belém.

Mas, respondendo e também dando um pouco de esperança, porque eu acho que a gente não pode perder a esperança – a gente está aqui construindo esperança, inclusive coletivamente –, quero dizer ao Deputado Edmilson que, com o trabalho que nós temos realizado, em todos os Estados por que nós passamos, a consequência imediata dos casos que nós ouvimos, das vítimas que nós ouvimos, dos processos que nós tomamos como referência para investigar, é o pedido imediato às autoridades brasileiras de providências para tentar resgatar essas vítimas, para dar apoio jurídico, apoio institucional de um modo geral.

Nesta semana mesmo, nós estamos tentando trazer duas crianças de Portugal, que foram levadas através do aliciamento de uma senhora, inclusive grávida, que acabou vindo buscar a segunda filha, e a outra ficou presa lá, enquanto ela buscava. Elas foram levadas para adoção. Até hoje as crianças não foram adotadas, porque não há autorização legal para isso,

mas a Justiça portuguesa – as crianças estão em Portugal – julgou que as crianças não podiam ser extraditadas para o Brasil. Então, nós estamos tomando providências junto às embaixadas, estamos tomando providências junto às autoridades.

Amanhã, às 11 horas da manhã, no meu gabinete em Brasília, nós vamos estar com o Ministério da Justiça, repassando todo o resultado desta audiência daqui do Pará e tomando as providências cabíveis. Digo isso para deixar claro que a nossa intenção de vir ao Pará e de ir a outros Estados brasileiros é tentar auxiliar na proteção, na defesa, na garantia dos direitos humanos dessas pessoas. Então, estamos cuidando com muita responsabilidade e tentando interferir para que a justiça seja feita.

A gente agradece ao nosso depoente. Muito obrigada pela confiança de ter vindo até a nossa CPI. Vamos, com certeza, continuar em contato.

O SR. DEPOENTE 1 – Está bom. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Obrigada. *(Palmas)*

O SR. DEPOENTE 1 – Boa tarde para a senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Boa tarde. *(Palmas.)*

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – A coordenação do evento registra e agradece a presença do Sr. Sávio Mileo, Secretário Adjunto de Justiça e Direitos Humanos; do Sr. Desembargador Gabriel Napoleão Velloso Filho, Presidente da Associação de Magistrados da Justiça do Trabalho da 8ª Região; da Srª Aline Corrêa, Assessora Política da Associação dos Deficientes Físicos do Pará; do Sr. Rui Santos, do Movimento Luta Popular.

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Bom, nós temos aqui outro caso, que é o caso de uma pessoa que foi traficada para a França, usuária de drogas que fugiu e enlouqueceu. Foi denunciada uma aliciadora, que tem residência na Espanha, e nós estamos aqui com a mãe dessa pessoa traficada, que estamos chamando de Depoente 2. E, obviamente, ela também pediu para não ser identificada. Portanto, a gente vai usar o mesmo instrumento de proteção, porque ela também está sendo ameaçada.

Queremos, então, chamar aqui a nossa Depoente 2. *(Pausa)*

A nossa equipe sempre toma cuidado, mesmo as Senadoras, de conversar sempre com as pessoas antes, passar essa força, essa segurança. A gente está sempre exercendo o nosso princípio de solidariedade, porque a gente sabe que não é fácil, sobretudo para os parentes, para as pessoas mais próximas, pai e mãe e para as próprias vítimas, serem colocadas assim, a nu. Então a gente queria agradecer à senhora do fundo do coração, a sua coragem, a sua ousadia de vir aqui com a gente e a confiança depositada nesta CPI, que veio para dar um apoio, para ajudar em alguma coisa.

Eu queria que a senhora falasse o que a senhora sabe, o que a senhora sente sobre esse processo que envolve a sua filha.

DEPOENTE 2 – Eu gostaria primeiro de agradecer a preocupação do conjunto de todo esse Poder que se encontra hoje aqui, mais precisamente – vamos falar no Pará, no Marajó – a Srª Senadora. Eu tive a preocupação, junto à Irmã Henriqueta, de saber quais eram os Senadores que estavam aqui, e ela me respondeu que somente a senhora e me disse que é paraense. Eu gostaria que aqui estivessem outros Senadores de outros Estados, que não fossem só os daqui, da Amazônia. A senhora é a única que está representando, mas eu estou agradecida a Deus.

O que aconteceu com a minha filha não fica muito longe de sofrimentos, de histórias que todo mundo que está aqui já conhece. A imprensa conhece já a tática vergonhosa desse mercado ilícito, prejudicial, que corrompe a nossa sociedade.

Eu entendo, Senadora, que essas pessoas que fazem esse tráfico, que se identificam com esse comércio ilícito, elas têm um grau de percepção tão grande que elas conseguem captar a fragilidade *(com a voz embargada)*... a fragilidade das pessoas para elas poderem atacar.

Foi o que aconteceu com a minha filha. A pessoa que a convidou para ir para a Espanha, mais precisamente para Saragoza, ela percebeu a fragilidade da minha filha, porque tinha dois filhos, tinha vontade de me ajudar como mãe, e ela, então, agiu de má-fé e levou a minha filha para o pior dos sofrimentos, como ela falou, que um ser humano pode passar.

Então eu me vejo assim: eu não fui a primeira mãe e algo me fala que eu não vou ser a última, porque ninguém vai conseguir deter no total essa rede que quer enriquecer com a carne, com o uso, a venda da carne humana dos menos esclarecidos.

Eu choro porque, de 2004 até hoje, são dias, são horas consecutivas de sofrimento. E eu dou graças a Deus terem encontrado, em 2009, um amigo que interferiu junto a Dom José Luiz, porque era meu amigo, contou a minha história. Eu procurei me aproximar de Dom José Luiz, e ele me encaminhou para a Irmã Henriqueta, que tem sido uma grande amiga nessa trajetória de vida tão triste, sofrida, que eu tenho passado.

A minha filha, depois que passou, ela foi presa, ela morou na rua quando deixou de ser útil para a mulher que a levou para lá. Quando deixou de ser útil, ela jogou a minha filha na rua. A minha filha passou dias e noites dormindo na rua...

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Se a senhora quiser parar...

DEPOENTE 2 – Eu quero continuar.

Eu dou graças a Deus. Eu ficava aqui: "Meu Deus, o que houve com a minha filha? Sumiu, não me retorna".

Um belo dia, ela ligou, dizendo que queria que eu conseguisse o retorno dela para cá, mas ela falou para o filho dela; o retorno, porque ela estava sofrendo muito lá.

Eu esperava que a mulher que a levou, dizendo que era amiga dela, que pelo menos ela ligasse para mim e dissesse: "Olhe, providencie a passagem da sua filha para ela voltar para o Pará". Mas ela não fez isso. Então eu não retiro dela o crime, a perversidade, porque até hoje, já que ela era amiga da minha filha, sabendo de tudo por que ela passou, ela nem procurou se retratar comigo, porque eu sei que ela é mãe, eu sei que ela tem três filhas.

Mas tudo bem. A minha filha, não sei de que forma, voltou para o Brasil, mais precisamente para São Paulo. A ASBRAD assumiu, na pessoa da Drª Dalila Figueiredo, que em 2007 era presidente da ASBRAD. Essa organização mandou a minha filha de volta para o Pará, e ela chegou até a mim completamente desequilibrada mentalmente. Aí, começou o meu calvário, o calvário mais próximo de mim foi ver a minha filha, uma moça bonita, naquele estado. *(Chorando muito)*

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Estou perguntando a ela se quer parar, mas ela não quer. Ela quer continuar, não é gente?

A SRA. DEPOENTE 2 – Aí começou o pior dos acontecimentos. Ela quebrava tudo em casa, me destratava, completamente desequilibrada. Foi quando eu providenciei, através desse mesmo amigo que articulou o meu encontro o Dom José Luiz...

Eu quero falar aqui para todos que sou evangélica, mas quem me acolheu foi a Igreja Católica. Consegui trazer a minha filha. O médico dopou a minha filha no quintal para poder colocá-la no avião e trazê-la para Belém, para ela dar entrada, pela primeira vez, no Hospital das Clínicas, na Psiquiatria. Lá ela passou trinta dias. Deram alta, e ela teve de retornar para casa, tomando medicação controlada. Vez por outra, ela entrava em surto, até que um belo dia ela disse: "Não quero mais tomar remédio".

E novamente era aquela situação. Ela passou três meses morando no chão, numa casa que eu tenho na minha casa, que é depósito de coisas inservíveis. Pois ela passou três meses em cima do lençol, deitada ali, escrevendo. Ela pedia que eu comprasse caderno, eu comprava, e ela escrevia. Mas você não sabia o que ela escrevia. Era tudo desconexo. Não tinha começo nem fim o que ela escrevia.

Aí, entra em crise de novo. Quando foi em dezembro de 2010, a Irmã Henriqueta, eu volto a falar... Uma pessoa que ligou para mim, mandou o advogado lá, ele foi lá e viu a triste situação da minha filha, jogada no chão, em cima de um lençol sujo, porque ela não queria que lavasse. Não comia, estava um esqueleto humano.

E a coloquei de novo na clínica. Já, quando fui dessa segunda vez, ela se equilibrou melhor e está, eu acredito, que 50%, já se pode dizer que está uma pessoa voltando a ser um ser humano.

Como eu disse, sei que não vou ser a primeira, não fui a primeira nem serei a última, mas eu consegui este braço amigo, que foi a CNBB, na pessoa do Bispo, na pessoa de Irmã Henriqueta, que por também lutar contra a desigualdade social, tem a vida correndo risco. Eu não sei até que ponto... A minha... Eu sou de um movimento social há dezoito anos. Eu acho que dá para vocês perceberem que eu sou uma pessoa que, além de cristã, tenho o social na alma. Então, é quem tem muito colaborado comigo. Irmã Henriqueta tem sido um braço valoroso. Sempre liga, pergunta: "Como está sua filha? Está bem?".

Eu estou me recuperando. Eu quero dizer para vocês que eu ainda estou como presidente de uma associação de agricultores e eu não sei como consigo conciliar toda essa situação e o meu trabalho. Mas o que mais dói são as sequelas que estão comigo, as sequelas que estão com os dois filhos que ela já tinha antes de ir para lá. Esse rapaz, contudo, tem pé no chão, ele trabalha, é músico, fez prova do Enem, tem dezenove anos, não cursou as faculdades em que ele passou, que o Enem faculta, por falta de recursos financeiros. Eu é que ajudo a pagar uma quitinete para os dois irmãos residirem aqui em Belém. A moça tem dezessete e está fazendo o terceiro do... *(falha na gravação.)...* assistência, falta de assistência.

Mas eu acho que Deus me trouxe aqui e que este momento em que estou aqui não é vão. Eu quero justiça para mim. Essa mulher precisa pagar pelo que ela fez para uma família inteira. Não só para mim, mas para todos, para o cidadão que me antecedeu.

Isso é muito forte para a gente estar depondo. Eu, que gosto de falar de políticas públicas, do social, estou falando de um trauma que está na minha alma, de uma injustiça.

O SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO – Senadora, eu poderia fazer duas perguntinhas para a nossa depoente? Se ela permitir...

A SRA. DEPOENTE 2 – Pois não.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu ia até sugerir que a gente nem fizesse mais. Estou sen-

tindo um grau de muita emoção, ela também, mas se ela concordar....

O SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO – Se ela concordar, eu gostaria de fazer duas perguntas.

A SRA. DEPOENTE 2 – Não, eu concordo, eu sou muito forte.

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Ela é corajosa mesmo, Bordalo.

O SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO – Eu queria perguntar à nossa depoente se ela poderia nos dar o nome de quem aliciou e conduziu sua filha para a Espanha. A senhora tem o nome dessa aliciadora?

A SRA. DEPOENTE 2 – Tenho, já.

O SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO – Poderia nos dar, por favor?

A SRA. DEPOENTE 2 – Posso.

O SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO – Qual é o nome dela?

A SRA. DEPOENTE 2 – Olha, eu prefiro manter o sigilo, se for possível.

O SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO – Da aliciadora?

A SRA. DEPOENTE 2 – Isso.

O SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO – A senhora poderia, então, me dizer com quem ela é casada?

A SRA. DEPOENTE 2 – Olha, com quem ela é casada, eu não conheço, mas ela é casada com um espanhol porque no nome dela está um sobrenome espanhol.

O SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO – A senhora já ouviu falar do sobrenome Vallespin?

A SRª. DEPOENTE 2 – Já.

A senhora já ouviu falar do sobrenome Vallespin?

A SRA. DEPOENTE 2 – Já.

O SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO – Seria mais ou menos esse o nome do marido?

A SRA. DEPOENTE 2 – Excelência, foi o senhor que esclareceu o que estava no anonimato para mim. Foi o senhor que me deu tudo lá na CPI.

O SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO – A senhora já ouviu falar nesse sobrenome Vallespin?

A SRA. DEPOENTE 2 – Porque está no nome dela.

O SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO – Está no nome atual dela?

A SRA. DEPOENTE 2 – Está.

O SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO – A senhora poderia me confirmar ou não se essa aliciadora, antes, já esteve também no Suriname ou em Paramaribo? Se antes...

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Só um minutinho, Deputado. Deixe-me falar um pouquinho aqui.

É que uma parte dessas informações que V. Exª está solicitando já está de posse da CPI, e a gente, por orientação do nosso delegado que está no processo, a gente decidiu manter o sigilo, exatamente para que a gente consiga chegar... Então, se V. Exª me permite, V. Exªs e os nossos convidados aqui da Mesa, acho que a nossa Depoente 2 trouxe elementos para tornar público o quanto é cruel, o quanto é doloroso, o quanto é difícil, o quanto tem sido difícil ter apoio das estruturas do Estado brasileiro em todas as esferas para auxiliá-la e auxiliar a própria situação da filha dela.

A gente podia poupá-la um pouco, considerando a situação dela e também a orientação do nosso delegado, que havia me passado um bilhete aqui. Antes de V. Exª pedir, ele tinha me pedido para que a gente suspendesse pedidos de informações referentes ao processo. O que não nos impede, por exemplo, de perguntar para ela se ela sabe que tipo de situação de exploração a filha dela passou; coisas que possam ajudar até a sociedade, a opinião pública, a se manifestar, posteriormente, contra esse tipo de questão.

O SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO – Vamos seguir a orientação do delegado.

Agora, lembro, Senadora, que este caso já foi entregue para a nossa Ministra dos Direitos Humanos, em Brasília – o Deputado *(incompreensível)* estava presente. Este caso já foi entregue para o Ministério Público Federal. Este caso já foi entregue para a Polícia Federal. Então, não é a primeira vez que nós estamos tratando deste caso. Então, eu espero que, mesmo com a orientação, as providências sejam tomadas, porque já não há mais o que fazer para dizer, para quem interesse, que este caso existe, onde está a aliciadora, quem é o marido, que tipo de negócio faz – já demos as informações de onde estão.

Então, eu espero que, a partir daqui, as providências sejam tomadas.

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Obrigada, Deputado Bordalo.

Só lembrando: hoje nós tivemos uma conversa bem profunda com a equipe técnica, inclusive com delegados que vieram nos acompanhar – está aqui, coordenando os nossos trabalhos, o Delegado Elmiz, da Polícia Federal; os delegados aqui do Estado, a delegada da Data, e outros que participaram do processo de levantamento dos casos –, e nos foi solicitado, nos foi reforçado, pelo trabalho que está sendo realizado aqui no Pará, que a gente tivesse o maior cuidado possível, porque, em uma audiência que aconteceu

algumas semanas atrás, parece que acabou havendo um problema de fluidez de informação – nós estávamos para abocanhar uma ponta de uma rede criminosa que tem levado meninos aqui de Belém e acabou que eles abortaram uma operação de envio por conta do quanto a CPI...

E as CPIs acabam chamando atenção, Deputado. E tenho certeza, tenho confiança de que o trabalho da Assembleia Legislativa tem tido esse cuidado, mas sempre escapa um pouquinho do nosso controle. É por isso que preferimos aqui – combinei com a Senadora Vanessa – acolher a orientação da nossa equipe técnica.

Não nos preocupemos, Deputado: a CPI da ALEPA e a CPI do Senado vão trazer situações novas de enfrentamento para este processo. Tenho certeza de que a situação do tráfico de pessoas aqui na nossa região não vai ser a mesma depois dessas duas CPIs. No mínimo, a gente vai ter esse debate popularizado, fazendo parte do cotidiano e da preocupação não só da sociedade em geral, mas das autoridades.

Hoje de manhã, quando nós cobramos do Governador do Estado, nós fizemos questão de dizer: este Estado tem de ter um plano de enfrentamento de tráfico humano. Não é possível não ter uma estrutura, nessa dita rede de proteção, que funcione. Então, foi cobrado do Governador hoje de manhã; estamos cobrando dos Ministérios todos, das embaixadas, e viemos aqui para auxiliar o trabalho da CPI estadual no que for necessário.

Eu queria, para poder ouvir os integrantes da nossa Mesa, desta nossa segunda Mesa, agradecer aqui...

O SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO – Tenho só uma pergunta: qual o trabalho...

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Ela não respondeu, mas eu fiz...

O SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO – Ah...

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu perguntei: Qual era o tipo de exploração a que a sua filha era submetida?

A SRA. DEPOENTE 2 – Prostituição.

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Prostituição, uma bem comum e conhecida de todos nós.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Quantos anos a sua filha tinha quando foi e qual foi a abordagem que vocês perceberam na pessoa que a aliciou? Se a senhora sabe isso?

A SRA. DEPOENTE 2 – Quanto à abordagem, eu não conheci, porque a moça que a levou se dizia amiga dela. Então, a conversa que tiveram eu não sei explicar.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. DEPOENTE 2 – Hein? Claro, eu acho que não. Porque, quando ela me falou que iria para a Espanha, ela falou que ela tinha sido convidada para trabalhar.

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Bom, gente, nós vamos agradecer aqui a presença da nossa Depoente 2, dizer para ela que a gente tem certeza, pelos olhares, pelas expressões do nosso auditório e dos representantes das diversas entidades que aqui estão, que todos nós estamos solidários com ela, com a situação da filha dela.

Vamos passar, então, a ouvir os integrantes da nossa Mesa, que têm muita contribuição tem informações a nos dar, para que a gente...

A SRA. DEPOENTE 2 – Eu gostaria...

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – E a senhora faz as suas considerações finais.

A SRA. DEPOENTE 2 – Isso.

Eu gostaria de pedir o máximo zelo pela existência da Irmã Henriqueta. Que ela consiga terceirizar o humano que está dentro dela para outras pessoas, porque só assim nós teremos, então, paz e direito humano que funcione.

Uma boa tarde. Muito obrigada a todos.

E que Deus nos salve, salve todas as famílias da mazela pela qual eu passei! *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Muito obrigada, querida. Vá em paz. *(Pausa.)*

Eu queria registrar a presença do Vereador Otávio Pinheiro, da Câmara Municipal de Belém, da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Belém. Obrigada, Vereador.

Bom, confesso que esses dias têm sido muito difíceis; hoje de manhã tivemos situações muito pesadas também. Mas é isso, estamos aqui para isso.

Vamos ouvir, então, a Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira Smith, que é Diretora Geral da ONG Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia.

Andreza, vamos utilizar o tempo de cinco a sete minutos para que vocês possam trazer a colaboração de vocês para o trabalho da nossa CPI.

ANDREZA DO SOCORRO PANTOJA DE OLIVEIRA SMITH – Obrigada, Senadora. Eu gostaria de, na sua pessoa, congratular-me com todos os membros da Mesa, com todos os presentes neste auditório, em especial os meus alunos – penso que, na sala de aula, vocês não sentem o que sentirão aqui. E isso serve para todos nós. Quando a gente abraça uma causa, seja ela em prol de direitos humanos, seja em prol de

questões processuais, o aprendizado na pele é o que nos amadurece para enfrentar as situações.

Eu gostaria, Senadora, assim como fiz na audiência anterior em Brasília, de dizer da importância desta CPI e da nossa felicidade – se não fosse trágico o assunto de que tratamos –, como organizações da sociedade civil, de ver sair de debaixo do tapete assuntos como este. Essa importância, ela também se revela quando nós vivemos, no mesmo período e no mesmo momento, duas CPIs, uma no Estado e uma no Senado Federal, tratando de tráfico de pessoas. Tenho certeza de que o relatório final dessas duas CPIs trará grande impacto na luta em prol do direito das pessoas e do enfrentamento ao tráfico.

Eu gostaria de colocar, até diante dos depoimentos que nós ouvimos quase que diariamente, da importância e da necessidade de o sistema de segurança pública, o sistema de Justiça, funcionar. Estamos percebendo, é óbvio, carência nos serviços públicos de atendimento psicossocial, de atendimento à educação, de encaminhamento para o mercado de trabalho, de apoio aos filhos dessas pessoas que migram. Mas eu penso que nada, nada nos atinge mais do que a deficiência das responsabilizações criminais, cíveis e trabalhistas dos traficantes e exploradores de pessoas. Digo isso porque sou advogada, sou professora e, mais do que isso, escolhi ser educadora. Nesta minha função, tento passar informação para as pessoas, porque é isto que falta: as pessoas precisam ser informadas sobre o que provoca o tráfico, quais são as suas causas.

E, esta, Senadora, já é a minha primeira proposta: que seja feita uma ampla campanha de divulgação, assim como foi feito no momento da Lei Maria da Penha, porque a gente fala em tráfico de pessoas, mas as pessoas não imaginam o que é isso. As traficantes, as aliciadoras moram ao nosso lado, são nossas vizinhas, nossas parentes, nossas amigas. Aqui em Belém é assim que o tráfico acontece, mas a gente não enxerga isso. A gente acha que elas estão fazendo um bem para a gente porque elas estão dando uma oportunidade para a gente que a sociedade não deu, e isso não pode continuar acontecendo.

A minha segunda colocação é com relação às fronteiras abertas da Amazônia. É preciso dotar de recursos suficientes os órgãos de investigação para que eles operem de forma mais eficiente nos rios, Senadora. Temos várias denúncias de barcos que levam mulheres, que levam travestis, que levam meninos e meninas a partir do Pará para outros países e para outros Estados. Isso não é revelado, não vem a público.

É preciso investigar. Há uma Copa do Mundo chegando, e nós não militamos pelo enfrentamento à prostituição; nós militamos pelo enfrentamento ao tráfico, que explora pessoas e não só na prostituição forçada. Isso é preciso dizer.

É preciso fazer uma alteração profunda na legislação. O crime de tráfico está inadequadamente previsto no Código Penal; ele, até hoje, é moralista, patriarcal, enfrenta o tráfico apenas para exploração sexual. Mas e os milhares de homens que são traficados para trabalhar em garimpos? E as milhares de crianças traficadas para adoção ilegal internacional ou nacional? E os meninos que estão saindo para trabalhar em times de futebol? Nada disso hoje constitui tráfico pelo nosso Código Penal.

Vou terminar dizendo que é preciso democratizar a construção das políticas públicas. Desde 2008 estamos discutindo um plano estadual de enfrentamento ao tráfico de pessoas, discussão de que participaram várias organizações não governamentais. Esse plano ainda não saiu do papel. Para nós, sociedade civil, não importa a cor nem a bandeira de nenhum governo. O Estado é eterno enquanto vivermos nesta sociedade, e ele tem de enfrentar esses problemas. E nós, sociedade, temos que fazer a nossa parte: se a gente não reconhece que isso é um problema, a gente jamais irá enfrentá-lo adequadamente.

É preciso, Senadora, fazer uma nova pesquisa; nossos dados estão defasados. A senhora, e eu também, sabemos hoje, pelos depoimentos, que os dados de 2002 não são mais reais. Precisamos fazer uma nova, ampla, mega, super, ultrapesquisa, levantando processos, sentenças, denúncias, ouvindo pessoas, ouvindo movimentos sociais. Nós ficamos muito felizes porque a Igreja católica se juntou a esse movimento.

Pensamos, inclusive, que é preciso ampliar esse debate para outros movimentos. Há um número subdimensionado, que é o tráfico de pessoas da população GLBT. Todos os estudos – e eu digo isso porque a minha dissertação de mestrado foi sobre tráfico de mulheres – dizem que 80% das pessoas traficadas são mulheres, crianças e adolescentes. Eu só encontrei dois estudos que falam de tráfico de travestis. E esse é um dado de que não existem dados sobre essa situação. Há casos que vêm a nós no salão de beleza, na esquina, na padaria, na boate, na noite, e a gente precisa entender o que acontece.

Por que a sociedade não enxerga isso, não faz questão de garantir os direitos para esses grupos vulneráveis diversificados?

Para fechar, digo que gostaria muito que esta CPI nacional tivesse a força que nós, organizações, ainda não conseguimos: influenciar positivamente na política nacional de proteção aos migrantes. O que acontece no Suriname, o que aquele senhor veio aqui revelar sobre o filho dele, não é um caso isolado. Temos no-

tícias de que há muitos brasileiros presos; de que há brasileiros que sofreram agressão física dentro da cadeia no Suriname e não foram atendidos na questão de saúde. O Suriname não se preocupa com os brasileiros, que são grande parte da mão que trabalha naquele país, e nós precisamos atender essas pessoas, seja lá, seja em outro local. A política internacional do Brasil deve proteger os direitos dos brasileiros onde quer que eles estejam; fazendo o que quer que façam licitamente, eles são brasileiros e têm o direito de ser atendidos na sua condição.

Então, Senadora, assim como fiz anteriormente, a SODIREITOS vai encaminhar novo documento, com novas propostas, porque nós ouvimos hoje – e eu fico muito feliz por várias já terem sido implementadas – uma CPI com uma equipe interdisciplinar. É algo fantástico, porque produz dados sem se preocupar em ser midiática, mas produz dados que vão influenciar na construção de uma política adequada. Isso a gente enxerga nessas duas CPIs neste momento. *(Palmas.)*

Então eu, como representante de instituição da sociedade civil organizada que luta em prol dos direitos humanos, gostaria de parabenizar os dois trabalhos, estadual e nacional, e dizer que, sem fazer a conscientização da população e sem mudar a legislação, não há enfrentamento eficiente ao tráfico.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Muito obrigada, minha querida, que está, desde o início da CPI, lá em Brasília, colaborando com a gente.

Vamos ouvir agora a Coordenadora da Comissão de Justiça e Paz – CNBB 2 – , Orlanda Rodrigues. Aliás, da CNBB.

A SRA. ORLANDA RODRIGUES – Nós confundimos. A Irmã Henriqueta está acompanhando a D. Maria.

Eu sou Secretária da CNBB. Os bispos não puderam vir porque alguns ainda estão na Espanha, onde acompanharam a Jornada Mundial da Juventude, e outros estão em visita pastoral.

Estamos aqui para confirmar o nosso trabalho em defesa da vida. Essa tem sido a prioridade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil: defender a vida dos indefesos. Através da Comissão de Justiça e Paz, que também é do Regional e também existe em nível nacional, nós estamos nesse trabalho intenso.

Graças a uma emenda feita pelo Senador Neri, nós conseguimos um verba federal que nos possibilitou fazer um trabalho principalmente no Marajó. São dezesseis municípios que são visitados e constituem a prioridade do nosso trabalho, embora em outras dioceses também esse trabalho venha sendo feito graças às ajudas que recebemos. A Conferência não tem verba própria para esse trabalho, nós contamos com algumas ajudas, e fizemos um trabalho de corpo a corpo.

A Irmã Henriqueta tem sido uma pessoa que realmente tem batalhado, é uma guerreira que não se intimida diante de tantas ameaças. Membros da Conferência são ameaçados em consequência do compromisso que têm em defesa da vida. Alguns bispos... A D. Maria colocou aí o nome de D. José Ascona. Foi exatamente ele que começou esse trabalho em virtude das denúncias que recebeu sobre o abuso sexual de crianças e adolescentes, e foi aberta a CPI da Pedofilia. Agora há o trabalho da CPI do Tráfico. São ações que não estão isoladas, mas sabemos – muitas pessoas já disseram isso – que estão interligadas. O tráfico de pessoas, o tráfico de drogas, de armas, o trabalho escravo constituem uma série de violações dos direitos humanos, e nós não podemos ficar alheios a isso, nem nos calar. Mesmo diante das ameaças, nós não nos calamos.

O Regional Norte 2 da CNBB tem sido um espaço onde as pessoas vão denunciar, onde as pessoas vão buscar orientações, onde vão chorar em nosso ombro, como se diz. Nós temos, então, como propósito e como objetivo de nossas ações pastorais a defesa da vida. Esperamos que o resultado desta CPI seja benéfico, seja um resultado com efeitos que trazem realmente o respeito à vida e a valorização dela, que está tão banalizada, não só a vida das pessoas, como também a vida do Planeta. Temos aí a Campanha da Fraternidade – Fraternidade e a vida no planeta. Estamos também com esse trabalho.

Nós elencamos algumas propostas que foram feitas durante o nosso seminário de combate ao tráfico. Como Dr. Alan falou aqui, foi um seminário que contou com 380 pessoas e foi realizado em junho no hangar.

Então, colocamos que: a rede de enfrentamento possa ser mais unida no atendimento e responsabilização dos casos de abuso e exploração sexual e da prática do tráfico; a Justiça precisa agilizar os processos que envolvem crimes contra crianças e adolescentes; um movimento no município que garanta retaguarda para as vítimas – o Pró-Paz só existe aqui em Belém, nós queríamos que fosse ampliado para todo o Estado –; solicitar ao Ministério Público acompanhamento da situação da rede de atenção no município, solicitando também fiscalização sobre os órgãos que compõem o sistema de garantia de direitos; cobrar do Governo do Estado e da Prefeitura geração de empregos, como foi dito por D. Maria, e políticas públicas; permanência dos juízes e promotores nas Comarcas – muitas vezes eles não estão presentes nas Comarcas; a polícia tem de investigar e encaminhar todos os casos; acelerar os processos que envolvem tráfico de entorpecentes e de

pessoas e daqueles que tratam de crimes contra crianças e adolescentes; capacitação, por parte da Secretaria de Segurança, para qualificação de policiais para com esse tipo de crime; controle alfandegário e de visto de estrangeiros que desembarcam em Breves e em Portel nos navios – nós sabemos a situação de Portel e de Breves: os aliciadores estão por lá rondando, porque sabem que é fácil sair pelas fronteiras –; levantar histórico de estrangeiros que se erradicam como empresários – no Marajó há muitos e muitos são aliciadores –; que as vítimas não fiquem tão vulneráveis às investidas dos acusados – nesse caso, damos como sugestão que o juiz indague a vítima sobre ameaças e encaminhe as mesmas para o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte.

Nós já estivemos, o Regional Norte 2, os bispos e eu estive acompanhando também, junto com a Ministra Maria do Rosário, com o Governador, já estivemos com as pessoas que podem fazer esse trabalho de proteção. Nós não temos medo de morrer porque defendemos a vida, mas queremos viver para continuar defendendo a vida.

Obrigada. *(Palmas)*

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Obrigada, D. Orlanda.

Hoje de manhã, na audiência com o Governador... Aliás, nós já tínhamos feito, através da Comissão de Direitos Humanos do Senado, um pedido oficial ao Governo brasileiro, tanto ao Ministério da Justiça, quanto à Ministra Maria do Rosário, dos Direitos Humanos, de proteção à Irmã Henriqueta. Hoje de manhã confirmamos com o Governador do Estado, ratificamos esse pedido e falamos da sua importância – ele anunciou que já estava em processo de solução no âmbito do Estado a situação da Irmã Henriqueta e outras medidas que ele vai anunciar; estava o Secretário de Segurança Pública. Não vamos parar de cobrar. Sabemos da importância...

A SRA. ORLANDA RODRIGUES – Senadora, nós falamos sempre: nós recebemos proteção. Inclusive, em nossa sede, estamos vulneráveis porque lá vão muitas vítimas, vão muitas pessoas ameaçadas. Mas não adianta só proteção, é necessário que se vá atrás dos ameaçadores, dos traficantes, dos aliciadores, sem isso não adiantará a proteção.

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – É o que nós queremos, Irmã Orlanda.

A SRA. ORLANDA RODRIGUES – Dom (?) está há quatro anos, 24 horas, com proteção. Ele pergunta: "Até quando vou ficar preso em minha própria casa? Até quando, se não vão atrás dos que me ameaçam"? Que os prendam e possam cobrar essas ameaças. O que não pode é ficar só com proteção. A Irmã Henriqueta, realmente, já está com algumas proteções, mas queremos mais.

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Temos de ter essa proteção porque sabemos que essas redes são nacionais, são internacionais, são transnacionais e ainda têm muito ainda...

Eu disse hoje de manhã ao Governador que mesmo que o Governo inteiro se voltasse para o enfrentamento do tráfico agora, até recuperar a estrutura, o tempo perdido... Sem investimento político, estrutural, financeiro, e sem uma relação com as diversas esferas de Poder... Isso não se resolve com um único setor no enfrentamento. Para vocês terem ideia, na audiência que nós tivemos com a Polícia Federal, em Brasília, nós descobrimos que há apenas dois policiais federais destacados para atender o tráfico de pessoas em cada Estado brasileiro, em cada Estado. Imaginem um país com as fronteiras que temos ter apenas dois policiais federais! Então, é preciso fazer muito mesmo. Por isso se reveste de muita importância momentos de contribuições e colaborações, como o seminário realizado pela CNBB, a parceria que o nosso ex-Senador José Nery fez para ajudar nesse trabalho de estruturação e de formação para o enfrentamento da rede, a emenda feita para a formação de conselheiros tutelares, que a universidade está desenvolvendo, e outras ações políticas.

Então, muito obrigada pela contribuição da CNBB à CPI. Todas as propostas que o seminário apresentou serão incorporadas à relatoria do nosso trabalho.

Quero, agora, ouvir a Srª Jacqueline Carrijo, do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, que muito nos honra nesta Mesa. Obrigada, de coração, pelo trabalho. Você e a Rosângela têm estado comigo lá nas muitas audiências públicas na Comissão de Direitos Humanos do Senado. Fique à vontade.

A SRA. JACQUELINE CARRIJO – Obrigada, Senadora.

Antes de começar, quero homenagear os juízes federais, tendo em vista a morte, uma fatalidade, de uma colega do Judiciário que morreu no trabalho, pelo trabalho. É muito preocupante para a Auditoria Fiscal do Trabalho, para o Estado brasileiro, vislumbrar a possibilidade de termos o Judiciário com medo. Estamos aqui justamente discutindo práticas criminosas, e nós precisamos de juízes com isenção, com liberdade, agentes públicos com isenção, com liberdade, com segurança, para exercerem as suas atribuições legais, os seus deveres. Então, deixo aqui o nosso sentimento, do Sindicato Nacional dos Auditores, de pesar à Associação dos Juízes Federais.

Por onde começar? Hoje eu fiquei constrangida, porque não sabia que o meu Estado, o Estado de Goiás, era o campeão no tráfico; eu faço parte do núcleo de enfrentamento no Estado de Goiás, mas dessa colocação

eu ainda não havia tomado ciência. O Estado do Pará, hoje, está em primeiro lugar em número de operações do Grupo Especial de Fiscalização Móvel. Para vocês saberem um pouco, eu fui, por cinco anos, Coordenadora Nacional do Grupo Especial de Fiscalização Móvel. Conheço este País de ponta a ponta, e as piores relações de trabalho que vocês podem pensar. Falo especialmente para os estudantes que aqui estão, que não acreditam no mal que é praticado contra a classe trabalhadora. Se é uma aberração não encontrarmos dados estatísticos com relação a *gays*, para nós é chocante, é alarmante pensar que a sociedade brasileira não se preocupa com a sua classe trabalhadora.

Hoje, o maior número de pessoas traficadas no País, a migração interna, é justamente de trabalhadores. O aliciamento, o tráfico de pessoas para fins laborais, o tráfico de crianças para fins laborais e sexuais, o tráfico de trabalhadores estrangeiros, eles aumentam continuamente em função da expansão, em função do nosso quadro de auditores, que está muito reduzido – a vigilância do Estado está bastante comprometida, Senadora. Tal qual nossos colegas da Polícia Federal, da Procuradoria da República, os juízes federais, nós somos poucos para fazer o enfrentamento de tantos problemas que o Estado brasileiro tem de encarar.

Falou-se que a Polícia Federal tem dois agentes no Estado. No meu Estado, eu estava em operação de 72 horas na rodovia – saí do meu Estado e cheguei hoje. Fazendo justamente o quê? O combate à migração clandestina. Meu Estado é um Estado de passagem. Pelo meu Estado, passa mais de meio milhão de trabalhadores para a indústria canavieira e para a construção civil. E boa parte desses trabalhadores, infelizmente, está em condição de vulnerabilidade, dada a dificuldade de acesso à educação e ao trabalho nos estados de origem. Essa vulnerabilidade favorece a exploração, o aliciamento. Até junho deste ano, nós pegamos 108 na rodovia, pessoas que foram aliciadas – isso em Goiás, comigo; eu o fiz, eu estou dando meu testemunho. Esses trabalhadores não sabiam para onde estavam indo, para que tipo de alojamento estavam sendo levados. Sabiam que estavam indo para Rondônia, sabiam que estavam indo para a divisa com a Bolívia e sabiam que estavam indo para São Paulo, mas não sabiam exatamente para onde iam e em que condições de segurança seriam recebidos no local. E o que nós sabemos dessas pessoas, Senador, é que elas estão submetidos aos "gatos". Essa realidade é a mesma que é encontrada aqui no Estado do Pará, é idêntica.

Conhecendo o Pará e conhecendo a região Norte, digo que, na minha concepção, a dificuldade aqui é o acesso, a mobilidade. Aqui os trabalhadores ficam literalmente presos, eles não têm condição de sair. O trabalhador sai do Pará ou do Maranhão para trabalhar, por exemplo, na indústria do açúcar e do álcool, no corte de cana. Sem dinheiro no bolso, ou com R$25, paga passagem de trezentos e poucos, vai para São Paulo, fica devendo para o "gato", gasta o que tem e o que não tem para pagar um aluguel para outro "gato" e, depois, vê que aquelas condições de trabalho não são nada favoráveis. Ele quer voltar para o Estado de origem, mas não consegue. Nós entendemos que há também cerceamento do direito de ir e vir, além do trabalho degradante.

Então, Senadora, nós ficamos muito contentes...

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – O Deputado Bordalo vai ficar um segundinho coordenando para mim. Nós estamos registrando tudo. Está tudo gravadinho e eu não vou perder nada.

A SRA. JACQUELINE CARRIJO – Tudo bem.

O convite que foi feito para o Sindicato Nacional dos Auditores... Geralmente, nas discussões... Inclusive, eu falo isso com propriedade, porque faço parte do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico em Goiás... Antes de nós entrarmos para o Núcleo, não havia nenhuma discussão relativa ao tráfico de trabalhadores. Discute-se o tráfico de mulheres, o tráfico de crianças, mas não se discute a questão dos trabalhadores.

Essa discussão é muito importante! É preciso levar ao conhecimento da sociedade que isso existe e é real, que não é fruto de nossa imaginação ou exagero de mulher – já ouvi isso demais. É muito importante, principalmente, para o direcionamento das políticas públicas.

O SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO – Já ouvimos que é exagero de Deputado também.

A SRA. JACQUELINE CARRIJO – Pois é!

Eu já vi de tudo. Eu já vi trabalhador que teve o braço decepado – eu vi o braço decepado – porque ele foi pedir aumento de salário. Nós já encontramos trabalhadores mortos, assassinados. Infelizmente, isso faz parte da história do Pará, inclusive. Há muita violência nas relações de trabalho no Pará. As dimensões favorecem a falta de presença do Estado. Infelizmente, o Estado brasileiro, o Governo brasileiro ainda não conseguiu montar uma estrutura, expandir a estrutura de Estado suficientemente para levar segurança para a população, para as comunidades.

Como outras instituições pedem, o que nós queremos também – a Auditoria Fiscal do Trabalho – é a expansão das agências, das Superintendências do Ministério do Trabalho e Emprego nos vários Estados, estrutura e, dentro da estrutura, segurança.

O que vemos hoje no Pará, por exemplo? As equipes daqui frequentemente recebem suporte do grupo móvel nacional. O Estado que mais tem operações do grupo móvel nacional é o Estado do Pará. Por quê? Violência. O risco dos auditores é altíssimo, porque nós nos enfronha-

mos em todos os lugares na tentativa de levar dignidade, liberdade e segurança para os trabalhadores que estão em situação de risco.

Então, o que eu queria pedir para a Comissão, em nome do nosso Sindicato Nacional, é para que possamos exercer, com plenitude e segurança, as nossas atribuições. Para isso, nós precisamos de aumento no número de auditores. Precisamos marcar presença nas rodovias, nos aeroportos, nos portos. É estranho – não se fala muito nisso –, mas tão importante quanto um policial federal nessas posições é o auditor fiscal do trabalho, porque tudo o que está sendo discutido aqui é uma relação de trabalho.

O SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO – Com certeza.

A SRA. JACQUELINE CARRIJO – Parece que não, mas é. Então, essas pessoas têm direitos no mundo do trabalho, direitos previdenciários, que podem ser mais facilmente garantidos – essas situações teriam que ser flagradas pelo Estado – com a presença de um auditor fiscal do trabalho, porque aí é o Estado indo a quem precisa, atuando no momento em que é preciso agir. Então, o que pedimos é essa expansão, número de auditores suficiente para atender a necessidade do Estado brasileiro, estrutura, segurança.

Mais uma vez, agradeço a preocupação da CPI. Tenho certeza de que a classe trabalhadora também tem esse sentimento, porque nunca fomos chamados até aqui para falar desse assunto. Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO – Obrigado, Drª Jacqueline.

A senhora pediu para complementar. Deem um microfone para que ela possa... Da tribuna, doutora, por favor. Identifique-se, por favor, para registro.

A SRA. ROSÂNGELA RASSY – Pois não.

Eu sou Rosangela Rassy, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho. Sou paraense. Sou auditora fiscal da ativa aqui, no Pará.

Convidamos a colega Jacqueline pela grande experiência, pela vivencia dela como Coordenadora do Grupo Móvel – como vocês sabem, o Grupo Móvel combate o trabalho escravo Brasil adentro e Brasil afora. Jacqueline se mostrou surpresa ao saber que o Estado dela, Goiás, é o que está na ponta do *ranking* na questão do tráfico.

Eu quero reforçar a fala de Jacqueline quando ressaltou que, pela primeira vez, o Ministério do Trabalho, por meio dos seus auditores, está sendo convidado para uma discussão como esta. É verdade, é porque tudo passa pelo trabalho – vocês perceberam bem pelos depoimentos –, as pessoas são aliciadas com a promessa de trabalho.

Quantas vezes, ao pegar um jornal... Ontem mesmo, eu peguei um jornal aqui, de domingo, e o que mais vi foram convites ou propagandas de nova possibilidade de emprego em que não há identificação alguma de quem está chamando, de quem está publicando. Aquilo é uma armadilha, gente! É preciso, então... Quando alguém falou aqui...

(Interrupção na gravação.)

(Inicia-se outra fala.)

O SR. EDMILSON BRITO RODRIGUES – ...E outra coisa: azeitar a máquina com políticas públicas para prevenir, para punir quando necessário, para defender os direitos das vítimas, para criar condições para que, efetivamente, o nosso País seja mais humano, porque está muito desumanizado por conta do império do crime.

E é um crime – há estudos importantes hoje – que tem lavado o dinheiro no chamado mercado formal da economia, e há muita gente que comanda instituições importantes, públicas ou privadas, muita gente que aparece nas colunas sociais, que, a rigor, migra os recursos do crime como forma de lavagem.

Eu queria, como membro da CPI estadual, agradecer aos depoentes, que nos deram uma contribuição para que nos humanizemos. Agradeço aos Senadores, aos funcionários do Senado que estão aqui de forma muito responsável, e à minha querida Marinor, pelo desprendimento, pela coragem, pelo aguerrimento – tem tanta coisa para fazer, tantos problemas para enfrentar, há tanta coisa que dá mais voto e menos risco, e essa doida propõe CPI de combate ao tráfico humano! Que bom que somos, nesse sentido, todos rebeldes! Pelo menos há uma grande parte que quer mudar esse estado de coisas, essa injustiça. Então, viva a loucura da Marinor e de todos nós!

Não falei na Orlanda, não falei na Rosângela, na Socorro, que nos deram depoimentos tão importantes. Eu queria agradecer a elas também.

Para concluir, uma questão importante. A CPI no Brasil, em geral, tem sido desmoralizada, a CPI enquanto instituição. Quase todo cidadão, mesmo o mais desinformado, aquele que nunca ouviu falar em tráfico de pessoas, vai dizer: "CPI? Não é coisa que dá em pizza?" A relação é quase direta. Mas a verdade é que uma CPI, além de investigar, deve cumprir essa função de produzir políticas mesmo, política pública, legislar para aperfeiçoar o Estado de Direito no Brasil.

Nesse sentido, a contribuição do Desembargador José de Alencar é fundamental e não constrange a Justiça comum; ao contrário, os crimes relacionados ao mundo do trabalho podem ser assumidos de forma complementar. Já é tão pequeno o aparato da Justiça, que será uma

grande contribuição ao combate a esse tipo de crime quando o tribunal tiver, adendado às suas competências, a competência de acompanhar criminalmente esse processo, para além da sua tradição histórica de defesa dos direitos estritamente trabalhistas, resolver os problemas relativos ao conflito da relação capital e trabalho.

Espero que possamos ter uma série de normas novas e uma série de políticas que efetivamente expressem a vontade de mudar. Acredito, no entanto, que há algo fundamental: o conhecimento que a sociedade deve ter dos problemas. Quem não conhece não pode lutar contra, e muitas vezes a própria vítima desconhece.

Vou concluir dizendo, Deputado Bordalo, o quanto foi constrangedora a última oitiva pública da nossa CPI no Estado, porque a depoente, possivelmente, é uma agente do tráfico para trabalhos sexuais fora do Estado; possivelmente, mas houve a solidariedade a ela por parte de um movimento, que é um movimento combativo inclusive. Se a gente quiser usar o jargão, movimento combativo, crítico, de esquerda, uma associação de homossexuais e travestis inclusive, presente, que, sentindo-se chocada, diz: "Olha, ninguém é obrigado. Quem trabalha de graça?" Se a pessoa faz a cirurgia para colocar um seio, se é o sonho da travesti colocar um seio, colocar silicone nas nádegas, e há alguém que paga R$6 mil, R$7 mil por isso, é claro que essa pessoa vai receber. Então, quem receber um seio, vai fazer dez vezes sexo numa noite para pagar a dívida. Ninguém faz isso por obrigação.

Então, vejam só: eu ouvi de líderes... Na fase em que fui prefeito, as principais lideranças homossexuais, as mais aguerridas combatentes da luta contra a opressão, contra a violência, tomaram uma posição dessa natureza, com uma qualidade que não era a que eu esperava, diferente da fala da minha querida Lourdes.

É preciso separar as coisas. Uma travesti quer ser profissional do sexo, quer ser prostituta? Tem direito. A Lourdes teve direito de criar dignamente uma família sendo prostituta. É diferente de usar qualquer tipo de trabalho, inclusive a prostituição, para colocar grilhões naquela pessoa, utilizando para isso o endividamento, seja para colocar seio, seja para pagar aluguel, seja qualquer outra forma de aprisionamento nessa escravidão moderna.

Então, eu saio – já falei demais – enriquecido desse processo. Nós estamos construindo coisas novas.

Hoje a Marinor falou uma coisa fundamental e que certamente se transformará numa das grandes contribuições para que esta CPI não vire *pizza*, mesmo que ninguém vá para a cadeia imediatamente, mesmo que vá para a cadeia o elo mais fraco – talvez tenhamos de colocar alguns do elo mais fraco para poder, quiçá, chegar à estrutura superior dessa rede criminosa.

Uma das principais contribuições será permitir a um delegado... Arão e Márcia quiçá sejam brevemente nomeados no concurso que fizeram, pois têm tido seu direito negado. Uma das principais contribuições será colocar à disposição de um delegado, na legislação, acho que no Código Penal, a tipificação desse crime. Nenhum delegado, Deputada Cristina... Podem dizer que é pedofilia ou sei lá o quê... O tráfico humano não está tipificado, consta de maneira inadequada. Então, aperfeiçoar esse arcabouço legal vai ser uma das grandes conquistas para o aperfeiçoamento democrático do nosso País.

Muito obrigado. Parabéns a todos e a todas. (*Palmas.*)

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Muito obrigada. Obrigada, Deputado Edmilson.

Quem é ele para falar de maluquice não é? É um dos malucos mais poderosos aqui deste Estado, corajoso! A gente fala assim, pessoal, pela intimidade, pelo tempo de convivência e de parceria que a gente tem na luta pelos direitos humanos, pela vida, por uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna. Eu tenho muito orgulho de ter compartilhado com ele muitos trabalhos, ao longo desses mais de trinta e poucos anos que conheço o Edmilson – ele não gosta que eu fale na idade, porque acaba comprometendo a eterna juventude dele, mas há pelo menos 35 anos nós estamos numa caminhada de militância juntos.

Isso me dá muito orgulho, Edmilson. Obrigada mesmo por sua colaboração, sobretudo agora neste momento recente de denúncias sobre a corrupção na ALEPA. Nós sabemos o quanto poderiam ajudar os recursos que estão sendo desviados no enfrentamento do tráfico na criação de estruturas mais organizadas, mais sólidas, em melhores condições, tanto do ponto de vista do quantitativo quanto qualitativo dos profissionais, para ajudarem nesse enfrentamento em todas as esferas. Então, obrigada mesmo pela recepção da nossa CPI.

Algumas pessoas aqui são bem importantes, simbólicas para a nossa luta. Alguns a gente vai ter de levar a Brasília para ouvir, porque o nosso tempo está chegando ao fim nesta audiência, mas não vou deixar de registrar, porque são pessoas muito importantes na luta social, como a Drª Nayana Leite, do Pró-Paz, que será ouvida em Brasília – já estamos combinando.

O Pró-Paz, a despeito das limitações estruturais, é um modelo que o Movimento Nacional de Luta pelos Direitos Humanos defende que exista em todos os Estados, é um modelo que foi discutido pela sociedade civil, que é o atendimento integrado, que muito nos interessa para evitar nova vitimização das pessoas.

Registro a presença, também, do Dr. Maurício Gil Castelo Branco, diretor regional executivo da Polícia Federal no Pará. Muito obrigada pela colaboração, pela oportunidade de estarmos iniciando uma caminhada

juntos. Vamos precisar muito do trabalho de vocês na nossa CPI.

O Dr. Jônatas dos Santos Andrade, titular da 2ª Vara Federal do Trabalho de Marabá, reconhecido por todos e por todas que lutam contra o trabalho escravo. Sabemos da importância que tem esse seu trabalho no desenrolar de processos absolutamente difíceis e conflituosos na área do trabalho escravo.

Mais uma vez agradeço a presença ao Vereador Otávio Pinheiro, que está hoje à frente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Belém. Já ocupei essa função na Câmara. Estamos buscando essa parceria, porque Belém é um centro de articulações e é uma rota do nosso interior e dos Municípios e dos Estados vizinhos. Precisamos realmente de um trabalho bem integrado, e é muito importante que a Câmara Municipal de Belém e as demais câmaras possam se integrar nessa discussão.

Registro, com carinho, a luta desenvolvida na defesa dos concursados do Estado do Pará, do companheiro José Emílio. Muito obrigada. Não tem luta nesta cidade, neste Estado, em que esse companheiro não esteja presente conosco. É um parceiro permanente na luta pelos direitos sociais do nosso povo.

Vamos ouvir agora o Deputado Bordalo que, tanto quanto eu, nas CPIs do Senado tem uma responsabilidade ímpar. Todos os Deputados têm responsabilidades, todos os Senadores e Senadoras têm responsabilidades, mas em nós está concentrada a responsabilidade de fazer a síntese, de fazer o registro, de sermos o mais honestos possível no sentido intelectual da questão. Teremos de fazer uma estrutura, esquematizar um relatório que reflita exatamente os depoimentos, os sentimentos, as preocupações, as contribuições que as pessoas estão trazendo nesse processo, Deputado Bordalo. Então, mais uma vez, digo a V. Exª que tudo o que estiver coletado na nossa CPI que tiver relação com o Estado do Pará – não estamos tratando só do Estado do Pará – estará a inteira disposição de V. Exªs. Inclusive, quanto a todas as providências que V. Exªs tomaram junto às autoridades e que não foram respondidas, estamos à disposição para reforçar a cobrança e, se for o caso, fazer oitivas em Brasília, coletivamente, ajudar no deslocamento da CPI do Senado para outras cidades, para outras regiões, inclusive fora do País, porque é muito mais fácil para CPI do Senado fazer isso do que para CPI estadual, conseguir avião da FAB, enfim, fazer todos os procedimentos que garantam a estrutura mínima para que o trabalho seja coberto de êxito.

Com essas palavras, queria ouvir V. Exª e receber as contribuições que a relatoria da CPI estadual...

(Interrupção na gravação.)

O SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO – ...pegaram indícios ainda muito incipientes. Por isso é que o Deputado Edmilson sabe que nós não levamos ainda tão à frente as investigações neste aspecto, a suspeita de tráfico de órgãos no nosso Estado. Temos informações que vamos passar para a CPI do Senado porque, evidentemente, isso envolve uma cadeia de relações que ultrapassam a nossa capacidade e a nossa competência.

Por fim, Senadora, eu queria deixar a pauta da CPI para os próximos meses. A nossa CPI, inicialmente, fez um trabalho conceitual. Ouvimos muitas instituições, muitos estudiosos, acumulamos muitas contribuições já sobre esse tema. Depois, fizemos oitivas para conhecer os casos e, agora, estamos naquela fase de oitivas públicas, que têm dois objetivos. O primeiro é causar impacto na opinião pública, porque, para dar visibilidade a esse caso, para fazer as pessoas entenderem que ele ocorre, é preciso provocar um grande questionamento na sociedade. O segundo é, efetivamente, entender o conjunto da cadeia criminosa, como ela se alimenta e também identificar o conjunto das carências de políticas públicas, de recomendações que vamos precisar fazer.

Por isso, vamos interiorizar agora a CPI. Nos dias 25 e 26 de agosto, esta semana, estaremos em Bragança, onde o centro da nossa preocupação será o tráfico internacional de mulheres. Relacionado com isso é que, há anos, estudos de pesquisadores da UFPA levantaram o que ouvimos aqui. Esse depoimento é ilustrativo do tráfico para o Suriname, para Caiena, e, por incrível que pareça, Bragança, tem se evidenciado como um centro de articulação muito forte desse tráfico.

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Com o tráfico de drogas que sai na barriga dos peixes?

O SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO – Na barriga dos peixes e que leva junto também as mulheres.

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – São levadas as mulheres nos mesmos barcos?

O SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO – Exatamente.

Nos dias 15, 16 e 17 de setembro estaremos em Marabá.

Em Marabá, os dois temas principais de que a CPI vai tratar são: o aliciamento e exploração no mundo do futebol, e o trabalho escravo, que é o trabalho dos auditores fiscais do Ministério do Trabalho, para o qual têm recebido pouca resposta. Então, Doutora, estamos aqui pedindo a ajuda de vocês na indicação dos caminhos para tratar a questão naquela região. Estaremos lá nos dias 15, 16 e 17 de setembro.

Nos dias 26 e 27 de setembro, iremos a Portel, por tudo o que a Orlandina falou, por tudo que Dom Luís Azcona já falou e por tudo o que o Marajó tem representado como um território extremamente debilitado do ponto de vista dessas práticas, o que já foi levantado na outra CPI pelo nosso trabalho.

Por fim, Senadora Marinor, queremos ir a Caiena para fazer uma diligencia internacional e, neste caso, pedir a ajuda de V. Exª para que a CPI do Senado nos ajude nessa empreitada, que não vai ser fácil, para fazermos essa diligência juntos. Quero convidar para irmos a Caiena.

Os nossos dados indicam que Caiena é mais candente por causa da situação dos garimpos principalmente. Há, evidentemente, a proeminência da questão das boates, de tudo o que já foi dito aqui, mas as informações que chegam à CPI dão conta de um quadro terrível no que concerne à questão dos garimpos de Caiena. E sabemos que só com a vossa ajuda, com a ajuda da CPI do Senado, é que se conseguirá fazer isso e, talvez, montar um grupo de trabalho amplo, com o Ministério Público Federal conosco.

Dr. Alan, leve essa sugestão para vocês conversarem. Quem sabe possamos ter um de vocês conosco, ter alguém da sociedade civil para nos acompanhar, alguém da Comissão de Justiça e Paz, enfim, para irmos em delegação, até porque tudo o que a gente ouve de lá não é documentado, a gente ouve um depoimento, ouve uma tese de mestrado, mas a gente precisa ir lá documentar, ouvir essas mulheres.

Estima-se que existam três mulheres para cada vinte garimpeiros, o que dá um universo de aproximadamente três mil mulheres escravizadas nas matas, nas selvas de Caiena para a prostituição, muitas com vontade, outras impossibilitadas de ter livre vontade. Umas podem ir e voltar, outras, possivelmente, como mostra o filme Anjos do Sol, gostariam de sair e não podem.

Senadora, muito obrigado. Parabéns. Tenha certeza de que a vinda da CPI e a sua vinda dão uma contribuição imensa para o nosso trabalho. Estamos a sua disposição. *(Palmas)*

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Obrigada.

Para a CPI funcionar, desde o dia em que a nossa equipe da CPI veio para Belém, o trabalho realizado pela nossa equipe de Belém, a nossa assessoria, até as visitas que fizemos a alguns municípios para convencer pessoas a virem fazer depoimentos, participar das oitivas de hoje de manhã e até esta audiência, nós tivemos a colaboração de muitas pessoas.

Faço questão, em nome da CPI do Senado Federal, de agradecer mais uma vez e registrar os nossos colaboradores. Corro o risco, como sempre, de deixar alguns de fora, mas faço questão de registrar todos os nossos assessores da CPI do Senado, especialmente aquele que chamo de companheiro Augusto, porque é um militante desta causa, um superassessor. Isso se estende aos assessores das nossas Senadoras Lídice da Mata e Vanessa, aos companheiros da TV Senado, que estão registrando todas as nossas audiências.

Vamos produzir um material em vídeo. Será uma memória, servirá para um processo de pesquisa científica. Estamos ouvindo o trabalho das instituições não-governamentais, os registros do trabalho das instituições que atuam no enfrentamento do tráfico. Assim, teremos um material em vídeo para colocar à disposição da sociedade.

Quero agradecer toda a equipe da Comissão de Justiça e Paz da CNBB, à Orlanda, que foi importante apresentando a síntese do trabalho da CNBB. Quero dizer aqui, de público, que uma das emendas que devemos apresentar é para a continuidade do trabalho que vocês realizam, que foi apresentado pelo ex-Senador Nery, no Marajó, no enfrentamento do tráfico humano.

Um beijo muito especial à Irmã Henriqueta, nossa parceira eterna. Não há um lugar em que eu esteja, mesmo que eu não consiga levá-la, em que eu não faça referência a esse trabalho militante, fraterno e solidário que a Irmã Henriqueta realiza em nosso Estado.

Agradeço à Andreza e a toda a equipe da SODIREITOS, equipe muito poderosa de pesquisadoras, de militantes.

Agradeço também à Drª Cristiane, que é Diretora da Data e que agora está oficialmente convidada a fazer parte desse processo da nossa CPI no que diz respeito aos casos que envolvem o Estado do Pará, casos que não só envolvem crianças e adolescentes, mas também pessoas adultas. Mesmo ela estando à frente da Data, está nos auxiliando no desvendamento de alguns processos que coletamos.

Agradeço ao Dr. Cláudio Jorge Costa Lima, Secretário-Adjunto de Segurança Pública do Estado do Pará; aos demais servidores do TRT, à Segurança, à Assessoria de Comunicação, ao Cerimonial, aos motoristas, ao nosso Presidente, Dr. José Maria Quadros de Alencar, por toda a disponibilidade para nos auxiliar nessa tarefa; ao Deputado Bordalo; ao Deputado Edmilson; ao Delegado da Polícia Federal Manoel Fernando Abade, que é Superintendente Regional da Polícia Federal no Pará; ao Dr. Luís Fernando Rocha; ao Major PM Alison Gomes Monteiro; ao Capitão PM Fabrício Roberto Pinheiro Soares; ao Diretor Regional Executivo do Departamento de Polícia Federal Maurício Gil Castelo Branco; ao Chefe do Serviço de Segurança do TRT, Edson Luís de Sousa Queiroz.

A todos vocês e a todas vocês, meu muito obrigada pela acolhida, pela receptividade, pela parceria que se estabelece oficialmente a partir do dia de hoje.

Agradeço também às meninas e aos meninos que são alunos da Andreza. Tenho certeza de que é muito enriquecedor, como diz o Edmilson aqui ao meu lado, ter uma professora com essa responsabilidade política e social. Isso tudo pode ter um desdobramento técnico e vocês podem, em breve, nos auxiliar nessas alterações da legislação. Vocês estão convidados, desde agora, a fazerem parte desse estudo. Há uma debilidade da nossa CPI ainda porque tem recebido muitas contribuições de propostas de alteração na legislação, mas precisa de estudo, precisa de detalhes técnicos, e vocês, de repente, podem assumir isso. Eu já estou dizendo que vocês responderam "sim".

Na madrugada de hoje eu volto para Brasília, e o roteiro que vai ser feito na sequência começa pelo Estado do Rio de Janeiro, que é um Estado absolutamente complicado. Na sequência, devemos ir a São Paulo. Há muita coisa pela frente, e aguardamos ansiosamente a permanente colaboração de vocês para que esta CPI traga resultados importantes para o enfrentamento ao tráfico humano, seja do ponto de vista da legislação, seja do ponto de vista da interação do Poder Legislativo com o Executivo brasileiro para que tudo isso se traduza em políticas públicas que garantam a saída da situação de vulnerabilidade social por parte das pessoas, a proteção e a defesa dos direitos dessas pessoas.

Muito obrigada do fundo do coração. Meu carinho a todos.

Uma boa-noite a todos e a todas. *(Palmas).* – Senadora **Vanessa Grazziotin**, Presidente.

(Iniciada às 9 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 27 minutos.)

REQUERIMENTOS DE LICENÇA

Artigo 13 do Regimento Interno (sem ônus)

RQS	SENADOR (A)	ART. RISF	PERÍODO	FINALIDADE
421-M	Sérgio Souza	13	15.09	Atividade Parlamentar
422-M	Magno Malta	13	15.09	Atividade Parlamentar

Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney
15/09/2011
quinta-feira

10h **Reunião da Mesa Diretora**
Sala de Audiência

14h **Fórum Nacional " O PMDB e os Municípios – Cidadão – Cidade – Cidadania"**
Centro de Eventos Ulysses Guimarães

16h **Ordem do Dia**
Plenário

DESPACHO

Esta Corregedoria foi instada a se manifestar, por despachos do Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, sobre o teor das denúncias apresentadas pela ASSOCIAÇÃO EDUARDO BANKS e pelo Deputado Federal JAIR BOLSONARO, em desfavor da Senadora MARINOR BRITO. O Presidente do Conselho de Ética decidiu encaminhar os autos das denúncias a esta Corregedoria para as providências cabíveis.

De acordo com as denúncias apresentadas, o Deputado Jair Bolsonaro teria sofrido agressão física e verbal por parte da Senadora Marinor Brito no dia 12 de maio de 2011, no interior do prédio do Senado Federal, ao final da reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da Casa.

É o breve relatório.

Por versarem sobre a mesma matéria, mesmas partes envolvidas e mesmos fatos, decido pela apreciação conjunta das denúncias ora submetidas a exame desta Corregedoria Parlamentar.
ora submetidas a exame desta Corregedoria Parlamentar.

O art. 2º da Resolução nº 17, de 1993, que dispõe sobre a Corregedoria Parlamentar:

Art. 2º Compete ao Corregedor ou Corregedor Substituto:

I - promover a manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no âmbito do Senado Federal;

II – dar cumprimento às determinações da Mesa referentes a segurança interna e externa da Casa;

III – supervisionar a proibição de porte de arma, com poderes para revistar e desarmar;

IV – fazer sindicância sobre denúncias de ilícitos no âmbito do Senado Federal.

Antes de instaurar sindicância, como dispõe o artigo acima transcrito, se faz necessário averiguar a existência de ato atentatório ao decoro parlamentar a ensejar a aplicação de sanção disciplinar a parlamentares desta Casa Legislativa.

O procedimento disciplinar está ligado às normas que o regem. Considerando tratar-se do Poder Legislativo, afigura-se correto afirmar que talvez em nenhuma outra espécie de processo isso seja tão verdadeiro, uma vez que se busca, neste caso, o julgamento de um parlamentar por seus Pares, parlamentar esse que foi ungido pela vontade popular e que, por isso mesmo, deve ter asseguradas todas as garantias formais e materiais, a fim de evitar a perseguição arbitrária ao exercício de suas atividades.

Atento a esse princípio e como corolário lógico da preservação das garantias constitucionais asseguradas aos Membros do Senado Federal, para o exercício de seus mandatos, o Código de Ética e Decoro Parlamentar

faz clara menção à admissão da denúncia, que se constitui em ato formal pelo qual se instaura objetivamente o procedimento, assegurada a ampla defesa e o contraditório, e tem início o processo disciplinar parlamentar.

Ademais, o Código de Ética e Decoro Parlamentar – CEDP estabelece que se aplicam, subsidiariamente, as disposições pertinentes ao Código de Processo Penal e de Processo Civil (art. 26 da Resolução nº 20, de 1993) ao processo disciplinar parlamentar.

Estabelece o artigo 395 do Código de Processo Penal:

Art. 395. A denúncia ou queixa será rejeitada quando:

I – for manifestamente inepta;

.....

Por seu turno, o artigo 295 do Código de Processo Civil prevê, *verbis*:

Art.295. A petição inicial será indeferida:

I – quando for inepta:

.....

Parágrafo Único. Considera-se inepta a petição inicial quando:

I – lhe faltar pedido ou causa de pedir;

II – da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão;

III – o pedido for juridicamente impossível;

IV – contiver pedidos incompatíveis entre si.

Dessa forma, o aspecto formal inclui, essencialmente, o exame da legitimidade ativa dos denunciantes e o conteúdo das denúncias, para verificar não se tratar de petições ineptas. Além disso, se contêm, de forma adequada, a descrição dos fatos contrários à ética e ao decoro parlamentar imputados ao parlamentar, bem assim a fundamentação jurídica que justificaria a abertura do processo disciplinar e a consequente sanção.

Não se pode considerar que o debate político, no calor das discussões, em torno de temas polêmicos que ocorrem diariamente nas dependências do Congresso Nacional, por parlamentares que detenham posições políticas diametralmente opostas, seja considerado ofensivo à honra ou atentatório à integridade física de alguém.

Admitir o contrário seria atentar contra o espírito do debate parlamentar e das decisões posteriormente adotadas.

Os parlamentares são representantes do povo (art. 1º, § único, da Constituição Federal) e é absolutamente normal que debatam sobre temas polêmicos com a mesma paixão existente na sociedade civil.

De fato houve um debate acalorado em torno do tema da criminalização da homofobia (PLC nº 122/2006) nas dependências da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa entre os dois parlamentares envolvidos. Também é fato que não se pode admitir em hipótese nenhuma a agressão física e moral sobre os parlamentares. No entanto, diante do exame dos fatos que chegam a esta Corregedoria não se pode vislumbrar a prática de atos agressivos atentatórios ao decoro parlamentar e passíveis de sanção disciplinar.

Considerando-se os fatos descritos, que se tornaram notórios e ganharam intensa cobertura da Mídia, e refletiram indiscutivelmente fortes opiniões sobre uma polêmica que dividiu e ainda divide a sociedade brasileira, mas que não passaram do limite em um tema com essa carga de divergência, é forçoso concluir pela inexistência de quebra do decoro e pela não aplicação de sanção disciplinar aos seus protagonistas.

Dessa forma, verificando-se tratar de petições ineptas uma vez que dos fatos narrados não se pode concluir pela aplicação de sanção disciplinar, nos termos do art. 395, I, do Código de Processo Penal e o art. 295, I, e seu parágrafo único, do Código de Processo Civil, aplicados subsidiariamente, não vislumbro a existência de requisitos necessários para a instauração de sindicância no âmbito desta Corregedoria, nos termos do artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 17, de 1993.

Isto posto, encaminho as matérias ao arquivo.

Senado Federal, em 14 de setembro de 2011.

Senador **VITAL DO RÊGO**
Corregedor Parlamentar do Senado Federal

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia
Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro
Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão
PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará
Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco
Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo
Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais
PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás
Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso
Bloco-DEM - Jayme Campos*
PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul
Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba
Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo
Bloco-PT - Ana Rita* (S)
PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí
PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte
Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina
Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas
PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas
PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná
Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre
Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul
PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal
PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia
Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Reditario Cassol** (S)
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins
Bloco-DEM - Kátia Abreu*
PR - João Ribeiro**
PR - Vicentinho Alves**

Amapá
Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima
PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos
*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (5)
VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (5)
RELATOR: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA)

Leitura: 16/03/2011
Instalação: 27/04/2011
Prazo final: 06/09/2011
Prazo prorrogado: 15/04/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (10)	
Lídice da Mata (PSB-BA) (3,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) (3,6,9)
Angela Portela (PT-RR) (3)	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) (3)
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (3)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO (8)	2. João Alberto Souza (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) (1)	1.
PTB	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (2)	

Notas:
*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.
1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).
2. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
3. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.

6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): José Augusto Panisset Santana
Telefone(s): 33033492
Fax: 33031176
E-mail: panisset@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (9)
VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (9)
RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (9)

Leitura: 17/05/2011
Instalação: 28/06/2011
Prazo final: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (11)	
Lindbergh Farias (PT-RJ) (6)	1. Pedro Taques (PDT-MT) (6)
Lídice da Mata (PSB-BA) (6)	2.
Eduardo Suplicy (PT-SP) (6)	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) (4)	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) (4)
Ciro Nogueira (PP-PI) (4)	2. Geovani Borges (PMDB-AP) (4)
Sérgio Petecão (PMN-AC) (4)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) (5)	1. VAGO (7,8)
VAGO (10,12)	
PTB	
João Vicente Claudino (PI) (3)	1. Gim Argello (DF) (3)

Notas:
1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (OF. Nº 67/2011-GLDBAG).
2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).
3. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
4. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).
5. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).

6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 14.09.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) (Of. nº 168/11-GLPSDB).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 6133033514
Fax: 6133031176
E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008
Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (3)

Senador José Pimentel (PT) (1)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (1)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (2)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:
*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).
**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.
***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.
****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.
*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.
******. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.
1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio
Telefone(s): 33033511
Fax: 33031176
E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, "in loco", no prazo de quinze dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 03/03/2011

MEMBROS
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (6)
Senador Anibal Diniz (PT) (2)
Senador Jorge Viana (PT) (1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)
Senador Sérgio Petecão (PMN) (4)
Senador Gilvam Borges (PMDB) (3,5)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:
1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de noventa dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) (7)
VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) (7)
RELATOR: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) (7)

Aprovação do Requerimento: 17/03/2011
Instalação: 04/05/2011
Prazo final: 14/08/2011
Prazo prorrogado: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (8)	
Senador Jorge Viana (PT) (4)	1. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) (4,5)
Senador Delcídio do Amaral (PT) (4)	2. Senador Blairo Maggi (PR) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT) (4)	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) (4)
Senador Inácio Arruda (PC DO B) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) (4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) (3)	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (3)
Senador Eduardo Braga (PMDB) (3)	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) (3)
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (3)	3. Senador Benedito de Lira (PP) (6)
Senador Valdir Raupp (PMDB) (3)	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) (1)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) (1)
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor (2)	1. Senador Armando Monteiro (2)

Notas:
*. Em 9.8.2011, foi lido e aprovado o Requerimento nº 957, de 2011, que prorroga o prazo dos trabalhos da Comissão até o final da presente sessão legislativa.
1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)
2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)
3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)
4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDBAG)

5. Em 04.05.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita. (Of. 59/2011-GLDBAG)
6. Em 04.05.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 140/2011).
7. Em 04.05.2011, foi lido o Of. 015/11-SSCEPI, que comunica a instalação da Comissão Temporária e a eleição do Senador Jorge Viana para Presidente e do Senador Inácio Arruda para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Casildo Maldaner para Relator.
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - VISITA "IN LOCO" À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, "in loco", à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, do Senador Lindbergh Farias e outros Senadores)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 22/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (10)	
Senador Lindbergh Farias (PT) (3)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) (4)
Senador Jorge Viana (PT) (7)	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) (1)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) (6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) (8)	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) (5)

Notas:
1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
5. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB)
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Acompanhar e analisar, no prazo de doze meses, as ações da Política Nacional de Segurança Pública, especialmente os projetos e programas financiados com recursos do PAC 2.

(Requerimento nº 455, de 2011, do Senador Eduardo Braga e outros Senadores)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (5)
VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (5)
RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) (5)

Aprovação do Requerimento: 25/05/2011
Instalação: 05/07/2011
Prazo final: 22/12/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (6)
Senador Lindbergh Farias (PT) (3)
Senador Pedro Taques (PDT) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)
Senador Eduardo Braga (PMDB) (1)
Senador Valdir Raupp (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)
Senador Jayme Campos (DEM) (4)

Notas:
1. Em 09.06.2011, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
2. Em 09.06.2011, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
3. Em 16.06.2011, os Senadores Lindbergh Farias e Pedro Taques são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 76/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.06.2011, o Senador Jaime Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (OF. Nº 50/11 - GLDEM).
5. Em 05.07.2011, os senadores Eduardo Braga e Jayme Campos foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão, e o senador Pedro Taques designado relator.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO
Telefone(s): 6133033511
Fax: 6133031176
E-mail: sscepi@senado.gov.br

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - CONFLITO AGRÁRIO NA DIVISA DOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS E RONDÔNIA

Finalidade: Visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos e, ainda, no município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva, e Eremilton Pereira dos Santos.

(Requerimento nº 609, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senadores)

Número de membros: 3

Aprovação do Requerimento: 31/05/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (4)

Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B) (3)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Pedro Taques (PDT) (1,2)

Notas:
1. Em 02.06.2011, o DEM cede a sua vaga na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 045/11-GLDEM).
2. Em 07.06.2011, o Senador Pedro Taques é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Minoria (OF. nº 71/2011 - GLBAG).
3. Em 07.06.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 69/2011 - GLBAG).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de quarenta e cinco dias, anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
VAGO (1)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Notas:
1. Vago em virtude do falecimento do Senador Itamar Franco, ocorrido em 02.07.2011.

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone(s): 61 33034638
E-mail: sscepi@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 15

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

Notas:
*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (14)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) (11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) (10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) (7)	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Cristovam Buarque (PDT) (9)
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Geovani Borges (PMDB) (4,8)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Reditario Cassol (PP) (12,13)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) (6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (3)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) (2)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM) (5)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro sumplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).
10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).
12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário n° 19 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (1)	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:
1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (5)	
Gleisi Hoffmann (PT) (4)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Lindbergh Farias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (2)	1. Armando Monteiro (PTB) (1,3)

Notas:
1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) (4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (9)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. VAGO
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eunício Oliveira (PMDB) (7)
Paulo Davim (PV) (2)	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) (3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
VAGO (8)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino (1,6)	2. Gim Argello

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores

Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).
2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)
6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)
7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)
VICE-PRESIDENTE: VAGO (2,4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (6)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (5)	1. Maria do Carmo Alves (DEM) (3)

Notas:
1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).
4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (4)	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) (1)	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. VAGO (3)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:
1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).
2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (4)	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:
1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (1)
RELATORA: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (3)

Aprovação do Requerimento: 16/03/2011

Instalação: 29/03/2011

Prazo prorrogado: 16/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (4)	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amélia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 16/2011-PRES/CAS, que comunica a instalação da Subcomissão em 29.03.2011, bem como a eleição dos Senadores Wellington Dias e Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
2. Em 18.05.2011, o Senador Cyro Miranda deixou de integrar a Subcomissão em virtude de participar de diversas outras Comissões (OF. nº 40/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
3. Em 28.06.2011, a Senadora Ana Amelia é designada relatora da Subcomissão. (Of. nº 48/2011 - PRESIDENCIA/CASDEP)
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
*. Em 23.03.2011, foi lido o Ofício nº 10/2011-PRES/CAS, que comunica a criação da Subcomissão mediante a aprovação do Requerimento º 2/2011-CAS, em 16.03.2011.
**. Em 23.03.2011, foi lido o Ofício nº 11/2011-PRES/CAS, que comunica a designação dos membros da Subcomissão.
***. Em 08.06.2011, o Presidente da CAS comunica a prorrogação do prazo inicial por noventa dias, de 26.06 para 7.10.2011 (OF. nº 61/2011-PRES/CAS).
****. Em 31.08.2011, foi lido o Ofício nº 137/2011-PRES/CAS, que comunica a prorrogação do prazo da Subcomissão por setenta dias (16.12.2011).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (24)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) (10)
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) (10)
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) (10,11)
Jorge Viana (PT) (8)	4. Acir Gurgacz (PDT) (25,26)
Magno Malta (PR)	5. Clésio Andrade (PR) (20,22)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) (9)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) (12)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Luiz Henrique (PMDB) (3,5,16,21)
Pedro Simon (PMDB) (2,17)	2. Valdir Raupp (PMDB) (4,16)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) (13,16)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) (15,16)
Renan Calheiros (PMDB) (21)	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (23)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) (14)
Demóstenes Torres (DEM) (18)	4. José Agripino (DEM) (19)
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) (6)
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti (7)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:
*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.
**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).
****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.
*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.
******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunicio Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.
*******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.
********. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)
5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB.
24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o obejtivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) (2)
RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (3)

TITULARES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (4)
Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)
Vital do Rêgo (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)
Benedito de Lira (PP) (1)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)
Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado(OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (18)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT) (14)
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR) (12)	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8. Antonio Carlos Valadares (PSB) (10)
Lídice da Mata (PSB)	9. Zeze Perrella (PDT) (19)
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO (2)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) (7,13)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) (11)
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (5)	1. Alvaro Dias (PSDB)
VAGO (16)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (4)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) (6)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
José Agripino (DEM) (8)	5. Demóstenes Torres (DEM) (9)
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. (1)
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Notas:
*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João VIcente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:
*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) (3)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (15)	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) (4)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) (7)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Reditario Cassol (PP) (13,14)	6. Eduardo Amorim (PSC) (9)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) (8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) (1)	1. João Vicente Claudino (2)
PSOL	
Randolfe Rodrigues (5)	1. Lindbergh Farias (PT) (5,6,10)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.
1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB.
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos
Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (1,5)
VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (5)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2)	1. Kátia Abreu (DEM)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (4)	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
VAGO (3)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:
1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollembeerg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO (1)
Anibal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:
1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) (1,2,3)
RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (4)	
VAGO	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Reditario Cassol (PP) (2,3,5)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:
1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (1,4,9)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (1)
RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (6)	
Cristovam Buarque (PDT) (3,7)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Reditario Cassol (PP) (5,8)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO (2)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:
1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
8. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
9. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
*. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) (3)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (16)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) (14)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. VAGO (15)
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) (11)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) (8,10)
Eduardo Amorim (PSC) (1,13)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. VAGO (13)
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (5,9,17)	1. VAGO (7)
VAGO (6)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (2)	1.
Gim Argello (12)	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues (4)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela

Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.
*******. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.
1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB)
5. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).
6. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).
7. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).
8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).
10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).
12. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)
14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) (1)	1.

Notas:
1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (1)

Instalação: 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Marinor Brito (PSOL)	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (3)	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:
1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PMN-AC) (1)

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:
1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (8)	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) (5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) (4)
Sérgio Souza (PMDB) (6,9,10)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) (3)	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) (1)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.
********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.
1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).
2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
10. Em 29.08.2011, foi lido o Ofício nº 237, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Sérgio Souza como membro titular para compor a CRE.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE´s nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (4)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

Notas:
1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.
***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (3)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. José Agripino (DEM) (1)

Notas:
1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) (4)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (7)	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT) (5)	4. VAGO (2,6)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (3)	1. Cyro Miranda (PSDB) (1)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:
1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 029/2011-CRE/PRES).
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (9)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) (3,4)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Reditario Cassol (PP) (6,7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) (2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) (5,8)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.
*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.
1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).
2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (11)	
Wellington Dias (PT) (3)	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) (8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) (2)
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO (4)
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Reditario Cassol (PP) (9,10)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (6,13)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO (7)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) (5)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1.

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Reuniões: quartas-feiras, às 14h -
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (5)	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Reditario Cassol (PP) (4,6)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:
1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)
VICE-PRESIDENTE: VAGO (1,4)

Designação: 14/06/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
VAGO (2)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (5)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. Em 06.07.2011, a senadora Lídice da Mata e o senador Ataídes Oliveira foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
5. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (16)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) (8,11)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) (12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (5)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Reditario Cassol (PP) (13,14)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (3)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) (4,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM) (6)
PTB	
Sérgio Souza (PMDB) (1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti (7)
PSOL	
	1.

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibardi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blaio Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
7. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 12h -
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (9)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR) (4)	4. Cristovam Buarque (PDT)
VAGO (10)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) (1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) (3,5)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Reditario Cassol (PP) (7,8)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
VAGO (6)	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.
********. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.
1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF.nº 026/2011-GLDBAG)
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).
7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (1)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005
2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007
3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009
4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA)	2. Wilson Santiago (PB)
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Anibal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO (2)
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Atualização: 27/06/2011

Notas:
1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
2. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (8)
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
PT
Gleisi Hoffmann (PR) (1,7)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) (5)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) (6)
PR
PP
Ciro Nogueira (PI) (2)
PDT
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (3)
PSOL
Marinor Brito (PA) (4)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 09/06/2011

Notas:

1. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
2. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
8. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (13)
VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (13)

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) (6)
PT
Jorge Viana (AC) (7)
PSDB
Cyro Miranda (GO) (9)
PTB
Armando Monteiro (PE) (10)
DEM
José Agripino (RN) (8)
PR
Clésio Andrade (MG) (11)
PP
Reditario Cassol (RO) (15)
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) (12)
PC DO B
Inácio Arruda (CE) (4)
PSOL
VAGO (14,16)
PRB
Marcelo Crivella (RJ) (1)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (3)
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) (2)
PV
Paulo Davim (RN) (5)

Atualização: 01/09/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Ofs. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. GLPMDB nº 223/2011, de 13/07/2011, do Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/07/2011, em substituição ao Senador Ivo Cassol, licenciado nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nº s 848 e 849 de 2011, aprovados na sessão de 12.07.11.
16. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) (15)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (14)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS) (7)
PT
Ana Rita (ES) (9)
PSDB
Cícero Lucena (PB) (10)
PTB
João Vicente Claudino (PI) (11)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) (8)
PR
Blairo Maggi (MT) (12)
PP
Ana Amélia (RS) (6)
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) (13)
PC DO B
Inácio Arruda (CE) (5)
PSOL
Marinor Brito (PA) (16)
PRB
Marcelo Crivella (RJ) (1)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (4)
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) (2)
PV
Paulo Davim (RN) (3)

Atualização: 11/08/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
16. Designada para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of. SF/GSMB nº 0417/2011, de 10/08/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/08/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (14)
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC) (7)
PT
Jorge Viana (AC) (9)
PSDB
Cyro Miranda (GO) (11)
PTB
Gim Argello (DF) (10)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) (8)
PR
Clésio Andrade (MG) (12)
PP
Ciro Nogueira (PI) (5)
PDT
Cristovam Buarque (DF) (15)
PSB
Lídice da Mata (BA) (13)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (3)
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) (1)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (4)
PPS
PMN

Sérgio Petecão (AC) (6)
PV
Paulo Davim (RN) (2)

Atualização: 05/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.nº 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.nº 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do OF. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)
Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Marco Maia (PT/RS)	**PRESIDENTE** José Sarney (PMDB/AP)
1º VICE-PRESIDENTE Rose de Freitas (PMDB/ES)	**1ª VICE-PRESIDENTE** Marta Suplicy (PT/SP)
2º VICE-PRESIDENTE Eduardo da Fonte (PP/PE)	**2º VICE-PRESIDENTE** Wilson Santiago (PMDB/PB)
1º SECRETÁRIO Eduardo Gomes (PSDB/TO)	**1º SECRETÁRIO** Cícero Lucena (PSDB/PB)
2º SECRETÁRIO Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	**2º SECRETÁRIO** João Ribeiro (PR/TO)
3º SECRETÁRIO Inocêncio Oliveira (PR/PE)	**3º SECRETÁRIO** João Vicente Claudino (PTB/PI)
4º SECRETÁRIO Júlio Delgado (PSB/MG)	**4º SECRETÁRIO** Ciro Nogueira (PP/PI)
LÍDER DA MAIORIA Paulo Teixeira (PT/SP)	**LÍDER DA MAIORIA** Renan Calheiros (PMDB/AL)
LÍDER DA MINORIA Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	**LÍDER DA MINORIA** Mário Couto (PSDB/PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA João Paulo Cunha (PT/SP)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA** Eunício Oliveira (PMDB/CE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO[1]

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião [6]
Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame [6]
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia [6]

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
Emiliano José	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
Moacir Micheletto	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira[3]
Antonio Carlos Mendes Thame[2]	Luiz Nishimori[3]
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja[3]
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes[4]
Mandetta	Augusto Coutinho[5]
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Manuela D'ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 13.09.2011)

1- Designados pelo Ato n° 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.
2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.
3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.
4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.
5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.
6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho
Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878
Fax: (61) 3216-6880
E-mail: cpmc@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) [1]
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Paulo Teixeira (PT/SP) [2]	**LÍDER DA MAIORIA** Renan Calheiros (PMDB/AL) [3]
LÍDER DA MINORIA Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** Mário Couto (PSDB/PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Notas:
1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.
2- Conforme Of. nº 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.
3- Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

- Leitura: 13-7-2011
- Designação da Comissão:
- Instalação da Comissão:
- Prazo final da Comissão:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PSC / PMN / PV)**	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Minoria (**PSDB / DEM)**	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PSOL [1]	
	1.

Notas:
1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 58,00**
Porte do Correio	**R$ 488,40**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 546,40**

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 116,00**
Porte do Correio	**R$ 976,80**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 1.092,80**

.

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	**R$ 0,50**
Porte Avulso	**R$ 3,70**

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**	**COD. – 70815-1**

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no SITE: http://www.tesouro.fazenda.gov.br código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.**

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSÃO DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053** Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF

CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 380 páginas

OS: 2011/14840